

recursos naturais nele disponíveis por diferentes sujeitos sociais, uma disputa ainda inacabada.

Com a crescente valorização das áreas costeiras pela sociedade, novos significados foram sendo associados aos recursos peculiares à região. A aceleração da ocupação das áreas urbanas resulta em consequências diretas sobre os recursos naturais ou paisagísticos, os chamados "ecossistemas frágeis", representados por manguezais, lagunas, restingas e dunas, já com progressivas modificações estruturais. Ou seja, por um lado a urbanização agrava os problemas de infraestrutura de saneamento básico, traduzidos em abastecimento d'água insuficiente, sobrecarga nos sistemas de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais, coleta deficitária e irregular do lixo excessivo, etc.. Por outro lado, também a paisagem e a "natureza" socialmente valorizadas e em busca da qual, afinal, as pessoas se mobilizam, vem sendo alterada pela intensidade da ação humana nesse espaço.

#### **II.5.3.8 - Controle e Fiscalização Ambiental**

As informações apresentadas neste tópico resultam de pesquisa realizada nos *sites* oficiais de instituições públicas federais, estaduais e municipais encarregadas do controle e fiscalização ambiental nos municípios da área de estudo. É importante destacar que as informações aqui apresentadas têm interface com o **tópico A da seção II.5 - Diagnóstico Ambiental** e do **subitem II.5.3.9 - Instrumentos de Gestão Ambiental** desse item (**II.5.3 - Meio Socioeconômico**).

Durante a pesquisa foi privilegiada a identificação de instrumentos de controle e fiscalização direcionados para o território costeiro. Destaca-se que as informações apresentadas não são homogêneas para todas as instituições governamentais identificadas, pois variam segundo os registros disponíveis nos *sites* consultados, especialmente no que se refere à existência de acordos, convênios e outras formas de cooperação interinstitucional.

- **Instituições de Âmbito Federal**

***Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA***

Entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, atua como órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização ambiental, em âmbito nacional. Atua sobre as atividades marítimas e empreendimentos interestaduais, além de ser responsável pelo licenciamento ambiental de grandes projetos de infraestrutura, com impactos em mais de uma unidade da federação e nas atividades do setor de petróleo e gás natural *offshore*. Os escritórios do IBAMA estão localizados como a seguir (**Quadro II.5.3.8-1**).

**Quadro II.5.3.8-1 - Localização dos escritórios do IBAMA em Brasília e nos municípios da área de estudo.**

<b>Escritório</b>	<b>Endereço</b>
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	SCEN, Trecho 02, Ed. Sede, Brasília/ DF CEP: 70818-900 Telefone: (61) 3316-1001
Coordenação Geral de Petróleo e Gás – CGPEG	Praça XV de Novembro, 42, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20010-010 Telefone: (21) 3077-4266
Superintendência do IBAMA - Estado do Rio de Janeiro	Praça XV Novembro, 42, 10º andar, Centro, Rio de Janeiro/ RJ CEP: 20010-010 Telefone: (21) 3077-4287/4290
Superintendência do IBAMA - Estado de São Paulo	Alameda Tietê, 637, Jardim Cerqueira César, São Paulo/ SP CEP: 01417-020 Telefone: (11) 3066-2633/ 2675
Base Avançada de Cabo Frio – IBAMA	Rua Vereador Antônio Ferreira dos Santos, 189, Bairro Braga, Cabo Frio/RJ CEP: 28908-200 Telefone: (22) 2645-2351
Escritório Regional de Caraguatatuba – IBAMA	Rua São Benedito, 446, Centro, Caraguatatuba/SP CEP: 11660-100 Telefone: (12) 3883-9362
Escritório Regional de Santos – IBAMA	Av. Cel. Joaquim Montenegro, 297, Aparecida, Santos/SP CEP: 11035-001 Telefone: (13) 3227-5775
Escritório Regional de Angra dos Reis – IBAMA	Rua P, 538, Parque das Palmeiras, Angra dos Reis/RJ CEP: 23900-970 Telefone: (24) 3365-5578

### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**

Autarquia federal criada em 2007 (Medida Provisória nº 366), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade recebeu o patrimônio, o pessoal e os recursos orçamentários, antes vinculados ao IBAMA, que estavam relacionados às suas finalidades. O ICMBio é responsável por: a) executar ações da política nacional de Unidades de Conservação da Natureza; b) pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade; e c) exercer o poder de polícia ambiental para proteção das unidades de conservação instituídas pela União.

Possui escritório nos 26 Estados da federação e no Distrito Federal. O Instituto conta, ainda, com 11 Coordenações Regionais - CR, responsáveis pelo suporte e apoio em nível regional às Unidades de Conservação.

O escritório central do ICMBio localiza-se em Brasília, no Distrito Federal (**Quadro II.5.3.8-2**).

#### **Quadro II.5.3.8-2 - Endereço do escritório central do ICMBio.**

<b>Escritório</b>	<b>Endereço</b>
Instituto Chico Mendes - ICMBio	EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, Brasília/DF CEP: 70670-350 Telefone: (61) 3341-9101

#### **• Instituições de Âmbito Estadual - Rio de Janeiro**

O Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA, criado pela Lei nº 5.101 de 04 de outubro de 2007, tem como atribuição proteger, conservar e recuperar o meio ambiente visando o desenvolvimento sustentável. O instituto, instalado em 2009, unifica e amplia a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente - SEA: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA e Instituto Estadual de Florestas - IEF.

A descentralização da fiscalização ambiental do INEA ocorre por intermédio das Superintendências Regionais (arts. 19 e 21, III do Decreto Estadual nº 41.628/2009) e dos demais órgãos internos do Instituto.

Em 2010 foi criado o "Guia prático de fiscalização ambiental" que define o servidor público do INEA, devidamente designado em portaria, como o agente da fiscalização apto a exercer poder de polícia ambiental no estado do Rio de Janeiro. Essa atividade é desenvolvida sob a responsabilidade da Coordenadoria Geral de Fiscalização - COGEFIS. Nos municípios da área de estudo estão instaladas as Superintendências da Baía da Ilha Grande, Baía de Sepetiba e Baía de Guanabara.

A **Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA** é um colegiado vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, criada em 1975, com o objetivo de coordenar, supervisionar e controlar o uso racional do meio ambiente no Rio de Janeiro. Cabe à CECA, entre outras atribuições, determinar a expedição de licenças ambientais e aplicar as penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental.

A CECA tem a palavra final nos casos em que os órgãos estaduais de fiscalização ambiental concedem licença, multam ou embargam determinado empreendimento. Portanto, essas ações ambientais têm que ser referendadas pelos integrantes da CECA.

Além de representantes de órgãos públicos, como INEA e IBAMA, foram incorporados à CECA, a partir de 2007, representantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN e do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro - CREA/RJ.

Neste novo contexto, cabe ao CREA/RJ contribuir para aperfeiçoar a análise de projetos que envolvam, por exemplo, conflitos de engenharia; à FIRJAN observar as atividades industriais potencialmente poluidoras que buscam legalização e licenciamento ambiental; e aos representantes da UERJ, a leitura acadêmica do processo.

A seguir, o **Quadro II.5.3.8-3** lista os endereços das instâncias aqui comentadas.

**Quadro II.5.3.8-3 - Instituições de âmbito estadual, Rio de Janeiro.**

Instituições	Endereço
Instituto Estadual do Ambiente - INEA	Av. Venezuela, 110 - Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20081-312 Telefone: (21) 2334-7910/ 7911
Superintendência I - Bacia da Baía da Ilha Grande	Av. Luigi Amêndola, 236, Parque das Palmeiras, Angra dos Reis CEP: 23906-825
Superintendência II - SUPSEP - Baía de Sepetiba	Rua Gal. Bocaiúva, 607, 1º andar - Centro, Itaguaí CEP 23815- 310 Telefone: (21) 2687-1599/ 1590/ 1521
Superintendência V - SUPBG - Baía de Guanabara	Av. Feliciano Sodré nº 8 - Centro, Niterói CEP 24030-014 Telefone: (21) 2717-4669
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA/RJ	Av. Venezuela, 110/ 5º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20081-312 Telefone: (21) 2332-5620/ 5621
Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA	Av. Graça Aranha, 182, 1º andar - Centro - Rio de Janeiro CEP: 20030-001 Telefone: (21) 2299-2390

- **Instituições de Âmbito Estadual - São Paulo**

A Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA foi reorganizada pelo Decreto nº 54.653, de 6 de agosto de 2009. Em sua nova estrutura procurou atender a todas as áreas vinculadas ao controle ambiental, com a instalação de departamentos e conselhos.

Na estrutura da SMA do estado de São Paulo destaca-se como instância de controle e fiscalização, dentre outras atribuições, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA, o Conselho de Meio Ambiente - CONSEMA, criado em 1983, a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

A CFA, criada pelo Decreto Estadual nº 57.933, de 02 de abril de 2012, tem como objetivo principal coordenar as ações de fiscalização ambiental, entre elas:

- Propor normas e definir procedimentos para orientar as ações de fiscalização, a imposição de sanções e multas;

- Planejar, coordenar e controlar a aplicação de normas e políticas, bem como a execução de programas, projetos e ações relacionadas à fiscalização e ao monitoramento dos recursos naturais;
- Propor a definição de prioridades para a aplicação dos recursos financeiros provenientes das sanções administrativas impostas pela Secretaria e unidades de policiamento ambiental da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- Apoiar, tecnicamente, as unidades de policiamento ambiental da Polícia Militar do Estado de São Paulo incumbidas, nos termos do parágrafo único do Art 195 da Constituição do Estado de São Paulo, da prevenção e repressão das infrações cometidas contra o meio ambiente;
- Elaborar laudos que, por meio da celebração de convênio, poderão também subsidiar as ações de licenciamento e fiscalização ambiental de competência dos demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.

O Conselho de Meio Ambiente – CONSEMA foi criado em 1983, com atribuições que vão da proposição, acompanhamento e avaliação da política ambiental, no que se refere à preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente, passando pelo estabelecimento de normas e padrões ambientais, até a apreciação de Estudos e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente. Estas atribuições deverão ser revistas à luz do Art. 193 da Constituição do Estado, que transforma o CONSEMA em órgão normativo e recursal, no contexto da rearticulação e do redesenho que se pretende para o Sistema de Meio Ambiente, depois da Lei 9509/97 que instituiu o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental - SEAQUA.

O CONSEMA é um fórum democrático de discussão dos problemas ambientais e instância catalisadora de demandas e de proposições de medidas que aprimorem a gestão ambiental do Estado. É, neste sentido, um espaço de encontro do governo com os segmentos organizados da sociedade.

O CONSEMA é formado por dois órgãos permanentes, o Plenário e as Câmaras Técnicas; e um temporário, as Comissões Especiais. Cabe às Câmaras Técnicas discutir a viabilidade ambiental de empreendimentos sujeitos a elaboração de EIA/RIMA e aprová-los ou reprová-los, em nome do Plenário, a não ser que este evoque para si sua apreciação. O Plenário se reúne, pelo menos, uma vez por mês, e as Câmaras Técnicas e as Comissões Especiais tantas vezes quantas forem necessárias. As reuniões do Plenário e as das Câmaras Técnicas são abertas ao público, assim como as Audiências Públicas.

A CETESB dispõe de 54 agências ambientais, agrupadas em onze escritórios regionais distribuídos estrategicamente pelo Estado. Todas as unidades regionais, agências e a sede estão interligadas, permitindo um acompanhamento permanente das atividades de controle exercidas em todo o Estado. Em seu horizonte de atuação, a CETESB define como objetivos:

- Viabilizar o atendimento aos padrões de qualidade ambiental no Estado, em conformidade com a legislação vigente;
- Organizar e colocar à disposição da sociedade dados e informações sobre a qualidade ambiental e as fontes de poluição no Estado;
- Desenvolver indicadores e monitorar o desempenho nas diversas áreas de interesse ambiental;
- Estabelecer e desenvolver parcerias e convênios de cooperação técnica, científica e financeira com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para atualização do conhecimento científico e tecnológico. Para alcançar esses objetivos, a CETESB mantém as seguintes atividades, em caráter permanente:
  - Licenciamento e fiscalização de fontes fixas;
  - Fiscalização de fontes móveis;
  - Monitoramento da qualidade do ar, das águas superficiais interiores, das águas subterrâneas e da balneabilidade das praias, inclusive as interiores.

Estas são atribuições que a legislação lhe confia, permitindo desenvolver uma política de controle, corretiva e preventiva da qualidade ambiental, envolvendo planejamento para que as ações técnicas se traduzam em resultados efetivos,

educação ambiental para a sensibilização da comunidade, transformando-a em aliada, e pesquisas para que as tecnologias sejam sempre as mais atualizadas.

A Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, tem como área de atuação toda a Região Metropolitana da Baixada Santista. Criada através da Lei Complementar Estadual Nº 853, de 23 de dezembro de 1998, sua sede está localizada no município de Santos. Esta possui funções fiscalizadoras e executoras, podendo inclusive exercer poder de polícia em determinados casos.

A AGEM possui as seguintes atribuições:

- Arrecadar as receitas próprias ou as que lhe sejam delegadas ou transferidas, inclusive multas e tarifas relativas a serviços prestados;
- Fiscalizar a execução das leis que dispõem sobre regiões metropolitanas e aplicar as respectivas sanções, no exercício do poder de polícia; estabelecer metas, planos, programas e projetos de interesse comum, bem como fiscalizar e avaliar sua execução;
- Promover a desapropriação de bens declarados de utilidade pública, quando necessário à realização de atividades de interesse comum;
- Manter atualizadas as informações estatísticas e de qualquer outra natureza, necessárias para o planejamento metropolitano, especialmente as de natureza físico-territorial, demográfica, financeira, urbanística, social, cultural, ambiental, que sejam de relevante interesse público, bem como promover, anualmente, a sua ampla divulgação;
- Exercer outras atribuições que lhe sejam legalmente conferidas.

O **Quadro II.5.3.8-4** lista os endereços das instâncias aqui comentadas:

**Quadro II.5.3.8-4 - Endereços das instâncias do estado de São Paulo.**

Instituições	Endereço
Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900 Telefone: (11) 3133-3000
Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA)	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900 Telefone: (11) 3133-3000



Instituições	Endereço
Conselho de Meio Ambiente - CONSEMA	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900 Telefone: (11)3133-3632
Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900 Telefone: (11) 3133-3000
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB	Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, Pinheiros - São Paulo CEP 05459-900 Telefone: (11) 3133-3000
AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista	Rua Joaquim Távora, 93 - 6ºandar - Vila Mathias - Santos CEP: 11075-300 Telefone: (13) 3202-7000

### • Instituições de Âmbito Municipal

A gestão ambiental dos municípios da área de estudo está a cargo das respectivas secretarias municipais de meio ambiente, com definição de atribuições e estratégias na lei orgânica municipal, conforme apresentadas no **subitem II.5.3.2 - Grupos de Interesse** deste **item II.5.3 - Meio Socioeconômico**.

Com relação à atribuição de controle e fiscalização destaca-se, para todos os municípios, a atuação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente - CONDEMA, cuja função é opinar e assessorar o poder executivo municipal - a Prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal - nas questões relativas ao meio ambiente. O CONDEMA frequentemente é instituído por meio de lei elaborada e aprovada pela Câmara de Vereadores do Município. Entre suas principais atribuições devem constar:

- Propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento;
- Analisar licenças ambientais para atividades potencialmente poluidoras em âmbito municipal;
- Promover a educação ambiental;
- Propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais, estaduais e federais;

- Opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município;
- Receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências cabíveis.

Cabe a cada município estabelecer as competências do seu conselho de acordo com a realidade local. Para que o CONDEMA cumpra com suas atribuições de maneira satisfatória, é necessário que ele seja representativo. Para isso, o Ministério de Meio Ambiente - MMA recomenda uma composição paritária, ou seja, que considere, em igualdade numérica, representantes do poder público e da sociedade civil organizada, garantindo a participação dos vários segmentos da população. Podem fazer parte do CONDEMA representantes de:

- Secretarias municipais de saúde, educação, meio ambiente, obras, planejamento e outras cujas ações interfiram no meio ambiente,
- Câmara de Vereadores,
- Sindicatos,
- Entidades ambientalistas,
- Grupos de produtores,
- Instituições de defesa do consumidor,
- Associações de bairros,
- Grupos de mulheres, de jovens e de pessoas da terceira idade,
- Entidades de classe (arquitetos, engenheiros, advogados, professores etc.),
- Entidades representativas do empresariado,
- Instituições de pesquisa e de extensão,
- Movimentos sociais e de minorias que sejam importantes para o município.

Além da identificação dos referidos Conselhos, a pesquisa realizada buscou identificar, no âmbito das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, a atribuição de fiscalização.

O **Quadro II.5.3.8-5** e o **Quadro II.5.3.8-6** registram a presença nos municípios da área de estudo dos CONDEMA e demais instâncias de controle e fiscalização identificadas, para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

**Quadro II.5.3.8-5 - Instâncias de Fiscalização e Controle Ambiental, estado do Rio de Janeiro.**

Regiões	Municípios	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Outras Instâncias	Endereço
Microrregião dos Lagos	Cabo Frio	s/inf.	A Coordenadoria Geral de Meio Ambiente de Cabo Frio - RJ tem como objetivos: proteger os ativos ambientais do município; prevenir e atuar em conjunto nos acidentes ambientais; licenciar, autorizar e fiscalizar as atividades potencialmente poluidoras; apurar denúncias de danos ambientais, instaurando procedimentos administrativos.	Av. Assunção - Praça Tiradentes, s/nº, Cabo Frio/RJ CEP: 28908-290 Telefone (22) 2645-4375 - Ramal: 174
	Araruama	s/inf.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araruama	Rua Professor Baster Pilar, s/nº - Parque Araruama, Araruama/RJ CEP: 28970-000
	Saquarema	s/inf.	Secretaria Municipal de Meio de Ambiente de Saquarema	Rua Sergisfredo Bravo, 80 - Centro, Saquarema/RJ CEP:28990-000 Telefone (22) 2031-0437
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Maricá	Criado pelo Decreto nº 003/2011. O conselho possui composição paritária, com participação dos poderes executivo e legislativo, da comunidade científica, de associações civis e de especialistas nas questões relacionadas ao meio ambiente.	s/inf.	Rua Mario Dantas, 147, Centro, Maricá/RJ CEP: 24900-000 Telefone: (21) 2637-8085
	Niterói	Criado pela Lei nº 1.640/98 e regulamentado pelo Decreto nº 7.888/98, é um órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo, fiscalizador e de assessoramento do Sistema Municipal	s/inf.	Rua São João, 214, Centro, Niterói/RJ CEP: 24020-971 Telefone: (21) 2613-2283

Regiões	Municípios	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Outras Instâncias	Endereço
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Criado pela Lei nº 2.390/1995, é um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante do sistema municipal de gestão ambiental.	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente/SMAC é o órgão central do Sistema Municipal de Gestão Ambiental. Atua no licenciamento ambiental e na fiscalização das atividades potencialmente poluidoras.	Rua Afonso Cavalcanti, 455, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20211-110 Telefone: (21) 2976-1000
	Itaguaí	Criado em 26/11/2009.	s/inf.	Av. Isoldakson Cruz de Brito, 18745, V.Margarida, Itaguaí/RJ CEP: 23815-160 Telefone: (21) 2688-8633
Costa Verde	Mangaratiba	s/inf.	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente possui um setor de Fiscalização Ambiental	Rua Coronel Moreira da Silva, 232, Centro, Mangaratiba/RJ CEP: 23860-000 Telefone: (21) 2789-6034
	Angra dos Reis	Criado em 1992, como CMUMA - Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, consolidou-se como um organismo cuja legitimidade política lhe tem garantido a sustentação necessária para apreciar e deliberar assuntos de interesse do município. Dentre as suas atribuições destaca-se a de fiscalização e a de orientação da política urbana.	s/inf.	Rua do Comércio, 17 - Centro - Angra dos Reis - RJ CEP: 239000-010 Telefones: (24) 3368-6418
	Paraty	Instituído pela Lei Orgânica do Município de Paraty de 05 de abril de 1990, possui caráter consultivo, normativo e deliberativo.	s/inf.	Rua Sabiá, 3B Caborê - Paraty/RJ CEP: 23970-000 tel. (24) 33711529

Fonte: PETROBRAS/ICF, 2012 e sites das Prefeituras Municipais.



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

**Quadro II.5.3.8-6 - Instâncias de Fiscalização e Controle Ambiental, estado de São Paulo.**

Região	Municípios	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Outras Instâncias	Endereço
Litoral Norte-SP	Ubatuba	Criado pela Lei nº 3.258/2009.	s/inf.	Rua Cel. Ernesto de Oliveira, 449 - Centro, Ubatuba/SP CEP: 11680-000 Telefone: (12) 3833-4541 / 4636
	Caraguatatuba	Criado pela Lei municipal nº 907/2001.	s/inf.	Av. Frei Pacífico Wagner, 945 - Centro, Caraguatatuba/SP CEP: 11660-280 Telefone: (12) 3897-2530
	Ilhabela	Criado pela Lei nº 699/1997, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente.	s/inf.	Rua José Bonifácio, s/nº - Centro, Ilhabela/SP CEP: 11630-971 Telefone: (12) 3896-9219
	São Sebastião	Criado através da Lei Municipal nº 1.860 de 2007.	s/inf.	Rua Amazonas, 13 - Centro, São Sebastião/SP CEP: 11600-000 Telefone: (12) 3892-6000
Baixada Santista	Bertioga	Criado pela Lei Municipal nº 115 de 1994.	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem como uma de suas atribuições fiscalizar o cumprimento do Plano Diretor e do Código Ambiental do Município.	Rua Luiz Pereira de Campos, 901, Bertioga/SP CEP: 11250-000 Telefone: (13) 3319-8034
	Guarujá	Criado pela Lei Municipal nº 1.218/1975, é o órgão encarregado de zelar e traçar diretrizes sobre o equilíbrio ecológico da área municipal. O conselho determina as providências necessárias para a proteção do meio ambiente, do controle e de combate à poluição.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente atua na fiscalização e controle. Através da Base de Monitoramento Ambiental do Guarujá. Fruto de uma parceria entre a Prefeitura, Ministério Público Estadual e iniciativa privada.	Av. Santos Dummont, 640, Santo Antônio, Guarujá/SP CEP: 11432-502 Telefone: (13) 3362-6363

Região	Municípios	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Outras Instâncias	Endereço
Baixada Santista	Santos	Criado pela Lei nº 1.660/1998. Órgão autônomo e deliberativo no âmbito de sua competência.	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente atua na fiscalização e controle. Além de receber denúncias sobre infrações, supervisiona o licenciamento ambiental e a execução de projetos em que se faz necessária a proteção dos recursos naturais.	Praça dos Expedicionários, nº 10, 5º e 6º andares - Gonzaga - Santos/SP CEP: 11065-500 Telefone (13) 3226 8080
	Cubatão	s/inf.	A Secretaria Municipal de Meio Ambiente detém, como parte de suas atribuições, o controle e o monitoramento ambiental das atividades urbanas que causam poluição do solo, do ar, da água e das reservas ambientais.	Praça dos Emancipadores, s/nº - Centro, Cubatão/SP CEP: 11 510-900
	São Vicente	Criado pela Lei nº 16.532/1984 com caráter consultivo, normativo e de deliberação coletiva. Tem como finalidade assessorar a Prefeitura Municipal em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental.	s/inf.	Rua José Bonifácio, 404, 4º andar - Centro, São Vicente/SP CEP: 11310-080 Telefone: (13) 3569-2256
	Praia Grande	Instituído pela Lei nº 882/1994. Recebeu novo tratamento através da Lei nº 1.108 de 2000. É um órgão autônomo e deliberativo no tratamento de questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, em todo o território do município. Entre suas atribuições está a de diligenciar no sentido de apurar possíveis ações degradadoras, adotando as providências necessárias, sempre que cientificado.	s/inf.	Av. Pres. Kennedy, 9000, Bairro Vila Mirim, Praia Grande/SP CEP: 11704-900 Telefone: (13) 3496-2000
Baixada Santista	Mongaguá	A Lei nº 2.306/2009 reorganizou o Conselho, criado pela Lei nº 1218/1989. Entre as suas atribuições constam: realizar ação fiscalizadora no tocante à	s/inf.	Rua Padre Anchieta, 675 - Centro, Mongaguá/SP

Região	Municípios	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Outras Instâncias	Endereço
		observação da legislação ambiental municipal, analisando e relatando possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal; diligenciar no sentido de sua apuração; sugerir ao Poder Público Municipal a adoção de medidas que entender necessárias.		CEP: 11730-000 Telefone: (13) 3445-3049
	Itanhaém	s/inf.	A Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente possui um setor de Fiscalização Ambiental	Av. Washington Luiz, 75 - Centro, Itanhaém/SP CEP: 11740-000 Telefone: (13) 3421-1600
	Peruíbe	A Lei nº 1.238/1989 criou o Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão local integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente.	s/inf.	Rua 13, nº 475, Antônio Novaes, Peruíbe/SP CEP: 11750-000 Telefone: (13) 3455-7896

Fonte: PETROBRAS/ICF, 2012 e sites das Prefeituras Municipais.

### II.5.3.8.1 - Interação Institucional com as atividades do empreendimento

Nesse tópico, o Termo de Referência - TR solicita a apresentação, para cada entidade da esfera ambiental citada, da justificativa de sua forma de interação direta ou indireta com os empreendimentos, especificando os momentos em que são demandadas suas atividades, os sistemas associados e documentos (autorizações, licenças, anuências, etc.) necessários.

Considerando a estrutura institucional de controle e de fiscalização ambiental anteriormente apresentada, destacam-se no **Quadro II.5.3.8.1-1** as informações solicitadas, quando pertinentes.

**Quadro II.5.3.8.1-1 - Interação Institucional com as atividades do empreendimento.**

Instituições	Motivo de interação direta ou indireta com os empreendimentos	Desenvolvimento de suas atividades no empreendimento	Sistemas associados/ documentos (autorizações, licenças, anuências, etc.) necessários.
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	Interação Direta - Avaliação de impactos	Tempo integral - Concessão das licenças ambientais	Licenças: licença provisória (LP) Licença de Instalação (LI) Licença de Operação (LO)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Interação Direta - Avaliação de Impactos nas Unidades de Conservação	Probabilidade de interação na definição de compensações e de medidas mitigadoras	Anuência/ compartilhamento em programas ambientais
Instituto Estadual do Ambiente – INEA	Interação Indireta Avaliação de impactos Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento de Programas Ambientais e Medidas Mitigadoras
Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA	Interação Indireta Avaliação de impactos Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento de Programas Ambientais e Medidas Mitigadoras
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA	Interação Indireta Avaliação de impactos Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento de Programas Ambientais e Medidas Mitigadoras
CONSEMA - Conselho de Meio Ambiente	Interação Indireta Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento



Instituições	Motivo de interação direta ou indireta com os empreendimentos	Desenvolvimento de suas atividades no empreendimento	Sistemas associados/ documentos (autorizações, licenças, anuências, etc.) necessários.
Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA)	Interação Indireta Avaliação de impactos Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento de Programas Ambientais e Medidas Mitigadoras
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB	Interação Indireta Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento
Conselhos Municipais de Meio Ambiente	Interação Indireta Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento
Secretarias Municipais de Meio Ambiente	Interação Indireta Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento	Acompanhamento do Processo de Licenciamento

Além disso, o referido TR solicita a especificação das ações demandadas pelas entidades das diferentes esferas ambientais para o tratamento dos impactos socioeconômicos e impactos em unidades de conservação, informando sobre projetos, programas, termos de ajustamento e convênios correspondentes (apresentar objetivos, atores envolvidos, resultados), quando houver.

É importante destacar que não se dispõe de informações, a partir de consulta de dados secundários e *sites* oficiais, que possibilitem o registro e detalhamento das referidas ações, podendo-se apenas indicar o que atualmente ocorre nos termos dos convênios firmados pela PETROBRAS a seguir:

- **Convênio nº 4600324338**

**Partes:** PETROBRAS, Transpetro e Fundação Florestal.

**Objetivo:** Colaboração na gestão de áreas do Parque Estadual da Serra do Mar - PESM, sob influência das atividades da PETROBRAS e suas subsidiárias.

**Órgão conveniado:** Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de SP (Fundação Florestal).

**Unidades de Operação da PETROBRAS atendidas pelo convênio:** Abastecimento, Gás e Energia, Transpetro - (E&P estava inicialmente envolvido devido ao projeto do C5+, porém hoje este projeto não será mais realizado).

**Prazo:** 5 anos (12/01/2011 a 16/12/2015).

**Valor:** R\$ 25.790.070,00.

**Obrigações PETROBRAS:** Efetuar o aporte financeiro e elaborar o planejamento para a recuperação/manutenção do leito carroçável na Estrada da Limeira e Rio Pardo, acessos às faixas de dutos e de outras instalações da empresa que cortam o território do PESM.

**Resultados:** Pelo fato do Plano de Trabalho do convênio encontrar-se em revisão, não há resultados até o momento.

- **Convênio nº 4600308701**

**Partes:** PETROBRAS e CETESB.

**Objetivo:** Cooperação para o desenvolvimento da qualificação profissional na área de meio ambiente no estado de São Paulo e para a criação e desenvolvimento de sistema para uniformizar e compilar os pressupostos técnicos dos licenciamentos ambientais e outros estudos. **Objetivos específicos:** treinamento de estagiários de nível superior, oferecimento de curso de pós-graduação a profissionais de ambas as instituições e desenvolvimento do sistema "Sala de Cenários".

**Órgão conveniado:** Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

**Unidades de Operação da PETROBRAS atendidas pelo convênio:** nenhuma em específico, o benefício é institucional.

**Prazo:** 5 anos (12/04/2010 a 10/04/2015).

**Valor:** R\$ 14.010.000,00.

**Obrigações PETROBRAS:** Efetuar o aporte financeiro, contribuir para o desenvolvimento do curso de pós-graduação, contribuir para o desenvolvimento e instituição da "Sala de Cenários" e do sistema de gestão de dados (contribuição técnica e compartilhamento de dados e informações).

**Resultados:** A contratação de estagiários de pós-graduação significou um importante apoio técnico às Diretorias de Controle e Licenciamento Ambiental e de Avaliação de Impacto Ambiental, além do que, o programa de estágio promoveu a capacitação de diversos profissionais no Estado. Também houve capacitação de profissionais da PETROBRAS por meio de cursos *in company* oferecidos pela CETESB.

- **Termo de Cooperação entre a PETROBRAS e a CETESB**

**Objetivo:** Cooperar na elaboração do Relatório de Referência do setor de energia, a ser preparado pela CETESB, por meio da estimativa das emissões de Gases de Efeito Estufa (CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O) das atividades da PETROBRAS no Estado de São Paulo. Os dados e informações fornecidos pela PETROBRAS também servirão de apoio para a preparação do inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa do Estado de SP.

**Órgão conveniado:** Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)

**Unidades de Operação da PETROBRAS atendidas pelo convênio:** Unidades operadas pela PETROBRAS e suas subsidiárias (Transpetro, BR Distribuidora e Liquigás) no Estado de SP, que têm suas emissões inventariadas por meio do SIGEA® (Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas), excetuando-se suas usinas Termelétricas (UTE-EZR - Euzébio Rocha, e UTE-FEG - Fernando Gasparian) e as unidades de exploração e produção de petróleo *offshore*.

**Prazo:** 4 anos (12/04/2010 a 17/09/2014)

**Valor:** Não há transferência de recursos financeiros entre as partes.

**Obrigações PETROBRAS:** Disponibilizar os dados de emissões de Gases de Efeito Estufa relativos à soma de todas as instalações da PETROBRAS no Estado de SP, referentes ao setor de energia, exceto as usinas Termelétricas (UTE-EZR - Euzébio Rocha, e UTE-FEG - Fernando Gasparian) e as unidades de exploração e produção de petróleo *offshore*.

**Resultados:** Relatórios contendo a estimativa das emissões de Gases de Efeito Estufa (CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O) das atividades da PETROBRAS no Estado de São Paulo, abrangendo as unidades citadas anteriormente. Os relatórios relacionam-se com os seguintes períodos: 1990 a 2008, 2009 a 2012 e 2013.

- **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**

**Objetivo:** Recuperação e reabilitação das áreas descritas no Projeto de Recuperação Florestal anexo ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, conforme descrição e localização constantes no Inquérito Civil IC nº 01/99, que tramita na Comarca de Caraguatatuba, e apenso aos IC nº 27/02 e IC nº 14.0701.0000129/10-6, ambos instaurados pelo GAEMA - Litoral Norte (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – Núcleo Litoral Norte).

**Partícipes:** PETROBRAS, Ministério Público do Estado de SP, representado pelo GAEMA/Litoral Norte, com anuência da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

**Prazo:** 4 anos (29/12/2010 a 28/12/2014).

**Obrigações da PETROBRAS:** Adotar as medidas e condicionantes técnicas estabelecidas no Projeto de Recuperação Florestal, Projeto de Sistema de Drenagem e Cronograma Físico-financeiro de Execução da Obra já devidamente aprovados pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, de modo a corrigir, recompor e reabilitar as áreas descritas no referido projeto, observando os prazos assinalados que terão seu início a partir da data da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta.

**Valor:** R\$ 2.056.020,67

**Resultados:** O detalhamento do projeto de plantio e projeto de drenagem foi concluído, tendo sido devidamente aprovado pelo Parque e pelo Ministério Público do Estado de SP. Até julho de 2013 foi realizado o plantio de 680 mudas nas jazidas 1, 2 e 3.

### II.5.3.9 - Instrumentos de Gestão Ambiental

As informações em seguida apresentadas foram identificadas a partir de pesquisa realizada nos sites oficiais de instituições públicas federais, estaduais e

municipais responsáveis pela concepção e execução dos principais instrumentos de gestão ambiental dos municípios da área de estudo.

É importante destacar que essas informações têm interface com o tópico A da seção II.5 - Diagnóstico Ambiental, no que se refere aos Planos e Programas também compreendidos como instrumentos de gestão ambiental.

Durante a pesquisa foi privilegiada a identificação de instrumentos de gestão voltados para a zona costeira e o ordenamento territorial das cidades nos termos das iniciativas de educação ambiental, planos de manejo de Unidades de Conservação - UC, zoneamento ecológico-econômico, planos diretores municipais e planos de ordenamento pesqueiro. Contudo, destaca-se que nem todos os tipos de instrumentos acima citados encontram-se disponíveis para todos os municípios integrantes da área de estudo.

Esses instrumentos consistem em ações de caráter normativo, preventivo, corretivo, de controle e fiscalização de um território marcado pela diversidade de usos e formas de ocupação.

A zona costeira é um território onde se tem um mosaico constituído por espaços diferenciados: áreas de acentuada urbanização, espaços portuários e indústrias, áreas relevantes para o uso das atividades turísticas, áreas de uso das populações tradicionais (pescadores artesanais, caiçaras, ilhéus, quilombolas, indígenas, etc.). Nesse contexto, os instrumentos de gestão ambiental aqui apresentados, podem ser compreendidos como instrumentos de mediação de conflitos desses usos e de controle dos eventuais impactos sobre o ambiente marinho.

As faixas litorâneas da área de estudo apresentam, ainda, diversidade na densidade de ocupação e ocorrência de ecossistemas com relevante grau de preservação ambiental, como dunas, manguezais, baías e estuários, que vêm sendo alvo de acelerado processo de ocupação, demandando ações preventivas.

Dada à fragilidade desses ambientes e à complexidade de sua gestão, existe uma preocupação relacionada à capacitação e mobilização dos diversos gestores envolvidos, tendo como objetivo intervenções integradas das políticas públicas incidentes na região da área de estudo. Nesses termos, destacam-se o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC; o Plano Nacional de Recursos

Hídricos - PNRH, o Plano Diretor, os Planos de Manejo de Unidades de Conservação e a Agenda 21.

### **C) Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC**

A estratégia, a política e os planos nacionais referentes à gestão integrada da zona costeira e marinha e à proteção desses ambientes são implementados sob supervisão do Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio do Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho, no âmbito da Diretoria de Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA.

O PNGC foi promulgado pela Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, e tem sido executado pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO. Tem como objetivo preponderante “planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na zona costeira, de forma a garantir sua utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros”, onde a área de influência dessas atividades está inclusa.

A operacionalização deste objetivo pressupõe o desenvolvimento de uma estratégia de sistematização da informação, com conhecimento da realidade e com planejamento, levando a ações de execução baseadas no envolvimento e na integração intersetorial das ações públicas e entre governo e sociedade.

Nesta estrutura de funcionamento o Ministério do Meio Ambiente atua como coordenador e os estados litorâneos como executores, os quais buscam integrar suas ações com os municípios. A Coordenação Nacional insere-se no âmbito da SQA, que possui como atribuição a proposição de políticas e normas, a definição de estratégias e a implementação de programas e projetos nos temas relacionados com o ordenamento territorial e a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.

O PNGC foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO, fórum de integração das ações federais voltadas à zona costeira, que funciona no campo de ação da Comissão

Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, sob a coordenação do MMA. O PNGC conta com a participação de setores federais, de representantes dos Estados, municípios e das organizações não governamentais de regiões costeiras representadas no CONAMA. O trabalho intersetorial é reforçado pela Câmara Técnica Permanente do Gerenciamento Costeiro, no âmbito do CONAMA.

O campo de atuação do PNGC é bastante amplo, seu Artigo 5º da Lei nº 7.661/88, extrapola a preocupação estritamente de preservação ambiental e contempla, entre outros, os seguintes aspectos: urbanização, ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e desmembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; pesca e aquicultura; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

O contexto de inserção do PNGC inclui, na esfera internacional, a "Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar" (CNUDM, Montego Bay, 1982), que entrou em vigor em 1994 e possui uma relação direta com o Plano, ao destacar, no seu Artigo 194 que "... a necessidade dos países em prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho. e esforçarem-se por harmonizar as suas políticas a esse respeito"... Esses pressupostos constam também na "Declaração do Rio de Janeiro, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" de 1992, e no capítulo 17 da Agenda 21.

E, posteriormente, essas orientações desdobram-se no Programa Global de Ação para Proteção do Meio Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra - GPA, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, de 1995, do qual o Brasil é um dos signatários na Agenda 21 Brasileira, lançada em 2002. A Agenda 21 Brasileira reconhece e afirma a necessidade de continuidade do Projeto de Gerenciamento Costeiro enquanto ação que contempla os princípios básicos para promoção do desenvolvimento sustentável no País.

As ações do MMA no âmbito do PNGC podem ser nomeadas nos seguintes termos:

- Macro diagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União (1:2.500.000, 1:1.000.000, 1:250.000);

- Plano de Ação Federal para a Zona Costeira;
- Agenda Ambiental Portuária;
- Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro - Banco de Dados da Coordenação Nacional;
- Publicações e eventos destinados à capacitação das equipes estaduais;
- Os impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira;
- Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira;
- Avaliação das Normas Legais Aplicáveis ao Gerenciamento Costeiro;
- Caracterização dos Ativos Ambientais em Áreas Selecionadas da Zona Costeira Brasileira;
- Roteiro de Análise Econômica para o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro;
- Perfil dos Estados Litorâneos do Brasil: subsídios a Implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro;
- Manual do Projeto Orla - Fundamentos para Gestão Integrada;
- Manual do Projeto Orla - Manual da Gestão;
- Manual do Projeto Orla - Subsídios para um Projeto de Gestão;
- Planos de Intervenção do Projeto Orla.

Além dos instrumentos de gerenciamento ambientais previstos no artigo 9º da Lei nº 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, são considerados para o PNGC os seguintes instrumentos de gestão:

- Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, legalmente estabelecido, deve explicitar os desdobramentos do PNGC, incluindo a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução;
- Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC, legalmente estabelecido, deve explicitar os desdobramentos do PNGC e do PEGC. O PMGC deve guardar estreita relação com os planos de uso e ocupação territorial e outros pertinentes ao planejamento municipal;
- Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO, integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente



(SINIMA), possibilita a interação de informações do PNGC, proveniente de banco de dados, sistema de informações geográficas e sensoriamento remoto, devendo propiciar suporte aos subsistemas gerenciados pelos Estados e municípios;

- Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA-ZC apresenta uma estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental da Zona Costeira, e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão;
- Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC que consiste no procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e, sobretudo, de avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações desenvolvidas da gestão. Esse Relatório deve ser elaborado, periodicamente, pela Coordenação Nacional de Gerenciamento Costeiro, a partir dos relatórios desenvolvidos pelas Coordenações Estaduais;
- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC que é definido como sendo o instrumento balizador do processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional;
- Plano de Gestão da Zona Costeira - PGZC que compreende a formulação de um conjunto de ações estratégicas e programáticas, articuladas e localizadas, elaboradas com a participação da sociedade, que visam orientar a execução do Gerenciamento Costeiro. Esse plano poderá ser aplicado nos diferentes níveis de governo e em variadas escaladas de atuação;
- Plano de Ação Federal para a Zona Costeira - PAF, que se constitui como um instrumento de ação mais objetivo, estabelecendo um referencial de atuação programática da União no território da costa. Nas suas três linhas de ação, cobre um amplo espectro de projetos voltados para o ordenamento ambiental territorial, a conservação e proteção do patrimônio

natural e cultural, o controle e o monitoramento de fenômenos, dinâmicas e processos incidentes na costa brasileira.

As atribuições do PNGC estão partilhadas em nível Federal, Estadual e Municipal da seguinte forma:

### ***Esfera Federal***

- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA, em função de sua área de competência; como órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, coordenará a implementação do PNGC, e terá ainda as seguintes atribuições:
  - Acompanhar e avaliar permanentemente a implementação do PNGC, observando a compatibilização dos Planos Estaduais e municipais com o PNGC e com as demais normas federais, sem prejuízo da competência dos outros órgãos;
  - Promover a articulação intersetorial e interinstitucional;
  - Promover o fortalecimento institucional, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;
  - Propor normas gerais, referentes ao controle e manutenção de qualidade do ambiente costeiro;
  - Promover a consolidação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO;
  - Estabelecer procedimentos para ampla divulgação do PNGC;
  - Estruturar, implementar e acompanhar os Programas de Monitoramento;
  - Controlar e Ordenar as áreas de sua competência.
- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**, que de acordo com sua área de competência e como órgão executor federal das políticas e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, tem as seguintes atribuições:

- Executar a parte federal de controle e manutenção da qualidade do ambiente costeiro, em estrita consonância com as normas estabelecidas pelo CONAMA;
- Apoiar e participar da consolidação do SIGERCO, articulando-se com o MMA e os demais órgãos integrantes do SISNAMA nas ações necessárias a sua plena operacionalização;
- Executar e acompanhar os Programas de Monitoramento, Controle e Ordenamento;
- Propor ações e projetos para inclusão no Plano de Ação Federal;
- Executar ações visando à manutenção e à valorização das atividades econômicas sustentáveis nas comunidades tradicionais da Zona Costeira;
- Executar as ações do PNGC segundo as diretrizes definidas pelo MMA;
- Elaborar Planos Operativos Anuais referentes às atividades de sua competência, de forma compatível com as prioridades definidas no Plano de Ação Federal;
- Subsidiar informações e resultados obtidos na execução do PNGC, com vistas ao Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira;
- Colaborar na compatibilização das ações do PNGC com as políticas públicas que incidem na Zona Costeira;
- Proceder ao licenciamento ambiental dos empreendimentos ou atividades de repercussão regional ou nacional incidentes na Zona Costeira, em observância às normas vigentes.

### ***Esfera Estadual***

Os principais instrumentos previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (versões PNGC e PNGC II) para exercer a administração da zona costeira em nível regional é o PEGC, que deve originar-se do PNGC visando à implementação das políticas estaduais de Gerenciamento Costeiro, incluindo a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais.

Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em articulação intergovernamental, com os municípios e com a sociedade. Mais adiante será detalhado o Plano de Gerenciamento Costeiro de cada um dos Estados integrantes da área de estudo. São atribuições dos Estados:

I - designar o coordenador para execução do PEGC;

II - elaborar, implementar, executar e acompanhar o PEGC, obedecidas a legislação federal e o PNGC;

III - estruturar e manter o subsistema estadual de informação do gerenciamento costeiro;

IV - estruturar, implementar, executar e acompanhar os instrumentos previstos no Art. 7º, bem como os programas de monitoramento cujas informações devem ser consolidadas periodicamente em Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira Estadual (RQA-ZC), tendo como referências o macro diagnóstico da zona costeira, na escala da União e o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira PAF;

V - promover a articulação intersetorial e interinstitucional em nível estadual, na sua área de competência;

VI - promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;

VII - elaborar e promover a ampla divulgação do PEGC e do PNGC;

VIII - promover a estruturação de um colegiado estadual.

No estado do Rio de Janeiro essas atribuições estão a cargo da Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e, em São Paulo, da Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA).

### ***Esfera Municipal***

Os municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, planejarão e executarão suas atividades de Gerenciamento Costeiro em

articulação intergovernamental e com a sociedade, possuindo as seguintes atribuições:

- Elaborar, implementar, executar e acompanhar o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro, observadas as diretrizes do PNGC e do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar o sistema municipal de informações do Gerenciamento Costeiro;
- Estruturar, implementar e executar os programas de monitoramento;
- Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;
- Promover a estruturação de colegiado municipal.

Conforme mencionado, dentre os instrumentos de gestão considerados pelo PNGC, destaca-se o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira - PAF, inicialmente editado em 1998 e estruturado com quatro programas e 32 linhas de ação, das quais 12 delas de competência do MMA. Nesse contexto, a meta do PAF era promover as articulações das atividades e ações na zona costeira. Com base nos programas do PAF, foi elaborado pelo GI-GERCO o texto do Decreto Federal nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, que estabeleceu os limites, princípios, objetivos, instrumentos e competências para a gestão, bem como as regras de uso e ocupação da zona costeira, especialmente da orla marítima.

É importante destacar que em 2002, o Governo Federal tinha institucionalizado o processo de zoneamento no País, através do Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002, fornecendo, assim, as bases legais necessárias ao Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil - ZEE-Brasil. O ZEE é o instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza.

O segundo PAF, editado em 2005, avançou na implementação de algumas metas previstas no plano anterior, em especial no que diz respeito às Agendas Ambientais Portuárias e ao Projeto Orla. Entre as parcerias institucionais que foram estabelecidas no âmbito do PAF, destacam-se a Secretaria do Patrimônio

da União - SPU, o IBAMA e a Marinha do Brasil, as quais, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, foram responsáveis pelo conjunto dos programas. Destacam-se como resultados daí advindos:

- Assistência técnica a municípios, com capacitação de gestores para elaboração de propostas de reordenamento dos usos e ocupação da orla;
- Base de fundamentação consolidada e de modelos de delimitação e disciplinamento da orla, orientados por conceitos e guias metodológicos validados para diagnóstico e elaboração de cenários;
- Mecanismos consolidados (convênios de cooperação técnica) para compartilhamento da gestão da orla entre municípios e a União.

Com relação às medidas referentes ao maior conhecimento do universo de atuação do Plano, podem ser registrados alguns avanços:

- Atualização do macro diagnóstico da zona costeira do Brasil, com a criação de um banco de dados digital sobre o tema;
- Publicação dos estudos sobre ativos ambientais costeiros, normas e legislações incidentes, e de metodologia de análise de custo-benefício;
- Estudos sobre convenções e normas internacionais, relativos ao transporte marítimo e às atividades portuárias, petrolíferas e turísticas;
- Levantamento da biodiversidade da zona costeira, fazendo um balanço do conhecimento existente no campo da biologia e indicando as áreas prioritárias para conservação, aquelas em que as ações pertinentes são insuficientemente conhecidas;
- Sistematização do conhecimento sobre a hidrodinâmica e os processos erosivos na zona costeira do Brasil;
- Realização de estudos com vistas à definição de uma metodologia de monitoramento e controle de poluição marinha causada por fontes localizadas em terra.

No que se refere especificamente ao Projeto de Gestão Integrada para a Orla Marítima - Projeto Orla, trata-se de uma iniciativa do Governo Federal, desenvolvida a partir de uma proposição do GI-GERCO sob a coordenação da Secretaria de Mudanças Climáticas e de Qualidade Ambiental do Ministério do

Meio Ambiente - SMCQ/MMA e a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento - SPU/MP.

Segundo informação disponível no *site* do Ministério de Meio Ambiente<sup>40</sup>, as ações do Projeto Orla buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. Os seus objetivos estão baseados nas seguintes diretrizes:

- Fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;
- Desenvolvimento de mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada;
- Valorização de ações inovadoras de gestão, voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos.

Dada sua natureza e os seus objetivos, o Projeto Orla pressupõe o município, ou seja, o Poder Executivo Local, como o principal agente no processo de gestão da orla marítima, tendo este nível de governo o papel de definidor e executor das ações locais. Cabe aos municípios:

- Formular proposta de adesão ao Projeto;
- Elaborar agenda de atividades;
- Organizar e listar documentos técnicos, cartográficos, base legal e logística;
- Elaborar o Plano de Gestão Integrada da Orla;
- Convocar audiências públicas para legitimação do Plano de Gestão Integrada, da composição do Comitê Gestor da Orla, dos projetos e das ações;
- Criar o Comitê Gestor da Orla;
- Propor a celebração de convênios junto à SPU e outras instituições;

<sup>40</sup> (<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/projeto-orla>), consultado em 23/05/2013

- Coordenar a execução das ações propostas no Plano de Gestão Integrado.

### ***Ações de Implantação do Gerenciamento Costeiro na área de estudo***

Com relação ao estágio de execução das proposições do PNGC na área de estudo, tem-se a seguinte situação:

- **Estado de São Paulo**

O instrumento Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, implantado no estado de São Paulo na zona costeira, objeto do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, está em vigor desde 1998. O ZEE do setor Litoral Norte foi regulamentado em 2004 e aprovado em 25 de março de 2013.

No estado de São Paulo, o PEGC, instituído pela Lei Estadual nº 10.019/98, tem como finalidade promover a conservação dos ecossistemas costeiros e a melhoria da qualidade ambiental na zona costeira, a qual foi elevada à categoria de Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988. O Plano contempla a identificação das unidades territoriais que devem ser objeto de disciplina especial (arts. 9 e 10) a ser estabelecida em decreto (art. 13), bem como a elaboração de Planos de Ação e Gestão (art. 14), a serem aprovados por decreto.

O artigo 9º da Lei Estadual nº 10.019/98 define os instrumentos necessários à gestão da zona costeira do estado de São Paulo:

- **Zoneamento Ecológico - Econômico** - principal instrumento de ordenamento territorial, estabelece as normas disciplinadoras para ocupação do solo e uso dos recursos naturais que compõem os ecossistemas e aponta as atividades econômicas mais adequadas para cada tipologia de zona.
- **Sistema de Informações** - conjunto de informações cartográficas, geoambientais, estatísticas, socioeconômicas e de sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite), organizadas para subsidiar a gestão ambiental.



- **Plano de Ação e Gestão** - conjunto de programas e projetos setoriais e integrados, compatíveis com diretrizes estabelecidas no zoneamento, de modo a alcançar metas de qualidade ambiental para os diversos setores costeiros.
- **Controle e Monitoramento** - conjunto de procedimentos orientadores do licenciamento e fiscalização das atividades socioeconômicas, a partir do acompanhamento de alterações na cobertura vegetal, no uso do solo e na qualidade das águas.

O cumprimento do Plano prevê a utilização do conjunto de instrumentos de gestão ambiental e territorial propostos pela Política Nacional do Meio Ambiente, e parte do fato de que o litoral paulista conta com três dos cinco patrimônios naturais consagrados na Carta Maior: a Serra do Mar, a Mata Atlântica e a Zona Costeira.

Para efeito de estruturação do PEGC, fundamentado no art. 5º da Lei nº 7.661/88, a Zona Costeira Paulista foi dividida em quatro grandes áreas de planejamento: Litoral Norte; Baixada Santista; Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia; e Vale do Ribeira (**Quadro II.5.3.9-1**).

**Quadro II.5.3.9-1 - Setores do gerenciamento costeiro do estado de São Paulo.**

Setor Costeiro	Municípios
Litoral Norte	Ubatuba; Caraguatatuba; Ilhabela; São Sebastião.
Baixada Santista	Bertioga; Guarujá; Santos; Cubatão; São Vicente; Praia Grande; Mongaguá; Itanhaém; Peruíbe.
Complexo estuarino lagunar de Iguape e Cananéia	Cananéia; Iguape; Ilha Comprida.
Vale do Ribeira	Apiaí; Barra do Chapéu; Barra do Turvo; Cajati; Eldorado; Iporanga; Itaoca; Itapirapuã Paulista; Itariri; Jacupiranga; Juquiá; Juquitiba; Miracatu; Pariquera-Açu; Pedro de Toledo; Registro; Ribeira; São Lourenço da Serra; Sete Barras e Tapiraí.
<b>Total</b>	<b>36 municípios</b>

Fonte: Lei Federal nº 7.661/88.

Integram a área de estudo os municípios pertencentes aos Setores Costeiros do Litoral Norte e Baixada Santista do estado de São Paulo.

Com relação ao Projeto Orla, foram atendidos, segundo informações disponíveis no *site* do Ministério de Meio Ambiente<sup>41</sup>, os municípios de Ubatuba, Ilhabela, Caraguatatuba e São Sebastião, todos integrantes da área de estudo. E, de acordo com o documento 2011 do MMA/ SEDR/ DZT/ GC, encontravam-se em andamento ações para iniciar o Projeto orla no município do Guarujá.

Destaca-se ainda no estado o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte do estado de São Paulo, instituído por meio do Decreto Estadual nº 49.215, em 7 de Dezembro de 2004, que constitui um marco no processo de implantação do Gerenciamento Costeiro, na medida em que está calcado no processo participativo e numa sólida base técnica e cartográfica. Além disso, sua formulação foi precedida de inúmeras reuniões públicas, das quais participaram diferentes segmentos sociais interessados na questão, como os técnicos das prefeituras, pesquisadores científicos, empresários, pescadores, agricultores, maricultores e ambientalistas, entre outros.

- **Estado do Rio de Janeiro**

A Lei Estadual nº 5.067, aprovada em 09 de julho de 2007, regulamentou o ZEE do estado do Rio de Janeiro e conferiu competência à Secretaria de Estado do Ambiente para coordenação da elaboração e execução do projeto, em conjunto com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Obras.

A referida Lei estabeleceu que o ZEE deveria contemplar as dez regiões hidrográficas do Estado e determinou critérios para a implantação da atividade de silvicultura econômica no estado do Rio de Janeiro.

Posteriormente, a Lei nº 5.067 foi regulamentada sob a forma do Decreto nº 41.968, de 29 de julho de 2009, no que tange às atividades de silvicultura consideradas de pequeno e médio porte, condicionando a regulamentação de

---

<sup>41</sup> <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/projeto-orla/municipios-atendidos> acesso em maio de 2013.

atividades consideradas de grande impacto às indicações apresentadas pelo zoneamento e a elaboração de EIA/RIMA.

O quadro ambiental da costa do estado do Rio de Janeiro apresenta enorme complexidade. Corresponde a uma faixa de 600 km de extensão por aproximadamente 40 km de largura, composta por 34 municípios, com características peculiares no que diz respeito aos interesses de preservação, ao potencial turístico e de desenvolvimento urbano e às pressões da especulação imobiliária, de atividades industriais e portuárias de porte, dos quais 10 estão inseridos na área de estudo.

Nessa região, caracterizada por uma grande variedade de ecossistemas frágeis e relevantes, concentram-se atividades econômicas diversas, muitas delas conflitantes com a sustentabilidade do meio ambiente que as abriga.

O **Quadro II.5.3.9-2** apresenta os setores do gerenciamento costeiro do estado do Rio de Janeiro.

**Quadro II.5.3.9-2 - Setores do gerenciamento costeiro no estado do Rio de Janeiro.**

Setor Costeiro	Municípios
Setor 1 - Litoral Sul	Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri.
Setor 2 - Litoral da Baía de Guanabara	Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Belfor. Roxo, S. J. de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Itaboraí, Niterói e Maricá.
Setor 3 - Litoral da Região dos Lagos	Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, S. Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.
Setor 4 - Litoral Norte Fluminense	Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana.
<b>Total</b>	<b>34 municípios</b>

Fonte: <http://www.ief.rj.gov.br/fma/gerenciamento-costeiro.asp>

A área de estudo é constituída, parcialmente, pelos seguintes setores Costeiros: Litoral Sul (municípios de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí), Litoral da Baía de Guanabara (municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá) e Litoral da Região dos Lagos (municípios de Saquarema, Araruama e Cabo Frio).

Com o apoio financeiro da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e, posteriormente, do MMA, foram obtidos avanços, dos quais dois envolvem municípios integrantes da área de estudo do empreendimento: a elaboração de Planos Diretores de Unidades de Conservação, em áreas costeiras, com destaque para a APA de Maricá, e a elaboração do Macro Plano de Gestão da Bacia da Baía de Sepetiba. Os demais municípios estão vinculados às ações previstas nos planos diretores tais como:

- Fortalecimento da infraestrutura operacional para gerenciamento costeiro;
- Treinamento e capacitação de pessoal na área de gestão costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Monitoramento da Zona Costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Gestão para a Zona Costeira;
- Elaboração do Macrozoneamento do Litoral Norte (parcial);
- Implantação do Sistema de Informações para o Gerenciamento Costeiro - SIGERCO;
- Fortalecimento dos arcabouços institucional e legal;
- Mapeamento de áreas frágeis a serem protegidas, em apoio ao Plano de Contingência (derramamento de óleo) da Baía de Guanabara;
- Estudos biológicos das áreas de restinga do estado, etc..
- Além disso, algumas atividades foram desenvolvidas pelo órgão estadual:
- Apoio à regulamentação da Lei nº 7.661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em suporte ao Ministério do Meio Ambiente;
- Participação em grupo de trabalho para implementação de projeto piloto e controle de água de lastro no Porto de Sepetiba;
- Apoio no cumprimento do Projeto Orla, que visa ao ordenamento desta fração da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla;
- Apoio na efetivação da Agenda Ambiental Portuária que visa ao fortalecimento da capacidade dos portos brasileiros para o controle ambiental;
- Apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção

do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização das Nações Unidas - PNUMA/ONU;

- Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara, desenvolvido no âmbito do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA. A supervisão do Plano ocorre sob responsabilidade do INEA, tendo como principal objetivo fortalecer os instrumentos e procedimentos de gestão na região, integrando em sua estrutura os diversos segmentos sociais que direta ou indiretamente se relacionam com a Baía de Guanabara;
- Apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o planejamento de unidades de conservação, o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros.
- No estado do Rio de Janeiro, a Lei estabeleceu os seguintes instrumentos de gerenciamento costeiro:
  - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro: integração, sob o ponto de vista metodológico e cartográfico, dos diversos instrumentos existentes de ordenamento do uso do solo.
  - Planos de Gestão da Zona Costeira: proposição do Plano de Gestão da Zona Costeira do Estado integrando as diversas ações setoriais que incidem sobre a zona costeira.
  - Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro: continuidade ao processo de implantação da base de dados e integração com outros bancos de dados.
  - Monitoramento da Qualidade Ambiental: modernização e ampliação da rede de monitoramento da qualidade ambiental, sobretudo no que se refere aos aspectos faunísticos, florísticos e socioeconômicos. Incorporação da tecnologia de sensoriamento remoto no processo de acompanhamento das interferências antrópicas sobre o meio ambiente.

- Plano Estadual de Gestão Costeira: proposição de Projeto de Lei integrando os instrumentos legais existentes e definindo o modelo institucional para gerenciamento da costa.
- Plano Municipal de Gestão Costeira: Programa de Apoio à Gestão Ambiental nos Municípios.

A Diretoria de Gestão das Águas e do Território (DIGAT/GEGET) coordena o Gerenciamento Costeiro no estado do Rio de Janeiro, que responde por programas como o Projeto Orla - Gestão Integrada da Orla Marítima, o Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande e o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba - PDS Sepetiba, que tem como centralidade a gestão integrada das áreas protegidas, terrestres e marinhas.

A seguir tem-se um breve resumo desses programas<sup>42</sup> que abrangem a área de estudo:

**Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande:** resulta de uma parceria entre a SEA, o INEA e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO. Tem como objetivo garantir a conservação, a longo prazo, da baía da Ilha Grande e fomentar o uso sustentável dos ecossistemas e da biodiversidade tanto terrestre quanto marinha da região. Além disso, esse projeto visa articular as múltiplas iniciativas, já em curso e previstas para a região, orientando as práticas setoriais de gestão do território e seus recursos naturais. O objetivo é harmonizar as sobreposições e os conflitos e desta forma garantir a qualidade ambiental necessária à manutenção da integridade ecológica e da biodiversidade da região, aspectos fundamentais para garantir a qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico dessa área.

A região da Baía da Ilha Grande inclui os territórios dos municípios de Paraty e Angra dos Reis, ambos integrantes da área de estudo do Etapa 2, onde existe uma série de empreendimentos que, através da ocupação de encostas, de margens de rios e de áreas de manguezais, causam entre outros fatores, desmatamentos e poluição das águas.

Destacam-se também empreendimentos de grande porte, como um porto comercial, um terminal de petróleo, um terminal de minérios, duas usinas

<sup>42</sup> Fonte: <http://www.inea.rj.gov.br/fma/gerenciamento-costeiro.asp>

nucleares (a terceira em construção) e um estaleiro. Segundo o documento acima citado, devido à presença dessas atividades, estima-se um total de 2.000 embarcações de pequeno, médio e grande porte circulando pela Baía da Ilha Grande e Porto de Sepetiba.

O Plano de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande surge como uma oportunidade para avançar no sentido da aplicação de práticas adequadas para utilização dos recursos naturais, da produção do conhecimento, da organização para a gestão, da promoção da educação e divulgação do tema da biodiversidade e do fortalecimento das instituições envolvidas. O Plano também busca trabalhar as interfaces entre as muitas unidades de conservação ali existentes e a serem consolidadas, com o comitê da bacia hidrográfica e com o espelho d'água.

**Projeto de Gestão Integrada da orla marítima** - Projeto Orla: em 2003, o projeto trabalhou 15 municípios do Estado e destes, integram a área de estudo os municípios de: Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Saquarema, Araruama e Cabo Frio.

Posteriormente, em 2010, foi realizado o Plano de Gestão Integrada da Orla de Niterói (integrante da área de estudo) e Campos dos Goytacazes; e, em 2011 o município de São João da Barra. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM participou como a instituição responsável pelo repasse da metodologia do projeto para os municípios, orientando a elaboração de seus respectivos Planos de Intervenção na Orla Marítima.

É importante destacar que o relatório de 2011 do MMA/ SEDR/ DZT/ GC registra que dos 16 municípios envolvidos, acima citados, com exceção de Campos dos Goytacazes, os demais elaboraram seu respectivo Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI, no entanto, nenhum deles chegou a ser legitimado em Audiência Pública. Além disso, o referido documento destaca que o estado do Rio de Janeiro não formou nenhum Comitê Gestor do Projeto Orla, e que apenas dois Comitês estavam, naquele momento, em formação (nos municípios de Niterói e Campos dos Goytacazes), chamados de pré-comitês. Isto acontece porque os dois municípios estavam em fase de elaboração dos seus PGIs.

**Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba - PDS-Sepetiba:** tem como objetivo principal, propor um conjunto de ações necessárias para construir a estratégia de desenvolvimento sustentável da baía, e que comporão um programa de investimentos a ser executado pelo Governo do Estado, contando com recursos a serem obtidos junto a organismo nacional ou internacional de fomento. Esta estratégia será traduzida em termos de um programa de investimentos, em ações estruturais e não estruturais voltadas à recuperação, proteção ambiental e também à consolidação de atividades antrópicas compatíveis com as características e as vocações da região. A metodologia para o desenvolvimento do PDS - Sepetiba está fundamentada na articulação das diferentes visões sobre as forças atuantes na região, apoiando-se na elaboração de cenários. Para elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba foi contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID o Consórcio CKC/COBRAPE.

Para finalizar destaca-se que a participação dos municípios no âmbito do PNGC tende a ocorrer a partir de iniciativas pontuais tais como aquelas integrantes do Projeto Orla e demais projetos e ações que propiciam interferências diretas, conforme mencionado.

#### **D) Plano Nacional de Recursos Hídricos**

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) divide entre a União e os Estados o domínio da água, definindo os domínios da União como sendo os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado (CF art. 20, inciso III); e domínio dos Estados, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, na forma da lei, as decorrentes de obras da União (CF, art. 26, inciso I).

Não se observa menção à competência municipal, que é, no entanto, a instância em que os processos decisórios e práticas de transformação do território ocorrem. De acordo com a Constituição, Cap. VI. Art. 31, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento



básico, de uso, ocupação e conservação do solo, e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos. Contudo a forma de concretização dessa integração não se evidencia.

A Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituídos pela Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 (“Lei das Águas”), e complementados pela Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000, criadora da Agência Nacional de Águas objetivam assegurar disponibilização de água de qualidade à atual e às futuras gerações, estimular a racionalização do uso e prevenir eventos hidrológicos críticos.

Para tanto, além dos instrumentos (plano de recursos hídricos, enquadramento dos corpos hídricos, outorga e cobrança pelo uso e sistema de informações sobre recursos hídricos), são partes integrantes do Sistema: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, a Agência Nacional de Águas - ANA, os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados - CERH(s) e do Distrito Federal, os Comitês de Bacia Hidrográfica - CBH(s), os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e do Distrito Federal cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água.

Os principais conceitos político-institucionais atualmente adotados na gestão hídrica são: a bacia hidrográfica como unidade para efetivação da gestão, e a descentralização promovida pelo cunho participativo da política.

Conforme preconizado pela “Lei das Águas”, artigo 22, a cobrança pelo uso da água deve ser precedida pelo Plano de Recursos Hídricos (PRH), e os recursos financeiros arrecadados devem ser destinados ao financiamento de estudos, programas, projetos e obras previstos pelo Plano.

Novamente destaca-se que permanecem indefinições quanto ao papel do município, à medida que este é um importante formulador e implementador de políticas espaciais e urbanas que tem impacto nos recursos hídricos, como os planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, zoneamentos, códigos de obras, parcelamentos do solo, políticas de regularização fundiária urbana, dentre outras (CARNEIRO et al., 2010). Além disso, a instância municipal não possui nenhum papel no âmbito da formulação e cumprimento de medidas relacionadas à Política

Nacional de Recursos Hídricos, cuja competência de ação é dos estados e do governo federal.

A ausência de referência clara à participação dos municípios no sistema de gestão de recursos hídricos e a indefinição de um de espaço legal para execução de políticas públicas nesta esfera resulta em “vazios” institucionais. Essa situação tende a se agravar em regiões metropolitanas e grandes cidades que dispõem de recursos e de instituições capazes de atuar no sistema, porém não o fazem em decorrência de conflitos institucionais e de competência. Além disso, a despeito da previsão de participação dos municípios nos Comitês de Bacia, como se verá mais adiante, essa participação é limitada no que se refere ao poder de decisão.

A Lei nº 9.433/97 (BRASIL, 1997) define o papel dos Poderes Executivos Estaduais na implementação da política de recursos hídricos em seu art. 30, a saber: outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os seus usos (inciso I); realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica (inciso II); implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, em âmbito estadual e do Distrito Federal (inciso III); promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental (IV). As funções principais de efetivação da política de recursos hídricos previstas pela Lei nº 9.433/97 (BRASIL) couberam as Agências de Águas e aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

### **E) Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI)**

Os Planos Estaduais de Recursos Hídricos são instrumentos de gerenciamento implantados nos diversos estados do país, a partir de leis estaduais específicas que instituíram os sistemas de gerenciamento de recursos hídricos e os comitês de bacias hidrográficas. Esses Planos são fundamentados nos planos de bacias hidrográficas e apresentam diretrizes para as ações, programas e políticas públicas dos Estados, no campo dos recursos hídricos.

Na escala estadual tem-se uma abordagem que relaciona os aspectos ambientais das bacias, com os limites político-administrativos dos municípios e as unidades de paisagens compondo o recorte em Região Hidrográfica. Alguns Estados já definiram o gerenciamento com base em Regiões Hidrográficas, entre

eles, São Paulo e Rio de Janeiro, que integram a área de estudo, detalhados a seguir:

### ***Estado do Rio de Janeiro***

A Lei Estadual nº 3.239/1999, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, tem como um dos seus instrumentos o PERHI. Nesta Lei há uma seção específica apresentando as principais diretrizes para elaboração do PERHI. O Decreto Estadual nº 32.862/2003, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado do Rio de Janeiro, determina que compete a este Conselho estabelecer diretrizes para a elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica e do PERHI, bem como aprovar e acompanhar a execução destes, determinando as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.

O estado do Rio de Janeiro possui 10 regiões hidrográficas, e observa-se uma tendência em utilizar estas, como base do planejamento estadual para medidas de desenvolvimento econômico (INEA, 2012). A Constituição do estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1989) possui, assim como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), um capítulo orientado para a proteção do Meio Ambiente (capítulo VIII - arts. 261-282), onde são definidos os instrumentos de gestão relativos, tanto aos recursos hídricos, como as florestas e áreas protegidas. Entre os instrumentos para a gestão de recursos hídricos destaca-se: a promoção, respeitada a competência da União, do gerenciamento integrado dos recursos hídricos, na forma da lei, com base nos seguintes princípios (art. 261, parágrafo 1, inciso VII):

- i) adoção das áreas das bacias e sub-bacias hidrográficas como unidades de planejamento e execução de planos, programas e projetos;*
- ii) unidade na administração da quantidade e da qualidade das águas;*
- iii) compatibilização entre os usos múltiplos, efetivos e potenciais;*
- iv) participação dos usuários no gerenciamento e obrigatoriedade de contribuição para recuperação e manutenção da qualidade em função do tipo e da intensidade do uso;*

v) ênfase no desenvolvimento e no emprego de métodos e critérios biológicos de avaliação da qualidade das águas;

vi) proibição do despejo, nas águas, de caldas ou vinhotos, bem como de resíduos ou dejetos capazes de torná-las impróprias, ainda que temporariamente, para o consumo e a utilização normais ou para a sobrevivência das espécies.

No Estado, a Política de Recursos Hídricos - PERH - foi definida através da legislação acima citada (Lei Estadual 3.239/99) que institui, nos moldes da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), a bacia ou região hidrográfica como unidade básica de gerenciamento. Os Instrumentos da PERH são os mesmos previstos na Lei Federal, acrescidos do Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos (PROHIDRO).

A PERH tem por objetivo promover a harmonização entre os múltiplos e competitivos usos da água, e a limitada e aleatória disponibilidade, temporal e espacial, da mesma.

A Lei Estadual também define o conteúdo dos Planos de Bacia Hidrográfica (PBH's) que devem orientar a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI) (art. 12).

Destaca-se, ainda, a criação do PROHIDRO, e a definição de instrumentos específicos para a proteção de corpos de água e de aquíferos. Neste sentido é possível identificar que a Lei Estadual avança em mais elementos para a conservação de recursos hídricos do que a Lei Federal, estabelecendo o cumprimento de um programa específico para esta questão, e definindo no corpo da própria lei, medidas específicas de proteção de corpos de água e de aquíferos.

Integram a área de estudo as seguintes Regiões Hidrográficas (**Quadro II.5.3.9-3**).

**Quadro II.5.3.9-3 - Regiões Hidrográficas da área de estudo, estado do Rio de Janeiro.**

Região Hidrográfica (RH)	Municípios	Comitê de Bacia Hidrográfica - CBH	Plano de Bacia
I - Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis e Paraty	Comitê da região hidrográfica da Baía de Ilha Grande Decreto nº 43.226/2011	Não
II - Guandu	Mangaratiba e Itaguaí	Comitê de bacias hidrográficas do rio Guandu, da Guarda e Guandu Mirim Decreto nº 31.178/2002	Sim

Região Hidrográfica (RH)	Municípios	Comitê de Bacia Hidrográfica - CBH	Plano de Bacia
V - Baía de Guanabara	Niterói, Maricá e Rio de Janeiro	Comitê de bacias hidrográficas da Baía de Guanabara e dos sistemas lagunares de Maricá e Jacarepaguá	Sim
VI - Lagos São João	Araruama, Cabo Frio e Saquarema	Comitê de bacias hidrográficas das lagoas de Araruama e Saquarema e dos rios São João e Una Decreto nº 36.722	Sim

### **Estado de São Paulo**

O estado de São Paulo foi um dos primeiros a instituir um Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, através da Lei nº 7.663/91, e elaborar seu Plano Estadual quadrienalmente, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. As informações são do último Plano vigente referente ao quadriênio 2008-2011, de acordo com a deliberação nº 74/2007 do CRH.

A PERH do estado de São Paulo foi instituída através da Lei nº 7663 de 1991 e está centrada no princípio de adoção da bacia hidrográfica como a unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento. Nesses termos, segundo Porto (2013), a Lei Paulista das Águas, reconhece a necessidade de integrar, dentro dos limites da bacia hidrográfica, os vários usos de recursos hídricos para garantir a sua proteção.

Assim, a bacia hidrográfica se torna o local ideal para a interação entre as várias atividades que se dão no seu âmbito: agrícolas, industriais, comerciais, domésticas, pastoris, com reflexos na fauna, na flora, nos agrupamentos humanos e com consequências para a vida social, econômica, política e financeira.

O sistema paulista de gerenciamento de recursos hídricos, embora tenha sido instituído antes da implantação do sistema nacional, não precisou de adaptação, pois o nacional se baseou na experiência paulista. Coerentemente com a Constituição Federal, também a Constituição do estado de São Paulo (art. 205) determinou a implementação no estado do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH).

O Departamento de Águas e Energia Elétrica- DAEE é o órgão gestor dos recursos hídricos do estado de São Paulo. Para melhor desenvolver suas atividades, e exercer suas atribuições conferidas por lei, atua de maneira descentralizada no atendimento aos municípios, usuários e cidadãos, executando a Política de Recursos Hídricos do estado de São Paulo, bem como coordenando o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 7.663/91, adotando as bacias hidrográficas como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento.

O sistema estadual é sustentado por uma estrutura formada por três instâncias articuladas, desde o nível mais alto do sistema até os comitês de bacias, que são as unidades de planejamento e gerenciamento. São elas: colegiados de gestão, suporte financeiro e comitê técnico:

**Conselho de Recursos Hídricos (CRH):** os colegiados de gestão são instâncias políticas, estratégicas e deliberativas, formadas em nível central pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e, regionalmente, pelos comitês de bacias hidrográficas (CBHs). O CRH é a instância estratégica e deliberativa do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Basicamente, sua função é formular e acompanhar a implantação das políticas de recursos hídricos no Estado.

**Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI):** elabora o Plano Estadual de Recursos Hídricos, baseando-se no relatório de situação e nos planos de bacia elaborados nas bacias hidrográficas. É constituído pelos órgãos estaduais responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos; sendo que nos aspectos quantitativos, o órgão responsável é o DAEE, e nos aspectos qualitativos, a CETESB.

**Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO):** instância que dá suporte financeiro ao SIGRH, formado com recursos dos orçamentos dos governos do estado de São Paulo e dos municípios e também pela compensação financeira que a União paga ao estado pelo aproveitamento do potencial energético. Os empréstimos obtidos de instituições nacionais e internacionais podem integrar o fundo. Futuramente, também receberá os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no estado. O seu comitê técnico é

formado pelo Corhi, constituído pelos órgãos estaduais responsáveis pelos recursos hídricos nos aspectos quantitativo (DAEE e SRHSO) e qualitativo (CETESB e SMA). O fundo é supervisionado por um conselho de oito membros, eleitos de forma paritária entre os representantes do estado e dos municípios que integram o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O fundo está estruturado em subcontas de forma que cada comitê de bacia pode gerenciar os seus próprios recursos. Essa é outra inovação importante e radical em termos de administração pública, pois, rompe com o secular princípio da unicidade do tesouro.

**Comitês de bacias hidrográficas:** colegiados de decisão compostos por representantes do estado, dos municípios e de entidades da sociedade civil, sediadas e com atuação comprovada na bacia hidrográfica. O número de membros de cada comitê é definido pelo seu plenário. Por isso, são observadas assimetrias entre os diferentes comitês. Bacias com um grande número de municípios e elevada densidade demográfica podem ter um número menor de membros do que um comitê de bacia com menor quantidade de municípios e menor densidade populacional.

Integram a área de estudo as seguintes Regiões Hidrográficas (**Quadro II.5.3.9-4**).

**Quadro II.5.3.9-4 - Regiões Hidrográficas da área de estudo, estado de São Paulo.**

Região Hidrográfica (RH)	Municípios	Comitê de Bacia Hidrográfica - CBH	Plano de Bacia
17 - Baixada Santista	Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe	Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista	Sim
5 - Litoral Norte	Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião	Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte	Sim

Fonte: <http://www.saneamento.sp.gov.br/> e <http://www.cbh.gov.br/DataGrid/GridSaoPaulo.aspx>.

## F) Plano Diretor

O Estatuto da Cidade reafirma a diretriz da Constituição de 1988, estabelecendo o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (artigos 39 e 40).

Conforme estabelece o Estatuto, o Plano Diretor é instrumento obrigatório para municípios com população acima de 20.000 habitantes; para aqueles situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; em áreas de interesse turístico; ou em áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental. Municípios que não se incluem em qualquer destas categorias precisam dispor obrigatoriamente de um Plano Diretor, se o poder público pretender aplicar os instrumentos previstos no capítulo de Reforma Urbana da Constituição de 1988.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população. É o instrumento dos governos municipais voltado à definição do padrão de desenvolvimento da ocupação urbana do seu território.

Através dele são identificadas e analisadas as características físicas do município, suas atividades predominantes e suas vocações, bem como as situações problematizadas, e potencialidades; para, em conjunto com a sociedade organizada, determinar a forma de crescimento a ser promovida, seus instrumentos de implantação e os objetivos a serem alcançados. Trata-se da ferramenta cujo objetivo é a racionalização do uso dos recursos públicos para a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação dos recursos naturais.

O Estatuto da Cidade, aprovado em julho de 2001, prevê que o Plano Diretor seja um dos instrumentos de organização da cidade, cabendo a ele definir o conteúdo da função social da cidade e da propriedade urbana, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, o direito à moradia, ao saneamento básico, aos serviços urbanos a todos os cidadãos e implementar uma gestão democrática e participativa. Por meio dos Planos Diretores, e de suas leis complementares, é possível mapear e entender:

- Uso e ocupação do Solo (que tipo de atividade pode, aonde na cidade e com que índices de aproveitamento do terreno/densidade);



- Zoneamento (quais as características de cada zona e suas futuras expansões; áreas de preservação ambiental e patrimônio histórico também fazem parte deste escopo);
- Sistema Viário e Transporte Público (se baseia em diagnóstico de áreas de gargalo e conflito; apresenta futuras expansões do sistema viário/VLTs/linhas de ônibus);
- Saúde, Educação e Habitação (se baseia em diagnósticos participativos - obrigatório - e apresenta planos específicos - ex: Plano de Habitação da Cidade de Santos que apresenta o número de habitações necessárias para serem construídas até 2020);
- Instrumentos do estatuto da Cidade (áreas de IPTU Progressivo, Consórcios Imobiliários, Operações Urbanas Consorciadas, Direito de Preempção, transferência de direito de construir, Zonas especiais de interesse social, etc.).

Segundo as diretrizes expressas no Estatuto da Cidade, os Planos Diretores devem contar necessariamente com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão das decisões do Plano. Desse modo, o Plano Diretor, mais do que um documento técnico, distante dos conflitos reais que caracterizam a cidade, é um espaço de debate dos cidadãos e de definição de opções, conscientes e negociadas, por uma estratégia de intervenção no território.

Dentre os municípios componentes da área de estudo, o Plano Diretor já foi instituído, encontrando-se, em alguns casos, em fase de revisão, e apenas no município de Cabo Frio, o documento está sendo elaborado, conforme **Quadro II.5.3.9-5**.

**Quadro II.5.3.9-5 - Situação dos Planos Diretores de cada município.**

Municípios	Situação
Cabo Frio	Em elaboração
Araruama	Instituído em 2005
Saquarema	Instituído em 2006
Maricá	Instituído em 2006
Niterói	Modificado em 2004
Rio de Janeiro	Revisado em 2012
Itaguaí	Revisado em 2007
Mangaratiba	Instituído em 2006
Angra dos Reis	Revisado em 2006
Paraty	Em processo de revisão
Ubatuba	Instituído em 2006
Caraguatatuba	Instituído em 2011
Ilhabela	Instituído em 2006
São Sebastião	Revisão em fase final
Bertioga	Revisão em andamento
Guarujá	Instituído em 1992
Santos	Revisão em andamento
Cubatão	Revisão em andamento
São Vicente	Instituído em 1999
Praia Grande	Revisão em andamento
Mongaguá	Instituído em 2006
Itanhaém	Revisão em andamento
Peruibe	Instituído em 2007

### G) Planos de Manejo de Unidades de Conservação

As UCs integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC dividem-se em dois grupos: proteção integral e uso sustentável. O manejo de uma UC implica em elaborar e compreender o conjunto de ações necessárias para a gestão e uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade no interior e em áreas do entorno dela, de modo a conciliar, de maneira adequada e em espaços apropriados, os diferentes tipos de usos com a conservação da biodiversidade.

A Lei nº 9.985/2000 define o Plano de Manejo como um documento técnico que estabelece o zoneamento da UC, bem como as normas que devem definir o uso da área e o manejo dos seus recursos naturais. O Plano de Manejo deve incluir a área da UC, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, assim como medidas para promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Dentre as atribuições do Plano de Manejo estão: levar a UC a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado; reconhecer a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social; estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da UC, da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos (ICMBio, 2001).

Foi realizado um levantamento das UC, segundo SNUC, presentes nos municípios da área de estudo, nas esferas federal, estadual e municipal, apresentada anteriormente no **subitem II.5.2.1 do Meio Biótico**.

De acordo com o referido **subitem**, existem 163 UCs, sendo que destas, apenas 15 possuem Plano de Manejo.

## H) Notas sobre Ordenamento Pesqueiro

O ordenamento pesqueiro, enquanto um instrumento de gestão ambiental consiste num processo de definição de um conjunto de medidas normativas, tendo em vista estabelecer regras para a prática da atividade e com isso instrumentalizar, com meios legais, o Poder Público (Estado) dotando-o de capacidade de intervenção.

Segundo Vianna (2009) “vários métodos podem ser utilizados para viabilizar o ordenamento, porém cada um deve ser aplicado de acordo com o conhecimento científico que se tem sobre o comportamento biológico da espécie em questão, do contexto socioeconômico envolvido e dos propósitos a serem atingidos”.

Segundo o autor, destacam-se a seguir algumas medidas usualmente propostas:

- Regulamentação específica da atividade pesqueira - legislação (vide **tópico B da seção II.5 - Diagnóstico Ambiental**);
- Fechamento de estação de pesca (defeso) - que corresponde ao período de proibição da pesca, com o objetivo de proteger parte selecionada de um estoque de grupos de espécies ou de uma dada espécie que se encontra em um período vulnerável de seu ciclo de vida;
- Áreas de pesca (áreas de exclusão / unidades de conservação) - que se referem a regiões ou locais, com restrição total ou parcial à atividade pesqueira no ambiente costeiro-marinho ou oceânico, onde o manejo adota o enfoque ecossistêmico e não voltado à determinada espécie. Estas áreas protegidas podem ser definidas por meio de portarias ou instruções normativas que estabeleçam regras de ordenamento pesqueiro, pela decretação de unidades de conservação ou inclusive por leis e decretos que as regulamentem, como é o caso da implementação de planos de gerenciamento costeiro estaduais.
- Tamanhos máximos ou mínimos - a definição de tamanhos mínimos e máximos de captura, visando à proteção de parte selecionada do estoque, e visando, também, contribuir com sua reposição.
- Restrição aos aparelhos de pesca (modalidade/petrecho) - tentando reduzir as capturas de juvenis e o esforço de pesca aplicado sobre determinadas espécies, principalmente as consideradas “sob controle”.
- Limitação da pesca por cotas de capturas (global ou individual) - considerando que a eficiência deste instrumento depende da capacidade do Estado em exercer o controle da atividade (fiscalização).
- Limitação do esforço de pesca (registro e permissão) que permite ao Estado o exercício do controle do esforço de pesca aplicado sobre os estoques e áreas, através do Registro e a Permissão de Pesca.

Nesses termos se pode sugerir que embora não se tenha identificado a existência de Planos de Ordenamento Pesqueiro para os estados do Rio de

Janeiro e São Paulo, as medidas acima citadas integram os procedimentos de gestão e controle da atividade pelas instituições públicas atuantes no setor.

### I) Iniciativas de educação ambiental

Destaca-se que as iniciativas de educação ambiental que ocorrem na área de estudo são de difícil identificação, pois têm como origem a rede escolar (Educação Ambiental como tema transversal no âmbito da Educação Formal), as Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e as entidades ambientalistas atuantes. Nesses termos foi realizada uma consulta aos municípios da área de estudo, via ofício, no sentido de coletar informações sobre o tema e visitados os sites oficiais das referidas secretarias.

Os resultados obtidos podem ser observados nos seguintes termos:

**Estado do Rio de Janeiro** - Instituto Estadual do Ambiente – INEA: linhas de ação:

1. Capacitação de gestores públicos para a implantação da Coleta Seletiva Solidária - CSS;
2. Capacitação de catadores (veja abaixo):
  - Qualificação Profissional na UERJ;
  - Capacitação de catador para catador in loco;
  - Cadastramento de catadores de lixões.
3. Acompanhamento da implantação da CSS nos órgãos públicos estaduais;
4. Acompanhamento da implantação da CSS nas escolas estaduais;
5. Realização de seminários mensais (fonte: <http://www.inea.rj.gov.br>).

**Estado de São Paulo** - a Secretaria de Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Educação Ambiental, realiza encontros regionais para discutir a regulamentação da política estadual de educação ambiental, publica materiais de educação ambiental, como os Cadernos de Educação Ambiental, além de manter um acervo de livros, periódicos e vídeos relacionados ao assunto.

Além das ações citadas acima, todas as secretarias de meio ambiente dos municípios da área de estudo foram consultadas via ofício acerca das iniciativas de educação ambiental vigentes (**Quadro II.5.3.9-6**).



\_\_\_\_\_  
Coordenador da Equipe



\_\_\_\_\_  
Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

**Quadro II.5.3.9-6 - Iniciativas de educação ambiental identificadas nos municípios da área de estudo.**

Estado do Rio de Janeiro		
Municípios	Iniciativas	Detalhamento
Cabo Frio	Programa de Arborização Urbana.	Objetiva a ordenação e restauração das árvores no território de Cabo Frio.
	Ecocine Cabo Frio	O projeto tem como objetivo a exibição de filmes com tema ambiental, na semana de comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.
	Projeto Pólen	Projeto de Educação Ambiental, fruto de uma medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás. A proposta geral foi elaborada pelo NUPEM/UFRJ e aprimorada em discussões conjuntas com técnicos da PETROBRAS e do IBAMA. O Projeto Pólen é um projeto de formação de recursos humanos em Educação Ambiental no processo de gestão. Como parte fundamental da proposta do projeto e contando com o apoio das prefeituras, foram implantados (sob a liderança dos cursistas) Polos de Educação Ambiental nos municípios.
	Cidade Limpa	Visa conscientizar a população para a destinação adequada do lixo, evitando o aumento do número de urubus na região, um perigo constante aos aeroportos.
Saquarema	Projeto Pólen	O Projeto Pólen é um projeto de formação de recursos humanos em Educação Ambiental no processo de gestão. Como parte fundamental da proposta do projeto e contando com o apoio das prefeituras, foram implantados (sob a liderança dos cursistas) Polos de Educação Ambiental nos municípios.
	Projeto Rede Legal	Projeto Rede Legal busca um ordenamento pesqueiro para região e apoia os pescadores, adequando seus apetrechos de pesca à legislação e fortalecendo as ações de preservação do meio ambiente.
	Programa de Educação Ambiental	Previsto pela Lei Municipal 1051/2010, o PEA-Saquarema terá ações diferenciadas, com objetivo de disseminar a importância da preservação da natureza para as futuras gerações. O Programa consiste em levar a Educação

Estado do Rio de Janeiro		
		Ambiental para as salas de aula da rede municipal, conquistando os alunos como aliados na promoção de atitudes ambientalmente afirmativas que devem começar dentro de casa envolvendo as famílias e toda comunidade.
Municípios	Iniciativas	Detalhamento
Maricá	Projeto de Arborização Urbana	Objetiva a ordenação e restauração das árvores no território de Maricá.
	Maricá no Clima	Recuperação de áreas degradadas, de nascentes e córregos, além do incentivo a coleta seletiva e a arborização urbana.
Niterói	Curso Fundamentos da Sustentabilidade Socioambiental	Destinado a servidores públicos e colaboradores da prefeitura, o curso abrange assuntos da biodiversidade e proteção ao meio ambiente.
		Projetos: Consumo Consciente e Seguro de Energia; Coleta Seletiva e Redução de Desperdício; Viagem das Águas; Visitas a Organizações Governamentais ou não que tratam da Educação Ambiental; Cursos de Sustentabilidade no Ensino; Projeto Escola Floresta; Programa Limpeza de Praias, Rios e Lagoas; Reflorestar e Preservar - plantio de mudas em parceria com a Secretaria de Educação; Curso Jovens Monitores Ambientais; Curso Monitores Ambientais da Terceira Idade; Curso de Fundamentos da Sustentabilidade Socioambiental no Município de Niterói; desenvolvimento de Caminhadas Ecológicas com explanação sobre as Espécies Nativas da Mata Atlântica; Projeto Biotá Niteroiense e Núcleo de Estudos e Construção de Saberes Sustentáveis (NECS).
Mangaratiba	Programa Mata Atlântica	Conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do município.
	Educação Ambiental em Escolas	Conscientizar os alunos a respeito de assuntos sobre ecossistema, biodiversidade e proteção ao meio ambiente.
	Recuperação de Áreas Degradadas	Identificação e recuperação de áreas ambientalmente prejudicadas dentro dos limites do município.



Estado do Rio de Janeiro		
Angra dos Reis	Programa de Educação Ambiental	O Centro de Educação Ambiental oferece cursos, palestras e oficinas a respeito de temas que visem à sensibilização ambiental e o incentivo às práticas conservacionistas. Entre eles estão: energia, saneamento, reciclagem. O público alvo são as escolas públicas, particulares e sociedade civil em geral.
	Projeto Visita Orientada	Visa, através de visitas ao horto florestal municipal, despertar mudanças de atitudes nos participantes, favorecendo a sensibilização para a melhoria de qualidade do meio natural, social e cultural.
	<p>Projetos: - 1º Encontro Juvenil de Educação Ambiental da Rede Municipal de Ensino (1º EJEJA).</p> <p>- Projeto - Campanha "Não Jogue seu óleo pelo ralo".</p> <p>- Projeto Coral-Sol.</p> <p>- Semana de Meio Ambiente.</p>	
	<p>- Diagnóstico socioambiental - realizado na escola Municipal Professora Cleusa Fortes de Pinho Jordao sobre seu entorno, registrando com fotos os impactos ocorridos.</p> <p>- Horta Orgânica Escolar - realizada na Escola Municipal Raul Pompeia, Escola Municipal Mauro Sergio Cunha, Creche Municipal Jair Landim de Almeida.</p> <p>- Horto Escolar na Escola Municipal Tereza Pinheiro de Almeida.</p>	
Paraty	Projeto Paraty Recicla	Conjunto de ações que visam o desenvolvimento sustentável, educação ambiental e capacitação, quanto às questões relacionadas à reciclagem do lixo.
Itaguaí	Ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultural	Capacitação e Oficinas para professores sobre diversos temas de educação Ambiental; Fórum de Educação Ambiental; Projeto de Coleta seletiva nas Escolas; Projeto Intercâmbio Ambiental entre as Escolas; Projeto Horto Escolar
	Ações no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca realizadas em 2012	1ª Semana de Sustentabilidade da Mazomba; construção de uma casa com garrafas de vidro; Patrulha Ambiental Mirim; Caminhada de Mazomba; Projeto Energia Limpa; Projeto Catadores; Tratamento de Esgoto Biológico em Mazomba; Projeto de Recuperação de Praças e Jardins; Coleta de Pneus e Ecopneus; Casa de Pneu; Casa de PET; Reciclagem de Óleo de Cozinha Usado; Coleta Seletiva de Pilhas; Telhado Verde; Aproveitamento de casca

<b>Estado do Rio de Janeiro</b>		
		de molusco; Reciclagem de Lixo Verde; Biodigestor; Patrulha Agrícola; Distribuição de Sementes, Horta Municipal; Estufa de Produção de Olerícolas e Frutíferas; Pomar; Biofort nas escolas; Viveiro Municipal de Mudas Ornamentais; Viveiro Municipal de Mudas da Mata Atlântica; Reflorestamento de Mata Atlântica; Projeto Agroecológico.
<b>Estado de São Paulo</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Iniciativas</b>	<b>Objetivos</b>
Ubatuba	Plantio Voluntário	Garante subsídio técnico para plantio de mudas adequadas a moradores que pretendam plantar árvores, com orientação de técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
	Município Verde Azul	Desenvolvimento de diversas ações, contemplando: esgoto tratado, lixo mínimo, arborização urbana, mata ciliar, entre outras.
	Festival da Mata Atlântica	Objetiva comemorar a preservação da Mata Atlântica existente e sensibilizar a comunidade para a importância deste bioma no município.
Caraguatatuba	Projeto Eco verão Caraguá	Sensibilização quanto à limpeza da praia, proteção dos patrimônios naturais e demais ações em prol da preservação do meio ambiente.
<b>Estado de São Paulo</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Iniciativas</b>	<b>Detalhamento</b>
São Sebastião	Palestras Educativas e Orientativas	Palestras com o intuito de sensibilizar sobre os problemas com o lixo, o uso da água e aquecimento global.
	Gincana da Sucata	Gincana desenvolvida para crianças e adolescentes no intuito de conscientizá-los sobre a coleta seletiva.
	Programa "Lixo Tour"	Em parceria com a Cooperativa de Triagem de Sucata do município, esta vivência é direcionada para escolas e cursos técnicos.

<b>Estado do Rio de Janeiro</b>		
	Mostra Educacional	Evento que reúne as escolas públicas do município para a exposição de trabalhos de educação ambiental.
Bertioga	Município Verde Azul	Desenvolvimento de diversas ações, contemplando: esgoto tratado, lixo mínimo, arborização urbana, mata ciliar, entre outras.
	Centro de Educação Ambiental	Promover a conscientização por meio da educação ambiental, biodiversidade e proteção do meio ambiente.
Guarujá	Núcleo de Informações e Educação Ambiental Paulo Tendas	Conscientizar os alunos a respeito de assuntos sobre ecossistema, biodiversidade e proteção ao meio ambiente.
	Caminhos da Mata	Desenvolvimento de passeios ecológicos nas trilhas de Guarujá
	Ciclo de Palestras sobre Coleta Seletiva	Palestras com o intuito de promover sensibilização pública sobre a coleta seletiva
Santos	Programa "Santos Nossa Casa"	Promover a conscientização por meio da educação ambiental, biodiversidade e proteção do meio ambiente.
<b>Estado de São Paulo</b>		
<b>Municípios</b>	<b>Iniciativas</b>	<b>Objetivos</b>
Cubatão	Programa Agentes Socioambientais	Contratação de mulheres da comunidade local para ajudar na conscientização da coleta de resíduos sólidos e óleo vegetal usado, além de sua adequada destinação.
	Programa de Cartilhas Educativas	Desenvolvimento de material didático sobre educação ambiental para escolas públicas
Mongaguá	Turismo Rural Pedagógico	Roteiros turísticos para visitação de projetos ambientais e sustentáveis, como trabalhos de artesanato e o laboratório de produção de peixes nativos.
Itanhaém	Projeto Rio Itanhaém - Lixo Zero	Orientação voltada para o descarte adequado do lixo, no intuito de proteger os recursos hídricos da região.

---

Estado do Rio de Janeiro		
Peruíbe	Palestras em escolas públicas	Conscientizar os alunos a respeito de assuntos sobre ecossistema, biodiversidade e proteção do meio ambiente.
	Projeto Reciclando a Favor da Vida	Coleta seletiva em parceria com a cooperativa de catadores do município, moradores e estudantes.
	Palestras em escolas públicas	Conscientizar os alunos a respeito de assuntos sobre ecossistema, biodiversidade e proteção ao meio ambiente.

Fonte: Portais e Ofícios das Prefeituras Municipais (Consulta realizada nos municípios através do envio de formulário/questionário) - 2012.



\_\_\_\_\_  
Coordenador da Equipe



\_\_\_\_\_  
Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

Para finalizar, destaca-se que a lista de iniciativas acima apresentadas complementa o conjunto de informações registradas no **tópico A da seção II.5 - Diagnóstico Ambiental: Planos e Programas** no que se refere ao tema.

#### **II.5.3.10 - Principais Recursos Naturais Utilizados e sua Importância no Contexto Socioeconômico**

As análises aqui apresentadas decorrem da leitura das informações disponíveis nos demais subitens integrantes deste estudo, em especial aqueles que tratam das atividades de lazer, turismo e cultura, da pesca artesanal e industrial, e da qualidade da paisagem natural, apresentados nos **subitens II.5.3.7, II.5.3.11, II.5.3.13 e II.5.3.14**, respectivamente. Inicialmente, é importante considerar que mais da metade da população brasileira vive a uma distância aproximada de 60 km do mar, e 20%, na zona costeira, correspondendo a um contingente aproximado de 42 milhões de habitantes, em uma área de 388.000 km<sup>2</sup>, onde se localizam importantes setores do parque industrial brasileiro (SMA/CPLEA, 2005). Desse modo, nesse território se concentra significativa densidade demográfica e grande parte das atividades econômicas do país.

A importância estratégica da zona costeira brasileira, em geral, se evidencia na presença de um mosaico de ecossistemas de grande relevância ambiental: manguezais, restingas, dunas, praias, ilhas, costões rochosos, baías, brejos, falésias, estuários, recifes de corais, etc.. Esses ambientes, além do significativo valor ecológico, são portadores também de alta relevância econômica, uma vez que as formas de apropriação que seus recursos oferecem, resultam modalidades diversas de geração de renda e emprego. Esta apropriação de recursos decorre na criação de vínculos de dependência econômica, podendo contribuir para pressão excessiva de ecossistemas, ou mesmo ambientes naturais.

Mediante esta constatação, as análises aqui apresentadas estão focadas na identificação dos principais recursos naturais disponíveis na área de estudo e na avaliação de sua importância para a economia local e para os modos de vida dela dependentes. Aqui se destacam os ecossistemas marinhos, considerando

também seu valor como patrimônio cênico, e a pesca e o turismo como atividades econômicas deles dependentes.

Tomando inicialmente a atividade pesqueira, esta atividade é desenvolvida em praticamente todos os municípios integrantes da área de estudo, onde um dos principais desafios do setor é lidar com a pesca predatória e a “sobrepesca”. Sendo uma atividade que depende diretamente da qualidade dos recursos naturais, a pesca está sujeita à influência de todas as intervenções ocorridas na faixa litorânea que possam repercutir sobre os recursos marinhos, tais como: as atividades industriais, o tráfego de embarcações, a urbanização acelerada, etc..

É interessante notar que apesar da grande suscetibilidade da atividade às intervenções, historicamente, a despeito das pressões vivenciadas, a pesca permanece presente no litoral e em áreas onde convive com grandes adversidades, tais como as baías de Guanabara, Sepetiba, áreas estuarinas de Santos e São Vicente, por exemplo. Nesses espaços embora os recursos pesqueiros tenham sofrido redução, ainda são fonte de renda necessária para a sobrevivência de um número significativo de pescadores artesanais (vide **subitem II.5.3.12**).

Com relação ao turismo essa atividade movimenta a economia da maioria dos municípios da área de estudo, o que em parte se deve à presença de unidades de conservação e feições geográficas protegidas por lei, fundamentais para a manutenção do patrimônio cênico do litoral. Aqui, as áreas de preservação permanente, parques estaduais e municipais, envolvendo praias, falésias, ilhas, cavernas, restingas, mata atlântica, manguezais, são elementos que garantem o turismo local e regional, atraindo visitantes.

Nesse contexto, é importante destacar que embora dependa desse patrimônio cênico e ambiental, a exploração da atividade no litoral tem sido responsável pela ocorrência de impactos que podem vir a comprometê-la. Nem sempre o turismo ocorre em conformidade com a capacidade de suporte dos ambientes naturais, contribuindo com isso, para a depredação dos ecossistemas costeiros e a descaracterização da paisagem. Isto é ocasionado principalmente pela ocupação desordenada de áreas ambientalmente sensíveis, realização de aterros, desmatamentos, o parcelamento excessivo do solo, a valorização

imobiliária e as consequências daí decorrentes, especialmente aquelas advindas da insuficiência de sistemas adequados de saneamento básico (esgotamento sanitário, disposição adequada de resíduos sólidos, etc.).

Em linhas gerais pode-se sugerir que são usuários dos recursos naturais: o setor industrial, o setor turístico, os pescadores artesanais e industriais e a população em geral (moradora fixa e flutuante/segunda residência; e turistas nacionais e internacionais). Nesse contexto, é importante destacar a pesca e turismo, como atividades com estreita dependência dos recursos naturais aqui citados:

#### **a) Microrregião dos Lagos**

Integram a área de estudo os municípios de Araruama, Cabo Frio e Saquarema cujos principais recursos naturais estão associados ao ecossistema marinho e lagunar que são intensamente utilizados pelo turismo e atividade pesqueira. Aqui a beleza cênica, marcada pela presença de dunas, ilhas, praias e grutas, estimulou a ocupação nos termos da segunda residência, pressionando áreas ambientalmente sensíveis. Pode-se sugerir que significativa importância do turismo para essa região tem estimulado investimentos no sentido de garantir sua preservação, situação propiciada pela presença de Unidades de Conservação que contribuem para a configuração do patrimônio paisagístico da região.

**Quadro II.5.3.10-1 - Principais recursos naturais da Microrregião dos Lagos e suas formas de uso.**

Municípios	Recursos Naturais	Tipos de Uso
Araruama	Lagoa (Araruama)	Turismo, lazer esportivo, pesca
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
Cabo Frio	Dunas	Turismo
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Falésias	Turismo
	Manguezais	Turismo, coleta de marisco, pesca
	Restingas	Turismo
	Lagoa (Araruama)	Turismo, lazer esportivo, pesca, extração de sal
	Rios	Pesca
	Ilhas	Turismo, pesca
	Parques	Turismo ecológico
	Saquarema	Lagoas
Serras		Turismo ecológico
Restingas		Turismo
Praias		Turismo, veraneio, pesca

Obs. O detalhamento dos recursos naturais aqui apresentados é feito no **subitem II.5.3.7**, que trata das características do Turismo e Lazer na área de estudo.

**b) Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ):**

Aqui se destacam os municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Maricá e Itaguaí os dois primeiros considerados de grande porte, sendo que a capital é a 2ª maior metrópole brasileira, em termos de população e Produto Interno Bruto - PIB. No contexto dos municípios acima citados existe uma diversidade significativa de recursos naturais a começar pela presença, dentre outros, da Floresta da Tijuca, na capital e pela Lagoa de Maricá, no município de mesmo nome, a Baía de Sepetiba, que abrange o município de Itaguaí e parte do município do Rio de Janeiro, além dos recursos associados à presença da região oceânica nos referidos municípios, com exceção de Itaguaí. Nesses termos destacam-se:



## b.1) Baía de Guanabara

Estuário com uma área total de 390 km<sup>2</sup>, incluindo 50 km<sup>2</sup> de ilhas, localizado na RMRJ. A Bacia Hidrográfica da baía de Guanabara abrange um total de cerca de 4.400 km<sup>2</sup>. A baía é estreita na entrada e larga no fundo, sua maior extensão em linha reta é de 36 km entre a Ponta de Copacabana e a foz do rio Magé; e a menor extensão (1.650 m) entre a Ponta de São João (RJ) e a Ponta de Santa Cruz (Niterói). Na margem oeste da baía ficam a cidade do Rio de Janeiro e seu porto; na margem leste estão à cidade de Niterói e seu porto, de menor porte que o primeiro; na parte norte, junto à Ilha do Governador, localizam-se terminais de petróleo e em ambas as margens ficam estaleiros, reparadores de navios e etc.. No interior da Baía há várias ilhas e ilhotas e contornando suas margens tem-se uma série de montanhas, destacando-se o Pão de Açúcar e o Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro e ao fundo de sua parte norte a serra dos Órgãos.

Hoje a Baía de Guanabara é considerada como um dos ambientes costeiros mais poluídos do litoral brasileiro e isso decorre de seu processo histórico de ocupação desordenada, principalmente a partir da década de 50, o que inclui a instalação de empreendimentos industriais e a ausência de saneamento básico em grande parcela de seu entorno, ambos responsáveis pela enorme quantidade de resíduos ali lançados. No entorno desta baía estão situados sete municípios que, em intensidade diferenciada, ali ainda praticam a pesca artesanal. Integram a área de estudo os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, localizados às suas margens, que se caracterizam como espaços urbano-industriais.

A Baía de Guanabara se destaca, tanto pela sua importância para a pesca artesanal ali praticada, como pela exploração do turismo e demais atividades portuárias e industriais. Aqui o município de Niterói abriga cerca de 25% do parque produtivo da indústria naval brasileira, sediando alguns dos principais estaleiros do país.

Com isso, a ampliação do parque industrial ali presente se torna bastante restrita e a pesca tende a diminuir, devido à escassez de recursos naturais.

**Quadro II.5.3.10-2 – Principais recursos naturais da RMRJ e suas formas de uso.**

Municípios	Recursos Naturais	Tipos de Uso
Itaguaí	Baía de Sepetiba (vide adiante)	Turismo, lazer, pesca, atividade portuária e industrial.
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
Maricá.	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Lagoas	Turismo, lazer, pesca
	Serra	Turismo
	Grutas	Turismo
Niterói	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Baía de Guanabara	Turismo, lazer esportivo, pesca e uso industrial e portuário.
	Parques	Turismo ecológico
Rio de Janeiro	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Floresta	Turismo ecológico
	Parques	Turismo ecológico
	Lagoas	Turismo, lazer esportivo
	Ilhas	Turismo, pesca
	Baía de Guanabara	Turismo, lazer esportivo, pesca e uso industrial e portuário.

Obs. O detalhamento dos recursos naturais aqui apresentados é feito no **subitem II.5.3.7**, que trata das características do Turismo e Lazer na área de estudo

### c) Região da Costa Verde (municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty)

Onde as praias, cachoeiras, ilhas, piscinas naturais e áreas florestadas remanescentes de Mata Atlântica conferem à região uma grande vocação turística, nos termos das atividades como mergulho, navegação, pescaria esportiva e turismo ecológico.

A Região da Costa Verde possui um litoral recortado, cheio de reentrâncias naturais e de águas interiores e abrigadas, com enseadas, ilhas e praias. O lado oeste da baía de Sepetiba é coberto por ilhas e faixa litorânea composta de praias, baixadas e terras pantanosas, com grande extensão navegável. Já a baía de Mangaratiba é pouco profunda, propiciando navegação de embarcações de pequeno porte, esportes náuticos e pesca. Os locais próximos às Ilhas de Itacuruçá, Bandolim, Jaguanum e Restinga de Marambaia são os mais importantes para a atividade pesqueira (PETROBRAS/ICF, 2012). Aqui, a pesca ainda é uma importante atividade econômica, sendo os manguezais e estuários

da área da baía um criadouro natural para diversas espécies de moluscos, crustáceos e peixes.

A região da Costa Verde abriga parte do Parque Nacional da Serra da Bocaina, com trilhas e cachoeiras inseridas na vegetação típica de Mata Atlântica.

Diferentemente do município vizinho de Paraty, onde o turismo ainda é a principal atividade, em Angra dos Reis a construção da rodovia Rio-Santos (BR-101), inaugurada em 1974, propiciou a emergência de novos circuitos econômicos, tais como a geração de energia nas usinas Angra I e Angra II, a indústria, o comércio e serviços, a indústria naval e também o turismo (2º polo turístico do estado do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas da capital). O município abriga investimentos turísticos diversificados como: hotéis de padrão internacional, clubes de lazer, condomínios de alto padrão de acabamento arquitetônico, marinas e loteamentos urbanos de 2ª residência.

Tanto em Angra dos Reis como em Paraty, a beleza cênica do ecossistema regional possibilitou o desenvolvimento do turismo marítimo e ecológico, complementado pelo turismo cultural decorrentes dos marcos históricos ali presentes relacionados à história do Vale do Paraíba. Desse modo, deve-se observar que hoje são significativos os investimentos no sentido de manter essa região preservada.

A Costa Verde se destaca como a região mais expressiva em relação a áreas protegidas do estado do Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito ao grupo de UC de Proteção Integral. Isto se deve ao estado de conservação da região, que apresenta integridade da cobertura vegetal e uma grande variedade de ecossistemas associados da Mata Atlântica, tais como: manguezais, costões rochosos, restingas e conjuntos insulares relevantes, tanto sob a ótica da conservação biológica, quanto paisagística (INEA, 2011<sup>43</sup>). Dentre as UCs mais representativas desta diversidade estão o Parque Estadual da Ilha Grande, o Parque Estadual Marinho do Aventureiro e a Reserva Biológica da Praia do Sul, além do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que é hoje a maior extensão de

<sup>43</sup> - Secretaria Estadual do Ambiente. O estado do ambiente: indicadores ambientais do Rio de Janeiro / Organizadoras: Julia Bastos e Patrícia Napoleão. – Rio de Janeiro: SEA; INEA, 2011.

área preservada de Mata Atlântica em unidade de conservação, abrangendo os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O recém-criado Parque Estadual do Cunhambebe, inserido nos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Rio Claro e Itaguaí contribui, junto com o Corredor Tinguá-Bocaina, com a conectividade entre sua porção centro-norte do Estado – Serra dos Órgãos – e a porção sul – Serra da Bocaina – contígua à porção da Mata Atlântica costeira do estado de São Paulo. O referido Parque, em conjunto com a APA Tamoios, contribui para a formação de uma área de amortecimento entre a zona industrial e a portuária de Sepetiba.

### **c.1) Baía de Sepetiba**

Cercada pelas serras do Mar e de Madureira, pelo maciço da Pedra Branca e a restinga de Marambaia, com um litoral de 130 km de extensão, onde se encontram 55 praias, um espelho d'água de 305 km<sup>2</sup> e a presença de 49 ilhas, com 40 praias insulares que lhe conferem um potencial, essa baía abrange parte do município do Rio de Janeiro e integralmente os municípios de Itaguaí (RMRJ) e Mangaratiba (Região da Costa Verde). A baía é um corpo de águas salinas e salobras, ligado ao oceano Atlântico por dois canais: o mais importante fica entre a ponta da restinga da Marambaia e a Ilha Grande, e o outro fica na barra de Guaratiba. Sua conformação lhe garante proteção da incidência direta de ondas e a circulação decorre basicamente por três fatores: a descarga de água doce, as correntes de maré e a tensão do vento. Nesse cenário, as correntes existentes correm com maior intensidade através dos canais de 20 a 30 m de profundidade, entre as ilhas de Itacuruçá e Jaguanum, e entre as ilhas de Itacuruçá e o continente. Essa situação torna a baía de Sepetiba uma área de grande vocação portuária, devido à calmaria de suas águas aliada às grandes profundidades no seu canal principal e a correntes fortes o suficiente para a manutenção de suas profundidades.

Aqui a economia portuária e industrial tem contribuído para a degradação dos recursos naturais ali disponíveis e comprometido de forma acentuada o patrimônio paisagístico. Embora situada na Costa Verde, cuja imagem está

associada à beleza cênica, a região sob influência da baía, vem se definindo como um espaço propulsor do desenvolvimento econômico de todo o Estado, atraindo indústrias para seu entorno.

Nessa região se pode sugerir que a situação da Baía de Sepetiba hoje é de alta vulnerabilidade, pois, além do histórico de poluição e acidentes ambientais, em decorrência do conjunto de empreendimentos ali instalados e com previsão de instalação futura, esta baía poderá a médio prazo assemelhar-se a Baía de Guanabara, aqui mencionada, o que repercutirá de forma negativa sobre a pesca e o turismo ali praticados.

### c.2) Baía da Ilha Grande

Situada na região da Costa Verde, abrange os municípios de Angra dos Reis e Paraty e é conhecida pela variedade de pesca, locais de mergulho e turismo náutico. A região possui um litoral muito recortado, cheio de reentrâncias naturais, de águas interiores e abrigado, nas quais existem baías menores, várias enseadas, inúmeras ilhas e praias. Parte predominante do território do município de Paraty é destinada à preservação ambiental, abrangendo categorias de unidades de conservação como Parque Nacional, Parque Estadual e Área de Proteção Ambiental. A grande região da Baía da Ilha Grande tem, em Angra, duas baías menores: as de Jacuacanga e da Ribeira. Seu espaço marítimo tem intensa navegação. As áreas de maior visitação turística na baía são a Ilha Grande e sua Vila de Abraão, Enseada da Estrela e Saco do Céu; a ilha da Gipóia, as praias no centro de Angra dos Reis, as ilhas de Cataguás e Peregrino, a Enseada de Bracuhy e a praia da Vila de Mambucaba (UNACOO, 2008). A grande importância do turismo e da pesca na economia desta região tem estimulado iniciativas no sentido da conservação desta baía, o que sugere uma forte tendência de que essas atividades encontrem cada vez mais condições para sua expansão.

O **Quadro II.5.3.10-3** apresenta os principais recursos naturais da Região da Costa Verde e suas formas de uso.

**Quadro II.5.3.10-3 – Principais recursos naturais da Região da Costa Verde e suas formas de uso.**

Municípios	Recursos Naturais	Tipos de Uso
Angra dos Reis	Cachoeiras	Turismo, veraneio
	Ilhas	Turismo, veraneio, pesca
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Baía da Ilha Grande	Turismo, veraneio, pesca, atividade portuária.
	Parques	Turismo ecológico
Mangaratiba	Cachoeiras	Turismo
	Ilhas	Turismo e veraneio
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Baía de Sepetiba	Turismo, lazer, pesca, atividade portuária e industrial.
Paraty	Cachoeiras	Turismo, veraneio
	Ilhas	Turismo, veraneio, pesca
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Baía da Ilha Grande	Turismo, veraneio, pesca, atividade portuária.
	Parques	Turismo ecológico

Obs. O detalhamento dos recursos naturais aqui apresentados é feito no **subitem II.5.3.7**, que trata das características do Turismo e Lazer na área de estudo

**d) Litoral Norte do Estado de São Paulo**

Integrado pelos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião, onde é significativa a importância turística em decorrência da presença de atrativos naturais como praias, lagoas, cachoeiras, ilhas e áreas florestadas. No Litoral Norte, o turismo tem se intensificado desde a segunda metade do século XX. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE da região (SMA/CPLEA, 2005), sua economia é marcada pela sazonalidade decorrente da predominância do turismo veranista, que é o seu principal fator de desenvolvimento.

Essa região possui importantes remanescentes naturais no domínio da Mata Atlântica, com destaque para o município de Ilhabela, um dos únicos municípios-arquipélago do país, com mais de 80% da sua Mata Atlântica preservadas. O litoral muito recortado, com praias e baías abrigadas, favorece uma maior produtividade e serve de abrigo para um grande número de organismos.

A pesca e a maricultura são desenvolvidas na região, com destaque para Ubatuba e Caraguatatuba, onde há o maior contingente de produtores de mexilhão (PETROBRAS/ ICF, 2012). As principais praias utilizadas no turismo recebem uma carga de turistas, principalmente no verão, maior do que o planejado pela estrutura dos municípios, e esta carga aumenta ano a ano. Com isso, cria-se a tendência de utilizar em demasia os recursos naturais, podendo acarretar em degradações ambientais futuras. Contudo, a grande quantidade de Unidades de Conservação, garante que pelo menos parte deste patrimônio natural seja conservado.

O **Quadro II.5.3.10-4** apresenta os principais recursos naturais do Litoral Norte do estado de São Paulo e suas formas de uso.

**Quadro II.5.3.10-4** – Principais recursos naturais do Litoral Norte e suas formas de uso.

Municípios	Recursos Naturais	Tipos de Uso
Caraguatatuba	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Parques	Turismo ecológico
	Lagoa	Turismo, veraneio e pesca,
	Ilhas	Turismo, veraneio, pesca
	Rios	Turismo e pesca
Ilhabela	Ilhas	Turismo, veraneio e pesca,
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Parques	Turismo ecológico
São Sebastião	Ilhas	Turismo, veraneio e pesca,
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
Ubatuba	Praias	Turismo, veraneio, pesca

Obs. O detalhamento dos recursos naturais aqui apresentados é feito no **subitem II.5.3.7**, que trata das características do Turismo e Lazer na área de estudo

### e) Região da Baixada Santista

A região se caracteriza por uma economia marcada pela diversidade: parques industriais, atividades portuárias, metalúrgica, siderúrgica e petrolífera, e turismo.

Em função do desenvolvimento das atividades vinculadas ao turismo, o setor imobiliário, da construção civil, do comércio e de serviços, se expandiu de forma acelerada. A vocação turística dos municípios da Baixada Santista - Bertioga,

Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente - limitados pelo litoral e o maciço da Serra do Mar, é justificada pelos inúmeros atrativos naturais da região incluindo praias, cachoeiras e áreas florestadas, que permitem a prática de esportes náuticos, aéreos e passeios ecológicos.

Destacam-se aqui as áreas estuarinas de Santos e São Vicente como importantes para a atividade pesqueira. Além disso, nessa região a pressão decorrente da ocupação urbana, industrial e portuária sobre os remanescentes florestais tem provocado transformações significativas na dinâmica natural da paisagem. A emissão de gases poluentes, contaminação das águas por lançamento de efluentes industriais e disposição de resíduos sólidos também são problemas frequentes nas aglomerações urbanas da Baixada Santista. A preocupação com a degradação desses ecossistemas costeiros é grande, devido à sua fragilidade e importância como responsáveis pela produtividade primária da zona costeira, interferindo na oferta pesqueira (ABAP, 2008).

O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, instituído pela Lei nº 10.019/98, dividiu a zona costeira do estado de São Paulo em grupos setoriais, entre eles Litoral Norte e Baixada Santista, os quais são compostos por municípios inseridos na área de estudo. O PEGC prevê uma gestão tripartite, com a atuação do Estado, dos municípios e da sociedade organizada, na gestão costeira, de modo a contribuir com sua preservação.

O **Quadro II.5.3.10-5** apresenta os principais recursos naturais da Baixada Santista e suas formas de uso.

**Quadro II.5.3.10-5 – Principais recursos naturais da Baixada Santista e suas formas de uso**

Municípios	Recursos Naturais	Tipos de Uso
Bertioga	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Cachoeiras e trilhas	Turismo, veraneio, pesca
Cubatão	Cachoeira	Turismo, veraneio, pesca
Guarujá	Praias	Turismo, veraneio, pesca
Itanhaém	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Ilhas	Turismo, veraneio, pesca
Mongaguá	Praias	Turismo, veraneio, pesca



Municípios	Recursos Naturais	Tipos de Uso
Peruíbe	Praias	Turismo, veraneio, pesca
Praia Grande	Praias	Turismo, veraneio, pesca
Santos	Lagoa	Turismo, veraneio, pesca
	Praias	Turismo, veraneio, pesca
	Ilhas	Turismo, veraneio, pesca
	Manguezal	Turismo, veraneio, pesca, atividade portuária
São Vicente	Praias	Turismo, veraneio, pesca

Obs. O detalhamento dos recursos naturais aqui apresentados é feito no **subitem II.5.3.7**, que trata das características do Turismo e Lazer na área de estudo

A observação das questões aqui comentadas permite concluir que a ocupação do território nos termos das atividades econômicas presentes na área de estudo - atividades industriais, pesca artesanal e industrial, atividades portuárias e turismo e do processo de urbanização acelerada e desordenada exercem acentuada pressão sobre os ecossistemas.

Nesse contexto, os usuários mais imediatos dos recursos disponíveis são a sociedade em geral nas modalidades variadas de ocupação e uso da área para turismo e lazer, o setor industrial – petróleo e gás, mineração, geração de energia, siderúrgico, portuário, os pescadores (artesanais), as empresas pesqueiras e o setor terciário que dá suporte às atividades aqui enunciadas (serviços, comércio, imobiliário, alimentação, comunicação, etc.).

No caso das atividades vinculadas ao turismo e às atividades pesqueiras, urgem medidas que garantam a proteção desses recursos e do patrimônio paisagístico a ele associado, pois os vínculos de dependência são mais evidentes e as condições de pressão podem resultar no comprometimento, situação que rebate diretamente em perdas para essas atividades e para o ecossistema regional.

#### II.5.3.11 - Qualidade da Paisagem Natural

Este subitem tem como objetivo caracterizar a qualidade da paisagem da área de estudo no que tange à sua importância para o desenvolvimento local e regional, observando a relação entre as formas de apropriação e uso da paisagem e a necessidade de preservá-la enquanto patrimônio ambiental.

A área de estudo integra o território da Mata Atlântica que se estende ao longo da costa brasileira, cuja proteção legal é garantida pela Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006 (Lei da Mata Atlântica).

A Mata Atlântica abriga mais de 20 mil espécies de plantas, das quais 8 mil são endêmicas, cobrindo originalmente 1,1 milhões de km<sup>2</sup>, equivalendo a 13% do território brasileiro (IBAMA, 2006).

As últimas informações do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, para o período de 2011 a 2012 registram que o total de supressão de vegetação nativa foi de 23.548 ha, ou 235 km<sup>2</sup>. Desse total, 21.977 ha correspondem a desflorestamentos, 1.554 ha a supressão de vegetação de restinga e 17 ha a supressão de vegetação de mangue. Comparando os 10 Estados avaliados em todos os períodos (BA, ES, GO, MG, MS, PR, RJ, RS, SC e SP) tem-se que o aumento foi de 29% em relação ao período anterior (2010-2011) e de 23% em relação aos três últimos anos (2008-2011), resultando na maior taxa anual de desmatamento desde 2008.

Ao longo da história, a ocupação humana contribuiu para esse quadro; desde os colonizadores até os tempos atuais, seja através dos desmatamentos, da expansão da área agrícola nos diversos ciclos econômicos, ou da instalação de cidades; o certo é que historicamente a Mata Atlântica foi sendo alterada, fragmentada e reduzida (DEAN, 1995).

A noção de “paisagem” como valor que remete a um tipo de consumo estético, ao mesmo tempo em que coloca em xeque as formas de apropriação e uso dos recursos naturais pelo desenvolvimento econômico, evidencia a contradição entre a necessidade de preservação do patrimônio paisagístico e sua exploração pela ocupação/pressão de espaços.

Conforme sugere Oliveira (2004), o conceito de paisagem exprime uma leitura do mundo tomada a partir de um sujeito coletivo: o território é apropriado por um grupo que lhe atribui valor simbólico, de alguma forma, expressivo, de ideais socialmente compartilhados. Nesses termos, a paisagem litorânea remete a formas de uso frequentemente associadas ao lazer, ao descanso e à visitação turística e enquanto tal é apropriada e se torna um produto. Uma vez

comprometida a beleza cênica, se compromete um conjunto de relações de mercado que dela dependem.

O processo de ocupação do espaço litorâneo, que corresponde à área de estudo, expressa essa situação. Apesar da especificidade dos municípios ali presentes, se evidencia, em comum, a pressão demográfica e das estruturas ali instaladas sobre os recursos constitutivos do sistema costeiro: dunas, montanhas, lagoas, mangues, restingas, ilhas, baías, rios, enseadas.

Esses ambientes naturais são responsáveis pela qualidade da paisagem local e regional que ainda atrai um significativo número de turistas e, enquanto tal, se materializa como objeto do desenvolvimento econômico mediante a expansão dos setores associados ao turismo: construção civil, serviços variados, transporte, etc.

O mar qualifica a zona costeira de diversas formas, pois possibilita o domínio espacial de certas atividades, tais como a exploração de recursos marinhos, a circulação de bens e pessoas através da via marítima, a utilização cultural de sua orla e como área de lazer, além de sua exploração econômica com a atividade turística e portuária (MORAES, 2009).

O patrimônio ambiental dos municípios, tratado do ponto de vista de sua apropriação pelo turismo e lazer (**subitem II.5.3.7**) e referente às Unidades de Conservação – UCs, já apresentadas no **subitem II.5.2.1 – Unidades de Conservação do Meio Biótico**, representa importante fonte de geração de emprego e renda para a população local.

Contudo, observa-se que a expansão progressiva da malha urbana, o crescimento desordenado e a instalação de polos industriais têm contribuído para a maior demanda de recursos e alteração da paisagem.

Na realidade, ao longo do tempo a degradação de ecossistemas frágeis e, conseqüentemente, a perda de recursos cênicos decorrem do processo de urbanização desprovido de planejamento; com isso, vem ocorrendo o comprometimento de parte dos recursos paisagísticos e ambientais do litoral em geral.

Em todos os municípios da área de estudo é possível identificar a presença de áreas de paisagem modificada em decorrência das pressões acima citadas. Contudo, alguns espaços podem ser considerados emblemáticos dessa situação:

no estado do Rio de Janeiro, as regiões das baías de Guanabara e de Sepetiba e, em São Paulo, as regiões portuárias e industriais de São Sebastião, Santos e Cubatão (**Figura II.5.3.11-1** até a **Figura II.5.3.11-5**).



Foto: Mineral, PEA-Rio/Baía de Guanabara.



Fonte: Claudio Facioli, 2012.

**Figura II.5.3.11-1 - Baía de Guanabara.**

**Figura II.5.3.11-2 - Baía de Sepetiba.**



Fonte: [www.portodesaosebastiao.com.br](http://www.portodesaosebastiao.com.br)



Fonte: [novomilenio.inf.br](http://novomilenio.inf.br)

**Figura II.5.3.11-3 - Porto de São Sebastião.**

**Figura II.5.3.11-4 - Complexo Portuário de S**



Fonte: [ambientalsustentavel.org](http://ambientalsustentavel.org)

**Figura II.5.3.11-5 - Polo Industrial de Cubatão**

Desse modo, a qualidade da paisagem na área de estudo pode ser avaliada nos seguintes termos:

- **Estado do Rio de Janeiro**

Aqui se destacam espaços em que o processo urbano-industrial, com urbanização acelerada, atingiu a beleza cênica.

O acelerado processo urbano-industrial ocorrido às margens da Baía de Guanabara se fez acompanhar do aterramento de praias e lagoas, recuando a linha do litoral, canalizando rios, planificando o relevo para ampliação do espaço urbano. Desde o início da colonização, a mata atlântica passou a ser substituída por espaço urbano. Com isso, os municípios do Rio de Janeiro e Niterói, centros polarizadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, experimentaram, ao longo dos anos, alterações significativas em sua paisagem.

Estudo recente realizado pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente – INEA (2011) para a região da Baía de Guanabara registra que esse território é constituído por 90% de área urbana de alta densidade, o que exerce enorme pressão sobre os 56% de mangue e 16% de floresta do total da área do Estado, também presentes na região. Os fragmentos florestais se concentram ao norte, fora da área de estudo, associados à vertente sul da Serra dos Órgãos e aos maciços costeiros (Pedra Branca, Tijuca, Gericinó-Mendanha, Tiririca). Os mangues estão, em sua maioria, localizados a nordeste da Baía de Guanabara.

A lagoa de Maricá vem sofrendo o aterramento de algumas de suas áreas marginais e o lançamento de esgotos em suas águas, agravando sua condição ambiental. A preservação da flora e fauna silvestres também está comprometida, pois a destinação dos esgotos se reflete diretamente na salubridade dos cursos fluviais e na sobrevivência das lagoas, acarretando redução da piscosidade (PETROBRAS/ ICF, 2012).

Segundo o estudo do INEA (2011), na região onde estão inseridos os municípios de Maricá, Saquarema, Araruama e Cabo Frio (Região Hidrográfica VI - Lagos São João) “a classe pastagem corresponde à quase metade das áreas (41%), e a classe pastagem em várzea corresponde a 10%”.

A floresta predomina no interior dessa região, alcançando 25% da cobertura. Aqui se tem o clima mais seco do estado do Rio de Janeiro e a predominância da feição geomorfológica planícies fluviomarinhas resulta em um ambiente bastante peculiar: concentra 100% das salinas, 96% das dunas e 89% de agricultura – cítricos/coco, além de 21% das restingas e 31% das pastagens em várzea. Aí também se encontram 35% das áreas urbanas de baixa densidade, que vivenciam intenso processo de urbanização. Tal diversidade de classes e o reconhecimento da relevância dos recursos paisagísticos e naturais devem ser conjugados ao planejamento regional estratégico para a região.

Na região da Costa Verde, a presença das indústrias energética e naval, bem como a atividade portuária, turismo e prestação de serviços, evidenciam a importância dos recursos naturais para a geração de emprego e renda. Contudo, apesar da evidente vocação turística da região, tratada no **subitem II.5.3.7**, o município de Itaguaí não apresenta a mesma expressividade que os demais municípios da região em relação a essa atividade. A presença de seu porto responde por alterações significativas da paisagem na Baía de Sepetiba, manancial já duramente poluído em decorrência de inúmeras atividades portuárias e industriais ali situadas e do histórico de contaminação que atravessou nas últimas três décadas (UNACOOOP, 2008).

Mangaratiba e Itaguaí, ambos inseridos na microrregião da Baía de Sepetiba, que abriga os distritos industriais de Itaguaí e Sepetiba, já se encontram

intensamente ocupados por empreendimentos como o Porto de Itaguaí, Companhia Siderúrgica do Atlântico e o Porto Sudeste.

O município de Mangaratiba, segundo o Índice de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal - IQUS, em 2001 registrava a redução de formações florestais e pioneiras em 42%, bem como o aumento da área urbana e da área degradada em 50%, tendo como referência o ano de 1994. Já o município de Itaguaí apresentou o mesmo índice em relação ao crescimento da área urbana e da área degradada, e 46% de redução das formações florestais pioneiras (PETROBRAS/ ICF, 2012).

Segundo o INEA (2011), a região dos municípios de Mangaratiba e Itaguaí (Região Hidrográfica II – Guandu) em sua parte leste é caracterizada pela presença de áreas urbanas de média e baixa densidade (18% e 24% dessas classes para todo o Estado), reflexo da conurbação com a cidade do Rio de Janeiro. E que ali se tem 21% das áreas de manguezal e 10% das restingas do Estado associados à Baía de Sepetiba e também, 14% das áreas de reflorestamento e 56% das áreas classificadas como solo exposto, em decorrência da mineração e da expansão urbana.

O contraponto a essa situação é dado pela presença relativamente expressiva de algumas UCs, que nessas condições sofrem pela pressão do entorno e pela falta de conectividade entre fragmentos. Entretanto, essa região tem sido alvo das políticas estaduais centradas nos Planos de Conservação e de Restauração.

Em contrapartida, nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, que pertencem à microrregião da Baía da Ilha Grande, predomina uma grande riqueza natural e diversidade de espécies. A beleza cênica, a riqueza da flora e fauna e a presença de 9 UCs (vide **subitem II.5.2.1**) tornam essa região especial, do ponto de vista ambiental e paisagístico.

De acordo com o último IQUS, utilizando dados de 2001, o município de Angra dos Reis sofreu redução de formações florestais, se comparado a 1994, de 82% para 76% de florestas ombrófilas densas, com aumento de vegetação secundária e de áreas de campo/pastagens.

Com relação ao município de Paraty se observa que a ocorrência do aumento da vegetação secundária e das áreas de pastagens, correspondeu à expressiva redução de formações florestais, de 89% para 70%.

Segundo INEA (2011), essa região (Região Hidrográfica I - Baía da Ilha Grande) se caracteriza pela grande porcentagem de cobertura florestal (89%) devido provavelmente à dominância da feição geomorfológica de serras escarpadas, o que favoreceu a conservação da região ao longo do processo histórico de ocupação do Estado.

Empreendimentos de grande porte, portuários e industriais, são fatores de risco à conservação da baía, juntamente com a degradação dos sistemas costeiros, decorrente dos aterros e ocupações irregulares de encostas e rios, e do crescimento desordenado do turismo.

Um fator que tem contribuído para a redução da pressão sobre os recursos naturais ali disponíveis decorre do fato de que essa é a região mais expressiva em relação às áreas protegidas estaduais e federais, especialmente no que diz respeito ao grupo de UCs de Proteção Integral. Isto se justifica pelo estado de conservação da região, que apresenta integridade da cobertura vegetal e uma grande variedade de ecossistemas associados da Mata Atlântica, tais como: manguezais, costões rochosos, restingas e conjuntos insulares relevantes, tanto sob a ótica da conservação biológica, quanto paisagística.

Dentre as UCs mais representativas estão o Parque Estadual da Ilha Grande, o Parque Estadual Marinho do Aventureiro e a Reserva Biológica da Praia do Sul, além do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que é hoje a maior extensão de área preservada de Mata Atlântica em unidade de conservação, abrangendo os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

O recém-criado Parque Estadual do Cunhambebe, abrangendo os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Rio Claro e Itaguaí, é parte estratégica do Plano Estadual de Conservação, que tem como critério especial para a criação de UCs estaduais a delimitação de áreas contínuas e de grande abrangência da Mata Atlântica. Esta UC contribui, junto com o Corredor Tinguá-Bocaina (área piloto do Plano de Restauração), com a conectividade entre sua porção centro-norte do



Estado – Serra dos Órgãos – e a porção sul – Serra da Bocaina – contínua à porção da Mata Atlântica costeira do estado de São Paulo” (INEA, 2011).

- **Estado de São Paulo**

Aqui se têm duas situações distintas: o conjunto de municípios que compõem o polo turístico do Litoral Norte de São Paulo (São Sebastião, Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela) e possuem atrativos naturais diversos, como praias, cachoeiras, rios, manguezais e restingas, além de vastas áreas de Mata Atlântica preservada, a exemplo do Parque Estadual da Serra do Mar; e a região Metropolitana da Baixada Santista, cuja paisagem é composta por florestas tropicais, restingas, praias, rios, estuários e manguezais. Com relação à região Metropolitana da Baixada Santista, o histórico de crescimento das atividades urbana, industrial e portuária a partir da década de 1950, juntamente com a expansão da rede rodoviária estadual, propiciaram alterações significativas nas características da paisagem.

Conforme tratado no **subitem II.5.3.7**, o turismo é uma atividade essencial à estrutura econômica dos municípios do Litoral Norte. Os atrativos turísticos da região estão vinculados à beleza e preservação da paisagem. Todavia, o desenvolvimento do turismo indiretamente contribui para o crescimento desordenado da malha urbana nos últimos 20 anos. Ao longo dos anos ocorreu o excessivo parcelamento do solo e dificuldades de atendimento da infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, deposição de resíduos sólidos, estrutura viária e serviços públicos em geral (Agenda 21 do Litoral Norte, 2007).

A paisagem do município de Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, apresenta 80% da sua Mata Atlântica preservada. O Parque Estadual de Ilhabela, que integra o Projeto de Preservação da Mata Atlântica - PPMA é formado por um conjunto de ilhas administradas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Florestal (2013).

De acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte (Decreto nº 49.215/2004), um dos principais fatores que interferem na qualidade do meio ambiente na região é a presença do Porto de São Sebastião e do Terminal de

Petróleo Almirante Barroso. Embora ambos estejam instalados no município de São Sebastião, causam problemas ambientais em toda a região, visto que provocam a intensificação do tráfego de veículos pesados e acidentes relacionados ao derramamento de óleo (PETROBRAS/ ICF, 2012).

Com relação à Região Metropolitana da Baixada Santista, segundo Santos (2010), a implantação do polo energético, industrial, petroquímico e siderúrgico aparece como a principal fonte de degradação, considerando-se a fragilidade dos ecossistemas costeiros, gerando emissão de gases poluentes, contaminação dos corpos hídricos por lançamento de efluentes industriais e disposição de resíduos sólidos, o que compromete, inclusive, a balneabilidade das praias. É importante ressaltar que as condições dos canais fluviais têm sido alteradas devido a intervenções antrópicas, como a construção de estradas e parcelamento do solo, causando a retificação de alguns canais, abertura de outros e confecção de aterros.

O Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo (2011) registra que a poluição atmosférica, em termos do nível de concentração de material particulado - MP, destaca para Cubatão, parâmetros acima dos padrões anuais. A poluição do ar no município atinge níveis elevados em função da existência de, aproximadamente, 260 fontes poluidoras, como indústrias químicas e petroquímicas, fábricas de fertilizantes, gesso, cimento, papel, e uma siderúrgica.

Segundo o referido documento, um fator que dificulta a dispersão dos poluentes atmosféricos emitidos pelos complexos industriais é a proximidade da Serra do Mar. Suas escarpas atuam como barreira aos ventos, retendo os poluentes na porção interior da planície costeira. Além disso, o padrão de circulação das águas no estuário não favorece a saída dos efluentes industriais e urbanos, que ficam retidos até que se depositem no fundo dos canais ou manguezais. Embora a Baixada Santista apresente áreas ambientalmente degradadas, a configuração física da região propiciou a existência de remanescentes. Os locais preservados se encontram, principalmente, nas áreas íngremes da Serra do Mar, nos manguezais situados junto aos canais estuarinos e nas áreas cobertas por vegetação de restinga no interior da planície litorânea, distantes das praias, da faixa costeira já urbanizada e dos principais eixos de

urbanização. Sendo assim, 40,3% da área da Baixada Santista ainda é ocupada por Mata Atlântica, 10,6% por vegetação de restinga e 8,8% por manguezais (SANTOS, *op.cit.*). Os municípios de Itanhaém e Santos se destacam por apresentarem, respectivamente, 84,9% e 67% de seus solos cobertos pela vegetação.

As questões aqui apresentadas, quando da avaliação da qualidade da paisagem nos municípios da área de estudo, permitem constatar que essa área, tal como diversas áreas costeiras do Brasil, sobretudo aquelas que se situam em regiões próximas a centros metropolitanos, ao experimentarem intenso crescimento urbano resultante de uma forte tendência à valorização de espaços junto ao litoral, tornam a paisagem sujeita a inúmeras alterações.

De um lado é evidente que os fluxos que se criaram em busca de um lazer ocasional, da segunda residência e do turismo dinamizaram mercados locais e geraram mais postos de trabalho; de outro, os mesmos fluxos acentuaram as contradições entre vantagens e desvantagens da intensificação das relações de mercado e dos processos de desorganização e reorganização territorial. Soma-se a isso a expansão industrial, que contribui para acentuar a pressão demográfica, exercida de forma crescente e contínua sobre essas áreas costeiras, produzindo o colapso de formatos urbanos cuja infraestrutura de serviços (principalmente os que se relacionam a saneamento básico) é insuficiente para acompanhar o conjunto de mudanças.

Nesse contexto, as paisagens que motivaram o processo inicial de ocupação são transformadas, evidenciando as contradições do processo de desenvolvimento; situação que tende a se modificar (em médio prazo) em termos de qualidade e ritmo, tendo em vista os instrumentos de proteção da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06), que impõem o planejamento e ordenamento territorial adequado aos ecossistemas locais e regionais.

- **Relação entre crescimento econômico e qualidade cênica**

Municípios que possuam uma beleza cênica e um ambiente que propicia atividades junto à natureza têm o turismo como opção para desenvolvimento econômico local.

Os municípios da área de estudo possuem estas duas características, visto que estão inseridos na mata atlântica que possui serras e matas densas, que viabilizam diversas atividades relacionadas com o ecoturismo, como *trekking*, montanhismo, cavalgadas, observação de aves dentre outras.

Outro fator que propicia o desenvolvimento local através do turismo é o fato destes municípios estarem localizados no litoral. A característica marcante da cultura nacional de utilizar a praia como espaço de lazer, esporte e recreação favorece diversas atividades econômicas relacionadas ao turismo, que vão desde a presença de quiosques e bares a execução de esportes náuticos.

De acordo com o **item II.5.3.7 - Lazer, turismo e cultura** deste estudo, existem 5 tipos diferentes de turismo: turismo de lazer, turismo de negócios, turismo cultural, turismo esportivo e o ecoturismo. Com exceção do turismo de negócios, a beleza cênica e o patrimônio paisagístico, são fortes atrativos para os adeptos destes tipos de turismo.

No turismo de lazer, um ambiente com praias que permite a prática de atividades recreativas para todas as idades, atrai o interesse de atividades de veraneio, gerando tanto o interesse de turistas que pretendam só conhecer o local, como turistas interessados em comprar casas de veraneio (segunda residência).

Quanto ao turismo cultural, os municípios da área de estudo possuem um vasto patrimônio cultural com diversas comunidades tradicionais, como descrito no **subitem II.5.3.12 - Identificação de Povos e Comunidades Tradicionais**. Essa região estudada apresenta também a maior variedade de espécies de fauna e flora por quilometro quadrado do mundo, atraindo grande quantidade de adeptos deste tipo de turismo para a região onde está inserida a área de estudo.

No turismo esportivo, o principal atrativo dos municípios são os esportes náuticos, já tratados com maior detalhamento no **subitem II.5.3.7 - Lazer, turismo e cultura**.

Por último, as serras e florestas presentes na região, são os principais atrativos para os praticantes do ecoturismo, em todas as suas formas.

Vale ressaltar, que o desenvolvimento local gerado pelo turismo, não se restringe apenas às atividades realizadas por tipo de turista, visto que esse, quando visita determinado município, além de praticar tais atividades também busca hospedagem (seja essa uma pousada ou uma casa para segunda residência), restaurantes, bares, além de usufruir dos transportes e de todos os outros serviços disponibilizados pelos municípios.

#### **II.5.3.12 - Identificação de Povos e Comunidades Tradicionais**

Neste tópico é apresentada a identificação das populações tradicionais, cujas atividades ou localização de suas comunidades estejam direta ou indiretamente relacionadas ao uso costeiro, com destaque para as etnias indígenas (mesmo que estejam estabelecidas em terras homologadas), populações extrativistas (caiçaras, pescadores artesanais, etc.), populações quilombolas, ciganos e afro-religiosos. Também são apresentadas as Políticas Públicas acessadas por esses, com destaque para as políticas implementadas pela esfera federal.

Nesses termos este item foi estruturado em três partes: a primeira referente aos instrumentos legais de proteção aos povos e comunidades tradicionais – povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, afro-religiosos e demais grupos sociais emergentes – e aspectos conceituais que permitem a compreensão das questões culturais que constituem as identidades coletivas e se fundamentam em direitos territoriais e na autoconsciência cultural; a segunda dedicada à identificação e breve caracterização dos povos e comunidades tradicionais, independentemente de estarem estabelecidos em Terras Indígenas, Territórios Quilombolas ou Unidades de Conservação - UCs ou em outras áreas rurais; e a terceira referente às Políticas Públicas acessadas por esses grupos.

É importante destacar que as informações aqui apresentadas decorrem de pesquisa em fonte de dados secundários, notadamente os registros presentes em estudos bibliográficos (artigos, teses e monografias) identificados nas principais universidades e instituições de pesquisa do país e em *sites* que tratam da temática. Foi consultado, principalmente, o *site* oficial do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, no qual foi acessada como informação complementar aquela disponível no Cadastro Único do Programa Bolsa Família – PBF, que registra as famílias cadastradas pertencentes aos grupos tradicionais tais como: quilombolas, indígenas, ciganos, extrativistas, pescadores artesanais, afro-religiosos e ribeirinhos.

Destaca-se que os povos ciganos e as comunidades de terreiro (afro-religiosos) são grupos sobre os quais ainda se dispõe de pouca informação. Assim, foram privilegiadas as informações de famílias cadastradas no PBF.

Outra dificuldade encontrada, dada à especificidade da pesquisa (base de dados secundários) refere-se à caracterização das populações tradicionais que vivem na área de estudo, nos termos da descrição de suas atividades produtivas, modos de vida e relações e interação com UCs, exceto para aquelas objeto de estudo dos documentos pesquisados. Nesses termos, a produção de mapas ilustrando a localização de algumas comunidades, privilegiou, para a maioria dos casos, o município como unidade de referência territorial, identificando comunidades dentro de UCs, somente quando da identificação de estudos que permitiram esse procedimento.

A presença de populações tradicionais no território se configura como fator de preservação e reprodução da cultura, seja pelo componente étnico relacionado aos povos indígenas e as comunidades quilombolas, como também pela capacidade de produção coletiva e solidária de grupos associados à agricultura familiar, pescadores artesanais, caiçaras, ribeirinhos e outros, uma vez que a todos esses grupos sociais são conferidos a condição de tradicionalidade.

Segundo Silva (2004), a expressão “populações tradicionais” passou a ser difundida, principalmente durante a década de 90, inspirada no termo *indigenous people* criado durante os anos 60 e 70 nos encontros internacionais para discussões ambientais, promovidos pela IUCN (União Internacional para

Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais), designando populações etnicamente distintas. Desde então, o termo passou a ser amplamente usado pelo senso comum, designando várias populações genericamente e de forma ambígua no discurso ambientalista.

No Brasil, a denominação comunidades ou populações tradicionais se evidencia no âmbito da problemática ambiental e mais especificamente no contexto da criação das UCs, tendo em vista dar conta da questão das comunidades tradicionalmente residentes nestas áreas: povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, extrativistas, pescadores, caiçaras, dentre outras.

A partir do final do século passado esses grupos começaram a se organizar, tornando-se visíveis, o que resultou na instauração, em dezembro de 2004, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais no âmbito do Governo Federal. Seu objetivo foi o de definir uma Política Nacional específica para esses segmentos nas esferas federal, estadual e municipal, segundo o Decreto nº 10.408 de 27/12/2004.

Na esteira desse debate foi instituída, em 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Decreto nº 6.040). As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da PNPCT ocorrem de forma intersetorial e integrada. Nesses termos compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, coordenar a implementação desta Política.

A comissão é composta por quinze representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e quinze representantes de organizações não governamentais e é presidida pelo representante do MDS. Dentre os membros da sociedade civil da CNPCT estão os representantes dos povos faxinalenses, povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do araguaia e comunidades de fundo de pasto.

### II.5.3.12.1 - Instrumentos legais de proteção

A herança cultural das populações tradicionais é determinante para as políticas de reconhecimento de uma sociedade plural ancorada na diversidade dos modos de vida e na expressão cultural a eles referente. Nesses termos, o Decreto Presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 tornou positivo no ordenamento jurídico nacional a expressão “povos e comunidades tradicionais”, garantindo o reconhecimento aos direitos dessas coletividades.

O Decreto não definiu a priori os povos e comunidades tradicionais, o que de certa forma amplia a possibilidade de inclusão de vários grupos sociais. Na atualidade, o reconhecimento desses grupos vem se consolidando tanto a partir da “auto definição”, como através de estudos especializados. Em ambos os casos se tem um processo que dá visibilidade a povos até então tornados “invisíveis”, ou despercebidos.

Diz o Decreto: “Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Inciso I, do art.3.º). E complementa: “II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]”.(Art. 3º).

Segundo Oliveira (2007), o aspecto positivo do referido decreto remete a visibilidade dada a esses povos e a reafirmação de que tais coletividades são detentoras de territórios, conceituando-se também esses espaços. Além disso, o Decreto valoriza elementos de natureza antropológica, a autodenominação e a diversidade.

Como sugere o autor, embora “haja um longo caminho a ser perseguido para a efetivação dos direitos das comunidades tradicionais, a introdução da PNPCT, com um conceito fluido, mas minimamente adequado do que vêm a ser essas comunidades, além de apresentar um catálogo não exaustivo dos direitos a serem



preservados, trazidos como objetivos da mencionada política nacional, e que não podem, por qualquer contingência, ser suprimidos ou desprezados (...), o Decreto 6.040/2007 mostra-se como um importante instrumento na defesa dos interesses das comunidades tradicionais”.

Além de explicitar o significado da expressão “povos e comunidades tradicionais”, levando em conta aspectos antropológicos, reconhecendo territórios dessas comunidades e otimizando o auto reconhecimento, o Decreto, de modo não taxativo, contemplou, legitimamente, de forma não exaustiva, um rol de objetivos, de políticas públicas destinadas ao resguardo de direitos fundamentais dessas comunidades, direitos esses aqui compreendidos como dimensão da dignidade desses povos: “(...) entende-se o dever constitucional do Estado em promover tais direitos e de se abster de práticas a ele restritivas e de, em caso de conflitos, lançar mão da hermenêutica diatópica, a permitir a compreensão dos problemas sob a ótica das comunidades”.

Considerando a variedade de grupos identificados como povos e comunidades tradicionais (açorianos, catingueiros, campeiros, indígenas, quilombolas, caiçara, vazanteiros, ribeirinhos, gerazeiros, pescadores artesanais, jangadeiros, pomeranos, caipiras, ciganos, quebradeira de coco-babaçu, comunidades de fundo de pasto, etc.), é importante ressaltar que os indígenas e quilombolas dispõem de legislação específica e de instituições destinadas ao seu tratamento, Fundação Nacional do Índio - FUNAI e Fundação Cultural Palmares - FCP, respectivamente, além do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. No que se refere aos pescadores artesanais, o Ministério da Pesca e Aquicultura é a instância formuladora das políticas para o setor.

Para os demais grupos as tratativas legais adotadas ocorrem orientadas pelo Decreto acima citado, os dispositivos integrantes da Constituição de 1988 e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, em seguida enunciada.

É importante destacar que o conceito operacional de povos e comunidades tradicionais, nos termos das Convenções Internacionais referendadas pelo governo brasileiro é explicitado no Art. 2 da Convenção nº 169, que adota o princípio da auto definição da identidade: “A *consciência de sua identidade*

*indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção*". Nesta mesma Convenção, constata-se que a noção de "comunidades locais", que antes denotava principalmente um tributo ao lugar geográfico ao suposto "isolamento cultural", tornou-se adstrita ao sentido "tradicional", enquanto reivindicação de grupos sociais e povos, face ao poder do Estado e enquanto direitos involucrados em formas de auto definição coletiva<sup>44</sup>.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT menciona a necessidade de afirmação desses povos frente ao restante do corpo social, conforme se depreende do abaixo disposto:

- "Reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram;
- Observando que em diversas partes do mundo esses povos não podem gozar dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da população dos Estados onde moram e que suas leis, valores, costumes e perspectivas têm sofrido erosão frequentemente;
- Lembrando a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacionais;"
- A Convenção, na medida em que foi ratificada pelo Estado brasileiro, orienta as políticas públicas e a ação governamental, que passaram a ser pautadas nos termos e disposições ali apontados. Pode-se verificar o referido pelo contemplado nos arts. 2º e 5º da Convenção.

A Secretaria de Identidade e da Diversidade Cultural – SID do MinC é responsável pelo Programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural que é o "primeiro conjunto de políticas públicas do gênero no país", lançado em 2007. Com este programa, o Ministério do Meio Ambiente - MMA passou a incluir "segmentos socioculturais (comunidades populares; grupos étnicos e comunidades tradicionais - indígenas, ciganos, pescadores artesanais e

<sup>44</sup> <http://www.ocarete.org.br>

imigrantes [...]), que, antes, não estavam contemplados devidamente nas políticas públicas<sup>45</sup>.

Na Constituição de 1988 o termo “tradicional” foi resgatado nos termos da categoria “terras tradicionalmente ocupadas” como forma de proteger as terras ocupadas por indígenas. Em 2002 quando da aprovação do texto da Convenção 169, da OIT, escrito em 1989, o termo tradicional foi ampliado para outros grupos, além dos indígenas.

Nesse contexto, os pescadores artesanais e demais grupos passaram a ser contemplados. O território de atuação dos pescadores artesanais tradicionais passou a ser considerado como “terra tradicionalmente ocupada”. Essa situação na atualidade tem fomentado a organização nacional desse grupo, tendo em vista o reconhecimento do território das comunidades tradicionais pesqueiras: um território de “terra” e de “água”. Como a “terra tradicionalmente ocupada” está mais relacionada ao conceito de território do que de terra, propriamente dita; este termo não se reduz somente ao solo, mas aos solos e às águas também.

Na Convenção nº 169 da OIT, a pesca é considerada atividade tradicional, relacionada com a economia de subsistência. Segundo esta Convenção, as atividades tradicionais, dentre outras citadas, a pesca, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura, da sua autossuficiência e desenvolvimento econômico. Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades (CONVENÇÃO 169, 2002 [1989]: Art. 23).

Conforme anteriormente mencionado, apenas alguns grupos dispõem de instrumentos legais específicos de proteção, como indígenas e quilombolas, em seguida apresentados:

- **População Quilombola**

Com relação às áreas remanescentes de quilombos, a legislação vem acompanhando ao longo do tempo as demandas desses grupos sociais. O Artigo

---

<sup>45</sup> -Fonte: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/identidade-e-diversidade/sid-identidade-ediversidade-politicas/sobre-a-sid/>, 2007.

68 da Constituição Federal de 1988, pioneiro na garantia das populações tradicionais no país, e especificamente para as comunidades quilombolas: *“reconhece a propriedade definitiva das terras que estão ocupando, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”*.

Posteriormente tem-se o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em seu artigo 2º, o Decreto considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A partir do Decreto nº 4883/03 foi transferida do Ministério da Cultura – MinC para o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.

Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, os Estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária. Para cuidar dos processos de titulação, o INCRA criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

Com base na Instrução Normativa nº 57, do INCRA, de 20 de outubro de 2009, cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do INCRA do seu Estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios.

Para que a instituição inicie os trabalhos em determinada comunidade, ela deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares - FCP, instituição vinculada ao MinC.

A primeira parte dos trabalhos do INCRA consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintração de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização, e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

É a própria comunidade que se autorreconhece “*remanescente de quilombo*”. E o amparo legal é dado pela Convenção OIT nº 169, aqui mencionada, cabendo a FCP emitir uma certidão sobre essa auto definição. O processo para essa certificação obedece a normas específicas desse órgão (Portaria da FCP nº 98, de 26/11/2007).

Uma das atribuições da FCP consiste em formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania.

O **Quadro II.5.3.12.1-1** apresenta os principais registros da legislação específica, internacional e federal, para o tratamento da população quilombola.

**Quadro II.5.3.12.1-1 - Principais registros da Legislação federal e estadual para a população quilombola.**

<b>LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL</b>
Convenção OIT nº 169 – define que é a própria comunidade que se autorreconhece como “ <i>remanescente de quilombo</i> ”, cabendo a Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa autodefinição
<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL</b>
Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 - reconhece a propriedade definitiva das terras que estão ocupando, devendo o Estado emitir os títulos respectivos.
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 - regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Decreto nº 4883/03 - transferiu do Ministério da Cultura – MinC para o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/INCRA a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL
--------------------------

dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações.
--

Instrução Normativa nº 57, do INCRA, de 20 de outubro de 2009 - define que cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do INCRA do seu Estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios.
---

Portaria da FCP nº 98, de 26/11/2007 - define que o processo de certificação das comunidades obedece a normas específicas da Fundação Cultural Palmares.
--

- **População Indígena**

A Constituição brasileira trata de forma destacada essa temática apresentando, no parágrafo 1º do artigo 231, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como sendo aquelas *"por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições"*. Terras que, segundo o inciso XI do artigo 20 da Constituição Federal, "são bens da União" e que, pelo §4º do art. 231, são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis".

Embora os indígenas detenham a posse permanente e o *"usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos"* existentes em suas terras, conforme o §2º do Art. 231 da Constituição, elas constituem patrimônio da União. E, como bens públicos de uso especial, as terras indígenas, além de inalienáveis e indisponíveis, não podem ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios índios.

O **Quadro II.5.3.12.1-2**, apresenta os principais registros da legislação específica, federal e estadual, para o tratamento da população indígena.

**Quadro II.5.3.12.1-2 – Legislação para a população indígena.**

LEGISLAÇÃO FEDERAL
--------------------

Constituição Federal de 1988 - Artigo 20; Artigo 22; Artigo 49; Artigo 109; Artigo 129; Artigo 176; Artigo 210; Artigo 215; Artigo 216; Artigo 231; Artigo 232; Artigo 67 da ADCT
---

Declaração da ONU sobre os direitos dos povos Indígenas de 13 de setembro de 2007
---

Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio
---

Portaria Interministerial Nº 9, de 19 de fevereiro de 2013 - Altera artigos da Portaria Interministerial nº 35, de 31 de janeiro de 2012, que trata da formação do grupo de trabalho para a Regulamentação do direito de Consulta da Convenção 169
--

<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL</b>
Decreto nº 7.797, de 30 de agosto de 2012 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde
Portaria nº 308, de 25 de julho de 2012 - Altera o disposto no art. 6º da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012
Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012 - Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR
Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 - Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2012 - Disciplina a emissão dos documentos denominados Atestado Administrativo e Declaração de Reconhecimento de Limites
Portaria Nº 116, de 14 de fevereiro de 2012 - Estabelece diretrizes e critérios a serem observados na concepção e execução das ações de demarcação de terras indígenas
Instrução Normativa nº 2 de 3 de fevereiro de 2012 - Baixa instruções para o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé em terras indígenas
Instrução Normativa nº 1, de 9 de janeiro de 2012- Estabelece normas sobre a participação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividade potencial e efetivamente causadora de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas
Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011 - Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007
Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 - Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais
Portaria nº 14, de 09 de janeiro de 1996 - Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996.
Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996 - Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.
Decreto nº 56.744, de 08 de fevereiro de 2012 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo.
Decreto nº 55.080, de 25 de novembro de 2009 - Dispõe sobre o fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede pública estadual.
Decreto nº 54.685, de 17 de agosto de 2009 - Dispõe sobre a criação de unidade escolar indígena (Escola Estadual Indígena "Aldeia Itapuã") na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
Decreto nº 54.479, De 24 de junho de 2009 - Dispõe sobre a transferência do comitê intersetorial de assuntos indígenas para a secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e dá providências correlatas.
Decreto nº 54.429, de 09 de junho de 2009 - Cria e organiza, na Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena e dá providências correlatas
Lei nº 13.515, de 29 de abril de 2009 - Institui o "Dia Estadual de Luta dos Povos Indígenas"
Decreto nº 54.119, de 16 de março de 2009 - Dispõe sobre a criação de unidade escolar indígena (Txeru Ba' é Kua-i) na Secretaria da Educação e dá providências correlatas
Lei nº 12.983, de 08 de maio de 2008 - Inclui no Calendário Turístico do Estado a Festa do Índio que se realiza, anualmente, no mês de abril, em Bertiooga.
Decreto nº 52.645, de 21 de janeiro de 2008 - Dispõe sobre as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersectorial de Assuntos Indígenas e dá providências correlatas.
Decreto nº 50.239, de 11 de novembro de 2005 - Dispõe sobre a criação de unidade escolar estadual indígena na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
Decreto nº 49.814, de 22 de julho de 2005 - Dispõe sobre a criação de unidade escolar estadual indígena na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL
Decreto nº 48.899, de 27 de agosto de 2004 - Dispõe sobre a criação de unidades escolares estaduais indígenas na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
Decreto nº 48.530, de 09 de março de 2004 Dispõe sobre a criação de escolas estaduais indígenas na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
Lei nº 11.025, de 28 de dezembro de 2001 - Dispõe sobre o Programa da Moradia Indígena - PMI e dá outras providências.
Decreto nº 46.339, de 03 de dezembro de 2001 - Cria a Escola Estadual Indígena Guarani Gwyrá Pepó, na Aldeia Morro da Saudade, Distrito de Parelheiros, Município de São Paulo.
Decreto nº 45.893, de 2 julho de 2001 - Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
Decreto nº 45.624, de 15 de janeiro de 2001 - Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
Lei nº 8.151, de 03 de dezembro de 1992 - Institui a "Semana dos Povos Indígenas do Brasil"

Obs.: não foi identificada legislação específica para o estado do Rio de Janeiro

Fonte: Comissão Pró-Índio- SP, <http://www.cpis.org.br/indio>

### II.5.3.12.2 - Aspectos conceituais

O tratamento das questões referentes aos povos e comunidades tradicionais de imediato coloca o desafio da definição do que se entende por comunidades tradicionais, o que as caracterizam, quem está habilitado a identificá-las enquanto tal, quais as principais diferenças entre esses grupos e a sociedade envolvente e que elementos podem servir de parâmetros ou sinais de identidade.

Alguns aspectos são comuns aos diferentes grupos e relevantes quando da construção de traços que auxiliem na sua identificação; dentre eles se pode enunciar a necessidade de acesso a terra, ou ao território, como forma de manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo de recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção – *“no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele também estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele faz parte da cosmologia do grupo, referendando um modo de vida e uma visão de homem e de mundo; ele é apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento, portanto, encerra também uma dimensão lógica e cognitiva. Além naturalmente de assegurar a produção, indispensável à sobrevivência”* (FILHO, 2013).

Os povos tradicionais detêm vasto conhecimento sobre a natureza e uma riqueza cultural adquirida ao longo de várias gerações. Como possuem estreita



dependência dos recursos naturais para a sua subsistência, esses povos, dominam formas especiais de apropriação e uso dos referidos recursos e tendem a manejá-los de forma sustentável já que sua sobrevivência depende diretamente deles.

Conforme mencionado, a denominação comunidades ou populações tradicionais emerge no debate ambiental inicialmente associada ao contexto de criação das UCs. Ao longo do tempo, algumas dessas populações foram se organizando localmente e ganhando visibilidade social. Contudo, a maioria ainda se encontra na invisibilidade, vivenciando situações que pressionam a sua tradicionalidade.

Além desses grupos, têm-se ainda comunidades tradicionais definidas a partir de práticas culturais específicas, tais como os ciganos, as comunidades de terreiro (afro-religiosas), dentre outras.

Segundo Diegues (2008), as culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

- f) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um "modo de vida";
- g) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- h) Noção de território ou espaço onde o grupo se reproduz econômica e socialmente;
- i) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- j) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- k) Reduzida acumulação de capital;

- l) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- m) Importância de mito e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
- n) Tecnologia utilizada relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o trabalho artesanal. Nele, o produtor e sua família, dominam o processo de trabalho até o produto final;
- o) Fraco poder político, que em geral está concentrado em grupos dos centros urbanos;
- p) Autoidentificação ou identificação pelos outros de que pertença a uma cultura distinta das outras.

Nesses termos, tem-se como fundamental para a definição de "culturas" ou "populações" tradicionais, a noção de "identidade", pois o "autorreconhecimento" decorre de uma identidade construída ou reconstruída, resultante, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflitivos com a sociedade urbano-industrial, e com os "mitos" criados por esta.

No contexto dessa discussão é importante chamar a atenção para o fato de que as características que identificam as populações tradicionais não necessariamente compõem um estereótipo desses grupos, pois o que se tem são populações que devido a algumas características comuns, são tidas como "tradicionais", embora tais características comuns não sejam idênticas quantitativa e qualitativamente. As diferenças são reais e totalmente justificadas, não só pelas diferenças do meio em que cada população vive, mas especialmente pelo seu sistema de produção e modo de vida, seu grau de interação com outros grupos e considerando também as pressões que vivenciam.

Desse modo há que se considerar que as populações tradicionais são dinâmicas e também experimentam mudanças, dada sua sintonia com as mudanças que ocorrem na região em que se localizam. É importante considerar que essas mudanças não descaracterizam o elemento "tradicional", pois os principais valores que fazem a essência da tradição desses grupos estão

preservados, mesmo que sob pressão de vários tipos (especialmente a pressão sobre o território e os recursos nele disponíveis).

Assim, se pode sugerir que esses grupos, cuja “tradicionalidade” vive sob pressão mediante a “modernização” que ocupa antigos espaços e o entorno de onde vivem, frequentemente experimentam os impactos decorrentes desse processo no cotidiano das atividades que garantem o seu sustento. É o caso, por exemplo, da pesca artesanal e demais atividades extrativistas que dependem dos recursos disponíveis.

### **II.5.3.12.3 - Identificação das Populações Tradicionais nos municípios da área de estudo**

- **Populações Quilombolas**

Segundo a FCP, as Comunidades Quilombolas ou Comunidades Afrodescendentes Tradicionais correspondem às chamadas “terras de preto”, ou Comunidades Negras Rurais, existentes em 24 Estados do território brasileiro. Essas comunidades se originaram tanto de antigos quilombos formados por escravos que se rebelaram contra a escravidão, quanto de fazendas falidas, de doações de terras para ex-escravos, da compra de terras por escravos alforriados, da prestação de serviços de escravos em guerras e ainda das terras de Ordens Religiosas deixadas a ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII.

A referência ao conceito de quilombo data de 1740, quando o Conselho Ultramarino, reportando-se ao rei de Portugal, valeu-se da seguinte definição de quilombo: *“toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”* (SCHMITT, *apud* Fundação Cultural Palmares, 1999).

Atualmente, tem-se uma definição mais ampla na Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009, do INCRA, que considera remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos e raciais, segundo critérios de autodefinição (vide Convenção nº 169 da OIT), com trajetória histórica própria,

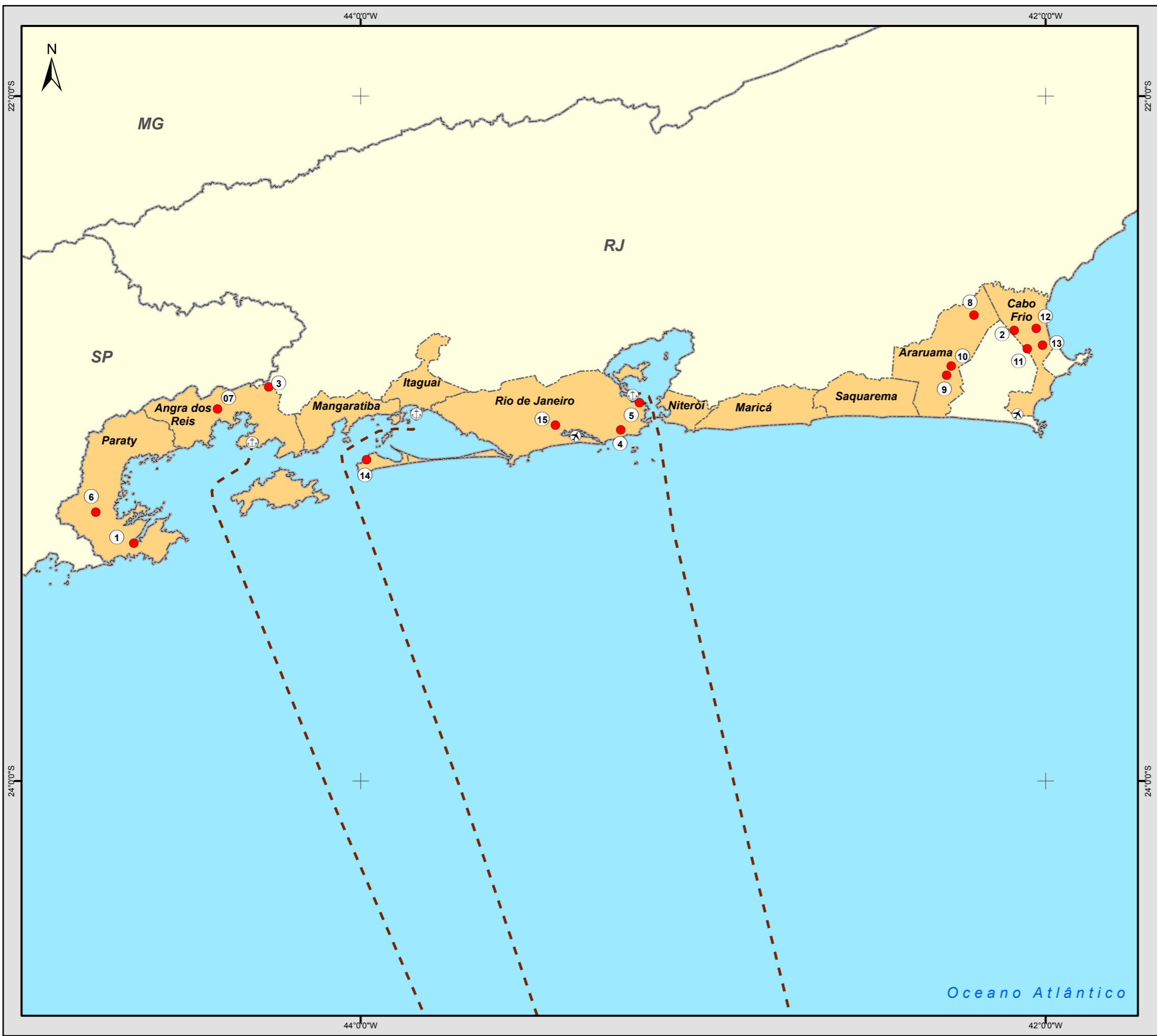
dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Segundo a Associação Brasileira de Antropologia, quilombo é “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos que vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

De acordo com informação atualizada (junho de 2013), disponível nos *sites* do INCRA e da FCP, na área de estudo do empreendimento existem 23 comunidades quilombolas.

Cabe destacar que para a caracterização dessas comunidades se privilegiou a apresentação de informações oficiais e disponíveis; porém, nem sempre foi possível a aquisição de dados atualizados nem a homogeneização da informação apresentada para todas as comunidades quilombolas.

A **Figura II.5.3.12.3-1** e a **Figura II.5.3.12.3-2** apresentam a localização das comunidades quilombolas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente:



**Legenda Temática**

- Comunidades Quilombolas
- Convenções do Mapa**
- Aéreo
  - Marítimo
  - Rota das embarcações de apoio
  - Municípios da área de estudo do meio socioeconômico
  - Blocos de Exploração Etapa 2
  - Campos de Produção Etapa 2

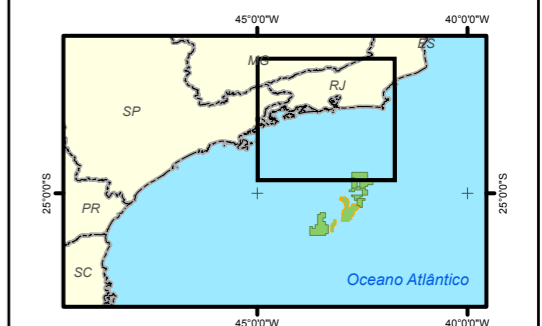
**Convenções Cartográficas**

- Limite Municipal
- Limite Estadual

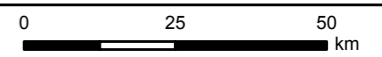
**Comunidades Quilombolas**

Número	Nome
<b>Cabo Frio:</b>	
2	Preto Forro
11	Botafogo
12	Maria Romana
13	Maria Joaquina
<b>Paraty:</b>	
1	Campinho da Independência
6	Cabral
<b>Angra dos Reis:</b>	
3	Alto da Serra do Mar
7	Santa Rita do Bracuí
<b>Araruama:</b>	
8	Sobara
9	Prodígio
10	Tapinoã
<b>Mangaratiba:</b>	
14	Marambaia
<b>Rio de Janeiro:</b>	
4	Sacopã
5	Pedra do Sal
15	Camorim

**Localização Geral**



Referências utilizadas:  
 - Fundação Cultural Palmares, 2012;  
 - ITERJ, 2013;  
 - Limites Municipais (IBGE, 2005);  
 - Unidades Federais (IBGE, 2005).



Projeção Geográfica  
 Datum SIRGAS 2000

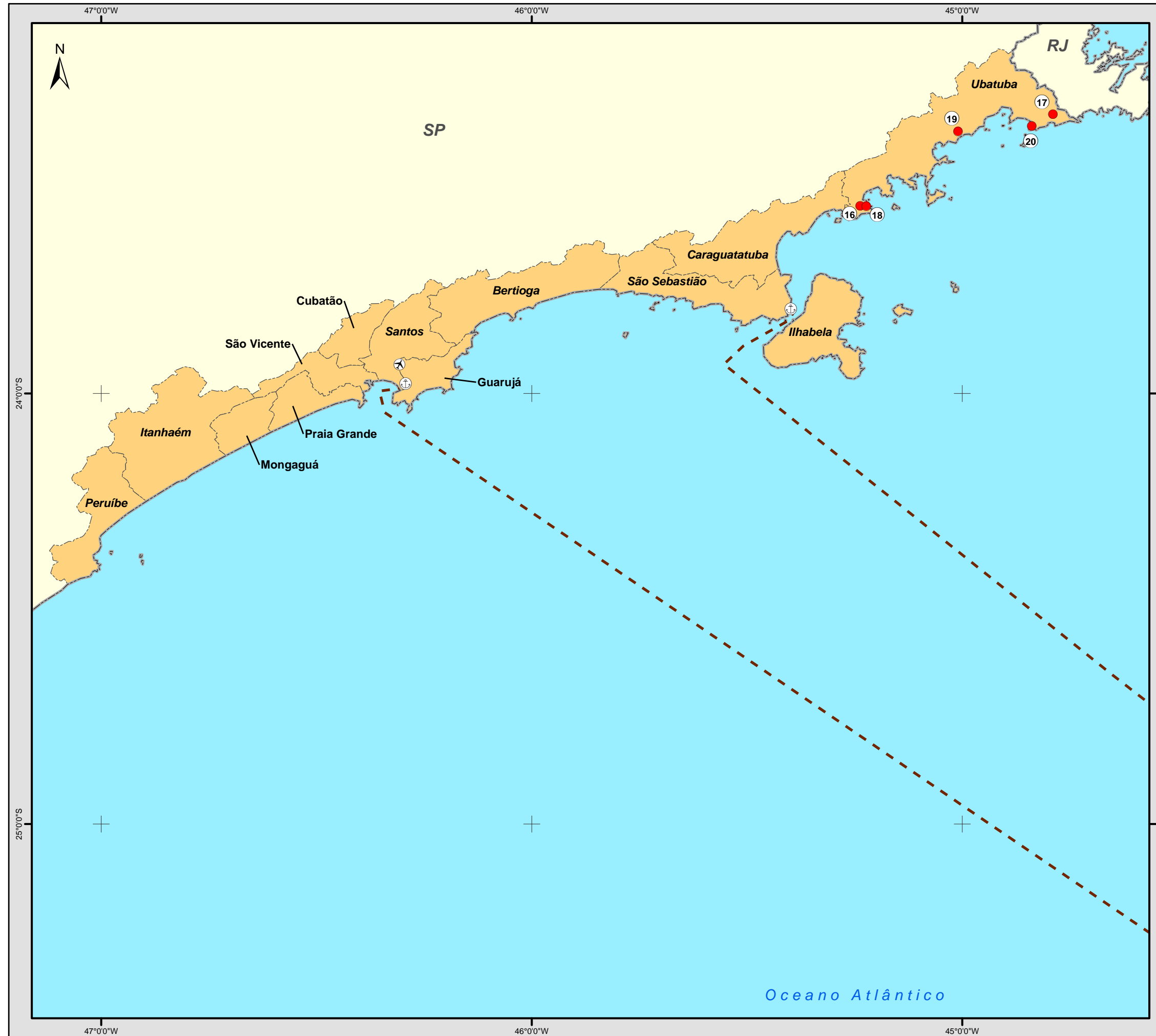


**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS EXISTENTES NA ÁREA DE ESTUDO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	II.5.3.12.3-1	1:1.250.000	0





**Legenda Temática**

● Comunidades Quilombolas

**Convenções do Mapa**

Bases de Apoio

Aéreo

Marítimo

Rota das embarcações de apoio

Municípios da área de estudo do meio socioeconômico

**Convenções Cartográficas**

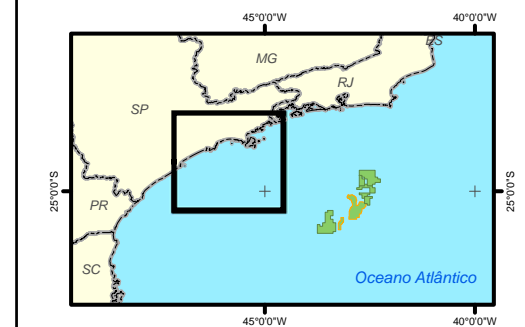
Limite Estadual

**Comunidades Quilombolas com processo aberto no Incra**

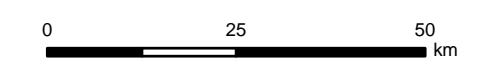
Estado	Município	n°	Comunidades	Título	RTDI no DOU
São Paulo	Ubatuba	16	Caçandoca	Não	Sim
		17	Cambury	Não	Sim
		18	União dos Morros	Não	Não
		19	Sertão de Itambucababa	Não	Não
		20	Fazenda Pinguaba (Quilombo da Fazenda)	Não	Não
		*	Fazenda Caixa	Não	Não
		*	Casanga	Não	Não
		*	Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade	Não	Não

\*Não foi identificada a localidade dessas comunidades

**Localização Geral**



Referências utilizadas:  
 - Fundação Cultural Palmares, 2012;  
 - ITERJ, 2013;  
 - Limites Municipais (IBGE, 2005);  
 - Unidades Federais (IBGE, 2005).



Projeção Geográfica  
 Datum SIRGAS 2000



**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS EXISTENTES NA ÁREA DE ESTUDO - ESTADO DE SÃO PAULO**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	11.5.3.12.3-2	1:1.000.000	0





A **Figura II.5.3.12.3-1** permite observar que apenas algumas Comunidades Quilombolas no estado do Rio de Janeiro encontram-se próximas das áreas de possíveis interferências com a movimentação de embarcações de apoio nas diferentes fases do empreendimento. Destacam-se as comunidades que praticam a pesca artesanal nas Baías de Sepetiba (Comunidade Quilombola da Marambaia) e Ilha Grande (Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí).

No caso da Comunidade Quilombola Pedra do Sal, que aparentemente se encontra na área sob influência da Baía de Guanabara, trata-se de uma comunidade urbana sem vínculos com a pesca artesanal.

Em contrapartida, de acordo com a **Figura II.5.3.12.3-2** as comunidades quilombolas identificadas no estado de São Paulo encontram-se distantes das áreas de possível interferência com as atividades desenvolvidas na área de estudo, visto a distância delas em relação às rotas das embarcações de apoio e as bases de apoio terrestre.

As comunidades quilombolas, de acordo com o INCRA, podem ser classificadas segundo o estágio de seu processo de regularização fundiária: títulos expedidos, processos abertos e processos em andamento; e, de acordo com a FCP, mediante sua condição de certificação ou identificação. Destaca-se que todas as comunidades com títulos expedidos ou com processo em andamento no INCRA já foram previamente certificadas pela FCP.

Do **Quadro II.5.3.12.3-1** ao **Quadro II.5.3.12.3-3** são apresentadas as situações das comunidades quilombolas que vivem nos municípios da área de estudo.

Cabe reiterar que foi privilegiada a apresentação de informações oficiais e disponíveis. Porém, nem sempre foi possível a aquisição de dados atualizados, assim como de uma homogeneização da informação apresentada para todas as comunidades quilombolas.

**Quadro II.5.3.12.3-1 – Comunidades quilombolas presentes nos municípios da área de estudo que possuem títulos expedidos**

Município	Território Quilombola	Comunidades	Nº de Comunidades	Nº Famílias	Área (ha)	Órgão Expedidor	Data de Publicação DOU
Paraty	Campinho da Independência	Campinho	1	74	287	SEHAF	19/03/99
Cabo Frio	Preto Forrô	Preto Forrô	1	13	590	ITERJ	04/11/11

Legenda: Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários - SEHAF, Diário Oficial da União - DOU e Instituto de Terras do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro - ITERJ.

Fonte: www.incra.gov.br, www.ceperj.rj.gov.br, www.palmares.gov.br, PETROBRAS/ Mineral, 2012; PETROBRAS/ Walm (2011).

Complementarmente, visando à busca de dados mais atualizados, foram consultados os seguintes documentos: o quadro "Terras de Quilombo Tituladas 1995 a 2004" da Comissão Pró-Índio de São Paulo; o *site* da Comissão Pró-Índio de São Paulo; a planilha "Títulos até 2006" - Girolamo Treccani; a planilha "Títulos 2003 a 2006" - Pasta Pública INCRA/DFQ; informação das Equipes Técnicas das Superintendências Regionais do INCRA.

A seguir tem-se uma breve caracterização das comunidades acima apresentadas:

***Comunidade Remanescente de Quilombo Campinho da Independência (Paraty, RJ)***

No século XIX a área que hoje corresponde ao Quilombo Campinho da Independência era uma fazenda escravista, na qual os negros chegavam para trabalhar na produção da cana de açúcar e café. Quando abolido o trabalho escravo, no final do século XIX, as atividades comerciais enfraqueceram e o proprietário, então, doou as terras da fazenda aos seus ex-escravos, sem documentar a doação.

As terras foram entregues a três mulheres negras (duas eram irmãs e a outra era prima), chamadas Antonica, Marcelina e Luísa, que as receberam do ex-dono da Fazenda Independência. Parte das terras de Campinho foi perdida para a construção da estrada BR101 (Rio-Santos), quando os quilombolas começaram a

sofrer pressões decorrentes da supervalorização das terras da região e do aparecimento de vários grileiros (REIS, 2010).

Segundo estudo da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ (2010) “os quilombolas de Campinho da Independência cultivam arroz, feijão, milho, aipim e cana-de-açúcar. Frutas como manga, graviola e laranja são as mais abundantes. Muitos homens trabalham na cidade de Paraty, enquanto as mulheres se dedicam à produção de subsistência. A maioria dos moradores são artesãos, e seus balaios, cestos e peneiras, entre outros artefatos caseiros, são apreciados pelos turistas que visitam a região de Paraty”.

Na comunidade há uma casa de farinha de uso coletivo e às margens da Rodovia Rio Santos, no acesso ao Quilombo, há um restaurante com gastronomia étnica, administrado pela comunidade. O Quilombo do Campinho mantém também a Casa do Quilombo, na qual estão expostos os utensílios e os materiais de trabalho usados por seus moradores, além de um amplo acervo fotográfico CEPERJ (2010).

É importante destacar que o Quilombo do Campinho da Independência encontra-se no interior da Reserva Ecológica da Juatinga e da APA de Cairuçu, ocorrendo dessa forma sobreposição de interesses (ARRUTI, 2008).

- **Comunidade Remanescente de Quilombo Preto Forrô (Cabo Frio, RJ, distrito de Tamoios)**

O Quilombo Preto Forrô está localizado na zona rural do município de Cabo Frio. As famílias que constituem essa comunidade são descendentes, direta ou indiretamente, de Ludigério dos Santos, nascido em 1871, que deixou a terra em regime de usufruto.

Embora essa área, desde a década de 50 do século passado, tenha sido objeto de conflito em decorrência do avanço das propriedades e da intensa grilagem que domina a região, os limites das terras de Preto Forrô se mantiveram respeitados. Contudo, nos últimos vinte anos, a pressão sobre essas terras aumentou, ameaçando a sobrevivência do grupo.

Depois de longos anos de negociação, em 17 de novembro de 2011, o Quilombo Preto Forrô recebeu o título definitivo de propriedade de terra, beneficiando 13 famílias quilombolas, cerca de 80 pessoas (CEDINE, 2012). Não foram encontrados dados oficiais e disponíveis acerca do modo de vida desta comunidade quilombola.

O **Quadro II.5.3.12.3-2** apresenta as comunidades quilombolas nos municípios da área de estudo que possuem processo de aquisição de terras em andamento de acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação publicada no Diário Oficial da União.

**Quadro II.5.3.12.3-2** - *Comunidades Quilombolas presentes nos municípios da área de estudo com processo em andamento, onde RTDI=Relatório Técnico de Identificação e Delimitação e DOU=Diário Oficial da União.*

Estado do Rio de Janeiro						
Município	Comunidades	Nº de Famílias	Área (ha)	Nº Processo	RTDI no DOU	Portaria DOU
Angra dos Reis/ Rio Claro	Alto da Serra do Mar	20	327	54180.000972/2006-56	29 e 30/12/10	-
Rio de Janeiro	Sacopã	13	0,6	54180.000712/05-08	01 e 28/02/08 retif. 24 e 29/11/10	-
Rio de Janeiro	Pedra do Sal	25	0,3	54180001957/2005-44	24 e 29/11/10	-
Paraty	Cabral	70	512	54180.000973/2006-09	24 e 29/11/10	-
Estado de São Paulo						
Ubatuba	Caçandoca	53	890	54190.000477/2005-47	07 e 08/06/05	05/12/05
	Cambury	36	1.007	54190.001218/2005-33	17 e 18/12/08	

Fonte: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), [www.ceperj.rj.gov.br](http://www.ceperj.rj.gov.br), [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br), PETROBRAS/ Mineral, 2012; PETROBRAS/ Walm (2011).

Considerando que as informações referentes ao número de famílias das comunidades, segundo nota do INCRA, datam de 2006, os dados para as comunidades sobre as quais se identificou estudos ou pesquisas mais recentes foram atualizados.

As comunidades acima apresentadas podem ser caracterizadas nos seguintes termos:

### ***Quilombo Alto da Serra (Angra dos Reis e Rio Claro/RJ)***

Os integrantes dessa comunidade, segundo relatório do CEPERJ (2010), são descendentes do grupo familiar original que migrou do estado de São Paulo para o estado do Rio de Janeiro e tinha como patriarca o Sr. Benedito Leite. Nesse primeiro momento, a comunidade vivia do plantio de banana, do extrativismo (palmito e madeira) e da fabricação de carvão.

O processo para regularização das terras do Quilombo Alto da Serra começou quando a comunidade, apoiada pela ONG Koinonia, demandou em 2002, oficialmente, a titulação de suas terras. Nesse momento, parte da terra que ocupava fora vendida em um leilão. Nesse processo, a comunidade constituiu uma Associação de Trabalhadores Rurais que posteriormente, em 2007, foi transformada na Associação Comunitária de Quilombolas.

Atualmente, a principal ocupação no quilombo é a exploração agrícola. Desde o começo do processo de titulação a comunidade trabalha com algumas ONGs objetivando a expansão dos esforços agrícolas, a criação de peixes, a instalação de um sistema de saneamento e de um biodigestor para o processamento de dejetos humanos e de animais, fornecimento de gás de cozinha, além de participar de um programa regional de proteção da bacia hidrográfica e de elaboração de melhorias na propriedade (CEPERJ, 2010).

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo da Sacopã (Rio de Janeiro/RJ)***

Possui uma área comunitária onde desenvolve atividades culturais. O Quilombo Sacopã representa um dos símbolos de resistência das inúmeras comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. É portador de um patrimônio singular, que foi construído ao longo de mais de 70 anos pela Família Pinto em meio à sua luta contra a especulação imobiliária.

Esse núcleo familiar firmou seus vínculos com o espaço em 1939, quando se fixou no local, dez anos após a chegada do patriarca Manoel Pinto Jr. O processo de autorreconhecimento da família começou em 1999. Contudo, somente em 2004 conquistaram a certificação da FCP.

Dada a sua localização numa área urbana, o quilombo apresenta algumas especificidades: parte de sua área, delimitada pelo INCRA como imóvel destinado à propriedade coletiva da comunidade remanescente de quilombos Sacopã, encontra-se dentro de uma unidade de conservação, o Parque Natural Municipal José Guilherme Merchior, localizado entre a APA do Sacopã e a APA do Morro dos Cabritos. Inúmeros conflitos ocorrem com a população moradora do seu entorno (MAIA, 2011).

Segundo Maia (2011), *“os moradores, incomodados com a presença do grupo no local, alegavam que as práticas de subsistência daquela comunidade contrariam o zoneamento urbano daquela região que é considerada área residencial, o que, nessa hipótese, configuraria um impedimento legal à prática de atividades comerciais e do samba”*.

Nesses termos, ao longo dos anos o Quilombo lutou contra a especulação imobiliária e impôs sua área comunitária como espaço onde desenvolve atividades culturais. Segundo a autora citada, através das práticas cotidianas em seu modo de vida característico, a família Pinto foi capaz de possibilitar a manutenção de um meio ambiente preservado e saudável, apesar da degradação provocada pelo marcante processo de urbanização. Seu modo de vida expressa peculiaridades culturais como a religiosidade, o samba e a feijoada, e esses dois últimos aspectos foram essenciais na afirmação de uma identidade quilombola pelo grupo.

### ***Comunidade Quilombola da Pedra do Sal (Rio de Janeiro/RJ)***

A Pedra do Sal foi tombada provisoriamente em 23 de novembro de 1984, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, e definitivamente em 27 de abril de 1987, pela Resolução nº 23, publicada no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro em 11 de maio do mesmo ano.

Hoje representa o testemunho cultural secular da africanidade brasileira, espaço ritual consagrado e o mais antigo monumento da história do samba carioca. Outrora chamada Pedra da Prainha, popularizou-se como Pedra do Sal, em decorrência do fato de que nas redondezas se carregava o sal.

A Comunidade assentou-se no local no início do século XIX, por seus moradores trabalharem no porto. Agruparam-se pela necessidade de garantir o espaço, preservar sua identidade cultural e autodefender-se da situação de exclusão. Eram todos de origem africana, alguns ainda em regime de escravidão.

O processo de reconhecimento desta comunidade teve início quando, segundo Guimarães (2008), ocorreu um conflito em torno do projeto de revitalização da área, envolvendo a retomada de alguns imóveis. Nesse processo, a valorização imobiliária da região ameaçava provocar a desterritorialização de uma parte da população, notadamente a “comunidade”, entendida como popular, homogênea e tradicional.

Por se tratar de um quilombo urbano os integrantes da comunidade dedicam-se a atividades diversas, porém mantêm no local as tradicionais rodas de samba e demais eventos que contribuem com a preservação histórica e cultural do lugar.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Cabral (Paraty/RJ)***

Essa comunidade era no século XIX uma fazenda escravista. Os avós e bisavós dos moradores foram escravos na Antiga Fazenda da Caçada, onde se situa o território de Cabral. A construção da rodovia BR-101 (Rio-Santos) gerou pressões sobre a comunidade, pois a especulação imobiliária na região aumentou, principalmente nas terras próximas à construção da rodovia e próximas do litoral (REIS, 2010). Em 9/12/2008 a FCP concedeu a certificação à comunidade quilombola de Cabral, onde viviam aproximadamente 50 famílias descendentes dos escravos (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2013).

Essas famílias utilizam grande parte do território para o cultivo de subsistência, atividade pecuária de pequena escala e cultivo de cana-de-açúcar para a fabricação de aguardente. Além disso, complementam o sustento com atividades artesanais tradicionais.

## **Comunidade Remanescente de Quilombo da Comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP)**

O território dessa comunidade era ocupado, no século XIX, por uma fazenda cafeeicultora e escravagista comprada em 1858 por José Antunes de Sá. Na área existem ruínas de um antigo engenho de cana-de-açúcar, cujo processo de tombamento foi solicitado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (1998), além de outras evidências materiais da ocupação secular da área (SCHMITT, *apud* FCP, 1999).

A formação da comunidade da Caçandoca é bem antiga e constituída a partir de ex-escravos que permaneceram no local após o declínio dos ciclos econômicos do café e da cana-de-açúcar. Havia no local uma fazenda que utilizava a mão de obra escrava, inicialmente explorando o ouro e depois plantando café e cana para produzir aguardente. Com a Abolição em 1888 alguns donos de fazendas deixaram o local e, a partir daí, começou a mestiçagem (entre escravos e alguns donos de fazenda que permaneceram) e, progressivamente, a comunidade foi se constituindo tendo como principais atividades a agricultura e a pesca.

O seu modo de vida, hábitos e festas, apesar de apresentarem elementos particulares, próprios da tradição afro-brasileira é, acima de tudo, um modo de vida camponês e caiçara, resultante de uma adaptação de várias tradições culturais àquele ambiente litorâneo (SCHMITT, *apud* FCP, 1999).

Segundo o documento acima citado, o território está dividido em 34 glebas, sendo que 11 estão no nome de pessoas da comunidade, onde residem 17 famílias. As vinte e três glebas restantes estão sob o domínio de terceiros. Destas, três correspondem às duas escolas municipais e à igreja, construída pela Comunidade em 1962, de propriedade da Mitra Diocesana de Santos; em cinco glebas existem benfeitorias (casas de veraneio) e nas outras quinze não existe nenhuma forma de ocupação.

De acordo com pesquisa realizada no âmbito do Programa de Educação Ambiental - São Paulo/PEA-SP (2012), as atividades econômicas da comunidade



estão relacionadas à pesca e ao turismo: trabalho em casas de veraneio, venda de artesanato e quiosques na praia.

Contudo, no momento da pesquisa realizada no âmbito do PEA-SP, o trabalho coletivo da pesca de cerco, produção de mexilhão e fazenda marítima estava paralisado. Devido a essa situação, muitos integrantes da comunidade precisavam buscar empregos fora e fazer alguns “bicos” para se manter.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Comunidade Cambury (Ubatuba/SP)***

Essa área, no início de sua ocupação, abrigou vários núcleos de escravos foragidos de fazendas de São Paulo e do Rio de Janeiro. A Fazenda Cambury tal como as demais da região, era produtora de cana-de-açúcar e café para exportação, baseando a produtividade na mão de obra escrava. A partir da segunda metade do século XIX entrou em decadência, tendo suas terras divididas e doadas, vendidas ou mesmo abandonadas. Até a década de 1960, quase a totalidade dos moradores do Cambury era formada por descendentes das famílias de escravos que fundaram a comunidade.

Segundo Branco (2007), “ao que tudo indica, a Fazenda Cambury foi ocupada, por compra e doação, por núcleos de escravos que nela trabalhavam. Este núcleo de escravos agregava-se a outros núcleos, vindos de outras regiões. O quilombo permaneceu relativamente isolado até a década de 1970, quando uma série de acontecimentos ameaçou sua permanência em suas terras e trouxe mudanças para seu modo de vida”. Dentre esses acontecimentos destaca-se a construção da rodovia BR 101, que atraiu para a região a especulação imobiliária, a grilagem, novas empresas, contribuindo para pressionar as antigas terras da comunidade.

Na comunidade há o Ponto de Cultura Jambeiro, implantado há uns vinte anos, através de um projeto voluntário que hoje conta com o apoio do governo do estado de São Paulo por meio do MinC e Governo Federal. As atividades realizadas pelo projeto envolvem a criação de biblioteca, videoteca, reciclagem de orgânicos, um telecentro disponibilizado em parceria do Ministério das

Comunicações com Furnas, antena para telefone celular, resgate da cultura retomando a corrida de canoa, danças tradicionais como a ciranda, congada, jongo, entre outros.

Em 2011, a comunidade era constituída por 36 famílias. As principais atividades econômicas da comunidade estão relacionadas à agricultura familiar, artesanato, pesca e turismo, sendo que os mais jovens trabalham em serviços da construção civil. Havia cinco casas de farinha espalhadas pela comunidade, porém a produção era artesanal e para a própria subsistência (PETROBRAS, 2011).

A criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1972, e do Parque Estadual da Serra do Mar em 1977, nas terras da comunidade, impuseram algumas restrições para a prática da agricultura e do extrativismo. Essa sobreposição de territórios tem sido objeto de alguns conflitos de uso.

O **Quadro II.5.3.12.3-3** apresenta as comunidades quilombolas com processos em aberto, quanto a sua regularização.

**Quadro II.5.3.12.3-3** – Comunidades Quilombolas com processos abertos nos municípios da área de estudo.

Estado do Rio de Janeiro				
Município	Comunidade	Nº Famílias	Nº Processo INCRA	Informações FCP
Angra dos Reis	Santa Rita do Bracuí	119	54180.000971/2006-10	<b>Certificada</b> em 22/12/11
Araruama	Sobara	100*	54180.001502/2006-18	<b>Certificada</b> em 28/7/06
	Prodígio	30*	54180.000680/2009-66	Apenas identificada
	Tapionã	s/inf.	-	Processo aberto em 2013 01420.012576/2012-83
Cabo Frio	Botafogo	102	54180.000515/2007-42	<b>Certificada</b> em 24/3/06
	Maria Romana	S/inf.	54180.001440/2011-01	<b>Certificada</b> em 4/10/11
	Maria Joaquina	25	-	<b>Certificada</b> em 17/6/11
Mangaratiba	Marambaia	90	54180.000945/2006-83	<b>Certificada</b> em 25/4/06
Rio de Janeiro	Camorim	s/inf.	54180.000345/2008-87	

Estado de São Paulo				
Município	Comunidade	Nº Famílias	Nº Processo INCRA	Informações FCP
Ubatuba	Fazenda Caixa	s/inf.	54190.001212/2005-88	Certificada em 20/1/06
	Casanga	s/inf.	54190.001641/2006-14	
	União dos Morros	28**	54190.003295/2008-71	
	Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade	50	-	Certificada em 4/8/08
	Sertão de Itamambucaba	38	-	Certificada em 20/1/06
	Fazenda Picinguaba (Quilombo da Fazenda)	48	Processo de Reconhecimento pelo ITESP	

Fonte: \*Cordeiro (2012); \*\*litoralsustentavel.org.br; www.incra.gov.br, www.ceperj.rj.gov.br, www.palmares.gov.br, PETROBRAS/ Mineral (2012); PETROBRAS/ Walm (2011).

Considerando que as informações referentes ao número de famílias das comunidades, segundo nota do INCRA, datam de 2006, os dados para as comunidades sobre as quais se identificou estudos ou pesquisas mais recentes foram atualizados.

A pesquisa bibliográfica realizada possibilitou a elaboração de um breve histórico das comunidades situadas nos municípios da área de estudo. Não foram obtidas informações para as seguintes comunidades: Maria Romana e Maria Joaquina, ambas no município de Cabo Frio/RJ que historicamente correspondem a desdobramentos da comunidade remanescente de Quilombo da Raza (Armação dos Búzios/RJ); comunidade de Camorim, localizada no bairro de Jacarepaguá, cidade do Rio de Janeiro; e União dos Morros situada no município de Ubatuba/SP (GELEDS, 2013).

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Rita Bracuí (Angra dos Reis/RJ)***

A comunidade teve origem numa doação de terras feita pelo Comendador José de Souza Breves para seus escravos, através de testamento em 1877. O ato do Comendador não foi suficiente para garantir aos moradores da antiga fazenda de Santa Rita do Bracuhy o direito a terra, sendo necessária muita luta em várias frentes a fim de tornar concreto o direito conquistado por seus antepassados. Por quase 100 anos os descendentes de escravos ocuparam essas terras. Entretanto,

desde a década de 1960 lutam contra grileiros e condomínios de luxo para se manter nas terras herdadas dos antepassados.

Com a construção da estrada Rio-Santos, que dividiu a comunidade em duas partes, e a valorização da área para empreendimentos turísticos, a partir de 1975, os moradores passaram a sofrer pressões de grupos empreendedores para abandonarem a área, processo que chegou às vias judiciais e foi responsável pela redução do número de famílias que ocupam a antiga fazenda. A pressão aumentou com a proibição de plantio, construção de novas residências e até mesmo a posse pela água das nascentes do rio Bracuí situadas na serra quilombola.

De acordo com os dados extraídos do Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – PEA/RJ, desenvolvido pela PETROBRAS (PETROBRAS, 2012), essa comunidade conta com aproximadamente 119 famílias descendentes de escravos e ocupa as terras da antiga fazenda.

Segundo estudos realizados no âmbito do PEA-RJ, tem ocorrido progressivamente a diminuição das atividades agrícolas para subsistência, o aumento dos conflitos fundiários e a intrusão de terceiros no território quilombola. O longo período de conflitos fundiários, as dificuldades de manutenção e comercialização do plantio de produtos agrícolas e os constantes parcelamentos de terra entre os filhos de uma família contribuíram para que as terras passassem a ser utilizadas fundamentalmente para moradia. Em 2011 a comunidade estava instalada de forma dispersa e com pouco cultivo agrícola, basicamente para autoconsumo.

Estas mudanças foram registradas no Diagnóstico realizado em 2011, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como referência para o Território da Baía da Ilha Grande (MDA, 2011). Neste documento consta que na comunidade 41,66% dos moradores se dedicam ainda à agricultura, porém o fazem para consumo próprio e para o extrativismo (22,91%).

A agricultura de subsistência desenvolvida inclui o plantio, principalmente, do aipim (16%), milho (8%), feijão (8%), hortaliças (7%), além da cana (2%) e pupunha (1,47%) na última safra. E as frutas que são produzidas para subsistência são a banana, goiaba, abacate, jambo e coco. A sobrevivência desta

comunidade conta com o apoio do Governo Federal através do Programa Bolsa Família - PBF, que em 2011 alcançava uma proporção de 35% da comunidade.

É interessante registrar a diversidade religiosa na comunidade, onde apenas 4,2% dos moradores praticam o candomblé e que algumas das antigas tradições foram consideradas pelos moradores na pesquisa citada como atividades de lazer, tais como: o calango, o jongo, a capoeira e a folia de reis. A tradição se conserva na alimentação da população nos termos do consumo frequente da banana da terra, do biju, dos defumados, farinhas, melado e sardinha.

Em decorrência do Projeto Juçara (Projeto Demonstrativo do MMA), ocorrido há cerca de cinco anos, e focado na capacitação do beneficiamento do palmito Juçara, essa atividade ainda se mantém na comunidade. Uma das principais fontes de renda das famílias são os empregos em empreendimentos turísticos, entre eles a Marina Porto Bracuhy (empreendimento de alto luxo), localizada no território quilombola original.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Sobara (Araruama, RJ)***

A ocupação dessa comunidade data de 1860. Esse momento marca a chegada de proprietários e escravos à região, onde foram formadas fazendas de café, engenhos produtores de açúcar e olarias. Na Fazenda Sobara era produzido açúcar, água ardente e café.

O início da organização da comunidade, tendo em vista o seu reconhecimento como quilombola, data de 2006. Foi resultado do trabalho de pesquisa sobre a presença de jesuítas na Região dos Lagos, no âmbito de um projeto desenvolvido com apoio do MMA.

Na atualidade, segundo pesquisa realizada por Cordeiro (2012), os moradores do Quilombo Sobara desenvolvem a atividade agrícola, nos termos da agricultura familiar, e alguns trabalham na empresa Agrisa.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Prodígio (Araruama/RJ)***

A ocupação dessa comunidade data de 1858 e registra que à presença de população negra escrava era superior a população de pessoas livres. Negros vindos da África constituem os antepassados dos atuais moradores.

Segundo Cordeiro (2012), após a abolição da escravatura, verificou-se entre os proprietários das fazendas e os trabalhadores remanescentes (ex-escravos e seus descendentes) uma divisão de terras em base coletiva, como poço de água coletiva, mata, casa de farinha. Nesse contexto, para garantir o direito ao uso e à posse das terras, os moradores tinham de destinar uma parcela do seu tempo, estipulada em dias, ao trabalho de cultivar as terras dos fazendeiros. Na atualidade, segundo pesquisa realizada por Cordeiro (2012), os moradores do Quilombo Prodígio desenvolvem a atividade agrícola, nos termos da agricultura familiar.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Tapionã (Araruama/RJ)***

A comunidade se caracteriza por uma forte herança das gerações de escravos da fazenda Prodígio, localizada no mesmo município. O desenvolvimento econômico, social e cultural desta região fundamenta-se nas antigas fazendas formadas em razão do processo de ocupação do litoral, e deve-se principalmente à mão de obra escrava, oriunda do tráfico de negros vindos de países africanos para esta região.

Segundo Camara (2011), as famílias residentes em Tapinoã são principalmente de origem negra, as quais, com a decadência das antigas fazendas, passaram a compartilhar espaços geográficos nas proximidades e entorno destas, em busca da sobrevivência, da subsistência, configurando uma realidade de valores, tradições e de forte identidade. Tradicionalmente, muitas das experiências adotadas no cotidiano das famílias que vivem em Tapinoã reportam à cultura camponesa.

Essa tradição se mantém na atualidade, pois as famílias valorizam o sistema de subsistência e produção diversificada, onde predominam o cultivo de aipim,

quiabo, maxixe, abóbora, milho, feijão, amendoim, urucum, laranja e frutíferas. Nesse contexto, os mutirões, fazem parte da tradição das famílias, visando principalmente os tratos culturais, a fabricação de farinha e atividades sociais. A mandioca desempenha papel importante na subsistência e produção local de farinha, sola e o biju.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Botafogo (Cabo Frio/RJ)***

A história dessa comunidade é semelhante às das comunidades de Caveira (município de São Pedro da Aldeia/RJ) e Raza (Armação dos Búzios/RJ), pois é composta de famílias descendentes dos escravos da antiga Fazenda Campos Novos, sesmaria jesuítica que remonta ao século XVII.

Os quilombos decorrentes do desmembramento da Fazenda Campos Novos, além dos laços de parentesco, têm em comum a luta pela manutenção das terras, o que ocorre desde a década de 50 do século passado. Os quilombolas de Caveira criaram, na década de 50, a Associação de Moradores e um Sindicato de Trabalhadores Rurais. A partir dos primeiros anos da década de 60 os moradores iniciaram diversas tentativas de regularização fundiária através de processos judiciais individuais e coletivos e reivindicações junto aos órgãos oficiais.

Em 1999, a FCP emitiu a certidão de autorreconhecimento dessa área como comunidade remanescente de quilombos. No dia 20 de fevereiro de 2013, durante um ato público, a prefeitura de São Pedro de Aldeia (RJ) entregou aos quilombolas de Botafogo um documento que encerra a disputa por parte das terras da comunidade.

A área estava em litígio judicial desde 2011, quando uma construtora local entregou à prefeitura as terras em questão como os 6% das áreas públicas exigidas, conforme as leis que regem a criação de loteamentos. A comunidade se mobilizou contra isso, já que a área faz parte da comunidade Botafogo há mais de 80 anos.

Não foram identificadas informações sobre os modos vida desta comunidade.

## ***Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia (Mangaratiba/RJ)***

A Ilha da Marambaia está localizada no município de Mangaratiba (RJ) em área considerada de segurança nacional e controlada pela Marinha do Brasil. A área total da ilha é de 81 km<sup>2</sup> (ilha e restinga).

Segundo Arruti (2003), “a leste, em direção à restinga, e a oeste, em direção à ponta da Marambaia, situam-se as antigas casas de alvenaria e estuque que abrigam uma população de cerca de noventa famílias descendentes, direta ou indiretamente (por meio dos casamentos), de escravos. Era na Ilha da Marambaia que o “Breves” – senhor do café e do tráfico de escravos no Rio de Janeiro do século XIX – mantinha seus escravos para “engorda” antes de serem vendidos para outras fazendas”.

A comunidade recebeu a certificação da FCP em 25/04/2006, e o Relatório de Identificação e Tramitação - RTID, publicado no Diário Oficial da União em 14/08/2006, foi contestado pela Marinha do Brasil. Contudo, em 2009 a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ assegurou aos descendentes de escravos a posse definitiva de terras situadas na Ilha de Marambaia, em Mangaratiba/RJ.

Em 2003, o estudo de Arruti mencionava que as famílias de pescadores da Marambaia viviam dentro de um regime próprio de uso do território: terras de uso comum, categoria sociológica mais ampla da qual as “terras de preto”, eram uma variante. Além da pesca, a população utilizava-se das terras da ilha para cultivos agrícolas de subsistência, que garantiam ao grupo certa autonomia com relação à necessidade de acesso frequente ao continente para aquisição de produtos para o consumo.

Diagnóstico realizado pelo MDA como referência para o Território da Baía da Ilha Grande indicou que a sobrevivência desta comunidade contava, em 2011, com o apoio do PBF que alcançou uma proporção de 58% e o programa de cesta básica 9% em relação à comunidade beneficiada. Além disso, registrou que a relação com as tradições do passado eram reconhecidas pela comunidade como



atividades de lazer, tais como o jongo e a capoeira, e estavam presentes na alimentação da população no consumo do biju e na salga de pescado.

Estudo recente realizado no âmbito do PEA-RIO (PETROBRAS, 2012) indica que, como os quilombolas e pescadores da Ilha da Marambaia dependem da sustentabilidade da baía de Sepetiba para sua sobrevivência, têm encontrado dificuldade devido aos efeitos das atividades industriais desenvolvidas nesta baía (unidade siderúrgica, terminais portuários e usinas termoelétricas de mineração).

A principal consequência dessa situação é o afugentamento dos peixes, a contaminação do pescado por metal pesado, o aumento das áreas de fundeio e das atividades de dragagem na Baía. Com isso, os moradores da comunidade passaram a realizar deslocamentos mais distantes da Ilha para pescar. Nos momentos de “crise” na pesca, alguns estão deixando de praticá-la para se dedicar a outras atividades fora da ilha (por exemplo, o aluguel de barco para turismo, ou o trabalho nas indústrias localizadas em Itaguaí).

Conforme Decreto Estadual nº 9.802/87, todas as terras da Ilha da Marambaia situadas acima da curva de nível de 100 m estão integradas à APA de Mangaratiba.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombola Fazenda da Caixa (Ubatuba/SP)***

A comunidade do Quilombo Fazenda da Caixa está situada na região norte de Ubatuba, quase divisa com Paraty (RJ). De acordo com Branco (2007) é a única comunidade em que todos os membros descendem diretamente de escravos.

Com o falecimento da proprietária da fazenda, Maria Alves de Paiva, em 1884, teve-se conhecimento de sua declaração em testamento, em que manifestou o desejo de que seus escravos fossem libertos e que pudessem habitar certas áreas da Fazenda. Contudo, ao longo do tempo a Fazenda Picinguaba teve vários proprietários.

Em 1951, a fazenda foi hipotecada pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo, situação que perdurou até 1974. Por isso, a propriedade também é

conhecida como Fazenda da Caixa ou "Casa da Farinha", visto que foi adaptada para a produção de farinha de mandioca, na década de 50.

Como está situada no Núcleo Picinguaba, uma área de preservação que impede o plantio de mandioca na quantidade necessária para realizar a produção de farinha, a Casa da Farinha funciona esporadicamente.

Não foram identificadas informações sobre os modos vida desta comunidade.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombola Casanga (Ubatuba/SP)***

Segundo Branco (2007), essa comunidade surgiu de uma antiga fazenda de café denominada Casanga. Ali os escravos teriam permanecido e formado uma comunidade que posteriormente recebeu caiçaras, que foram expropriados em decorrência da especulação imobiliária na região. No local permanece um antigo muro de pedras que dividia a antiga Fazenda.

Essa área se confunde com um bairro e área rural de mesmo nome, local onde, segundo a pesquisa realizada no âmbito do PEA-SP (PETROBRAS/ Walm, 2011), foi identificada a presença de agricultura familiar.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Caçandoquinha (Ubatuba/São Paulo)***

A partir dos dados constantes do Relatório Técnico Científico (FUNDAÇÃO ITESP, 2000) observa-se que o território historicamente ocupado pela comunidade da Fazenda Caçandoca hoje é identificado pelos seus moradores através dos nomes de cada uma das localidades que o compõem: Praia do Pulso, Caçandoca, Caçandoquinha, Bairro Alto, Saco da Raposa, São Lourenço, Saco do Morcego, Saco da Banana, Praia do Simão.

Cada um destes lugares sediou um pequeno núcleo de habitações e estes mantinham intenso relacionamento entre si. Juntos constituíam uma unidade populacional maior, que se identificava por partilhar uma origem e tradições comuns. A abrangência atual da denominação Caçandoca, englobando todos estes núcleos, baseia-se na existência pretérita da Fazenda Caçandoca, a partir e

em torno da qual se formou a Comunidade etnicamente diferenciada hoje identificada como quilombola (FUNDAÇÃO ITESP, 2000).

Segundo estudos realizados no âmbito do PEA-SP (PETROBRAS/ Walm, 2011), muitos moradores do quilombo moram de aluguel, fora da Caçandoquinha, pois não conseguem se sustentar no local devido às restrições em relação à plantação e extração de recursos da natureza. Os principais trabalhos realizados pela comunidade da Caçandoquinha estão relacionados ao turismo, prestando serviços em casas de veraneio.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombo Sertão do Itamambuca (Ubatuba/SP)***

No Relatório Técnico Científico (ANDRADE, 2008 *apud* FCP, 2008) consta que membros da comunidade descendem dos escravos de Modesto Barbosa.

Segundo estudos realizados no âmbito do PEA-SP (PETROBRAS/ Walm, 2011), está ocorrendo perda quase total das atividades tradicionais na comunidade. Isso se deve em parte às proibições ambientais, especulação imobiliária e atividades de turismo. Hoje, a principal atividade econômica refere-se aos serviços gerados no condomínio de Itamambuca: jardinagem, faxina e funções de caseiro. A comunidade não possui mais as casas de farinha e não pratica mais a caça e a extração de plantas para uso medicinal. Somente cultiva pequenas hortas e cria galinhas.

### ***Comunidade Remanescente de Quilombola da Fazenda Pinguaba - Quilombo da Fazenda (Ubatuba/SP)***

A comunidade do Quilombo Fazenda Pinguaba está localizada dentro do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). A história dessa comunidade remonta há 200 anos e, como na maioria das fazendas após a abolição da escravatura, entrou em decadência levando seus proprietários a abandoná-la. Ficaram os ex-escravos cujos descendentes ali permanecem até os dias atuais.

Segundo a pesquisa realizada no âmbito do PEA-SP (PETROBRAS/ Walm, 2011) a comunidade desenvolve o Projeto Juçara, que tem por objetivo divulgar e

expandir a utilização dos frutos da palmeira de juçara para produção de polpa alimentar, reduzindo assim a extração ilegal destas palmeiras. Este projeto é uma parceria do IPEMA/PESM/Prefeitura e PETROBRAS. Este projeto, proposto pelo IPEMA (Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica) em parceria com AKARUI – Associação para Cultura, Cidadania e Meio Ambiente, abrange os municípios de Ubatuba, São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra, que integram áreas do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), nos Núcleos Picinguaba e Santa Virgínia. Na região do Núcleo Picinguaba, integrante da área de estudo, os participantes são predominantemente comunidades tradicionais (quilombolas e caiçaras) (IPEMA, 2013).

Dada a proibição de roças no local, a atividade agrícola foi bastante reduzida, restando como alternativa as atividades vinculadas ao turismo.

Nessa perspectiva, a comunidade tenta resgatar a cultura e os costumes tradicionais (as danças, as comidas típicas, o melado da cana, as plantações, entre outros) como diferencial para a exploração do turismo local.

### Populações Indígenas

É importante destacar as limitações da pesquisa através de dados secundários para caracterização das populações indígenas que vivem na área de estudo, pois nem sempre foi possível a aquisição de dados atualizados e a homogeneização da informação apresentada para todas as populações.

Para a produção de conhecimento sobre os povos Guaranis (Guaranis, Guarani Mbya e Guarani Ñandeva) que vivem nos municípios da área de estudo, foram utilizadas duas principais referências bibliográficas (AZANHA & LADEIRA, 1988 e LADEIRA, 1992).

Os Guaranis são conhecidos por distintos nomes: Chiripá, Kaingúá, Monteses, Baticola, Apyteré, Tembukuá, entre outros. No entanto, sua autodenominação é *Avá*, que significa, em Guarani, “pessoa”.

A população dos índios Guarani no litoral sudeste é composta pelos Mbya e Ñandeva. Os Mbya identificam seus “iguais”, no passado, pela lembrança do uso comum do mesmo tipo de *tambeao* (veste de algodão que os antigos teciam), de

hábitos alimentares e de expressões linguísticas. Reconhecem-se coletivamente como *Ñandeva ekuéry* (“todos os que somos nós”).

A despeito dos diversos tipos de pressões e interferências que os Guaranis vêm sofrendo no decorrer de séculos e da grande dispersão de suas aldeias, os Mbya se reconhecem plenamente enquanto grupo diferenciado. Dessa forma, apesar da ocorrência de casamentos entre os subgrupos Guarani, os Mbya mantêm uma unidade religiosa e linguística bem determinada, que lhes permite reconhecer seus iguais mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envolvidas por distintas sociedades nacionais.

Até as primeiras décadas do século XX, os *Ñandeva* constituíam a maioria da população Guarani no litoral de São Paulo. Levantamentos realizados a partir das décadas de 1960 e 1970, e a crescente visibilidade das aldeias, na atualidade, comprovam que os Mbya passaram a predominar numericamente, em toda a faixa litorânea do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo. Os Tamoios ou Tupinambás (Família Tupi) ocupavam a região do estado do Rio de Janeiro até Ubatuba, formando uma confederação de tribos, a Confederação dos Tamoios.

Historicamente, a Confederação dos Tamoios, aliada aos franceses durante dez anos (1555-1565), ameaçou o povoamento português das capitanias do sul. Contudo, foido derrotada pela ação dos governadores gerais, com reforço do Espírito Santo e São Vicente e dos índios Temiminós, liderados por Araribóia, aliados dos franceses que viviam na Baía de Guanabara.

Após a expulsão dos franceses os Tupinambás tiveram suas aldeias destruídas e suas terras ocupadas e distribuídas entre portugueses. Os sobreviventes desse processo fugiram para além da Serra do Mar. A família linguística tupi-guarani dominou, por muitos anos, o litoral de São Paulo e o do Rio de Janeiro.

Os índios Guarani preservam seus costumes tradicionais como a língua, as danças e, principalmente, as manifestações religiosas. A despeito do constante contato com os não índios, muitas aldeias não permitem a miscigenação. Esses índios são agricultores de subsistência, plantando arroz, mandioca, entre outros. E em muitas aldeias existem escolas onde o ensino é bilíngue.

No Rio de Janeiro, os primeiros habitantes que os colonizadores europeus encontraram foram os Tupinambás, da família Tupi, espalhados em aldeias formadas por cerca de 500 a 3.000 indígenas cada. Os povos da família Tupi e os da família Puri – menos conhecidos, mas ocupando grande extensão do território do estado do Rio de Janeiro – foram os que contribuíram, decisivamente, para a formação étnica do povo fluminense.

Nas terras que hoje correspondem ao estado do Rio de Janeiro viveram indígenas de pelo menos vinte idiomas diferentes, pertencendo todos (menos um não classificado) a quatro grandes famílias linguísticas (Tupi, Puri, Botocudo e Maxacali). A dificuldade de precisão da localização desses grupos se deve ao fato de que permanentemente se movimentam a procura de novas terras para plantio e territórios para caça, a busca da “Terra Sem Males” ou “Paraíso Terrestre”.

A família linguística Tupi ou Tupi-Guarani, Tupinambá ou Tamoio vivia nas zonas de lagunas e enseadas do litoral do Cabo Frio até Angra dos Reis; Temiminó ou Maracajá, na Baía de Guanabara. Dos inúmeros aldeamentos existentes no Rio, formados em sucessivas datas ao longo de um período colonial, muitos deram origem às atuais cidades e sedes de municípios.

Apenas quinze desses aldeamentos chegaram ao século XIX conservando elementos da identidade tribal, dentre eles destacam-se: Aldeia de São Lourenço – Niterói; Aldeia de São Francisco Xavier – Itaguaí; Aldeia Nossa Senhora da Guia – Mangaratiba.

Durante todo o período republicano (século XX), os índios deixaram de figurar no mapa da cidade e do estado do Rio de Janeiro e na documentação oficial, reaparecendo na década de 1950, quando os índios Guarani, migrando do sul do país, estabeleceram três aldeias em Angra dos Reis e Paraty, onde permanecem até os dias atuais. No litoral brasileiro essas comunidades indígenas são constituídas por grupos familiares que, historicamente, procuram formar suas aldeias nas regiões montanhosas da Mata Atlântica – Serra do Mar, da Bocaina, do Tabuleiro, etc..

Entre os antropólogos há unanimidade quanto às dificuldades de quantificar os Guaranis. No caso dos Mbya, prevalece uma rede de parentesco e reciprocidade que se estende por todo o seu território, implicando uma dinâmica

social que exige intensa mobilidade (visitas de parentes, rituais, intercâmbios de materiais para artesanato e de cultivos etc.). Além disso, algumas aldeias apresentam contingente populacional composto por descendentes de casamentos mistos entre Nandeva e Mbya.

Há ainda outros aspectos, entre os quais: o acesso a algumas aldeias ou moradias, dificuldades de obtenção de informações nas comunidades e, sobretudo a aversão dos Guaranis aos recenseadores, pois entendem que a contagem trata-se de uma forma de controle do Estado.

Para os Mbya, o “conceito de território” supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de “mundo” que implica na redefinição constante das relações multiétnicas, no compartilhar espaços etc.. Os Guaranis Mbya mantêm a configuração de seu “território tradicional” através de suas inúmeras aldeias distribuídas em vasta área, abrangendo regiões no Paraguai, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, constituindo-se o mar seu limite terreno.

O domínio de seu território, por sua vez, se afirma no fato de que suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente nem em suas aldeias, nem em complexos geográficos contínuos. Elas ocorrem no âmbito do “mundo” onde se configura seu território. Desse modo, o domínio de um amplo território é exercido através das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e de movimentos migratórios realizados ainda hoje, por famílias Mbya.

Os índios Guarani Mbya do litoral procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, na qual, simbólica ou praticamente, condicionam sua sobrevivência. Esses lugares, procurados ainda hoje pelos Mbya, apresentam, através de elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, de formações rochosas e mesmo de ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição.

Complementando, tem-se que a aldeia Tekoa Sapukai (município de Angra dos Reis), e as aldeias Tekoa Araponga no Patrimônio, Tekoa Rio Pequeno, Tekoa Itati em Paraty-Mirim e Tekoa Arandu Mirim no Saco de Mamanguá (municípios de Paraty) são formadas por Guarani-Mbya que permaneceram na parte sul da América do Sul, tendo migrado para regiões do litoral do sudeste brasileiro. O Guarani é um povo que vive em movimento, circulando entre as

aldeias, lutando pela preservação da terra, seja pela questão da sobrevivência, pela religiosidade, ou procurando o convívio e a proximidade dos parentes.

O **Quadro II.5.3.12.3-4** apresenta os grupos indígenas que vivem nos municípios da área de estudo do empreendimento.

**Quadro II.5.3.12.3-4 – Grupos indígenas presentes nos municípios da área de estudo.**

Estado do Rio de Janeiro		
Municípios	Grupo Indígena	Nome da Terra
Cabo Frio	Guarani	Cabo Frio - Não Identificada
Niterói	Guarani	Camboinhas - Não Identificada
Angra dos Reis	Guarani	Bracuí - Homologada, Registro CRI, SPU
Paraty	Guarani	Araponga - Homologada, Registro CRI, SPU
Paraty	Guarani	Parati Mirim - Homologada, Registro CRI, SPU
Paraty	Guarani	Rio Pequeno – Em identificação
Paraty	Guarani	Arandu-Mirim – Em identificação
Estado de São Paulo		
Municípios	Grupo Indígena	Nome da Terra
Ubatuba	Tupi-Guarani (Ñandeva)	Renascer - Em Identificação
	Guarani MBya	Boa Vista Sertão do Promirim - Homologada, Registro CRI, SPU
São Sebastião/Bertioga	Guarani MBya Tupi-Guarani (Ñandeva)	Ribeirão Silveira - Homologada, Registro CRI, SPU
São Vicente/Itanhaém	Guarani MBya	Rio Branco (do Itanhaém) – Homologada, Registro CRI, SPU
Mongaguá	Guarani MBya Tupi-Guarani (Ñandeva)	Itaoca - Declarada
	Guarani MBya Tupi-Guarani (Ñandeva)	Guarani do Aguapeú - Homologada Registro CRI, SPU
	Guarani MBya	Tenondé Porã Homologada, Registro CRI, SPU
Peruíbe	Guarani Ñandeva	Bananal (Peruíbe) - Homologada Registro CRI
	Guarani Ñandeva	Piaçaguera - Declarada

Fonte: <http://www.funai.gov.br> e <http://cpisp.org.br/>

### **Aspectos demográficos**

Considerando as características dos povos indígenas que vivem nos municípios da área de estudo, aqui resumidamente apresentadas, destaca-se que a identificação do quantitativo de população de cada grupo indígena enfrenta a dificuldade de precisão devido a permanente mobilidade desses povos.



Nesses termos se optou por considerar as informações disponíveis no *site* da FUNAI e no censo demográfico de 2010. Contudo, é importante considerar que as referidas fontes de dados adotam leituras diferenciadas: a contagem do Censo Demográfico, ao considerar o município como unidade de referência, apresenta o quantitativo geral de população indígena, o que inclui também os índios desaldeados que vivem nas áreas urbanas, enquanto que o registro da FUNAI refere-se especificamente às aldeias num dado momento de coleta da informação.

O **Quadro II.5.3.12.3-5** apresenta a distribuição da população indígena pelos municípios da área de estudo, segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

**Quadro II.5.3.12.3-5** – *População indígena presente nos municípios da área de estudo.*

Estados	Regiões	Municípios	População Indígena	
Rio de Janeiro	Região dos Lagos	Cabo Frio	266	
		Saquarema	69	
		Araruama	145	
	Região Metropolitana do RJ	Niterói	655	
		Rio de Janeiro	6.764	
		Itaguaí	149	
		Maricá	140	
		Mangaratiba	29	
	Costa Verde	Angra dos Reis	501	
		Paraty	246	
Ubatuba		333		
São Paulo	Litoral Norte	Caraguatatuba	99	
		Ilhabela	69	
		São Sebastião	313	
		Bertioga	240	
	Baixada Santista	Guarujá	481	
		Santos	468	
		São Vicente	418	
		Cubatão	246	
		Praia Grande	393	
		Mongaguá	332	
		Itanhaém	306	
		Peruíbe	434	
	<b>Total</b>			<b>13.096</b>

Fonte: Censo demográfico (IBGE, 2010).

Nos termos anteriormente mencionados, destaca-se que o total de 13.096 indígenas registrados no Censo Demográfico de 2010 corresponde também aos indivíduos desaldeados que vivem em áreas urbanas e rurais dos municípios.

Exclusivamente para as Terras Indígenas (TI) homologadas anteriormente identificadas registra-se o contingente de 1784 índios, conforme se pode observar no **Quadro II.5.3.12.3-6**.

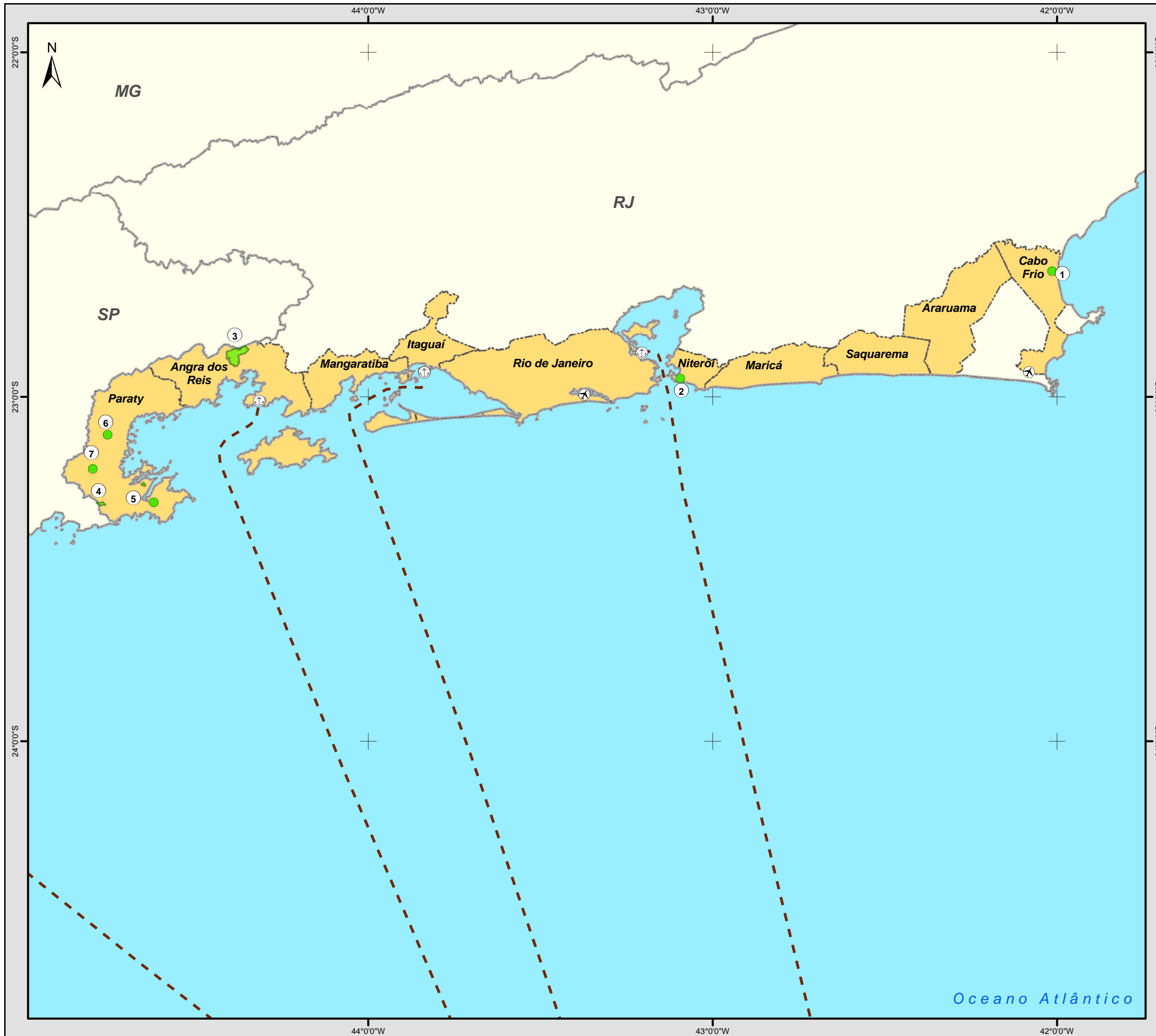
**Quadro II.5.3.12.3-6** – *População Indígena residente na Terra Indígena (TI) homologadas presente nos municípios da área de estudo.*

Estado do Rio de Janeiro		
Municípios	Nome da Terra	População Indígena
Angra dos Reis	Bracuí	298
Paraty	Araponga	19
	Parati Mirim	133
Total Rio de Janeiro		450
Estado de São Paulo		
Municípios	Nome da Terra	População Indígena
Ubatuba	Boa Vista Sertão do Promirim	156
São Sebastião/ Bertioga/ Santos	Guarani do Ribeirão Silveira	109
São Vicente/ Itanhaém	Rio Branco (do Itanhaém)	76
Mongaguá	Tenondé Porã	867
	Guarani do Aguapeú	95
Peruíbe	Bananal (Peruíbe)	31
Total São Paulo		1334
Total		1784

Fonte: <http://www.funai.gov.br> e <http://cpisp.org.br/>

### **Estado do Rio de Janeiro**

A **Figura II.5.3.12.3-3** apresenta a localização das terras indígenas existentes na área de estudo, no estado do Rio de Janeiro.



**Legenda Temática**

Terras Indígenas (T.I.)

**Convenções do Mapa**

**Bases de Apoio**

Aéreo  
 Marítimo

Rota das embarcações de apoio

Municípios da área de estudo do meio socioeconômico

**Convenções Cartográficas**

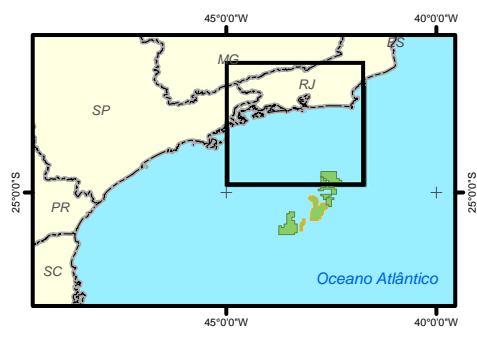
Limite Municipal

Limite Estadual

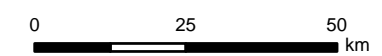
**Terras Indígenas**

Número	Nome
Cabo Frio:	
1	Cabo Frio
Niterói:	
2	Camboinhas (Tekoa Itarypu)
Angra dos Reis:	
3	Bracui
Paraty:	
4	Araponga
5	Parati-Mirim
6	Rio Pequeno
7	Arandu Mirim (Saco do Mamanguá)

**Localização Geral**



Referências utilizadas:  
 - Fundação Nacional do Índio (2012);  
 - Instituto Socioambiental (2012);  
 - Limites Municipais (IBGE, 2005);  
 - Unidades Federais (IBGE, 2005).



Projeção Geográfica  
 Datum SIRGAS 2000



**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS EXISTENTES DA ÁREA DE ESTUDO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	II.5.3.12.3-3	1:1.250.000	0



Abaixo são apresentadas descrições das Terras Indígenas (TI) existentes na área de estudo, no estado do Rio de Janeiro:

### ***TI Bracuí (Angra dos Reis/RJ)***

A Aldeia Sapukai é a maior do Rio de Janeiro, em território e em população, abrangendo uma área de 2.127 ha. A garantia de seu território só ocorreu em 1989 com a demarcação da terra e sua homologação em 1994. A área localiza-se no bairro do Bracuí, distrito de Angra dos Reis, no Parque Nacional da Bocaina, região de mata atlântica.

Segundo estudos realizados pelo CEPERJ (2010), os índios Tekoa Sapukai têm produzido artesanato de cana, palha, raiz e cipó e utilizam tinta vegetal, que está desaparecendo na região, sendo substituída pela tinta de tecidos e de papel carbono. Os produtos artesanais são vendidos ao longo da rodovia Rio-Santos e num box da Prefeitura na área central de Angra dos Reis. As peças mais comercializadas são os cestos ou balaios, denominados ajaka, que possuem, quando são grandes, uma tampa reforçada com cipó guaembé e uma grossa lista circular de taquara, com diferente trançado.

Em 2007 a Aldeia Tekoa Sapukai foi contemplada com um Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional. Este Projeto, em 2010, ainda estava sendo realizado sob o patrocínio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Prefeitura de Angra do Reis, pela Secretaria de Ação Social. Através desse projeto, apoiado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Rio de Janeiro - EMATER, se desenvolvia a criação de tilápias, criação de galinhas d'angola e manutenção de um viveiro de mudas frutíferas.

Conforme mencionado, a reserva indígena de Bracuí pertence aos povos Guarani Mbya e sua população é natural de diversos estados: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, transferidos sob anuência da FUNAI na década de 1980.

A produção de alimentos para subsistência, base de sobrevivência desta comunidade, inclui o plantio de diversos produtos: batata doce, milho, mandioca, cana e frutas, tais como: banana, abacate, coco, laranja, açaí e acerola. A

sobrevivência do grupo depende também da caça e da coleta de frutos da Mata Atlântica, de onde também extraem a matéria prima para confecção dos objetos que utilizam no seu cotidiano e para fazer suas peças de artesanato.

A sobrevivência desta comunidade conta também com apoio do PBF, que alcançava em 2010 uma proporção de 52%.

As tradições culturais desse povo vêm sendo mantidas ao longo dos anos através da prática religiosa *Opy reguá*, de cantos, danças (sondaro, tangara) e da prática do arco e flecha. A alimentação da população também guarda relação com seu passado, incluindo o uso de farinha, tapioca, *kaguity* (bebida), além das frutas e alimentos por eles cultivados e coletados.

### **TI Araponga e TI Paraty-Mirim (Paraty/RJ)**

A aldeia de Araponga compreende 223 ha e é a que apresenta maior dificuldade de acesso, situando-se no bairro Patrimônio, a cerca de 25 km da sede. Está localizada mais ao sul do município do que a aldeia de Paraty-Mirim. É a mais antiga área ocupada pelos indígenas na região, sendo, contudo, aquela que apresenta maior preservação do seu ambiente natural. Foi reconhecida como área indígena a partir de 1997, sem a ocorrência de conflitos locais (FARIAS & VERANI, 1997).

Na área indígena de Paraty-Mirim, a demarcação e a homologação, ocorridas em 1994, se deram de forma mais conturbada. Essa área encontra-se à margem de uma estrada de terra que dá acesso a importante praia da região, bastante frequentada por turistas e, por onde trafegam ônibus urbanos diariamente. A área, que compreende 79 ha, encontra-se em uma região mais devastada de mata atlântica. Esse grupo, proveniente da TI Rio das Cobras, no oeste do Paraná, chegou ao sul fluminense no início da década de 1990, instalando-se primeiro na aldeia Sapukai em Angra dos Reis, depois em Araponga e por fim reocupando a área de Paraty-Mirim, que teve sua demarcação homologada em janeiro de 1996.

As famílias de ambas as áreas indígenas citadas vivem da agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão, batata-doce) e da venda de artesanato que ocorre em três lugares distintos: às margens da estrada que corta a aldeia de

Paraty-Mirim, em pequenas tendas montadas para esse fim; nas ruas do centro histórico de Paraty e exclusivamente pela população de Araponga, na praia de Trindade.

Segundo Mendes (2009), algumas poucas pessoas optam por vender parte do que produzem a algumas lojas na cidade. Segundo o autor, frequentemente alguns homens são “contratados” para prestar algum tipo de serviço em propriedades da região e muitas vezes para trabalhar na limpeza de um terreno onde será iniciada uma plantação. É comum também que os homens se envolvam em trabalhos de mutirões, organizados pela associação de moradores de Paraty-Mirim.

### ***TI Rio Pequeno e TI Arandu Mirim (Paraty/RJ)***

A aldeia de Rio Pequeno está localizada próxima à localidade de Rio Pequeno, com acesso pela Rodovia Rio–Santos, e a de Arandu Mirim fica no Saco do Mamanguá, em Paraty. Essas populações preservam tradições guarani como a língua, rituais, cosmologia e técnicas de plantio. Ambas estão em processo de identificação por grupos de trabalho instituídos pela FUNAI em 2008.

Há informação da existência de um proprietário particular na área que, por meio de um acordo verbal, permite a presença Guarani na região (DAHER *et al.*, 2010). O relatório de identificação de Arandu Mirim já foi entregue e aguarda avaliação da FUNAI, enquanto o relatório de Rio Pequeno ainda está em elaboração.

### ***Demais Terras Indígenas presentes nos municípios da área de estudo, estado do Rio de Janeiro***

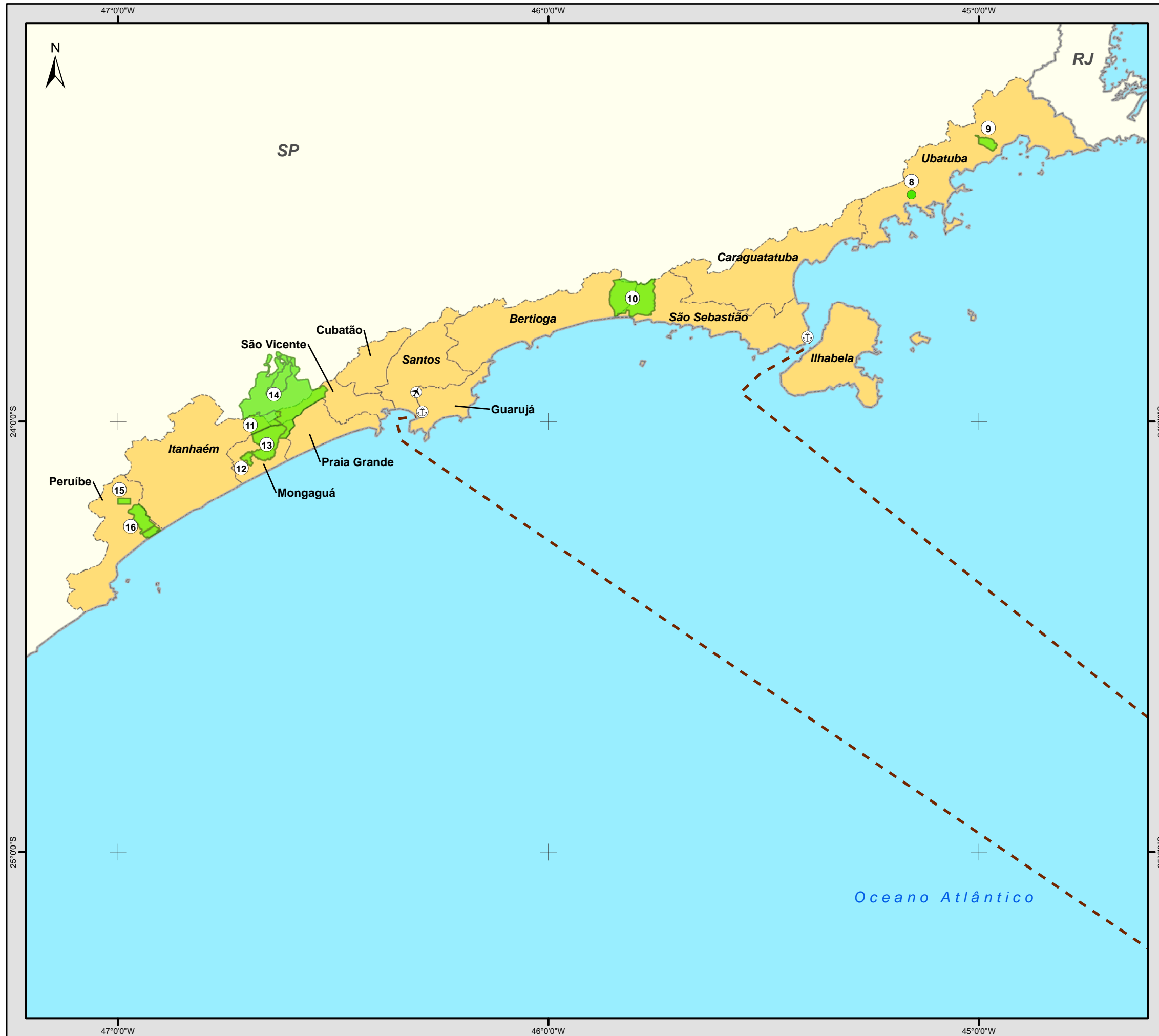
Com relação às demais terras indígenas, destaca-se que, de acordo com informações disponíveis no *site* da Comissão Pró-Índio de São Paulo, as terras indígenas Camboinhas e Cabo Frio ainda não foram alvo de qualquer providência pelo governo federal visando a sua regularização. Na TI Camboinhas vivem 63 indígenas e sua área está sobreposta à do Parque Estadual da Serra da Tiririca, o que dificulta sua regularização.

Destaca-se que no território fluminense da área de estudo ocorre a sobreposição entre territórios tradicionais e unidades de conservação. Na APA do Cairuçu, por exemplo, além de diversas comunidades caiçaras, existem duas Terras Indígenas: Guarani de Araponga e de Paraty-Mirim.

### ***Estado de São Paulo***

A **Figura II.5.3.12.3-4** registra a presença de 9 Terras Indígenas nos municípios integrantes da área de estudo no estado de São Paulo.





**Legenda Temática**

Terras Indígenas (T.I.)

**Convenções do Mapa**

**Bases de Apoio**

Aéreo  
 Marítimo

Rota das embarcações de apoio  
 Municípios da área de estudo do meio socioeconômico

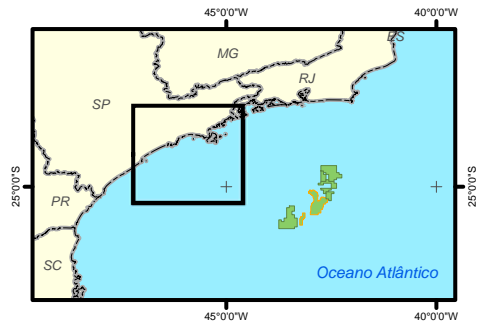
**Convenções Cartográficas**

Limite Municipal  
 Limite Estadual

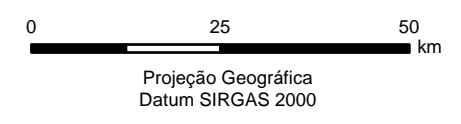
**Terras Indígenas**

Número	Nome
Ubatuba:	
8	Renascer
9	Boa Vista do Sertão do Pró-Mirim
São Sebastião/Bertioga:	
10	Ribeirão Silveira
São Vicente/Itanhaém:	
11	Rio Branco (do Itanhaém)
Mongaguá:	
12	Itaóca
13	Guarani do Aguapeú
14	Tenondé Porã
Peruíbe:	
15	Bananal (Peruíbe)
16	Piaçaguera

**Localização Geral**



Referências utilizadas:  
 - Fundação Nacional do Índio, 2012;  
 - Instituto Socioambiental, 2012;  
 - Limites Municipais (IBGE, 2005);  
 - Unidades Federais (IBGE, 2005).



**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS EXISTENTES NA ÁREA DE ESTUDO ESTADO DE SÃO PAULO**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	II.5.3.12.3-4	1:1.000.000	0



As aldeias Guarani, localizadas na Mata Atlântica em território paulista, só foram percebidas pela população, segundo Macedo (2006), no final dos anos 1920, com a recuperação e pavimentação da estrada conhecida como "Caminho do Mar", que facilitou o acesso de turistas ao litoral paulista.

Historicamente, essas aldeias se formaram, desde o final do século XIX, em locais distantes das concentrações urbanas, permanecendo, portanto, isoladas ou tendo contatos irregulares e ocasionais com a população da região. Até os anos 1960, os Guarani instalavam suas aldeias em áreas de mata e dela retiravam plantas e sementes nativas que utilizavam para construir suas casas, confeccionar artesanatos e alimentar-se.

As atividades econômicas tradicionais – entre as quais se destacam a caça e a pesca, a agricultura e o extrativismo – garantiam a sustentação das comunidades.

### ***TI Boa Vista Sertão do Promirim (Ubatuba/SP)***

A Terra indígena Boa Vista Sertão do Promirim, localizada no município de Ubatuba, surge na década de 60 do século passado quando três famílias guarani, vindas da Aldeia do Rio Silveira, se instalaram na região. A aldeia ficava numa região de difícil acesso, cuja única ligação com Ubatuba era uma pequena trilha.

Com a construção da BR 101, ligando Santos ao Rio de Janeiro pelo litoral, na década de 1970, acelerou-se a ocupação desordenada da região de Ubatuba e nesse processo se intensificou a expansão da atividade turística, a construção de residências de veraneio, a especulação imobiliária e a grilagem de terras, gerando conflitos com caçaras e indígenas.

Em 1982, segundo Macedo (2006), começou o processo de reconhecimento e demarcação das terras indígenas no estado de São Paulo, incluindo a Aldeia Boa Vista. Em 1987, o Decreto Presidencial nº 94.220 homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena da Boa Vista, com uma área de 920 ha.

Em 2006, a aldeia era constituída por trinta famílias, totalizando 130 pessoas e 50 unidades habitacionais, construídas de forma padronizada através do Programa Moradia Indígena, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e

Urbano de SP - CDHU. De acordo com Macedo (*op.cit.*) ocorreu uma integração econômica bastante intensa entre indígenas e a população residente e flutuante de Ubatuba.

### **TI Bananal (Peruíbe/SP)**

Segundo Ladeira (1984), grande parte desses índios é proveniente de aldeamentos mais antigos da região, como o aldeamento do Bananal (município de Peruíbe), Serra do Itatins (Itariri) e Rio Branco (Itanhaém).

Segundo estudos, a ocorrência de divergências e conflitos provocou a disseminação desses índios por todo o litoral paulista. No caso da aldeia do Bananal, por exemplo, ocorreu um conflito de natureza político-religiosa, que levou ao abandono da área por muitos dos seus habitantes e à origem de outras aldeias.

Nesses termos, a aldeia do Bananal foi formada em meados de 1920 para alojar “os índios de Peruíbe, antes numerosos, antigos ocupantes da área, e dos desterrados de Abarebebê, onde sobrevivem apenas as ruínas do convento” (LADEIRA, 1984).

Por volta da década de 80, a aldeia do Bananal era constituída pelos índios Tupi, Tupi-Guarani, Guarani Mbya, mestiços e brancos, que viviam todos juntos antes de se espalharem pelo litoral formando novas aldeias. Em sua totalidade, os moradores da TI Bananal são do subgrupo Ñandeva, grupo que em torno de 1885 teria chegado a esse território vindo de Iguatemi, na região fronteira entre o Sul de Mato Grosso e o Paraguai.

A população se complementou em 1925, quando viveram também no aldeamento as famílias Mbya provenientes da região de Misiones e que mais tarde fundaram o núcleo Rio Branco, no município de Itanhaém (SCHADEN, 1974).

Em pesquisa recém-realizada na Terra Indígena Ribeirão Silveira (São Sebastião/SP), Macedo (2009) salienta que “os Mbya que vieram do Sul chamam os que na literatura são designados Ñandeva, de Xiripá, mas os que vivem no estado de São Paulo são chamados, e se autodesignam, Tupi ou Tupi-Guarani”.

Não obstante as afirmações sobre essa “mistura” entre as duas etnias, mencionada pelos Tupi-Guarani, o que se sabe é que existem poucas bases empíricas para definir os movimentos mais antigos dos índios Tupi-Guarani. Existem apenas algumas hipóteses que se referem a esses deslocamentos (FAUSTO, 1992).

Segundo as narrativas daqueles que se identificam como membros da etnia Tupi Guarani, foi dentro desse contexto de migração dos povos Guarani em direção ao litoral que se formaram as aldeias Guarani atuais na região litorânea e, concomitantemente a elas, as aldeias Tupi-Guarani.

Conforme mencionado anteriormente, a dificuldade de homogeneização das informações para todas as populações indígenas identificadas impôs a seleção dos principais temas que na atualidade sintetizam as questões prioritárias para esses povos. Com esse objetivo foi utilizado como fonte de informação o estudo recente da Comissão Pró-Índio do Estado de São Paulo (2013), que aborda as pressões sobre as terras indígenas localizadas no litoral paulista. Nesses termos destacam-se os seguintes temas:

- **Obstáculos no processo de demarcação** – situação que corresponde à TI Itaóca (município de Mongaguá/SP) e TI Ribeirão Silveira (municípios de São Sebastião e Bertioga/SP).

O processo de demarcação da TI Itaóca foi iniciado em 2001, com a abertura da demarcação da Fazenda de mesmo nome pela FUNAI. Desde então o proprietário ajuizou ações e, mesmo com decisões favoráveis, a disputa judicial vem impedindo a finalização da demarcação dessa terra indígena há 12 anos.

Com relação à paralisação do processo de demarcação da TI Ribeirão Silveira, a disputa envolve os proprietários dos loteamentos residenciais Parque Boraceia I e Parque Boraceia II, incluindo ações judiciais que envolvem os herdeiros do proprietário. Nesses termos, os novos limites da TI não podem ser homologados antes da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, sobre o mandado de segurança impetrado, situação ainda pendente de avaliação em março de 2013.

### ➤ Sobreposição das Terras Indígenas com áreas de conservação

A sobreposição com UCs pode criar dificuldades para a regularização fundiária e até mesmo restringir o acesso dos índios a serviços básicos como educação e saúde. Mesmo no caso de indígenas que já contam com terras demarcadas, a sobreposição pode gerar restrições ao livre acesso aos recursos naturais de suas áreas.

Na área de estudo as terras indígenas incidem sobre o Parque Estadual da Serra do Mar, uma unidade de proteção integral. A sobreposição se verifica também com a unidade de conservação de uso sustentável, a APA Capivari-Monos, localizada no município de São Paulo.

A **Tabela II.5.3.12.3-1** lista as sobreposições entre as TIs e as UCs identificadas para o estado de São Paulo.

**Tabela II.5.3.12.3-1 - Sobreposição entre TIs e UCs, estado de São Paulo.**

Unidade de Conservação	Dimensão da UC (ha)	% de sobreposição	Terras Indígenas Sobrepostas
Parque Estadual da Serra do Mar	315.390	6,33%	Boa Vista do Sertão do Promirim Guarani do Aguapeú Bananal (Peruíbe) Ribeirão Silveira Rio Branco (do Itanhaém)
APA Capivari Monos	25.135	6%	Rio Branco (do Itanhaém)

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças, São Paulo, abril de 2013.

O Parque Estadual da Serra do Mar é a maior área de proteção integral do litoral brasileiro e a TI Boa Vista do Sertão do Promirim está 100% sobreposta ao parque, enquanto que a TI Ribeirão Silveira e TI Rio Branco têm mais de 50% de sua dimensão incidente sobre a unidade de conservação, conforme observado na **Tabela II.5.3.12.3-2**.

**Tabela II.5.3.12.3-2- Sobreposição com o Parque Estadual da Serra do Mar.**

Terra Indígena	Área da TI sobreposta à UC (ha)	% da TI sobreposta à UC
Boa Vista do Sertão do Promirim	951,729	100,0%
Guarani do Aguapeú	1.899,000	42,7%
Peruíbe	94,000	19,8%
Ribeirão Silveira	4.881,000	79,5%
Rio Branco (do Itanhaém)	2.285,000	79,0%

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças, São Paulo, abril de 2013

- Exploração mineral em Terras Indígenas**

A exploração mineral em terras indígenas ainda não foi regulamentada, o que sugere seu impedimento. Contudo, na prática a situação ocorre e provoca insegurança, principalmente nas terras indígenas ainda não demarcadas, como é o caso envolvendo a TI Piaçaguera (município de Peruíbe) que foi alvo de exploração mineral enquanto encontrava-se na fase de identificação.

O relatório da Comissão Pró-Índio (2013), evidenciou também uma situação em que a exploração mineral ocorreu fora da terra indígena, mas com impactos sobre a mesma, TI Rio Branco (município de São Vicente).

A **Tabela II.5.3.12.3-3** lista a sobreposição de terras indígenas e o número de processos de lavra.

**Tabela II.5.3.12.3-3– Sobreposição de terras indígenas e processo de lavra.**

Terra Indígena	Fase do Processo	Número de processos	% da Terra Indígena em Sobreposição
Guarani do Aguapeú	Disponibilidade	01	7,07%
Itaoca	Disponibilidade	01	14,90%
Bananal (Peruíbe)	Requerimento de pesquisa Autorização de pesquisa	01	65,48%
Piaçaguera	Requerimento de lavra Concessão de lavra	01 06	82,15%
Ribeirão Silveira	Disponibilidade	01	7,74%
Rio Branco (do Itanhaém)	Requerimento de lavra Licenciamento	01 01	2,49%

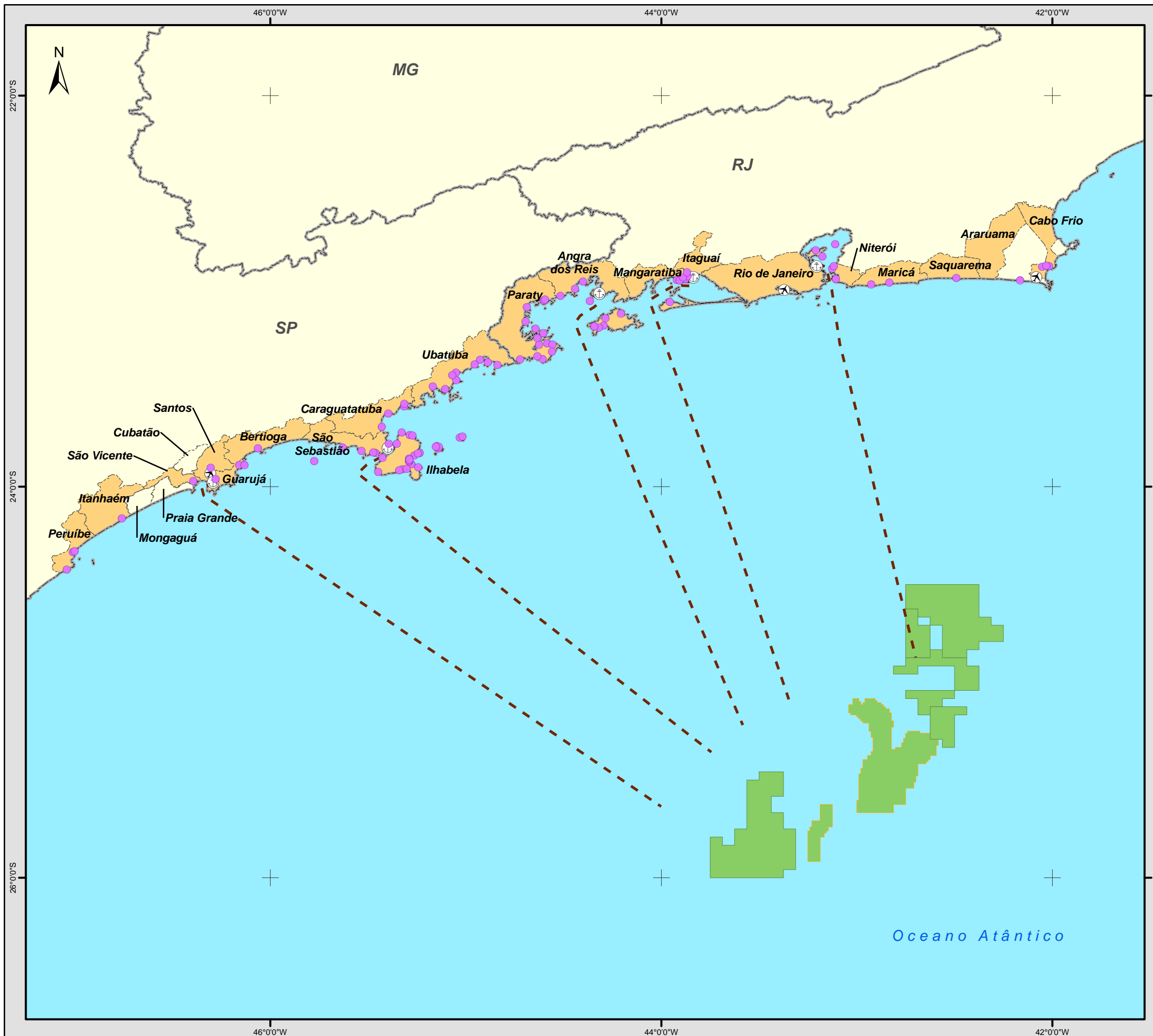
Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (2013).

- **Demais Comunidades Tradicionais**

Complementando o conjunto de populações tradicionais que vivem nos municípios da área de estudo, têm-se os caiçaras, pescadores artesanais e ilhéus, cuja referência é dada pelas formas de ocupação do território litorâneo e ilhas; e os povos ciganos e comunidades de terreiro (afro-religiosas) cuja tradição remete a aspectos culturais específicos.

A **Figura II.5.3.12.3-5** apresenta a distribuição das populações tradicionais – pescadores artesanais, caiçaras e demais extrativistas na área de estudo. As comunidades representadas nessa figura são aquelas para as quais foi possível obter informação sobre localização.





**Legenda Temática**

- Comunidades Tradicionais
- Municípios da área de estudo do meio socioeconômico que possuem comunidades tradicionais - Pescadores Artesanais, Caiçaras e demais extrativistas
- Demais municípios da área de estudo

**Convenções do Mapa**

**Bases de Apoio**

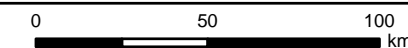
- ✈ Aéreo
- ⊕ Marítimo
- Rota das embarcações de apoio
- Blocos de Exploração - Etapa 2
- Campos de Produção - Etapa 2

**Convenções Cartográficas**

- Limite Municipal
- Limite Estadual

Comunidades Tradicionais	
Rio de Janeiro	São Paulo
Angra dos Reis	Bertioga
REBIO Praia do Sul	Indaiá
Vila do Aventureiro	Caraguatatuba
Provetá	Cocanha
São Forte	Mosca
Panamáica	Porto Novo/Juqueriquerê
Gipóia	Praia do Carneiro
Frade	Guarujá
Bracul	Conceiçãozinha
Aranuama	Praia Branca
Praia da Figueira	Sítio Cachoeira
Cabo Frio	Ilhabela
Canal do Itajuru	Armação
Barro da Gamboa	Bonete
Praia da Siqueira	Curril
Bairro do Potinho	Canto da Lagoa
Itaguaí	Castelhanos
Iha do Boi	Coiteira
Quatiquara	Enchovas
Coroa Grande	Eustáquio
Mangaratiba	Figueira
Iha de Itacurujá	Fome
Iha de Marambaia	Guaruama
Flaxeiros	Guaruama de Búzios
Praia Grande	Iha de Vitória
Gamboa	Iha de Búzios
Maricá	Indaiáuba
Aldeia de Zacarias	Jabaquara
Itaipú	Pitangueiras
Niterói	Ponta do Tapuá
Iha da Conceição	Porto do Meio
Jurubá	Praia Mansa
Porta d'Areia	Praia Vermelha
Paraty	Saco do Sombrio
Baixio	Serraria
Calhaus/Justinga	Itanhaém
Cairuçu	Praia dos Pescadores
Grande de Cajaba	Peruíbe
Iha do Algodão	Barra do Uma
Manubucaba	Peruíbe
Marfim de Sá	Prairinha
Paraty-Mirim	Saquarema
Perequê	Iha Diana
Porta Negra	São Sebastião
Praia do Sono	Araçá
São Gonçalo	Boiesucanga/Maresias
Tarituba	Iha do Montão de Trigo
Tirandade	Toque-Toque Pequeno
Rio de Janeiro	São Vicente
Mangue do Jequiá	Rua Japão
Praia da Guarda	Ubatuba
Tubiacanga	Alemão
Saquarema	Almada/Engenho
Barra Franca	Barra Seca
	Bonete
	Camburi
	Cedro
	Picinguaba
	Prumirim
	Puruba

Referências utilizadas:  
 - Instituto Socioambiental (2012);  
 - Limites Municipais (IBGE, 2005);  
 - Unidades Federais (IBGE, 2005).



Projeção Geográfica  
 Datum SIRGAS 2000



**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS - PESCADORES ARTESANAIS, CAIÇARAS E DEMAIS EXTRATIVISTAS NA ÁREA DE ESTUDO**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	II.5.3.12.3-5	1:2.200.000	0



## 1. Caiçaras, pescadores artesanais e ilhéus<sup>46</sup>

A formação das comunidades caiçaras se deu entre o século XVIII e o início do século XX, nos termos da miscigenação entre índios, europeus e negros que se estabeleceram ao longo do litoral. O relativo isolamento provocado pela mata atlântica condicionou o desenvolvimento de um modo de vida e de uma cultura particulares, centrados na atividade pesqueira.

Para a compreensão, na atualidade, da organização e dinâmica desses grupos é necessário considerar sua inserção na sociedade envolvente e as formas de pressão decorrentes dessa condição. Hoje, caiçaras, pescadores e ilhéus não vivem necessariamente nos espaços à beira-mar, pois essas áreas tenderam, ao longo do tempo, a abrigar outros usos (turismo, veraneio, segunda residência, lazer, etc.). A atual condição de ocupação do território para esses grupos permite sugerir que essa população vive “sob pressão” em áreas urbanas, misturada à sociedade envolvente sem, contudo, ter perdido sua tradicionalidade, frequentemente expressa através de formas de resistência e na atualização de antigas práticas.

O termo caiçara tem origem no tupi guarani *caaiçara*, que significa homem do litoral. Para essa população, inicialmente, o termo era empregado somente para designar as estacas colocadas em volta das aldeias e currais, fincadas na área para capturar os peixes. Com o passar do tempo, passou a ser o nome atribuído às palhoças construídas na beira da praia para abrigar as canoas e os petrechos de pesca. Só mais tarde passou a designar os moradores do litoral (DIEGUES, 1988. In: ADAMS, 2000, p.103).

A cultura caiçara é constituída por uma rede de conhecimentos construída através de uma relação de complementaridade entre o homem e a natureza, sendo a pesca artesanal uma das suas principais características. Através da pesca e da agricultura os caiçaras exploram os ecossistemas e adquirem conhecimento sobre a natureza (DIEGUES, 1995).

Hoje as identidades dos caiçaras, dos ilhéus e do pescador artesanal tradicional se manifestam de forma diferenciada daquela originalmente construída

<sup>46</sup> No caso dos ilhéus esses podem ser caiçaras e pescadores artesanais.

por esses grupos. Isso se deve às novas modalidades de uso do território impostas pela valorização dos antigos espaços ocupados pelos seus ancestrais, às novas formas de inserção na sociedade envolvente e, em alguns casos, à utilização de artefatos menos rústicos para a realização de seu trabalho. Contudo, se mantém a valorização de antigos vínculos, tais como os de parentesco, associados ou não à divisão do trabalho na atividade pesqueira, dos ciclos da natureza orientando a organização do tempo, das festividades, marcando os rituais de socialização, etc..

Se antes pescar, coletar e plantar o roçado eram suficientes para o sustento da família, hoje a pesca é alternada com outros pequenos serviços vinculados, algumas vezes, ao turismo ou a atividades urbanas diversas, da mesma forma que a ocupação do território litorâneo não ocorre mais nos termos das bucólicas vilas à beira mar, atualmente ocupada por unidades de turismo e veraneio.

A população caiçara assimila as novas modalidades de sustento e as reinterpreta dentro de seu atual quadro de referência, reinventando sua cultura. Nesses termos, centrar a dinâmica de seus modos de vida apenas na tradição é isolá-las e não percebê-las na interação com a sociedade mais ampla.

Os estudos de Diegues (2006) relevam que o patrimônio imaterial caiçara é rico, com celebrações, festas e mutirões. Ainda que fazendo parte das festas agrárias ligadas ao mundo rural como o mutirão, muitas delas são realizadas em áreas suburbanas onde hoje vivem muitos caiçaras, recriando e reafirmando novas formas de sociabilidade. Considerando que as relações entre cultura e territorialidade são inseparáveis, se pode sugerir que a cultura caiçara resiste, apesar de todo o processo de transformação do espaço onde ela está situada.

A história de cidades como Paraty, Santos, São Vicente, Iguape, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião sempre esteve atrelada à presença da cultura caiçara. Segundo o autor, historicamente, as comunidades caiçaras sempre mantiveram com essas cidades, em maior ou menor intensidade, contatos e intercâmbio econômicos e sociais, também dependendo delas para a aquisição de bens não produzidos nos sítios e nas praias. Esse contato se manteve por via terrestre (caminhos), fluvial e marítima, tendo-se destacado, do século XIX até as primeiras

décadas do século XX, quando as chamadas ‘canoas de voga’ transportavam produtos agrícolas, peixe seco, aguardente, etc..

Com uma forma de vida baseada na agricultura itinerante, na pesca artesanal, no extrativismo vegetal e no artesanato, os caiçaras ocuparam as áreas costeiras dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e também o litoral do Paraná e o litoral Norte de Santa Catarina.

É importante destacar que caiçaras, ilhéus e pescadores artesanais se confundem no universo de povos tradicionais e que sua caracterização depende de pesquisa sócio antropológica específica. Desse modo, considerando que as informações aqui apresentadas decorrem de pesquisa em fonte de dados secundários, apenas se pode sugerir que nas áreas identificadas há grande possibilidade de ocorrência da presença de grupos tradicionais nos termos aqui comentados, sem que se possa apresentar uma classificação precisa dos mesmos. Esses grupos vivem no litoral e desenvolvem suas atividades no ambiente costeiro - pesca artesanal, coleta de mariscos.

Nos municípios da área de estudo, a pesca artesanal é identificada como uma importante atividade econômica das comunidades litorâneas. Nesse contexto, segundo Diegues (2006) a categoria de pescador artesanal é usada para designar aqueles que exercem a pesca como atividade exclusiva, utilizando meios de produção próprios ou de um grupo familiar ou de vizinhança, não estabelecendo vínculos de assalariamento entre os produtores, utilizando instrumentos de produção com baixo emprego de tecnologia, entre outras características que diferem estes pescadores daqueles conhecidos como embarcados de empresas pesqueiras. Hoje, o debate sobre as condições de sobrevivência deste grupo está centrado na necessidade de reconhecimento do Território da Pesca Artesanal (território de terra e de água). Em torno dessa questão, os pescadores artesanais estão organizados em nível nacional.

No contexto desse debate, destaca-se a constatação de que a identificação da natureza faz parte da memória coletiva, dos lugares da terra e da água, necessários à reprodução física e cultural dos caiçaras e pescadores artesanais tradicionais. A característica principal do “ser” pescador e pescadora artesanal tradicional é o modo de viver e de se relacionar com a natureza. Possuem valores

próprios e utilizam e desenvolvem técnicas transmitidas oralmente através de várias gerações e que garantem a sustentabilidade de suas famílias e dos estoques pesqueiros. As famílias de pescadores e pescadoras artesanais tradicionais são donas dos seus meios de produção, dispendo dos equipamentos necessários para o exercício da atividade, tais como: redes, pequenas embarcações, motores, etc.. A atividade, frequentemente, é realizada pela família ou por grupos de trabalho coletivo.

Essas comunidades pesqueiras, embora consideradas tradicionais, não detêm o domínio sobre o território de água e de terra, que é utilizado de forma coletiva, abrangendo os rios, açudes, lagoas e o mar, terras de beira d'água, etc.. Além disso, possuem um conjunto de regras e de condutas definidas e vivenciadas com a coletividade para o uso dos recursos naturais disponíveis (os acordos de pesca).

Confirmando os argumentos aqui apresentados, segundo Diegues (1999), “os pescadores, enquanto categoria de população não tradicional, estão espalhados pelo litoral, pelos rios e pelos lagos e têm um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Embora, sob alguns aspectos, possa ser considerada uma categoria ocupacional, os pescadores, particularmente os chamados artesanais, apresentam um modo de vida peculiar, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas. (...) Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos. Apesar de grande parte deles viver em comunidades litorâneas não urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo aí uma solidariedade baseada na atividade pesqueira”.

Os registros a seguir apresentados correspondem à tentativa de identificação e espacialização de comunidades que provavelmente abrigam grupos tradicionais nos termos aqui comentados. Considerando que a maioria dessas comunidades (pescadores artesanais, ilhéus e caiçaras) ainda é pouco estudada e que a

identificação desses grupos na área de estudo ocorreu através de pesquisa de fonte de dados secundários, poderão ocorrer algumas imprecisões ou ausências nos referidos registros.

Cabe destacar que, para os municípios fluminenses integrantes da Baixada Litorânea e Região dos Lagos foram consultados os documentos: PETROBRAS/SOMA, Diagnóstico Participativo, Programa de Educação Ambiental na Bacia de Campos (PEA-BS, 2011), e para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói foram consideradas as informações referentes às pesquisas ocorridas no âmbito do Programa de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-Rio/Baía de Guanabara) realizado pela equipe técnica da Mineral Engenharia e Meio Ambiente.

Para identificação das comunidades que vivem na Baía de Sepetiba (municípios de Itaguaí e Mangaratiba) e para o quantitativo populacional foram utilizadas informações disponíveis do PEA-RJ (PETROBRAS/ MINERAL, 2012). Não se tem o quantitativo populacional para todas as comunidades. Em relação às comunidades que vivem na Baía da Ilha Grande (municípios de Angra dos Reis e Paraty) foram utilizadas informações disponíveis dos documentos: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria do Desenvolvimento Territorial - MDA/ PROGRAMA PRONAT - Diagnóstico Territorial - Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro, elaborado pela União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 e pelas organizações que compõem o Território Baía da Ilha Grande, por meio de atividades apoiadas pelo Convênio SDT- MDA – UNACOOOP, 2011 e Mineral Engenharia e Meio Ambiente, Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro – PEA-Rio - Relatório Consolidado de Caracterização Socioambiental PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. (UO-BS) Junho de 2012. Não se tem o quantitativo populacional para todas as comunidades; as informações apresentadas são provenientes das pesquisas realizadas no âmbito do PEA-Rio.

- **Estado do Rio de Janeiro**

**Município de Cabo Frio** – comunidades onde ocorre a presença de populações tradicionais (caiçaras, pescadores artesanais tradicionais): Barra de São João, Praia do Siqueira, Prainha, Canal do Itajuru e Bairros da Gamboa e Portinho.

**Município de Araruama**- comunidades Praia da Figueira, Praia Seca e Praia do Hospício onde ocorre a presença de populações tradicionais (caiçaras, pescadores artesanais tradicionais).

**Município de Saquarema**- identificada a presença de população tradicional residente nos limites da UC Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá, porém não se tem estimativas sobre o número de moradores (NUPAUB, 2011). Além disso, se têm também comunidades onde ocorre a presença de populações tradicionais (caiçaras, pescadores artesanais tradicionais): Porto da Roça, Barra Franca e Areal.

**Município de Maricá**- comunidades onde ocorre a presença de populações tradicionais (caiçaras, pescadores artesanais tradicionais): Aldeia de Zacarias, Guaratiba, Itaipú e Ponta Negra onde ocorre a presença de pescadores artesanais tradicionais.

**Município de Niterói** – comunidades onde ocorre a presença de pescadores artesanais tradicionais que atuam na Baía de Guanabara: Jurujuba, Ponta de Areia, Ilha da Conceição e Itaipu (aqui também se encontram pescadores de mar).

**Município do Rio de Janeiro** – comunidades onde ocorre a presença de pescadores artesanais tradicionais que atuam na Baía de Guanabara: Tubiacanga (Ilha do Governador)/ Mangue Jequiá, Freguesia, Bananal, Cocotá, Zumbi, Ribeira, Engenhoca, Pitangueiras, Bancários e Bica (Ilha do Governador), Praia da Guarda (Ilha de Paquetá). Destaca-se que em Tubiacanga (750 moradias) ocorre também a presença de coletores de marisco que atuam no mangue próximo. Além disso, tem-se a presença de populações tradicionais nos seguintes locais:



- Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, no litoral Nordeste da baía de Sepetiba. Os moradores tradicionais são caiçaras/pescadores tradicionais. No interior da Reserva Ecológica da Guaratiba, há aproximadamente 500 famílias moradoras, tanto tradicionais quanto não tradicionais, distribuídas em 3 núcleos principais: Araçatiba, ao longo da Estrada da Barra de Guaratiba e ao longo da Av. das Américas (NUPAUB, 2011).
- Parque Estadual da Pedra Branca - localizado no município do Rio de Janeiro, onde vivem 982 moradores no interior da unidade de conservação. Além dos sítiantes que compõem a população tradicional residente no interior da unidade de conservação, existe também a população não tradicional (NUPAUB, 2011).

**Município de Itaguaí** - comunidades onde ocorre a presença de pescadores artesanais tradicionais que atuam na Baía de Sepetiba: Coroa Grande (10.000 hab.), Ilha de Itacuruçá (Quatiquara, Ilha do Boi), Ilha da Madeira (3.000 hab.), Ilha do Martins (20 hab.), Rio da Guarda (15.000 hab.).

**Município de Mangaratiba** – comunidades onde ocorre a presença de pescadores artesanais tradicionais que atuam na Baía de Sepetiba: Ilha de Itacuruçá (Gamboa, Flexeiras, Praia Grande) Praia do Sahy (1.500 hab.), Muriqui (2.500 hab.) e Ilha da Marambaia.

**Município de Angra dos Reis** – comunidades onde ocorre a presença de populações tradicionais (caiçaras, ilhéus, pescadores artesanais tradicionais) e integram o Parque Estadual da Ilha Grande: Perequê, Mambucaba, Frade, Vila Velha (350 hab.), Ponta Leste, Garatuaia. Pertencem à Ilha Grande: Ilha da Gipóia (Praia das Flexas com 40 hab.), Abraão, Saco do Céu, Japariz, Bananal, Matariz (350 hab.), Sítio Forte, Maguariqueçaba, Praia Longa (200 hab.), Araçatiba (219 hab.), Praia Vermelha (192 hab.), Provetá (1.234 hab.), Aventureiro (95 hab.) – integrante da Reserva Biológica da Praia do Sul, Dois Rios e Palmas, Além das comunidades Parnaioca e Bracuí.

A **Figura II.5.3.12.3-6** permite observar a localização espacial de algumas das principais comunidades aqui enunciadas.



Fonte: www.ilhagrande.org.br

**Figura II.5.3.12.3-6 – Principais Comunidades Tradicionais Caiçaras de Ilha Grande**

**Município de Paraty** - comunidades onde ocorre a presença de populações tradicionais (caiçaras, ilhéus, pescadores artesanais tradicionais) e integram as diferentes Unidades de Conservação ali presentes: Trindade (1.500 hab.), Praia do Sono (300 hab.), Ponta Negra (150 hab.), Pouso da Cajaíba (273 hab.), Saco do Mamangá (143 hab.), Fundo do Saco do Mamangá (69 hab.), Paraty-Mirim, Ilha do Algodão (250 hab.), Ponta Grossa, Paraty (Parque Imperial, Mangueira, Chácara, Pontal, Jabaquara e Ilha das Cobras), Ilha do Araújo (625 hab.), Praia Grande (193 hab.), Ponta da Juatinga (150 hab.), São Gonçalo, Baixio, Cairuçú, Grande de Cajaíba, Mambucaba, Martim de Sá, Perequê e Tarituba (1.000 hab.).

- **Estado de São Paulo**

Para a identificação das comunidades que vivem nos municípios da área de estudo, no estado de São Paulo, foram utilizadas informações disponíveis dos relatórios do Programa de Educação Ambiental de São Paulo - PEA-SP (PETROBRAS/ WALM, 2011). Para o município de Ilhabela as informações foram complementadas com Pirró (2010).

As informações abaixo se referem à presença de comunidades onde ocorrem populações tradicionais como: caiçaras, ilhéus, pescadores artesanais e tradicionais.

**Município de Ubatuba** - integrantes do Parque Estadual da Serra do Mar: Ponta do Almada, Morro do Félix, Sertão do Prumirim (32 moradias), Sertão do Puruba (75 moradias), Sertão do Ubatumirim (180 moradias), Camburi (Praia) (64 famílias), Perequê-Mirim (4/5 mil moradores), Sertão da Quina (4.000 famílias), Rio Escuro (300/400 moradores), Sertão do Ingá (50 famílias), Ubatumirim, Puruba (60/70 moradias), Picinguaba (60 famílias), Camburi, Enseada do Mar Virado, Ilha Anchieta, Barra Seca, Itaguá, Maranduba (20 famílias), Alemão, Perequê-Açu, Lázaro, Saco da Ribeira (15 famílias), Fortaleza, Brava Fortaleza, Félix, Ilha dos Pescadores (40 famílias), Praia Grande do Bonete (101 casas), Praia do Camaroeiro, Praia da Cocanha, Praia de Tabatinga, Cedro e Barra Seca.

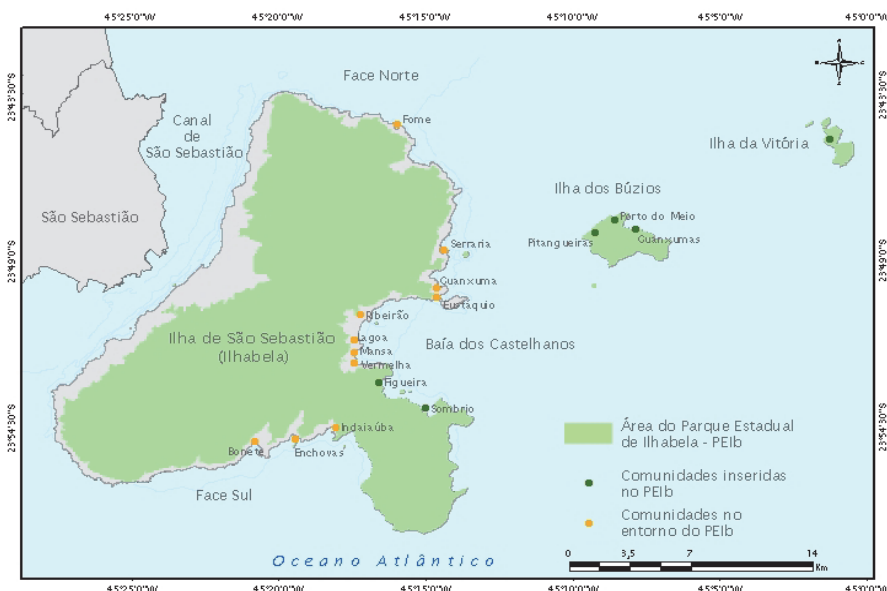
**Município de Caraguatatuba** – Massaguaçu, Mococa, Bairro Porto Novo, Ipiranga, Porto Novo (15 famílias), Indaiá, Praia do Camaroeiro (50 famílias), Praia da Cocanha (20 famílias), Tabatinga (10 famílias), Poço da Anta (70 famílias), Pegorelli e Cambixo.

**Município de São Sebastião** - Toque-Toque Pequeno, São Francisco, Montão de Trigo, Barra do Sahy, Baleia, Pontal da Cruz (12 famílias), Enseada (22 famílias), Boiçucanga (800 moradores), Camburi (450 famílias), São Francisco da Praia (98 famílias), Araçá.

**Município de Ilhabela** - Saco do Sombrio, Serraria (19 famílias), Canto da Lagoa (15 famílias), Praia Mansa (10 famílias), Ponta de Tapuã (39 moradores), Figueira (4 famílias), Praia da Fome (6 famílias), Costeira (5 moradores), Guanxuma de Búzios (24 moradias), Porto do Meio de Búzios (35 famílias), Pitangueiras (13 moradores), Ilha de Vitória (10 famílias), Praia de Indaiatuba (13 moradores), Praia das Enchovas (6 moradores), Praia do Bonete (70 famílias), Praia Vermelha (7 famílias), Saco do Indaiá (20 famílias), Castelhanos(9 famílias), Jabaquara (5 famílias), São Pedro, Guanxuma, Curral e Saco do Eustáquio (15 famílias), Sombrio (20 moradores).

Destaca-se aqui que o Arquipélago de Ilhabela é formado por um conjunto de 12 ilhas, dois ilhotes e duas lajes, sendo que 83% de seu território constitui o

Parque Estadual de Ilhabela - PEIb. O total da população das comunidades caiçaras é de 722 pessoas, distribuídas principalmente em 3 grandes núcleos: Ilha de Búzios, Praia dos Castelhanos e Praia de Bonete (PIRRÓ, 2008). A **Figura II.5.3.12.3-7** permite visualizar as comunidades aqui citadas.



Fonte: Pirró, 2010

**Figura II.5.3.12.3-7** - *Comunidades Tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela - Localizadas no interior do Parque Estadual de Ilhabela e seu entorno.*

**Município de Bertioga** – Foram encontrados registros da existência de pescadores artesanais (ver **item II.5.3.13**) no município, porém as informações oficiais disponíveis indicam apenas o Bairro do Indaiá, onde se identifica a presença de pescadores artesanais tradicionais. Vale ressaltar que foram solicitadas, através de ofício à Secretaria de Meio Ambiente do Município, informações sobre a presença de pescadores artesanais e comunidades caiçaras.

**Município de Guarujá** - Prainha Branca (90 famílias); Rio do Meio (50 pescadores); Conceiçãozinha (5.000 moradores); Sítio Cachoeira, Praia do Perequê; Praia do Tombo e do Guaiuba (15 pescadores), Santa Cruz (Pouca Farinha), Monte Cabirão, Astúrias (11 pescadores), Góes (50 famílias), Santa Cruz

dos Navegantes (300 pescadores), Portinho, Prainha/Vicente de Carvalho (12 pescadores).

**Município de Cubatão** - Vila Nova (vila de pescadores), Vila dos Pescadores (2.300 famílias) e Ilha Caraguatá (1.870 famílias).

**Município de Santos** - Ilha Barnabé/Diana (50 famílias), Bairro Monte Cabrão (500 famílias), Bairro Caruara (1.000 famílias).

**Município de Praia Grande** – Canto do Forte (12 pescadores), Ocian (16 pescadores), Vila Mirim (10 pescadores),

**Município de São Vicente** - Rua Japão (vila de pescadores) e Humaitá (30.000 moradores)

**Município de Itanhaém** - Ilha do rio Acima e Praia dos Pescadores.

**Município de Peruíbe** - Prainha (vila de pescadores), Barra do Una (vila de pescadores), Centro, Ruínas e Guaraú.

## 2. Povos ciganos

Os ciganos são originários da Índia, de onde saíram em sucessivas ondas migratórias há mais de mil anos. No início do século XV migraram também para a Europa Ocidental, onde quase sempre afirmavam que sua terra de origem era o “Pequeno Egito” (MOONEN, 2012). Uma das características sempre atribuídas aos ciganos tem sido seu nomadismo, a “vida errante”. No Brasil o primeiro registro oficial da chegada de ciganos data de 1574. Há presença de pelo menos três etnias ciganas no Brasil: Calon, Rom e Sinti. Cada uma dessas etnias tem línguas, culturas e costumes próprios (SEPPIR, 2013).

Os dados oficiais sobre os povos ciganos ainda são muito incipientes. De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC e do IBGE, em 2011 foram identificados 291 acampamentos ciganos, localizados em 21 Estados, sendo que os com maior concentração de acampamentos ciganos são: Bahia (53) Minas Gerais (58) e Goiás (38).

Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, estima-se que a população cigana que vive no Brasil seja da ordem de mais de meio milhão de pessoas.

A crescente demanda dos povos de cultura cigana exigiu do governo federal políticas públicas que contemplassem suas necessidades, e, para tanto, em 2012 foi contratada uma consultoria para um levantamento das características dessa população; mapeamento de forma preliminar das populações e comunidades ciganas, nômades e seminômades, e sua distribuição georreferenciada, incluindo rotas migratórias.

Essas informações ainda não foram concluídas e apresentadas em mapa. Desta forma, a **Figura II.5.3.12.3-8** apresenta os resultados de pesquisa realizada pelo IBGE em 2009, e nele se pode observar a discreta distribuição dessa população no litoral que corresponde à área de estudo.



Fonte: SEPIIR 2013.

**Figura II.5.3.12.3-8** – Distribuição da população cigana.

Informações disponíveis no Cadastro Único de registro dos povos e comunidades tradicionais indicam a presença de apenas 13 famílias de ciganos cadastradas na área de estudo: 2 em Angra dos Reis, 5 no Rio de Janeiro, 4 em Araruama e 2 em Cabo Frio.

### 3. Comunidades de terreiro (afro-religiosos)

Ao longo da história, os Terreiros funcionaram como núcleo de preservação da cultura afro-brasileira, mantendo viva, através da sua resistência, grande parte das práticas ancestrais remanescente da diáspora africana. Nesse contexto as yalorixás, babalorixás, sacerdotes e dirigentes espirituais tiveram um papel predominante na manutenção desta cultura.

Os *“Povos e comunidades tradicionais de matriz africana são definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos para cá trasladados durante o sistema escravista, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade”* (SEPPIR, Plano de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana 2013-2015).

O estudo dessas comunidades, sempre esteve circunscrito a pesquisas pontuais no âmbito da Antropologia e Ciências Sociais ou de âmbito geral, tal como as informações disponíveis no documento acima citado.

Tendo em vista o objetivo de identificar a presença dessas comunidades na área de estudo se considerou dois mapeamentos realizados recentemente: o primeiro, sobre a presença dessas comunidades no estado de São Paulo, realizado pelo Prof. Dr. Reginaldo Prandi da Universidade de São Paulo; e o segundo, realizado por equipe do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC/RJ, que registra a presença dessas comunidades no estado do Rio de Janeiro.

#### **Estado do Rio de Janeiro**

Na atualidade, encontra-se em andamento uma pesquisa realizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMAA/PUC-RJ), com o objetivo de mapear as casas de religião de matriz africana no município do Rio de Janeiro e arredores. Até o presente momento foram identificadas 847 casas. Contudo,

ainda não se dispõe de informações que permitam identificá-las na área de estudo.

### **Estado de São Paulo**

Na área de estudo foram identificadas 19 comunidades de terreiro (afro-religiosas) apresentadas no **Quadro II.5.3.12.3-7**.

**Quadro II.5.3.12.3-7 - Comunidades de Terreiro (afro-religiosas) identificadas nos municípios da área de estudo, estado de São Paulo.**

Regiões	Município	Comunidade	Endereço
Baixada Santista	Santos	Axé Ilê Oyó - candomblé queto	Rua Francisco Pedro dos Reis, 285 fundos. Saboó – Santos/SP CEP 11085-060
		Mzakessy, Mameto/candomblé angola	Rua Luisa Macuco, 97. Encruzilhada, Santos/SP CEP 11015-060
		Ilê Axé Efan Obá Omim - candomblé efã	Rua Silva Jardim, 232. Macuco, Santos/SP CEP 11035-080
	São Vicente	Ilê Axé Oyá Egbé Omó Oxumarê - candomblé queto	Rua Estância, 272. Jardim Guaçu, São Vicente/SP CEP 11370-590
		Ilê Axé Alaketu Ogunjá - candomblé queto	Rua Blumenau, 246. Catiapõa, São Vicente/SP CEP 11370-290
		Ilê Axé Oxum - candomblé queto	Rua Monte Belvedere. Vila Margarida, São Vicente/SP CEP 13330-380
		Ilê Axé Oxumarê	Rua Mal. Euclides Zenóbio da Costa, 159. Bairro Mateo Bei, São Vicente/SP CEP 11335-330
		Afin Egbé Omó Alaketu Omirademi - Estação das Águas - candomblé queto	Rua Nuno Henrique, 14. Jardim Samaritá, São Vicente/SP CEP 11345-515
		Ilê Axé Oyá Oju Omim - candomblé queto-efã/Sítio de Oyá	Estrada Paratinga, 620. Cachoeira 2, Humaitá, São Vicente/SP CEP 11300-000



Regiões	Município	Comunidade	Endereço
Baixada Santista	Praia Grande	Associação de Desenvolvimento Espírita e Cultural Oxóssi Ibulamo - candomblé queto	Rua Emilio de Menezes, 1171. Vila Assunção, Praia Grande/SP CEP 11704-140
		Aafin Egbé Omó Oxum - candomblé angola	Rua João André Quintale. Balneário Maracanã, Praia Grande/SP CEP 11705-300
		Axé Egbé Awón Logunedé - candomblé queto	Rua D. Bairro da Aviação, Praia Grande/SP CEP 11045-250
		Associação Cultural e Religiosa Asé Adéràresè - candomblé queto	Rua Júlio Prestes de Albuquerque, 698. Vila Mirim, Praia Grande/SP CEP 11712-170
		Ilê Axé Omulu Oni Ayê Orun - candomblé queto	Rua Israel Grimaldi Milani, 84. V. Míriam, Praia Grande/SP CEP 11705-660
		Ilê Axé Oxum Iyá Ayê - candomblé queto	Rua Adolfo Lopes Rodrigues, 295. Jardim Alohá, Praia Grande/SP CEP 11712-170 -
		Ilê Eya Omi Axé Opô Ekueran - candomblé queto	Rua Cassiano Ricardo, 6373. Balneário Sônia Regina, Praia Grande/SP CEP 11713-540
Litoral Norte-SP	Itanhaém	Terreiro Sta. Bárbara e Caboclo da Mata - candomblé angola-congo	Rua 14, 293. Sítio Velho, Jardim Luzimar, Itanhaém/SP CEP 11740-000
	Peruíbe	Palácio de Iemanjá - candomblé nagô	Rua Rui Barbosa, 2000. Jardim Ribamar, Peruíbe/SP CEP 11750-000 -
Litoral Norte-SP	Caraguatatuba	Axé Ilê Oyá - candomblé queto	Rua Antônio Rodrigues, 93 F. Travessão, Caraguatatuba/SP CEP 11669-440

Fonte: site: [www.fflch.usp.br/sociologia/prandi](http://www.fflch.usp.br/sociologia/prandi) e [www.seppir.gov.br](http://www.seppir.gov.br).

### **G) Quantificação das famílias identificadas como populações tradicionais nos municípios da área de estudo.**

Para finalizar e complementando a identificação dos povos e comunidades tradicionais apresentadas neste item, têm-se os registros do Cadastro Único do PBF, fonte da **Tabela II.5.3.12.3-4**, que apresenta o número de famílias identificadas como populações tradicionais nos municípios da área de estudo.

**Tabela II.5.3.12.3-4 – Famílias de Populações Tradicionais nos municípios da área de estudo.**

Regiões	Municípios	Número de Famílias						
		Quilombolas	Indígenas	Ciganas	Extrativistas	Pescadores Artesanais	Pertencentes a Comunidades de Terreiro	Ribeirinhas
<b>Baixada Santista</b>	Santos	-	11	-	-	-	-	-
	São Vicente	-	29	-	-	-	-	-
	Guarujá	-	20	-	-	5	-	-
	Praia Grande	-	15	-	1	-	-	-
	Mongaguá	-	65	-	-	-	-	-
	Itanhaém	-	30	-	-	-	-	-
	Peruíbe	-	52	-	-	1	-	-
	Cubatão	-	3	-	-	-	-	-
Bertioga	-	75	-	-	-	-	-	
<b>Litoral Norte-SP</b>	São Sebastião	-	3	-	-	-	-	-
	Ilhabela	-	1	-	-	25	-	-
	Caraguatatuba	-	4	-	-	-	-	-
	Ubatuba	124	40	-	-	-	-	-

Regiões	Municípios	Número de Famílias						
		Quilombolas	Indígenas	Ciganas	Extrativistas	Pescadores Artesanais	Pertencentes a Comunidades de Terreiro	Ribeirinhas
<b>Costa Verde</b>	Paraty	99	43	-	-	86	-	-
	Angra dos Reis	94	79	2	-	3	-	-
	Mangaratiba	123	-	-	-	6	-	-
<b>Região Metropolitana do RJ</b>	Itaguaí	-	1	-	-	7	-	-
	Maricá	-	9	-	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	19	105	5	-	4	-	<b>3</b>
	Niterói	-	25	-	-	6	-	-
<b>Microrregião dos Lagos</b>	Saquarema	-	-	-	-	10	-	-
	Araruama	9	10	4	1	1	-	-
	Cabo Frio	361	8	2	-	18	-	-

Fonte: Cadastro Único /Bolsa Família site: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico> (consultado em 30 de maio de 2013).

#### II.5.3.12.4 - Identificação de Políticas Públicas acessadas pelos povos e comunidades tradicionais

As informações aqui apresentadas decorrem de consulta realizada nos *sites* oficiais do Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome - MDS, Ministério Público da União - MPU, Ministério da Cultura - MinC, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, bem como de pesquisa nos *sites* de instituições que tratam do tema.

##### e) *Antecedentes Históricos*

Tendo em vista compreender a concepção e planejamento das diversas políticas públicas atualmente disponíveis para os povos e populações tradicionais, é importante considerar o processo político institucional que orientou a formulação dessas políticas.

A consolidação dos direitos das populações tradicionais é indicativa do reconhecimento, por parte do Estado, da diversidade sociocultural existente no país e da necessidade de se repensar conceitos referentes às noções de desenvolvimento, propriedade e uso dos recursos naturais. Nesses termos, as políticas públicas nos campos da educação, saúde e garantia dos direitos fundamentais foram sendo reformuladas, ao longo das últimas décadas, tendo em vista a observação das particularidades reconhecidas explicitamente no texto constitucional.

Para atender a essa situação foi criada em 27 de dezembro de 2004 a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (por Decreto da mesma data), a qual é presidida pelo MDS e Combate à Fome, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias. Ao MMA, através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, cabem as atribuições de Secretaria-Executiva.

Destacam-se como atribuições desta Comissão:

- Coordenar a elaboração e a implementação de uma Política Nacional voltada para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, estabelecendo princípios e diretrizes para políticas públicas relevantes no âmbito do Governo Federal e dos demais Níveis de Governo;
- Propor e orientar as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução destas ações e a participação da sociedade civil, com especial atenção ao atendimento das situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial;
- Identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à boa implementação de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;
- Identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização, voltadas tanto para o poder público quanto para a sociedade civil, visando o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;
- Promover debates e consultas públicas sobre os temas relacionados à formulação e execução de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (“Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais: subsídios para as Oficinas Regionais a realizarem-se no período de 14 a 23 de Setembro de 2006 - Texto de 01 de setembro de 2006, consolidado com as contribuições apresentadas pelos membros da comissão para a 2ª Reunião Ordinária da CNPCT de 30, 31 de agosto e 01 de setembro de 2006 – Brasília – DF”).

Acompanhando esse processo, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBIO) sofreu mudanças com a publicação da

Portaria 78/2009, que criou os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do Instituto - ICMBio. A criação desses centros teve como objetivos a reformulação de seus escopos anteriores e de e a produção - por meio de pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados - o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sóciobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais.

Nesses termos, o CNPT deixou de atuar exclusivamente na gestão das Reservas Extrativistas e passou a ter escopo igualmente amplo. Os objetivos do centro são a promoção de pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos, modos de organização social, e formas de gestão dos recursos naturais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação Federais.

Posteriormente, foi criado em 2011 o Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio da Resolução Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF nº 83, com as seguintes atribuições:

- Propor, acompanhar e analisar as ações de uma política pública para o etno-desenvolvimento junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, que desenvolvam atividades rurais, e na implementação de condições preferenciais de acesso às políticas agrícolas, agrárias, sociais, culturais, pesqueiras, aquícolas e extrativistas;
- Estudar e propor fontes alternativas de financiamento para viabilizar essa política pública a fim de atender aos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Propor a realização de estudos e debates sobre a operacionalização e resultados estratégicos das atividades e projetos de etno-desenvolvimento;
- Manter-se informado sobre o cumprimento das metas gerais programadas para a ação de promoção de raça e etnias, no atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais, desenvolvidas pelo MDA e outros Ministérios, bem como sobre os resultados do monitoramento e avaliação dos projetos realizados, procurando identificar obstáculos à sua implementação e propondo medidas que assegurem a execução do que foi planejado;

- Solicitar informações que julgar necessárias ao desempenho de suas atribuições junto aos órgãos responsáveis pelas Ações de Promoção da Igualdade de Raça e Etnia e de atendimento às demandas dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Sugerir aos conselhos estaduais, territoriais e municipais a constituição de comitês semelhantes para acompanhar a ação de promoção de igualdade de raça e etnia e de políticas voltadas para os Povos e Comunidades Tradicionais;
- Identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à implementação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Articular o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do MDA com a CNPCT do MDS/MMA;
- Contribuir com a elaboração e implantação dos planos de desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, previstos na PNPCT;
- Pautar o Plenário do CONDRAF de temas relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais, assim como, informar suas atividades e resultados, por meio de relatórios periódicos.

***f) Políticas Públicas acessadas pelos povos e comunidades tradicionais***

Considerando a vasta gama de ações, planos e projetos distribuídos pelas diferentes instâncias de governo (federal, estadual e municipal), aqui serão priorizados apenas aqueles que integram o escopo de políticas públicas do governo federal.

Nesses termos, destaca-se a importância do Cadastro Único como referência para o registro e acesso a essas políticas. Nesse cadastro estão contemplados os seguintes grupos: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ciganos, extrativistas, ribeirinhos e comunidades de terreiro (afro-religiosos).

É importante destacar que se dispõe de poucas informações sobre os beneficiários dessas políticas e que a maioria das informações apresentadas é de âmbito geral, não podendo se precisar com exatidão o universo de beneficiários na área de estudo, exceto para alguns temas pontuais.

Inicialmente, destaca-se como um dos primeiros resultados decorrentes do processo de formulação de políticas públicas que atendam os povos e comunidades tradicionais a definição, como diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, da ampliação e da coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

O MDS passou a apoiar projetos específicos, definidos por meio de editais públicos, e que auxiliam as famílias a produzirem alimentos de qualidade, com regularidade e em quantidade suficiente para seu autoconsumo. Também são desenvolvidas oportunidades de trabalho e geração de renda.

A título de ilustração se registra que em 2007, foram destinados mais de R\$ 27 milhões para atender cerca de 46 mil famílias beneficiárias. Desde essa data o MDS busca ampliar o acesso desses povos a ações como Acesso à Água e Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

A configuração da estrutura institucional para dar suporte às políticas públicas focadas nos povos e comunidades tradicionais resultou num conjunto de projetos e ações que reúne diversos órgãos do Poder Executivo Federal. Aqui se inclui o Plano Nacional da Reforma Agrária, que contemplou as comunidades quilombolas, as populações indígenas, extrativistas, ribeirinhas; e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que considerou, além dos segmentos citados, os pescadores artesanais (que incluem também os caiçaras, que por tradição vivem da pesca artesanal), povos da floresta, seringueiros.

Em seguida são enunciados os programas que atendem indiscriminadamente todos os grupos acima citados e que tem como condicionante o registro no Cadastro Único, segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SPPIR:

- Saneamento: Programa Água para Todos
- Energia Elétrica: Programa Luz para todos



- Habitação: Programa Minha Casa Minha Vida, sob a condução da Caixa Econômica Federal
- Inclusão Social:
- Direitos Humanos: Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR
  - Proteção aos Direitos Humanos;
  - Capacitação de Defensores Públicos para Direitos das Comunidades Tradicionais
- Desenvolvimento Rural:
  - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)
  - Territórios da Cidadania
- Distribuição de Sementes: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
- Saúde:
  - Direito à Saúde
  - Programa Saúde da Família – PSF
  - Programa Saúde Bucal – PSB/Brasil Sorridente
- Economia Solidária: Programa Economia Solidária
- Assistência Social: Rede de Assistência – SUAS
- Educação: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF;
- Infraestrutura escolar: Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO)/ PRONATEC Campo /EJA /Formação de professores

Segue abaixo relação de material didático disponível para os grupos citados:

- Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE CAMPO
- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec
- Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE ÁGUA

Considerando ações específicas para os grupos aqui tratados, destacam-se as seguintes ações:

### **g) Populações Quilombolas**

Para esse grupo se destacam as ações e programas executados pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, criada em 21 de março de 2003. Dentre as suas finalidades está a formulação, coordenação e articulação de diretrizes e políticas para a promoção da igualdade racial e a proteção dos direitos de grupos étnico-raciais, com ênfase na população negra. Nesta ampla agenda de trabalho incluem-se as comunidades quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana e povos de cultura cigana.

Todas as ações integrantes das políticas públicas acessadas por esse grupo ocorrem no âmbito do Programa Brasil Quilombola - PBQ, lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue:

**Eixo 1:** Acesso a Terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;

**Eixo 2:** Infraestrutura e Qualidade de Vida – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

**Eixo 3:** Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

**Eixo 4:** Direitos e Cidadania - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas. Deste modo busca promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos.

As informações a seguir apresentadas consistem no detalhamento do conjunto de ações integrantes do PBQ e os resultados daí decorrentes. Essas informações foram obtidas no Relatório de Gestão -2012 do referido programa (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais Relatório de Gestão -2012 - Brasília, abril de 2013):

- Em 2012 o Estado Brasileiro tinha reconhecido oficialmente 2.197 comunidades quilombolas. Até março de 2013, a FCP tinha certificado 2040 comunidades, sendo 63% na região Nordeste;
- Em 2012, 1.229 processos foram abertos para titulação de terras no INCRA. Nesse mesmo ano, 207 comunidades foram tituladas com área total de 995,1 mil ha, beneficiando 12.906 famílias;
- Em 2012 havia um registro total de 214 mil famílias, correspondendo a 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil;
- No âmbito do Cadastro Único (MDS) tem-se o total de 80 mil famílias quilombolas cadastradas e destas, 64 mil, 79,78% do total, são beneficiárias pelo PBF;
- Dentre os beneficiários no PBF, 74,73% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza, 92,1% autodeclararam-se pretos ou pardos, 24,81% não sabem ler e 82,2% desenvolvem atividades agrícolas, extrativismo ou pesca artesanal.

A seguir tem-se um panorama do conjunto de políticas públicas acessadas pelas comunidades quilombolas, segundo a SEPPIR (<http://www.seppir.gov.br>)

incluindo alguns resultados referentes a políticas anteriormente apresentadas como de âmbito geral:

- Programa “Água para Todos” - ações em 123 comunidades quilombolas;
- Programa “Luz Para Todos” - desconto de 100% até o limite de consumo de 50 kWh/m para índios e quilombolas;
- Programa de Aquisição de Alimentos - Em 2012, foram comercializadas 3.553 toneladas de alimentos produzidos por comunidades quilombolas;
- Distribuição de Sementes em 2012 - 10.000 famílias quilombolas atendidas (BA, ES,GO,MS,MG,PE,SP e MA);
- Assistência Jurídica – 2013- abertos na FCP 165 processos de assistência jurídica a famílias quilombolas, atendendo 91 comunidades em 19 Estados;
- Quilombo das Américas - o Projeto Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afro-rurais (livro e vídeo);
- Programa de Apoio à Educação para as Relações Étnico-Raciais- foram apoiados 16 Estados;
- Material Didático - Elaboração de material didático específico para alunos e professores das comunidades remanescentes de quilombos;
- Infraestrutura escolar: No período de 2004 a 2010 foram construídas 135 salas de aula, em 53 municípios;
- Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE CAMPO - Em 2011, 246 escolas de área remanescente de quilombos receberam recursos;
- Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE ÁGUA - em 2011, 6 escolas de área quilombola receberam recursos;
- Formação de Jovens Quilombolas - curso para 60 jovens quilombolas de todas as regiões do país, focado em direitos quilombolas, questão racial no Brasil, marcos da política de promoção da igualdade racial;
- Programa Mais Educação Quilombola contemplou em 2012, 468 escolas;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE- política de incentivo aos municípios que em sua linha de ação priorizaram as comunidades quilombolas. Em 2012, foram atendidos 208.737 alunos quilombolas em 1.945 escolas de 510 municípios;

- Fortalecimento Institucional e Desenvolvimento Local de Comunidades Quilombolas (ES, GO, MA, MG, RJ, SP);
- Programa Nacional de Educação no Campo - PRONACAMPO PRONATEC Campo (180.000 vagas de formação profissional para trabalhadores e jovens e; 300.000 novas vagas para elevar a escolaridade associada à formação profissional de jovens e adultos). Entre 2011/2012, foram realizadas 19.108 matrículas para formação profissional e para 2013 foram pactuadas 31.836 vagas. EJA: contemplando 8.390 estudantes quilombolas. Formação de professores: 899 professores de escolas quilombolas em 19 municípios.

Destaca-se que não foram identificadas, durante a pesquisa realizada, registro de ações ocorridas no âmbito do PBQ referentes aos municípios da área de estudo, uma vez que as informações disponíveis remetem a aspectos gerais das políticas públicas acessadas pelas populações quilombolas.

#### ***h) Populações Indígenas***

As políticas públicas para povos indígenas, antes formuladas e executadas exclusivamente pela FUNAI, passaram a ser de responsabilidade, também, de outros ministérios e órgãos federais; ou seja, encontram-se, de maneira geral, dispersas em diversos ministérios, fundações e secretarias subordinadas ao Poder Executivo Federal, embora a FUNAI continue a ter um papel estratégico.

Segundo Vianna (2011), em 2006 um decreto presidencial criou a Comissão Nacional de Política Indigenista - CnPI, cuja principal atribuição foi preparar a criação de outra estrutura, com o mesmo foco de atuação que ela, mas que, instituída por lei, tenha caráter permanente: um Conselho Nacional de Política Indigenista.

Nesse contexto, destaca-se que as políticas públicas acessadas por esse grupo têm se organizado cada vez mais através de uma rede de relações institucionais. Isto significa que elas, em muitos casos, têm sido formuladas e executadas mediante parcerias e articulações entre órgãos do governo federal e seus congêneres de governos estaduais e prefeituras municipais, além de

instituições da chamada “sociedade civil organizada” (ONGs e associações indígenas, no caso) e de agências governamentais de cooperação internacional, atuantes no suporte técnico e financeiro.

No âmbito das políticas públicas acessadas pelas populações indígenas observam-se as seguintes mudanças:

- *Na área da saúde*

Dois decretos presidenciais de 1991 transferiram para o Ministério da Saúde - MS, especificamente para a Fundação Nacional de Saúde - Funasa, a responsabilidade pela assistência à saúde indígena, atribuição que antes pertencia à FUNAI.

Os principais departamentos gerenciais e de coordenações a conformarem o Subsistema de Atenção a Saúde Indígena integravam a estrutura organizacional da Funasa. Dentro dessa estrutura estavam as instituições responsáveis pela formulação, articulação e execução da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena. Tinham também como responsabilidade organizar a implementação de um Subsistema, o Departamento de Saúde Indígena - DESEI, e as Coordenações Regionais - Core.

A portaria que aprovou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria MS nº 254/02) preocupou-se em destacar que a definição e a organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI basearam-se em “discussões e debates com a participação de lideranças e organizações indígenas, do órgão indigenista oficial, de antropólogos, universidades e instituições governamentais e não governamentais que prestam serviços às comunidades indígenas, além de secretarias municipais e estaduais de saúde”.

Nova mudança na estrutura administrativa que ampara o atendimento à saúde indígena ocorreu em 2010: a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, vinculada diretamente ao Ministério da Saúde, e não mais a Funasa. A mudança foi significativa no que se refere à organização do Subsistema de Saúde Indígena, já que foi retirado da Funasa o papel de gestora exclusiva e integral, por ela desempenhado desde 1999.

Na nova estrutura, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas é concebida como um subsistema do Sistema Único de Saúde - SUS. Um aspecto central nessa política é a implantação dos DSEI.

Os DSEI são definidos como espaços étnico-culturais dinâmicos, geográficos, populacionais e administrativos bem delimitados, que não guardam relação direta com os limites dos Estados e municípios onde estão localizadas as terras indígenas.

A população indígena da área de estudo é atendida pelo DSEI Litoral Sul, com sede em Curitiba, que assiste às comunidades da etnia Guarani do litoral dos estados do RJ, SP, PR, SC e RS. O distrito atende 9.347 indígenas.

- *Na área da educação*

A Educação Escolar Indígena - EE I, saiu da gestão da FUNAI na década de 90 e passou a alçada do Ministério da Educação e Cultura - MEC. A principal referência dessa política consiste no princípio constitucional de que os povos indígenas têm direito aos “processos próprios de ensino e aprendizagem”, o que viria a desembocar na ideia de uma educação intercultural, bilíngue e diferenciada, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394 de 1996), e desenvolvida nas normatizações do setor.

Em seguida, tem-se o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas - PROLIND, iniciativa implantada em 2005, quando o MEC deu início a uma linha de apoio a projetos de Cursos de Licenciaturas específicas com vistas à formação de docentes indígenas. Duas frentes caracterizam essa proposta: o PROLIND é o que se tem chamado de “*vagas suplementares*” oferecidas pelas universidades em seus cursos regulares. Outras iniciativas se desdobram no âmbito da educação indígena tais como a discussão desde 2009 em torno da criação da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEE I, e o PNAE.

- *Na área de Meio Ambiente*

O MMA e o MDS desenvolvem a iniciativa denominada “Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas”. Através do lançamento de editais públicos, essa iniciativa apoia projetos que associem autossustentação à revitalização de práticas e saberes tradicionais, sobretudo os que focalizam a produção de alimentos, o agro extrativismo e a produção de artesanato.

- *Na área da Agricultura*

Através do MDA, tal como ocorre com o projeto “Carteira Indígena”, o “Ater-Indígena” funciona através de editais publicados periodicamente. Além disso, o MDA envolve também populações indígenas no projeto “Territórios da Cidadania”.

- *Na área da Cultura*

Em 2010, surgiu o projeto Pontos de Cultura Indígena - PCI, gerenciado pela SID/ Minc. Esse projeto ocorre de duas fórmulas distintas: na primeira, a fim de implantar 30 PCI em determinadas comunidades dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, o MinC adotou intermediação da FUNAI e repasse de recursos a uma OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público chamada ACMA - Associação de Cultura e Meio Ambiente; na segunda, a SID lançou uma chamada pública voltada a seleção de propostas de “entidades privadas sem fins lucrativos” com vistas a implantação, em quaisquer partes do território nacional, de 92 novos PCI.

O MDS vem desenvolvendo políticas de inclusão social voltadas aos Povos Indígenas a partir dos seguintes eixos de atuação:

- Transferência de Renda com Condicionalidades – Programa Bolsa Família; Ações no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, de Combate à Fome e à Desnutrição, Articulação Institucional e Parcerias e Assistência Social;



No âmbito das políticas de transferência de renda e de segurança alimentar, o MDS vem desenvolvendo ações direcionadas aos povos indígenas.

- Assistência Social - destacam-se o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, o Benefício de Prestação Continuada – BPC, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, o Projeto Agente Jovem e o Programa Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. No âmbito do PETI, foram atendidas, no ano de 2005, 629 crianças indígenas, dentre elas 329 em Mato Grosso do Sul e 174 na cidade de Dourados. Sobre os demais programas implementados pela Assistência Social, não há dados que permitam identificar a população indígena beneficiada.
- Ações desenvolvidas pelo Departamento de Proteção Social Básica – DPSB/SNAS, no âmbito da questão indígena:
  - Elaboração do Guia de Orientação Técnica da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS Nº1 (aos gestores e técnicos), incluiu considerações voltadas às comunidades tradicionais.
  - Realização de Oficina de Capacitação para o(s) técnico(s) da Proteção Social Básica que prestam atendimento e acompanhamento aos municípios e assessores. Nesta ocasião é feita a sensibilização para intervenção em povos e comunidades etnicamente diferenciadas.
  - Realização de monitoramento, avaliação e acompanhamento do Programa de Apoio Integral à Família - PAIF e Centros de Referência em Assistência Social - CRAS dos 59 municípios com presença de Povos Indígenas.
  - Realização de acompanhamento e monitoramento da estruturação dos 10 Centros de Referência em Assistência Social/CRAS em Terras Indígenas.
  - Estimular a capacitação de gestores e técnicos (federais, estaduais e municipais), em noções básicas de antropologia, para potencializar o atendimento dos serviços, programas e projetos da Assistência Social junto a povos etnicamente diferenciados, no âmbito das especificidades de cada povo ou comunidade.

- Capacitar municípios onde haja comunidades indígenas e quilombolas dentro de seu território, para que o CRAS da sede do município atenda, com a devida propriedade, às populações indígenas e quilombolas de suas regiões;
- Regular serviços da Proteção Social Básica destinados aos Povos Indígenas no âmbito do SUAS, a partir da identificação do conjunto de diretrizes e normas já existentes com relação a eles.
- Desenvolver campos que definam indicadores dentro do sistema de informação SUAS WEB, considerando os dados sobre usuários, serviços e gestão do SUAS voltados às especificidades dos Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas, como estratégia de monitoramento do atendimento a essas populações.
- Carteira Indígena (responsável: MMA, MDS, MTE):
  - Implementação do Plano de Segurança Alimentar, Nutricional e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas (responsável: MDA, MDS, MMA, MEC, MS, MJ e demais órgãos envolvidos);
  - Elaboração de um Plano de Safra para Comunidades Indígenas (responsável: MDA);
  - Fortalecimento da Política de Demarcação de Terras Indígenas (responsável: MDA e FUNAI);
  - Fortalecer os distritos sanitários (responsável: FUNASA e FUNAI).

Complementando tem-se as informações registradas no Relatório GT Povos Indígenas (2007/MDS/Conselho Nacional de Assistência Social) que destaca as seguintes iniciativas e resultados (**Quadro II.5.3.12.4-1**).

**Quadro II.5.3.12.4-1– Iniciativas para a população indígena.**

Promoção do Etno-desenvolvimento em Terras Indígena Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas Ministério do Meio Ambiente
Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) Ministério do Meio Ambiente
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas Proteção Social dos Povos Indígenas Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Realização dos Jogos dos Povos Indígenas Ministério do Esporte
Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas. Ministério da Cultura
Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Pesquisa sobre Populações Indígenas Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Formação e capacitação de indígenas para atuação nos Comitês Regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas. Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI - Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Estruturação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena - SASISUS. Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena Fundo Nacional de Saúde
Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais. Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas. Fundo Nacional de Saúde
Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena. Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas. Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos. Fundo Nacional de Saúde

Destaca-se que na área de estudo, alguns municípios participavam em 2007 do Programa de Apoio Integral à Família - PAIF, anteriormente comentado, atendendo famílias de povos ou comunidades tradicionais, conforme indicado no **Quadro II.5.3.12.4-2**.

**Quadro II.5.3.12.4-2** – Municípios da área de estudo Participantes do PAIF.

UF	Município	Porte	Nº. de CRAS	Nº de famílias referenciadas pelo CRAS	Especificação de povos ou comunidades tradicionais atendidos pelo PAIF
RJ	Angra dos Reis	Grande	5	25.000	Indígenas e Quilombolas
	Paraty	Pequeno	1	3.333	Indígenas e Quilombolas
SP	Itanhaém	Médio	2	10.000	Indígenas
	Mongaguá	Pequeno	2	6.666	Indígenas e Quilombolas
	Santos	Grande	2	10.000	Indígenas

Fonte: MDS/Conselho Nacional de Assistência Social, Relatório GT Povos Indígenas, 2007.

### ***i) Pescadores Artesanais***

Segundo informações coletadas no *site* do MPA, do total de cerca de 970 mil pescadores registrados, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais (setembro 2011) e estão organizados atualmente em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas.

Na atualidade, dentre os maiores desafios da pesca artesanal destacam-se a ainda insuficiente participação dos pescadores nas organizações sociais, o alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade, o desconhecimento da legislação na base, a insuficiência de mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca.

Segundo informações disponibilizadas no *site* oficial do MPA no contexto da pesca artesanal destacam-se as seguintes iniciativas:

- **Plano Safra da Pesca e Aquicultura** que coloca à disposição dos produtores R\$ 4,1 bilhões em crédito e prevê que até o final de 2014 o Brasil estará produzindo dois milhões de toneladas de pescado por ano. Com o objetivo de estimular a produção e favorecer os pescadores artesanais e aquicultores familiares, o Governo Federal decidiu, no âmbito

do Plano Safra, aumentar de 5 para 20 mil toneladas o volume de pescado previsto no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado há uma década para fortalecer a agricultura familiar. Desse modo, o pescado adquirido através do PAA será destinado à alimentação escolar, aos restaurantes populares, aos bancos de alimentos, às cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte dos alimentos poderá ser adquirida pelas próprias organizações da aquicultura familiar, para a formação de estoques próprios, a serem comercializados no mercado.

- **Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola:** onde se destacam as seguintes iniciativas: Assistência Técnica e Associativismo - as ações relacionadas à assistência técnica, extensão, capacitação e apoio à organização de associações e cooperativas de pescadores e aquicultores são conduzidas pela Coordenação Geral de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura - CATC.
- **Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Programa Profrota Pesqueira)** - articulação institucional do Governo Federal, iniciado a partir da criação do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI (Decreto s/nº, de 13 de junho de 2003), com o objetivo de elaboração de proposta de criação de programa de financiamento para renovação, modernização, recuperação e ampliação da frota de embarcações pesqueiras destinadas à pesca oceânica, identificando fontes de financiamento e as respectivas normas necessárias.
- **Pronaf Mais Alimentos** - oferece a pescadores e aquicultores o acesso a uma linha de investimento de até R\$ 130 mil, proporcionando aos pescadores condições de investimento adequadas à qualificação do seu instrumento produtivo, como substituição, conservação e modernização de embarcações e, como decorrência, o incremento na qualidade do pescado capturado, economicidade no sistema de captura e melhores condições de trabalho a bordo. Aos aquicultores, a linha de investimento oferece

condições de qualificar os meios produtivos, bem como aumentar e expandir a capacidade de produção.

- **Programa Revitaliza** - beneficia pescadores profissionais artesanais devidamente inscritos no Registro Geral da Pesca – RGP, possibilitando reforma, modernização, substituição e finalização de obras de construção de embarcações de pequeno porte da frota pesqueira artesanal.
- **Incentivo à Comercialização** - viabilização do escoamento da produção, promoção da oferta de pescado com qualidade e quantidade suficiente para atender o mercado consumidor, e promoção da ampliação deste mercado. No MPA tais ações são coordenadas pela Coordenação Geral de Comercialização – CGCOM.

As demais políticas públicas acessadas pelos pescadores artesanais em seguida apresentadas integram o PPA 2012-2015 do MPA e podem ser enunciadas nos seguintes termos:

- Programa: desenvolver a aquicultura e melhorar a produtividade da pesca
  - Demarcação, sinalização náutica, monitoramento e implantação de parques aquícolas em águas públicas;
  - Assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola;
  - Financiamento de projetos de pesquisa científica e formação de recursos humanos;
  - Implantação de viveiros e tanques redes (unidades demonstrativas);
  - Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel;
  - Capacitação de profissionais em aquicultura e pesca;
  - Incentivo ao cooperativismo e associativismo pesqueiro e aquícola (Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR);
  - Implantação ou modernização de unidades produtoras de formas jovens;
  - Revitalização da frota pesqueira nacional;
  - Regularização ambiental da aquicultura em articulação com Estados e Municípios.
- Programa: gerenciar os recursos pesqueiros
  - Criação de escolas profissionalizantes de pesca e aquicultura.

- Estruturação do sistema de fiscalização da atividade pesqueira e aquícola.
- Implantação de projetos demonstrativos e novas tecnologias para a diversificação da pesca.
- Implementação e fortalecimento dos sistemas de monitoramento, informação e registro do MPA.
- Implantação de Comitês Permanentes de Gestão.
- Elaboração de planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros.
- Regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.
- Programa: melhorar as condições de vida dos trabalhadores do setor
  - Alfabetização e elevação de escolaridade (Programa Pescando Letras em parceria com o Ministério da Educação).
  - Implantação de Telecentros (Telecentros Marés).
  - Elaboração e implantação do Plano Nacional de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional das Trabalhadoras e Trabalhadores da Pesca e Aquicultura.
  - Incentivo ao acesso e melhoria de habitações de pescadores artesanais.
  - Realização de mutirões para a emissão de documentos, formalização e organização econômica e qualificação dos grupos produtivos de pescadoras e aquicultoras.
  - Regularização da cessão e a destinação de áreas da União ao MPA em apoio à pesca artesanal.
  - Seguro desemprego do pescador artesanal.
- Programa: ampliar a comercialização e o consumo
  - Disponibilização de equipamentos, implantação, reforma e adequação de infraestruturas de recepção, beneficiamento, distribuição e comercialização de pescados.
  - Promover a gestão participativa das infraestruturas públicas da cadeia produtiva pesqueira.

- Implantação e adequação de Terminais Pesqueiros Públicos (inclusive Belém e Salvador).
- Promoção dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais no mercado nacional e internacional.
- Fomento à certificação de origem e rastreabilidade, oriundas de protocolos privados.
- Implementação da rede oficial de laboratórios para diagnóstico de enfermidades e análises de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros.
- Prevenção, controle e erradicação de doenças de animais aquáticos.
- Instituição de normas de controle de sanidade aquícola e pesqueira.
- Aumento da participação do pescado no mercado institucional, com foco no incentivo do consumo do pescado na alimentação escolar.

A implementação das políticas acima enunciadas registram os seguintes resultados:

- Construção de Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) – o MPA estabeleceu a meta de construir e/ou reestruturar 20 Terminais Pesqueiros Públicos, para o atendimento das cadeias produtivas aquícola e pesqueira nacionais, de forma integrada e tecnologicamente adequada.
- Atualmente, há 5 TPPs em operação - Santos/SP, Cananéia/SP, Laguna/SC, Vitória/ES e Camocim/CE.
- Fase de pré-operação (1 TPP): Cabedelo/PB;
- Fase de construção/aparelhamento (8 TPPs): Manaus/AM, Santana/AP, Belém/PA, Beberibe/CE, Jacundá/PA, Salvador/BA, Ilhéus/BA e Natal/RN;
- Fase de projeto/licenciamento (3 TPPs): Porto Velho/RO, Bragança/PA, Aracaju/SE;
- Fase de definição de área (3 TPPs): Recife/PE; Angra dos Reis/RJ e Rio de Janeiro/RJ.

Como se pode observar, na área de estudo apenas o município de Santos/SP dispõe de TPP, estando previsto no futuro instalação dessas unidades nos municípios de Angra dos Reis/RJ e Rio de Janeiro/RJ.



A Figura II.5.3.12.4-1 apresenta os TPPs considerados no planejamento estratégico do MPA.



Fonte: <http://www.mpa.gov.br>

**Figura II.5.3.12.4-1** – Localização dos Terminais Pesqueiros Públicos considerados no planejamento estratégico do MPA.

- Caminhões Frigoríficos: **visando reduzir as** deficiências e restrições estruturais ainda presentes na cadeia produtiva, destaca-se a disponibilização de caminhões frigoríficos a entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração pública, mediante termo de permissão de uso. Os caminhões frigoríficos, com capacidades de carga de 1,5; 4; 6; 8 e 12 toneladas, são disponibilizados aos Órgãos Públicos integrantes da Administração Direta e Indireta (Prefeituras Municipais, Secretarias Estaduais, autarquias e fundações públicas) e às entidades privadas sem fins lucrativos atuantes nos setores da pesca e aquicultura

depois da seleção prévia dos interessados por intermédio de processo seletivo público.

- **Fábricas de Gelo:** as fábricas de gelo são disponibilizadas mediante prévio Edital de Seleção Pública. A finalidade consiste em estabelecer uma política nacional e permanente de apoio à estruturação da cadeia produtiva do pescado, com fabricação e distribuição de gelo, com a finalidade de: melhorar a qualidade/sanidade do pescado ofertado por meio de condições adequadas de conservação e armazenamento; contribuir para a redução de custos do processo produtivo mediante a diminuição da cadeia de intermediação na oferta deste insumo básico; e, aumentar a renda dos pescadores artesanais.

Segundo registros do MPA o universo de permissionários abrange desde Prefeituras Municipais até entidades como colônias, associações, cooperativas e sindicatos de pescadores e até o ano de 2013 foram entregues 133 fábricas de gelo, o que representa aproximadamente 79% do total de equipamentos contratados.

- **Caminhões Feira do Peixe** - através do Programa Peixe nos Bairros que consiste na distribuição de caminhões-feira, mediante permissionamento de uso, após seleção prévia dos interessados por intermédio de processo seletivo público. Os beneficiários podem ser Órgãos Públicos integrantes da Administração Direta e Indireta e Consórcios de Municípios.

### ***j) Populações Ciganas***

A SEPPIR através da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais - SECOMT, iniciou o diálogo com demais parceiros do Governo Federal com o objetivo de viabilizar políticas públicas específicas que garantam os direitos humanos, sociais e culturais dos povos ciganos. As principais demandas apresentadas pelos povos ciganos estão voltadas para as áreas de educação, saúde, registro civil, segurança, direitos humanos, transferência de renda e inclusão produtiva.

Essa iniciativa ocorre em consonância com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável

dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Decreto de 25 de maio de 2006, que instituiu o Dia Nacional do Cigano (24 de maio).

Na esteira dessa discussão ocorreu recentemente (15/05/2013) o encontro 'Brasil Cigano', em Brasília, que teve como eixo central as discussões sobre políticas e valorização da cultura cigana. Considerando o caráter recente das discussões sobre os povos ciganos e tendo em vista que, enquanto populações tradicionais, esses grupos têm acesso ao conjunto de políticas públicas aqui já enunciadas, destacam-se a seguir as iniciativas identificadas como específicas para essa população:

- **Direito à Educação Itinerante** - projeto na alçada do Ministério da Educação tendo em vista a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e articulada às políticas de elevação da escolaridade, aos Programas de Educação Profissional e Tecnológica - PRONATEC e à Bolsa Família - PBF, no âmbito das metas do Plano Brasil sem Miséria. Essa iniciativa tem como centralidade fomentar políticas públicas que valorizem a etnia cigana.

O Conselho Nacional de Educação - CNE, por meio da Câmara de Educação Básica, definiu a Resolução nº 3, de 16 de maio de 2012, sobre diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância. As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença. No âmbito dessa política, os sistemas de ensino, por meio de seus estabelecimentos públicos ou privados de Educação Básica deverão assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embarço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante autodeclaração ou declaração do responsável.

- Política Cultural - Prêmio Culturas Ciganas – que objetiva a implantação de políticas públicas de cultura para o segmento cigano. Esse objetivo motivou a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/ MinC) a criar, em 2007, a primeira edição deste concurso. O MinC, MS, a Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial, a Secretaria dos Direitos Humanos e a Pastoral dos Nômades do Brasil lançaram em

2010 a 2ª edição do Prêmio Culturas Ciganas, fruto do trabalho conjunto do Governo Federal e dos protagonistas das expressões tradicionais destes povos. Essa ação está em sintonia com a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da UNESCO, promulgada no Brasil pelo Decreto-Lei nº 6.177, de 1º de agosto de 2007. Ela integra o Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural e resulta das propostas do Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas, criado em janeiro de 2006 pelo Ministério da Cultura, assim como das diretrizes propostas pelo Grupo de Trabalho Interministerial Cigano coordenado pela SEPPIR.

- Regularização Fundiária - a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, é responsável por garantir as condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional, sendo essa uma das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3). Esse Programa entrou em vigor por meio do Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010. A ação referente a acampamentos ciganos compõe o Eixo Orientador III – Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, Objetivo Estratégico III – Garantia do acesso a terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados.

Nos termos dessa política foi tratado o caso da ocupação de um terreno proveniente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), pela comunidade cigana Guiemos Calons, que teve fundamentada sua defesa no art. 1º, I, da Portaria nº 232/2005 (regimento interno da SPU), na Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e na PNPCT estabelecida pelo Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

- Pontos de Cultura - o programa promove o estímulo às iniciativas culturais da sociedade civil, já existentes, por meio da consecução de convênios celebrados após a realização de chamada pública. Os projetos selecionados deverão partir de iniciativas culturais e funcionar como instrumento de pulsão e articulação de ações já existentes nas comunidades, contribuindo para a inclusão social e a construção da

cidadania, seja por meio da geração de emprego e renda ou do fortalecimento das identidades culturais.

### ***k) Populações Afro-religiosas (Comunidades de Terreiro)***

O MDS desenvolve pesquisa voltada para o reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais de terreiro no Brasil. São parceiros nesse projeto a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco e a Associação Filmes de Quintal, que contam com apoio da SEPPIR e da FCP. O objetivo da realização desse inventário é o mapeamento e o levantamento de informações socioeconômicas, com foco em questões de segurança alimentar dessas comunidades.

Além das políticas públicas acessadas pelos povos e comunidades tradicionais aqui já enunciadas, destacam-se como específicas para esse grupo:

- **I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana:** desenvolvido no âmbito da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, criada com o objetivo de combater o racismo e de reduzir as desigualdades raciais no Brasil. Dentre os aspectos do Plano, destaca-se a capacitação dos operadores de direitos para a proteção dos direitos dos povos afrodescendentes e dos povos e comunidades tradicionais, a promoção de educação igualitária, democrática e não discriminatória, que promova o respeito à diversidade cultural de gênero, religiosa, de identidade étnico-racial e cultural, além de recomendar o mapeamento e o tombamento dos sítios e documentos de reminiscências históricas, bem como a proteção de suas manifestações culturais. O I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana é integrado pelos seguintes órgãos: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (coordenação), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MMA, MinC, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Educação, MS, Secretaria de Direitos Humanos,

FCP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

- Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN, instituída pela Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, do MS.

Para finalizar destaca-se que não foram identificadas políticas públicas específicas para as populações caiçaras. Contudo pode-se sugerir que, além das políticas públicas acessadas por todos os povos e populações tradicionais, as políticas destinadas aos pescadores artesanais atendem também as populações caiçaras.

### II.5.3.13 - Caracterização da atividade pesqueira artesanal

Este subitem tem como objetivo caracterizar a atividade pesqueira artesanal praticada no litoral onde ocorrerá a movimentação de embarcações (rotas, manobras, fundeio, dentre outras) nas diferentes fases das atividades do Projeto Etapa 2.

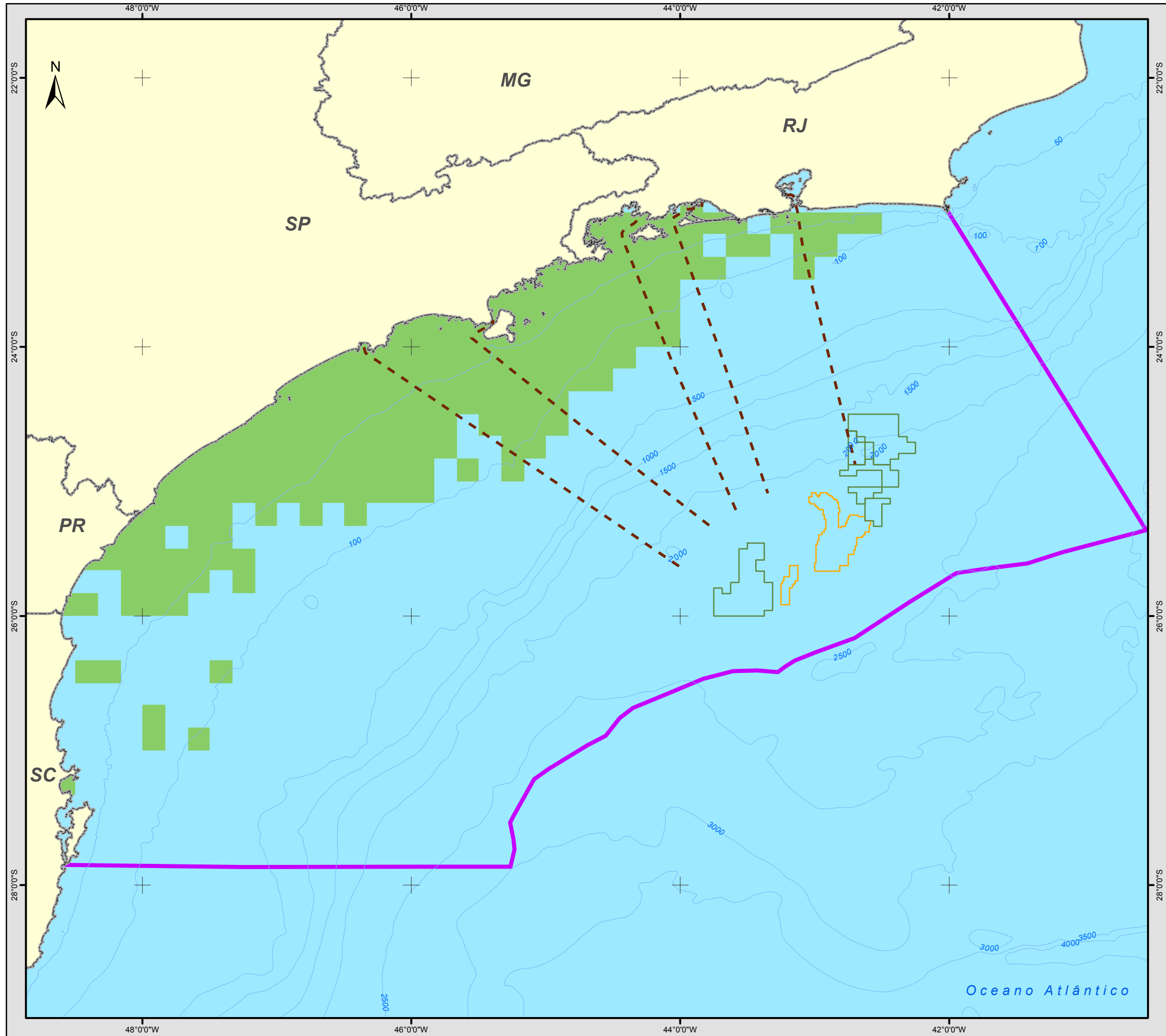
A região investigada para este tema, compreende as comunidades que pescam no entorno das bases de apoio portuárias. Estas bases estão localizadas nos municípios de Santos/SP, São Sebastião/SP, Itaguaí/RJ, Angra dos Reis/RJ e Rio de Janeiro/RJ.

Abrange também as áreas de pesca que podem ser afetadas pela presença de óleo em caso de potencial vazamento localizadas em Cananéia/SP, Guaraqueçaba/PR, Paranaguá/PR, Matinhos/PR, Guaratuba/PR, Itapoá/SC e São Francisco do Sul/SC.


A **Figura II.5.3.13-1**, apresenta as áreas de pesca artesanal da área de estudo que serão detalhadas ao longo deste subitem.

Os dados para elaborar essa figura, foram extraídos dos monitoramentos de desembarque pesqueiro já realizados para a PETROBRAS, pelo Instituto de Pesca do Estado de São Paulo (INSTITUTO DE PESCA, 2010).





Nesse monitoramento, foi realizada uma análise comparativa baseada nas características das embarcações utilizadas pela comunidade pesqueira, tanto artesanal quanto industrial, tipo de petrecho utilizado por eles, assim como o recurso pesqueiro.





**Legenda Temática**

 Áreas de Pesca Artesanal

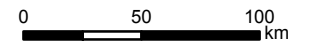
**Convenções do Mapa**

-  Rota das embarcações de apoio
-  Blocos de Exploração - Etapa 2
-  Campos de Produção - Etapa 2
-  Bacia de Santos

**Convenções Cartográficas**

-  Batimetria
-  Limite Estadual

**Referências utilizadas:**  
 - Área de Pesca Industrial (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, 2010);  
 - Área da Bacia de Santos disponibilizada por Petrobras (2013);  
 - Blocos de Exploração e Campos de Produção (ANP, 2012);  
 - Unidades Federais (IBGE, 2005).



Projeção Geográfica  
Datum SIRGAS 2000



**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**ÁREAS DE PESCA ARTESANAL**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	II.5.3.13-1	1:3.200.000	0





O tipo de informação aqui apresentada para as comunidades que pescam nessas áreas é heterogêneo, pois decorrem de pesquisa em fonte de dados secundários, notadamente os registros presentes na literatura disponível sobre o tema (artigos, teses e monografias), identificados nas principais universidades e instituições de pesquisa do país, em *sites* que tratam da temática e em estudos referentes a licenciamentos ambientais ocorridos na região.

Considerando que as análises aqui apresentadas têm como foco a movimentação de embarcações (rotas, manobras, fundeio, etc.) nas diferentes fases do empreendimento, se está privilegiando apenas os pescadores que atuam no entorno das estruturas portuárias utilizadas que de alguma forma poderão experimentar conflitos de uso do espaço marinho, visto que a localização do empreendimento dista cerca de 200 km da costa, região esta muito distante daquela utilizada para a prática de pesca artesanal.

Nesse sentido, não serão enfocados os pescadores dos municípios de Cabo Frio, Saquarema, Araruama e Maricá. Além disso, a pesca praticada em região oceânica, reconhecida como pesca industrial, será objeto do **subitem II.5.3.14**.

Cabe destacar que, a caracterização das áreas de pesca presentes no estado de São Paulo foi baseada em monitoramentos de desembarque pesqueiro realizados pelo Instituto de Pesca para a PETROBRAS e que possuem dados agrupados de pesca artesanal e industrial, não sendo possível dissociar tais dados.

### II.5.3.13.1 - Aspectos conceituais

A pesca é uma das mais antigas atividades econômicas realizadas pelo homem. Os diferentes grupos autóctones já a praticavam como forma de subsistência antes da chegada dos portugueses ao país no litoral brasileiro (DIEGUES, 1983). Historicamente, contudo, a atividade pesqueira no Brasil está também associada à influência de outras culturas, especialmente a portuguesa e a espanhola. Este fato é responsável pelo surgimento de culturas litorâneas regionais associadas à pesca, como por exemplo: a do jangadeiro - no litoral nordestino (do Ceará até o Sul da Bahia); a do caiçara - no litoral entre o Rio de

Janeiro e São Paulo; e a do açoriano – no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DIEGUES, 1999).

A atividade pesqueira pode ser classificada como esportiva (recreativa), de subsistência (amadora) e comercial. Com relação à pesca comercial, ela pode ser artesanal, de pequeno porte; empresarial ou industrial, de médio ou grande porte.

Para a realização deste estudo se está compreendendo a pesca artesanal não apenas como aquela praticada para subsistência (grupos familiares, pequenas comunidades tradicionais), mas também, e em maior escala, a pesca praticada por embarcações de pequeno e médio porte com fins comerciais.

Segundo Diegues (1983), a pequena produção mercantil abrange a dos pescadores-lavradores e a dos pescadores artesanais, em oposição à produção capitalista, que envolve duas formas de organização, a produção dos armadores e a das empresas de pesca.

Com relação à pesca artesanal ou de pequena escala, é importante distinguir entre pescadores artesanais tradicionais e pescadores artesanais. Os primeiros são pescadores e pescadores-lavradores, esses últimos tendo na agricultura sua atividade principal, sendo a pesca uma atividade complementar. Ambos baseiam a organização para o trabalho na família (nuclear ou extensa) ou nas relações de amizade e compadrio. Seus equipamentos de pesca (embarcação e petrechos) são de propriedade familiar ou individual.

O proprietário da embarcação, na maioria das vezes, é um dos pescadores que participa com os demais de toda a atividade de pesca. A embarcação, geralmente não motorizada, é um meio de produção; e é também um meio de transporte. As artes de pesca fixas mais utilizadas são o curral e o cerco, o que de certo modo condiciona a realização da atividade a locais abrigados. Os “saberes” que viabilizam as pescarias (confeção dos petrechos de pesca, identificação dos cardumes etc.) são transmitidos de geração a geração de maneira prática e oral. Em resumo, seus barcos possuem pouca autonomia, suas artes de pesca têm reduzida capacidade de captura e sua atividade ocorre, frequentemente, em águas costeiras e abrigadas.

No grupo dos pescadores artesanais tradicionais estão incluídas as populações caiçaras, tratados no **subitem II.5.3.12 – Identificação de povos e**

**comunidades tradicionais.** Esses povos tradicionais sobrevivem como pescador tradicional ou embarcado, tendo na agricultura uma atividade complementar.

A combinação entre a pesca e a agricultura, ainda que em diferentes escalas e temporalidades, tem garantido a sobrevivência dessas populações, o que sugere a existência de formas diversas de comunidades, umas se dedicando mais à pesca e outras mais às atividades na terra (agricultura ou extrativismo).

Segundo Diegues (1999) alguns aspectos se destacam como características das comunidades pesqueiras tradicionais:

- Os conhecimentos adquiridos com a experiência e com as histórias de gente mais experiente, o que diferencia o saber-fazer e a sabedoria destes pescadores, pois sabedoria não é simplesmente saber usar/manusear os petrechos, mas também saber quando e onde utilizá-los;
- A amizade e o companheirismo como fundamentais para a coesão do grupo envolvido durante a atividade, pois, além de ter carteira de pescador e de estar associado a uma entidade representativa de classe, ser pescador é ter vocação e fazer parte de um grupo que domina os segredos do mar;
- Qualidades físicas e intelectuais adquiridas com a experiência;
- Capacidade de manter em segredo a localização de um bom pesqueiro;
- Tendo em vista a valorização das áreas litorâneas e o crescimento de atividades turísticas, é importante ressaltar que muitas comunidades de populações tradicionais adotaram os serviços vinculados ao turismo como alternativa complementar de sua renda, podendo se observar outros formatos na composição das modalidades de sobrevivência desse grupo, o que inclui também a venda (total ou parcial) de sua produção aos atravessadores.

Em contrapartida, a categoria "pescador artesanal" faz referência àqueles que têm na pesca a sua principal fonte de renda. Esses pescadores usam, geralmente, embarcações motorizadas. Em decorrência disso, possuem maior autonomia, o que lhes permite pescarias mais longas, com a utilização de redes de náilon e aparelhos semimecanizados. As embarcações têm até 20 toneladas

de registro bruto - TRB e utilizam diversas artes de pesca (rede de espera, emalhe, cerco) em águas interiores, estuarinas ou costeiras (HAIMOVICI, 1997).

O pescado capturado é comercializado com atravessadores e estes, em alguns casos, obtêm maior lucratividade com a venda de pescado e minimizam o ganho do pescador. Aqui não necessariamente o proprietário dos meios de produção participa das pescarias. Para esses pescadores a família não é o fundamento da organização do trabalho. Pelo contrário, exige-se da tripulação conhecimentos especializados. Além disso, em contraste com a divisão igualitária do produto do trabalho praticada pelos pescadores artesanais tradicionais, são exercidas outras formas de partilha, tais como a remuneração por partes sobre o valor da captura.

De acordo com Vianna (2009) não existe uma lei que defina claramente as características para a pesca artesanal e para a industrial. Na legislação, os pescadores são classificados em profissionais, amadores ou científicos, que podem atuar na pesca industrial ou artesanal.

A Instrução Normativa nº 03/2004 da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura da Presidência da República - SEAP/PR, que dispõe sobre o Registro Geral da Pesca - RGP, categoriza os pescadores profissionais em artesanais e industriais:

- Pescador Profissional: pessoa maior de 18 anos que faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida, podendo atuar no setor pesqueiro industrial ou artesanal;
- Pescador Profissional Industrial: aquele que tem vínculo empregatício e exerce sua atividade em embarcações pesqueiras de armadores de pesca ou de indústrias;
- Pescador Profissional Artesanal: aquele que, com meios de produção próprios, exerce sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar, ou com o auxílio eventual de parceiros, sem vínculo empregatício.

A Previdência Social, além dos aspectos mencionados, faz referência à embarcação. Caso o pescador artesanal utilize embarcação, esta deverá ter até seis toneladas de arqueação bruta - TAB, ainda que, com auxílio de parceiro, na

condição exclusivamente de parceiro outorgado, utilize embarcação de até 10 TAB.

Considerando a especificidade da pesquisa realizada (base de dados secundários), os dados disponíveis estão muitas vezes agregados, não permitindo assim a separação precisa entre as informações sobre pescadores artesanais e pescadores artesanais tradicionais, salvo para as situações em que se dispõe de estudos específicos.

De todo modo, a identificação das populações tradicionais foi tratada em item próprio, cabendo no momento apenas destacar, dentre aquelas já identificadas, as informações porventura disponíveis no que se refere à produção pesqueira.

Nesses termos, para as análises em seguida apresentadas, se estará privilegiando: as estatísticas oficiais disponíveis para a pesca artesanal; os levantamentos pontuais ocorridos com relação ao desembarque pesqueiro nos municípios integrantes da área de estudo; a observação das formas de organização do setor em Colônias de Pesca e demais associações, considerando que este tema é objeto do **subitem II.5.3.3 - Organização Social**, e, conseqüentemente, a estimativa de pescadores a partir do registro das referidas entidades, e demais informações que permitam a caracterização da atividade.

#### **II.5.3.13.2 - A pesca no Brasil**

Segundo informações do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (2013), são produzidos no Brasil 1.240.000 t de pescado por ano, sendo que cerca de 45% dessa produção é da pesca artesanal. Em 2011, do total de cerca de 970 mil pescadores registrados, 957 mil eram pescadores e pescadoras artesanais e estavam organizados em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas, os demais atuavam na pesca industrial.

De acordo com as estatísticas elaboradas pelo MPA, IBAMA e IBGE para o período entre 2003 e 2009, a produção nacional de pesca marinha, artesanal e industrial, apresentou uma ascensão progressiva, quer se considere o seu volume geral, quer a sua representatividade no conjunto da produção pesqueira nacional (**Tabela II.5.3.13.2-1**).

**Tabela II.5.3.13.2-1 – Produção da pesca marinha no Brasil entre 2003 e 2009.**

Ano	Total(t)
2003	484.592,50
2004	500.116,00
2005	507.858,50
2006	527.871,50
2007	539.966,50
2008	556.167,30
2009	585.671,50

Fonte: Estatísticas da pesca MPA/IBAMA/IBGE, 2009.

No país, a região com maior produção na pesca extrativa marinha no período foi a Nordeste, seguida da região Sul. Em 2008, a região Norte ultrapassou o Sudeste, conforme se pode observar na **Tabela II.5.3.13.2-2**. Observa-se também que para o período a região Sudeste é a que se apresenta em permanente declínio.

**Tabela II.5.3.13.2-2 – Produção da pesca extrativista marinha, em tonelada, por região, entre 2007 a 2009.**

Ano	Região norte (t)	Região nordeste (t)	Região sudeste (t)	Região sul (t)
2007	72.036,50	155.625,50	137.666,00	174.638,50
2008	158.955,60	182.444,50	99.248,70	158.955,50
2009	97.095,00	210.965,90	96.364,20	181.246,40
<b>Total</b>	<b>328.087,10</b>	<b>549.035,90</b>	<b>333.278,90</b>	<b>514.840,40</b>

Fonte: Estatísticas da pesca MPA/IBAMA/IBGE, 2009.

Conforme se pode observar na **Tabela II.5.3.13.2-3** os estados integrantes da área de estudo registram perdas na produção de pescado para os anos 2009/2010. No contexto nacional, a região nordeste se mantém hegemônica enquanto que no recorte espacial apresentado para este estudo, o estado de Santa Catarina destaca-se como detentor do maior volume de produção.

**Tabela II.5.3.13.2-3 – Produção de pescado (t) nacional da pesca extrativa marinha de 2009 e 2010, discriminada por região e unidade da federação.**

Regiões e Unidades da Federação	2009	2010
<b>BRASIL</b>	<b>585.671,5</b>	<b>536.454,9</b>
<b>Norte</b>	<b>99.055,6</b>	<b>93.450,2</b>
Amapá	7.007,7	5.865,2
Pará	92.047,8	87.585,0
<b>Nordeste</b>	<b>215.225,9</b>	<b>195.842,1</b>
Alagoas	8.993,8	9.511,0
Bahia	83.537,5	74.043,0
Ceará	23.816,4	21.254,7
Maranhão	41.380,4	43.780,1
Paraíba	8.987,1	8.337,3
Pernambuco	15.019,9	10.918,3
Piauí	3.019,4	2.994,1
Rio Grande do Norte	24.888,2	19.962,5
Sergipe	5.583,2	5.041,1
<b>Sudeste</b>	<b>97.753,5</b>	<b>90.588,7</b>
Espírito Santos	13.102,4	14.035,7
Rio de Janeiro	57.090,1	54.113,0
São Paulo	27.561,1	22.440,0
<b>Sul</b>	<b>173.636,5</b>	<b>156.573,9</b>
Paraná	6.093,7	3.141,0
Rio Grande do Sul	18.636,3	28.455,9
Santa Catarina	148.906,5	124.977,0

Fonte: Estatísticas da pesca MPA/IBAMA/IBGE, 2010.

### • As artes de pesca

A pesca é a atividade de captura de peixes e outros organismos aquáticos. As técnicas de captura findaram por adotar soluções semelhantes em locais e épocas diferentes e, a despeito dos avanços tecnológicos, as ferramentas de captura continuam sendo conceitualmente as mesmas, com algumas exceções.

As principais artes de pesca praticadas no litoral brasileiro, aqui enunciadas, remetem à pesca em geral - industrial e artesanal. São ferramentas que foram evoluindo ao longo do tempo mediante a substituição de materiais por outros mais

resistentes ou mais baratos, sem, porém, alterar o conceito original na sua essência. As modalidades de pesca aqui apresentadas foram classificadas e caracterizadas segundo o documento ICMBio/CEPSUL (2013).

### **Instrumentos Primitivos/Tradicionais**

**Coleta** - atividade das mais simples, que consiste no ato de retirar com a mão os crustáceos e moluscos. Há alguma complexidade na pesca de lagosta; porém, em outros casos, como na coleta de mariscos, mexilhões e ostras, as técnicas mantêm-se da mesma maneira há milhares de anos (VIANNA, 2009);

**Arpões, flechas e lanças** - a pesca com arpões, flechas e lanças tem origem no desenvolvimento das ferramentas em pedras lascadas e em osso de animais. Pouco utilizada atualmente nos mares. Alguns exemplos ainda são encontrados na pesca submarina e na caça às baleias (VIANNA, 2009);

**Fisga** - um instrumento semelhante ao arpão, um pouco mais fino. Dotado de duas, três ou mais pontas com farpas e usado na captura de pequenos peixes, moluscos e crustáceos. Assim como o arpão, sua extremidade é fixada a uma vara de dois ou três metros para manuseio. É muito empregada na pesca noturna com facho ou outro tipo de atração luminosa. Utilizado na captura de lagostas, polvos, dentre outras. É um petrecho de pesca pouco utilizado.

### **Armadilhas**

Esses instrumentos criam mecanismos para apreender espécies aquáticas. Primeiramente utilizadas em cavidades naturais adaptadas pelo homem que, aproveitando a variação da maré, capturavam alguns peixes. A construção de armadilhas evoluiu com fibras vegetais, argila e hoje também se utilizam materiais sintéticos.

Esta tradição permanece até hoje e é muito usada principalmente na pesca do polvo e do caranguejo. As armadilhas são abastecidas com iscas e possuem uma ou mais entradas que, no entanto, não permitem a saída. São lançadas no fundo do mar por meio de cabos, com uma boia de sinalização. Nestes cabos



podem estar amarradas uma ou várias armadilhas (VIANNA, 2009). Os tipos de armadilha são:

**Aviãozinho** - armadilha fixa muito usada pela pesca artesanal no litoral do sul do país, em lagoas de pequena profundidade. A rede tem a forma de um arrastão “Traw”, e no seu interior se encontra pendurado um lampião (liquinho), que é a fonte de luz para a atração de camarões. Utilizado nos estados de Santa Catarina, na região de Laguna, e no estado do Rio Grande do Sul.

**Cercos flutuante** - Aparelho bastante similar ao cerco fixo no que diz respeito à forma e função. O cercado tem uma forma elíptica, fechado na parte inferior, tendo em uma das paredes laterais um pano quadrado confeccionado com um fio mais resistente, que serve de ensacador. Na junção do caminho para o cercado, existe uma pequena abertura de entrada do peixe. A rede é sustentada na superfície por vários flutuadores de feixes de bambu ou tubos de PVC, e presos ao fundo por inúmeras poitas. A despesca é realizada por pescadores em suas canoas. É uma arte de pesca ainda utilizada nos estados do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, na captura de espadas, lulas, dentre outros.

**Cercos fixos (curral)** - É um engenho de pesca muito eficiente na captura de peixes dentro de canais, rios ou lagoas. Sua construção é uma esteira de taquara e estacas de madeira que fixam no fundo. É constituída de uma parede (espia) que serve de guia ao peixe. A despesca é realizada por dois pescadores com o auxílio de uma rede. Este tipo de arte pode constituir-se em perigo à navegação, uma vez que quando abandonado as estacas permanecem enterradas ao fundo por longo período, além de provocar acúmulo de detritos junto ao cercado, formando coroas próximas às margens do rio. São capturadas a pescada amarela, tainha, robalos, etc. Bastante utilizado em áreas abrigadas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

**Covo, Manzuá e Pote** - são petrechos de pesca, transportáveis, que contam com uma ou mais aberturas (funil de entrada), para a entrada do pescado, sendo muito eficaz na captura de espécies de pouco movimento que vivem próximo ao fundo. Os covos podem ser cilíndricos, semicilíndricos, ou retangulares e medem aproximadamente 1m x 0,45m de altura. Essas armadilhas podem ser arriadas ao fundo, individualmente, ou em série, com auxílio de uma linha mestra de um ou

mais arinques com poita e boia. A despesca é realizada a cada 24 h, quando os potes são recolhidos e lançados novamente. Os covos são bastante utilizados nos estados do Paraná e Rio de Janeiro, bem como nas regiões norte e nordeste. Por sua vez, os potes, são utilizados no estado do Espírito Santo.

**Puçá** - também conhecido como gererê, coador ou sarrico, é um petrecho de pesca confeccionado com rede e ensacador, instalado em uma armação em forma de aro. Embora o puçá tenha denominações diferentes, em diferentes regiões, é um tipo de armadilha, com pequenas diferenças entre elas. O puçá é bastante utilizado na captura de siris, nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Nesses dois últimos estados, é conhecido como gererê. Também é bastante utilizado nas regiões norte e nordeste.

**Puçá grande** - é um aparelho único feito de saco de pano de rede, de malha 12 mm. Foi desenvolvido por pescadores do litoral norte fluminense, em meados da década de 80. Esses puçás eram utilizados na captura do peroá ou cangulo ou peixe porco. É uma arte de pesca que tem promovido reflexos negativos sobre outros recursos, a exemplo do caranguejo-uçá. Como medida de ordenamento pesqueiro, o IBAMA editou a Portaria nº 81 de 10 de julho de 2002, proibindo a sua utilização, independente de variação em sua forma e/ou tamanho, nas Regiões Sudeste e Sul.

### **Aparelho com Anzol**

**Canço** - instrumento de pesca utilizado por pescadores do litoral, tanto na modalidade esportiva como de subsistência, destinando-se à captura de espécies costeiras, bem como na pesca interior. Equipamentos como molinetes ou carretilha podem ser adaptados. O caiçara emprega-o em pescarias nos costões rochosos, nas praias, em bancos de corais e recifes naturais. Esquemáticamente, o canço ou vara dividem-se em 4 partes denominadas: vara, linha, alça e anzol. Na região costeira é comum a captura de exemplares de robalos, bagres, pescadas, pequenos cações, dentre outras espécies. Utilizado em todos os estados da costa brasileira e em águas interiores.

**Corrico ou linha de curso** - o aparelho é constituído de linha, destorcedor, anzol. São utilizadas iscas artificiais (metálicas, sintéticas, madeira, osso, penas brancas de aves e palha e milho), ou a própria isca de peixes, lulas, etc. Geralmente são capturados peixes pelágicos como carapau, olhete, dourado, albacorinhas, etc. A maior incidência desse aparelho de pesca é na região Sudeste, e com alguma ocorrência na região Sul do Brasil.

**Espinhel fixo de fundo** - aparelho dotado de muitos anzóis, que é mantido fundeado por meio de poitas e sustentado por boias que também servem para sua localização. O número de anzóis é bastante variável, dependendo do local da pesca. Para operar com esta arte necessita-se de uma pequena embarcação como a canoa, caiaque ou bote motorizado. Eficiente na captura de espécies demersais: garoupas, chernes, batatas, namorados, sirigados, etc. É um petrecho de pesca utilizado nos estados das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

**Espinhel de superfície** - são linhas onde são fixados diversos anzóis. Estas linhas podem ficar na horizontal ou na vertical em relação à superfície do mar. Quando na horizontal, podem ser largadas no fundo ou na superfície. Em espinhéis longos de fundo se utilizam cabos de aço para fixar os diversos anzóis e que podem possuir longas extensões.

**Espinhel flutuante ou de superfície** - destinado à captura de peixes pelágicos ou costeiros de pequeno porte. Nas extremidades do aparelho são colocadas boias luminosas para facilitar sua localização, uma vez que tanto o barco como o aparelho fica à deriva durante toda a operação de pesca e sujeitos à ação das correntes marítimas e ventos. O equipamento é lançado ao entardecer e recolhido ao amanhecer, sendo a sardinha, a cavalinha e a lula, as iscas mais utilizadas. Na despesca o recolhimento é realizado com auxílio de um guincho especial, que recolhe a linha principal, possibilitando livremente a passagem da linha secundária. Eficiente na captura de espécies pelágicas ou costeiras, como por exemplo, os cações, pequenos atuns, dourados e peixe espada. Bastante utilizado na costa das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

**Linha de fundo e linha de mão** - aparelho muito usado na captura de peixes de fundo, em parcéis, bancos ou parcéis da plataforma continental rasa. Esta linha possui de 5 a 15 anzóis, sendo muito empregada na pesca junto ao talude.

A linha de fundo captura demersais de fundo, a exemplo dos badejos, caranha, pescadas, pargo, xaréu, etc. Utilizado nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, assim como nos Estados do norte e nordeste.

**Zangarilho** - funciona como uma isca “artificial” em liga de chumbo, utilizada para pescar lula. É uma pesca que ocorre na vertical, com a ajuda de atração luminosa. Muito eficiente na captura de lulas. É utilizado em alguns estados das regiões sudeste e sul do Brasil, em áreas mais costeiras.

### **Arte caída**

**Tarrafa** - é uma rede muito usada em baías, portos, rios e canais na captura de diversas espécies de peixes e camarões. Para a pesca do camarão pode-se usar dois modelos de tarrafas: com “carapuça” ou sem carapuça, conhecida como tarrafa de argola. Quando o pescador iça o petrecho, puxa simultaneamente os rufos, formando uma grande bolsa, evitando assim o escape dos camarões. É eficaz na captura de camarões, parati, tainha, pampo e papaterra. Bastante utilizado nos estados da costa brasileira.

### **Arrasto**

Nessa modalidade as redes são rebocadas e possuem um corpo cônico com um saco no fundo. Em geral são utilizadas para a pesca de fundo, mas podem ser utilizadas em pesca de meia água ou superfície.

**Arrasto duplo ou Arrasto de porta** - O arrasto duplo consiste na utilização de duas redes cônicas idênticas, arrastadas somente por uma embarcação. Modalidade muito utilizada pela frota comercial, que se destina à captura de peixes demersais ao longo da costa. As principais espécies capturadas nas profundidades além dos 40 m são: abrótea, cabrinha, caçonete, camarões (rosa, branco, cristalino), castanha, congro-rosa, corvina, trilha, linguado, lula, maria luiza, maria-mole, escadas em geral, polvo e raias. Acima dos 200 m, são capturadas: lulas, merluzas, peixes-sapo, batata, etc. É uma modalidade empregada pela frota comercial de grande porte em todo o litoral Sudeste e Sul.

**Arrasto de praia** - usada por pescadores praianos com rede, que a lançam ao mar com o auxílio de uma canoa. O tamanho da rede é bastante variável, mas em média medem de 100 a 600 m de comprimento. É um petrecho utilizado na captura de peixes e crustáceos diversos. Ainda utilizado em alguns estados da costa brasileira.

**Arrasto de parelha** - consiste na utilização de uma rede cônica de grande dimensão cuja boca é mantida aberta pela distância entre as duas embarcações, em geral de mesmo porte. O lançamento e o recolhimento da rede são realizados por somente uma embarcação. Durante a operação, os dois barcos devem manter velocidade uniforme e uma distância constante entre si, para realizar um perfeito arrasto. A rede utilizada é bastante similar àquela do arrasto com portas, provida de asas mais longas e com maior abertura vertical (altura da boca da rede). É uma modalidade muito utilizada pela frota comercial de grande porte, que se destina à captura de espécies demersais ao longo da costa. Embora, ocorra em menor escala, também verifica-se a sua utilização pela frota de médio porte, a exemplo do que ocorre no estado de Santa Catarina, na Baía de Tijucas. As principais espécies capturadas são: camarões, abróteas, cabrinhas, caçonetes, castanhas, corvinas, betaras, lulas, polvos, pescadas em geral e raias.

**Arrasto simples** - consiste na utilização de uma rede cônica de tamanho menor do que a empregada no de parelha, pois o arrasto é realizado somente por uma embarcação. Modalidade muito utilizada pela frota comercial, que se destina a captura de espécies demersais ao longo da costa. As principais espécies capturadas nas profundidades a partir de 40 m são: abróteas, cabrinhas, caçonetes, camarões, castanhas, congro-rosa, corvinas, betaras, linguados, lulas, maria-luiza, maria-mole, pescadas em geral, polvo e raias. Para profundidades acima de 200 m, as principais espécies são: crustáceos de profundidade, lulas, merluza, abróteas, peixe-sapo, batata e namorado, etc..

**Bernunça** - é um equipamento manual de pesca que funciona como um alçapão, onde a parte inferior é fixa, e a superior é móvel e manipulada por um fio. A pesca é realizada com o auxílio de um holofote que “paralisa” as espécies, ou em época de noites claras, em marés tranquilas. É um petrecho de pesca

utilizado na captura de siris e camarões. No estado de Santa Catarina é bastante empregado na Lagoa da Conceição.

**Gerival** - aparelho utilizado por pescadores artesanais, em águas estuarinas onde há forte correnteza de marés. Basicamente esse aparelho é uma adaptação de uma tarrafa para camarão que opera como rede de arrasto pela impulsão da força da maré. Principal espécie capturada é o camarão branco e rosa jovem. É uma arte de pesca, bastante utilizada em áreas abrigadas, principalmente, nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

**Picaré** - rede de forma retangular que é arrastada paralelamente á praia por dois ou quatro homens. Este tipo de pesca deve ser empregado somente por pescadores artesanais e/ou profissionais, em áreas muito próximas à praia, sendo seu uso proibido por pescadores amadores, uma vez que o permissionamento para estes, limita-se apenas a petrechos confeccionados com linha e anzol. Geralmente são capturados exemplares de pescadinha, corvina, camarões costeiros e etc. É uma arte de pesca ainda utilizada nos estados de Santa Catarina e São Paulo.

### **Emalhe**

É uma modalidade que utiliza redes, artefatos antigos, originalmente feitas com fibras vegetais - e atualmente fabricadas em materiais sintéticos. São usadas na pesca de arrasto, emalhe e cerco. Nessa modalidade têm-se:

**Rede de emalhe de fundo** - tipo de rede disposta verticalmente e fica ao fundo, por meio de âncoras (poitas), sinalizadas por boias na superfície. O tamanho de suas malhas varia em função das espécies a serem capturadas. É uma rede que funciona de forma passiva, pois a captura ocorre pela retenção dos peixes na malha da rede, também denominada de rede de espera. Estas redes são muito utilizadas na captura de espécies demersais costeiras, sendo seletivas quando projetadas na captura para um determinado tamanho de peixe. As principais espécies capturadas são a pescadinha-real, pescada-foguete, corvina, bagre, etc. Bastante utilizado nos estados da costa brasileira.

**Rede de emalhe de superfície** - rede disposta verticalmente na coluna da água, não é fundeada e fica à deriva presa à embarcação ou não. Funciona de forma passiva, pois a captura ocorre pela retenção dos peixes na malha da rede, também denominada de rede de espera ou caceio. Estas redes são muito utilizadas na captura de espécies costeiras, sendo seletivas para captura de determinados tamanhos de peixes. As principais espécies capturadas são os robalos, tainha, guaiviras, olhetes, sororocas, etc. Bastante utilizado nos estados da costa brasileira.

**Rede de espera-fina** - nesta técnica os peixes são capturados após colidirem com a rede e ficarem presos nela. A rede fica esticada no mar ou nos rios e lagos, no fundo, à meia água ou na superfície. Tornou-se muito difundida entre as comunidades tradicionais por se tratar de uma arte de pesca de baixo custo, econômico e de emprego de recursos humanos (DIEGUES, *op. cit.*). Este petrecho apresenta grande variação dentro da frota artesanal, que trabalha com diversos tipos de embarcações e tipos de redes, sempre em pequenas quantidades (ALVES *et al.*, 2009). A frota consiste essencialmente de pequenas traineiras que abandonaram a pesca de cerco, nas regiões Sudeste e Sul, ou de embarcações oriundas das pescas de arrasto-de-porta ou de parelhas (TOMÁS, 2006). A frota artesanal utiliza redes com malhas diversas, dependendo da espécie-alvo. As principais espécies capturadas são corvina, pescada-foguete, betara, espada, pescada-cambucu, guaivira, goete, bagres, peixe-porco e cação-anjo, entre outros.

**Rede de volta/bate-bate** - é uma rede utilizada em águas interiores (lagoas, represas). Em uma determinada região faz-se a cercada com o petrecho, e em seguida, os pescadores batem com os remos na parte interior da rede, para os peixes ficarem emalhados. As principais espécies capturadas são as tainhas, paratis, e outras espécies lacustres. Utilizada na Lagoa da Conceição, no Estado de Santa Catarina.

**Caçoeiro** - é uma rede especial, utilizada próxima às desembocaduras de rios na captura de pescadas, robalos e corvinas de porte razoável, com ocorrência nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, bem como nos estados das regiões norte e nordeste.

**Feiticeira** - é uma rede de espera constituída de três panos superiores: 2 alvitanas (pano externos) confeccionados com fio mais grosso e malhas maiores (de 200 a 400 mm) e um miúdo (pano interno) com linha mais fina e malhas menores (50 a 100 mm). Bastante eficiente na captura de peixes costeiros de todos os tamanhos. É uma arte de pesca utilizada nos estados de Santa Catarina e Paraná.

### II.5.3.13.3 - A pesca no Estado do Rio de Janeiro

A pesca no estado do Rio de Janeiro, assim como no Brasil, atingiu seu ápice na década de 80. No ano de 1985 a produção pesqueira marinha do País atingiu a marca de 760 mil t (DIAS-NETO, 2003), enquanto no Rio de Janeiro foi registrada a descarga de cerca de 200 mil t de pescado (FIPERJ, 2008).

Após esse período observa-se a tendência de queda nas capturas. Segundo estatísticas do IBAMA (2004a, 2004b, 2005a, 2005b, 2007, 2008) a produção pesqueira do estado do Rio de Janeiro tem se mantido estável, em torno de 62 mil t, sendo que desse montante, cerca de 25% decorre da produção artesanal.

O estado do Rio de Janeiro possui a terceira maior costa do País, com cerca de 640 km de extensão, e o segundo conjunto de baías, estuários, lagoas costeiras e mangues, totalizando 25 municípios litorâneos, com 156 locais de desembarques e uma população estimada de 3.500.000 hab. Segundo Vianna (*op. cit.*) o Estado possui um setor pesqueiro de relevância para a sua economia e os principais municípios vinculados à pesca artesanal são: Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Cabo Frio, Macaé, Niterói, e São Francisco de Itabapoana.

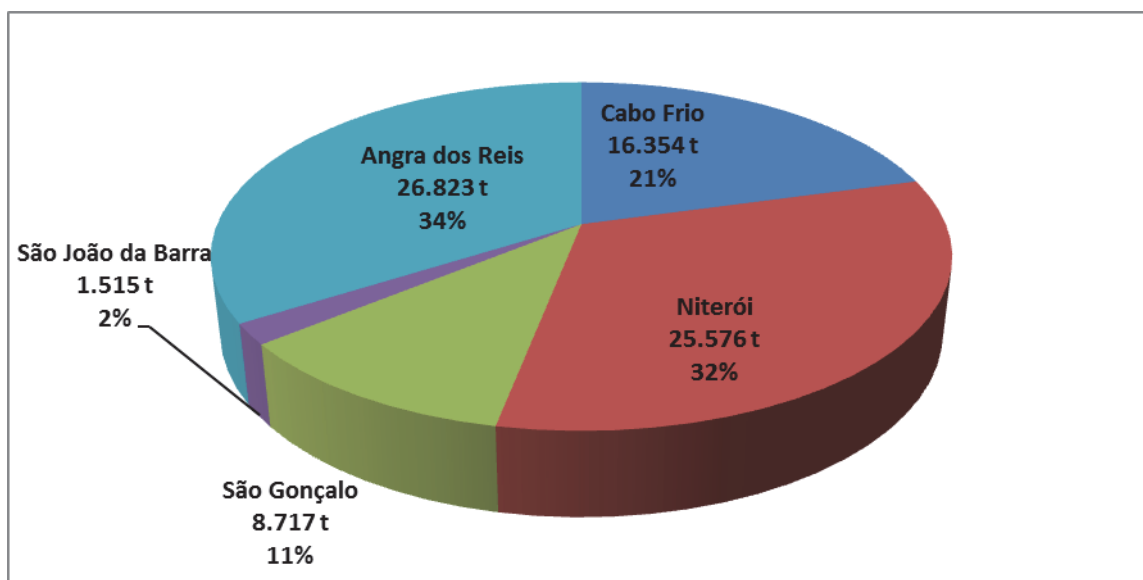
O acesso à maioria das localidades pesqueiras do litoral do estado do Rio de Janeiro é facilitado pela proximidade de rodovias asfaltadas, com exceção de algumas áreas insulares, notadamente aquelas situadas no município de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba, cujo acesso é feito por barco. Em grande parte dos municípios litorâneos se pode constatar a presença de estaleiros de portes variados para a construção, reforma e manutenção de embarcações. Os estaleiros maiores e mais bem equipados estão localizados no Rio de Janeiro,



Niterói, São Gonçalo, Angra dos Reis e Paraty; os demais municípios dispõem apenas de carpinteiros navais para reparo e manutenção dos barcos.

Após um período sem coletar dados, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ retomou em 2010 essa atividade, através de convênio firmado com o MPA para o "Monitoramento da Pesca no Estado do Rio de Janeiro – Estatística Pesqueira", nos municípios de Angra dos Reis, Niterói, São Gonçalo e Cabo Frio. Esse projeto foi iniciado em 2011 no município de São João da Barra. Desse modo, não se dispõe de informações atualizadas sobre a produção pesqueira na área objeto deste estudo. No relatório da instituição produzido em 2011 consta a informação de que naquele ano foram monitorados 11.895 desembarques. Os resultados daí advindos mostram que o município de Angra dos Reis foi o maior porto de desembarque de pescado fluminense, seguido de Niterói, Cabo Frio e São Gonçalo. Como se pode observar, dos portos citados a maioria pertence aos municípios aqui tratados.

Segundo o documento da FIPERJ (2011), esses portos são utilizados por embarcações de pequena a grande escala, que possuem características variadas de tamanho, tonelagem de arqueação bruta e potência de motor. A **Figura II.5.3.13.3-1** mostra a distribuição da produção pesqueira nos municípios citados:

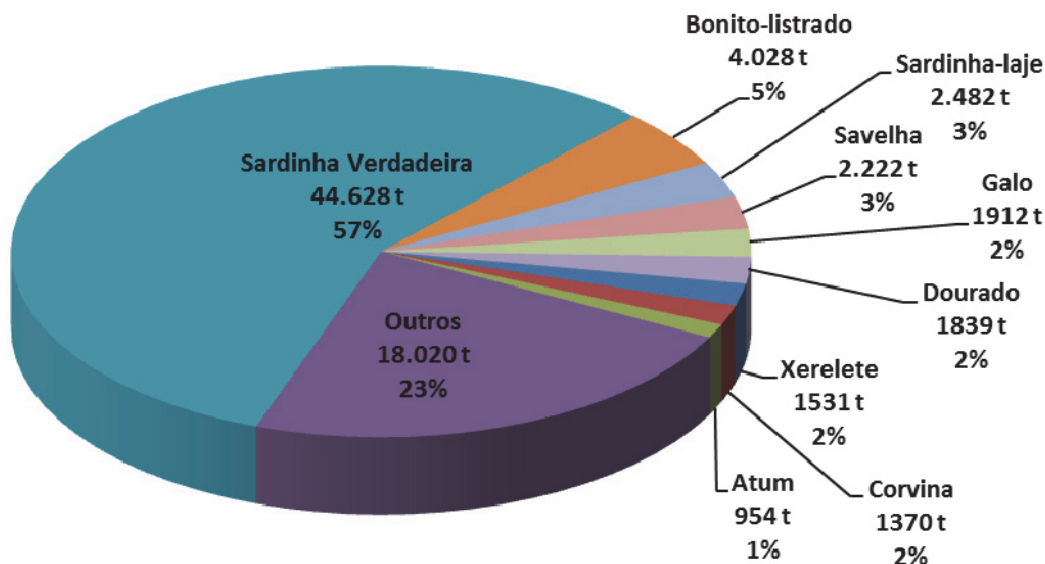


Fonte: Adaptado de FIPERJ (2011).

**Figura II.5.3.13.3-1** – Produção pesqueira monitorada por município em 2011 (em toneladas)

Como se pode observar na figura acima, o município de Angra dos Reis foi o porto mais movimentado. Ali se concentram os desembarques de sardinha-verdadeira, devido à facilidade de escoamento da produção para os Estados mais ao Sul do país. A produção pesqueira local atingiu 26 mil t, com o mês de outubro sendo o mais produtivo. Niterói ficou em segundo lugar (25 mil t), seguido por Cabo Frio (16mil t) e São Gonçalo (8 mil t).

A **Figura II.5.3.13.3-2** mostra que a sardinha verdadeira é a principal espécie desembarcada no estado do Rio de Janeiro:



Fonte: Adaptado de FIPERJ (2011).

**Figura II.5.3.13.3-2** – Produção pesqueira das principais espécies desembarcadas no estado do Rio de Janeiro em 2011 (em toneladas e %).

Em Angra dos Reis, as cinco principais espécies foram: sardinha-verdadeira, sardinha-laje, carapau, galo e sardinha-boca-torta. Todas as espécies são capturadas através das traineiras que cercam os cardumes de pequenos pelágicos, principalmente nas águas interiores da Baía da Ilha Grande.

Em 2011, a produção fluminense de sardinha-verdadeira alcançou 44 mil t, ou seja, 61% da produção nacional desembarcaram nos portos pesqueiros do estado

do Rio de Janeiro. Em Santa Catarina a produção monitorada foi de 25 mil t (34%) e em São Paulo foi de 4 mil t (5%) (FIPERJ, 2011).

O monitoramento dos diversos desembarques da frota de cerco nos municípios de Angra dos Reis, Niterói, São Gonçalo e Cabo Frio, demonstra que o recurso pesqueiro se encontrava na costa fluminense. Contudo, muitas indústrias de conservas estão instaladas em Santa Catarina, para onde se destina grande parte da produção de sardinha-verdadeira, seja por caminhões que compram o pescado no Rio de Janeiro e transportam para as fábricas, ou por desembarque nos cais próprios das indústrias.

A maior parte da produção pesqueira no estado do Rio de Janeiro é comercializada na forma de pescado inteiro e resfriado. Frequentemente, a produção é comercializada através de intermediários/atravesadores ou empresas de pesca e frigoríficos. Os intermediários, na maioria dos casos, comercializam o pescado adquirido com peixarias, restaurantes, consumidor final e, eventualmente, com outros Estados. Em contrapartida, as empresas de pesca que adquirem produtos da pesca artesanal geralmente agregam algum valor aos mesmos antes da comercialização, sob a forma de postas, filés ou simples e visceração.

Apenas no caso de tunídeos, o produto é repassado sem qualquer beneficiamento para outros mercados, principalmente os de São Paulo e Santa Catarina. Atua no estado a empresa Brasfish de Cabo Frio, que exporta atuns e afins para o exterior (Estados Unidos e Europa) (FUNDAÇÃO PROZEE, 2005).

A **Tabela II.5.3.13.3-1** apresenta os tipos e proporções da destinação do pescado das áreas de pesca do Rio de Janeiro.

**Tabela II.5.3.13.3-1 - Destino do pescado nos municípios do Rio de Janeiro.**

Municípios	Peixe (%)			Camarão (%)		
	Consumidor	Intermediário	Empresa	Consumidor	Intermediário	Empresa
Paraty	20	10	70	15	15	70
Angra dos Reis	10	10	80	5	95	0
Mangaratiba	12	50	38	50	50	0
Itaguaí	25	50	25	25	75	0
Rio de Janeiro	25	50	25	10	50	40
Duque de Caxias	10	90	0	20	80	0
Magé	20	60	20	10	80	10
Itaboraí	50	40	10	10	90	0
São Gonçalo	25	25	50	15	85	0
Niterói	40	40	20	50	50	0

Fonte: SEAP/Ibama/Prozee, 2005

O **Quadro II.5.3.13.3-1** apresenta informações sobre as espécies-alvo pescadas nos municípios fluminenses:

**Quadro II.5.3.13.3-1 – Recursos pesqueiros e distribuição da pesca por município do estado do Rio de Janeiro**

Espécie	Rio de Janeiro		Niterói			Itaguaí	Mangaratiba	Angra dos Reis	Paraty
	Baía de Guanabara	Região Costeira	Baía de Sepetiba	Baía de Guanabara	Região Costeira	Região Costeira	Região Costeira	Região Costeira	Região Costeira
Camarão	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Carapau								x	x
Corvina	x	x	x	x	x	x	x		x
Dourado									x
Enchova	x	x	x	x	x	x	x		
Espada									x
Goete								x	
Lula									x
Manjuba								x	
Mexilhão	x	x		x	x				x
Palombeta								x	
Parati	x		x	x		x	x		
Pescadas	x	x	x	x	x	x	x		
Polvo	x	x		x	x				

Espécie	Rio de Janeiro		Niterói			Itaguaí	Mangaratiba	Angra dos Reis	Paraty
Porquinho								x	
Robalo	x		x	x		x	x		x
Sardinhas	x	x	x	x	x				
Savelas								x	
Siris e Caranguejo	x		x			x	x		
Sororoca	x	x	x	x	x	x	x		
Tainha	x	x	x	x	x	x	x		

Fonte: PETROBRAS/ICF, 2012.



\_\_\_\_\_  
Coordenador da Equipe



\_\_\_\_\_  
Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

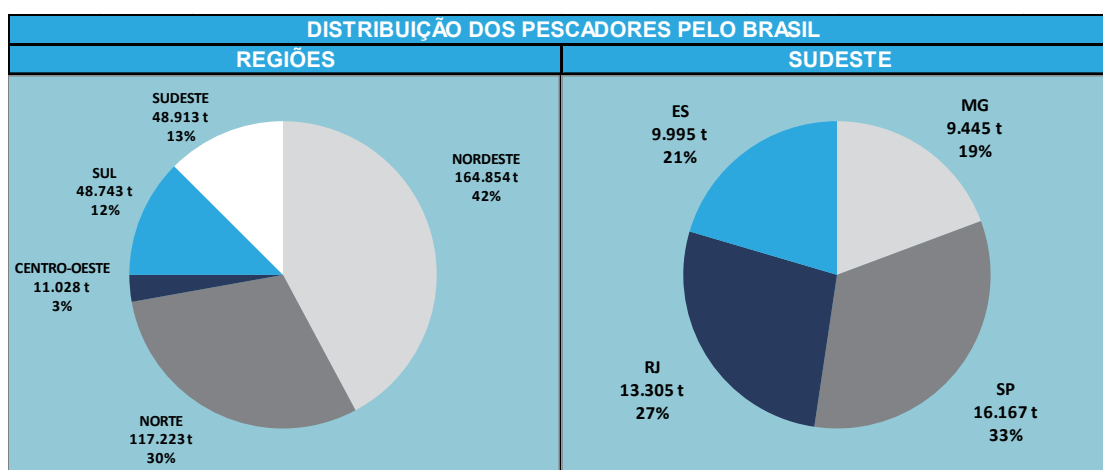
De acordo com o documento da FIPERJ (2008) o Rio de Janeiro era o 10º Estado com maior número de pescadores registrados, sendo 3,4% do número total de pescadores do Brasil.

Analisando alguns documentos se observa a variação de registros quanto ao número de pescadores atuantes no estado do Rio de Janeiro.

Em 2005, o Censo Estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina registrava o total de 20.000 pescadores e 3.023 embarcações cadastradas (PROZEE, 2005), sendo que em 2006 documento da SEAP/PR registrava que na região Sudeste a maior concentração de pescadores ocorria em São Paulo (16.167 pescadores ou 33,05%), seguido do Rio de Janeiro (13.305 pescadores ou 27,20%) e destes últimos, 11.064 eram homens (83,16%) e 2.241 (16,84%) mulheres.

Em 2008, por ocasião da 2ª Oficina de Trabalho para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Monitoramento da Pesca havia um total de 14.874 pescadores registrados no Rio de Janeiro (VIANNA, 2008). No mesmo ano, segundo a FIPERJ (2008), no estado do Rio de Janeiro atuavam 2.731 embarcações de pequeno porte, para um total de 32.187 pescadores, distribuídos em 25 colônias de pesca, 53 associações e 3 cooperativas.

A **Figura II.5.3.13.3-3** apresenta a distribuição dos pescadores ao longo do território brasileiro.



Fonte: Adaptação SEAP/PR (2006).

**Figura II.5.3.13.3-3** – Distribuição por região dos pescadores ao longo do território brasileiro.

A discrepância de informações para o setor se deve ao fato de que os dados da produção pesqueira do Estado se encontram pulverizados nos diversos pontos de desembarque da frota, sem controle adequado (BARROSO & WIEFELS, 2010).

De acordo com levantamento realizado junto às Colônias de Pescadores pela FIPERJ (2008), a maioria dos pescadores estaria concentrada nas regiões da Baía da Guanabara e Região dos Lagos (SEAP/IBAMA/Prozee, 2005).

A organização social dos pescadores ocorre nas Colônias, congregadas na Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro - FEPERJ em associações vinculadas à Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro - FAPESCA; e algumas Cooperativas.

A **Tabela II.5.3.13.3-2** apresenta a estimativa de pescadores cadastrados (FIPERJ, 2008).

**Tabela II.5.3.13.3-2** – *Estimativa do número de pescadores vinculados às colônias de Pescadores, Rio de Janeiro.*

Município	Colônia	Nº de Pescadores
Paraty	Colônia Z-18	980
Angra dos Reis	Colônia Z-17	1.444
Mangaratiba	Colônia Z-16	1.700
Rio de Janeiro	Colônia Z-10 (Ilha do Governador)	1.300
	Colônia Z-11 (Ramos)	1.200
	Colônia Z-12 (Caju)	48
	Colônia Z-13(Copacabana)	2.000
	Colônia Z-14(Pedra de Guaratiba)	1100
Magé	Colônia Z-9	2.000
Niterói	Colônia Z-7(Itaipu)	817
	Colônia Z-8	12.827
<b>Total</b>		<b>25.416</b>

Obs.: As informações referentes ao município de Angra dos Reis e Paraty foram atualizadas mediante pesquisa direta através de ofício à Colônia de Pescadores Artesanais de Angra dos Reis.

Fonte: FIPERJ. 2008.

Segundo Vianna (2009), a concentração de empresas integrantes da cadeia produtiva da pesca ocorre na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Litorânea, Região Norte e na Baía da Ilha Grande. Observa-se na Região



Metropolitana do Rio de Janeiro, a presença de empresas de todos os segmentos da cadeia produtiva da pesca artesanal, sendo essa a principal concentração da cadeia produtiva pesqueira fluminense.

As comunidades do território fluminense atuam em quatro ambientes distintos, a saber: Baía de Guanabara, Baía de Sepetiba, Baía da Ilha Grande e região costeira oceânica.

- **Caracterização da Frota**

Ao longo da história, as embarcações evoluíram de canoas escavadas em troncos e jangadas, para embarcações com estrutura de madeira revestidas com couro de animais curtido com látex e outras técnicas utilizando resinas e ceras vegetais ou animais (VIANNA, 2009). Os barcos aumentaram de tamanho, ganharam velas e com isso os pescadores passaram a pescar em locais mais distantes.

A articulação entre a evolução das ferramentas, das técnicas e das embarcações propiciou significativas mudanças na atividade pesqueira. No início do século XX, a traineira foi introduzida no litoral do Rio de Janeiro (BERNARDES, 1958); em 1900 surgiram as redes de arrasto de camarão e, em 1910, as redes de cerco.

Particularmente a frota pesqueira foi, em grande medida, constituída a partir da introdução de políticas de incentivo à atividade. Elas adotaram privilegiadamente linhas de financiamento para a construção de barcos de madeira em pequenas unidades de produção. Isso consolidou a traineira de madeira como o principal modelo de barco de pesca no litoral fluminense. Todavia, há que se destacar também que a descontinuidade dessas políticas repercutiu de forma negativa sobre o setor.

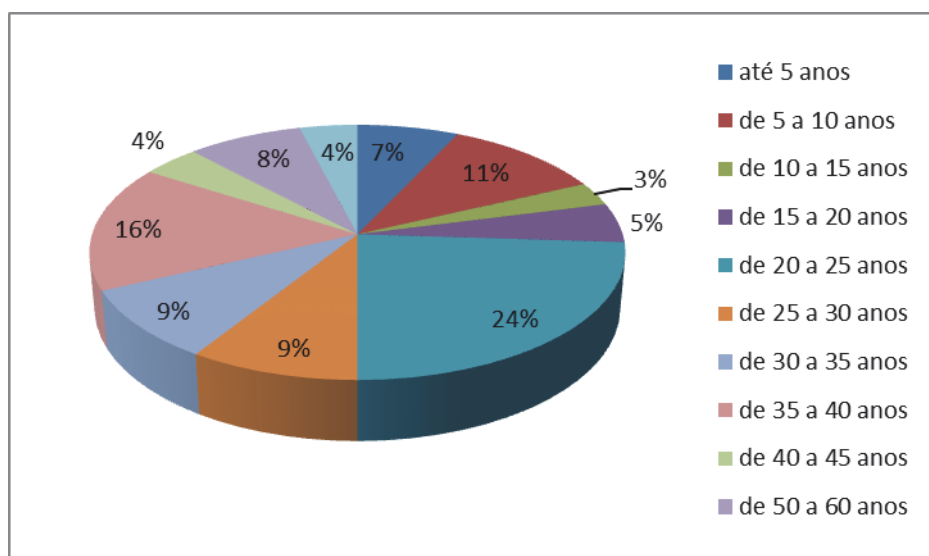
O Censo da Pesca realizado em 2005 cadastrou, no estado do Rio de Janeiro, 3.023 embarcações atuando na pesca artesanal. Destas, 2.341 (77%) pertenciam ao recorte territorial do Rio de Janeiro realizado para este estudo, o que denota a importância dessa área para a atividade pesqueira no estado (**Tabela II.5.3.13.3-3**).

**Tabela II.5.3.13.3-3 – Frota da pesca artesanal, Rio de Janeiro.**

Municípios	Quantidade de Embarcações
Paraty	31
Angra dos Reis	74
Mangaratiba	50
Itaguaí	33
Rio de Janeiro	543
Duque de Caxias	26
Magé	600
Itaboraí	36
São Gonçalo	473
Niterói	475
<b>Total</b>	<b>2.341</b>

Fonte: SEAP/Ibama/Prozee, 2005

Segundo Vianna (op.cit.) a frota do estado do Rio de Janeiro é antiga e mal dimensionada. Apenas 25% das embarcações possuem menos de 20 anos, conforme se pode observar na **Figura II.5.3.13.3-4**.



Fonte: SEBRAE-RJ, 2009.

**Figura II.5.3.13.3-4 – Idade atual da frota pesqueira atuante no estado do Rio de Janeiro.**

De acordo com o autor: “observamos nas visitas a construtores e armadores que as embarcações de madeira construídas nos últimos cinco anos possuem

*uma concepção de “projeto” muito semelhante aos de 60 anos atrás. Também as embarcações de aço são muito semelhantes às construídas nos anos 1970 e 1980, há 20 ou 30 anos. Não poderia ser diferente. Neste período não existiram políticas públicas para renovação e modernização da frota, tampouco programas de transferência de conhecimento e tecnologia dos inúmeros centros, universidades e instituições que foram criados ou passaram a trabalhar com a pesca. O processo de desenvolvimento dessas embarcações caminha, no Brasil, a passos muito lentos. Embarcações muito antigas têm custo de manutenção alto, o que agrava o custo do pescado que capturam. No entanto, a questão central se refere ao desenvolvimento da tecnologia de captura como um todo. e ainda têm como elemento central a repetição da tradição”.*

A atuação da frota artesanal, seja de emalhe de fundo ou de arrasto (não importando o município e o ambiente em que opera), ocorre até a isóbata de 30 m de profundidade (PETROBRAS/ICF, 2012). Quando operando com espinhel e linha de mão, as profundidades podem ser maiores (até 50 m), no entanto sempre limitadas à distância do porto de origem devido às precárias condições de armazenagem do pescado (quando muito, em caixas de isopor com gelo).

O **Tabela II.5.3.13.3-4** apresenta um panorama da frota pesqueira segundo o tipo de embarcação:

**Tabela II.5.3.13.3-4 – Frota pesqueira marinha do estado do Rio de Janeiro, por tipo de embarcação, classe de comprimento e município.**

Municípios	Baleir a	Canoa	Bote com Cabine - Lan	Caico	Bote s/cabine	Barco Arrasto Camará	Barco Emalhe Costeiro	Prancha Caique ou CH	Não identific ado	Total
Angra dos Reis	6	37	5		20	6				74
Duque de Caxias									26	26
Itaguaí		29		1			3			33
Magé	1	4	10	98	39				448	600
Mangaratiba	1	22	8	4	9	1	4	1		50
Niterói	63	16	12	19	28				337	475
São Gonçalo		3	5	165	13	1		1	285	473
Paraty	2	12	13	2	2					31
Rio de Janeiro	23	24	89	142	66	6	18		175	543
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>147</b>	<b>142</b>	<b>431</b>	<b>177</b>	<b>14</b>	<b>25</b>	<b>2</b>	<b>1271</b>	<b>2305</b>

Fonte: SEAP/Ibama/Prozee, 2005



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

- **Locais de Desembarque**

Em 2005, foi registrado a presença de 100 locais de desembarque (**Tabela II.5.3.13.3-5**) nos municípios aqui tratados (SEAP/Ibama/Prozee, 2005).

**Tabela II.5.3.13.3-5 – Número de localidades de desembarque, Rio de Janeiro**

Municípios	Número de Localidades de desembarque
Angra dos Reis	22
Duque de Caxias	04
Itaboraí	02
Itaguaí	03
Mangaratiba	04
Magé	06
Niterói	15
Paraty	10
Rio de Janeiro	19
São Gonçalo	15
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Fundação Prozee 2005.

A maior parte dos locais de desembarque dispõe de infraestrutura de conservação de pescado bastante precária, conforme se pode observar no **Tabela II.5.3.13.3-6**.

**Tabela II.5.3.13.3-6 – Infraestrutura de conservação do pescado, Rio de Janeiro.**

Municípios	Infraestrutura de conservação do pescado	
	Fábrica de Gelo	Freezer
Angra dos Reis	3	8
Duque de Caxias	1	10
Itaboraí	0	3
Itaguaí	2	50
Magé	3	6
Mangaratiba	2	11

Municípios	Infraestrutura de conservação do pescado	
	Fábrica de Gelo	Freezer
Niterói	5	5
Paraty	2	7
Rio de Janeiro	15	70
São Gonçalo	3	12
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>182</b>

Fonte: SEAP/Ibama/Prozee, 2005.

#### II.5.3.13.4 - Pesca artesanal nos municípios integrantes da área de estudo, no estado do Rio de Janeiro

A seguir o detalhamento da pesca para cada uma das baías analisadas, Ilha Grande, Sepetiba e Guanabara.

##### J) Baía da Ilha Grande

As informações aqui apresentadas têm como principal referência o estudo realizado por Begossi (2009) na região da Baía da Ilha Grande, que confirma como característica marcante da condição dos pescadores artesanais dessa região o exercício de sua prática em tempo parcial.

Se antigamente o caiçara alternava sua atividade entre a pesca, a caça e a agricultura, hoje frequentemente o pescador também trabalha em serviços urbanos e com o turismo. É importante lembrar que a expansão do turismo influenciou de forma direta a espacialização das comunidades caiçaras, que progressivamente foram sendo deslocadas do espaço litorâneo para espaços interiores, uma vez que os primeiros passaram por grande valorização imobiliária e vindo a ser ocupados na maioria dos casos por empreendimentos turísticos.

Na realidade, o antigo pescador-agricultor foi se profissionalizando e migrando ocupacionalmente em direção à pesca embarcada. A partir da segunda metade do século XX, com a chegada do turismo e o crescimento das cidades litorâneas, o caiçara transformou-se basicamente de um ator social rural para urbano, embora o grau de contato com o ambiente urbano seja bastante variável entre as comunidades (BEGOSSI *op.cit.*). Além disso, os que vivem em regiões

ricas em recursos naturais enfrentam um conjunto de limitações, por parte de órgãos ambientais, das antigas práticas da agricultura itinerante ou de coivara, o que levou não somente a uma maior diminuição desta prática, mas mesmo ao seu total desaparecimento em diversas áreas (BRITO, 2001).

Segundo Begossi (1996) a menor ou maior dependência da pesca e da agricultura e, atualmente do turismo, pode representar o novo ciclo adaptativo desta cultura. Os resultados da pesquisa realizada pela autora na região da Baía da Ilha Grande indicam que apenas parte da população de pescadores depende exclusivamente da pesca - 37,2% de seus entrevistados em Paraty, 32,8% na Ilha Grande e apenas 19,4% em Angra dos Reis.

Nesse sentido, é possível observar na Baía da Ilha Grande certa diferenciação espacial da atividade, nos seguintes termos:

- no município de Paraty, o exercício da pesca artesanal sofreu um processo de retraimento em decorrência de sua concorrência com outras atividades ligadas ao universo urbano e ao turismo. Contudo, a pesca artesanal permanece como atividade econômica em algumas comunidades, embora de forma minoritária frente ao turismo. As praias de Trindade, Ponta Negra e Sono são um exemplo dessa situação;
- na área continental do município de Angra dos Reis, a pesca artesanal também sofreu um processo de retraimento, indicado pela redução histórica do número de comunidades de pescadores;
- na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, as pressões sociais e ambientais deram origem a dois processos: as comunidades ou se especializaram na pesca comercial ou abandonaram a pesca artesanal em decorrência do investimento no setor do turismo. Isso não significa que não existam comunidades de pescadores artesanais na ilha. Pelo contrário, existem e são bastante produtivas. O que ocorreu foi a sua concentração em alguns pontos tais como a Praia Grande de Araçatiba, Aventureiro.

### a) Comunidades identificadas

As comunidades compiladas correspondem àquelas que puderam ser identificadas na bibliografia consultada eventualmente podendo não corresponder à totalidade das comunidades existentes na região.

- **Município de Angra dos Reis** - pescadores distribuídos nas seguintes comunidades: Perequê, Mambucaba, Frade, Vila Velha, Ponta Leste e Garatucaia.
- **Região das Ilhas-Gipóia e Ilha Grande** - pescadores distribuídos nas seguintes comunidades: Ilha da Gipóia, Abraão, Saco do Céu, Japariz, Bananal, Matariz, Sítio Forte, Maguariqueçaba, Praia Longa, Araçatiba, Praia Vermelha, Provetá, Aventureiro, Dois Rios e Palmas.

O **Quadro II.5.3.13.4-1** apresenta as principais características das comunidades identificadas.

**Quadro II.5.3.13.4-1** – Principais características das comunidades identificadas para o município de Angra dos Reis.

Região Continental	
Comunidades	Observação
Perequê	A comunidade situa-se no interior do Parque Mambucaba, contando com uma estimativa que vai de 200 a 300 pescadores.
Mambucaba	A Vila Histórica de Mambucaba já foi um importante centro de comércio, turismo e pesca na região. Atualmente é uma área urbana com significativo adensamento populacional, onde vivem alguns pescadores.
Frade	Trata-se de um bairro vinculado ao condomínio de mesmo nome. Alguns moradores são pescadores que alternam a pesca com atividades ligadas ao turismo ou aos serviços urbanos.
Vila Velha	A maioria dos pescadores que aqui vive é aposentada.
Ponta Leste	Nessa comunidade a pesca artesanal é ainda a grande fonte de subsistência e renda local, apesar da maioria dos pescadores também exercer outras atividades secundárias, no incipiente comércio realizado na própria praia ou em serviços, como os de pedreiro. Aqui vivem algumas mulheres pescadoras.
Garatucaia	Trata-se também de um bairro vinculado ao condomínio de mesmo nome. Cerca de 10 moradores são pescadores artesanais, que alternam a pesca com atividades vinculadas ao turismo ou serviços urbanos.



Região das Ilhas	
Comunidades	Observação
Ilha Gipóia	Aqui vivem cerca de seis famílias de pescadores. Cultivo de vieiras.
Abraão	Abraão é o principal povoado da Ilha Grande, local de chegada de turistas. Aqui vivem cerca de 20 pescadores.
Saco do Céu (Enseada das Estrelas)	Nessa comunidade vivem cerca de 100 pescadores, destacando-se a presença de pescadores especializados na pesca da corvina.
Japariz	A maioria dos antigos pescadores da pequena comunidade hoje possui algum “negócio” vinculado ao turismo, pois o local é ponto de parada das escunas que visitam a ilha.
Bananal	A comunidade foi importante durante o auge da pesca da sardinha, cujas fábricas de beneficiamento encontram-se em ruínas. Atualmente possui cerca de 12 pescadores. A atividade é praticada apenas de forma secundária.
Matariz	Com história semelhante à vizinha Bananal, aqui também vivem poucos pescadores, cerca de 10.
Comunidades	Observação
Sítio Forte	No local predominam as casas de veraneio e as famílias de caseiros, tendo sido registrada a presença de apenas cinco pescadores.
Maguariqueçaba	O cultivo de mariscos tem sido a principal fonte de renda dos antigos pescadores, que associam a pesca esporádica com esta atividade (cerca de 7 pescadores).
Praia Longa	A maioria dos pescadores desta comunidade trabalha embarcada (cerca de 40 pescadores).
Araçatiba	Nesta vila, em que se observa a presença de cercos flutuantes, vivem cerca de 50 pescadores. A maioria trabalha também fazendo frete para o turismo, como caseiros ou nos bares e restaurantes locais.
Praia Vermelha	Vizinha de Araçatiba, essa comunidade sobrevive da pesca (cerca de 20 pescadores) e do turismo. Aqui também se desta a presença de cercos flutuantes.
Provetá	Tida como a maior vila pesqueira da Ilha Grande, observa-se em Provetá a presença de inúmeros barcos, tanto de pescadores artesanais como daqueles atuantes na pesca comercial de grande escala. Possui cerca de 50 pescadores.
Aventureiro	Aqui vive uma pequena comunidade caiçara dentro do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, que enfrenta limitações decorrentes dessa situação. Poucas pessoas aqui se autodefinem como pescadores, o que provavelmente se deve ao fato de que em algumas áreas nas proximidades a pesca é proibida (Reserva Biológica da Praia do Sul). Desse modo não se tem uma estimativa do número de pescadores nessa comunidade.
Dois Rios	Essa vila tem uma situação específica. Em primeiro lugar, nota-se a presença das ruínas do antigo presídio, implodido em 1994. Além disso, conta com uma área de pesquisa (Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ), e com a presença de cerco flutuante de uso coletivo (sob a administração da associação de moradores). Não se tem estimativa do número de pescadores nessa comunidade.
Palmas	A pesca é muito incipiente na comunidade, na qual se estima a presença de sete pescadores.

Fonte: Palhano, Nair, Pesquisa de Campo realizada para licenciamento ambiental de Terminal Portuário na Baía da Ilha Grande, 2008.

- **Município de Paraty** - pescadores distribuídos nas seguintes comunidades: Trindade, Praia Grande, Calhaus, Praia do Sono, Ponta Negra, Cajaíba, Saco do Mamanguá, Paraty-Mirim, Ilha do Algodão, Ponta

Grossa, Paraty (centro), Ilha do Araújo, Praia Grande, Joatinga, São Gonçalo e Tarituba.

O **Quadro II.5.3.13.4-2** apresenta as principais características das comunidades identificadas para o município de Paraty.

**Quadro II.5.3.13.4-2** – Principais características das comunidades identificadas para o município de Paraty.

Município de Paraty	
Comunidades	Observação
Trindade	Importante região turística de Paraty, aqui vivem 60 pescadores em um universo de 1500 moradores.
Praia do Sono	Comunidade de 300 habitantes acessada unicamente através de barco a partir da Praia da Trindade ou do Condomínio Laranjeiras. A região é bastante produtiva e é rota de peixes migratórios. O pescador dessa comunidade tem dificuldade para comercializar seu produto. Aqui vivem 60 pescadores.
Calhaus	s/inf.
Ponta Negra	Composta por 150 habitantes, dos quais 40 são pescadores, que enfrentam obstáculos para a comercialização de seu produto. Tais obstáculos são decorrentes da dificuldade de acesso, realizado de barco a partir da Praia do Sono.
Cajaíba (e Pouso)	Os 20 pescadores que aqui vivem dependem principalmente da pesca e secundariamente do turismo. Parte dos pescadores atua em embarcações de maior porte. No Pouso da Cajaíba vivem 273 pessoas.
Saco do Mamangá (Baixios e Cruzeiro)	A maioria dos 70 pescadores trabalha embarcada. A região é importante reduto turístico. As comunidades de Baixios e de Cruzeiros são as maiores comunidades locais. Aqui vivem 173 pessoas.
Paraty-Mirim	Apesar de identificada como uma comunidade de pescadores, apenas três foram citados e localizados. Isso parece sugerir uma provável mudança no perfil dessa comunidade, atualmente muito mais voltada ao turismo.
Praia Grande	s/inf.
Ilha do Algodão	A ilha é habitada por 250 pessoas. Os moradores, em sua maior parte, são caseiros de veranistas, embora a pesca ainda seja praticada de forma subsidiária.
Ponta Grossa	Esta comunidade está localizada no continente, porém não é servida por estradas. Assim, necessita ser acessada por via marítima, o que dá a esta comunidade uma condição de isolamento semelhante à de uma ilha - até mesmo mais isolada que ilhas próximas. Em Ponta Grossa vivem 20 pescadores.
Paraty (bairros Corumbê, Parque Imperial, Mangueira, Chácara, Pontal)	Aqui se destacam os bairros centrais de Paraty, nos quais vivem 65 pescadores. São os bairros mais pobres da cidade, mas de fácil acesso ao mar, seja através da praia, seja por meio de rios, como o Rio Perequê. Bairros como Pontal e Jabaquara já foram redutos de pescadores, mas passam atualmente por um processo de "gentrificação", no qual os pescadores vendem suas habitações para turistas que constroem suas casas. Outros bairros, como Chácara e Ilha das Cobras, são identificados como os principais bairros de pescadores.
Ilha do Araújo	Nesta ilha vivem 625 pessoas, dos quais cerca de 60 pescadores. Boa parte deles sempre pescou no local sua vida toda.

Município de Paraty	
Comunidades	Observação
Praia Grande	Esta vila (193 moradores) está conectada a Paraty através da Rodovia Rio-Santos, tendo fácil acesso à cidade através de linhas de ônibus regulares e acesso direto para carros. Aqui vivem 20 pescadores.
Joatinga	s/inf.
São Gonçalo	A vila já foi uma das principais praias da região de Paraty, atraindo turistas de São Paulo e Rio de Janeiro. Aqui vivem 14 pescadores. Ao contrário das demais vilas visitadas, esta não fica de frente para a praia, e sim na região de sertão, isto é, ao lado dos morros, separada da praia pela Rodovia Rio-Santos.
Tarituba	A Praia de Tarituba (1.000 habitantes), também famoso reduto turístico, abriga diversas famílias de pescadores reconhecidos como os principais pescadores de robalo da região (cerca de 40). Os pescadores locais vivem exclusivamente da pesca e obtêm dela um retorno bastante acima da média local. Isso se deve à especialização na pesca de peixes nobres e ao desenvolvimento de técnicas próprias, como o uso de redes associadas ao mergulho.

Fonte: Begossi, 2009 e PETROBRAS/ Mineral 2012.

## b) Sobre Pescadores Artesanais Tradicionais

Segundo Maldonado (1986, *apud* BEGOSSI, 2009) “os pescadores da Baía de Ilha Grande refletem o perfil dos caiçaras da costa de São Paulo e Rio de Janeiro. Começam a pescar ainda na infância, podem ou não trabalhar embarcados por alguns anos, na maior parte das vezes passam a vida toda na comunidade em que nasceram, pescam em geral muito perto da costa e em barcos pequenos”.

Mediante a dificuldade de especificar as comunidades de pescadores artesanais tradicionais a partir de informações de base de dados secundários, é possível apenas sugerir a presença desses grupos nas comunidades anteriormente identificadas. A presença de algumas das características das populações caiçaras permite identificá-las em meio à sociedade envolvente. A ocorrência de migração entre comunidades próximas, traço relevante para a sobrevivência dos caiçaras nesse contexto "sob pressão", ocorre com frequência na Baía da Ilha Grande. Tal ocorrência expressa não só o processo de variação e diversificação cultural típico desse grupo, como também sua identidade como pescadores artesanais tradicionais, diferentemente dos pescadores artesanais assim identificados apenas a partir da utilização de instrumentos de pesca específicos, conforme já comentado.

Begossi (2009) menciona como exemplo de comunidades caiçaras que se profissionalizaram na pesca, a comunidade Provetá na Ilha Grande “nela, a maior parte dos pescadores é profissional, embora muitos sejam ainda pescadores artesanais quando não estão trabalhando embarcados”. Aqui a autora destaca que embora sejam pescadores artesanais, os pescadores dessa comunidade trabalham em determinadas épocas como pescadores profissionais, provavelmente recebendo salário, o que ocorre principalmente nos períodos de defeso da sardinha e da corvina, principais pescados explorados comercialmente nesta região.

Na realidade, é típico das comunidades caiçaras a constituição de diversos arranjos que as tornam mais ou menos dependentes da atividade pesqueira sem, contudo, perderem os vínculos com a tradição que configuram sua identidade enquanto caiçara. Especialistas no tema destacam que a cultura caiçara em geral é marcada desde o passado por esta plasticidade (NELTTING, 1993). Daí decorre que algumas sejam muito dependentes da pesca (SALES & MOREIRA, 1994), outras associem pesca e agricultura (SANCHES, 1997) e ainda outras garantam sua sobrevivência intercalando a pesca e a agricultura com atividades diversas (ADAMS, 2000).

Na Baía da Ilha Grande as diferentes situações estão presentes, evidenciando graus diversos de dependência da atividade pesqueira, o que traduz uma forma de redução de riscos para sua sobrevivência. Essas situações refletem o contexto de crescimento das cidades, que incorporaram as vilas antes isoladas ou distantes do espaço urbano, oferecendo, também, outras oportunidades de trabalho e de serviços.

Segundo Begossi, esta situação é muito evidente em Angra dos Reis, município que detém a maior zona urbana da região e no qual o turismo também não é importante para os pescadores artesanais. De acordo com a autora, o número de pescadores que dependem integralmente da pesca é pequeno, podendo-se sugerir, aparentemente, a ocorrência de um abandono gradual da pesca.

Situação semelhante ocorre com relação à Ilha Grande, que possui alto grau de interação com a sede municipal. A Ilha Grande é local de acentuada

especulação imobiliária, com praias semi ou completamente particulares, com restrição de acesso aos pescadores que antes moravam ali.

Em contrapartida, no município de Paraty observa-se uma pesca artesanal aparentemente mais intensa e com maior grau de dependência dos pescadores a esta atividade. Além disso, o município conta com a presença de algumas comunidades isoladas (Cajaíba, Sono, Ponta Negra, Ilha do Algodão, Ponta Grossa, Joatinga), onde a pesca é atividade principal - embora o turismo também se configure como importante fonte de renda.

Segundo o Censo realizado pelo Instituto de Pesca (2010), foram registrados 1.166 pescadores ativos em Angra dos Reis. Destes, a grande maioria possui entre 30 e 60 anos (85%), é casada (82%) e possui ensino fundamental incompleto (82%) (**Tabela II.5.3.13.4-1**). Possuem casa própria (90%), com fornecimento de água tratada (74%), energia elétrica (100%), com acesso à rede de coleta de esgoto (69%) e à rede de coleta de lixo (100%).

Quase a totalidade dos pescadores (97%) declarou viver exclusivamente da atividade pesqueira sendo que 67% declararam uma renda mensal variando entre dois e três salários mínimos e 26% entre um e dois salários. Uma grande parcela comercializa o pescado capturado através de intermediários (77%) enquanto 23% o vendem de forma individual. O escoamento da produção ocorre principalmente através de indústrias pesqueiras, de peixarias locais e de intermediários (96%), sendo que apenas 2% declararam pescar para consumo próprio e 2% vender diretamente ao turista.

**Tabela II.5.3.13.4-1** – Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Angra dos Reis.

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	5,1%	Ensino Médio Completo	5,1%	Alugada	10,3%
Casado	82,1%	Ensino Médio Incompleto	5,1%	Própria	89,7%
Solteiro	12,8%	Fundamental Completo	7,7%		
		Fundamental Incompleto	82,1%		

Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	2,6%	18-30	10,3%	0-50	2,6%
1 a 2 salários	25,6%	30-60	84,6%	100	97,4%
2 a 3 salários	66,7%	>60	5,1%		
3 a 5 salários	2,6%				
> 5 salários	2,6%				
Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Individual	22,7%	Consumo	1,9%	Cachoeira	23,1%
Intermediário	77,3%	Indústria	14,8%	Tratada	74,4%
		Intermediário	57,4%	Tratada e Cachoeira	2,6%
		Peixaria	24,1%		
		Turista	1,9%		
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
Convencional	100,0%	Fossa	28,2%	Rede de coleta	97,4%
		Rede de coleta	69,2%	Seletiva	2,6%
		Rede de coleta e fossa	2,6%		

Fonte: Instituto de Pesca (2010)

Em 2010, no município de Paraty, foram registrados 454 pescadores ativos. Destes, 74% possuem entre 30 e 60 anos, são casados (41%) ou amasiados (32%) e possuem ensino fundamental incompleto (75%) (**Tabela II.5.3.13.4-2**).

Uma boa parcela dos pescadores mora em residência própria (84%) com fornecimento de água tratada (49%) ou com água provinda de cachoeiras (48%). O município de Paraty se diferencia pelo índice mais alto de casas abastecidas através de energia solar (24%) quando comparada com os demais municípios do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro, embora a maioria das residências ainda utilize a rede elétrica convencional (58%) ou dependam de geradores (15%). Grande parte das residências possui fossa séptica (90%) e 65% têm acesso à rede de coleta de lixo do município.

Uma boa parte dos pescadores (64%) declarou ser a pesca sua única atividade geradora de renda, enquanto 31% informaram que mais de 50% de sua renda provém desta atividade. Os pescadores de Paraty complementam sua renda mensal com a prestação de serviços gerais, o turismo, a construção civil e trabalhando como caseiro.

Em relação à renda mensal dos pescadores, 36% informaram receber entre dois e três salários mínimos, 35% entre um e dois salários e 5% recebem menos

de um salário. Uma grande parcela comercializa seu pescado através de intermediários (90%) enquanto apenas 10% vendem sua captura de forma individual. O escoamento da produção ocorre através de peixarias locais, de intermediários ou da venda direta aos turistas para 91% dos pescadores, sendo que 9% declararam pescar para suprir suas próprias necessidades.

**Tabela II.5.3.13.4-2 – Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Paraty.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
Amasiado	32,1%	NI	5,0%	NI	1,2%
Casado	40,7%	Analfabeto	15,0%	Alugada	9,9%
Separado	3,7%	Ensino Médio Completo	1,3%	Emprestada	3,7%
Solteiro	23,5%	Fundamental Completo	2,5%	Parente	1,2%
		Fundamental Incompleto	75,0%	Própria	84,0%
		Superior Incompleto	1,3%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	9,9%	NI	1,3%	NI	2,5%
< 1 salário	4,9%	0-18	3,8%	0-50	2,5%
1 a 2 salários	34,6%	18-30	10,0%	50-99	31,3%
2 a 3 salários	35,8%	30-60	73,8%	100	63,8%
3 a 5 salários	8,6%	>60	11,3%		
> 5 salários	6,2%				
Forma De Comercialização		Formas De Escoamento		Água	
Individual	10,0%	Consumo	8,8%	NI	1,3%
Intermediário	90,0%	Intermediário	12,7%	Cachoeira	47,5%
		Peixaria	70,6%	Cisterna	1,3%
		Turista	7,8%	Tratada	48,8%
				Tratada e Cachoeira	1,3%
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
Convencional	57,5%	NI	2,5%	NI	1,3%
Gerador	15,0%	Fossa	90,0%	Rede de coleta	57,5%
Sem	3,8%	Rede de coleta	3,8%	Rede de coleta e Seletiva	3,8%
Solar	23,8%	Sem	3,8%	Seletiva	3,8%
				Sem	33,8%

Fonte: Instituto de Pesca (2010)

### c) A atividade pesqueira

Nesse item são apresentadas informações sobre as áreas de pesca (pesqueiros) identificadas, a produção pesqueira, as formas de comercialização e destinação do pescado e os Acordos de Pesca existentes em algumas áreas.

Em 2005, Angra dos Reis era composta por 74 unidades produtivas da pesca artesanal; no censo de 2010 acusou a presença de 212 embarcações no município (INSTITUTO DE PESCA, 2011). É importante ressaltar a distinção entre dois tipos de frota, no que concerne às dimensões, áreas de atuação e locais de desembarque.

A frota artesanal é composta basicamente por barcos, botes e canoas (estima-se que estas constituem a metade desta frota), com até 9 m que atuam na Baía de Ilha Grande com arrasto pequeno (simples ou duplo), redes de cerco, emalhe e linha de mão, compondo cerca de 40% do total da frota local. O outro tipo de frota, com maior mobilidade, embarcações de até 18 m, motores de mais de 100 HP e conservação de pescado em gelo, opera com redes de cerco para sardinha entre o litoral Norte de São Paulo e Cabo Frio. As traineiras de Angra dos Reis possuem pequeno porte em comparação àquelas de Santos e do Rio de Janeiro, limitando sua operação à Baía de Ilha Grande e arredores, em áreas de até 50 m de profundidade. Entretanto, foi reconhecida a operação nas cercanias da Ilha do Montão de Trigo, litoral Norte paulista (INSTITUTO DE PESCA, 2011).

As técnicas de pesca empregadas no município de Angra dos Reis são: arpão, linha, arrasto de praia, arrasto, bate-poita, cerco flutuante, cerco de mergulho, corrico, espera, rede e zangarelho. Para os moradores do bairro Perequê, local reconhecido por ser formado principalmente por pescadores, a espera é o tipo de pesca comum, enquanto que em Mambucaba se destaca o mergulho (livre ou com cilindro) (BEGOSSI, 2009).

Na comunidade Frade os pescadores mais antigos ainda continuam a pescar utilizando principalmente canoas e tendo como instrumento a linha. Esta também é utilizada em Vila Velha, com adaptações, como o uso do zangarelho, para a captura de lulas. Em Ponta Leste os pescadores utilizam o cerco flutuante,



especialmente para a captura de cavalas, enquanto que em Garatuaia a rede de espera é o método mais usado.

Na Ilha Grande as técnicas de pesca não diferem das demais usadas na região, com predominância do uso de anzol e linha, rede de espera, cerco flutuante ou somente a rede. O arrasto destaca-se, já que na ilha há algumas comunidades bastante voltadas para a captura do camarão. Na comunidade de Abraão e no Saco do Céu a linha e a rede de espera são os métodos de pesca predominantes.

Na comunidade de Bananal destaca-se como método predominante de pesca a linha, embora a corvina seja preferencialmente capturada no lance de rede (cerco com o barco) e o camarão apenas com o arrasto.

Nas demais comunidades têm os seguintes tipos de pesca: em Matariz, a linha e a rede; em Sítio Forte e Maguariqueçaba, a linha, sendo que há o emprego do zangarelho no caso da lula; na Praia Longa, a linha; em Araçatiba a linha predomina entre os métodos de pesca, mas no local há ainda cercos flutuantes para a captura de enchova e espada; na Praia Vermelha, a linha e o zangarelho; em Provetá, a linha e o cerco, embora a rede também possa ser utilizada de diversas formas para a captura de enchova, xaréu e xarelete; no Aventureiro a rede é utilizada para a captura da cavala, mas só é empregada em dias de mar calmo, pois a praia é voltada para o mar aberto; em Dois Rios prevalece o cerco flutuante, embora a linha seja também bastante utilizada para a captura, principalmente da garoupa; finalmente, em Palmas a rede de espera é utilizada para todos os peixes, embora a enchova também possa ser capturada com o uso da linha.

Na Ilha da Gipóia destaca-se o uso predominante da pesca de linha ou de linha com zangarelho para captura da lula, além do uso de redes.

O **Quadro II.5.3.13.4-3** apresenta uma sinopse das informações acima permitindo observar que as modalidades de pesca mais praticadas em Angra dos Reis são a linha e a rede de espera.

**Quadro II.5.3.13.4-3 – Modalidades de pesca – comunidades do município de Angra dos Reis**

Comunidades de Angra dos Reis	Rede de espera	Mergulho (livre ou com cilindro)	Linha	Zangarelho	Cerco flutuante	Lance de rede	Arrasto
Bairro Perequê	x						
Mambucaba		x					
Frade			x				
Vila Velha			x	x			
Ponta Leste					x		
Garatuaia	x						
Abraão	x		x				
Saco do Céu	x		x				
Bananal			x			x	x
Matariz	x		x				
Sítio Forte			x	x			
Maguariqueçaba			x	x			
Praia Longa			x				
Araçatiba			x		x		
Praia Vermelha			x	x			
Provetá	x		x		x		
Aventureiro	x						
Dois Rios			x		x		
Palmas	x		x				
Ilha da Gípóia	x		x	x			

Fonte: Begossi, 2009

Com relação à frota pesqueira do município de Paraty, ela é essencialmente artesanal, está composta por botes (cabinados ou não), que representam 74,4% do total registrado, seguido pelas canoas (de até 8 m), com 23,1% (INSTITUTO DE PESCA, 2011); e, atua principalmente no interior da Baía de Ilha Grande.

A pesca de emalhe é a mais praticada em todo o município. Contudo, a atividade que apresenta maior volume de produção é a pesca de arrasto-deportas, orientada para a captura de camarões (sete-barbas, rosa ou branco) e que captura também diversas espécies de peixes demersais. Em meses mais quentes também são utilizados espinhéis de superfície para a captura do dourado (*Coryphaena hippurus*) (AVILA-DA-SILVA & VIANNA, op. cit.).

Como complemento, também é praticada a pesca com linhas de mão e com cerco flutuante. O número total de embarcações em 2010 era de 240, sendo 80% menores que 9 m, e apenas 1% acima de 12 m; e 49% com motores de até 25 HP. As embarcações da costa Norte do município operam com emalhe, arrasto e linha de mão e as do Sul principalmente com emalhe, cerco flutuante e linha de mão.

Na Praia do Sono, o método predominante de captura é o cerco flutuante, sendo seguido pela rede, especialmente de espera; na Ponta Negra destaca-se o cerco flutuante, seguido pela rede de espera e pela linha, esta última especialmente para a captura de garoupas.

Em Cajaíba - Pouso, Praia Grande e Martim de Sá, o cerco e o uso da linha se destacam; no Saco do Mamanguá – Baixios e Cruzeiros - a rede é o método de pesca predominante, seja como rede de espera ou no lance associado ao bate-bate, especialmente utilizado para a captura de peixes pelágicos como corvina e parati; em Paraty-Mirim, os métodos de captura mais empregados são o mergulho (badejo e garoupa), a rede (corvina e parati) e a rede de espera para o parati; na Ilha do Algodão, as técnicas de captura utilizadas são múltiplas, mas destacam-se especialmente a linha e o mergulho, métodos mais adequados às espécies de interesse; em Ponta Grossa a rede de espera, o lance ou o lance associado com o bate-bate ou bate-poita; na Ilha do Araújo a rede de espera é a tecnologia predominante de pesca; na Praia Grande, os métodos de captura são basicamente a rede, a rede de espera e o arrasto para camarão, o espinhel e o mergulho; em São Gonçalo a rede e o cerco do cardume quando avistado (lance) são utilizados; e em Tarituba os pescadores associam dois métodos tradicionais, o cerco do cardume com o lance de rede e o mergulho.

Com relação aos bairros centrais de Paraty, o arrasto é o principal método utilizado, visto que na área predomina a pesca do camarão.

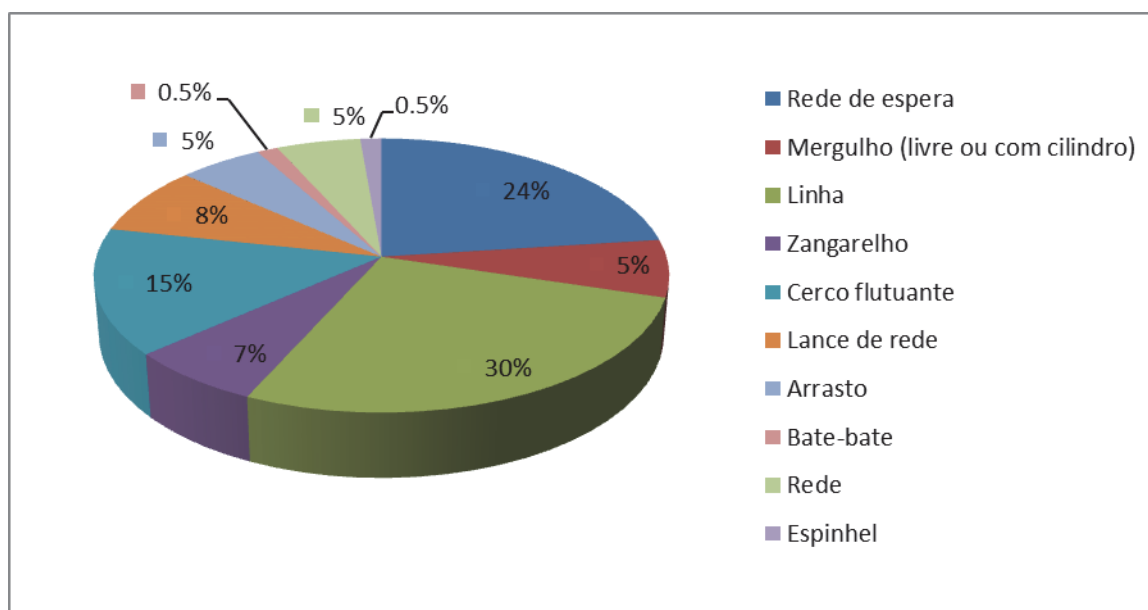
O **Quadro II.5.3.13.4-4** apresenta uma sinopse das informações acima permitindo observar que a rede de espera e o cerco flutuante são as modalidades de pesca mais praticada no município de Paraty:

**Quadro II.5.3.13.4-4 – Modalidades de pesca – comunidades do Município de Paraty**

Comunidades	Rede de espera	Mergulho (livre ou com cilindro)	Linha	Cerco flutuante	Lance de rede	Arrasto	Bate-bate	Rede	Espinhel
Praia do Sono	x			x					
Ponta Negra	x		x	x					
Cajaíba - Pouso			x	x					
Praia Grande			x	x					
Martim de Sá			x	x					
Saco do Mamanguá - Baixios	x				x			x	
Cruzeiros	x				x				
Paraty-Mirim	x	x							
Ilha do Algodão		x	x						
Ponta Grossa	x				x		x		
Ilha do Araújo	x					x		x	
Praia Grande	x	x				x		x	x
São Gonçalo				x	x			x	
Tarituba		x		x	x				
Bairros centrais de Paraty						x			

Fonte: Begossi, 2009

De acordo com a **Figura II.5.3.13.4-1**, referente as modalidades de pesca praticada nas comunidades da Baía de Ilha Grande, destaca-se que a linha seguida do cerco flutuante são as mais praticadas.



Fonte: Begossi, 2009

**Figura II.5.3.13.4-1** – Distribuição das modalidades de pesca nas comunidades da Baía de Ilha Grande

#### **d) Áreas de Pesca (pesqueiros)**

Os principais pesqueiros aqui apresentados estão registrados no estudo de Begossi (*op.cit.*) desenvolvido através de pesquisa direta junto a 34 comunidades de pescadores artesanais na Baía da Ilha Grande. As áreas de pesca incluem pesqueiros e pontos de pesca (microáreas dentro dos pesqueiros). Os pesqueiros são em geral usados de forma exclusiva por indivíduos ou comunidades (BEGOSSI, 2004).

O **Quadro II.5.3.13.4-5** e o **Quadro II.5.3.13.4-6** apresentam os pesqueiros usados preferencialmente pelas comunidades identificadas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, respectivamente.

**Quadro II.5.3.13.4-5 -Pesqueiros identificados no município de Angra dos Reis/RJ.**

<b>Angra dos Reis</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Identificação de Pesqueiros</b>
Perequê	Laje Velha
Mambucaba	Ilha Algodão/Ilha Sandri
Frade	Bracuí/Ilha da Gipóia
Vila Velha	Ilha Araçatiba
Ponta Leste	TEBIG
Garatucaia	Ilha Sororoca
<b>Ilha da Gipóia e Ilha Grande</b>	
<b>Comunidades</b>	<b>Identificação de Pesqueiros</b>
Ilha da Gipóia	Parcel/Lage do Coronel
Abraão	Ilha/Baía Pau a Pino
Saco do Céu	Ilha/Baía Pau a Pino
Japariz	Abraão/Porto Gelo /Verolme
Bananal	Baía/Ponta do Acaiá/Bananal
Matariz	Laje/Parcel do Pendão
Praia Longa	Laje Branca
Araçatiba	Laje Branca
Praia Vermelha	Saco da Baleia
Provetá	Ilha/Parcel dos Meros
Aventureiro	Costão do Drago/Aventureiro
Dois Rios	Ponte do Exótico
Palmas	Palmas

Fonte: Begossi, 2009.

**Quadro II.5.3.13.4-6 – Pesqueiros identificados no município de Paraty (RJ).**

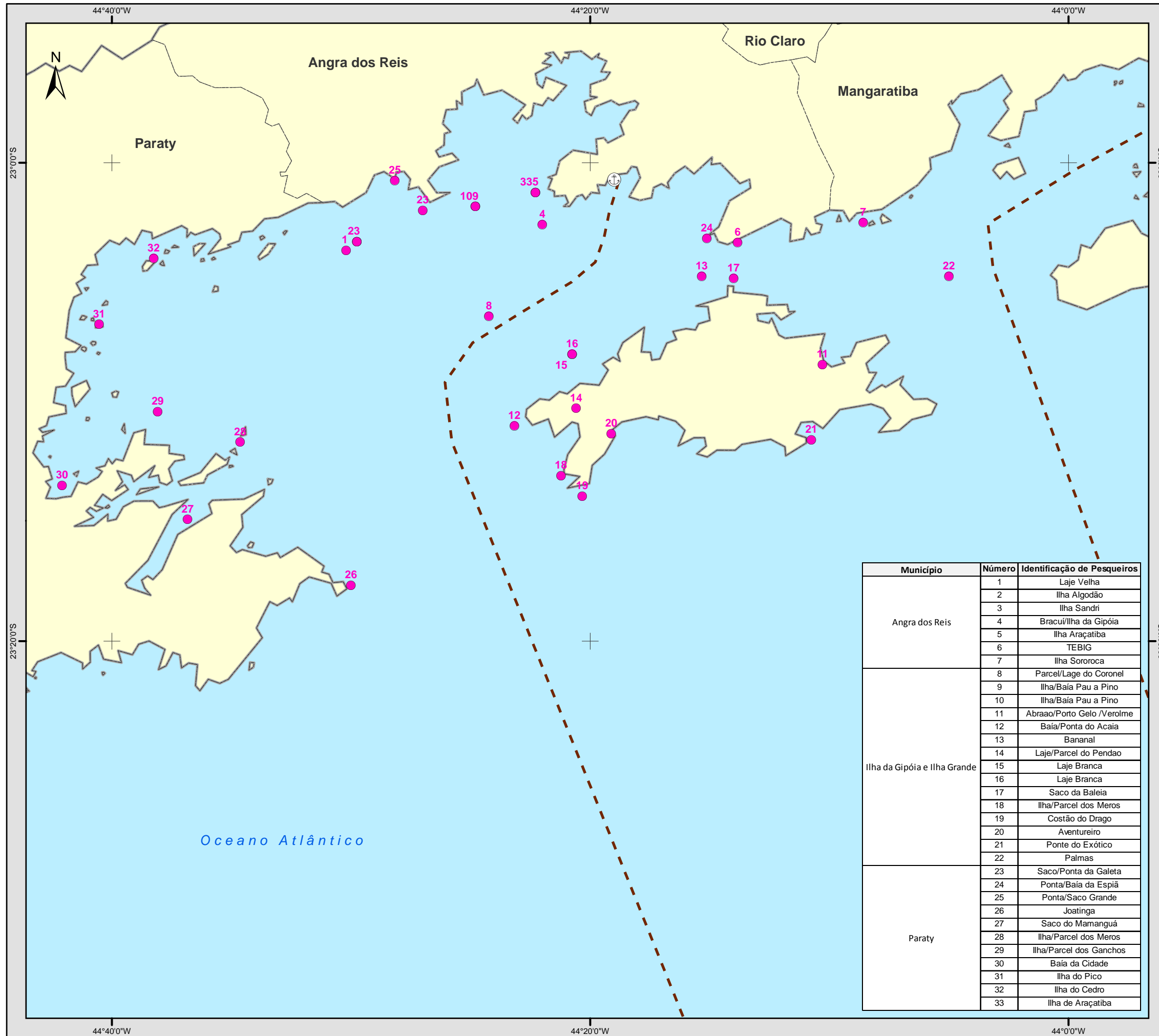
Comunidades	Identificação de Pesqueiros
Trindade	Saco/Ponta da Galeta
Praia do Sono	Ponta/Baía da Espia
Ponta Negra	Ponta/Saco Grande
Cajaíba/Pouso	Joatinga
Saco do Mamanguá (Cruzeiro e Baixios)	Saco do Mamanguá
Ilha do Algodão	Ilha/Parcel dos Meros
Ponta Grossa	Ilha/Parcel dos Ganchos
Paraty (Corumbé, Parque Imperial, Mangueira, Chácara, Pontal, Jabaquara, Ilha das Cobras)	Baía da Cidade
Ilha do Araújo	Baía da Cidade
Praia Grande	Ilha do Pico
São Gonçalo	Ilha do Cedro
Tarituba	Ilha de Araçatiba

Fonte: Begossi, 2009.

A **Figura II.5.3.13.4-2** apresenta os principais pesqueiros usados na pesca artesanal na Baía de Ilha Grande.







**Legenda Temática**

- Pesqueiros

**Convenções do Mapa**

- - - Rota das embarcações de apoio

**Bases de Apoio**

- ⊕ Marítimo

**Convenções Cartográficas**

- - - Limite Municipal

**Localização Geral**

**Referências utilizadas:**

- Palhano, Nair. Pesquisa de Campo realizada para licenciamento ambiental do Terminal Portuário na Baía da Ilha Grande, 2008;
- Limites Municipais (IBGE, 2005);
- Unidades Federais (IBGE, 2005).

Município	Número	Identificação de Pesqueiros
Angra dos Reis	1	Laje Velha
	2	Ilha Algodão
	3	Ilha Sandri
	4	Bracuí/Ilha da Gipóia
	5	Ilha Araçatiba
	6	TEBIG
	7	Ilha Sororoca
Ilha da Gipóia e Ilha Grande	8	Parcel/Lage do Coronel
	9	Ilha/Baía Pau a Pino
	10	Ilha/Baía Pau a Pino
	11	Abraão/Porto Gelo /Verolme
	12	Baía/Ponta do Acaia
	13	Bananal
	14	Laje/Parcel do Pendão
	15	Laje Branca
	16	Laje Branca
	17	Saco da Baleia
	18	Ilha/Parcel dos Meros
Paraty	19	Costão do Drago
	20	Aventureiro
	21	Ponte do Exótico
	22	Palmas
	23	Saco/Ponta da Galeta
	24	Ponta/Baía da Espiã
	25	Ponta/Saco Grande
	26	Joatinga
	27	Saco do Mamangá
	28	Ilha/Parcel dos Meros
	29	Ilha/Parcel dos Ganchos
	30	Baía da Cidade
	31	Ilha do Pico
	32	Ilha do Cedro
	33	Ilha de Araçatiba

0 5 10 km

Projeção Geográfica  
Datum SIRGAS 2000

**IBR PETROBRAS** **MINERAL**  
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**PRINCIPAIS PESQUEIROS IDENTIFICADOS NA BAÍA DE ILHA GRANDE**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	II.5.3.13.4-2	1:300.000	0



### e) Produção Pesqueira

O município de Angra dos Reis responde, atualmente, por 85 a 90% das capturas de sardinha-verdadeira do estado (PETROBRAS/ICF, 2012). Com relação à produção municipal, a captura dos camarões rosa, branco e sete-barbas soma 25%, e as espécies demersais, como castanha, corvina e pescadas, chega a 30%. Aqui a Baía da Ilha Grande, enquanto área protegida funciona como criadouro para o camarão rosa e outras espécies demersais, abrigando inclusive concentrações significativas de sardinhas e outros pequenos pelágicos.

Essa região favorece a atividade da frota artesanal, atuando basicamente nas pescarias de cerco e arrasto. Ao Sul da Ilha Grande ocorre o fenômeno da ressurgência (aflorescimento de corrente de águas frias e ricas em nutrientes), o que contribui para tornar o ambiente adequado à concentração de cardumes de sardinha-verdadeira; condição que parece ter sido determinante para explicar a manutenção de captura da espécie, ao contrário das demais regiões do estado do Rio de Janeiro, onde a atividade pesqueira sugere o declínio do estoque da sardinha (PETROBRAS/ICF, 2012).

Embora possua cerca de 250 km de costa, a pesca é uma atividade de pequeno peso na economia do município de Angra dos Reis, representando menos de 1% (PETROBRAS/ICF, 2012); ainda assim, além das espécies comuns à pesca de arrasto e de emalhe (peixes, moluscos e crustáceos), sazonalmente a pesca de sardinha (*Sardinella brasiliensis*), com embarcações de cerco, promove desembarques consideráveis, alcançando entre 50 e 90% das descargas anuais de pescado do município (AVILA-DA-SILVA & VIANNA, 2009).

Com menor importância, tem-se a pesca com arrasto-de-portas, voltada ao camarão-rosa (*Farfantepenaeus* spp.) e peixes demersais. Outras espécies frequentes nos desembarques foram a savelha (*Brevoortia* sp.), carapau (*Caranx* spp.), porquinho (*Balistes capriscus*), manjubas, palombeta e goete.

Em 2009 a produção pesqueira de Angra na área oceânica foi maior em outubro (433 t), e em 2010 houve queda marcante (34 t em junho), o que indica um deslocamento da principal espécie alvo da pesca (sardinha) para maiores

profundidades, fora da área de atuação desta frota (INSTITUTO DE PESCA, 2010).

A produção pesqueira apresentou maiores valores em outubro (pouco acima de 14 mil t), em função dos desembarques de sardinha, gerando receita de mais de R\$ 11 milhões (INSTITUTO DE PESCA, *op. cit.*). Em termos comparativos, o cerco flutuante e o cerco de sardinha apresentaram as melhores produções por unidade produtiva (acima de 10 kg por unidade produtiva).

Tendo em vista a receita/unidade produtiva, o cerco de sardinha foi a arte de pesca que apresentou o melhor resultado (R\$ 185,70 x 103/unidade produtiva) no período, seguida pelo cerco flutuante e pelo emalhe. Neste contexto, o arrasto simples apresentou o pior resultado (pouco acima de R\$ 100 por unidade produtiva) (INSTITUTO DE PESCA, *op. cit.*).

Os desembarques ocorrem basicamente em quatro locais, todos no centro do município: o Cais da Lapa, que apresenta uma estrutura mais organizada (possui fábrica de gelo), no qual o pescado, após pesado, é encaminhado para a indústria; o Cais da Cooperativa (possui postos de abastecimento); o Cais de Santa Luzia (também possui postos de abastecimento) e o Cais do Odaka (possui fábrica de gelo). Nestes, o pescado é em geral descarregado direto para caminhões, seguindo para os mercados do Rio e de São Paulo.

Destaca-se que as maiores embarcações pesqueiras provenientes da Ilha Grande também podem acessar estes terminais e que as embarcações de menor porte que atuam junto à Ilha Grande concentram desembarques na Vila de Abraão, onde intermediários levam o pescado ao continente. Cabe destacar que nesse caso os dados são agrupados para pesca artesanal e industrial, não sendo possível dissociá-los. Ocorrem também desembarques em diversas praias, sendo os mais importantes no Rio Mambucaba e na Praia Vermelha. Como nesses locais a estrutura é precária, o pescado é desembarcado e armazenado em freezers nas próprias casas dos pescadores (INSTITUTO DE PESCA, *op. cit.*).

Segundo Soares (2009), 712 pescadores artesanais estavam distribuídos na pesca artesanal do município em 2008/2009. O censo realizado em 2010 indicou que este número foi ampliado para 1.166, dos quais a quase totalidade tem a atividade de pesca como renda exclusiva, com salários variando de um a dois

salários mínimos. O pescado, em sua maioria (77%), é comercializado por intermediários com escoamento dirigido basicamente a peixarias e indústrias (INSTITUTO DE PESCA, *op. cit.*).

O município de Paraty possui uma costa litorânea recortada, com a extensão aproximada de 180 km, com diversas enseadas e ilhas com circulação reduzida de correntes e fundos constituídos por areias lamosas. Aqui se destaca o Saco de Mamanguá, uma reentrância na costa com cerca de 8 km de extensão e até 1 km de largura e de baixa profundidade, ao fundo do qual se encontra um grande manguezal, de importância capital como berçário para a fauna marinha e, conseqüentemente, para a pesca costeira. Destaca-se que este manguezal encontra-se inserido dentro de uma unidade de conservação.

Ao Sul do município, próximo à divisa com o estado de São Paulo, a Serra do Mar atinge o oceano, em um ambiente propício para a pesca de espinhel e de linha de mão. Na parte mais ao Norte, entre a cidade de Paraty e as proximidades da cidade de Angra dos Reis, a serra se afasta do mar, formando uma planície com presença de manguezais. Segundo Mussolini (1980), foram essas as condições, aliadas ao relativo isolamento das comunidades antes da construção das rodovias litorâneas, que permitiram o estabelecimento dos povoados caiçaras.

As espécies mais frequentes nos desembarques são camarão sete-barbas, camarão legítimo, dourado, carapau (*Caranx spp.*), espada (*Trichirus lepturus*), lula (*Loligo plei*) e corvina (*Micropogonias furnieri*) (AVILA-DA-SILVA & VIANNA, 2009). Entre as espécies de peixe, as de maior valor são os robalos (*Centropomus spp.*). No Saco de Mamanguá é bastante ativa a exploração de moluscos bivalves, normalmente realizada pelas mulheres.

Os desembarques pesqueiros ocorrem, principalmente, em oito locais: Cais da Boa Vista, Ilha das Cobras, Cais da Praia Grande, Cais de Tarituba, Cais do Corumbê, Cais de Paraty, Marina Imperial e Rio Matheus Nunes, dos quais cinco possuem maior importância. Nos Cais da Ilha das Cobras e da Boa Vista e no Rio Matheus Nunes, os principais desembarques decorrem da pesca de arrasto-deportas, com produção proveniente do lado Oeste da Baía de Ilha Grande. Essa produção é pesada no cais e transportada em gelo, em caminhões, para

comercialização, principalmente, nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. No Cais da Ilha das Cobras há concentração de embarcações de 6 até 12 m, podendo ocorrer desembarques das mesmas embarcações em Tarituba e Praia Grande.

Na costa Norte a produção é desembarcada na Ilha de Corumbê, Ilha do Araújo, Rio São Gonçalo (onde existe rancho de apoio para permanência de embarcações e pequenos consertos) e Tarituba (ranchos na praia), para consumo nas próprias comunidades e restaurantes. Quando a produção é maior, o desembarque é feito no cais da Ilha das Cobras. O desembarque do pescado vindo das praias da parte Sul, quando em pequeno volume, ocorre nas próprias praias, atendendo ao mercado local dinamizado pelo turismo. Quando em maior quantidade, são transportados para o Cais da Ilha das Cobras (INSTITUTO DE PESCA, *op. cit.*).

A produção pesqueira do município de Paraty varia sazonalmente. Entre novembro e dezembro de 2010 registrou em torno de 50 t, com receita de cerca de R\$ 280 mil (Instituto de Pesca, *op. cit.*). O cerco flutuante foi a técnica de pesca mais rentável no município, seguido pelo arrasto simples. Em contrapartida linha de mão como a técnica menos rentável (INSTITUTO DE PESCA, *op. cit.*).

#### **f) Destinação do pescado**

Segundo Bogossi (*op.cit.*), em Angra dos Reis a venda do pescado inclui, além de bares, turistas e moradores, o Mercado de Peixe (Angra) e em particular, cinco peixarias: Carlinhos, Frade, Luis (Frade), Perequê (Perequê) e Apóstolo. Nas ilhas da Gipóia e Grande a venda de pescado para pousadas, restaurantes e turistas, bem como para um ou mais atravessadores de Angra são as formas mais importantes de comercializar o pescado obtido de forma artesanal. Em Paraty, a venda do pescado tende a ocorrer diretamente para moradores, bares, restaurantes, turistas, lanchas e peixarias. As peixarias mais citadas na pesquisa de referência foram: a peixaria do Miguel, “Sabor do Mar”, seguida da peixaria do Sinésio, na Praia Grande, e a peixaria do Wagner, “Nazaré”.

Nas cidades de Paraty e Angra dos Reis os entrepostos que funcionam para adquirir o escoamento da produção do pescado não foram absorvidos pelos restaurantes locais, pousadas e turistas de Paraty e da Ilha Grande. Paraty recebe o pescado da região Sul, ou seja, de Tarituba a Trindade, enquanto Angra dos Reis recebe a extração de pescado da área Norte, ou seja, da Ilha Grande e também das comunidades de Angra dos Reis.

Bogossi (2009) também entrevistou 282 pessoas em Angra dos Reis e 454 em Paraty para identificar o destino do pescado (consumo e comercialização), obtendo os seguintes resultados:

- **Consumo do pescado:** em Angra dos Reis, em toda a região da Baía de Ilha Grande, predomina o consumo da cavala, seguido da corvina, da garoupa, da pescada/pescadinha e da enchova. A cavala, a pescada ou pescadinha, a corvina e a garoupa são os pescados mais consumidos em Paraty. Isso significa que, ao desembarcar com pescado, o pescador artesanal tende a preferir ou a separar essas espécies, ou parte dessas espécies provenientes da atividade de pesca, para o consumo.
- **Comercialização do pescado:** em Angra dos Reis, os pescados mais comercializados são: a cavala, o robalo, o camarão, a corvina e a garoupa. Em Paraty destacam-se como os mais vendidos: robalo, camarão, cavala e garoupa.

#### g) Organização dos Pescadores

Na região da Baía da Ilha Grande, além das Associações de Moradores presentes em praticamente todas as comunidades, os pescadores são filiados às seguintes entidades (**Quadro II.5.3.13.4-7**).

**Quadro II.5.3.13.4-7 - Entidades cujos pescadores são filiados em Angra dos Reis e Paraty.**

<b>Município de Angra dos Reis</b>
Colônia de Pescadores Artesanais de Rio Claro e Angra dos Reis Z-17 – 1.444 pescadores artesanais cadastrados
Associação de Pescadores Profissionais e Amadores do 4º Distrito (Mambucaba ao Frade)
Associação de Pescadores Artesanais da Ilha Grande
AMBIG – Associação de Maricultores da Baía da Ilha Grande
COOPEMAR – Cooperativa de Maricultores de Angra dos Reis
<b>Município de Paraty</b>
Colônia de Pescadores Z-18 – 980 pescadores cadastrados.

Fonte: Palhano, Nair, Pesquisa de Campo realizada para licenciamento ambiental de Terminal Portuário, 2008.

Obs. as informações referentes à Colônia de Pescadores do município de Angra dos Reis e Paraty foram atualizadas mediante pesquisa direta através de ofício à Colônia de Pescadores.

**K) Baía de Sepetiba**

A Baía de Sepetiba é um importante ecossistema aquático, vital no ciclo inicial de diversas espécies de peixes e crustáceos (COSTA, 1992), limitado a Oeste por um sistema de ilhas (Guaíba, Itacuruçá, Jaguanum, Martins, entre outras) e alimentado pelas águas oceânicas através de diversos canais.

Considerada uma laguna costeira, a Baía de Sepetiba é separada do mar pela Restinga de Marambaia, onde a troca de águas ocorre através de um canal largo e profundo entre a Ilha Grande e a Marambaia.

A Baía de Sepetiba é circundada pelos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba e apresenta uma área de aproximadamente 460 km<sup>2</sup>. Seu território é formado por parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Regiões Administrativas de Santa Cruz e Pedra de Guaratiba e pelos municípios de Itaguaí e Mangaratiba. A baía é um corpo de águas salinas e salobras, ligado ao oceano Atlântico por dois canais: o mais importante fica entre a ponta da restinga da Marambaia e a Ilha Grande, e o outro, fica na barra de Guaratiba.

Historicamente a Baía de Sepetiba tem sido marcada por um conjunto de questões ambientais que estão diretamente associadas à expansão das atividades econômicas naquela região, notadamente atividades industriais e



portuárias. A essa expansão corresponde um processo de urbanização crescente e uma forte pressão sobre a pesca.

A bacia hidrográfica que abastece a Baía de Sepetiba é formada por dez rios principais e pela contribuição do rio Paraíba do Sul que a abastece por transposição de bacia. Dos rios afluentes, o rio Guandu/canal de São Francisco é o mais importante. A maioria destes rios deságua na região mais interna da baía, caracterizando-a como uma região sob forte influência de água doce.

O encontro dos rios com as águas oceânicas que adentram a região da Baía de Sepetiba propicia a formação de extensos manguezais e várias áreas estuarinas, o que reforça a presença de diversas áreas em seu interior que são usadas para pesca.

A expansão do parque industrial e portuário na Baía de Sepetiba repercutiu ao longo do tempo de forma intensa na qualidade das águas de seus afluentes, principalmente no Rio Guandu. Contudo, a despeito dessa contaminação, a Baía de Sepetiba ainda abriga atividades pesqueiras relevantes no estado do Rio de Janeiro e de grande importância econômica para a população local. Nesse contexto, destaca-se também a utilização dos manguezais como fonte de sustento para comunidades extrativistas - a coleta de crustáceos e moluscos.

Se de um lado tem-se a expansão das atividades industriais e portuárias, de outro, esse território abriga áreas de grande potencial turístico, evidenciando a expansão de um novo mercado de trabalho, principalmente para os pescadores artesanais, que alternam sua antiga atividade com a prestação de serviços para esse setor. Essa mudança ocorre principalmente com a geração mais jovem das famílias de antigos pescadores, que optam pelas atividades vinculadas ao turismo como fonte de geração de renda. Nas últimas décadas, a exploração do turismo se tornou mais uma possibilidade de renda adicional ao sustento dos pescadores, seja na atividade de pesca embarcada ou pesca esportiva, seja em serviços fixos ou temporários em restaurantes e outras estruturas voltadas para o setor.

Além disso, na atualidade são evidentes os conflitos entre pescadores artesanais (pesca de cerco, linha e rede) e a pesca que utiliza técnicas modernas de captura (pesca de arrasto e, mais recentemente, cerco de cardumes de espécies pelágicas com a utilização de traineiras).

## I) Comunidades identificadas

Os pescadores da Baía de Sepetiba encontram-se dispersos em algumas comunidades situadas no continente e nas ilhas, conforme se pode observar no **Quadro II.5.3.13.4-8**.

**Quadro II.5.3.13.4-8 – Comunidades pesqueiras da Baía de Sepetiba.**

Municípios	Comunidades	Obs.
Rio de Janeiro	Pedra de Guaratiba	Deslocam-se pela área central da baía até a Marambaia para pescar no trecho entre Sepetiba e o porto de Itaguaí.
	Sepetiba	Pescam no trecho entre Sepetiba e a Ilha da Madeira, enquanto as embarcações maiores pescam na Marambaia.
	Santa Cruz	Bairro da Chatuba – pescam na “boca do rio” (Rio São Francisco) e em áreas próximas às margens da baía.
Itaguaí	Ilha da Madeira	Pescam no canal central da baía, na área que vai do Porto de Itaguaí até a Base Aérea.
	Coroa Grande	Os maricultores utilizam as áreas dos costões, ilhas e praias da Baía de Sepetiba, entre a Ilha da Madeira e Mangaratiba. Os pescadores atuam ao longo da área central da baía.
	Mariquita (Ponta da Mariquita)	Aqui todos os moradores (cerca de 20 domicílios) são descendentes de três famílias que ocupam a Mariquita desde tempos imemoriais.
	Ilha do Martins	Aqui vivem 120 pessoas e dentre elas alguns são pescadores.
	Ilha das Cabras e das Ostras	sem informação .
	Ilha de Itacuruçá	Quatiquara – aqui vivem 50 pessoas, a maioria, pescadores. Sapinoera – aqui vivem três famílias que alternam a pesca com outras atividades.
Mangaratiba	Centro de Mangaratiba (píer)	Pescam em toda a Baía de Sepetiba e Baía de Ilha Grande
	Praia Pequena do Sahy	Pescam ao longo da área costeira entre o rio Sahy e a foz do Rio Guandu.
	Muriqui	Pescam da Ponta de Mangaratiba até a área frontal da Base Aérea de Santa Cruz , na Ilha da Marambaia.
	Itacuruçá	Deslocam-se por toda a baía

Municípios	Comunidades	Obs.
	Ilha de Itacuruçá*	Gamboa – 500 famílias, alguns são pescadores.
		Flexeiras – 154 famílias, alguns são pescadores.
		Praia da Guarda sem informação
		Ilha Jardim sem informação
		Praia Grande – 90 famílias, a maioria de pescadores.
		Enseada Águas Lindas – aqui vivem 109 famílias, muitas são de pescadores.
	Ilha de Jaguanum	Aqui vivem cerca de 800 pescadores distribuídos por 14 praias, que utilizam pequenas canoas movidas a motor e traineiras de pequeno porte para a captura de camarão
	Ilha da Marambaia	379 moradores

Fonte: Palhano, Nair, Pesquisa de Campo realizada para elaboração de estudo ambiental licenciamento de Terminal de Minério na Ilha de Itacuruçá – 2011

Obs.: \*a Ilha de Itacuruçá pertence aos municípios de Itaguaí e Mangaratiba.



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

## h) Sobre Pescadores Artesanais Tradicionais

Tal como na Baía de Ilha Grande, é possível identificar na Baía de Sepetiba a presença, tanto de pescadores artesanais tradicionais, como de pescadores artesanais. Estima-se, porém, que a presença dos primeiros em comunidades litorâneas aconteça em proporções menores, tendo em vista as mudanças ocorridas nas últimas três décadas nas formas de ocupação e uso desse território (uso industrial, portuário, de turismo).

Tais mudanças findaram por pressionar essas populações, que tenderam a se deslocar para outras áreas, incluindo a sede dos municípios da Baía de Sepetiba. Nesse contexto, destaca-se como áreas marcadas pela tradicionalidade as ilhas de Jaguanum e Marambaia, ambas pertencentes ao município de Mangaratiba.

➤ **Ilha de Jaguanum** – nessa ilha vive uma população tradicional caiçara que tira o seu sustento da pesca. Os pescadores vivem distribuídos pelas 14 praias e utilizam pequenas canoas movidas a motor e traineiras de pequeno porte, para a captura de camarão. A população local, apesar do avanço do turismo na área, possui estreita relação com a atividade da pesca. Os pescadores de Jaguanum estão organizados em associações de moradores e de pescadores e na Colônia de Pescadores – Z-16. Possuem um forte vínculo social, principalmente em termos econômicos e, sobretudo no caso da pesca, com os moradores da Ilha da Marambaia. Os pescadores das duas ilhas usufruem o mesmo espaço de pesca desde o "tempo dos antigos" - eram frequentes os casamentos entre os moradores. As principais praias da Ilha de Jaguanum são: Pitangueiras – 200 m de extensão, Praia de Araçá - com extensão de 200 m, e Praia do Calhau.

➤ **Ilha da Marambaia** - a ilha e a restinga da Marambaia situam-se no litoral Sul fluminense, município de Mangaratiba, compreendendo 42 km de extensão, com início em Guaratiba, no município do Rio de Janeiro. Os pescadores se distribuem pelas praias: da Pescaria Velha, da Kaetana, da Cachoeira, do José, da Kutuca, Grande, do Cadim, Suja, do Sítio, do Caju, da Varjinha, da Armação e da Restinga. São aproximadamente 100 casas distribuídas nessas áreas,

organizadas por núcleos familiares. O acesso à Marambaia é feito por barco da Marinha, partindo de Itacuruçá diariamente pela manhã, ou por pequenas embarcações de pesca dos próprios moradores.

### **i) A atividade pesqueira**

Historicamente, a pesca na Baía de Sepetiba era uma das principais fontes de economia de seus moradores, tanto que na década de 40 do século passado o governo federal fundou a Escola de Pesca Darcy Vargas, em 19 de agosto de 1943, numa parte da ilha da Marambaia (Decreto-Lei nº 5.760). Essa escola teve papel fundamental na atividade pesqueira e na formação da mão de obra local. Nessa ilha funcionou, até 1970, uma fábrica de conservas para a produção de sardinhas e filés de cação e uma de fabricação de embarcações de pesca.

Contudo, como consequência da implantação de um parque industrial e da crescente densidade populacional nas zonas urbanas situadas nas proximidades da Baía nas últimas três décadas, vem ocorrendo o declínio progressivo da pesca, embora a Baía ainda seja considerada um local importante para atividade, no estado.

Além da expansão das atividades portuárias e industriais, a pressão sobre atividade pesqueira artesanal decorre também da ocorrência da pesca predatória na região, em parte responsável pelas mudanças nos estoques pesqueiros. Essa prática é realizada pelas próprias comunidades locais, mediante o uso inadequado de artes de pesca e de realização da atividade em áreas sensíveis de criadouros ou em épocas de defeso. Além disso, tem-se ainda a pesca realizada pelas frotas pesqueiras oriundas de São Paulo, Santa Catarina, Niterói e Angra dos Reis, que interfere na produção local e gera conflitos entre embarcações locais e frotas visitantes.

Na Baía de Sepetiba as artes de pesca se dividem em dois segmentos. As artes fixas, com maior ocorrência em Pedra de Guaratiba e na área da Restinga da Marambaia, são as estacadas ou currais presos ao fundo, em locais mais rasos. As artes de pesca móvel consistem na utilização de petrechos, sendo exigido o deslocamento para perseguir os cardumes. Neste tipo de pesca, a rede

de espera para peixes e arrasto de porta para captura do camarão são os petrechos mais utilizados, seguidos da rede de cerco e de aperto, linha de mão e espinhel.

Estima-se que a frota atuante, espalhada pelos núcleos de pescadores existentes na Baía de Sepetiba, esteja em torno de 300 embarcações, a maior parte operando na pesca de emalhe (BARROSO & WIEFELS, 2010). Em Pedra de Guaratiba/Praia do Coqueirinho tem-se a frota de pequeno porte (até 12 m de comprimento), com motorização até 120 HP, operando na pesca de arrasto de portas e no emalhe; em Sepetiba, observa-se a frota constituída em sua maioria por canoas com motorização de centro utilizadas na pesca de emalhe, bem como alguns arrasteiros, que operam na parte Centro-Sul da baía até as ilhas, com descargas ocorrendo na praia (PETROBRAS/ICF, 2012).

No município de Itaguaí a frota é predominantemente de pequeno porte (canoas de 4 a 9 m, e traineiras de até 12 m). Opera exclusivamente no interior da Baía de Sepetiba atuando, sobretudo, na pesca de emalhe (peixes demersais tais como as pescadas e corvinas). Os desembarques são realizados no cais da Praia de Fora, na praia onde se localiza a associação de pescadores (ambas na Ilha da Madeira) ou, ainda, no Terminal Pesqueiro de Coroa Grande (área mais interna da baía, coberta por manguezais, onde pescadores das proximidades coletam caranguejos e mariscos).

Em Mangaratiba, na parte continental de Itacuruçá existe comércio de pescado, que recebe o produto de núcleos de pescadores de localidades próximas da Praia de Itacuruçá, onde se localiza a Colônia de Pesca. Na Ilha de Itacuruçá existem alguns núcleos atuando, sobretudo, na pesca de camarão com redes e de emalhe para peixes, com embarcações motorizadas e “a remo”. Nas demais ilhas da região também se localizam alguns pequenos núcleos de pescadores. Em Muriqui foi construído, em abril de 2011, um entreposto de pesca que atende a cerca de cinquenta pescadores e criadores disseminados pelas praias da região e filiados à Associação dos Pescadores e Marisqueiros de Muriqui - APEMAM, que em sua grande maioria pratica a pesca de emalhe. Na Ilha da Marambaia, os pescadores que atuam a partir do píer da Ponta do Zumbi, operam embarcações de pequeno porte, em sua maioria não motorizada, com

pesca de emalhe, linha de mão e espinhel para peixes, tanto no lado interno (baía) como ao redor da Marambaia, onde também é realizada a pesca do cerco estaqueado (curral de pesca) (PETROBRAS/ICF, 2012).

As pescarias de cerco, de espera, de caceio, de rede caída e de linha de fundo são utilizadas na captura da corvina, tainha, espada, parati, pescadinha, cação, robalo, guaivira, entre outros. A pesca de arrasto é utilizada na pesca do camarão, apesar da proibição para este tipo de pescaria dentro da baía. A coleta é realizada por catadores de caranguejo. É importante destacar a presença da maricultura na baía, onde se encontram algumas fazendas marinhas de ostras e mexilhões (PETROBRAS/ICF, 2012).

Embora o estudo de Barroso & Wiefels (2010) apresente a estimativa de 300 embarcações para a composição da frota atuante na Baía de Sepetiba, uma pesquisa de campo (PALHANO, 2011) realizada em 2011, através de entrevistas junto às entidades de pesca ali atuantes e lideranças do setor, identificou uma frota composta por cerca de 1.560 embarcações, predominando as canoas e os caícos, seguidos dos barcos a motor entre 4-8 m e barcos a motor entre 8-12 m. Essa discrepância possivelmente decorre da dificuldade de contabilizar as pequenas embarcações (canoas e caícos) e também do caráter difuso das informações sobre a atividade pesqueira, o que dificulta a realização de um diagnóstico preciso sobre o setor. As informações decorrentes da pesquisa de campo citada destacam a significativa presença de canoas e caícos na composição da frota pesqueira, o que sugere a importância da pesca artesanal na região, principalmente na área de Guaratiba e Sepetiba.

O **Quadro II.5.3.13.4-9** apresenta o número estimado de embarcações em cada uma das entidades de pesca pesquisadas na Baía de Sepetiba.



**Quadro II.5.3.13.4-9 - Número de embarcações por tipo, atuantes na Baía de Sepetiba**

Entidade	Tipos de embarcações	Número estimado
Colônia de Pescadores Z-14 Guaratiba	Caíco	250
	Canoa	150
	Barco a motor (4 - 8 m)	50
	Barco a motor (8 - 12 m)	50
Colônia de Pescadores Z-16 Mangaratiba	Caíco	150
	Canoa	80
	Barco a motor (4 - 8 m)	50
	Barco a motor (maior de 12 m)	15
AMCOVERI- Associação dos Maricultores da Costa Verde	Lancha	5
	Caíco	10
	Canoa	3
	Barco a motor (4 - 8 m)	2
AMAR - Associação de Maricultores e Pescadores de Mangaratiba	Barco a motor (4 - 8 m)	50
	Caíco	150
	Barco a motor (6 - 12 m)	80
	Barco a motor (maior de 12 m)	30
APLIM- Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira – Itaguaí	Barco a motor (4 - 6 m)	35
	Caíco	20
	Canoa	30
	Barco a motor (6-10 m)	50
	Barco a motor (10-12 m)	10
	Barco a motor (>12 m)	5
APMIN – Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia	Barco a motor (4 - 6 m)	35
	Caíco	15
	Canoa	5
	Barco a motor (6-10 m)	4
	Barco a motor (10-12 m)	1
APAIM- Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira	Barco a motor (6 - 10 m)	20
	Caíco	20
	Canoa	10
APAS - Associação de Pescadores de Sepetiba	Barco a motor (4 - 8 m)	60
	Caíco	140
	Canoa	20
<b>Total</b>		<b>1605</b>

Fonte: Palhano, Nair, Pesquisa de Campo realizada para elaboração de estudo ambiental licenciamento de Terminal de Minério na Ilha de Itacuruçá – 2011

Obs.: destaca-se que o número estimado de embarcações foi obtido através de entrevista.

## j) Desembarque do pescado e áreas de pesca (pesqueiros)

A rotina de desembarque do pescado na Baía de Sepetiba ocorre nas próprias comunidades pesqueiras da região e os principais pontos de desembarque são:

- Pedra de Guaratiba - o desembarque ocorre na Praia da Capela, Amendoeira, Coqueirinho, Praça Pública e Ponta Grossa.
- Sepetiba – o desembarque ocorre na praia do centro, onde está localizada a APA. As embarcações atracam na Ilha do Tatu.
- Itaguaí – o desembarque ocorre na Ilha da Madeira. Nela existem três pontos de desembarque pesqueiro, uma peixaria e o cais da APLIM. Em Coroa Grande o desembarque ocorre em um grande píer, onde está situada a AMCOVERI, que também desembarca o pescado na Vila Geni. Na praia e no cais de Coroa Grande também desembarca o pescado proveniente dos filiados da APAIM.
- Mangaratiba/Itacuruçá – desembarque é feito na praia de Itacuruçá, que recebe o pescado proveniente das diversas ilhotas onde vivem pescadores, como Jaguanum. Quando esses pescadores não conseguem vender o peixe na própria comunidade, desembarcam em Itacuruçá. Os demais pontos de desembarque no município estão localizados em Muriqui, em Conceição de Jacareí e na sede municipal (no centro/AMAR), onde muitos pescadores de outras localidades, dentro e fora da Baía de Sepetiba, desembarcam o pescado. Destaca-se que no final da praia da sede municipal de Mangaratiba (centro) há também um pequeno ponto de desembarque, onde pescadores de Itacuruçá entregam o pescado aos atravessadores.

As áreas de pesca mais concorridas se localizam nas regiões próximas da Ilha do Martins, Ilha Jaguanum e Restinga da Marambaia. O **Quadro II.5.3.13.4-10** permite observar a distribuição de pesqueiros em toda a baía, segundo as entidades atuantes e o tipo de frota.

**Quadro II.5.3.13.4-10 - Áreas de Pesca, Identificação de Pesqueiros e Tipo de Pesca na Baía de Sepetiba.**

Entidades	Identificação de Pesqueiros	Capturas-Alvo	Tipo de Frota	Áreas de Pesca
Colônia de Pescadores Z-14 - Guaratiba	Canal do Meio, Canto da Praia, Pernambuco e Rio Vermelho.	Corvina, tainha, parati e camarão.	Barcos de Madeira com motor ou a remo (caicós, canoas, traineiras) entre 4 a 9 m.	Área central da baía até a Marambaia e entre Sepetiba e o porto (barcos menores)
Colônia de Pescadores Z-16 -Mangaratiba	Laje da Marambaia, Laje do Mero e Laje do Fundo.	Garoupa, corvina, pargo, anchova, corvina e cação.	Barcos de Madeira com motor ou a remo (caicós, canoas, traineiras) entre 8 a 12 m.	Em toda a baía e Ilha Grande
APLIM-Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira - Itaguaí	Rio Vermelho, Parati, Baía de Mangaratiba, Ilha da Marambaia, Ilha Grande e Saco da Pombeba.	Camarão, robalo, corvina, lula, baiacu.	Barcos de Madeira com motor ou a remo (traineiras e de arrasto) entre 4 a 7 m. Barcos de arrasto entre 4 e 10 m.	Canal central de navegação da baía, na área do porto de Itaguaí até a Base Aérea e proximidade das ilhas de Jaguanum e Itacuruçá.
AMACOR- Associação de Marisqueiras de Coroa Grande - Itaguaí	Praia do Recife (Angra), Manguezal de Mangaratiba, Manguezal de Itaguaí, Lagoa de Saquarema, Praia de Coroa Grande, Restinga da Marambaia, Costões de Mangaratiba.	Sururu, mexilhão e vôngole.	Barcos de Madeira com motor (traineiras) entre 8 a 15 m.	Maricultores coletam nos costões, ilhas e praias da baía entre a Ilha da Madeira e Mangaratiba. Nas pescas de cerco atuam na área central da baía.
AMAR - Associação de Maricultores e Pescadores de Mangaratiba	Ilha da Marambaia, Ilha Grande, Ilha da Guaíba, Ilha do Cutatá-Açu, Ilha do Cutatá Mirim e Baía de Mangaratiba.	Corvina, lula, baiacu, anchova, corvina, camarão, robalo, cultivo de coquille, ostra e	Barcos de Madeira com motor ou a remo (caicós, canoas, traineiras) entre 6 a 12 m.	Entre a Ilha de Itacuruçá e a Ponta de Mangaratiba.

Entidades	Identificação de Pesqueiros	Capturas-Alvo	Tipo de Frota	Áreas de Pesca
		mexilhão.		
APAS - Associação de Pescadores de Sepetiba	Pumbela, São Francisco, Rio Vermelho e Capão.	Camarão, piraúna, corvina, linguado, tainha, arraia.	Barcos de Madeira com motor ou a remo (caicós, canoas, traineiras) entre 4 a 9 m.	Trecho entre Sepetiba e Ilha da Madeira e as embarcações maiores pescam na Marambaia.
APAIM- Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira	Saco do Ilha da Madeira e Praia de Itacoatiara.	Corvina, camarão tainha e linguado.	Barcos de Madeira com motor ou a remo (caicós, canoas, traineiras) entre 4 a 12 m.	Próximo das ilhas de Jaguanum e Itacuruçá e ao largo da Ilha da Marambaia.
APMIM- Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia	Ilha da Marambaia, Praia da Costa, Baía de Mangaratiba e Ilha da Marambaia.	Polvo, corvina, garoupa, badejo, robalo, anchova, tainha, baiacu e lula.	Barcos de Madeira com motor ou a remo (caicós, canoas, traineiras) entre 4 a 12 m.	Ilha da Marambaia e entorno.
AMCOVERI- Associação dos Maricultores da Costa Verde	Ponta do Boi, Praia de Itacoatiara, Laje Branca, Saco da Pombeba.	Corvina, camarão, linguado, tainha, cultivo de ostra nativa e algas.	Barcos de Madeira com motor ou a remo (caicós, canoas, traineiras) entre 4 a 8 m.	As embarcações maiores pescam na Marambaia.

Fonte: Palhano, Nair, Pesquisa de Campo realizada para elaboração de estudo ambiental licenciamento de Terminal de Minério na Ilha de Itacuruçá – 2011



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

As principais espécies de valor comercial capturadas pelos pescadores na Baía de Sepetiba e seu entorno são: robalo, sardinha, bagre, caranguejo, siri, anchova, corvina, garoupa, a sororoca, a sardinha, o linguado, o xaréu, a piraúna, mexilhão, a ostra, a pescada, a tainha e camarão. Com relação ao valor econômico, pode-se afirmar que ele varia muito para cada espécie de pescado, de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente. É importante destacar que a atividade pesqueira é exercida de acordo com a distribuição sazonal do pescado, ou seja, a abundância do pescado é controlada por fatores biológicos como migração, época de reprodução e taxa de crescimento. Dependendo desta oferta, o preço do pescado sofre uma variação para mais ou para menos.

A comercialização do pescado é realizada na maioria das vezes de maneira informal. Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores, ou dos restaurantes e peixarias. A venda tende a ocorrer em seguida ao retorno do mar, quando os pescadores retiram os peixes das embarcações e entregam para o atravessador. Por causa das dificuldades enfrentadas nos últimos anos, muitos pescadores já não consideram a pesca como sua principal atividade e passaram a utilizar suas embarcações na maior parte do tempo para aluguel, para o fretamento e para o turismo.

Segundo pesquisa realizada em 2011 (PALHANO, *op.cit.*), a forma de remuneração entre os pescadores nas comunidades ou nas associações é semelhante à divisão que sempre ocorre em partes iguais entre os tripulantes, o dono da embarcação e o dono dos petrechos de pesca. Apenas no caso da maricultura se observa que cada maricultor tem a sua própria produção. Essa atividade às vezes ocorre em regime familiar, com a divisão por partes iguais.

Em duas entidades a partilha ocorre de forma diferente: na AMACOR e na APLIM, 50% do rendimento ficam para a embarcação e os outros 50% são divididos entre a tripulação, independente do número de tripulantes.

## k) Organização dos Pescadores

Na Baía de Sepetiba a pesca é uma atividade muito antiga. Em 2000, a então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca estimava que ali atuassem 2.508 pescadores. Em 2008, Zborowski registrava em seu trabalho que a “*comunidade pesqueira da Baía de Sepetiba integra aproximadamente 8.000 pescadores que utilizam embarcações dos mais variados portes e diferentes técnicas de pesca*”.

Pesquisa realizada em 2011 (PALHANO, 2011) junto às duas Colônias de Pescadores e algumas das entidades atuantes na Baía de Sepetiba apresenta números que sugerem um universo em torno de 5.500 pescadores.

A **Tabela II.5.3.13.3-4** mostra que foi identificada a presença de 2.900 pescadores e 20 coletores de marisco filiados às Colônias e 3.200 pescadores estimados pelos entrevistados como pescadores atuantes na área porém, não filiados às Colônias.

Como a filiação às Colônias (Guaratiba e Mangaratiba), garante o reconhecimento como beneficiário do Seguro-Defeso (Lei nº 10.779 de 25/11/2003), provavelmente grande parte dos pescadores artesanais ali está registrada, o que não necessariamente ocorre com os pescadores-caiçaras, que tendem a estar presentes em associações comunitárias e de moradores.

A mesma pesquisa, realizada junto a algumas entidades representativas da pesca na região, apresenta estimativa de universo menor, pois identificou 1.287 pescadores e 450 coletores de marisco registrados e estimou a presença de 1.385 pescadores não filiados, porém atuantes.

Destaca-se que o número de pessoas filiadas às entidades não corresponde ao número exato de pescadores que dependem economicamente da pesca. Isto porque os registros junto às organizações podem estar desatualizados, ou porque pode acontecer de alguns filiados ali estarem apenas com o objetivo de receber os benefícios dirigidos aos pescadores - seguro defeso, aposentadoria, etc..

**Tabela II.5.3.13.4-3 - Pescadores artesanais e marisqueiras atuantes na baía de Sepetiba, segundo condição de filiação à entidades de pescadores, 2004**

Entidades Pesquisadas	Nº. Pescadores Artesanais		
	Registrados	Marisqueiras	Estimados
<b>Colônia de Pescadores</b>			
Colônia de Pescadores Z-14 - Guaratiba	1.100	20	1300
Colônia de Pescadores Z-16 - Mangaratiba	1.800	-	1900
<b>Total</b>	<b>2.900</b>	<b>20</b>	<b>3.200</b>
<b>Entidades</b>			
	<b>Registrados</b>	<b>Marisqueiras</b>	<b>Estimados</b>
APLIM- Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira - Itaguaí	119	-	120
AMACOR- Associação de Marisqueiras de Coroa Grande - Itaguaí	438	450	480
AMAR - Associação de Maricultores e Pescadores de Mangaratiba	400	-	400
APAS - Associação de Pescadores de Sepetiba	160	-	165
APAIM- Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira	100	-	150
AMCOVERI- Associação dos Maricultores da Costa Verde	70	-	70
<b>Total</b>	<b>1.287</b>	<b>450</b>	<b>1385</b>

Fonte: Palhano, Nair, Pesquisa de Campo realizada para elaboração de estudo ambiental licenciamento de Terminal de Minério na Ilha de Itacuruçá – 2011

Obs.1- É importante destacar a existência de outras entidades atuantes na Baía de Sepetiba e que não foram pesquisadas, tais como: APP - Associação de Pescadores de Pedra de Guaratiba, APESCARI - Associação de Pescadores Artesanais do Canto do Rio, APASF - Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos do Rio São Francisco, APEITA - Associação de Pescadores de Itaguaí, APEMAM - Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Muriqui, AMALIS - Associação de Maricultores do Litoral Sul, ASSOPESCA - Associação de Pescadores e Maricultores do Sahy e APMIM - Associação dos Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia.

2- Destaca-se que um mesmo pescador pode estar registrado na Colônia de Pescadores e em outra entidade, situação que frequentemente ocorre. Desse modo, não é possível somar os dois grupos de registros, para não ocorrer dupla contagem.

Tal como para as demais áreas, a carência de estatísticas atualizadas dificulta a precisão do universo de pescadores atuantes na Baía de Sepetiba, mas permite sugerir que se trata de uma região onde as pressões sobre a pesca têm propiciado a redução do número de pescadores, ou pelo menos reduzido o universo de pescadores que se dedicavam exclusivamente a esta atividade. Ao longo dos últimos anos, diante das mudanças ocorridas na Baía de Sepetiba e tendo em vista suas repercussões sobre a atividade pesqueira, a maioria dos pescadores locais começou a desempenhar outras atividades vinculadas aos serviços com o turismo marinho, ou mesmo serviços portuários e urbanos disponíveis.

Na Ilha da Madeira, por exemplo, algumas embarcações antes pesqueiras estão sendo arrendadas por empreiteiras que atendem as obras de implantação de um porto e de um estaleiro. Em Itacuruçá, alguns pescadores começaram a atuar na implantação de energia elétrica nas ilhas, na construção civil, ou a alugar suas embarcações de pesca para serviços variados. Situação semelhante já ocorre em menor escala na Baía da Ilha Grande.

É interessante refletir sobre as evidências mais imediatas desse processo: de um lado, a atividade pesqueira está diminuindo em função das mudanças ocorridas, o que leva o pescador a cada vez mais compartilhar sua antiga atividade principal, a pesca, com outras atividades emergentes e disponíveis; de outro, ocorre na região um aumento e diversificação das entidades que ali atuam vinculadas ao setor pesqueiro.

Aparentemente ocorre uma contradição cuja explicação pode ser dada a partir de duas hipóteses: a primeira refere-se ao fato de que o conjunto de atividades industriais que aportam à região traz consigo o compromisso com ações focadas no setor pesqueiro como forma de mitigação dos impactos provocados, e daí resulta a emergência de novas entidades representativas dos pescadores; a segunda remete ao fato de que mediante as pressões ocorridas sobre a Baía de Sepetiba e, necessitando resistir as novas atividades industriais ali instaladas ou em fase de instalação, grupos de pescadores se organizam em novas entidades com o objetivo de melhor evidenciar as suas demandas.

Nesse contexto, se constata que a redução do vínculo de dependência da pesca para alguns pescadores não significa a perda de importância dessa atividade; pois é importante considerá-la como uma atividade ainda fundamental na composição da renda familiar e principalmente na organização e reprodução cultural de alguns grupos.

Os limites desse texto permitem apenas que se tenha como horizonte para a compreensão do novo contexto organizacional da pesca o fato de que, com as mudanças aqui citadas e os impactos delas decorrentes incidindo sobre a pesca, aumentou o número de projetos de compensação por esses danos, ao mesmo tempo em que aumentaram também os investimentos governamentais para o setor.



O **Quadro II.5.3.13.4-11** descreve as entidades de pesca artesanal hoje atuantes na Baía de Sepetiba:

**Quadro II.5.3.13.4-11 – Entidades de pesca artesanal atuantes na Baía de Sepetiba.**

Municípios	Localidades	Entidades
Rio de Janeiro	Pedra de Guaratiba	Colônia de Pescadores Z-14 - fundada em 1937
		APP - Associação de Pescadores de Pedra de Guaratiba
	Santa Cruz	APESCARI - Associação de Pescadores Artesanais do Canto do Rio
		APASF - Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos do Rio São Francisco
	Sepetiba	APAS – Associação de Pescadores Artesanais de Pedra de Guaratiba – fundada em 2001
Itaguaí	Itaguaí	APEITA - Associação de Pescadores de Itaguaí - fundada em 2009
	Coroa Grande	AMACOR - Associação Livre dos Maricultores de Coroa Grande – fundada em 2001
		AMCOVERI - Associação dos Maricultores da Costa Verde de Itaguaí– fundada em 2004
	Ilha da Madeira	APLIM - Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira - registrada oficialmente em 1959
		APAIM- Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira – sem informação quanto a data de registro.
Mangaratiba	Mangaratiba	AMAR - Associação dos Maricultores de Mangaratiba– fundada em 2003
	Itacuruçá	Colônia de Pescadores Z-16 - fundada em 1926
	Muriqui	APEMAM - Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Muriqui - fundada em 1999
		AMALIS - Associação de Maricultores do Litoral Sul - fundada em 1999
	Praia do Sahy	ASSOPESCA - Associação de Pescadores e Maricultores do Sahy – fundada em 1998
	Ilha da Marambaia	APMIM - Associação dos Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia

## L) Baía de Guanabara

Segundo Bernardes (1958), os núcleos de pescadores de Paquetá, Ilha do Governador, Piedade, Magé, Maria Angu e Inhaúma dedicavam-se à pesca na baía e nas desembocaduras dos rios que nela deságuam, utilizando aparelhos direcionados principalmente para a captura do camarão, como a tarrafa, puçá, balão, rede arrasto e, até mesmo, os currais. Em contrapartida, os pescadores

mais próximos das zonas urbanas Jurujuba, Ilha da Conceição, São Gonçalo, Ponta do Caju e Praça XV de Novembro atuavam de forma mais diversificada.

Na Ilha da Conceição, São Gonçalo e Ponta do Caju tinha-se a pesca do camarão na baía e a pesca de traineiras, ao largo. Nesse contexto o núcleo da Ponta do Caju destacou-se durante muito tempo como principal centro de difusão de tecnologia de captura.

A Baía de Guanabara é uma região de grande importância histórica para a pesca desde o período colonial. Nessa região, a sardinha de boca-torta sempre foi uma das principais espécies capturadas. Em estudo realizado por Jablonsky *et al.* (2001, 2002 e 2006), a pesca realizada para fins industriais no interior da Baía de Guanabara, especificamente da espécie sardinha boca-torta, foi contabilizada em 12 t, tendo sido mantida essa média durante o ano 2000. Nesse estudo, contabilizou-se para a pesca artesanal, que essencialmente captura uma maior variedade de peixes, um total de aproximadamente 6000 t.

É importante destacar que até o final do século XIX a sardinha não tinha importância econômica, o que se modificou no início do século XX, quando se transformou na espécie mais rentável, exatamente quando a atividade pesqueira assumia uma escala comercial de grande importância. Os principais pesqueiros no estado do Rio de Janeiro se concentravam na Ilha Grande e na Baía de Guanabara. Para a pesca dessa espécie se utilizava uma grande rede de cerco chamada traina, que acabou por nomear este modelo de embarcação como traineira.

As características da pesca realizada nesta baía indicam uma pesca principalmente estuarina e que ocorre basicamente de maneira artesanal (JABLONSKI *et al.*, 2002; VIANNA *et al.*, 2004). Aqui, os pescadores artesanais dominam o universo da pesca na Baía de Guanabara, utilizando pequenas e médias embarcações motorizadas, ou a remo, e aparelhos de pesca com pequena e moderada sofisticação tecnológica, tais como redes de arrasto, cerco e espera, caniço e linha-de-mão. Os desembarques de uma importante produção pesqueira ocorrem ao longo de toda a orla da baía, em pelo menos 42 comunidades pesqueiras (JABLONSKI *et al.*, 2002).

Segundo o autor citado, atualmente coexistem na baía pelo menos seis diferentes "sistemas" pesqueiros:

- a pesca da sardinha boca-torta e savelha, com destinação industrial;
- as diferentes pescarias artesanais, voltadas para a tainha, corvina, bagre, espada, parati e outros peixes, envolvendo a maior parte do contingente de barcos e pescadores e a totalidade dos currais;
- a pesca do camarão, com sazonalidade bem marcada, entre setembro e janeiro;
- a coleta do caranguejo nos manguezais;
- a pesca do siri, com o auxílio de puçás, visando ao processamento pelas "descarnadeiras"; e,
- a coleta de mexilhões, nos costões rochosos da baía oceânica, também direcionada ao processamento.

O número de pescadores que atuam na Baía de Guanabara varia entre 5.000 e 20.000, segundo pesquisa de campo realizada no âmbito do Programa de Educação – PEA-RIO/Baía de Guanabara (PETROBRAS/MINERAL, 2012). Nesse documento se tem a informação de que, segundo os pescadores entrevistados, a frequente sazonalidade da atividade dificulta a precisão do contingente de pescadores ali atuantes. Além disso, em se tratando de uma área urbana consolidada e enquanto tal, portadora de inúmeros problemas decorrentes da pressão urbano-industrial, os pescadores artesanais não conseguem sobreviver unicamente da pesca, alternando-a com outras atividades, situação já observada nas outras áreas aqui tratadas, porém em escala menor.

#### **m) Comunidades identificadas**

As comunidades localizadas no interior da baía utilizam artes mais diversificadas (Gradim, Itaoca, Mauá, Ilha do Governador). Aquelas situadas nas áreas mais poluídas (Ramos e Caju) exibem o menor número de artes de pesca utilizadas, operadas principalmente fora da baía. As comunidades da margem oriental da baía (Jurujuba e Ilha da Conceição) são dedicadas a uma pesca comercial, ainda que em modelo artesanal. As comunidades de Copacabana e

Itaipu são consideradas da área de abrangência da Baía de Guanabara, por situarem-se nas duas extremidades de sua zona estuarina; contudo, as artes de pesca utilizadas caracterizam uma pesca oceânica e de característica cada vez mais recreativa (BARROSO, 2000).

Considerando o caráter urbano da Baía de Guanabara, foram identificados alguns locais que abrigam pescadores artesanais. Alguns desses locais têm sua história de ocupação vinculada ao surgimento de pequenos povoados de pescadores, outros são áreas urbanas situadas no entorno da Baía de Guanabara. O **Quadro II.5.3.13.4-12** apresenta os locais identificados:

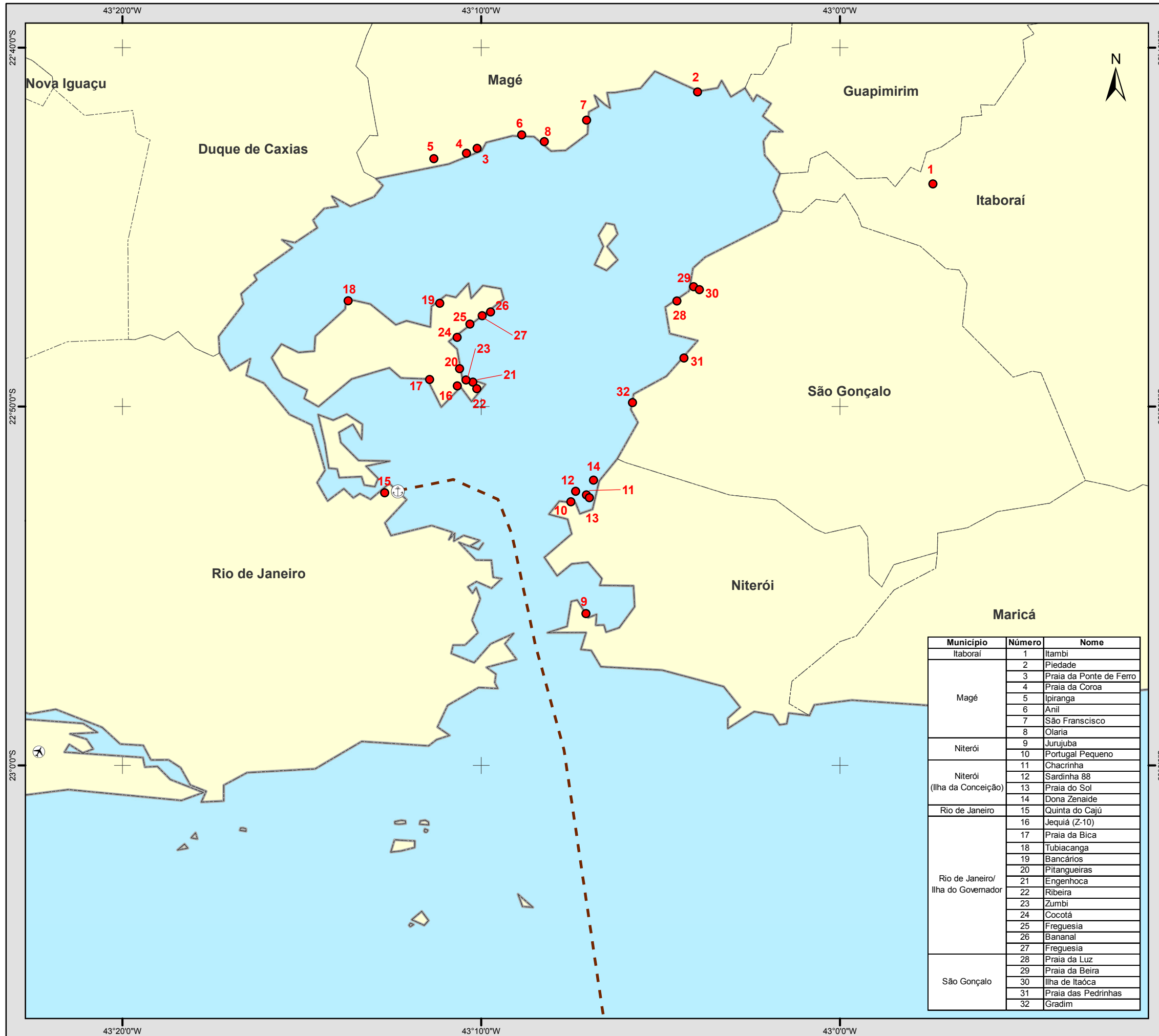
**Quadro II.5.3.13.4-12 - Comunidades que provavelmente abrigam pescadores e coletores artesanais (tradicionais ou não).**

Município	Comunidade
São Gonçalo	Praia da Luz
	Praia da Beira
	Ilha de Itaoca
	Praia das Pedrinhas
	Gradim
Itaboraí	Itambi
Magé	Piedade
	Praia da Ponte de Ferro
	Praia da Coroa
	Ipiranga
	Anil
	São Francisco
	Olaria
Niterói	Jurujuba
	Portugal Pequeno
Niterói (Ilha da Conceição)	Chacrinha
	Sardinha 88
	Praça do Sol
	Dona Zenaide

Município	Comunidade
Rio de Janeiro/Ilha do Governador	Praia da Bica
	Tubiacanga
	Bancários
	Pitangueiras
	Engenhoca
	Ribeira
	Zumbi
	Cocotá
	Freguesia
	Bananal
	Freguesia
Rio de Janeiro	Jequiá (Z-10)
	Paquetá
	Marcílio Dias
	Quinta do Caju
Duque de Caxias	Chacrinha

Fonte: PETROBRAS/ MINERAL (2012).





**Legenda Temática**

- Comunidades pesqueiras

---

**Convenções do Mapa**

- Rota das embarcações de apoio

**Bases de Apoio**

- ✈ Aéreo
- ⊕ Marítimo

**Convenções Cartográficas**

- ⋯ Limite Municipal

**Localização Geral**

Município	Número	Nome
Itaboraí	1	Itambi
	2	Piedade
Magé	3	Praia da Ponte de Ferro
	4	Praia da Coroa
	5	Ipiranga
	6	Anil
	7	São Francisco
	8	Olaría
Niterói	9	Jurujuba
	10	Portugal Pequeno
Niterói (Ilha da Conceição)	11	Chacrinha
	12	Sardinha 88
	13	Praia do Sol
	14	Dona Zenaide
Rio de Janeiro	15	Quinta do Cajú
	16	Jequiá (Z-10)
	17	Praia da Bica
	18	Tubiacanga
	19	Bancários
	20	Pitangueiras
	21	Engenhoca
	22	Ribeira
	23	Zumbi
	24	Cocotá
Rio de Janeiro/ Ilha do Governador	25	Freguesia
	26	Bananal
	27	Freguesia
	28	Praia da Luz
	29	Praia da Beira
	30	Ilha de Itaóca
	31	Praia das Pedrinhas
	32	Gradim

**Referências utilizadas:**

- PEA Baía de Guanabara (elaborado por Petrobras/ Mineral Engenharia e Meio Ambiente, 2012);
- Limites Municipais (IBGE, 2005);
- Unidades Federais (IBGE, 2005).

0 5 10 km

Projeção Geográfica  
Datum SIRGAS 2000

**BR PETROBRAS** **MINERAL**  
ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**COMUNIDADES PESQUEIRAS NA BAÍA DE GUANABARA**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	II.5.3.13.4-3	1:200.000	0





A Comunidade do Gradim, situada em São Gonçalo, é bastante antiga. De acordo com Bernardes (1958), do ponto de vista histórico foi um dos núcleos pesqueiros mais importantes da Baía de Guanabara, situação que se mantém até os dias atuais. Nela se localiza um importante ponto de desembarque do pescado.

Até a década de 70 do século passado essa comunidade mantinha evidente sua tradicionalidade; a cultura da pesca era transmitida de pai para filho e o pescador, para ser reconhecido pelos demais, tinha que ter pleno domínio das artes de pesca. Alguns deles, inclusive, construíam sua própria embarcação. Essa comunidade, situada na chamada Vila do Cassenú, popularmente conhecida como Favela do Gato (bairro Gradim), é delimitada fisicamente pela BR-101 e Baía de Guanabara. Na realidade, com o passar do tempo, a área do Gradim se transformou numa grande favela e assim permanece, sendo considerada um território marcado pela condição de risco social (violência urbana). Muitos pescadores ali ainda residem. Contudo, o local não é mais, como outrora, um ponto de referência frequentado por pescadores de outras comunidades, apesar de se manter como local de desembarque pesqueiro.

Outra comunidade tradicional instalada às margens da Baía de Guanabara é a de Tubiacanga/RJ, onde ainda predomina a atuação dos pescadores de arrastão, uma prática conhecida como “candombe”. A maioria dos pescadores que vive no local, contudo, pesca em áreas distantes de seu local de moradia. Também pescam embarcados, seja em pequenos botes ou em traineiras, através de modalidades como a rede de espera, o espinhel e o arrasto com portas. Essa comunidade pertence à Ilha do Governador, onde se pode identificar a presença dos pescadores artesanais de outras comunidades tais como Jequiá, Bancários, Pitangueiras, Zumbi, Bananal, dentre outras. Aqui também se identifica a pesca com tarrafa, para a captura de camarões, paratis e outros pequenos peixes, esta modalidade de pesca tende a ocorrer nas proximidades do remanescente de manguezal.

É interessante observar que, embora a Ilha do Governador esteja plenamente inserida na dinâmica urbana do município do Rio de Janeiro, ali ainda se pode identificar a presença de pescadores tradicionais, cuja história está associada aos

primeiros povoados caiçaras. É o caso, por exemplo, da Comunidade do Jequiá, onde vivem famílias de pescadores por várias gerações.

Em contrapartida, na Quinta do Caju, que historicamente foi um dos maiores núcleos pesqueiros do Brasil durante as décadas de 1950 e 1960 (BERNARDES, 1958), a pesca hoje não ocorre mais em suas imediações, dada as péssimas condições ambientais do canal do Fundão, embora a comunidade abrigue um número significativo de pescadores. Situação semelhante ocorre no Complexo da Maré, bairro localizado na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, onde havia a pesca de tainha e do camarão até a década de 80 do século passado e que ainda abriga um número significativo de pescadores que hoje vendem seu peixe no Piscinão de Ramos e no carrinho, de porta em porta, pela comunidade.

No município de Magé, a Praia de Olaria; e, em Niterói, as comunidades de Jurujuba, Ilha da Conceição e Praia das Pedrinhas representam outras áreas tradicionalmente ligadas à atividade pesqueira. Nesse contexto é importante ressaltar a presença dos catadores de caramujos concentrados nas imediações da APA de Guapimirim, nas localidades de Itaóca, Itambi e Magé. A pesca e a cata de caranguejo são algumas das atividades informais desenvolvidas por comunidades pesqueiras e passadas de geração a geração durante décadas (ROSA, 2005). Essas comunidades pesqueiras, que se fixaram no entorno da Baía de Guanabara, deram origem às cinco colônias de pesca da Baía de Guanabara e a cerca de 20 associações de pescadores.

A atividade pesqueira na Baía de Guanabara é realizada majoritariamente de maneira artesanal. A maior parte dos pescadores dessas comunidades utiliza barco a remo e, alguns, motores de baixa potência, sem meios de conservação do pescado. Utilizam como principais petrechos de pesca as redes, garateias e espinhel. A comercialização se dá prioritariamente por terceiros que se dirigem aos locais de desembarque, pois os pescadores não possuem meios de conservação da produção, sendo submetidos à venda por preços baixos (SOARES, 2012).

## I) Sobre Pescadores Artesanais Tradicionais

A característica marcadamente urbana da Baía de Guanabara dificulta a identificação imediata da presença de pescadores artesanais tradicionais/caiçaras, embora se possa trabalhar com a hipótese de que essas populações ainda estão presentes na baía, em meio à população urbana e com baixa visibilidade.

Com isso, não se pode afirmar categoricamente que nas comunidades acima citadas ocorre a presença de pescadores artesanais/caiçaras. Pode-se apenas sugerir que essa presença provavelmente ocorre nas comunidades de Jequiá – Rio de Janeiro; Praia das Pedrinhas, São Gonçalo; Jurujuba, Niterói; Piedade e São Francisco, em Magé; Ilha de Itaoca, em São Gonçalo; na Ilha de Paquetá; e os coletores de caranguejo de Itambi, em Itaboraí.

A pesca artesanal que ocorre na Baía de Guanabara, se caracteriza pela baixa mobilidade da frota pesqueira utilizada e a sobreposição de uso das áreas destinadas à atividade, como, por exemplo, o armazenamento, o refino e a produção de óleo e gás, conforme apontado pelas lideranças dos pescadores locais (Petrobras/HABTEC, 2010).

### m) A atividade pesqueira

Segundo dados de Vianna (2009) existem entre 1.400 a 2.150 embarcações pesqueiras na região. A maior parte destas embarcações opera com redes de emalhar. Pescarias com redes de cerco, linhas de mão e com arrasto de portas também comportam uma parcela significativa do número de barcos. A pesca com currais (tipo de cerco fixo) é uma importante atividade da pesca artesanal no fundo da Baía da Guanabara, principalmente nas proximidades de Mauá, no município de Magé.

Nos municípios de Duque de Caxias, Magé, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói predomina a pesca com rede de emalhe e com grande diversificação de tipos de redes (redes de fundeio, de volta, caça e malha e caceio). Em contrapartida, na área oceânica destacam-se as redes de emalhe para enchova, corvina e tainha,

enquanto que a rede de cerco é empregada principalmente para a captura das sardinhas boca-torta, verdadeira e laje. Tem-se ainda o arrasto costeiro, na captura do camarão rosa, pescadinha e corvina.

Na pesca de linha e anzol as principais espécies-alvo são o cherne, corvina, enchova e piraúna; enquanto que o espinhel é empregado na pesca de corvina, pescadas e enchova.

Segundo Jablonski (2006), dentre as artes de pesca artesanal utilizadas (emalhe, arrasto de portas, cata, espinhéis, linhas de mão, puçás, cerco, arpão, tarrafa, armadilhas, entre outras), a frota de emalhe representou 61,6% (864) do total de embarcações em operação analisadas na Baía de Guanabara. Setenta por cento possuíam propulsão motorizada. Quanto à produção, estes autores indicam que a sardinha boca-torta (*Cetengraulis edentulus*) e a savelha (*Brevoortia* spp) foram, conjuntamente, as dominantes em biomassa, seguidas pelos mugilídeos (tainha *Mugil liza* e parati *Mugil curema*) e pela sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*). Observa-se que tanto as primeiras como esta última são capturadas predominantemente pela pesca com rede de cerco, o que ratifica a caracterização deste ambiente como de grande importância para esse tipo de pesca. É importante destacar que estas espécies, apesar de serem capturadas pela frota artesanal, são comercializadas, quase que exclusivamente, diretamente com as indústrias de beneficiamento (PETROBRAS/ICF, 2012).

O **Quadro II.5.3.13.4-13** apresenta os diferentes tipos de pesca para os principais núcleos de pescadores situados na Baía de Guanabara.

**Quadro II.5.3.13.4-13 – Caracterização da pesca para os principais núcleos de pescadores da Baía de Guanabara.**

Pescadores	Áreas de Pesca e instrumentos
Tubiacanga/Ilha do Governador (RJ)	Aqui existem cerca de 30 embarcações de pequeno porte, com no máximo 6 m de comprimento. Algumas operavam a motor e hoje são movidas a remo, pois os motores foram vendidos de modo a levantar fundos para reparar a estrutura das embarcações. Há algumas traineiras, cinco no total, que pertencem a dois pescadores que vieram de Ramos. As traineiras possuem, em média, 12 m de comprimento e capacidade de armazenar até 10 t de pescado. As pequenas embarcações são empregadas para a pesca com rede de espera, espinhel, linha, e para o desembarque de currais localizados em Duque de Caxias. As traineiras são utilizadas para o arrasto do camarão. A frota de traineiras também costuma atravessar a barra da baía, para realizar cercos de sardinha e tainha.
Praia da Rosa, Bancários, Cocotá, Ribeira/Jequiá, Praia da Bica e Galeão /Ilha do Governador (RJ)	Pesca artesanal com foco na pesca de emalhe, efetuada tanto na parte mais interna da baía, com algumas embarcações não motorizadas (armadilhas e puças), ou atuando entre a Ilha de Paquetá e a Ponte Rio-Niterói (emalhe e arrasto). Na Ribeira/Saco do Jequiá, onde está instalada a Colônia Z-10, a frota motorizada emprega desde embarcações pequenas (8 m), até barcos de médio porte (até 15 m), com comércio direto ou via peixarias.
Caju (RJ)	Observam-se aqui dezenas de pequenas embarcações operando com redes de cerco e redes de espera, atuando em áreas internas da Baía de Guanabara (as de menor dimensão, até 12 m) ou na região costeira próxima. A frota industrial também presente no local costuma desembarcar seu produto em Niterói. A pesca da sardinha é predominante, mas também se destaca a forte presença da pesca de arrasto focada no camarão.
Paquetá (RJ)	Destaque para a presença de barcos de casco de madeira ou alumínio atuando predominantemente com redes de emalhe voltadas para a captura da pescada (malha de 70 mm) e corvina (malha de 11 e 13 mm), com motorização de pouca potência. O núcleo de pescadores se situa na Praia Grossa/Praia da Guarda e as atividades de pesca são desenvolvidas tanto na parte do fundo da baía como entre a ilha e a Ponte Rio-Niterói (pesca de linha de mão).
Urca (RJ)	Aqui se reúnem cerca de uma dezena de embarcações pesqueiras de casco de madeira, com motorização de 18 a 50 HP, que atuam sobre diversas espécies de peixes, em rodízio de safras, operando principalmente com rede de emalhe de malhas diferentes (de 70 a 130 mm de distância, entrenós justapostos). Considerados como pontos de reunião de pescadores e embarcações a partir dos quais embarcam e/ou desembarcam seu produto de pesca.

Pescadores	Áreas de Pesca e instrumentos
Praça XV (RJ)	Antes um importante local de descarga da frota industrial, hoje é eventualmente ocupado por menos de uma dezena de embarcações de baixo porte, algumas motorizadas, motores com menos de 20 HP, ocupando-se, primordialmente, da pesca com linha de mão, e redes de emalhe dirigidas a pescadas e corvinas. Esta frota é bastante móvel, nem sempre ocupando este local, e os desembarques são realizados nas primeiras horas da manhã ou no fim da tarde, podendo ocorrer em outros locais quando o produto da pesca for em maior quantidade.
Vila dos Pinheiros/Parque União/Araçá (RJ)	Esse é um pequeno núcleo de pescadores artesanais (em torno de 40) que atuam nas imediações da ilha do Fundão e adjacências, com pesca de emalhe e eventualmente com uso de linhas de mão e espinhel. Para a maioria a pesca é atividade secundária na composição da renda. Em Ramos ocorre a reunião de pescadores artesanais e industriais, que se beneficiam da proximidade de pequenos estaleiros e outros estabelecimentos para pequenas reformas náuticas e da Colônia de Pesca Z-11, além da Cooperativa de Pescadores Marcilio Dias, que agregam pescadores atuantes na pesca de cerco, emalhe, linha e espinhel. O comércio é realizado na colônia e vendido pela peixaria da mesma ou levado para o Mercado São Pedro (Niterói) ou CEASA de Irajá.
Copacabana (RJ)	Este núcleo, com cerca de 80 pescadores, atua com 20 canoas motorizadas (com até 50 HP) operando com emalhe, preferencialmente, entre a região costeira desde a entrada da Baía de Guanabara até as ilhas oceânicas (Rasa e Cagaras), podendo se estender em época de mar calmo até as Ilhas Tijucas. A pesca de linha de mão, armadilhas e arpão são utilizadas com menor frequência. Todo o peixe desembarcado é comercializado diretamente pela Colônia Z-18 no próprio local.
Ilha da Conceição (Niterói)	Maior concentração de moradias de pescadores e importante ponto de descarga de pescado, onde também existem descargas da pesca industrial e algumas indústrias de beneficiamento. A frota presente inclui, predominantemente, embarcações de cerco (sardinheiros) e emalhe, e o pescado é vendido, sobretudo no leilão da Colônia Z-8.
Ponta da Areia (Niterói)	Local que reúne pescadores artesanais que operam com pequenas traineiras no cerco dentro da baía e com redes de emalhe de pequenas dimensões (possivelmente não excedendo a 500 m). Possuem área de atuação restrita às proximidades (Enseada de Icaraí até a ponte Rio-Niterói), onde também podem atuar com pequenos espinhéis para a captura de peixes como garoupas, badejos e bagres. Grande parte tem a pesca como segunda fonte de renda. A comercialização é realizada diretamente entre pescador (via leilão pela Colônia Z-8) e varejista (em geral, proprietários de boxes no Mercado São Pedro, logo em frente).
Praia Grande (Niterói)	Semelhante ao núcleo anterior.



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

Pescadores	Áreas de Pesca e instrumentos
Jurujuba (Niterói)	Comunidade tradicional de pescadores que tem na sardinha seu principal foco; havendo também pesca de emalhe e de polvo (com garantia), linha e anzol (se estendendo para fora da baía). Possui controle de desembarque por parte da própria organização dos pescadores e congrega ainda uma associação de miticultores (Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba/ALMARJ), que comercializa cerca de 6 t/mês de mexilhões, coletados nos costões rochosos ao largo da entrada da baía ou em ilhas próximas. No período de baixa cede espaço no frigorífico disponível (capacidade para 20 t) para outros pescados; parte de seu desembarque é comercializado pela Colônia Z-8.
Gradim (São Gonçalo)	Hoje, a pesca mais típica corresponde à rede de malha, ou emalhe (como é mais conhecida localmente). Das redes de emalhe, a mais comum é à rede de tresmalho, ou rasca. No cerco sem parceria, é muito comum que os pescadores procurem currais desativados, pois estes se tornaram viveiros de muitas espécies com importância econômica. O cerco é realizado na espia <sup>47</sup> .
Praia de Olaria	As duas modalidades de pesca mais proeminentes nesta comunidade correspondem à pesca com curral e com rede de espera. Vale a pena mencionar que também se encontram presentes a prática de outras modalidades, porém estas são menos expressivas em termos de contribuição para a produção pesqueira de Olaria.

Fontes: PETROBRAS/ ICF (2012); RODRIGUES (2009) ;PETROBRAS/HABTEC 2010

<sup>47</sup> -A espia corresponde a uma das partes do curral, que será caracterizado mais adiante, ao longo da descrição das práticas pesqueiras da Praia de Olaria.

O Monitoramento do Desembarque Pesqueiro na Baía de Guanabara na área de abrangência do empreendimento Terminal Flexível de GNL (PETROBRAS/HABTEC, 2010) apresentou os seguintes resultados para a avaliação da produção pesqueira segundo os diferentes instrumentos de pesca utilizados na Baía de Guanabara:

- *Rede de Arrasto* - O arrasto é responsável pelo desembarque de 35 t de pescado, referente a 23 categorias capturadas. Destas, 70% do volume desembarcado em quilogramas foram de camarões (cinza 55,4% e branco 13,6%), seguido pela corvina e siris (outros), ambos com mais de 10% de representatividade na produção. O **Quadro II.5.3.13.4-14** apresenta o número de embarcações que utilizam essa modalidade na área monitorada e o **Quadro II.5.3.13.4-15** o detalhamento da produção daí decorrente:

**Quadro II.5.3.13.4-14** - *Número de embarcações de arrasto monitoradas e cadastradas, na Baía de Guanabara.*

Pontos de Desembarque	Embarcações Monitoradas	Embarcações Cadastradas
Colônia de Pescadores Z-09	3	1
Colônia de Pescadores Z-10	0	3
Colônia de Pescadores Z-11	1	0
Gradim	9	8
Jurujuba	2	1
Marcoop	17	10
Praia da Guarda/Paquetá	1	1
Praia de São Gabriel	1	1
Praia dos Bancários	26	5
Praia Grande	2	0
Quinta do Caju	9	8
Suruí	0	2
Tubiacanga	8	5
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>	<b>45</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011



**Quadro II.5.3.13.4-15 – Categorias de pescado capturadas pelo petrecho arrasto dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.**

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Camarão-cinza	19.756,2	55,4
Camarão-branco	4.836,4	13,6
Corvina	4.469,4	12,5
Siri (outros)	4.042,6	11,3
Mistura	743,1	2,1
Tainha	537,0	1,5
Siri-candeia	312,0	0,9
Sardinha-boca-torta	253,0	0,7
Sardinha-verdadeira	206,8	0,6
Peixe-espada	106,0	0,3
Bagre	56,0	0,2
Pescadas	52,4	0,1
Piraúna	50,0	0,1
Carapicu	40,0	0,1
Parú	40,0	0,1
Enchova	39,5	0,1
Arraia	35,0	0,1
Trilha	25,0	0,1
Sardinha-casca-dura	20,0	0,1
Polvo	12,0	0,0
Sardinha-laje	3,8	0,0
Robalo	2,3	0,0
Badejo	2,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>35.640,5</b>	

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- **Caça Submarina** - responsável pelo desembarque de 14 t de pescado, referente a 18 categorias capturadas. Destas, aproximadamente 75% do volume desembarcado em quilogramas foi tainha, seguida pelo peixe-porco, garoupa, parú, badejo e robalo – todos com representatividade na produção inferior a 10% (**Quadro II.5.3.13.4-16**).

**Quadro II.5.3.13.4-16** – *Categorias de pescado capturadas pelo petrecho caça submarina dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.*

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Tainha	10916,7	74,2
Peixe-porco	1140,0	7,7
Garoupa	952,6	6,5
Parú	755,0	5,1
Badejo	467,5	3,2
Robalo	316,0	2,1
Polvo	73,0	0,5
Sargo de dente	15,0	0,1
Pescadas	13,4	0,1
Mistura	11,0	0,1
Robalete	10,7	0,1
Piraúna	7,8	0,0
Camarão-branco	6,0	0,0
Siri (outros)	6,0	0,0
Caranha	6,0	0,0
Xerelete	4,0	0,0
Corvina	2,5	0,0
Bagre	1,0	0,0
<b>Total</b>	<b>14704,17</b>	

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- **Redes de Cerco** - foi o principal petrecho de pesca ao longo dos 14 meses de monitoramento, sendo responsável pelo desembarque de mais de 5 mil toneladas de pescado, referentes a 38 categorias capturadas. Destas, quase 70% do volume desembarcado em quilogramas foram de sardinhas (boca-torta 47,9 % e verdadeira 18,1%), seguidas pela savelha com 13,8 % e pelas demais categorias com representatividades individuais na produção inferiores a 10% (**Quadro II.5.3.13.4-17**).

**Quadro II.5.3.13.4-17 – Categorias de pescado capturadas pelo petrecho cerco dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.**

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Sardinha-boca-torta	2758342,1	47,9
Sardinha-verdadeira	1038906,9	18,1
Savelha	795678,5	13,8
Corvina	250341,7	4,4
Mistura	192360,3	3,3
Tainha	163540,7	2,8
Xerelete	157490,0	2,7
Pescadas	111921,0	1,9
Sardinha-casca-dura	88402,5	1,5
Sardinha-laje	59251,2	1,0
Peixe-espada	49705,7	0,9
Cavalinha	16690,0	0,3
Bagre	15576,2	0,3
Enchova	9964,0	0,2
Bonito-listrado	9127,0	0,2
Bonito-cachorro	8080,0	0,1
Robalo	7271,0	0,1
Olho-de-cão	4380,0	0,1
Piraúna	4038,0	0,1
Galo	3990,0	0,1
Manjubinha	3529,0	0,1
Cocoroca	1688,0	0,0
Ubarana	1430,0	0,0
Guaivira	590,0	0,0
Carapicu	280,0	0,0
Robalete	143,0	0,0
Camarão-cinza	122,0	0,0
Carapeba	110,0	0,0
Parú	98,0	0,0
Arraia	82,0	0,0
Siri (outros)	80,0	0,0
Folha-de-mangue	60,0	0,0

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Palombeta	60,0	0,0
Pampo	52,0	0,0
Sororoca	40,0	0,0
Xixarro	30,0	0,0
Camarão-branco	29,0	0,0
Linguado	5,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>5753484,8</b>	

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

O **Quadro II.5.3.13.4-18** apresenta o numero de embarcações que usam essa modalidade segundo os pontos monitorados:

**Quadro II.5.3.13.4-18 -** *Número de embarcações de cerco, monitoradas e cadastradas, na Baía de Guanabara.*

Pontos de Desembarque	Embarcações Monitoradas	Embarcações Cadastradas
Colônia Z-11	1	1
Gradim	5	0
Jurujuba	52	31
Marcoop	7	5
Ilha da Conceição	7	5
Ponta da Areia	4	0
Praia Grande	17	0
Quinta do Caju	3	5
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>47</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- **Covo** – essa modalidade de pesca ocorre em áreas lamosas e nas margens da Baía de Guanabara, assim como próximo aos pontos de desembarque. Com duração média de 1,0 dia de pesca. A região central da Ponte Rio-Niterói foi o local com maior produção de covo na Baía.

O covo foi responsável pelo desembarque de uma tonelada e meia de pescado, referente a 14 categorias capturadas. Destas, 70% do volume desembarcado em quilogramas foram pescadas, corvinas e peixe-espada, categorias que representaram, respectivamente, 24,5 %; 23,9% e 20,5%.

Seguidas por outros pescados com representatividade individual inferior a 10% na produção (**Quadro II.5.3.13.4-19**).

**Quadro II.5.3.13.4-19** - *Categorias de pescado capturadas pelo petrecho covo dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.*

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Pescadas	381,6	24,5
Corvina	372,0	23,9
Peixe-espada	318,0	20,5
Piraúna	125,6	8,1
Badejo	87,7	5,6
Robalo	86,4	5,6
Tainha	48,9	3,1
Bagre	43,5	2,8
Parú	32,0	2,1
Garoupa	27,8	1,8
Peixe-porco	10,0	0,6
Robalete	9,3	0,6
Mistura	6,8	0,4
Cocoroca	5,3	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>1554,7</b>	

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- *Curral* - foi responsável pelo desembarque de 637 toneladas de pescado aproximadamente, referente a 24 categorias capturadas. Destas, 83% do volume desembarcado em quilogramas foram de tainha e corvina, 52,8% e 30,6%, respectivamente. Seguidas por outras categorias com representatividade individual da produção inferior a 10% (**Quadro II.5.3.13.4-20**).

**Quadro II.5.3.13.4-20** – *Categorias de pescado capturadas pelo petrecho curral dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.*

<b>CATEGORIA</b>	<b>PRODUÇÃO (kg)</b>	<b>%</b>
Tainha	336427,9	52,8
Corvina	194852,0	30,6
Mistura	47055,6	7,4
Bagre	12143,4	1,9
Sardinha-verdadeira	9986,0	1,6
Parú	7346,0	1,2
Piraúna	5924,0	0,9
Robalo	5732,1	0,9
Sardinha-boca-torta	4247,5	0,7
Savelha	3101,0	0,5
Robalete	2026,5	0,3
Camarão-cinza	1737,3	0,3
Siri (outros)	1424,4	0,2
Enchova	1411,5	0,2
Tilápia	1263,7	0,2
Pescadas	772,0	0,1
Sardinha-casca-dura	567,0	0,1
Peixe-espada	446,5	0,1
Sardinha-laje	290,0	0,0
Xerelete	182,5	0,0
Pacú	36,0	0,0
Camarão-branco	10,5	0,0
Pregereba	8,0	0,0
Pampo	4,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>636995,3</b>	

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

O **Quadro II.5.3.13.4-21** apresenta a distribuição desta modalidade nas áreas monitoradas:

**Quadro II.5.3.13.4-21 - Número de embarcações de curral monitoradas e cadastradas, na Baía de Guanabara**

Pontos de Desembarque	Embarcações Monitoradas	Embarcações Cadastradas
Canal	-	1
Colônia de Pescadores Z-09	37	9
Gradim	-	1
Piedade	21	22
Ponta da Areia	-	1
Porto do Chacrinha	7	7
Praia de São Gabriel	11	8
Praia do Ipiranga/ Limão	23	18
Praia dos Bancários	3	1
Quinta do Caju	3	1
São Francisco	-	1
Suruí	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>	<b>71</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- **Emalhe** – foi responsável pelo desembarque de 643 toneladas de pescado, referente a 44 categorias capturadas. Destas, 70% do volume desembarcado em quilogramas foram de tainha, corvina e bagre (34,8%; 25,1% e 13,2%, respectivamente). Seguidas pela sardinha-verdadeira com 11,6% e demais categorias com menos de 4% de representatividade individual na produção (**Quadro II.5.3.13.4-22**). O **Quadro II.5.3.13.4-23** apresenta a distribuição dessa modalidade na área monitorada:

**Quadro II.5.3.13.4-22 - Número de embarcações de emalhe, monitoradas e cadastradas, na Baía de Guanabara.**

Pontos de Desembarque	Embarcações Monitoradas	Embarcações Cadastradas
Praia dos Bancários	168	115
Colônia de Pescadores Z-9	76	40
Colônia de Pescadores Z-10	9	9
Colônia de Pescadores Z-11	5	5
São Francisco	1	4
São Gabriel	16	11
Suruí	27	26
Tubiacanga	7	3
Praia da Bica	7	7
Praia Grande	41	2
Ponta da Areia	14	7
Ribeira	1	1
Praia do Ipiranga/ Limão	26	26
Marcoop	14	10
Ilha de Paquetá/ Praia da Guarda	26	20
Piedade	1	-
Vila Pinheiros	10	7
Cabaceiro	4	1
Canal	33	31
Gradim	59	52
Jurujuba	21	6
<b>TOTAL</b>	<b>566</b>	<b>383</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011



**Quadro II.5.3.13.4-23 – Categorias de pescado capturadas pelo petrecho emalhe dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.**

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Tainha	223508,3	34,8
Corvina	161547,2	25,1
Bagre	85073,3	13,2
Sardinha-verdadeira	74593,8	11,6
Peixe-espada	17953,4	2,8
Pescadas	15428,2	2,4
Mistura	12889,6	2,0
Enchova	7915,2	1,2
Camarão-branco	5917,3	0,9
Tilápia	5865,5	0,9
Sardinha-laje	4895,5	0,8
Piraúna	4420,6	0,7
Camarão-cinza	4055,1	0,6
Robalo	2813,1	0,4
Robalete	2619,9	0,4
Siri (outros)	2468,5	0,4
Sardinha-casca-dura	2143,0	0,3
Pampo	1806,4	0,3
Parú	1623,7	0,3
Bonito-listrado	840,0	0,1
Sardinha-boca-torta	777,5	0,1
Savelha	724,0	0,1
Arraia	694,3	0,1
Xerelete	599,5	0,1
Cavalinha	575,0	0,1
Guaivira	211,0	0,0
Siri-candeia	195,5	0,0
Olho-de-cão	175,0	0,0
Badejo	148,9	0,0
Cocoroca	110,5	0,0
Peixe-porco	67,3	0,0
Fakeka	52,0	0,0
Linguado	48,6	0,0
Galo	46,6	0,0

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Cação	30,0	0,0
Sororoca	30,0	0,0
Garoupa	22,9	0,0
Pregereba	17,0	0,0
Souteiro	10,0	0,0
Caranha	9,0	0,0
Carapeba	6,5	0,0
Bijupirá	4,0	0,0
Polvo	4,0	0,0
Lula	1,5	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>642938,4</b>	

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- *Espinhel* – essa modalidade foi responsável pelo desembarque de 30 toneladas de pescado, referente a 16 categorias capturadas. Destas, 80% do volume desembarcado em quilogramas foram de corvinas, bagre e piraúna, respectivamente, 45,2%; 23,4% e 11%. Seguidas por categorias com representatividade de produção inferior a 10% (**Quadro II.5.3.13.4-24**).

**Quadro II.5.3.13.4-24** – *Categorias de pescado capturadas pelo petrecho espinhéis dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.*

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Corvina	13811.9	45.2
Bagre	7146.5	23.4
Piraúna	3366.5	11.0
Arraia	2045.0	6.7
Enchova	1995.4	6.5
Peixe-espada	937.0	3.1
Pescadas	401.8	1.3
Xerelete	326.8	1.1
Tainha	182.7	0.6
Garoupa	177.5	0.6
Mistura	74.5	0.2
Robalo	64.5	0.2
Lula	13.0	0.0
Robalete	6.5	0.0
Linguado	3.0	0.0
Badejo	2.5	0.0
<b>TOTAL</b>	<b>30554.7</b>	

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

O **Quadro II.5.3.13.4-25** apresenta sua distribuição na área monitorada.

**Quadro II.5.3.13.4-25 - Número de embarcações de espinhel, monitoradas e cadastradas, na Baía de Guanabara.**

Pontos de Desembarque	Embarcações Monitoradas	Embarcações Cadastradas
Canal	2	0
Colônia de Pescadores Z-09	0	1
Gradim	6	6
Jurujuba	9	0
Piedade	3	0
Ponta da Areia	0	2
Praia de São Gabriel	1	1
Praia do Ipiranga/ Limão	1	0
Praia dos Bancários	44	6
Praia Grande	3	1
Tubiacanga	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>19</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- **Linha** - foi responsável pelo desembarque de 26 t de pescado, referente a 25 categorias capturadas. Destas, 76% do volume desembarcado em quilogramas foram de peixe-espada e corvina (48,9% e 26,9%, respectivamente), categorias seguidas por outras com representatividade inferior a 6% da produção (**Quadro II.5.3.13.4-26**).

**Quadro II.5.3.13.4-26** – Número de embarcações de linha cadastradas, na Baía de Guanabara.

Pontos de Desembarque	Embarcações Monitoradas	Embarcações Cadastradas
Cabaceiro	1	1
Colônia de Pescadores Z-09	1	1
Colônia de Pescadores Z-10	21	13
Engenhoca	6	1
Jurujuba	5	-
Piedade	6	-
Ponta da Areia	-	3
Praia Grande	27	7
Quinta do Caju	-	1
Ribeira	2	-
Tubiacanga	6	3
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>30</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

O **Quadro II.5.3.13.4-27** apresenta sua distribuição na área monitorada. O quadro a seguir apresenta sua distribuição na área monitorada.

**Quadro II.5.3.13.4-27** – Categorias de pescado capturadas pelo petrecho linha-de-mão dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.

CATEGORIA	PRODUÇÃO (KG)	%
Peixe-espada	13168,0	48,9
Corvina	7235,5	26,9
Tainha	1392,5	5,2
Enchova	1015,5	3,8
Robalete	943,5	3,5
Robalo	780,0	2,9
Xerelete	507,0	1,9
Pescadas	484,0	1,8
Cocoroca	439,5	1,6
Piraúna	242,0	0,9
Mistura	178,4	0,7
Bagre	172,0	0,6
Olhete	110,0	0,4

CATEGORIA	PRODUÇÃO (KG)	%
Badejo	60,7	0,2
Siri-candeia	45,0	0,2
Marimbá	42,0	0,2
Lula	25,0	0,1
Olho-de-cão	20,0	0,1
Siri (outros)	13,0	0,0
Parú	7,5	0,0
Camarão-branco	7,0	0,0
Arraia	6,0	0,0
Garoupa	5,5	0,0
Camarão-cinza	2,0	0,0
Michole	1,0	0,0
<b>TOTAL</b>		<b>26902,6</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- **Puçá** - foi responsável pelo desembarque de 26 t de pescado, referente a 11 categorias capturadas. Destas, 99,3% do volume desembarcado em quilogramas foram siris (siris outros 67,6%; siri-candeia 16,5 e carne de siri 15,2%) (**Quadro II.5.3.13.4-28**). O **Quadro II.5.3.13.4-29** apresenta sua distribuição na área monitorada.

**Quadro II.5.3.13.4-28** – Número de embarcações de puçá, monitoradas e cadastradas, na Baía de Guanabara.

Pontos de Desembarque	Embarcações Monitoradas	Embarcações Cadastradas
Colônia de Pescadores Z-09	3	-
Canal	2	1
Colônia de Pescadores Z-10	1	-
Jurujuba	1	1
Piedade	6	5
Praia de São Gabriel	12	6
Praia Grande	4	3
Praia do Ipiranga/ Limão	4	3
Quinta do Caju	1	-
Suruí	5	-
Ponta da Areia	3	-
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>19</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011



**Quadro II.5.3.13.4-29** – *Categorias de pescados capturados pelo petrecho de arrasto dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.*

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Siri (outros)	17849,4	67,6
Siri-candeia	4362,5	16,5
Carne de siri	4004,0	15,2
Peixe-espada	48,0	0,2
Corvina	40,0	0,2
Tainha	39,0	0,1
Pescadas	27,0	0,1
Sardinha-verdadeira	10,0	0,0
Robalete	9,0	0,0
Mistura	6,0	0,0
Sardinha-laje	1,0	0,0
<b>TOTAL</b>		<b>26395,9</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

- **Tarrafa** - foi responsável pelo desembarque de 1,5 t de pescado, referente a 21 categorias capturadas. Destas, cerca de 50% do volume desembarcado em quilogramas foram de tainha, seguida por outras categorias, todas com menos de 10% de representatividade na produção (**Quadro II.5.3.13.4-30**).

**Quadro II.5.3.13.4-30** – *Categorias de pescado capturadas pelo petrecho tarrafa dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos quatorze meses de monitoramento.*

CATEGORIA	PRODUÇÃO (kg)	%
Tainha	739,0	48,6
Pescadas	143,1	9,4
Corvina	141,9	9,3
Robalete	114,2	7,5
Bagre	88,8	5,8
Robalo	57,0	3,7
Mistura	45,9	3,0
Piraúna	36,7	2,4
Sardinha-laje	33,5	2,2
Badejo	27,6	1,8
Siri (outros)	17,5	1,2
Camarão-branco	16,0	1,1
Sardinha-verdadeira	14,0	0,9
Garoupa	12,8	0,8
Enchova	10,1	0,7
Parú	8,5	0,6
Cocoroca	5,0	0,3
Peixe-porco	5,0	0,3
Carapicu	2,0	0,1
Xerelete	1,5	0,1
Carapeba	1,5	0,1
<b>TOTAL</b>		<b>1521,4</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

O **Quadro II.5.3.13.4-31** apresenta a distribuição dessa modalidade de pesca na área monitorada.



**Quadro II.5.3.13.4-31 – Número de embarcações de tarrafa, monitoradas e cadastradas, na Baía de Guanabara.**

Pontos de Desembarque	Embarcações Monitoradas	Embarcações Cadastradas
Bancários	5	4
Colônia de Pescadores Z-09	1	1*
Colônia de Pescadores Z-10	3	6
Engenhoca	1	0
Ilha de Paquetá	3	7
Ilha da Conceição	0	1
Suruí	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>20</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

**c.1. Frota Pesqueira**

As informações aqui apresentadas decorrem do Monitoramento do Desembarque Pesqueiro na Baía de Guanabara na área de abrangência do empreendimento Terminal Flexível de GNL, cujo número de embarcações cadastradas totalizou 613 unidades e o de monitoradas 806, distribuídas nos 25 pontos de desembarque, na Baía de Guanabara.

A distribuição das categorias nos pontos de desembarque mostra Jurujuba com quatro, sendo o ponto com maior variedade. Pontos que apresentaram três categorias foram: Praia dos Bancários, Colônia de Pescadores Z-11, Marcoop, Quinta do Caju, Gradim e São Gabriel, e com duas categorias: Ilha de Paquetá, Colônia de Pescadores Z-10, Colônia de Pescadores Z-09 e Tubiacanga. O restante dos pontos de desembarque apresentou exclusivamente uma categoria das embarcações cadastradas (**Quadro II.5.3.13.4-32**).

Matos *et al.* (2004) constataram que em alguns pontos de desembarque da Baía de Guanabara, os botes são diferenciados dos caícos pelo tamanho, no entanto, em outros locais botes e caícos foram usados como sinônimos. Nesse contexto que, algumas categorias de embarcações ilustram denominações locais e não configuram distinções concisas, baseiam-se em subjetividades – fortalecidas pela nomeação livre do coletor ou pescador no momento do preenchimento do questionário. A subjetividade na classificação das embarcações

por categorias justifica a análise da frota a partir das características físicas e qualitativas das embarcações.

**Quadro II.5.3.13.4-32 - Categorias de embarcações pesqueiras cadastradas, por ponto de desembarque na Baía de Guanabara.**

Município	Pontos de Desembarque	Baleeira	Barco de arrasto	Bote/caíco	Canoa	Lancha	Traineira
Rio de Janeiro	Colônia de Pescadores Z-10	-	1	24	-	-	-
	Cabaceiro	-	-	2	-	-	-
	Ribeira	-	-	1	-	-	-
	Engenhoca	-	-	1	-	-	-
	Praia da Bica	-	-	7	-	-	-
	Praia dos Bancários	-	5	121	2	-	-
	Tubiacanga	-	3	10	-	-	-
	Praia da Guarda/Paquetá	-	-	24	-	1	-
	Colônia de Pescadores Z-11	-	1	4	-	-	1
	Vila Pinheiros	-	-	7	-	-	-
	Marcoop	-	1	19	-	-	5
	Quinta do Cajú	-	2	8	-	-	5
Magé	Colônia de Pescadores Z-09	-	1	52	-	-	-
	São Francisco	-	-	5	-	-	-
	Praia do Ipiranga/Limão	-	-	40	-	-	-
	Piedade	-	-	27	-	-	-
	Canal	-	-	33	-	-	-
	Suruí	-	-	29	-	-	-
Duque de Caxias	Porto da Chacrinha	-	-	7	-	-	-
São Gonçalo	Gradim	-	5	62	-	-	-
	Praia de São Gabriel	-	-	2	1	-	-
Niterói	Praia Grande	-	-	13	-	-	-
	Ilha de Conceição	-	-	-	-	-	5
	Ponta da Areia	-	-	13	-	-	-
	Juruçuba	2	1	2	-	-	34
<b>TOTAL (613)</b>		<b>2</b>	<b>20</b>	<b>537</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>50</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

As informações aqui apresentadas decorrem do Monitoramento do Desembarque Pesqueiro na Baía de Guanabara na área de abrangência do empreendimento Terminal Flexível de GNL, cujo número de embarcações cadastradas totalizou 613 unidades e o de monitoradas 806, distribuídas nos 25 pontos de desembarque, na Baía de Guanabara.

A distribuição das categorias nos pontos de desembarque mostra Jurujuba com quatro, sendo o ponto com maior variedade. Pontos que apresentaram três categorias foram: Praia dos Bancários, Colônia de Pescadores Z-11, Marcoop, Quinta do Caju, Gradim e São Gabriel, e com duas categorias: Ilha de Paquetá, Colônia de Pescadores Z-10, Colônia de Pescadores Z-09 e Tubiacanga. O restante dos pontos de desembarque apresentou exclusivamente uma categoria das embarcações cadastradas (**Quadro II.5.3.13.4-33**).

Matos *et al.* (2004) constataram que em alguns pontos de desembarque da Baía de Guanabara, os botes são diferenciados dos caícos pelo tamanho, no entanto, em outros locais botes e caícos foram usados como sinônimos. Nesse contexto que, algumas categorias de embarcações ilustram denominações locais e não configuram distinções concisas, baseiam-se em subjetividades – fortalecidas pela nomeação livre do coletor ou pescador no momento do preenchimento do questionário. A subjetividade na classificação das embarcações por categorias justifica a análise da frota a partir das características físicas e qualitativas das embarcações.

**Quadro II.5.3.13.4-33** - *Categorias de embarcações pesqueiras cadastradas, por ponto de desembarque na Baía de Guanabara.*

Município	Pontos de Desembarque	Baleeira	Barco de arrasto	Bote/caíco	Canoa	Lancha	Traineira
Rio de Janeiro	Colônia de Pescadores Z-10	-	1	24	-	-	-
	Cabaceiro	-	-	2	-	-	-
	Ribeira	-	-	1	-	-	-
	Engenhoca	-	-	1	-	-	-
	Praia da Bica	-	-	7	-	-	-
	Praia dos Bancários	-	5	121	2	-	-
	Tubiacanga	-	3	10	-	-	-
	Praia da	-	-	24	-	1	-

Município	Pontos de Desembarque	Baleeira	Barco de arrasto	Bote/caíco	Canoa	Lancha	Traineira
	Guarda/Paquetá						
	Colônia de Pescadores Z-11	-	1	4	-	-	1
	Vila Pinheiros	-	-	7	-	-	-
	Marcoop	-	1	19	-	-	5
	Quinta do Cajú	-	2	8	-	-	5
Magé	Colônia de Pescadores Z-09	-	1	52	-	-	-
	São Francisco	-	-	5	-	-	-
	Praia do Ipiranga/Limão	-	-	40	-	-	-
	Piedade	-	-	27	-	-	-
	Canal	-	-	33	-	-	-
	Suruí	-	-	29	-	-	-
Duque de Caxias	Porto da Chacrinha	-	-	7	-	-	-
São Gonçalo	Gradim	-	5	62	-	-	-
	Praia de São Gabriel	-	-	2	1	-	-
Niterói	Praia Grande	-	-	13	-	-	-
	Ilha de Conceição	-	-	-	-	-	5
	Ponta da Areia	-	-	13	-	-	-
	Jurujuba	2	1	2	-	-	34
<b>TOTAL (613)</b>		<b>2</b>	<b>20</b>	<b>537</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>50</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

## n) Produção Pesqueira

A Baía da Guanabara, apesar de sua intensa utilização por diversas atividades, do adensamento demográfico no seu entorno e das consequências daí decorrentes em termos de poluição doméstica e industrial, é ainda uma importante área de pesca, contando com um total de 61 pontos de descarga de pescado, sendo 32 considerados de maior relevância comercial (PROZEE, 2005).

Em seu estudo sobre um modelo de gestão para a pesca em pequena escala, Rodrigues (2009) colocou a seguinte pergunta: “ainda há espaço para a pesca artesanal da Baía de Guanabara?”. E a respondeu afirmativamente: a Baía de Guanabara detém uma produção importante, tanto no que tange ao volume de pescado desembarcado (19.000 t entre 2001 e 2002), quanto ao número de pescadores envolvidos com a atividade (variando entre 3000 e 18.000).



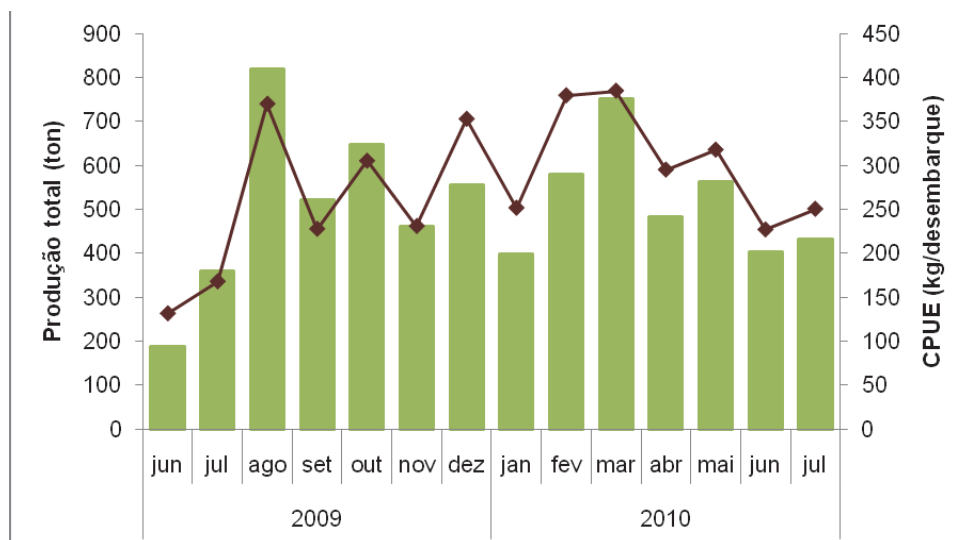
À quase inexistência de estudos correspondem controvérsias entre os dados existentes acerca dos números de pescadores, quantidade de pescado, pontos de desembarque e comercialização. Nesses termos se estará utilizando aqui os estudos mais atuais identificados, cujos resultados permitem se compor um panorama geral da pesca na Baía de Guanabara.

Durante o período entre 01 de junho de 2009 a 31 de julho de 2010 foi realizado o monitoramento do desembarque na Baía de Guanabara (PETROBRAS/ HABTEC,2011) cujos resultados permite se ter uma ideia da produção pesqueira da Baía de Guanabara.

Segundo o estudo citado, a produção pesqueira oriunda unicamente de dentro da Baía de Guanabara foi muito variável ao longo dos meses de monitoramento e isto se deve principalmente a forte sazonalidade da atividade e a grande discrepância de produção entre os diferentes pontos de desembarque.

Na baía a pesca é uma atividade produtiva extremamente dinâmica, dependente de uma série de fatores tais como clima, safra, preço de comercialização, infraestrutura de atracação e capacidade de mobilidade das embarcações. Algumas dessas variáveis alternam entre si, de forma sazonal, em termos de contribuição para a produção de pescado, sendo ora uma mais importante do que a outra, dependendo da época.

A **Figura II.5.3.13.4-4** aponta uma média mensal da produção de 512 t de pescado, apresentando uma amplitude de 189 a 820 t nos meses de junho e agosto de 2009, respectivamente.



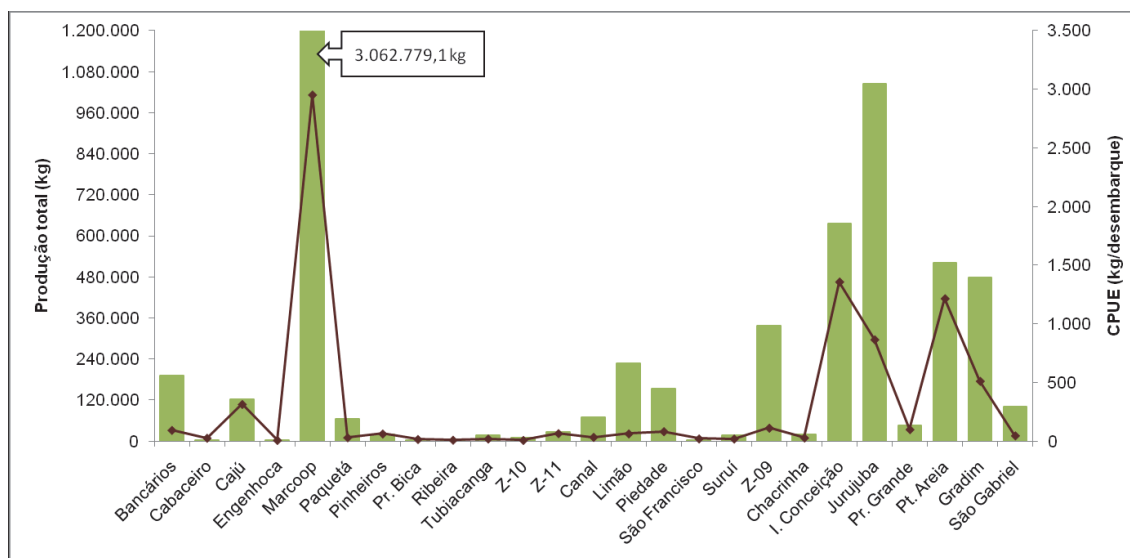
Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

**Figura II.5.3.13.4-4** – *Produção total e captura por unidade de esforço - CPUE mensal referente aos desembarques, provenientes de dentro da Baía de Guanabara, durante o período de estudo.*

Observa-se que os períodos de maior atividade ocorreram entre os meses de julho a outubro de 2009, quando foram registrados mais do que 2.000 desembarques. Esse maior esforço, no entanto, não se refletiu na produção (CPUE) registrada, que apresentou uma tendência de diminuição da produção nos meses de junho e julho de ambos os anos. Esse comportamento pode estar associado a um fator importante na dinâmica pesqueira da Baía de Guanabara, a sazonalidade.

Embora se considere a presença de quatro estações climáticas no ano, um dos principais fatores que podem influenciar a atividade pesqueira é o período de chuvas. Esse por sua vez é dividido em dois, um de maior pluviosidade, no final da primavera e durante o verão, e um de menor pluviosidade, no inverno e outono, coincidindo com a menor produtividade.

A **Figura II.5.3.13.4-5** mostra a produção total e CPUE relativos as capturas realizadas dentro da Baía de Guanabara, de acordo com os 25 pontos de desembarque.



Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

**Figura II.5.3.13.4-5** – Produção total e CPUE, relativos às capturas realizadas dentro da Baía de Guanabara, de acordo com os 25 pontos de desembarque.

Do total de 25.764 desembarques, com capturas provenientes da baía, cerca de 25,3% origina-se de apenas dois dos 25 pontos de desembarque, são eles: Praia do Ipiranga/Limão e Colônia Z-09, no município de Magé. Desses, o local que apresenta o maior número de registros é a Praia do Ipiranga/Limão, com 3.531 desembarques.

Na Praia do Ipiranga/Limão a produção de pescado é oriunda principalmente de currais de pesca e redes de emalhe. Juntas, essas artes de pesca respondem por praticamente 98% do volume de pescado desembarcado, em quilogramas, no ponto. Esses desembarques monitorados totalizam 228 t de pescado, colocando a Praia do Ipiranga/Limão na 7ª colocação em volume de produção (toneladas), dentre os 25 pontos de desembarque.

A Colônia de Pescadores Z-09, localizada na Praia de Mauá, possui um padrão bastante semelhante quanto a predominância dos currais de pesca e das redes de espera na participação da produção. No entanto, se difere pela maior diversidade de artes de pesca, apresentando capturas oriundas da pesca de arrasto, linha de mão e tarrafa, todas com pouca expressividade em volume de pescado.

---

Observando os resultados apresentados no **Quadro II.5.3.13.4-34** e na **Figura II.5.3.13.4-5**, as informações que se destacam são a discrepância nos números totais de desembarques realizados e na produção (total e CPUE).



\_\_\_\_\_  
Coordenador da Equipe



\_\_\_\_\_  
Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013



**Quadro II.5.3.13.4-34** - Número total de desembarques de pescado comercial, relativos às capturas realizadas dentro da Baía de Guanabara, monitorados por mês, nos 25 pontos de desembarque. Dados cumulativos até o dia 31 de julho de 2010.

MUNICÍPIO	LOCAIS DE DESEMBARQUE	2009							2010							Total
		jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	
Rio de Janeiro	Bancários	177	206	99	178	14	143	118	195	181	158	143	147	148	119	2.026
	Cabaceiro	21	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27
	Cajú	-	37	59	60	83	19	22	8	11	5	3	43	14	26	390
	Engenhoca	1	7	0	2	2	1	0	1	10	5	0	6	0	0	35
	Marcoop	-	72	122	42	125	90	108	59	55	86	107	74	56	41	1.037
	Paquetá	156	162	180	166	153	128	101	141	115	195	103	133	136	137	2.006
	Pinheiros	25	43	35	35	9	6	20	12	18	24	25	17	29	25	323
	Pr. Bica	15	15	23	28	37	24	1	13	13	25	9	0	6	9	218
	Ribeira	7	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
	Tubiacanga	52	105	56	82	78	73	56	39	43	71	37	45	57	48	842
	Z-10	89	55	88	81	86	62	64	73	82	99	76	87	79	68	1.089
Z-11	29	43	74	24	18	16	25	29	23	19	43	14	20	30	407	

MUNICÍPIO	LOCAIS DE DESEMBARQUE	2009							2010							Total
		jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	
Magé	Canal	108	154	191	169	175	123	168	136	116	153	118	118	138	116	1.983
	Limão	183	259	269	276	300	323	197	212	198	251	248	337	245	233	3.531
	Piedade	102	123	168	184	194	183	85	129	129	102	113	74	94	143	1.823
	São Francisco	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Suruí	21	13	69	94	70	78	79	63	65	70	37	46	57	55	817
	Z-09	241	313	242	230	220	189	194	149	168	234	221	160	195	219	2.975
Duque de Caxias	Chacrinha	-	21	58	61	53	54	50	46	47	60	53	47	50	48	648
Niterói	I. Conceição	13	0	16	42	67	25	26	41	40	51	29	52	38	27	467
	Jurujuba	55	72	97	104	87	143	68	68	74	112	87	94	69	74	1.204
	Pr. Grande	30	61	37	46	29	36	24	31	21	33	20	23	35	31	457
	Pt. Areia	14	37	24	29	22	27	24	37	27	41	34	37	36	40	429
São Gonçalo	Gradim	-	167	127	122	32	4	1	24	40	85	20	93	101	115	931
	São Gabriel	95	164	181	241	264	250	146	82	54	74	109	129	170	127	2.086
<b>Total geral</b>		<b>1.434</b>	<b>2.138</b>	<b>2.217</b>	<b>2.296</b>	<b>2.119</b>	<b>1.997</b>	<b>1.577</b>	<b>1.588</b>	<b>1.530</b>	<b>1.953</b>	<b>1.635</b>	<b>1.776</b>	<b>1.773</b>	<b>1.731</b>	<b>25.764</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

Em termos de produção absoluta, o porto da Cooperativa Marcílio Ramos (Marcoop), se destaca nitidamente dos demais locais. Sozinho, esse ponto representa 42,7% da produção total registrada oriunda de dentro da Baía da Guanabara. A explicação para esse volume diferenciado está na atuação de sua frota, composta por embarcações que operam com arrasto, emalhe e cerco.

Essa última é responsável por 99% da produção deste ponto, reflexo da característica de atuar sobre cardumes, principalmente de pequenos peixes pelágicos, como as sardinhas e savelhas. A despeito do tempo de procura dos cardumes, o volume de pescado capturado por essa arte, a cada saída da embarcação, sempre atinge altos valores. O reflexo disso é que dentre os 10 pontos mais produtivos (por quilograma de pescado desembarcado), seis apresentam capturas provenientes dessa pescaria. Os portos mais produtivos são os mesmos que apresentam uma elevada participação da frota de cerco no seu desembarque. Mesmo entre frotas parecidas, contudo, ainda há uma discrepância sensível entre um porto e outro. Cada viagem dos barcos da Ilha da Conceição, por exemplo, produz, em média, menos de metade da quantidade de pescado por desembarque na Marcoop.

O pescado desembarcado nos portos da Baía de Guanabara é basicamente proveniente das águas da própria baía. Nesse sentido, com exceção dos portos da Ilha da Conceição, de Jurujuba, da Praia Grande, da Ponta da Areia (no município de Niterói), a produção é capturada, na sua totalidade, dentro dos limites da Baía.

Observando as áreas preferenciais de captura dos supracitados pontos onde há registros de produção oriunda de fora dos limites geográficos da baía, a atuação principal da frota ocorre a partir da altura da Ilha do Governador, sem nenhuma participação dos pontos mais ao fundo. Esses portos apresentam a atuação de embarcações de pesca de cerco, que possuem maior tamanho e autonomia permitindo o avanço para fora da Baía em busca de seus principais pescados, a sardinha-verdadeira e o xerelete. Juntas, essas categorias representam 77,3% da produção capturada em regiões costeiras adjacentes à Baía de Guanabara.

Essas regiões incluem, por exemplo, a Praia de São Conrado e a região de Maricá. Outras localidades mais distantes, no sul do estado do Rio de Janeiro, já foram identificadas nos desembarques, como as áreas do entorno da Ilha Grande. Já as capturas dessas embarcações dentro dos limites da baía focam na pesca da sardinha-boca-torta, sardinha-verdadeira e da savelha, que juntas representam 81,7% da produção de cerco dentro da baía. Ocasionalmente, em menor proporção, há uma participação da corvina e das tainhas (que juntas respondem por 6,4%).

Em contraposição a essas frotas com maior autonomia de navegação, alguns pontos dependem de poucas áreas de pesca, apresentando locais que se destacam em produção, são eles: o porto de Suruí, Piedade, Colônia Z-09, Praia do Ipiranga, São Francisco e Canal, no município de Magé, Chacrinha, no município de Duque de Caxias, Cabaceiro, Praia da Bica, Ribeira e Z-10, no município do Rio de Janeiro e São Gabriel, no município de São Gonçalo.

No fundo da Baía de Guanabara, as frotas dos diferentes portos de desembarque parecem compartilhar a área, setorizando seu local de atuação. Como é característica dessa região, a produção da Colônia Z-09, Suruí, Praia do Ipiranga, Canal, Piedade e Chacrinha se origina da pesca com currais, arte de pesca fixa (passiva), o que gera o agrupamento da captura observado para esses pontos, apresentando produção inclusive de áreas dentro da APA de Guapimirim. Já a frota de emalhe, da praia da Bica, atua mais próximo à praia, uma vez que sua frota é composta por barcos de pequeno porte, normalmente movidos a remo e com baixa capacidade de locomoção. A atuação dos portos de São Francisco, Cabaceiro e Ribeira devem ser vistas com cautela, já que há uma baixa produção desembarcada nesses pontos.

A frota de São Gabriel atua majoritariamente nos currais de pesca, com redes de espera e puçá. Porém, a particularidade desse local está na presença de um grupo de trabalhadores que realiza o descarte de siris, sendo o responsável por praticamente toda comercialização da categoria “carne de siri”. A captura de siris na Baía de Guanabara é sazonal e, devido a esse fato, muitos pescadores em épocas de baixa produtividade se deslocam para a região de Saquarema para a pesca deste recurso. Esse tipo de informação é de grande relevância, pois ajuda

a entender a dinâmica socioeconômica das comunidades dedicadas à atividade pesqueira.

Pontos de monitoramento com a produção mais dispersa, dentro da baía, incluem a Cooperativa Marcoop, praia dos Bancários, Quinta do Caju, Gradim, Engenhoca, Ilha de Paquetá, Vila Pinheiros, Colônia Z-08, Tubiacanga e Colônia Z-11. Com exceção de Engenhoca, Vila Pinheiros e Z-11, esses pontos apresentam uma grande diversidade de tipos de barcos e petrechos empregados na pesca. Assim, esses pescadores aproveitam diferentes habitats da baía, usando as artes mais adequadas e gerando uma produção diversificada em termos de categoria de pescado e área de atuação. Apesar da dispersão, cada frota apresenta regiões preferenciais de atuação, correspondentes aos pesqueiros mais importantes: a Ilha do Boqueirão, na praia dos Bancários; a região do porto do Rio de Janeiro, para a Quinta do Caju e Gradim; e o canal central, para Vila Pinheiros e Colônia Z-11.

A avaliação da produção pesqueira mensal de cada categoria no estudo citado, considerou a CPUE (kg/desembarque), demonstrando que as três maiores CPUEs (total) são referentes ao grupo de pequenos pelágicos composto pelos clupeídeos: sardinha-boca-torta, sardinha-verdadeira e savelha, sendo que a primeira categoria apresenta o valor de uma ordem de grandeza maior do que os demais. Esse grupo é capturado pela pescaria de cerco de traineira, que por características tecnológicas, atua sobre cardumes, capturando grande volume (kg) de pescado (**Quadro II.5.3.13.4-35**).

**Quadro II.5.3.13.4-35 -** *Categorias de pescados capturados, em CPUE (kg/desembarque), dentro da Baía de Guanabara e desembarcadas nos 14 meses de monitoramento.*

Categorias	2009							2010							Total
	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	
Sardinha-boca-torta	0,7	56,9	116,0	52,7	166,1	79,6	179,4	51,1	132,9	136,1	136,5	170,7	93,9	130,6	107,3
Sardinha-verdadeira	2,3	7,2	135,7	94,1	45,4	7,8	3,6	15,0	61,5	66,5	42,5	47,0	26,4	13,2	43,6
Savelha	46,6	23,8	53,4	20,9	23,5	37,2	51,5	44,2	12,8	62,2	5,8	13,2	16,6	21,0	31,0
Tainha	24,7	22,9	20,9	14,6	15,6	26,9	36,2	44,6	35,8	35,2	44,2	34,1	31,9	26,4	28,6
Corvina	21,3	15,9	14,1	11,2	14,0	22,5	27,1	41,7	43,6	39,5	32,9	26,6	25,4	21,8	24,6
Mistura	2,9	2,9	8,3	9,8	11,1	4,8	4,7	13,2	24,3	16,5	11,6	9,4	10,0	10,3	9,8
Xerelete	6,9	8,9	6,4	9,8	14,1	0,8	0,6	0,5	0,2	1,5	5,5	4,7	11,7	10,9	6,2
Pescadas	3,9	1,4	1,7	0,7	0,7	7,4	5,9	8,9	32,6	11,3	0,8	0,6	0,6	0,4	5,0
Bagre	5,4	3,8	2,6	2,1	2,9	10,8	14,0	9,6	4,4	3,3	2,8	1,9	2,2	2,3	4,7
Sardinha-casca-dura	3,6	7,6	1,7	0,8	1,7	11,5	9,7	3,1	5,5	1,4	0,7	0,0	0,8	2,0	3,5
Peixe-espada	5,8	2,0	1,5	1,6	1,2	3,9	2,4	2,4	11,3	3,3	2,0	0,8	3,9	5,8	3,2
Sardinha-laje	0,0	1,9	0,2	1,9	2,8	8,4	4,4	3,9	5,9	3,9	0,0	0,0	0,2	1,5	2,5
Siri (outros)	0,7	0,6	1,9	1,8	1,9	1,9	1,9	1,1	0,5	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	1,0
Camarão-cinza	1,2	1,7	1,6	1,1	1,2	1,2	2,2	1,1	0,3	0,2	0,4	0,2	0,9	0,4	1,0

Categorias	2009							2010							Total
	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	
Enchova	0,5	0,6	1,4	1,8	0,4	1,2	1,7	1,9	1,1	0,3	0,2	0,4	0,3	0,2	0,9
Piraúna	1,6	0,8	0,3	0,6	0,2	0,3	0,3	0,6	3,3	0,5	0,4	0,4	0,4	1,0	0,7
Cavalinha	0,0	5,9	1,1	0,0	0,0	0,7	0,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,7
Robalo	0,7	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	2,4	3,1	0,3	0,9	0,5	1,0	0,2	0,2	0,7
Camarão-branco	0,1	0,1	0,3	0,5	0,7	0,8	1,4	0,8	0,4	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,4
Bonito-listrado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	5,4	0,0	0,0	0,2	0,4
Parú	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,8	1,1	0,7	1,2	0,3	0,1	0,3	0,4	0,1	0,4
Bonito-cachorro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	0,0	0,0	0,3
Tilápia	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,1	0,5	1,1	0,4	0,2	0,2	0,3
Robalete	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,2	0,7	0,5	0,4	0,1	0,1	0,2
Siri-candeia	0,4	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2
Olho-de-cão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	1,8	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Galo	0,3	0,4	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,9	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2
Carne de siri	0,1	0,1	0,1	0,3	0,4	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2
Manjubinha	0,3	0,2	0,0	0,1	0,4	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Arraia	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1
Cocoroca	0,3	0,0	0,2	0,2	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Pampo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,1

Categorias	2009							2010							Total
	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	
Ubarana	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Peixe-porco	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Garoupa	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Guaivira	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Badejo	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Carapicu	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Carapeba	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Olhete	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Polvo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sororoca	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Folha-de-mangue	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Palombeta	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Linguado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fakeka	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Marimbá	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lula	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pacú	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013



Categorias	2009							2010							Total
	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	
Xixarro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pregereba	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Trilha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caranha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sargo-de-dente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Souteiro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bijupirá	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Michole	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Produção total (kg)</b>	<b>131,5</b>	<b>167,9</b>	<b>370,1</b>	<b>227,7</b>	<b>305,3</b>	<b>231,0</b>	<b>352,9</b>	<b>251,7</b>	<b>379,7</b>	<b>384,9</b>	<b>295,1</b>	<b>317,8</b>	<b>227,0</b>	<b>250,5</b>	<b>278,3</b>
<b>Esforço (desembarques)</b>	<b>1.434</b>	<b>2.138</b>	<b>2.217</b>	<b>2.296</b>	<b>2.119</b>	<b>1.997</b>	<b>1.577</b>	<b>1.588</b>	<b>1.530</b>	<b>1.953</b>	<b>1.635</b>	<b>1.776</b>	<b>1.773</b>	<b>1.731</b>	<b>25.764</b>

Fonte: PETROBRAS/ HABTEC 2011

O detalhamento da produção pesqueira na Baía de Guanabara pode ser observado nos seguintes termos:

- *Sardinha-verdadeira* - um dos pescados mais importantes no litoral Sudeste/Sul do país. Sua participação na produção total (kg), do ano de 2008, foi a maior dentre 127 categorias, representando 17% (UNIVALI, 2008<sup>48</sup>) e confirmando sua escolha como uma das categorias mais importantes nos desembarques na Baía de Guanabara. No total, dentro dos limites da Baía, foram capturadas aproximadamente 1.124 t de sardinha-verdadeira. O desembarque dessa categoria foi registrado em 17 dos 25 locais monitorados, sendo que somente Jurujuba e Ponta da Areia representam 63%. Notadamente, esses dois pontos, junto com Ponta da Areia, são os que recebem o maior número de embarcações que realizam a pesca de cerco, resultado de uma melhor infraestrutura para recebimento desses barcos.
- *Sardinha-boca-torta* - foi observado apenas um exemplar adquirido no porto da Praia da Bica, sendo identificado como pertencente a espécie *Cetengraulis edentulus*. Apesar de o número ser pouco representativo, com base na *expertise* dos pesquisadores, trata-se de uma categoria monoespecífica, sendo, inclusive, facilmente reconhecida pelos pescadores e comerciantes de pescado.
- *Sardinha-casca-dura* - é uma categoria de pescado considerada monoespecífica. Durante o presente estudo foram adquiridos 30 exemplares provenientes de duas localidades. A análise taxonômica identificou todos como sendo da espécie *Harengula clupeola*, corroborando outros estudos pesqueiros realizados no Sudeste e Sul do país (e.g. UNIVALI, 2009).
- *Savelha* - é a última categoria pertencente ao grupo de pequenos pelágicos analisada. Dentre as semelhanças que esses pescados compartilham está o fato de serem categorias monoespecíficas. No total, 58 exemplares de savelha, provenientes de três localidades, foram

<sup>48</sup> - UNIVALI, 2009. **Boletim estatístico da pesca industrial de Santa Catarina – Ano 2008**. Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar, 73pp.

submetidos à análise taxonômica. Dentre eles, 53 foram identificados com *Brevoortia aurea* e cinco como *Harengula clupeola*.

- *Tainha* - engloba, no referido estudo, as categorias comerciais “tainhotas e paratis” e “tainha”. A identificação taxonômica revelou ser uma categoria multiespecífica, tendo sido identificadas três espécies, a saber, *Mugil liza*, *M. platanus* e *M. curema*, sem nenhuma predominância numérica observada entre essas. No total, 23 exemplares foram analisados e nove tiveram sua identificação específica a ser confirmada (*Mugil cf. curema*). A limitação na identificação de alguns exemplares foi devido ao fato de a Família Mugillidae ser um grupo taxonomicamente complexo, ocorrendo, em geral, sobreposição de caracteres morfométricos e merísticos. Apesar de algumas espécies apresentarem diferenças na proporção corporal, facilmente identificadas visualmente, os pescadores e comerciantes de pescado não fazem nenhuma distinção quanto ao grupo, fato que determina uma mesma categoria comercial
- *Corvina* - é um pescado comercializado de acordo com o tamanho do indivíduo. Quando se trata de peixes menores é chamada de “corvinota”, referência a uma corvina pequena. A reunião dos dois grupos de tamanho em uma única categoria foi uma estratégia adotada neste estudo por se referirem à mesma espécie, *Micropogonias furnieri*. Apesar de ser atestado pela literatura como sendo uma categoria monoespecífica e ser facilmente reconhecida pelos envolvidos na atividade pesqueira, foram identificados seis exemplares provenientes de dois portos, que corroboraram a identificação empírica da espécie.
- *Mistura* - é uma categoria comercial composta por diversas espécies de peixes, que são comercializados juntos ou por apresentarem menor valor de mercado, ou por que foram capturados em menor volume individualmente. Por possuir essa característica multiespecífica, a mistura pode variar sua composição sazonalmente. Durante o monitoramento realizado verificou-se que as artes de pesca que desembarcaram o maior volume desse grupo foram o cerco, o curral e a rede de emalhe. Como característica da dinâmica pesqueira na Baía de Guanabara, esses

petrechos, principalmente os dois primeiros, possuem um zoneamento nos locais de desembarque, sendo a produção do curral mais volumosa nos pontos do fundo da baía e a de cerco nos portos que apresentam maior infraestrutura de atracamento. Por esse motivo, o desembarque da produção de mistura é um reflexo das artes de pesca principais que as capturam. Dentre os portos mais representativos tem-se os do fundo da baía, correspondentes ao município de Magé, os quais recebem a produção originada majoritariamente da captura com redes de espera e currais. Também se encontram entre os mais produtivos para essa categoria os portos de Ponta de Areia, Ilha da Conceição, Jurujuba e Quinta do Caju, todos com registro de atuação de embarcações de pesca com cerco e rede de emalhe.

- *Xerelete* - capturado na Baía de Guanabara foi identificado como sendo da espécie *Caranx crysos*, tendo sido analisados 15 exemplares de duas localidades, Ilha da Conceição e Jurujuba. Apesar disso, deve-se considerar a possibilidade de captura, em menor proporção, de *Caranx lattu*, presente na amostras de outros estudos desenvolvidos pela Petrobras na Baía de Guanabara, como o de *Caracterização do Sistema Bêntico da Baía de Guanabara (2005-2007)*. As duas espécies associadas à categoria são pelágicas, ou seja, ocupam a região da coluna d'água e formam cardumes. Por conta dessas características biológicas, é capturada principalmente pela pesca de cerco, fato que se reflete nos pontos que registram os maiores desembarques da categoria, todos com forte atuação dessa frota.
- *Pescadas* - são comercializadas separadas em distintas categorias, dentre elas destacam-se as que foram identificadas no referido estudo: pescada, pescada-amarela, pescada-bicuda, pescada-goete, pescada-maria-mole, pescada-perna-de-moça e pescada-branca, cada qual representando uma, ou um conjunto de espécies. Essa separação é feita através do conhecimento empírico daqueles envolvidos no setor produtivo da pesca, que conseguem visualizar aspectos gerais da sua morfologia como proporção corporal, coloração e tamanho das escamas, obtendo assim a

identificação da categoria. Essa por sua vez, tem uma grande fidelidade taxonômica.

- *Bagre* – que corresponde a uma categoria que, na Baía de Guanabara, engloba duas espécies, *Genidens genidens* e *Genidens barbatus*. No trabalho de identificação taxonômica da categoria, foram observados 18 exemplares originados de sete portos monitorados. Desses, 10 foram identificados como *G. barbatus* e os demais como *G. genidens*. Em contraposição a esse resultado, o já citado *Projeto de Caracterização do Sistema Bêntico da Baía de Guanabara*, coordenado pelo CENPES/PETROBRAS, registrou uma captura relativa aproximada de 90% de *Genidens genidens*. Apesar de não ter sido verificada essa predominância, o resultado mais importante refere-se ao fato desta ser considerada uma categoria multiespecífica que não apresenta nenhuma distinção quanto as suas espécies, tanto na captura, quanto no momento da comercialização. Tal informação é de grande importância no momento de se fazer qualquer ingerência quanto ao manejo dessa categoria, que é considerada um importante recurso pesqueiro na Baía de Guanabara.
- *Peixe-espada* - apesar de não ter sido identificado taxonomicamente pela equipe é uma categoria composta sabidamente por apenas uma espécie, *Trichiurus lepturus*. Foi considerado um importante recurso para a Baía de Guanabara devido a sua alta produção, a qual atingiu 82,6 t ao longo dos 14 meses de monitoramento, e pela sua frequência nos desembarques avaliados mensalmente. Esse recurso foi comumente desembarcado em portos de intensa atividade de comercialização, englobando todos os pontos monitorados no município de Niterói, quatro importantes portos na Ilha do Governador, município do Rio de Janeiro e ainda dois portos, o do Gradim e da Colônia Z-09.
- *Camarão-cinza* - assim como as demais subseqüentes categorias de crustáceos, foram incluídas dentro do grupo das mais importantes devido, principalmente, aos seus aspectos socioeconômicos. Para o camarão-cinza, foram observados lotes que totalizaram 264 indivíduos, e como resultado obteve-se que 262 destes eram pertencentes ao gênero

*Farfantepenaeus* (154 exemplares pertencentes à espécie *Farfantepenaeus brasiliensis* e 25 à espécie *Farfantepenaeus paulensis*). Apenas dois exemplares foram identificados como *Litopenaeus schimitti*, corroborando os diversos estudos sobre o grupo na Baía (VIANNA *et al.*, 2004). É importante destacar que quando adultos, os indivíduos pertencentes as espécies *F. brasiliensis* e *F. paulensis* são comercializados como camarão-rosa, sendo capturados em ambiente oceânico. Como os indivíduos capturados dentro da baía são os jovens da espécie, não houve registro, ao longo do período de estudo do desembarque, de camarão-rosa.

- *Camarão-branco* - é outro crustáceo de grande importância para o setor pesqueiro e, assim como o camarão-cinza, está sujeito a uma legislação que regulamenta seu período de captura, buscando dessa forma realizar o manejo da categoria. Por esse motivo, também se torna relevante sua identificação taxonômica. Dos 15 exemplares analisados, a maioria (14 indivíduos), foi identificada como *Litopenaeus schimitti*, também corroborando os estudos pretéritos. Ao contrário do camarão-cinza, o branco, de maior porte, foi mais capturado pela rede de espera seguida pelo arrasto de popa. Os portos da Ilha do Governador apareceram em maior número dentre os mais relevantes para a captura de camarões, sendo locais onde fortemente atuam embarcações com os citados petrechos.
- *Siri (outros)* - foram identificadas as categorias: siri, siri-mirim e siri-açú, todas identificadas na análise taxonômica como pertencentes ao gênero *Callinectes* e, em menor quantidade, à espécie *Charybdis helleri*, também conhecida como siri-capeta, uma espécie exótica introduzida no país na década de 1990. Pela predominância do gênero *Callinectes* foi feito o agrupamento destas categorias genericamente como siris, fazendo referência a todos os outros siris, que não o siri-candeia. Esse recurso, também considerado importante do ponto de vista socioeconômico, é capturado principalmente com puçás. Nesse sentido, os siris apresentam uma vertente social muito importante, empregando muitas famílias de

baixa renda, por não demandar grande investimento em material para sua captura. Além disso, emprega outros membros da família, principalmente as esposas e filhas, através do trabalho manual de descarnar os siris, agregando maior valor à produção e aumentando, conseqüentemente, a rentabilidade da atividade. A essa categoria também se associa um cunho complementar de rendimento, tendo maior atividade de captura em épocas de baixa safra de pescado.

- *Siri-candeia* - trata-se de uma categoria facilmente identificada empiricamente por sua morfologia e coloração distintas dos demais siris. Essa categoria é composta por apenas uma espécie, *Portunus spinimanus*, a qual é principalmente desembarcada nos portos de maior atividade dos municípios de Magé, Rio de Janeiro e Niterói. Sua produção mensal é bastante variável, não apresentando qualquer padrão de safra. Os dados do estudo de Jablonski *et al.* (2002), aqui usados como base comparativa, não foi feito com tal sensibilidade para o grupo, fazendo referência a uma categoria genérica de siris.

#### **o) Destinação do pescado**

A comercialização da produção ocorre preferencialmente através de terceiros que aguardam nos locais de desembarque, onde os pescadores que não possuem meios de conservação da produção findam por se submeterem aos preços oferecidos. Segundo Soares (2012), com o fim do entreposto de pesca da Praça XV, em 1991, o desembarque e a comercialização do pescado produzido sofreram grande pulverização e dispersão. A partir desse momento, os pontos de desembarque passaram a ser realizados de forma geralmente precária, sem fiscalização ou condição de trabalho adequada. Boa parte do pescado desembarcado passou a ser comercializada no CEASA, em Irajá, causando dificuldades de locomoção para os pescadores das canoas que, por isso, passaram a depender ainda mais dos atravessadores. O **Quadro II.5.3.13.4-36** apresenta os locais utilizados para o desembarque do pescado na Baía, de acordo com a Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro:

**Quadro II.5.3.13.4-36 - Locais utilizados para o desembarque do pescado na Baía de Guanabara – Região Metropolitana do Rio de Janeiro:**

Município	Localidade	Ponto de desembarque	Endereço
Rio de Janeiro	Cajú	Quinta do Caju	Praça do Mar - Quinta do Caju Carlos Seidel, 910
		Cais da Colônia Z-12	
	Ramos	Cais da Colonia Z-11	Avenida Almirante Frontin
		Roquete Pinto	
		Vila Pinheiro	
	Kelson	Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias	Avenida Lobo Júnior, 2
	Paquetá	Praia da Guarda	Rua Grossa
		Praia Grossa	Praça José Bonifácio
		Dark	Rua das Gaivotas
	Ilha do Governador	Galeão	Estrada do Galeão
		Zumbi	Rua das Pitangueiras - Praça do Zumbi
		Praia da Ribeira	Rua da Ribeira
		Cocotá	Inf. não disp.
		Jequiá Ponte sobre o canal	Rua Raul Tolentino
		Cais Praia de Jequiá	Estrada Parque do rio Jequiá
Jequiá, Colônia Z-10		Estrada Parque do Rio Jequiá	



Município	Localidade	Ponto de desembarque	Endereço
		Praia da Bica	Av. Alm. Alves Câmara
		Praia da Bica, canto direito	Rua Praia da Bica - Praça Jerusalém
		Praia das Pelônias	Avenida Ilha do Fundão
		Praia da Rosa	Rua Manoel Pereira da Costa
		Tubiacanga	Rua 88, 58
		Portuguesa, Barão	Praia de Cocotá, 307
		Freguesia	Rua Praia da Guanabara
		Freguesia Centro	Rua Praia da Guanabara
		Praia da Freguesia, Bananal	Rua Praia da Guanabara
Duque de Caxias	Sarapui	Sarapui	Rua Diamante
	Chacrinha	Chacrinha	Rua Washington Luiz - BR 040
Magé	São Francisco	Praia de São Francisco	Inf. não disp.
	Mauá	Praia de Ipiranga	Av. do Imperador
		Praia da Coroa	Inf. não disp.
	Olaria	Praia de Olaria - Z9	Av. Roberto Silveira
	Feital	Feital	Antiga Estrada de Piedade
	Piedade	Piedade	Antiga Estrada de Piedade
		Piedade 2	Antiga Estrada de Piedade
Suruí	Cais do Paulinho	Rua Antônio M. Ribeiro	

Município	Localidade	Ponto de desembarque	Endereço
	Barbuda	Canal de Barbuda	Rua Brasília
	Magé	Canal de Magé (depois da ponte)	Av. Paulo Maurício dos Santos, 300
		Canal de Magé (antes da ponte)	Rua Professor José Leandro
	Roncador	Roncador	Inf. não disp.
Itaboraí	Itambi		Inf. não disp.
São Gonçalo	Itaoca	Praia da Luz	Av. da Praia
		Focinho de Porco	Rua Jesuítas Silva
		Praia da Beira	Rua João Rojas Torrico
	Praia das Pedrinhas	Praia das Pedrinhas	Avenida Prof. <sup>a</sup> Maria Joaquina
	Gradim	Gradim Artesanal - Apelga	Rua Manoel Duarte
		Rubi	Rua Manoel Duarte
		Fênix	Rua Manoel Duarte
		Marítima Pescados	Rua Manoel Duarte
Niterói	Centro	Rua da Lama	Trav. Praia Grande, 31
		Bay Market	Rua Visconde do Rio Branco
	Ponta D'Areia	Boinha	Rua Barão de Mauá
		Renato	Rua Barão de Mauá
		Funelli	Rua Barão de Mauá
	Ilha da Conceição	Sardinha 88	Rua Eng. Fábio Goulart

Município	Localidade	Ponto de desembarque	Endereço
		Tarmon	Rua Jornalista Sardo Filho
	Ilha do Caju	Friduza	Rua Eng. Fábio Goulart
		CODEPE	Inf. não disp.
	Charitas	Praia de Charitas	Av. Quintino Bocaiúva
	Jurujuba	Almarj	Av. Carlos Ermelindo Marins
		Cais de Jurujuba Z8	Rua Lauro Sodré

Fonte: FIPERJ, Pesquisa direta, 2012 / Petrobras/Mineral, 2012



\_\_\_\_\_  
Coordenador da Equipe



\_\_\_\_\_  
Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

## p) Organização dos Pescadores

A pesquisa realizada no âmbito do PEA-Rio/ Baía de Guanabara (PETROBRAS/Mineral, 2012) permitiu identificar as seguintes entidades de Pesca, ali atuantes:

- Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ;
- Federação das Associações dos Pescadores Artesanais do Estado Rio de Janeiro – FAPESCA;
- Sindicato da Indústria do Pescado do Estado do Rio de Janeiro – SIPERJ;
- União das Entidades de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio de Janeiro – UEPA;
- Colônia de Pescadores Z-07 (Itaipu/Niterói);
- Colônia de Pescadores Z-08 (Centro/Niterói);
- Colônia Z-9, (município de Magé);
- Colônia de Pescadores Z-11 (Ramos/Rio de Janeiro);
- Colônia de Pescadores Z-10 (Ilha do Governador/Rio de Janeiro);
- Colônia de Pescadores Z-12 (Caju/Rio de Janeiro<sup>49</sup>);
- Cooperativa Mista dos Pescadores Sindicalizados do Estado da Guanabara;
- Cooperativa Mista dos Pescadores da Colônia Caju<sup>50</sup>;
- Cooperativa de Pescadores de Marcílio Dias LTDA – MARCOOP;
- Associação Livre dos Maricultores de Jurujuba – ALMARJ;
- Associação dos Pescadores e Amigos da Praia Grande;
- Associação dos Pescadores Livres do Gradim – APELGA;
- Associação dos Pregoeiros de Pescado e Afins de Niterói – APPANIT;
- Associação de Pescadores e Escarnadeiras da Praia de São Gabriel – Ilha Itaoca;
- Associação de Pescadores da Praia das Pedrinhas;

<sup>49</sup> - Com relação a essa entidade não foi possível entrevistar seus representantes. E de acordo com informações obtidas junto às demais Colônias a Z-12 se encontra desativada ou em fase de reestruturação. (Petrobras/Mineral, 2012)

<sup>50</sup> - idem.

- Associação de Caranguejeiros, Pescadores e Amigos do Itambi - ACAPESCAR;
- Associação de Moradores e Amigos da Ilha de Itaoca;
- Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – Ahomar;
- Centro Comunitário da Praia da Luz e Adjacências;
- Associação dos Pescadores da Praia de Itaoca;
- Núcleo de Pescadores da Praia da Bica;
- Associação dos Pescadores do Porto da Chacrinha;
- Associação União dos Pescadores de Jurujuba;
- Associação dos Pescadores Livres de Tubiacanga
- Associação dos Pescadores da Praia dos Bancários.
- Associação de Moradores do Barão de Iriri
- Associação dos Trabalhadores de pesca de Magé e Guapimirim

As cinco Colônias de Pescadores: Colônia de Pescadores Z-8, Colônia de Pescadores Z-9, Colônia de Pescadores Z-10, Colônia de Pescadores Z-11, e; Colônia de Pescadores Z-12, são filiadas à FEPERJ (Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro).

A ausência de estatísticas atualizadas de pesca e dos pescadores dificulta a produção de conhecimento sobre o universo preciso de pescadores que atuam na Baía de Guanabara. Segundo Pinheiro (2010), na Baía de Guanabara existem cerca de 20 mil pescadores artesanais organizados em Colônias de pescadores e Associações, estimativa próxima a realizada no âmbito da pesquisa do PEA-RIO/Baía de Guanabara (PETROBRAS/Mineral, 2012) junto às principais Colônias de Pescadores que registrou as seguintes informações listadas na **Tabela II.5.3.13.4-4**.

**Tabela II.5.3.13.4-4 - Estimativa de Pescadores artesanais na Baía de Guanabara.**

Colônia de Pescadores	Pescadores Registrados	Pescadores estimados na área de atuação sem registro
Z-8 (Niterói)	8.500	4.500
Z-10 (Ilha do Governador)	1000	1.500
Z-11 (Ramos)	800	350
Z-12 <sup>51</sup> (Caju)	400	500
Z-09 (Magé)	1400	1.400
<b>Sub-Total</b>	<b>12.100</b>	<b>8.250</b>
<b>Total</b>	<b>20.350</b>	

Fonte: PETROBRAS/MINERAL (2012).

### II.5.3.13.5 - Pesca artesanal nos municípios integrantes da área de estudo, São Paulo

A pesca no estado de São Paulo vem diminuindo e um indício dessa constatação é a redução significativa dos desembarques pesqueiros, o que sugere uma retração da frota (PETROBRAS/ ICF, 2012).

Segundo o documento citado, “na Baixada Santista, o desembarque de pescado vem perdendo importância no decorrer do tempo para outros locais, face à evolução dos custos operacionais e o arrendamento do Entrepasto de Pesca de Santos em 1989, aliado ao progressivo esvaziamento do setor com desembarques fragmentados em píeres particulares de empresas de pesca, ou mesmo em trapiches clandestinos construídos ao longo dos rios do município do Guarujá, dificultando a coleta de informações sobre volume desembarcado e sobre as áreas de atuação das frotas pesqueiras baseadas em Santos/Guarujá, além, obviamente, do controle sanitário”.

Nesse contexto, os municípios de Santos e Guarujá ainda são os que em 2010 concentravam o maior volume de pescado na Baixada Santista, correspondendo a 59,8% do desembarque no Estado, situação significativamente inferior àquela alcançada em 1998, quando detinha percentuais da ordem de 87,2% (INSTITUTO DE PESCA, 2010).

<sup>51</sup> - Essa Colônia encontra-se quase desativada na época da pesquisa.

De acordo com estudo de Gefe et al. (2003), cinco dos nove municípios da Baixada Santista (Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Bertioga) abrigam pouco mais de 3.200 pescadores artesanais. A maioria (55%) atua no estuário, na captura de siris, camarão-branco e peixes. Os demais atuam na pesca de camarão sete-barbas e no emalhe costeiro, capturando as espécies de safra (corvina, pescada-foguete, enchova etc.). Somando os demais municípios (Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe) esta estimativa seria acrescida de 500 a 1.000 pescadores artesanais atuantes principalmente na pesca costeira de emalhe.

### **H) Litoral Norte**

As informações aqui apresentadas foram obtidas a partir dos relatórios do Instituto de Pesca para o Monitoramento da Atividade Pesqueira nas Áreas de Influência dos empreendimentos de Mexilhão e Merluza, na Bacia de Santos. Como as informações dos referidos relatórios abrangem não apenas a pesca artesanal, mas também a pesca industrial; foi dado enfoque na identificação clara dos principais aspectos referentes apenas a pesca artesanal, objeto deste item. As informações aqui apresentadas correspondem aos resultados decorrentes de monitoramento realizado no período entre os meses de outubro de 2012 a março de 2013.

### **n) Comunidades identificadas**

Na região do Litoral Norte foram identificadas cerca de 70 locais onde há possibilidade da presença de comunidades de população tradicional (caiçaras) (subitem II.5.3.12), envolvidas com a atividade pesqueira, conforme se pode observar no **Quadro II.5.3.13.5-1**.

**Quadro II.5.3.13.5-1 - Populações tradicionais Caiçaras – Litoral Norte do estado de São Paulo.**

Municípios	Comunidades
Caraguatatuba	Massaguaçu, Ipiranga, Porto Novo, Indaiá, do Camaroeiro, da Cocanha, Tabatinga, Poço da Anta, Pegorelli, Cambixo, Ilha Anchieta.
Ilhabela	Saco do Sombrio, Ilha de São Sebastião, Serraria, Canto da Lagoa, Mansa, Ponta de Tapuã, Costeira, Guanxuma de Búzios, Porto do Meio de Búzios, Pitangueiras, Ilha de Vitória, de Indaiatuba, das Enchovas, do Bonete, Praia Vermelha, Saco do Indaiá, Castelhanos, Jabaquara, São Pedro, Saco do Eustáquio, Ilhas de Búzios, Armação, Barra Velha, Borrifos, Frades, Ilha Codó, Itabóca, Itapecerica, Mexilhão, Portinho, da Figueira, da Fome, da Serraria, de Castelhanos, de Guanxumas, de Santa Tereza, do Curral, do Julião, do Simão, do Veloso, Grande (Ilhabela), Mansa, Taubaté.
São Sebastião	Toque-Toque Pequeno, São Francisco, Montão de Trigo, Barra do Sahy, Baleia, Pontal da Cruz, Enseada, Boiçucanga, Camburi, São Francisco da Praia de Massaguaçu, Ilha de Búzios, Toque-Toque Grande, Santiago, Paúba, Maresias, Juquehy, Barra do Una e Boracéia.
Ubatuba	Ponta do Almada, Morro do Félix, Sertão do Prumirim, Sertão do Puruba, Sertão do Ubatumirim, Camburi (Praia), Perequê-Mirim, Sertão da Quina, Rio Escuro, Sertão do Ingá, Bairro Porto Novo, Ubatumirim, Puruba, Picinguaba, Camburi, Enseada do Mar Virado, Ilha Anchieta Barra Seca, Itaguá, Maranduba, Alemão, Perequê-Açu, Lázaro, Saco da Ribeira, Fortaleza, Brava Fortaleza, Félix, Ilha dos Pescadores, Grande do Bonete, do Camaroeiro, da Cocanha, de Tabatinga, do Itaguá, Barra Seca, de Maranduba, da Enseada

Fonte: PETROBRAS/ WALM, 2011 / Pirró (2010)/ Instituto de Pesca (2013)

É importante destacar que a literatura utilizada não permite diferenciar nesse universo os pescadores artesanais tradicionais dos pescadores artesanais. Nesses termos as informações aqui tratadas estão diretamente associadas a atividade de Monitoramento realizada pelo Instituto de Pesca (2013).

**q) A atividade pesqueira**

Nesse item se apresenta as principais artes de pesca e locais de desembarque do pescado. A pesca nessa região é desenvolvida através do uso das seguintes modalidades: cerco (traineiras), o emalhe, o arrasto-duplo-pequeno, arrasto-simples-pequeno, covo e cerco-flutuante. A seguir apresenta-se a descrição dessas modalidades para os municípios do Litoral Norte, segundo o monitoramento realizado pelo Instituto de Pesca (2010 e 2013):

**Município de Caraguatatuba** - A pesca em Caraguatatuba é caracterizada por uma frota de pequena escala artesanal que atua em ambiente marinho, principalmente no arrasto-duplo-pequeno, emalhe, arrasto-simples-pequeno e



linha-de-mão. Em conjunto, os dois aparelhos de arrasto, utilizados para a captura de camarões, chegam a responder por aproximadamente 70% da produção do município, dependendo da época do ano. A frota é considerada de baixa mobilidade e atua, sobretudo, na zona costeira próxima à Enseada de Caraguatatuba e nos arredores da Ilhabela. O volume e a variedade de espécies desembarcadas dependem das respectivas épocas de safra e de defesos, porém camarão-sete-barbas, corvina, peixe-espada, lula, sororoca, tainha e bagres são importantes recursos pesqueiros para o município. É bastante freqüente o uso de mais de um aparelho de pesca em uma mesma viagem (uso de multi-artes), geralmente a combinação de emalhe, arrasto e/ou linha-de-mão.

Foram registradas 126 embarcações pesqueiras no município, cujas características dependem do petrecho de pesca utilizado e das espécies-alvo. Destas, 82% possuem comprimento total até 9 m (destas, 41% têm até 6 m). Grande parte das embarcações é construída em madeira (64%), possui até 5 TAB (76%), é motorizada (73%) e, destas, 59% possuem motores com potência abaixo de 25 HP. Metade da frota do município não possui cabine e 79% utilizam isopor para armazenar o pescado.

Dos 237 pescadores ativos registrados, a maioria possui ente 30 e 60 anos de idade (76%), é casada (51%) ou amasiada (15%) e possui ensino fundamental incompleto (62%). Possuem habitação própria (75%), com água tratada (84%), energia elétrica (98%), acesso à rede de esgoto (51%) ou com fossa séptica (46%) e coleta de lixo (99%).

Entre os pescadores do município, 72% têm na atividade pesqueira o seu único meio de vida e o restante atua também em atividades como a maricultura, construção civil, comércio e artesanato. A renda mensal da maioria dos pescadores de Caraguatatuba está entre um e dois salários mínimos (47%). No entanto, 26% declararam receber menos de um salário mínimo e 25% mais do que dois salários mínimos (**Tabela II.5.3.13.5-1**).

É importante salientar que, além das atividades complementares, a renda mensal dos pescadores de Caraguatatuba certamente depende muito das artes de pesca que utilizam e do sucesso das safras de alguns recursos pesqueiros. Nos meses de verão a renda pode ser maior com a captura de lula, enquanto que

nos meses de inverno boas capturas de sororoca podem contribuir com a renda mensal dos pescadores.

Para comercializar o pescado, 60% dos pescadores vendem para intermediários, enquanto 40% comercializam o pescado de forma individual. A grande maioria (91%) escoar sua produção principalmente através de intermediários, de peixarias locais ou da venda direta aos turistas, principalmente nos meses de verão, época de alta temporada para a região, e 8% dos pescadores declararam pescar para consumo próprio.

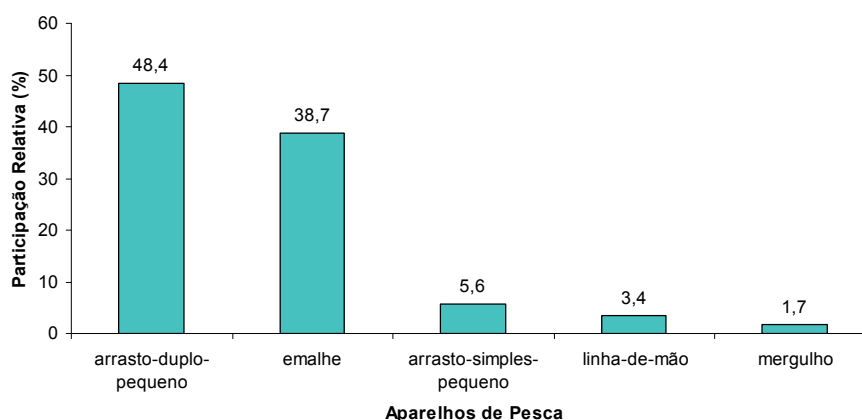
**Tabela II.5.3.13.5-1 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Caraguatatuba.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	0,9%	Analfabeto	0,9%	Alugada	13,5%
Amasiado	15,3%	Ensino Médio Completo	14,4%	Emprestada	4,5%
Casado	50,5%	Ensino Médio Incompleto	5,4%	Parente	7,2%
Separado	5,4%	Fundamental Completo	13,5%	Própria	74,8%
Solteiro	23,4%	Fundamental Incompleto	62,2%		
Viúvo	4,5%	Superior Completo	3,6%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	1,8%	0-18	0,9%	NI	2,7%
< 1 salário	26,1%	18-30	9,0%	0-50	8,1%
1 a 2 salários	46,8%	30-60	75,7%	50-99	17,1%
2 a 3 salários	21,6%	>60	14,4%	100	72,1%
3 a 5 salários	1,8%				
> 5 salários	1,8%				

Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Individual	40,5%	Consumo	8,3%	Cachoeira	16,2%
Intermediário	59,5%	Indústria	0,8%	Tratada	83,8%
		Intermediário	19,5%		
		Peixaria	50,4%		
		Turista	21,1%		
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	0,9%	NI	1,8%	NI	0,9%
Convencional	98,2%	Fossa	45,9%	Rede de coleta	92,8%
Sem	0,9%	Rede de coleta	50,5%	Seletiva	6,3%
		Rede de coleta e fossa	1,8%		

Fonte: (Instituto de Pesca, 2010).

Os principais aparelhos de pesca registrados no município, foram o arrasto-duplo-pequeno, com 48,4% da produção, seguido pelo emalhe com 38,7% e pelo arrasto-simples-pequeno com 5,6% da captura total desembarcada (**Figura II.5.3.13.5-1**). Em conjunto, os dois aparelhos de arrasto, utilizados para a captura de camarões, responderam por mais da metade (54,0%) da produção pesqueira do município.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-1 - Participação relativa no total descarregado, por aparelho de pesca no município de Caraguatatuba, 2013.**

**Município de Ilhabela** – A frota artesanal e de pequena escala do município de Ilhabela opera em águas bastante costeiras e principalmente com cerco (traineiras), cerco-flutuante, arrasto-duplo-pequeno, linha-de-mão e redes de emalhe. A região de atuação desta frota se concentra no entorno da própria Ilha de São Sebastião, Ilhas de Búzios e Vitória, atuando também em frente ao município de Caraguatatuba e ao sul de Ubatuba, em profundidades não superiores a 100 m.

Por esta baixa mobilidade, as capturas refletem a disponibilidade de alguns recursos pesqueiros na região. A frota de cerco (traineiras), por exemplo, não se direciona para a captura de sardinha-verdadeira a menos que este recurso se aproxime da costa desta região. Recursos pesqueiros como sardinha-bandeira, enchova, peixe-galo e carapau são bastante importantes para o município, já que também são capturados pelos cercos-flutuantes, sendo que as capturas de lula ganham destaque nos meses de verão quando são mais abundantes na região. O uso de mais de uma arte de pesca em uma mesma viagem (multi-artes) também é bastante freqüente no município de Ilhabela.

Foram registradas 280 embarcações de pesca no município, cujas características dependem da espécie-alvo e dos petrechos de pesca utilizados. Destas, 90% possuem até 9 m de comprimento total (51% têm até 6 m de comprimento). A totalidade da frota pesqueira de Ilhabela não possui mais do que 15 TAB, sendo que 95% possuem até 5 TAB. Quase metade da frota é composta por embarcações a remo (44%), embora a maioria seja motorizada (56%) com principalmente motores de até 25 HP (76%). São embarcações de madeira (91%), sem cabine (73%) e que utilizam isopores (62%) e o convés (34%) para transportar o pescado capturado.

As embarcações maiores, com até 12 m de comprimento e mais de 5 TAB, motores com até 75 HP, cabines e que operam principalmente com redes de cerco e arrasto-duplo-pequeno desembarcam no píer do Mercado Municipal de Ilhabela e no Píer da Praia do Perequê. Botes e canoas de madeira ou fibra, a

remo ou com motores de baixa potência, que são a maioria das embarcações de Ilhabela, desembarcam de forma pulverizada ao longo das praias e costões rochosos do município.

Em Ilhabela foram registrados 501 pescadores ativos. A maioria possui entre 30 e 60 anos (60%), é casada (43%) ou amasiada (21%) e possui ensino fundamental incompleto (73%) (**Tabela II.5.3.13.5-2**). Muito poucos se declararam analfabetos (1,6%), embora se acredite que o índice de analfabetismo funcional seja maior no município. Possuem casa própria (81%), abastecida com água de cachoeira (73%) ou com fornecimento de água tratada (19%). Rede de energia elétrica (30%) ou gerador (46%), fossa séptica (73%) e rede de coleta de lixo (94%) estão presentes na vida da maior parte dos pescadores do município.

É bastante comum os pescadores de Ilhabela complementarem sua renda com outras atividades econômicas além da pesca, atuando como prestadores de serviços gerais, aposentadoria, caseiros, marinheiros e piloteiros, na construção civil ou com artesanato. No entanto, 54% dos pescadores declararam viver exclusivamente da atividade pesqueira.

A renda mensal da maior parte dos pescadores está entre um e dois salários mínimos (36%), embora 32% tenham declarado renda menor que um salário mínimo e 22% mais do que dois salários. Um pouco mais da metade dos pescadores (53%) comercializa o pescado para intermediários, 43% vendem a captura individualmente e 4% através de cooperativismo. A grande maioria (71%) escoar sua produção principalmente através de intermediários, turistas e de peixarias locais, embora 29% tenham declarado que pescam para consumo próprio.

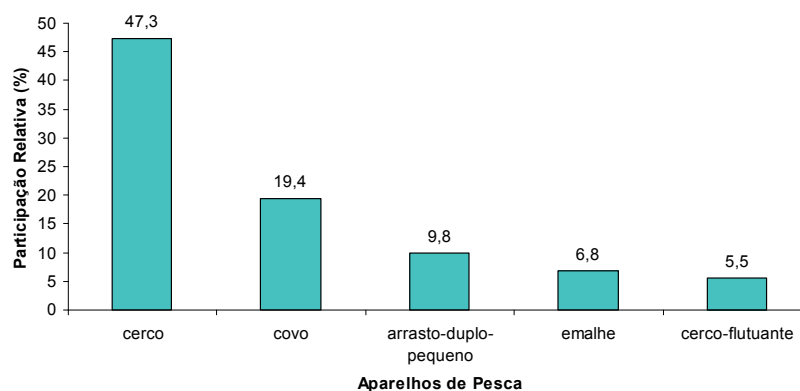
**Tabela II.5.3.13.5-2 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Ilhabela.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	0,6%	NI	2,2%	NI	0,6%
Amasiado	20,5%	alfabetizado	1,6%	Alugada	1,2%
Casado	43,2%	Analfabeto	9,0%	Emprestada	5,0%
Separado	3,4%	Ensino Médio Completo	6,2%	Parente	12,1%
Solteiro	30,7%	Ensino Médio Incompleto	3,1%	Própria	81,1%
Viúvo	1,6%	Fundamental Completo	4,3%		
		Fundamental Incompleto	73,0%		
		Superior Completo	0,6%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	9,3%	NI	0,6%	NI	12,1%
< 1 salário	31,7%	0-18	10,6%	0-50	14,9%
1 a 2 salários	36,3%	18-30	19,9%	50-99	19,3%
2 a 3 salários	13,0%	30-60	59,6%	100	53,7%
3 a 5 salários	9,3%	>60	9,3%		
> 5 salários	0,3%				
Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Cooperativismo	3,9%	Consumo	29,4%	NI	0,6%
Individual	43,2%	Intermediário	34,1%	Cachoeira	73,3%
Intermediário	52,8%	Peixaria	7,0%	Poço	6,8%
		Turista	29,4%	Tratada	18,6%
				Tratada e Cachoeira	0,6%
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	1,2%	NI	0,3%	NI	1,2%
Convencional	30,4%	Fossa	73,3%	Rede de coleta	67,1%
Gerador	46,0%	Rede de coleta	8,4%	Rede de coleta e Seletiva	13,7%
Sem	21,7%	Sem	18,0%	Seletiva	13,0%
Solar	0,6%			Sem	5,0%

Fonte: (Instituto de Pesca, 2010).

O principal aparelho de pesca registrados no município, foi o cerco (traineiras) que respondeu por 47,3% das capturas, seguido pelo covo com 19,4% e pelo arrasto-duplo-pequeno com 9,8% do total (**Figura II.5.3.13.5-2**). O emalhe (6,8%) e

o cerco-flutuante (5,5%) completam os aparelhos de pesca mais utilizados pelos pescadores de Ilhabela.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-2 - Participação relativa no total descarregado, por aparelho de pesca, no município de Ilhabela, 2013.**

**Município de São Sebastião** – A frota pesqueira do município de São Sebastião é artesanal e de pequena escala, atuando principalmente no arrasto-duplo-pequeno, cerco-flutuante, redes de emalhe e linha-de-mão. Mesmo as embarcações com um pouco mais de autonomia de mar (até sete dias) atuam na região costeira entre o sul de São Sebastião e o sul de Ubatuba, evidenciando a baixa mobilidade desta frota.

Recursos pesqueiros como o camarão-sete-barbas, corvina, tainha, lula, carapau, peixe-galo e outros pelágicos migratórios (capturados, sobretudo, nos cercos-flutuantes) são importantes para o município, dependendo das respectivas épocas de safra e de defesos. Em São Sebastião, os pescadores também utilizam mais de uma arte de pesca em uma mesma viagem (multi-artes), visando diversificar a captura.

Foram registradas 290 embarcações pesqueiras no município. Desta frota, 85% possuem até 9 m de comprimento total (44% possuem até 6 m de comprimento). Quase a totalidade das embarcações (97%) possui até 10 TAB, sendo que 85% têm menos que 5 TAB. São embarcações principalmente feitas de madeira (78%), sem cabine (61%) ou com cabines na proa (30%). São motorizadas (73%), sendo que destas, 68% com motores de até 25 HP. A maioria

das embarcações utiliza principalmente isopores para armazenar o pescado durante a viagem (84%).

A localização dos cercos-flutuantes está concentrada na costa sul do município. A costa sul, a região próxima ao porto e a costa norte de São Sebastião, atualmente, concentram os desembarques das menores embarcações, geralmente canoas e botes de madeira ou fibra, sem cabines, a remo ou com motor de baixa potência.

É importante esclarecer que, desde 2008, não é mais permitido o desembarque pesqueiro nas dependências do porto de São Sebastião. Até então, ocorriam desembarques de grandes embarcações, oriundas principalmente da região de Santos/SP e de Itajaí/SC. O Bairro São Francisco é a localidade que hoje recebe os desembarques das maiores embarcações de São Sebastião. São barcos de até 12 m de comprimento, feitos de madeira, com cabine, com motores, na maior parte, de até 75 HP e que utilizam isopores ou o porão com gelo para armazenar o pescado durante as viagens de pesca.

Foram registrados 748 pescadores ativos em São Sebastião. Grande parte destes pescadores possui entre 30 e 60 anos (71%), é casada (42%) ou amasiada (24%) e possui ensino fundamental incompleto (55%) (**Tabela II.5.3.13.5-3**).

Assim como ocorre em Ilhabela, poucos pescadores se declararam analfabetos (3%), embora se acredite que o índice de analfabetismo funcional seja também maior no município. Possuem casa própria (72%), com água tratada (63%) ou provinda de cachoeiras (29%), com energia elétrica (76%), acesso à rede de esgoto (44%) ou com fossa séptica (44%) e com coleta de lixo no local onde moram (92%). Pouco mais da metade dos pescadores (56%) declarou que a atividade pesqueira é sua única fonte de renda e o restante complementa sua renda com prestação de serviços gerais, aposentadoria, comércio e turismo.

A renda mensal dos pescadores varia entre menos que um salário mínimo (33%), entre um e dois salários (28%) e mais que dois salários mínimos (32%). Praticamente a metade dos pescadores (51%) comercializa o seu pescado de forma individual, enquanto 28% vendem para intermediários e 21% através do cooperativismo.



É esperado que o percentual de cooperativismo seja maior do que nos demais municípios pela existência da Cooperativa de Pesca de São Sebastião - COOPERPESSASS. A maior parte dos pescadores escoam sua produção principalmente através da venda direta aos turistas da região (31%), para intermediários (21%) e peixarias locais (18%), sendo que 30% declararam que pescam para seu próprio consumo.

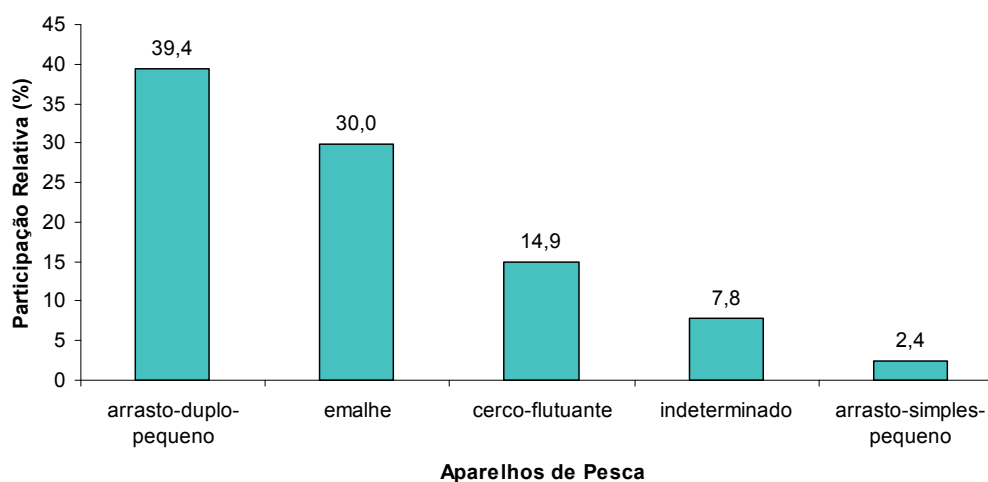
**Tabela II.5.3.13.5-3 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de São Sebastião.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	5,7%	NI	7,1%	NI	7,1%
Amasiado	23,6%	Analfabeto	3,3%	Alugada	13,2%
Casado	41,5%	Ensino Médio Completo	17,5%	Emprestada	1,4%
Separado	3,8%	Ensino Médio Incompleto	3,3%	Parente	6,1%
Solteiro	24,1%	Fundamental Completo	11,8%	Própria	72,2%
Viúvo	1,4%	Fundamental Incompleto	54,7%		
		Superior Completo	1,9%		
		Superior Incompleto	0,5%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	7,1%	NI	1,4%	NI	7,1%
< 1 salário	32,5%	0-18	1,4%	0-50	12,3%
1 a 2 salários	28,3%	18-30	15,1%	50-99	24,5%
2 a 3 salários	23,6%	30-60	70,8%	100	56,1%
3 a 5 salários	8,0%	>60	11,3%		
> 5 salários	0,5%				
Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Cooperativismo	20,5%	Consumo	29,8%	NI	6,1%
Individual	51,0%	Indústria	0,2%	Cachoeira	28,8%
Intermediário	28,5%	Intermediário	21,1%	Cisterna	0,5%
		Peixaria	18,2%	Poço	1,4%
		Turista	30,7%	Tratada	63,2%

Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	6,1%	Fossa	43,9%	NI	6,1%
Convencional	76,4%	Rede de coleta	44,3%	Rede de coleta	87,7%
Gerador	11,8%	Rede de coleta e fossa	5,2%	Rede de coleta e Seletiva	1,9%
Sem	5,7%	Sem	0,9%	Seletiva	1,9%
				Sem	2,4%

Fonte: (Instituto de Pesca, 2010).

Entre os aparelhos de pesca registrados estão o arrasto-duplo-pequeno (39,4%), o emalhe (30,0%) e o cerco-flutuante (14,9%) (**Figura II.5.3.13.5-3**).



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-3** - Participação relativa no total descarregado, por aparelho de pesca, no município de São Sebastião, 2013.

**Município de Ubatuba** – As embarcações pesqueiras de Ubatuba podem ser divididas em duas frotas, de acordo com suas características, locais de desembarque e área de atuação. Uma frota artesanal, de pequena escala e baixa mobilidade atuando principalmente no arrasto-duplo-pequeno, emalhe e linha de mão que desembarca na Barra dos Pescadores e ao longo das praias do município. Outra, ainda artesanal, porém de pequena e média escalas que opera com espinhéis, emalhe e arrasto-duplo-médio e atua em uma área maior, entre

Santa Catarina e Rio de Janeiro, em profundidades que podem ultrapassar 500 m.

Estas embarcações desembarcam principalmente no Cais do Alemão e no Saco da Ribeira. Uma frota de cerco (traineiras) oriunda principalmente de Santos e Guarujá e poucas de Angra dos Reis e de Santa Catarina também desembarca no Saco da Ribeira quando a sardinha-verdadeira se aproxima da costa do litoral norte de São Paulo. Recursos pesqueiros como camarão-sete-barbas, corvina, peixe-espada, lula, sardinha-verdadeira, dourado, cações e tainha são importantes para o município, dependendo das épocas de safra e de defesos.

Entre os municípios do Litoral norte de São Paulo, Ubatuba é o que possui a maior frota pesqueira. Foram registradas no município 349 embarcações que atuam na pesca. Destas, 84% possuem até 9 m de comprimento total (38% até 6 m) e 15% possuem entre 9 e 15 m. A maior parte das embarcações (84%) possui até 10 TAB (sendo que 60% possuem até 5 TAB) e 16% têm mais de 10 TAB. São principalmente embarcações motorizadas (72%) sendo que destas, 65% possuem motores até 25 HP. Construídas, sobretudo, em madeira (89%), com cabines localizadas na popa (41%) ou sem cabines (40%), estas embarcações utilizam isopores (55%) ou porão com gelo (42%) para transportar o pescado durante as viagens de pesca.

As embarcações menores, de até 12 m de comprimento, com até 10 TAB, cabine de popa e motores com até 50 HP de potência que atuam principalmente com arrasto-duplo-pequeno, emalhe e linha de mão concentram seus desembarques na Barra dos Pescadores (também conhecida como Ilha dos Pescadores). Estas embarcações dependem dos horários de maré cheia para descarregarem o pescado neste local. As embarcações maiores que 12 m de comprimento, com mais de 10 TAB e com motores com mais de 100 HP de potência, até mesmo pelo seu calado, desembarcam no Cais do Alemão e no Saco da Ribeira.

Embarcações maiores, de comunidades pesqueiras como as Praias de Picinguaba e da Maranduba, também utilizam o Saco da Ribeira para descarregar o pescado capturado. Canoas e botes de madeira, fibra ou alumínio com até 9 m

de comprimento, a remo ou com motores de baixa potência desembarcam de forma pulverizada ao longo das praias de Ubatuba.

Em Ubatuba, registrou-se 871 pescadores ativos. A maior parte destes pescadores possui entre 30 e 60 anos (64%), é casada (39%) ou amasiada (24%) e tem o ensino fundamental incompleto (70%) (**Tabela II.5.3.13.5-4**). Moram em casas de sua propriedade (86%), com água provinda de cachoeiras (50%) ou com fornecimento de água tratada (49%), energia elétrica (95%), com fossas sépticas (76%) e coleta de lixo (96%). A grande maioria declarou viver exclusivamente da atividade pesqueira (79%), sendo que o restante complementa sua renda mensal com a aposentadoria, atividades relacionadas à construção civil e ao comércio e, ainda, como marinheiros e piloteiros.

A renda mensal dos pescadores varia principalmente entre um e dois salários mínimos (76%), sendo que 10% ganham menos do que um salário e 13% mais do que dois salários mínimos. Mais da metade comercializa o pescado capturado individualmente (55%) e 44% vendem o pescado para intermediários. Apenas 6% dos pescadores declararam pescar para o seu próprio consumo e 94% escoam sua produção principalmente através de intermediários, peixarias locais e diretamente para o turista.

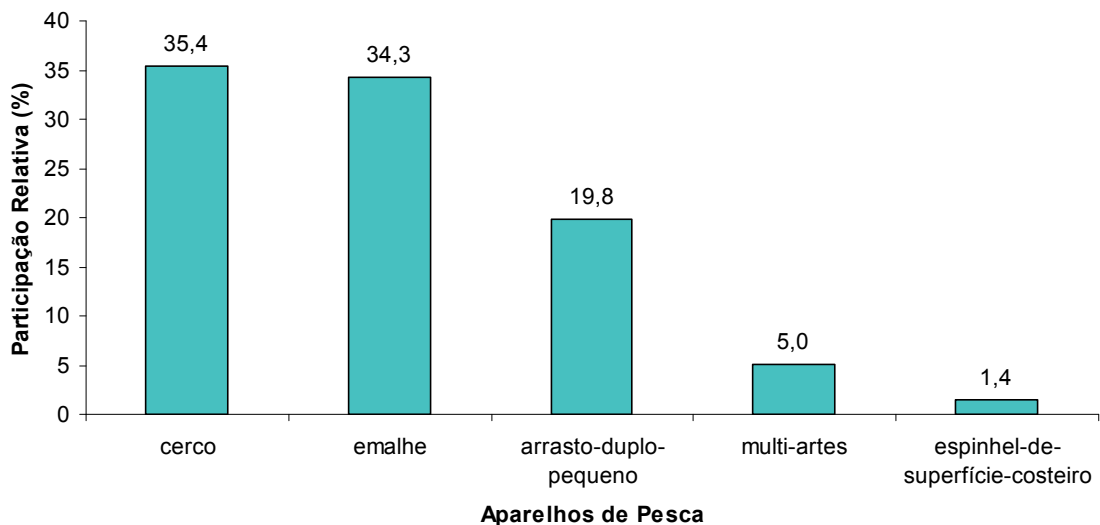
**Tabela II.5.3.13.5-4 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Ubatuba.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	0,7%	NI	2,1%	NI	0,7%
Amasiado	24,1%	Analfabeto	1,4%	Alugada	5,9%
Casado	39,0%	Ensino Médio Completo	10,3%	Emprestada	4,5%
Separado	6,9%	Ensino Médio Incompleto	4,5%	Parente	3,4%
Solteiro	28,3%	Fundamental Completo	10,0%	Própria	85,5%
Viúvo	1,0%	Fundamental Incompleto	69,7%		
		Superior Completo	1,4%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	1,4%	NI	0,7%	NI	2,1%
< 1 salário	10,0%	18-30	26,7%	0-50	4,2%
1 a 2 salários	75,5%	30-60	63,5%	50-99	14,9%
2 a 3 salários	11,4%	>60	9,0%	100	78,8%
3 a 5 salários	1,7%				

Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Cooperativismo	0,3%	Consumo	5,7%	NI	1,0%
Individual	55,4%	Indústria	0,3%	Cachoeira	49,7%
Intermediário	44,3%	Intermediário	43,3%	Poço	0,7%
		Peixaria	31,7%	Tratada	48,6%
		Turista	19,0%		
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	1,0%	NI	1,7%	NI	1,7%
Convencional	95,1%	Fossa	76,4%	Rede de coleta	84,0%
Gerador	2,8%	Rede de coleta	15,3%	Rede de coleta e Seletiva	12,2%
Sem	0,3%	Rede de coleta e fossa	3,1%	Sem	2,1%
Solar	0,7%	Sem	3,5%		

Fonte: Instituto de Pesca (2013).

Os principais aparelhos de pesca registrados são o cerco (traineiras) (35,4%), o emalhe (34,3%) e o arrasto-duplo-pequeno (19,8%) (**Figura II.5.3.13.5-4**).



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-4** - Participação relativa no total descarregado, por aparelho de pesca, no município de Ubatuba, 2013.

O **Quadro II.5.3.13.5-2** lista os principais locais de desembarque que em seguida são caracterizados segundo as principais espécies capturadas e desembarcadas e as principais modalidades de pesca utilizadas. É importante

destacar que a denominação desses locais algumas vezes se confunde com as comunidades pesqueiras anteriormente identificadas.

**Quadro II.5.3.13.5-2 - Principais locais de desembarque de pescados e respectivas localidades pesqueiras por município, Litoral Norte.**

Município	Locais de Desembarque
Caraguatatuba	Entrepasto de Pescados do Camaroeiro
	Entrepasto de Pescados do Porto Novo
	Praia da Cocanha e Praia de Tabatinga
Ilhabela	Barra Velha, Bexiga, Borrifos, Curral, Frades, Itabóca, Mercado Municipal de Ilhabela, Mexilhão, Perequê, Portinho, Praia Grande, do Julião, de Santa Tereza, do Veloso, dos Barreiros, São Pedro, Simão e Taubaté
São Sebastião	Canto do Mar, Praia das Cigarras e Praia da Enseada
	Beco da Escola, Cooperativa (COOPERPESCASS), Gordo, Gringo, Praça da Igreja, Praça dos Pescadores e Vice Rei
	Barequeçaba, Araçá, Pontal da Cruz, Porto Grande, Praia do Deodato, Rancho Pararanga, TEBAR e Portal da Olaria
	Barra do Sahy, Barra do Una, Boiçucanga, Boracéia, Juquehy, Maresias, Paúba, Santiago, Toque Toque Pequeno e Toque Toque Grande.
Ubatuba	Barra de Ubatuba
	Cais do Alemão e Cais do Frediani
	Almada e Pinguaba
	Maranduba, Praia da Enseada – UB e Praia do Lázaro
	Barra Seca, Praia do Itaguá e Perequê-açu
	Saco da Ribeira

Fonte: Instituto de Pesca (2013).

O detalhamento dos locais de desembarque, segundo o monitoramento realizado pelo Instituto de Pesca (2013) pode ser observado nos seguintes termos:

**Município de Caraguatatuba** - o pescado é desembarcado em três locais diferentes: entreposto do Camaroeiro, entreposto do Porto Novo e Praias de Caraguatatuba.

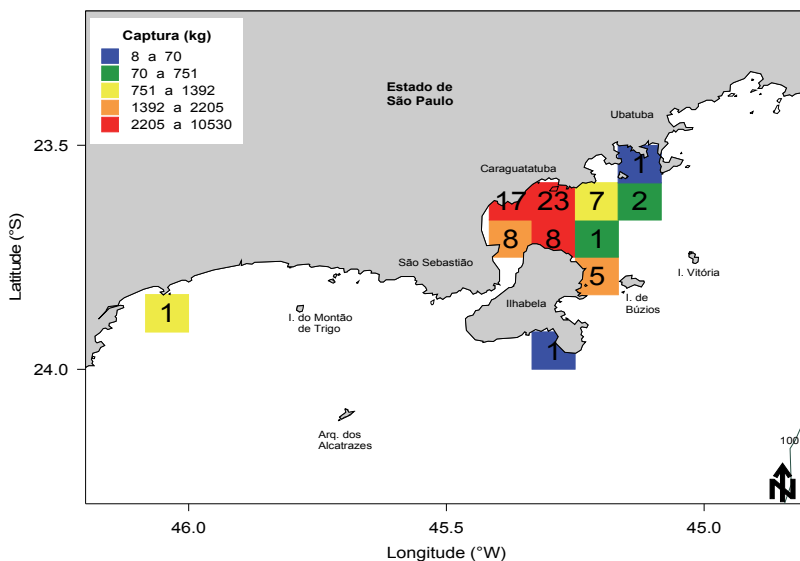
No Entrepasto do Camaroeiro, o principal aparelho de pesca em termos de captura descarregada foi o emalhe, correspondendo a 42,2% do total, seguido pelo arrasto-duplo-pequeno com 41,5% e pelo arrasto-simples-pequeno com 8,1% do total de pescados descarregados nesta localidade. Entre os principais recursos estão: o Camarão-sete-barbas (39,2%), a Corvina (15,1%), o Espada

(7,3%) e a categoria “Mistura” (7,2%). A área de pesca da frota do Camaroeiro concentrou-se na região da Enseada de Caraguatatuba e da praia de Massaguaçu, estendendo-se até a costa sul de Ubatuba, próximo da Ilha Anchieta. Dois registros de atuação ocorreram ao sul desta área, uma na costa sul de São Sebastião e outra ao sul da Ilha de mesmo nome.

No Entrepasto do Porto Novo, o principal aparelho de pesca utilizado pela frota sediada foi o arrasto-duplo-pequeno que respondeu por 84,0% da captura descarregada nessa localidade, seguido pelo emalhe (10,3%). Os principais recursos desembarcados foram o Camarão-sete-barbas e a Corvina, representando, respectivamente, 79,2% e 10,2% do total de pescados descarregados neste local. A frota sediada no Entrepasto do Porto Novo utilizou como área de pesca principalmente a região da Enseada de Caraguatatuba, Praia de Massaguaçu e costa sul de Ubatuba, até próximo à Ilha Anchieta. Um único registro de atuação foi observado próximo à Ilha de Búzios, em Ilhabela.

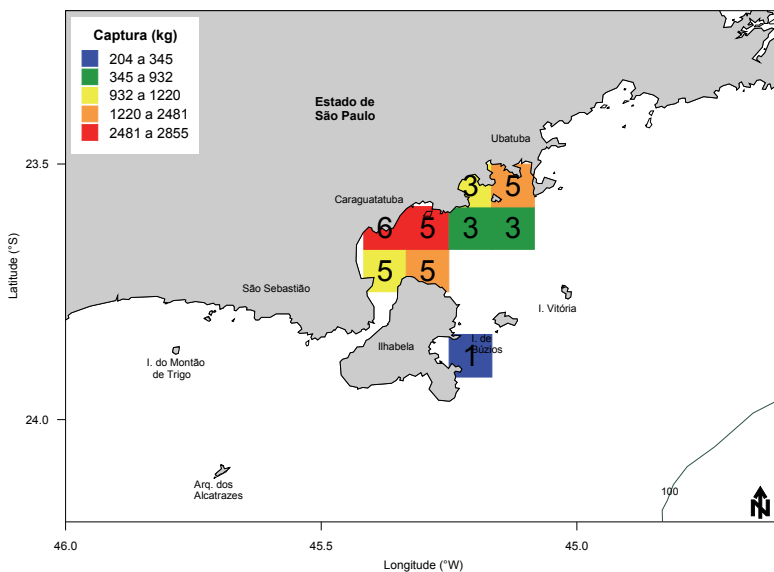
Com relação ao local denominado Praias de Caraguatatuba, aqui estão reunidas as informações da atividade pesqueira em dois importantes polos de pesca artesanal do município, situados na Praia da Cocanha e Praia da Tabatinga. O principal aparelho de pesca utilizado nestas duas praias foi o emalhe que respondeu por 80,6% do volume em peso descarregado, seguido pelo mergulho (pesca amadora realizada com arpão) com 16,1% da captura total dessa localidade. Entre os principais recursos pesqueiros descarregados na localidade estão: a Corvina (17,5%), o Robalo (15,3%), a Pescada-amarela (8,2%), a Tainha (5,6%), a Categoria “Mistura” (5,4%) e a Sororoca (5,3%). A frota sediada nas Praias da Cocanha e da Tabatinga utilizou como área de pesca principalmente a região da Praia de Massaguaçu, região muito próxima a estas comunidades pesqueiras. Poucos registros ocorreram próximos à Enseada do Mar Virado, a sudeste da Ilha de São Sebastião e próximo à Ilha de Búzios.

Da **Figura II.5.3.13.5-5** até a **Figura II.5.3.13.5-7** permitem visualizar a distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada nos locais de desembarque aqui tratados:



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

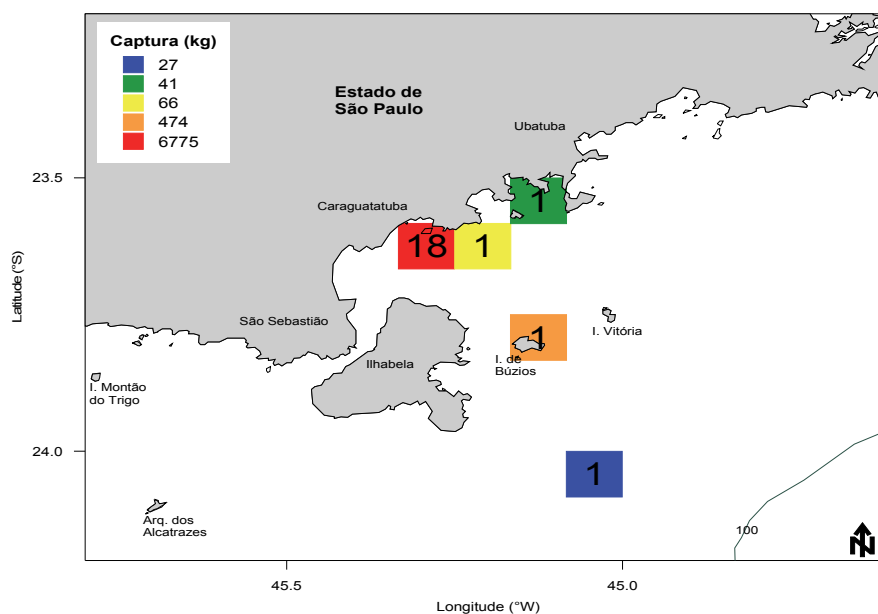
**Figura II.5.3.13.5-5** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Entrepasto do Camaroeiro, em Caraguatatuba, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-6** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Entrepasto do Porto Novo, em Caraguatatuba, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.





Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-7 - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Praias de Caraguatatuba, Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.**

**Município de Ilhabela** – destaca-se o Canal de Ilhabela, que reúne a região da ilha voltada para o Canal de São Sebastião. Nessa região estão situados os principais pontos de escoamento da captura de pesca do município. É importante destacar que vários pontos ao longo do canal são também utilizados para as descargas das comunidades pesqueiras situadas na face externa da ilha (região de mar aberto).

O Canal de Ilhabela reúne 19 pontos de descargas localizados no canal que separa os municípios de Ilhabela e São Sebastião, entre eles: Barra Velha, Bexiga, Borrifos, Curral, Frades, Itabóca, Mexilhão, Mercado Municipal de Ilhabela, Portinho, Praia Grande, Praia do Julião, Praia do Perequê, Praia de Santa Tereza, Praia da Vila, Praia dos Barreiros, São Pedro, Simão, Taubaté e Praia do Veloso.

Segundo o estudo do Instituto de pesca (2013), aqui ocorrem descargas de embarcações provenientes de diversos portos pesqueiros e comunidades de pescadores, incluindo aquelas distribuídas ao longo da ilha principal (Ilha de São

Sebastião) e das Ilhas de Búzios e Vitória. O **Quadro II.5.3.13.5-3** apresenta as localidades registradas como porto de saída das embarcações com os respectivos números de descargas no Canal da Ilhabela, registradas no estudo citado.

**Quadro II.5.3.13.5-3** - Localidades registradas como porto de saída das unidades produtivas por número de registros de descargas realizadas no Canal de Ilhabela, 2013.

Localidade – Porto de Saída	Nº
Armação	7
Barra Velha	22
Borrifos	12
Cananéia	3
Frades	4
Ilha Codó	3
Ilha da Vitória	24
Ilha de Búzios	86
Itabóca	1
Itapecerica	2
Mercado Municipal de Ilhabela	194
Mexilhão	15
Portinho	26
Praia da Figueira	7
Praia da Fome	39
Praia da Serraria	118
Praia de Castelhanos	41
Praia de Guanxumas	13
Praia de Santa Tereza	159
Praia do Bonete	41
Praia do Curral	37
Praia do Julião	4
Praia do Simão	15
Praia do Veloso	2
Praia Grande (Ilhabela)	11
Praia Mansa	32
Saco da Ribeira (Ubatuba)	14

Localidade – Porto de Saída	Nº
Saco do Sombrio	112
São Pedro	7
Taubaté	7
Porto de Saída Indeterminado	7
<b>TOTAL</b>	<b>1.065</b>

Fonte (Instituto de Pesca, 2013).

O **Quadro II.5.3.13.5-4** lista as localidades que, embora pertencentes ao município de Ilhabela desembarcam no município de São Sebastião.

**Quadro II.5.3.13.5-4** - Localidades registradas como porto de saída das unidades produtivas por número de registros de descargas realizadas no município de São Sebastião, 2013.

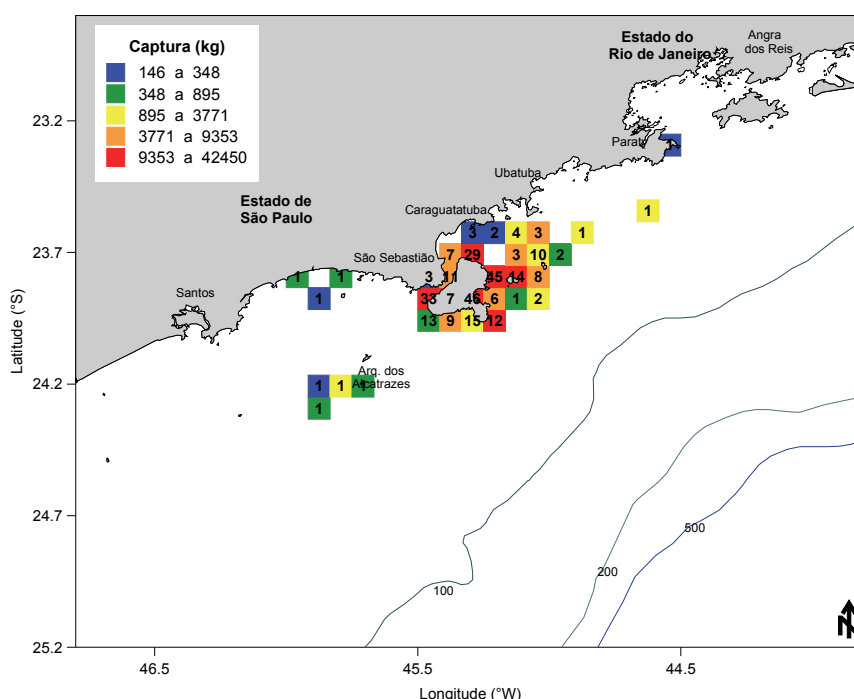
Localidade – Porto de Saída	Número de registros de descargas
Ilha da Vitória	9
Ilha de Búzios	30
Indaiaúba	12
Mercado Municipal de Ilhabela	1
Praia da Fome	26
Praia da Serraria	63
Praia de Castelhanos	71
Praia do Bonete	54
Praia do Curral	4
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>

Fonte: Instituto de Pesca (2013)

Os principais aparelhos de pesca utilizados no Canal da Ilhabela são o covo que representou 29,0% do total descarregado, seguido pelo cerco (traineiras) com 26,2%, do cerco-flutuante (9,7%), do emalhe (8,8%) e do arrasto-duplo-pequeno (8,6%). Nesse contexto foram também registrados aparelhos de pesca não identificados (9,0%). E os principais recursos descarregados nos pontos monitorados da localidade Canal de Ilhabela nos seis meses analisados foram: o Polvo (28,0%), a Corvina (15,3%), o Galo (9,9%), o Espada (6,1%) e o Carapau (5,7%).

A frota de pesca que descarregou no Canal de Ilhabela atua desde a Ponta da Juatinga, no Rio de Janeiro, até a costa sul de São Sebastião, São Paulo; contudo são poucas as ocorrências de atuação nos extremos desta área. Considerando que se trata de uma frota marcadamente artesanal e por isso com menor mobilidade, a concentração das áreas de pesca utilizadas situa-se no entorno da própria Ilha de São Sebastião e das Ilhas de Búzios e Vitória.

A **Figura II.5.3.13.5-8** permitem visualizar a distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada no Canal de Ilhabela.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-8** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Canal de Ilhabela. Número no interior do bloco estatístico corresponde às Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

**Município de São Sebastião** – destacam-se quatro locais de desembarque de pescados registrados: Bairro São Francisco, Porto de São Sebastião, Praias do Litoral Norte e Praias do Litoral Sul.

A localidade Bairro São Francisco reúne sete pontos de descarga (Beco da Escola, Cooperpescass, Gordo, Gringo, Praça da Igreja, Praça dos Pescadores e Vice Rei). Aqui o principal aparelho de pesca utilizado é o arrasto-duplo-pequeno

com 43,0% do total descarregado, seguido do cerco-flutuante (20,5%), referente às descargas provenientes do município da Ilhabela; o emalhe (11,4%); além de aparelhos de pesca não identificados (19,6%). O Camarão-sete-barbas foi o principal recurso pesqueiro descarregado (32,7%), seguido pela Corvina (23,3%) e pelo Espada (12,3%).

A área de atuação da frota sediada no Bairro São Francisco se define entre a Ilha de São Sebastião/SP, e a região em frente ao município de Paraty/RJ. Contudo, o estudo destaca que a concentração ocorre na Enseada de Caraguatatuba, ao longo da Praia de Massaguaçu e o entorno da Ilha de São Sebastião, especialmente a nordeste e próximo à Ilha de Búzios.

O Porto de São Sebastião abrange oito pontos de descargas, a saber: TEBAR, Barequeçaba, Araçá, Porto Grande, Pontal da Cruz, Portal da Olaria, Praia do Deodato e Rancho Pararanga. Aqui o principal aparelho de pesca utilizado é o emalhe, que representa 68,2% da captura total, seguido por aparelhos de pesca indeterminados (16,6%) e pela linha-de-mão (7,3%). Os principais recursos pesqueiros descarregados nesta localidade foram: a Corvina (38,1%), o Parati (19,5%), a Maria-mole (7,7%), o Espada (6,1%), a Tainha (5,3%), e a Lula (3,5%). A frota que descarrega na localidade do Porto de São Sebastião possui baixa mobilidade e por isso a área de atuação desta frota ocorre próxima ao local, principalmente no entorno da Ilha de São Sebastião, com destaque para a porção norte do Canal e a noroeste desta ilha.

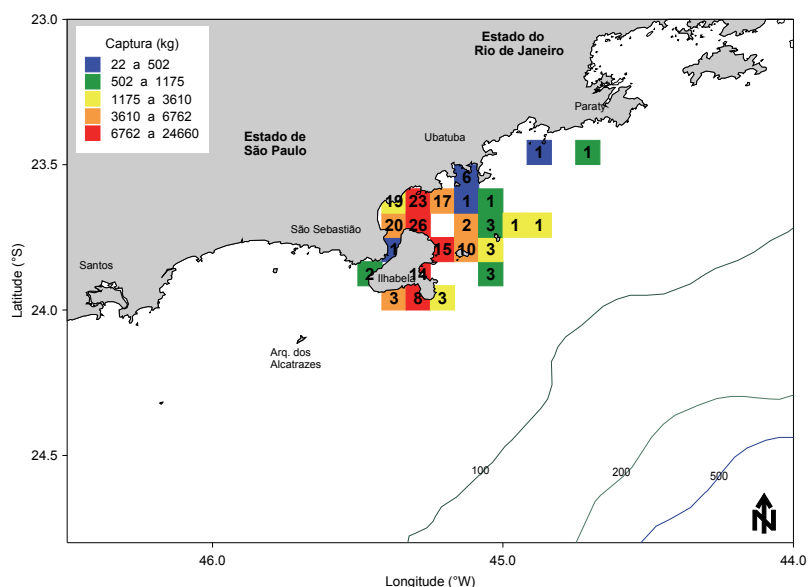
As Praias do Litoral Norte reúnem as comunidades de pesca localizadas na Praia das Cigarras, Praia da Enseada e Canto do Mar. Nesse local o emalhe é única arte de pesca utilizada (100% das descargas) e entre os principais recursos descarregados estão a Tainha (16,7%), a Corvina (14,5%), o Bagre-amarelo (8,6%), o Paru (8,5%), o Sari-sari (8,2%), Bagre (sem identificação de espécie) (6,3%) e o Bagre-branco (6,2%). Nas três comunidades pesqueiras que compõe esta localidade concentra-se um número reduzido de pequenas embarcações que realizam as atividades de pesca na porção norte do Canal e a noroeste da Ilha de São Sebastião.

Com relação as Praias do Litoral Sul se observa a reunião de 10 comunidades, que se estendem por cerca de 40 km na extremidade sul do Município de São Sebastião (Toque-Toque Grande, Toque-Toque Pequeno, Santiago, Paúba, Maresias, Boiçucanga, Barra do Sahy, Juquehy, Barra do Una e

Boracéia) com atividade econômica voltada principalmente ao turismo e à pesca. Aqui a principal arte de pesca em relação à quantidade de pescado descarregado foi o emalhe (56,6 %), seguido pelo cerco-flutuante (33,6 %), a pesca de arrasto-pequeno (simples e duplo) que contribuiu com 8,4% do total descarregado. E o principal recurso descarregado na localidade foi a Pescada-foguete (16,3 % da captura total), o Espada, (14,9 % do total descarregado), a Corvina (13,2 % do total descarregado).

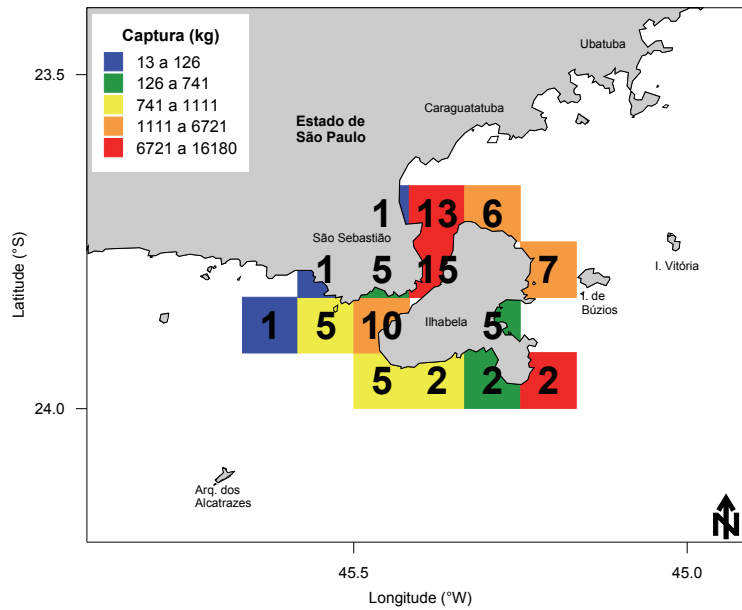
A maior parte da atividade pesqueira aqui desembarcada é local, limitada principalmente pelo pequeno alcance das embarcações e pelos aparelhos de pesca utilizados, direcionando-se do sul da Praia de Boracéia, em Bertioga, até o entorno da Ilha de Toque-toque, próximo à boca sul do Canal de São Sebastião, sempre em profundidades menores que 25 m.

Da **Figura II.5.3.13.5-9** até a **Figura II.5.3.13.5-12** permitem visualizar a distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada nos locais de desembarque aqui tratados.



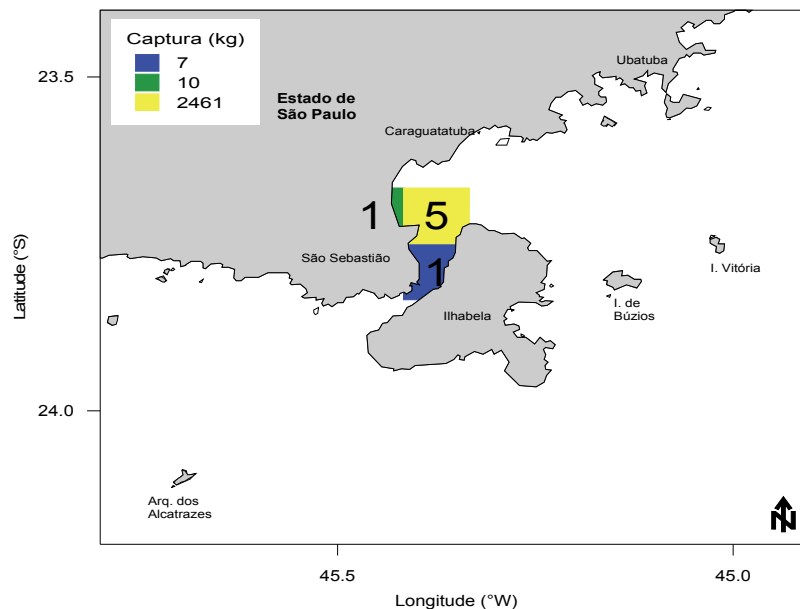
Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-9** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Bairro São Francisco, em São Sebastião, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

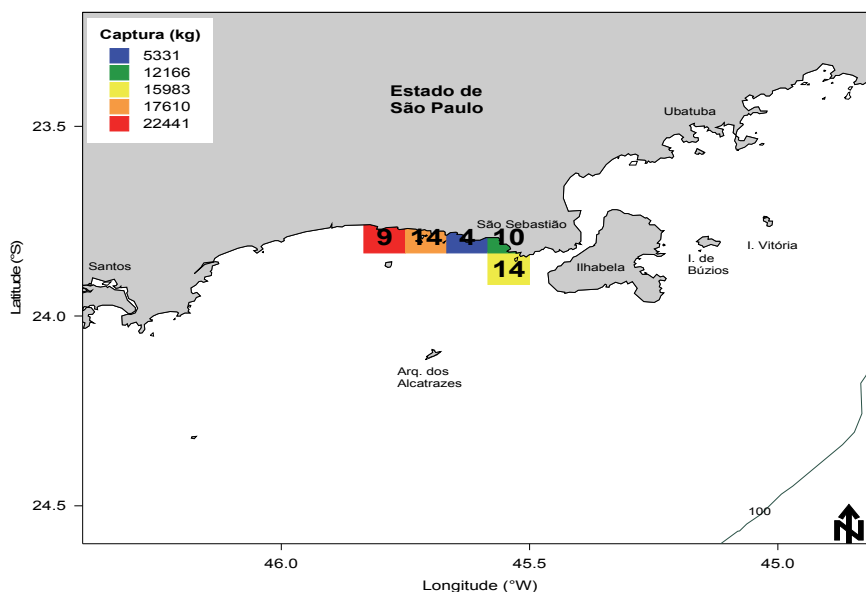
**Figura II.5.3.13.5-10** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Porto de São Sebastião, em São Sebastião, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-11** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Praias do Litoral Norte, em São Sebastião, 2013.

*Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.*



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-12** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Praias do Litoral Sul, em São Sebastião, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

**Município de Ubatuba** - a atividade pesqueira é monitorada em seis localidades que no total reúnem 12 pontos de descargas: Barra de Ubatuba, Cais do Alemão e Cais do Frediani, Almada e Picinguaba, Maranduba, Praia da Enseada e Praia do Lázaro, Barra Seca, Praia do Itaguá e Perequê-açu e Saco da Ribeira.

O local de desembarque Barra de Ubatuba, também conhecido como Ilha dos Pescadores reúne uma grande quantidade de embarcações voltadas para a pesca de arrasto pequeno (principalmente duplo, mas também simples).

Os principais aparelhos de pesca utilizados neste local são: o arrasto-duplo-pequeno, responsável por 62,4% da captura total descarregada, seguido pelo emalhe (16,5%) e pela multi-artes (10,3%). Entende-se como multi-artes os casos em que as embarcações operam com duas ou mais artes de pesca em uma mesma viagem e não é possível separar o volume descarregado (kg) para cada arte (pescador não sabe informar). As combinações de artes de pesca mais



comuns de serem usadas em uma mesma viagem no litoral norte de São Paulo incluem o arrasto-duplo-pequeno, o emalhe e algumas artes com o uso de linha (linha-de-mão, zangarelho e espinhel-de-fundo).

O recurso mais representativo nas descargas da Barra dos Pescadores continuou sendo o Camarão-sete-barbas com 53,9% do total, seguido pela Corvina com 9,2%, pela Lula com 6,7% e pelo Dourado com 4,0% do total capturado. A área de pesca da frota sediada neste local abrange da região costeira do litoral sul fluminense, próximo à Ponta do Juatinga até a região costeira em frente ao município de Peruíbe, contudo a maior concentração da frota situa-se ao longo da costa do município de Ubatuba.

O Cais do Alemão reúne dois pontos de descarga também o Cais do Frediani. Este ponto de desembarque é também um ponto de apoio para o fornecimento de gelo, rancho e combustível para as embarcações de Ubatuba e dos municípios vizinhos. Aqui destaca-se o emalhe como o principal aparelho de pesca, contribuindo com 37,3% da produção total descarregada, seguido pelo arrasto-duplo-pequeno (28,1%), por multi-artes (18,7%) e pelo cerco (traineiras) (12,3%). E os principais recursos desembarcados nestes seis meses foram a Corvina com 22,3%, Sardinha-verdadeira com 12,3%, o Camarão-rosa com 11,7% e a categoria “Cações agrupados” com 8,1% em peso do total das descargas.

A área de atuação da frota que descarrega no Cais do Alemão abrangeu desde o litoral do Paraná até a região próxima à Ilha Grande, no Rio de Janeiro, sobretudo em águas com até 100 m de profundidade, com bem poucas ocorrências até os 200 m. Esta frota atua também, porém, com menor frequência, na costa sul do município de São Sebastião e próximo ao município de Bertioga.

As Praias do Centro, Costa Norte e Costa Sul de Ubatuba possuem características específicas: a praia da Costa Norte de Ubatuba reúne os pescadores que utilizam as Praias da Almada e da Picinguaba como pontos de descarga; as Praias do Centro de Ubatuba reúnem três pontos de descarga do centro do município, o que inclui os ranchos de pescadores das Praias do Itaguá e do Perequê-açu e a Barra Seca; enquanto a Costa Sul de Ubatuba inclui as descargas realizadas na Praia de Maranduba, na Praia da Enseada e Praia do Lázaro. Esses três pontos de desembarque do pescado têm em comum as seguintes características: (a) incluem comunidades pesqueiras artesanais com

pequenos volumes de descargas e com espaços maiores de descarga ao longo da semana, se comparadas às demais localidades de Ubatuba; e (b) com exceção das praias do Centro, distam bastante da sede do município (até 45 km).

O principal aparelho de pesca é o emalhe, que representou 55,4% da produção total descarregada nestas três localidades, seguido pelo cerco-flutuante (26,6%) e pelo arrasto-duplo-pequeno (15,9%). O emalhe foi a arte de pesca mais utilizada nas comunidades pesqueiras das Praias do Centro (99,8%) e da Costa Norte de Ubatuba (51,2%), enquanto o arrasto-duplo-pequeno foi utilizado principalmente pelas comunidades da Costa Sul (50,7%), onde também foram utilizados o emalhe (36,7%) e o cerco-flutuante (6,9%). As comunidades da Costa Norte, além do emalhe (51,2%), ainda utilizaram o cerco-flutuante (48,2%).

Com relação aos recursos pesqueiros descarregados destacam-se: Corvina (20,6%), o Camarão-sete-barbas (13,5%), o Espada (7,4%) e a Betara (7,1%) foram os principais recursos descarregados nestas três localidades. A Pescada-amarela (4,4%), as categorias de “Cações Agrupados” (4,2%) e de “Bonitos Agrupados” (4,0%) também foram registradas nas descargas.

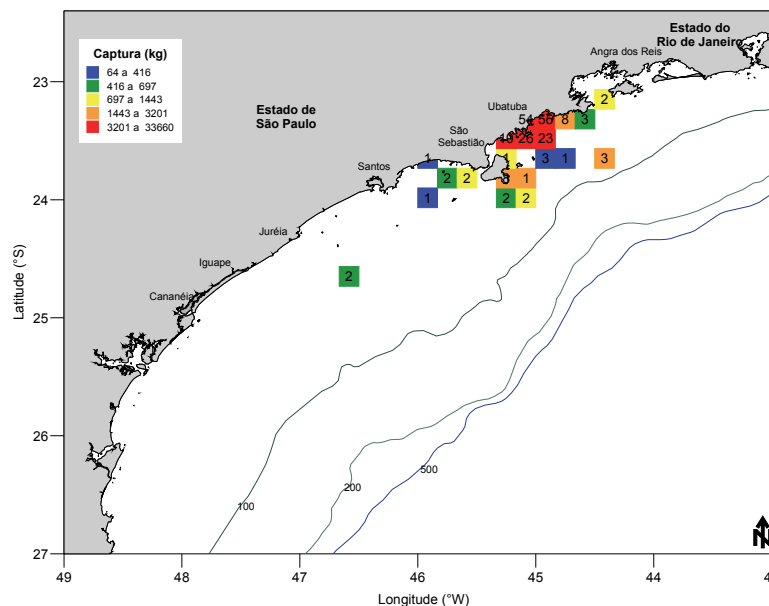
A frota sediada na costa norte de Ubatuba atua nas proximidades do local de desembarque, entre, principalmente, os arredores das Praias de Picinguaba e da Almada, e o município de Paraty/RJ, com apenas uma ocorrência ao norte desta área, próximo à Ilha Grande. A frota da costa sul de Ubatuba atua principalmente entre a Praia de Massaguaçu, em Caraguatatuba e a Baía do Itaguá, em Ubatuba, principalmente próximo das praias da Tabatinga, Cocanha e da Maranduba, com poucas ocorrências de atuação na região próxima à Ilha de São Sebastião. E as embarcações que descarregam na localidade Praias do Centro atuam na região da Baía de Itaguá, em Ubatuba, e a leste da mesma, com poucas ocorrências ao norte e ao sul desta área e também próximo à Ilha Vitória, município de Ilhabela.

A localidade Saco da Ribeira é um píer para atracação de embarcações turísticas e de transporte para as ilhas do litoral norte de São Paulo, porém, também é utilizado como ponto de descarga para a frota de pesca da região. O local é de propriedade e administração estadual, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através da Fundação Florestal.

O principal aparelho de pesca em produção descarregada foi o cerco (traineiras) com 64,7% da captura total descarregada nesta localidade, seguido pelo arrasto-duplo-pequeno (18,1%) e pelo emalhe (11,1%). E dentre os recursos pesqueiros, o que apresentou a maior captura foi a Sardinha-verdadeira com 60,9%, seguida da Corvina com 7,1%, Camarão-sete-barbas com 5,8% e, ainda, da categoria “Cações Agrupados” com 5,0% do total.

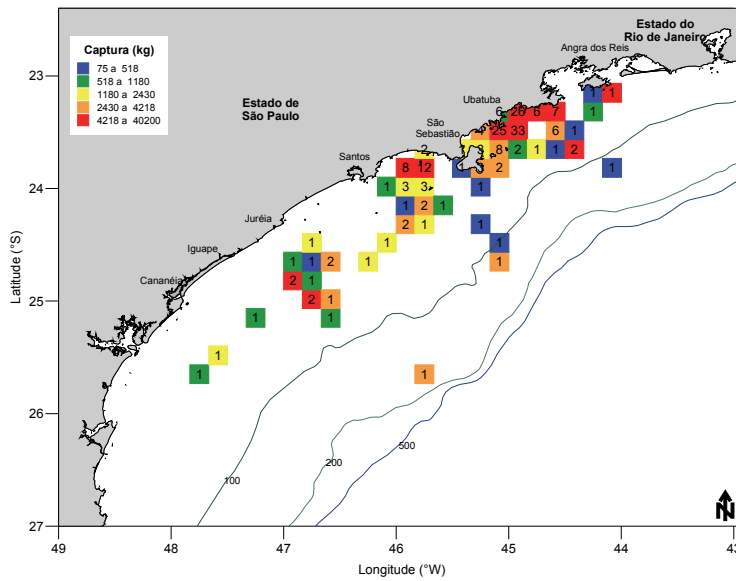
As embarcações de pesca que descarregaram neste local utilizam como área de pesca desde a região em frente ao município de Itajaí/SC até a região em frente à Baía de Sepetiba/RJ. A maior concentração, porém, foi observada abaixo de 100 m de profundidade na região entre a Ilha de São Sebastião/SP e a Ponta da Juatinga/RJ, com poucas ocorrências, também, na costa ao sul desta área, no litoral paulista.

Da **Figura II.5.3.13.5-13** até a **Figura II.5.3.13.5-18** permitem visualizar a distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada nos locais de desembarque aqui tratados.



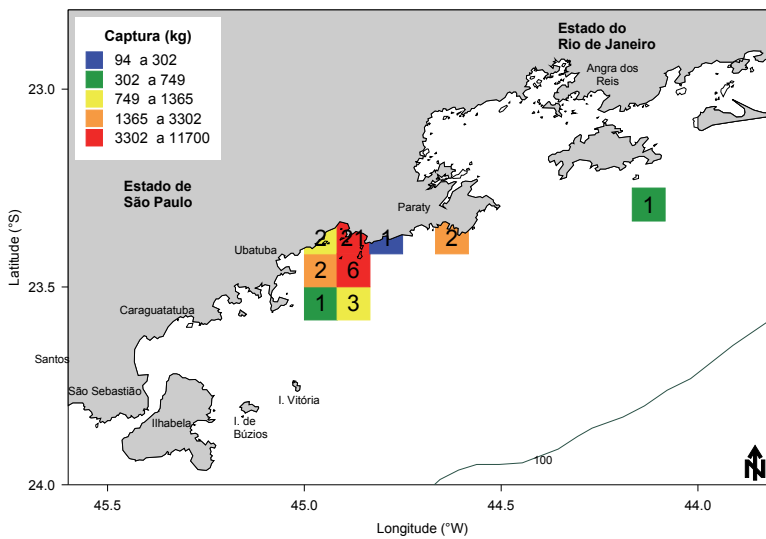
Fonte: Instituto de Pesca (2003)

**Figura II.5.3.13.5-13** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Barra de Ubatuba, em Ubatuba, 2003. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



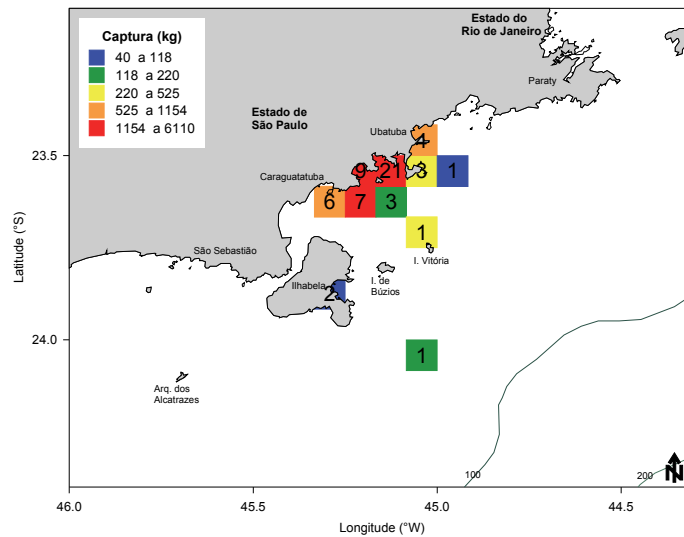
Fonte: Instituto de Pesca (2003)

**Figura II.5.3.13.5-14** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Cais do Alemão, em Ubatuba, 2003. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



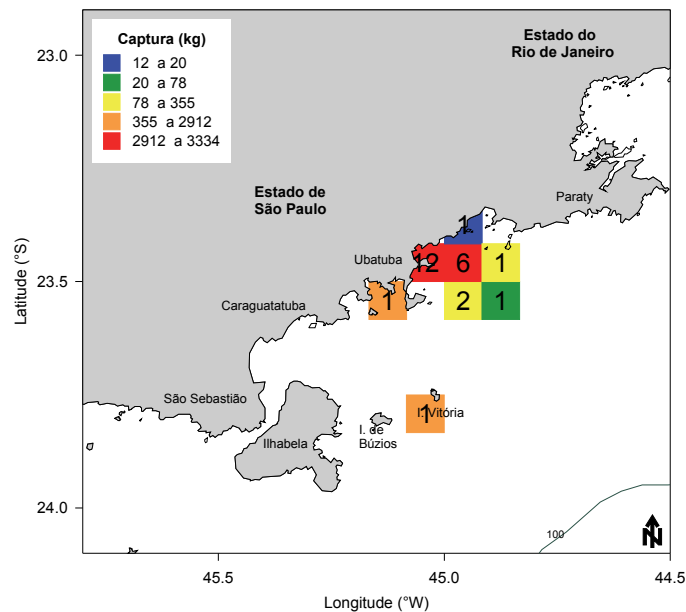
Fonte: Instituto de Pesca (2003)

**Figura II.5.3.13.5-15** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Costa Norte de Ubatuba, em Ubatuba, 2003. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



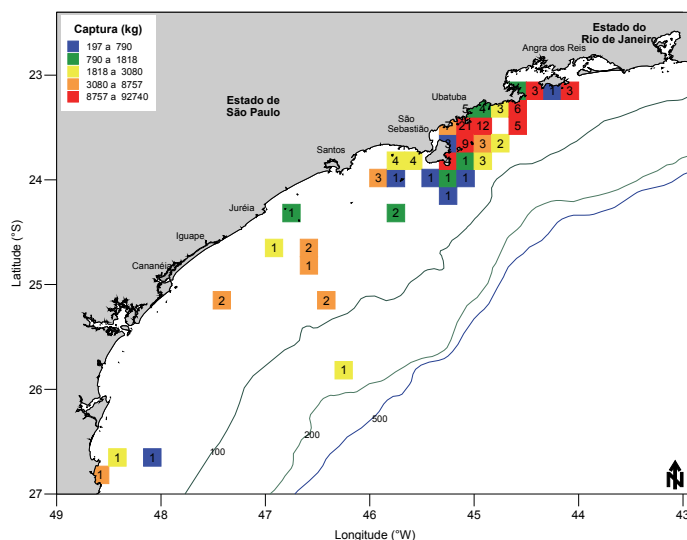
Fonte: Instituto de Pesca (2003)

**Figura II.5.3.13.5-16** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Costa Sul de Ubatuba, 2003. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



Fonte: Instituto de Pesca (2003)

**Figura II.5.3.13.5-17** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Praias do Centro, em Ubatuba, 2003. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



Fonte: Instituto de Pesca (2003)

**Figura II.5.3.13.5-18** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Saco da Ribeira, em Ubatuba, 2003. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

#### r) Áreas de pesca (pesqueiros)

Para o Litoral Norte não foram obtidas informações oficiais e disponíveis em relação à presença de pesqueiros.

#### s) Produção Pesqueira

A produção pesqueira segundo os pontos de desembarque aqui tratados, no período entre outubro de 2012 e março de 2013, permite constatar a importância da pesca artesanal nessa região, destacando o significativo volume de captura dos municípios de Ubatuba (Saco da Ribeira), Ilhabela e São Sebastião (**Quadro II.5.3.13.5-5**).

**Quadro II.5.3.13.5-5 - Produção do Pescado segundo local de desembarque – outubro 2012 a março de 2013.**

Municípios	Locais de Desembarque	Nº de unidades produtiva	Nº de descargas de pescado	Captura (t)	Captura* (R\$)
Caraguatatuba	Entrepasto do Camaroeiro	35	796	35,8	400.899,97
	Entrepasto do Porto Novo	8	117	11,9	105.674,72
	Praias de Caraguatatuba	18	325	7,4	103.776,23
Ilhabela	Canal de Ilhabela	168	1.065	355,2	2.599.937,20
São Sebastião	Bairro São Francisco	87	657	135,5	1.162.999,95
	Porto de São Sebastião	33	555	51,3	293.130,31
	Praias do Litoral Norte	5	216	2,5	17.124,30
	Praias do Litoral Sul	41	1.333	73,5	620.782,24
Ubatuba	Barra de Ubatuba	83	1.247	78,2	558.349,48
	Cais do Alemão	64	328	228,3	1.965.937,39
	Costa Norte de Ubatuba	30	123	21,2	84.456,16
	Costa Sul de Ubatuba	s/inf.	336	13,0	75.575,61
	Praias do Centro	51	216	7,5	33.759,07
	Saco da Ribeira	51	237	400,4	1.643.042,90

Fonte: Instituto de Pesca , 2013

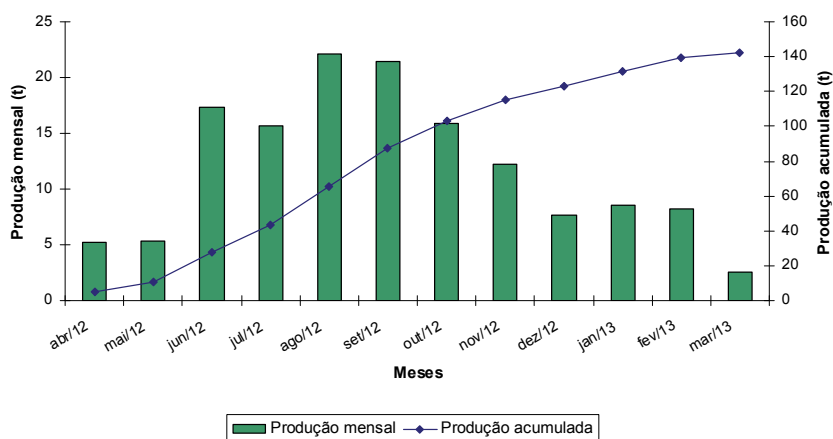
\* = preço de primeira comercialização.

O detalhamento da produção geral dos municípios do Litoral Norte paulista, para o período entre outubro de 2012 e março de 2013 está apresentado a seguir.

**Município de Caraguatatuba** - Considerando a produção agrupada do município no período de abril de 2012 a março de 2013, foram descarregadas 142,2 t (produção acumulada) de pescados e os camarões são importantes recursos pesqueiros utilizados pelas comunidades artesanais de Caraguatatuba. Em função disto, o volume de captura mensal do município constantemente varia de acordo com o volume descarregado deste recurso. Este padrão vem se repetindo anualmente, com os menores valores ocorrendo nos meses de março, abril e maio devido ao período de defeso dos camarões, enquanto que um pico de descarga ocorre no mês de junho, primeiro mês após a parada para este defeso.

Durante o período de defeso dos camarões, descargas importantes de corvina ocorrem nas praias de Caraguatatuba, além disso, 2012 foi um bom ano em relação ao volume descarregado de Camarão-sete-barbas no município. Desse modo, o pico de descargas da espécie não se restringiu apenas ao mês de junho, ocorrendo descargas consideráveis até o mês de outubro deste mesmo ano.

A **Figura II.5.3.13.5-19** apresenta a captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período do monitoramento.



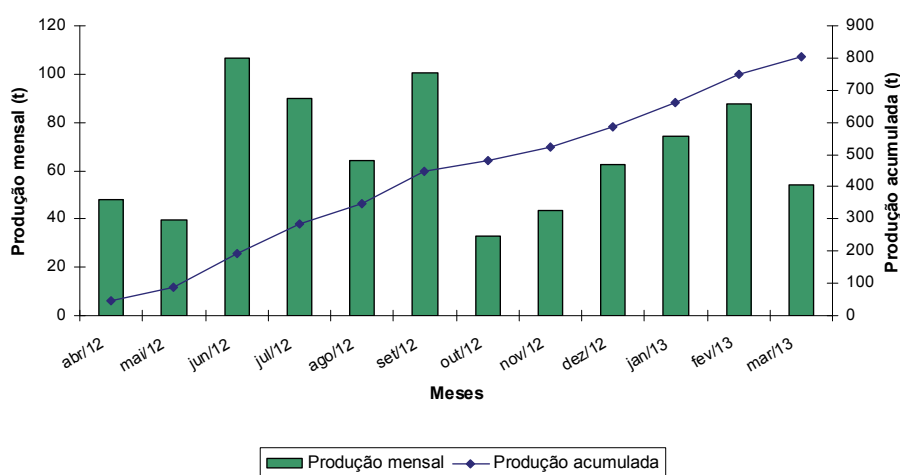
Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-19** - Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Caraguatatuba.



**Município de Ilhabela** - A produção acumulada no período de abril de 2012 a março de 2013 foi de 803,9 t de pescados (**Figura II.5.3.13.5-20**).

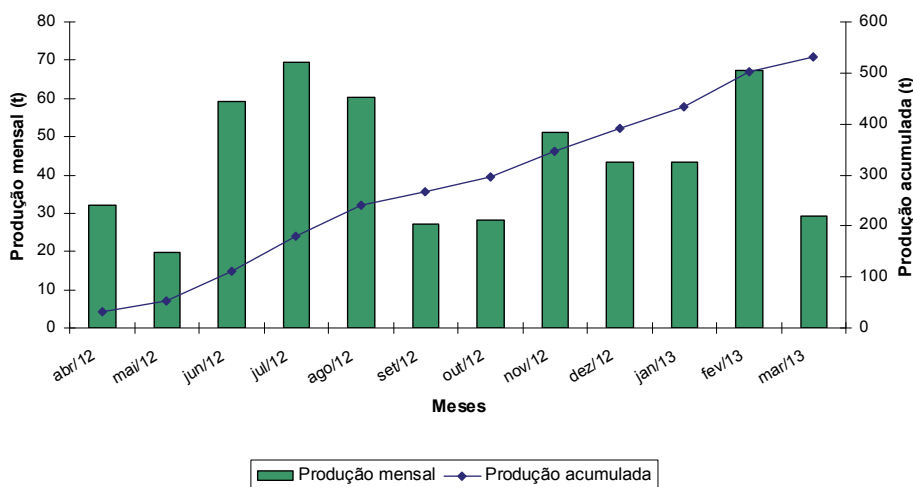
A série mensal de descargas do município de Ilhabela sempre apresenta variações que refletem a disponibilidades de alguns recursos pesqueiros na região. Considerando os 12 meses na análise, as maiores descargas em Ilhabela ocorreram entre junho e setembro de 2012 e também em janeiro e fevereiro de 2013. A Sardinha-bandeira, o Polvo, o Camarão-sete-barbas, a Corvina e o Galo foram as espécies que mais influenciaram nestes picos, além do Espada e do Carapau, embora em menores quantidades.



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-20** - Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Ilhabela.

**Município de São Sebastião** - a captura agrupada do município no período de abril de 2012 a março de 2013 foi de 530,8 t de pescados. A **Figura II.5.3.13.5-21** apresenta a captura mensal de pescado e o total acumulado no período.

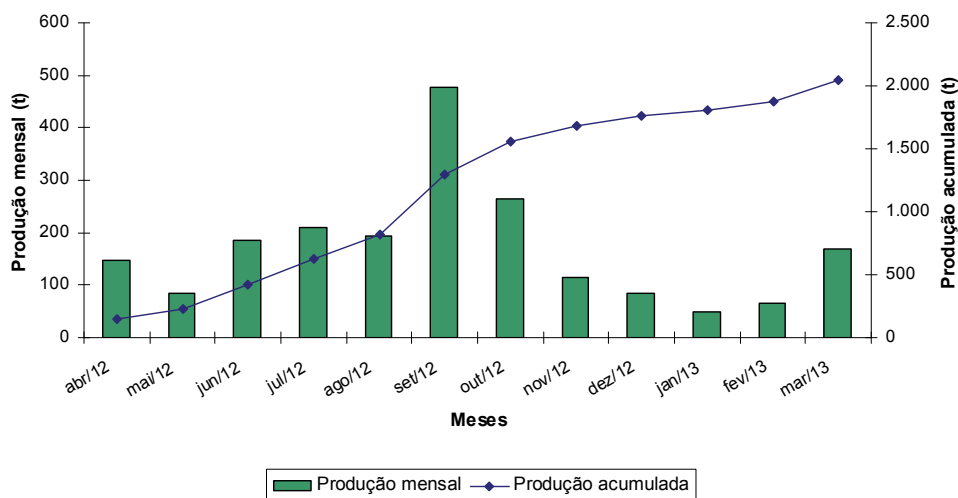


Fonte: Instituto de Pesca , 2013

**Figura II.5.3.13.5-21** - *Captura mensal de pescado descarregado e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de São Sebastião.*

**Município de Ubatuba** - no período de abril de 2012 a março de 2013, considerando a produção agrupada, foram descarregadas 2.046,4 t de pescados.

A **Figura II.5.3.13.5-22** apresenta a captura mensal do município e o total acumulado nos 12 meses analisados. Observa-se que entre abril e agosto de 2012, houve descargas importantes de corvina, sendo este o principal recurso descarregado em Ubatuba durante estes meses. Contudo, os picos de descargas registrados em setembro e outubro de 2012 e em março de 2013 devem-se aos maiores volumes de Sardinha-verdadeira descarregados pela frota industrial de cerco (traineiras) no município. Nesse contexto, o Camarão-sete-barbas foi descarregado de forma constante ao longo do ano, principalmente entre os meses de junho e setembro de 2012 quando as descargas variaram de 20,2 a 30,5 t/mês.



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-22** - Captura mensal de pescado descarregado e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Ubatuba.

#### t) Organização dos Pescadores

No Litoral Norte, o estudo de Silva & Lopes (2010) registrou para o ano de 2008 o total de 2.347 pescadores artesanais assim distribuídos: Ubatuba, 1.162; Caraguatatuba, 345; São Sebastião, 536; e, Ilhabela, 304.

Nessa região a maioria dos pescadores utiliza embarcações próprias, denominadas de “chatinhas” para pescar. Essas embarcações são feitas em madeira, não utilizam motor e sim remos. Segundo os autores a maioria dos pescadores artesanais dessa região são tradicionais e baseiam sua atividade no movimento das marés com o objetivo de capturar peixes e camarões ou coletar mariscos, ostras, caranguejos, entre outros.

As comunidades de pescadores artesanais e caiçaras mantêm diferentes estratégias de produção do pescado, a fim de superar as perdas dos recursos em decorrência da degradação ambiental. O pescador pode apresentar uma ou diferentes maneiras de adaptar-se e de responder à degradação ambiental (BEGOSI op.cit.). O perfil de toda a região litorânea da área de estudo tem em comum o fato de uma parte significativa dos pescadores se envolver também com atividades vinculadas ao turismo local.

Nesse contexto, alguns pescadores trabalham também como barqueiros ou caseiros, porém pouco se beneficiam dos lucros diretos advindos do Turismo. Em contrapartida, em algumas dessas comunidades litorâneas, o turismo e a pesca coexistem, ainda que em níveis incipientes, conforme é o caso da Praia do Puruba (Ubatuba) (BEGOSI op.cit.).

Do ponto de vista organizacional, os pescadores dos municípios do litoral norte do estado de São Paulo seguem padrão semelhante às demais áreas de pesca, onde prevalece a atuação das Colônias de Pescadores e Associações em seguida apresentados (**Quadro II.5.3.13.5-6**). Destaca-se que o endereço das referidas entidades estão mencionados no **subitem II.5.3.2 - Grupos de Interesse**.

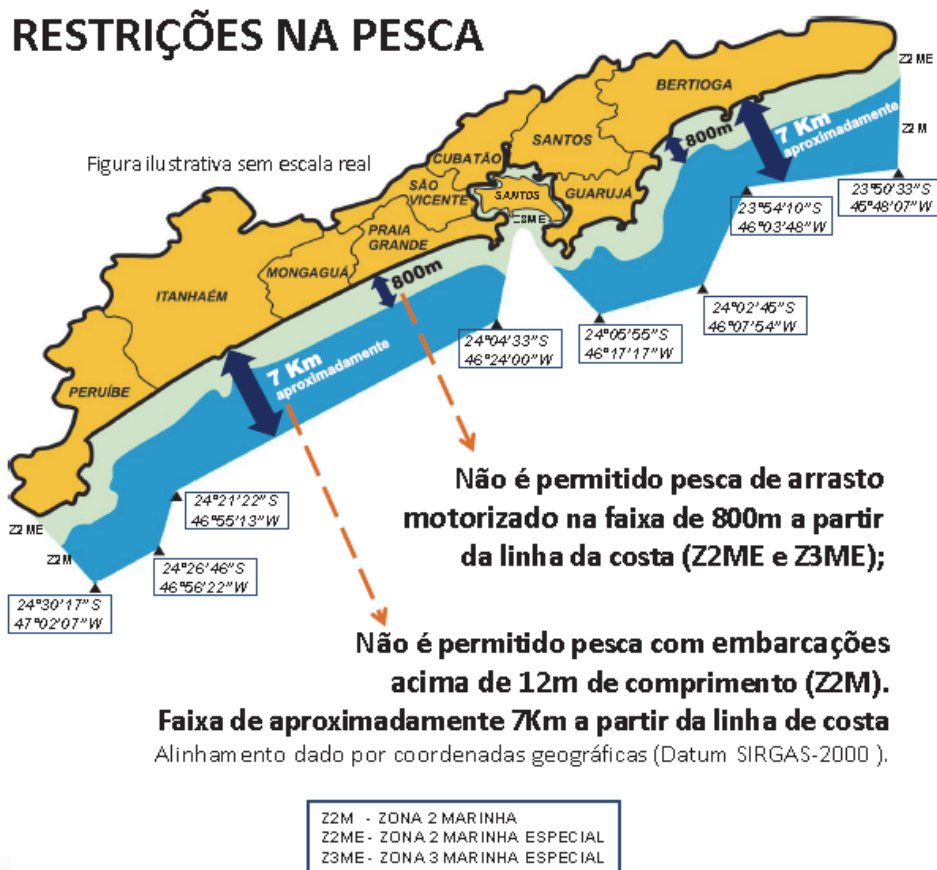
**Quadro II.5.3.13.5-6 – Entidades atuantes no Litoral Norte – estado de São Paulo.**

<b>Entidades de âmbito estadual</b>
Federação das Colônias dos Pescadores do Estado de São Paulo
Sindicato dos Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo
<b>Entidades atuantes no Litoral Norte</b>
Colônia de Pescadores Z-10 Ubatuba
Colônia de Pescadores Z-08 – Caraguatatuba
Colônia de Pescadores Z-06 – Ilhabela
Associação de Pescadores de Ubatuba
Associação de Pescadores da Barra de Maranduba
Associação dos Pescadores Profissionais do Saco da Ribeira
Associação de Pescadores Artesanais e Turismo da Zona Sul de Caraguatatuba
Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha
Associação de Pescadores do Camaroeiro
Associação de Pescadores do Porto Novo (Caraguatatuba)
Associação de Pescadores de Tabatinga
Associação de Pescadores de Massaguaçu (Caraguatatuba)
Cooperativa de Pesca de São Sebastião
Associação dos Moradores e Pescadores de Enseada (São Sebastião)
Associação Amigos Pescadores de Pontal da Cruz – AAPPC
Associação dos Pescadores Artesanais de Ilhabela – APARI
Associação dos Moradores e Pescadores de São Pedro – AMPESP

Fontes: Silva & Lopes, 2010; PETROBRAS/ICF, 2012.

## I) Baixada Santista

Inicialmente é importante destacar que a atividade pesqueira, na Baixada Santista, está atualmente sujeita as determinações do Decreto nº 58.996, de 25 de março de 2013, que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor da Baixada Santista e dá providências correlatas. O referido decreto define as áreas de restrições para a pesca, conforme se pode observar na **Figura II.5.3.13.5-23**.



Fonte: Governo do Estado de São Paulo, APA Marinha Litoral Centro, 2013

**Figura II.5.3.13.5-23 – Áreas restritas para a pesca na Baixada Santista.**

Conforme se pode observar, as áreas de restrições incidem diretamente sobre a atividade pesqueira que se utilizam de embarcações maiores que 12 m e que possibilitam um poder de navegação em relação ao pescador artesanal

rudimentar. Segundo a **Figura II.5.3.13.5-23**, as duas restrições atingem apenas uma pequena parcela dos pescadores (aproximadamente 4%).

É importante destacar que as informações aqui apresentadas não possibilitam a observação das consequências do referido decreto sobre a atividade pesqueira na Baixada Santista. As informações utilizadas decorrem dos relatórios realizados pelo Instituto de Pesca para o Monitoramento da Atividade Pesqueira nas Áreas de Influência dos empreendimentos de Mexilhão e Merluza, no período entre os meses de outubro de 2012 a março de 2013, que não tiveram como objetivo avaliar os efeitos do referido decreto sobre a pesca artesanal.

#### **a) Comunidades identificadas**

Segundo Gefe (op.cit.) a maior concentração dos pescadores artesanais situa-se nas imediações de São Vicente, Bertioga, Rio do Meio/Santa Cruz dos Navegantes (Guarujá). Observam-se também pescadores distribuídos na área interna do estuário de Santos/Cubatão/São Vicente/Guarujá. Segundo o autor, os pescadores do interior do estuário vivem em situação de pobreza total, pois a poluição está tornando o pescado escasso. E os pescadores, tais como os do Sítio Conceiçãozinha (Guarujá) exploram os recursos do manguezal de entorno. Porém, com a ocupação da área por indústrias, porto, marinas e favelas, ficou inviável a pesca comercial neste ambiente.

Na Vila dos Pescadores, em Cubatão, a pesca do bivalve em manguezais também foi extinta devido à degradação ambiental. Em contrapartida, nas comunidades da Ilha Diana, em Santos, e do Sítio Cachoeira, no Guarujá, os manguezais ainda são uma importante fonte de pescado, pois ainda há, no entorno dessas comunidades, grandes extensões de manguezais em razoáveis condições, que ainda suportam a pesca comercial. Porém, com a degradação ocorrida em extensas áreas de manguezal de outras localidades do estuário, iniciou-se um processo de concentração de pescadores de outras comunidades nas proximidades da Ilha Diana e do Sítio Cachoeira, o que ocasionou a diminuição dos estoques, devido à pesca intensiva.

Na realidade, as comunidades de Conceiçãozinha e Ilha Diana estão localizadas no eixo dos conflitos portuário-industriais. A comunidade da Ilha Diana, pequena ilha fluvial no estuário, persiste como um dos poucos núcleos de pescadores de toda Baixada Santista. A dificuldade de acesso ao lugar permitiu a sobrevivência das atividades pesqueiras artesanais de forma ainda bastante preservada até o presente. O censo realizado pela Secretaria de Planejamento de Santos - SEPLAN em 2003 revelou que essa população é relativamente estável, com 65 famílias descendentes dos primeiros moradores (GEFE, op. cit.).

Ainda de acordo com Gefe (op. cit.), existem estudos que demonstram a existência de aproximadamente 10.000 pessoas vivendo direta ou indiretamente da pesca artesanal na Baixada Santista, divididas em 17 comunidades, sendo muitas destas no interior do estuário.

Na região da Baixada Santista foram identificadas cerca de 40 locais onde há possibilidade da presença de comunidades de população tradicional (caiçaras) (**subitem II.5.3.12 – Identificação de povos e comunidades tradicionais**), envolvidas com a atividade pesqueira, conforme se pode observar no **Quadro II.5.3.13.5-7**.

**Quadro II.5.3.13.5-7 - Populações tradicionais Caiçaras – Baixada Santista - estado de São Paulo.**

Municípios	Comunidades
Bertioga	Bairro do Indaiá
Cubatão	Vila Nova, Vila dos Pescadores e Ilha Caraguatá
Guarujá	Prainha Branca, Rio do Meio, Conceiçãozinha, Sítio Cachoeira, Praia do Perequê; Praia do Tombo, Guaiuba, Santa Cruz, Monte Cabrão, Astúrias, Góes, Santa Cruz dos Navegantes, Portinho, Prainha/Vicente de Carvalho.
Itanhaém	Ilha do rio Acima, Baixio, Guaraú, Praia dos Pescadores, Gaivota e Suarão.
Mongaguá	Jardim Praia Grande, Praia do Centro, Santa Eugênia, Vera Cruz e Vila Atlântica
Peruíbe	Prainha, Barra do Una, Centro, Ruínas, Guaraú, Barra do Una, Praia do Arpoador.
Praia Grande	Canto do Forte, Ocian, Vila Mirim, Aviação, Maracanã, Portinho, Solemar, Tupi, Vila Caiçara
Santos	Ilha Barnabé/Diana, Bairro Monte Cabrão, Bairro Caruara
São Vicente	Rua Japão e Humaitá

Fonte: PETROBRAS/ WALM, 2011 / Pirró (2010)/ Instituto da Pesca (2013)

É importante destacar que a literatura utilizada neste relatório não permite diferenciar nesse universo os pescadores artesanais tradicionais dos pescadores artesanais. Nesses termos as informações aqui apresentadas estão diretamente associadas à atividade de Monitoramento realizada pelo Instituto de Pesca (2013) que privilegia as seguintes comunidades (**Quadro II.5.3.13.5-8**).

**Quadro II.5.3.13.5-8** – Comunidades tratadas no relatório do Instituto de Pesca, 2013.

Município	Localidades
Bertioga	Bairro do Indaiá
Itanhaém	Baixio, Guaraú, Praia dos Pescadores, Gaivota e Suarão
Mongaguá	Jardim Praia Grande, Praia do Centro, Santa Eugênia, Vera Cruz e Vila Atlântica
Praia Grande	Aviação, Boutique do Peixe, Canto do Forte, Maracanã, Ocian, Portinho, Solemar, Tupi, Vila Caiçara
Peruíbe	Barra do Una e Guaraú, Praia do Arpoador, Praia do Centro e Ruínas
Santos/Guarujá	foram tratados em conjunto
São Vicente	Biquinha (Centro) e Rua Japão (Pq. Bitarú)

Destaca-se que não se dispõe de informações sobre o município de Cubatão, o que provavelmente se deve ao fato de que a atividade pesqueira é pouco significativa no município.

#### **b) A atividade pesqueira**

Uma das características do setor pesqueiro artesanal é a condição de descapitalização o que impõe algumas dificuldades aos pescadores: a manutenção das embarcações, frequentemente realizada pelos próprios pescadores que reformam suas embarcações, na maioria das vezes aproveitando as marés altas para encalhar as embarcações na praia; a aquisição de gelo para conservação do pescado, que as vezes é suprido pelos atravessadores que adquirem o pescado e que utilizam esse expediente como forma de criação e manutenção de uma relação de dependência.

Nos pequenos empreendimentos de pesca espalhados pelas praias (principalmente de cercos), a produção é armazenada em caixas de isopor ou



carcaças de geladeiras com gelo, ou nas poucas câmaras frias (0 – 5° C) de propriedade de pescadores (ou de suas associações) localizadas nas próprias praias, à espera da venda para intermediários ou diretamente aos consumidores.

É possível identificar algumas estruturas de armazenamento, vinculadas a colônias de pescadores ou prefeituras, que centralizam o armazenamento nos pontos de desembarque nos centros urbanos. Nesses locais, a comercialização é feita na maioria das vezes diretamente ao consumidor - nas temporadas turísticas ou em fins de semana - e/ou a intermediários (peixarias, atacadistas, atravessadores) no restante do ano. Praticamente inexistente industrialização do pescado capturado, estando o processamento restrito à retirada da carapaça dos camarões e eventual filetagem ou evisceração do pescado não vendido imediatamente após a captura (PETROBRAS/ICF, 2012). O **Quadro II.5.3.13.5-9** apresenta o número de embarcações e petrechos de pesca na Baixada Santista.

**Quadro II.5.3.13.5-9** – Número de embarcações e petrechos de pesca na Baixada Santista, 2004.

Embarcações por tipo	Número
Motor	219
Remo	62
<b>Total</b>	<b>281</b>
Embarcações por Comprimento	Número
Menor que 5 m	54
De 5 a 10 m	199
De 11 a 15 m	11
<b>Total</b>	<b>264</b>
Petrechos Pesca	Número
Arrastão praia	23
Cerco Fixo	4
Espinhel	44
Linha	27
Outros	22
Rede de Arrasto	17
Rede de Caceio	7
Rede de Espera	59
Rede de Cerco	15

Embarcações por tipo	Número
Tarrafa	80
Manual	41
Rede	98
<b>Total</b>	<b>437</b>

Fonte: Gefe *et al.* (2004)

A seguir o detalhamento por município das modalidades de pesca e pontos de desembarque do pescado na Baixada Santista.

**Município de Bertioga** - A frota é composta por um total de 86 embarcações, todas motorizadas (exceto 1 não informada), menores que 15 m e com menos de 15 TAB, sendo 92,1 % de madeira, 7,9 % de fibra de vidro e 10,5 % sem casaria. É composta principalmente de barcos de arrasto-duplo-pequeno, voltados à captura de camarão-sete-barbas, responsáveis por 4.567 descargas de pescado, seguidos dos barcos que operam redes de emalhe. As embarcações locais atuam com 11 modalidades de aparelhos de pesca, que podem eventualmente ser utilizadas de forma combinada ou não. Além dessas, outras 48 embarcações realizaram descargas de pescado no município.

Em Bertioga, 52,6 % das embarcações possuem comprimentos entre 6 e 9 m e 28,9 % entre 9 e 12 m. A maioria das embarcações tem menos de 5 TAB (84,6 %); 11,5 % delas têm entre 5 e 10 TAB e 3,8 %, entre 10 e 15 TAB, sendo 46,2 % dos barcos não dispunham dessa informação. A maior parte delas (34,2 %) possui motores com menos de 25 HP, enquanto que 5,3 % são mais potentes que 125 HP; 23,7 % têm entre 25 e 50 HP; 10,5 % entre 50 e 75 HP, outros 10,5 % entre 75 e 100 HP e 15,8 % entre 100 e 125 HP. Todas conservam o pescado em gelo, armazenado no porão (36,8 %) ou em caixas de isopor (63,2 %).

A maioria dos pescadores do município vive exclusivamente da pesca (93,5 %); 2,2 % têm na atividade a maior parte de sua renda (entre 50 e 99 %) e 4,3 % deles têm menos da metade da renda baseada na pesca. A renda de 67,4 % dos pescadores está entre 2 e 3 salários mínimos, de 30,4 %, entre 1 e 2 salários e, 2,2 % auferem até um salário mínimo mensal. Em 6,5 % dos casos, o pescado é comercializado pelo próprio pescador. Os restantes 93,5 % utilizam diversas formas de intermediação. A maior parte do pescado (87,0 %) é

repassado às peixarias, 6,5 % são vendidos diretamente aos turistas, 4,3 % às indústrias e 2,2% repassados a intermediários.

A maior parte dos pescadores que atuam no município de Bertioga tem entre 30 e 60 anos de idade (69,6%); 21,7% têm entre 18 e 30 anos e 8,7 %, mais de 60 anos (**Tabela II.5.3.13.5-5**). Em sua maioria (43,5 %), eles são casados; 30,4 % são amasiados; 21,7 % são solteiros e 4,3 %, separados. Quanto à escolaridade, a maioria dos pescadores (65,2 %) possui o Ensino Fundamental incompleto, tendo 6,5 % completado esse ciclo. Os que completaram o Ensino Médio (17,4 %) superam os que não concluíram (4,3 %). Em seguida, vem 1 pescador (2,2 %) com nível Superior completo, um alfabetizado e um analfabeto.

A maior parte deles vive em casa própria (63 %), seguidos dos que moram em casa alugada (26,3 %); 8,7 % dos pescadores moram com parentes e 4,3 % (2) vivem em casa emprestada. Todos possuem água tratada em casa e são atendidos pela coleta de lixo. Apenas um pescador tem energia elétrica fornecida por gerador, todos os demais são abastecidos pela rede elétrica convencional. A maior parte de suas casas tem rede de coleta de esgoto (60,9 %), 34,8 % têm fossa séptica e 4,3 % não possuem rede de esgoto. No município de Bertioga, 46 pescadores concederam entrevistas ao censo.

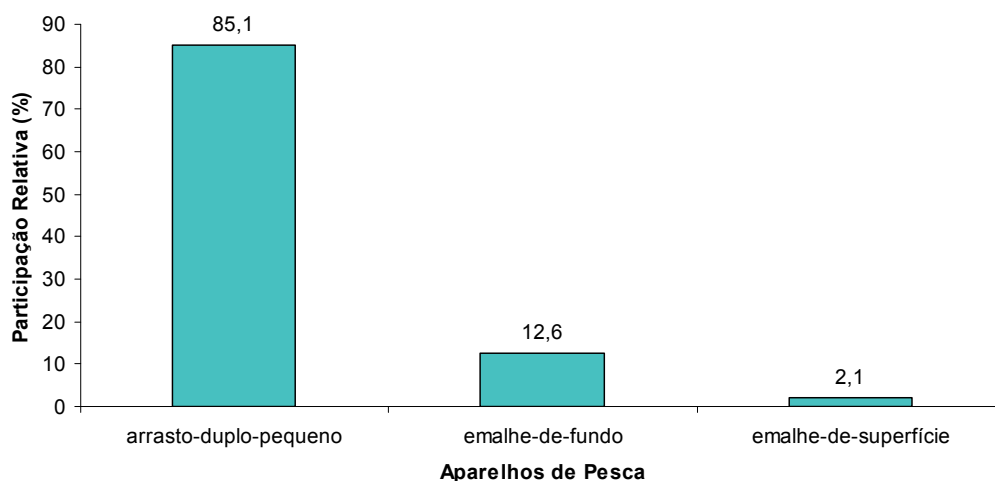
**Tabela II.5.3.13.5-5 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Bertioga.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	0,0%	NI	0,0%	NI	0,0%
Amasiado	30,4%	Alfabetizado	2,2%	Alugada	23,9%
Casado	43,5%	Analfabeto	2,2%	Emprestada	4,3%
Separado	4,3%	Ensino Médio Completo	17,4%	Parente	8,7%
Solteiro	21,7%	Ensino Médio Incompleto	4,3%	Própria	63,0%
Viúvo	0,0%	Fundamental Completo	6,5%		
		Fundamental Incompleto	65,2%		
		Superior Completo	2,2%		

Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	0,0%	NI	0,0%	100	93,5%
< 1 salário	2,2%	0-18	0,0%	50-99	2,2%
1 a 2 salários	30,4%	18-30	21,7%	0-50	4,3%
2 a 3 salários	67,4%	30-60	69,6%		
3 a 5 salários	0,0%	>60	8,7%		
> 5 salários	0,0%				
Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Cooperativismo	0,0%	Consumo	7,5%	NI	3,6%
Individual	45,1%	Indústria	0,5%	Tratada	95,7%
Intermediário	54,9%	Intermediário	37,1%	Cachoeira	0,4%
		Peixaria	25,3%	Sem	0,4%
		Turista	29,6%		
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	3,6%	NI	3,9%	NI	3,6%
Convencional	95,7%	Rede de coleta	64,8%	Rede de coleta	96,1%
Gerador	0,4%	Fossa	0,4%	Sem	0,4%
Sem	0,4%	Sem	31,0%		

Fonte (Instituto de Pesca, 2010).

Dentre as capturas registradas no monitoramento realizado entre outubro de 2012 e março de 2013, 85,1 % foi proveniente do arrasto-duplo-pequeno, 12,6 % do emalhe de fundo e 2,1 % de emalhe de superfície (**Figura II.5.3.13.5-24**).



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-24 - Participação relativa por aparelho de pesca no total descarregado no município de Bertioga, 2013.**

**Município de Itanhaém** - Possui 72 unidades produtivas, composta principalmente de arrasto-duplo-pequeno e emalhe. O pescado é capturado por embarcações que tem de 6 até 12 m de comprimento, sendo que 78% deles tem TAB até 5 t e 22%, até 10 t; todos possuem propulsão a motor e 75% dos motores tem até 25 HP, havendo embarcações com motores de 25 até 100 HP; a fabricação do casco é de madeira em 88% dos barcos e em 11% deles o casco é de fibra; 75% não possui cabine, em 15% a cabine está na popa, 9%, na proa e o restante possui cabine no centro do barco; o transporte e conservação do pescado é feito em tabuleiros (monobloco) em 50% dos casos, em 30%, em caixas de isopor, em 12%, em porão com gelo e o restante, no convés.

Itanhaém tem 136 pescadores, que são casados em 35,5% dos casos. Os solteiros representam 32,3% das ocorrências, 22,6% são amasiados, e são separados, viúvos e não informados 3,2%, para cada estado civil. A escolaridade dos pescadores está dividida da seguinte forma: 51,6% não tem completo o ensino fundamental, 22,6% possui o ensino médio completo, 9,7% completaram o ensino fundamental, 3,2% não terminaram o ensino médio e os que não informaram são 12,9%.

A moradia de 61,3% dos pescadores é de sua propriedade, 12,9% moram com parentes, 9,7% alugam a moradia e o mesmo percentual é emprestada,

tendo também 6,5% não informado. A renda mensal de 32,3% dos trabalhadores da pesca é de 2 a 3 salários mínimos, 38,7% recebem de 1 a 2 salários mínimos, os que recebem menos de 1 salário mínimo são 16,1%, os que ganham de 3 a 5 salários mínimos são 9,7% dos casos, e ainda há 3,2% que não informaram. Dos pescadores, 83,9% tem entre 30 e 60 anos de idade, 12,9%, entre 18 a 30 anos e acima de 60 anos são 3,2%. Os que tem a pesca como única atividade remunerada são 54,8%, os que tem a pesca entre 50 a 99% da remuneração são 22,6% dos pescadores, com até 50% da renda fornecida pela pesca estão 6,5% dos pescadores e 16,1% não informaram.

A forma de comercialização do pescado é feita em 70% dos casos pelo próprio pescador e em 30% a comercialização se faz através de intermediários, sendo 100% fornecido a peixarias. As casas são abastecidas de energia elétrica em 93,5% e para 6,5% não há informação; o lixo é recolhido pela rede de coleta em 87,1% das casas, 6,5% delas não tem coleta e outros 6,5% não informou; a água tratada abastece 83,9% das residências, 9,7% delas é abastecida por água proveniente de poços e 6,5% não tem informação, o esgoto é drenado pela rede municipal em 67,7% das casas, 25,8% tem fossa séptica e 6,5% não informou o item (**Tabela II.5.3.13.5-6**).

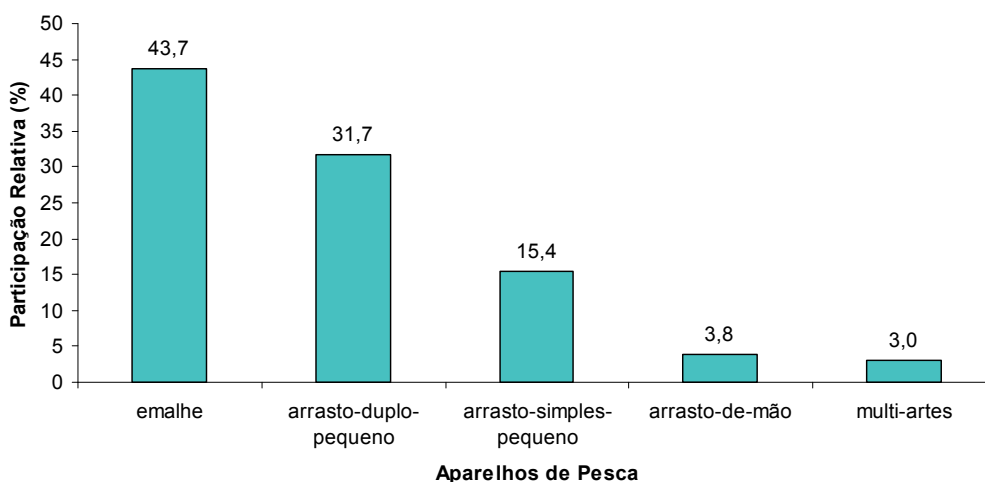
**Tabela II.5.3.13.5-6 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Itanhaém.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	3,2%	NI	12,9%	NI	6,5%
Amasiado	22,6%	Ensino Médio Completo	22,6%	Alugada	9,7%
Casado	35,5%	Ensino Médio Incompleto	3,2%	Emprestada	9,7%
Separado	3,2%	Fundamental Completo	9,7%	Parente	12,9%
Solteiro	32,3%	Fundamental Incompleto	51,6%	Própria	61,3%
Viúvo	3,2%				
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	3,2%	18-30	12,9%	NI	16,1%
< 1 salário	16,1%	30-60	83,9%	0-50	6,5%
1 a 2 salários	38,7%	>60	3,2%	50-99	22,6%
2 a 3 salários	32,3%			100	54,8%
3 a 5 salários	9,7%				

Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Individual	70,0%	Peixaria	100,0%	NI	6,5%
Intermediário	30,0%			Poço	9,7%
				Tratada	83,9%
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	6,5%	NI	6,5%	NI	6,5%
Convencional	93,5%	Fossa	25,8%	Rede de coleta	87,1%
		Rede de coleta	67,7%	Sem	6,5%

Fonte (Instituto de Pesca, 2010).

No período de outubro de 2012 e março de 2013, o emalhe foi o aparelho de pesca com maior frequência de uso durante o monitoramento, contribuindo com 43,7% da captura descarregada no município. Em seguida tem-se o arrasto-duplo-pequeno, que gerou 31,7% do total das capturas descarregadas, e o arrasto-simples-pequeno, que contribuiu com 15,4% (**Figura II.5.3.13.5-25**).



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-25 - Participação relativa por aparelho de pesca no total descarregado no município de Itanhaém, 2013.**

**Município de Mongaguá** - Possui 48 unidades produtivas, composta principalmente de barcos que operam redes de emalhe, com 1.498 desembarques de um total de 2.225 desembarques.

Em Mongaguá, todas as embarcações que operam na pesca tem até 9 m de comprimento e TAB até 5 t, sendo 86% delas com propulsão a motor e as

restantes, movidas a remo, 43% possui o casco de alumínio e 56% tem o casco de madeira, 96% não tem cabine. Das embarcações motorizadas, 77% tem o motor até 25 HP, e nos outros 23%, o motor é de 25 a 50 HP. O transporte e conservação do pescado é feito em tabuleiros (monobloco) em 80% deles e os outros o fazem em caixas de isopor.

O município de Mongaguá tem 71 trabalhadores da pesca, que são casados em 50% das ocorrências, amasiados em 21,4% dos casos, 14,3% são solteiros e 14,3% não informou; 35,7% dos pescadores não completaram o ensino fundamental, 21,4% possuem o ensino médio completo, em 14,3% dos casos, os pescadores tem o ensino fundamental completo e a mesma quantidade de não informados, 7,1% dos pescadores tem o ensino médio incompleto e também o superior incompleto.

Os pescadores de Mongaguá em 50% dos casos tem casa própria, 28,6% é emprestada e 7,1% moram em casa alugada, a mesma quantidade mora em casa de parentes e o mesmo tanto não informou o item; os trabalhadores tem uma renda de 1 a 2 salários mínimos em 35,7% dos casos e de 2 a 3 salários mínimos também são 35,7% dos pescadores, havendo ainda 14,3% de pescadores com renda de 3 a 5 salários mínimos e a mesma quantidade de não informados; 64,3% dos pescadores tem de 30 a 60 anos de idade, os pescadores de 18 a 30 anos são 14,3%, mesma quantidade de não informados, e acima de 60 anos são 7,1% dos casos.

A pesca é a única atividade remunerada em 50% dos casos, em 35,7% a pesca representa entre 50 a 99% da atividade remunerada e a pesca representando até 50% da atividade é de 7,1% assim como o percentual de não informado. A comercialização do produto da pesca é feita em 66,7% das vezes pelo próprio pescador, sendo que em 33,3% dos casos é feito por um intermediário; os turistas adquiriram 35,5% da produção, 29% foi consumido na casa dos pescadores, 19,4 foi comprado pelas peixarias e os intermediários ficaram com 16,1% do pescado. 92,9% das residências dos pescadores de Mongaguá possuem energia elétrica e 7,1% não tem informação, o lixo é retirado pela rede de coleta em 78,6% das residências e com a rede de coleta mais a retirada de lixo seletiva são 14,3% das casas beneficiadas, havendo 7,1% não



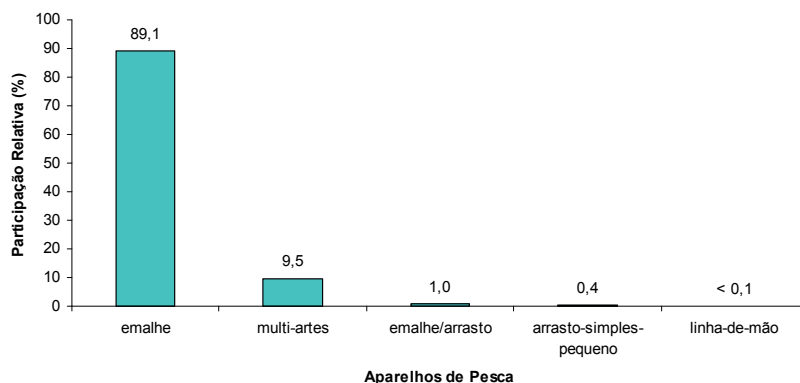
informado. Água tratada está em 85,7% das casas, 7,1% possuem água tratada e cachoeira e 7,1% não tem informação; o esgoto está presente em 64,3% das casas, esgoto mais fossa séptica em 7,1%, e só a fossa em 7,1%, não possuindo informação 14,3% dos casos, havendo ainda 7,1% das residências sem esgoto e sem fossa (Tabela II.5.3.13.5-7).

**Tabela II.5.3.13.5-7 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Mongaguá.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	14,3%	NI	14,3%	NI	7,1%
Amasiado	21,4%	Ensino Médio Completo	21,4%	Alugada	7,1%
Casado	50,0%	Ensino Médio Incompleto	7,1%	Emprestada	28,6%
Solteiro	14,3%	Fundamental Completo	14,3%	Parente	7,1%
		Fundamental Incompleto	35,7%	Própria	50,0%
		Superior Incompleto	7,1%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	14,3%	NI	14,3%	NI	7,1%
1 a 2 salários	35,7%	18-30	14,3%	0-50	7,1%
2 a 3 salários	35,7%	30-60	64,3%	50-99	35,7%
3 a 5 salários	14,3%	>60	7,1%	100	50,0%
Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Individual	66,7%	Consumo	29,0%	NI	7,1%
Intermediário	33,3%	Intermediário	16,1%	Tratada	85,7%
		Peixaria	19,4%	Tratada e Cachoeira	7,1%
		Turista	35,5%		
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	7,1%	NI	14,3%	NI	7,1%
Convencional	92,9%	Fossa	7,1%	Rede de coleta	78,6%
		Rede de coleta	64,3%	Rede de coleta e Seletiva	14,3%
		Rede de coleta e fossa	7,1%		
		Sem	7,1%		

Fonte (Instituto de Pesca, 2010).

No período de outubro de 2013 a março de 2013, o emalhe foi o principal aparelho de pesca utilizado (89,1% do pescado descarregado) e a categoria de aparelho multi-artes respondeu por 9,5% das descargas totais (**Figura II.5.3.13.5-26**).



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-26** - Participação relativa por aparelho de pesca no total descarregado no município de Mongaguá, 2013.

**Município de Peruíbe** – Possui 276 unidades produtivas bastante diversificadas e que contribuiu com 4.695 desembarques. Atuam no município os seguintes aparelhos de pesca; emalhe, extrativismo, arrasto-duplo-pequeno, arrasto-simples-pequeno, linha-de-mão, picaré, covo-siri, multi-artes, puçá e tarrafa. No município de Peruíbe, a frota pesqueira tem barcos até 12 m de comprimento e 78% tem TAB até 5 t, havendo 21% dos barcos com TAB até 10 t. A propulsão é a motor em 97% do total de barcos, sendo que 78% possui o motor até 25 HP, em 12% o motor tem de 25 a 50 HP, em 13%, de 50 a 75 HP e em 6%, de 100 a 125 HP; 43% dos barcos tem o casco de alumínio e 57% de madeira.

A cabine está ausente em 64% das embarcações, 26% possuem a cabine na popa, 6%, na proa e 3%, no centro do barco. O transporte e conservação do pescado são feitos em caixas de isopor em 82% dos casos, 13% das embarcações o fazem em porão com gelo e o restante no convés.

Peruíbe tem 451 pescadores, que são casados em 47,4% dos casos, 23,7% são amasiados, 18,6% são solteiros. Os separados totalizam 4,1% dos casos, os

viúvos são 3,1% e os não informados também perfazem 3,1%. Quanto à escolaridade, 63,9% dos pescadores não completaram o ensino fundamental, 17,5% tem ensino médio completo, 9,3% tem ensino fundamental completo e 2,1% não completaram o ensino médio. Com o curso superior completo há 1%, sendo também de 1% os que não completaram o curso superior. Os que não informaram são 5,2%.

A moradia é própria em 77,3% dos casos, 11,3% tem casa alugada, moram com parentes 5,2% dos pescadores, 4,1% moram em local emprestado e 2,1% não informou; a renda mensal de 51,5% dos pescadores é de 1 a 2 salários mínimos, com menos de 1 salário são 29,9% dos pescadores, com renda de 2 a 3 salários são 13,4% dos pescadores, de 3 a 5 salários são 4,1% e sem informação, 1%.

Quanto à idade, 79,4% tem entre 30 e 60 anos, acima de 60 anos são 10,3%, e apresentam o mesmo percentual os que têm de 18 a 30 anos. Os que têm a pesca como única fonte de renda são 58,8% dos pescadores, 30,9% retiram da pesca de 50 a 99% do seu sustento e 10,3% obtêm até 50% de seus rendimentos da pesca. A comercialização do pescado é feita em 67,1% dos casos pelo próprio pescador e em 32,9% por intermediários, sendo 32,8% do pescado capturado para o consumo do pescador e de sua família, 30,7% é destinado a peixarias, 24% é comprado por turistas, 10,9% é passado a intermediários e 1,6% vai para a indústria.

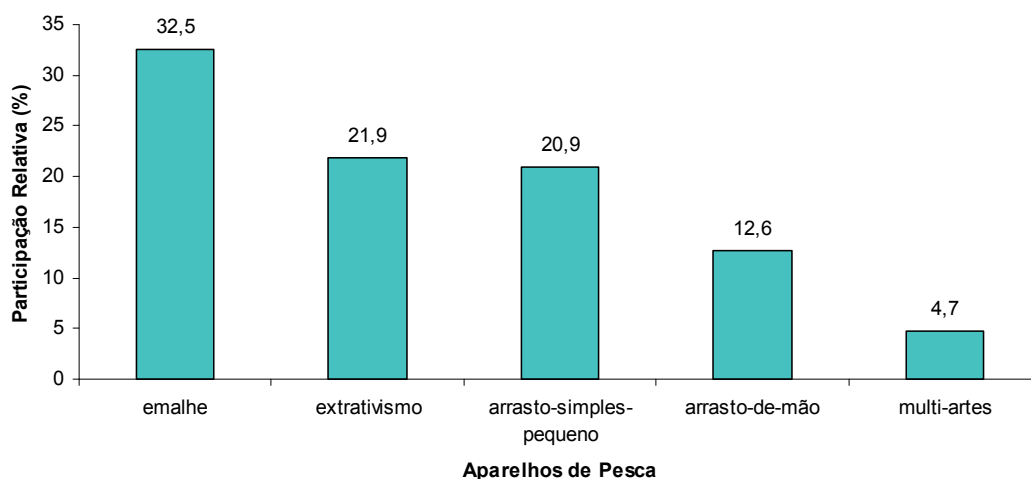
O fornecimento de energia elétrica abastece 95,9% das casas e 4,1% não estão servidas por energia elétrica. O serviço de coleta de lixo está presente em 99% das casas e 1% não informou o item; água tratada abastece 75,3% das casas, 12,4% tem poço e cachoeira em sua propriedade, 7,2% só se serve de água em cachoeira, 4,1% só tem poço e 1% não informou. Há fossas em 53,6% das residências; nos 46,4% restantes há rede de coleta de esgoto (**Tabela II.5.3.13.5-8**).

**Tabela II.5.3.13.5-8 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Peruíbe.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	3,1%	NI	5,2%	NI	2,1%
Amasiado	23,7%	Ensino Médio Completo	17,5%	Alugada	11,3%
Casado	47,4%	Ensino Médio Incompleto	2,1%	Emprestada	4,1%
Separado	4,1%	Fundamental Completo	9,3%	Parente	5,2%
Solteiro	18,6%	Fundamental Incompleto	63,9%	Própria	77,3%
Viúvo	3,1%	Superior Completo	1,0%		
		Superior Incompleto	1,0%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	1,0%	18-30	10,3%	0-50	10,3%
< 1 salário	29,9%	30-60	79,4%	50-99	30,9%
1 a 2 salários	51,5%	>60	10,3%	100	58,8%
2 a 3 salários	13,4%				
3 a 5 salários	4,1%				
Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Individual	67,1%	Consumo	32,8%	NI	1,0%
Intermediário	32,9%	Indústria	1,6%	Cachoeira	7,2%
		Intermediário	10,9%	Poço	4,1%
		Peixaria	30,7%	Poço e cachoeira	12,4%
		Turista	24,0%	Tratada	75,3%
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
Convencional	95,9%	Fossa	53,6%	NI	1,0%
Sem	4,1%	Rede de coleta	46,4%	Rede de coleta	99,0%

Fonte: Instituto de Pesca, 2010.

Para o período de outubro de 2012 a março de 2013, o principal aparelho de pesca foi o emalhe com 32,5% da captura total descarregada, seguido pelo extrativismo e pelo arrasto-simples-pequeno, respectivamente, com 21,9% e 20,9% do total do município (**Figura II.5.3.13.5-27**).



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-27 - Participação relativa por aparelho de pesca no total descarregado no município de Peruíbe, 2013.**

**Município de Praia Grande** – Possui 63 unidades produtivas, composta principalmente de barcos que operam redes de emalhe, com 2.513 desembarques de um total de 3.176 desembarques. As embarcações que operam em Praia Grande tem até 9 m de comprimento e TAB até 5 t, sendo que 85% delas são motorizadas e apresentam o motor com potência de 25 a 50 HP em 75% dos casos; o casco fabricado em alumínio está presente em 72% dos barcos, tendo 25% das embarcações em madeira, todas são desprovidas de cabine e transportam e conservam o pescado em caixas de isopor.

São 126 os pescadores que trabalham no município de Praia Grande. Em 46,8% dos casos, são casados, 29,8%, solteiros, 14,9%, amasiados, o mesmo percentual, separados, e 4,3%, não informado. Quanto à escolaridade, 42% têm o ensino fundamental completo, 29,8% tem o ensino médio completo, 12,8% não completaram o ensino fundamental, 6,4% dos pescadores não completaram o ensino médio e 6,4% também não completaram o ensino superior, sendo de 2,1% os analfabetos.

A residência de 63,8% é própria, 31,9% alugam a moradia e 4,3% residem em casa emprestada; a renda mensal é de até 2 salários mínimos em 40,4% dos

casos, 34% deles recebem até 1 salário mínimo, 14,9% recebem de 2 a 3 salários mínimos e 10,6% tem a renda de 3 a 5 salários mínimos.

A idade dos trabalhadores da pesca na Praia Grande, em sua maioria, está entre 30 a 60 anos com 66% das ocorrências, entre 18 a 30 anos, aparecem 19,1%, acima de 60 anos o percentual é de 12,8% e 2,1% tem menos de 18 anos; em 74,5% dos casos a pesca é a única atividade remunerada, em 19,1% dos casos a pesca representa de 50 a 99% da atividade remunerada e em 6,4% dos casos a atividade pesqueira contribui com até 50% da remuneração. O pescado é comercializado pelo próprio pescador em 77,8% das vezes e em 22,2% é transferido a um intermediário, sendo que 43,1% é vendido a turistas, 54,9% é repassado a peixarias e 2% é para o próprio consumo.

A residência de todos os pescadores da Praia Grande possui luz elétrica, coleta de lixo e água encanada, e o esgoto está presente em 85,1% das casas, a fossa séptica em 12,8% e 2,1% não informou (**Tabela II.5.3.13.5-9**).

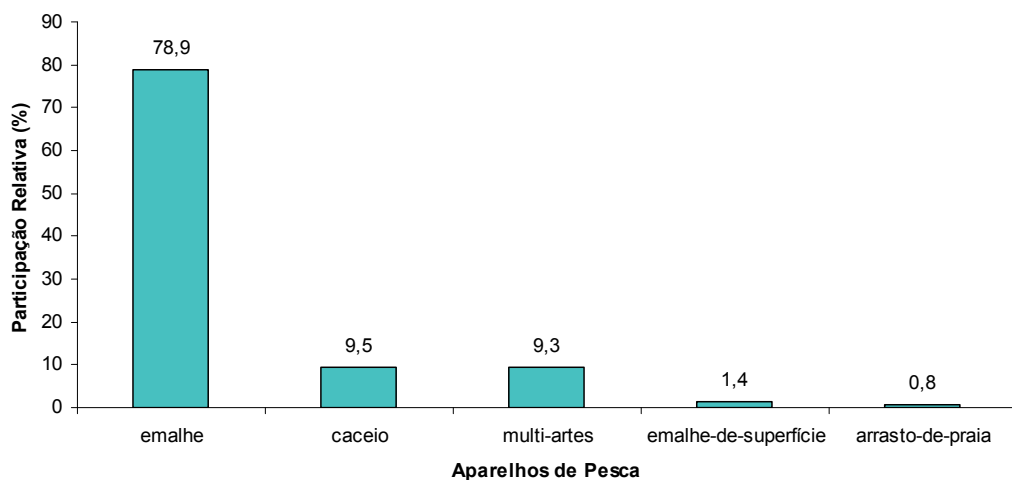
**Tabela II.5.3.13.5-9 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de Praia Grande.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	4,3%	Analfabeto	2,1%	Alugada	31,9%
Amasiado	14,9%	Ensino Médio Completo	29,8%	Emprestada	4,3%
Casado	46,8%	Ensino Médio Incompleto	6,4%	Própria	63,8%
Separado	4,3%	Fundamental Completo	42,6%		
Solteiro	29,8%	Fundamental Incompleto	12,8%		
		Superior Incompleto	6,4%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
< 1 salário	34,0%	0-18	2,1%	0-50	6,4%
1 a 2 salários	40,4%	18-30	19,1%	50-99	19,1%
2 a 3 salários	14,9%	30-60	66,0%	100	74,5%
3 a 5 salários	10,6%	>60	12,8%		

Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Individual	77,8%	Consumo	2,0%	Tratada	100,0%
Intermediário	22,2%	Peixaria	54,9%		
		Turista	43,1%		
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
Convencional	100,0%	NI	2,1%	Rede de coleta	100,0%
		Fossa	12,8%		
		Rede de coleta	85,1%		

Fonte: Instituto de Pesca (2010).

No período de outurbo de 2012 a março de 2013, o emalhe foi o principal aparelho de pesca utilizado pelas embarcações do município, com variações entre modalidades de fundo e de superfície, respondendo por 78,9% do total das descargas de pescado do município, sendo a categoria de petrecho caceio o segundo em importância, com 9,5% das descargas, e com 9,3% das descargas, multi-artes vem logo a seguir (**Figura II.5.3.13.5-28**).



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-28 - Participação relativa no total descarregado, por aparelho de pesca, no município de Praia Grande, 2013.**

**Municípios de Santos/Guarujá** – para efeito de controle da produção pesqueira, o Instituto de Pesca contabiliza a produção juntamente com a do

município do Guarujá, devido à ocorrência de descargas de pescado parceladas em ambos os municípios.

A frota sediada e operando nas localidades desses municípios, é composta por um total de 404 embarcações. Essa frota é principalmente voltada à captura de camarão-sete-barbas, responsável por 13.028 descargas de pescado registradas (65,3 %). As embarcações locais atuam com 27 modalidades de aparelhos de pesca, que podem ser utilizadas eventualmente, de forma combinada ou não. Além das embarcações abrangidas pelo censo, outras 213 realizaram descargas de pescado no município.

As embarcações da maior parte da frota sediada e operando nesses municípios apresenta certo equilíbrio das proporções entre as que têm mais de 18 m de comprimento (29,0 %) e as que se situam entre 6 e 9 m (27,2 %). As embarcações menores que 6 m são 6,6 %; aquelas com comprimentos entre 9 e 12 m são 16,2 %; 16,6 % estão entre 12 e 15 m e 4,5 %, entre 15 e 18 m. A maioria das embarcações (50,3 %) tem mais de 15 TAB, seguidas daquelas entre 10 e 15 TAB (29,5 %); 11,9 % delas têm entre 5 e 10 TAB e as menores que 5 TAB são 17,6 %.

Praticamente todas as embarcações são motorizadas, com exceção de 1,3 %, com propulsão a remo. A maior parte delas (39,1 %) possui motores com menos de 25 HP, seguidas pelo outro extremo, daquelas com motores mais potentes que 125 HP; 9,3 % têm motores entre 100 e 125 HP; 6,5 %, entre 75 e 100 HP; 4,3 %, entre 50 e 75 HP, mesma proporção que entre 25 e 50 HP. A maior parte dessa frota é de embarcações de madeira (76,5 %), seguida de 16,7 % de embarcações de ferro ou aço, havendo ainda, 5,1 % de barcos de alumínio, 1,6 % de fibra de vidro. A maioria das embarcações possui casaria a ré (69,0 %); aquelas sem casaria (21,6 %), em sua quase totalidade, são menores que 9 m. Há ainda 5,2 % de barcos com casaria a meia-nau e 4,3 % com cabine avante.

A quase totalidade das embarcações maiores que 9 m possuem porão com gelo para conservar o pescado; a seguir, vem a maioria das embarcações menores que 12 m, que utiliza caixas de isopor para esse fim. Há 3,6 % de embarcações equipadas com porão refrigerado, todas maiores que 18 m e 0,7 % que utilizam o próprio convés da embarcação.



A caracterização socioeconômica a seguir, refere-se essencialmente, ao contingente de pescadores artesanais. Desta maneira, dos 1.440 pescadores identificados, a maioria dos pescadores encontra-se com mais de 60 anos de idade (75,8 %); 18,9 % têm entre 30 e 60 anos e 2,1 % entre 18 e 30 anos sendo 3,2 % não informados.

Em sua maioria (48,8 %) são casados; 32,0 %, solteiros; 8,9 %, amasiados; 5,0 %, separados e 1,4 % viúvos, com 3,9 % não declarados. Quanto à escolaridade, a maioria dos pescadores (38,4 %) possui o Ensino Fundamental completo, sendo que 29,5 % têm esse ciclo incompleto. Os que completaram o Ensino Médio (12,8 %) superam os que não o concluíram (6,4 %). Em seguida, vêm 1,1 % de pescadores com nível Superior completo e 0,7 % com Superior incompleto, além de 0,7 % analfabetos e 10,3 % não informados.

A maior parte deles vive em casa própria (83,6 %), seguidos dos que moram em casa alugada (7,8 %); 2,8 % dos pescadores moram com parentes e iguais 2,8 % vivem em casa emprestada; 0,4 % não têm moradia e 3,6 % são não-informados. Praticamente todos (95,7 %) possuem água tratada em casa; 0,4 % utilizam água de cachoeira; 0,4 % não têm fornecimento de água e 3,6 % são não-informados. Praticamente todas as moradias (95,7 %) têm energia elétrica convencional; 0,4 % utilizam energia elétrica fornecida por gerador; 0,4 % não têm fornecimento de energia e 3,6 % são não-informados. A maior parte de suas casas é atendida pela rede de coleta de esgoto (64,8 %); 0,4 % têm fossa séptica; 31,0 % não possuem rede de esgoto e 3,9 % são não-informados. A rede de coleta de lixo atinge 96,1 % das casas de pescadores; 0,4 % não possuem coleta de lixo e 3,6 % são não-informados.

A maioria dos pescadores do município vive exclusivamente da pesca (69,4 %); 14,6 % têm na atividade a maior parte (entre 50 e 99 %) de sua renda e 6,4 % deles têm menos da metade da renda baseada na pesca, com 9,6 % de dados não informados. A renda de 70,1 % dos pescadores está entre 1 e 2 salários mínimos; a de 14,6 % deles, está entre 2 e 3 salários; 5,7 % auferem até um salário mínimo mensal. As menores frações representam os pescadores que têm renda entre 3 e 5 salários mínimos (0,7 %) e os que percebem acima de 5 salários (0,4 %), havendo 8,5 % de não declarados.

Em 45,1 % dos casos, o pescado é comercializado pelo próprio pescador. Os restantes 54,9 % utilizam diversas formas de intermediação. Percebe-se um relativo equilíbrio entre as proporções de pescado que são repassadas a intermediários (37,1 %), vendidas diretamente aos turistas (29,6 %) e do que é repassado às peixarias (25,3 %). A porção destinada ao consumo próprio são 7,5 % da produção, restando a menor fração à indústria (0,5 %). Nos municípios de Santos e Guarujá, 281 pescadores concederam entrevistas ao censo (**Tabela II.5.3.13.5-10**).

**Tabela II.5.3.13.5-10 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade nos municípios de Santos e Guarujá.**

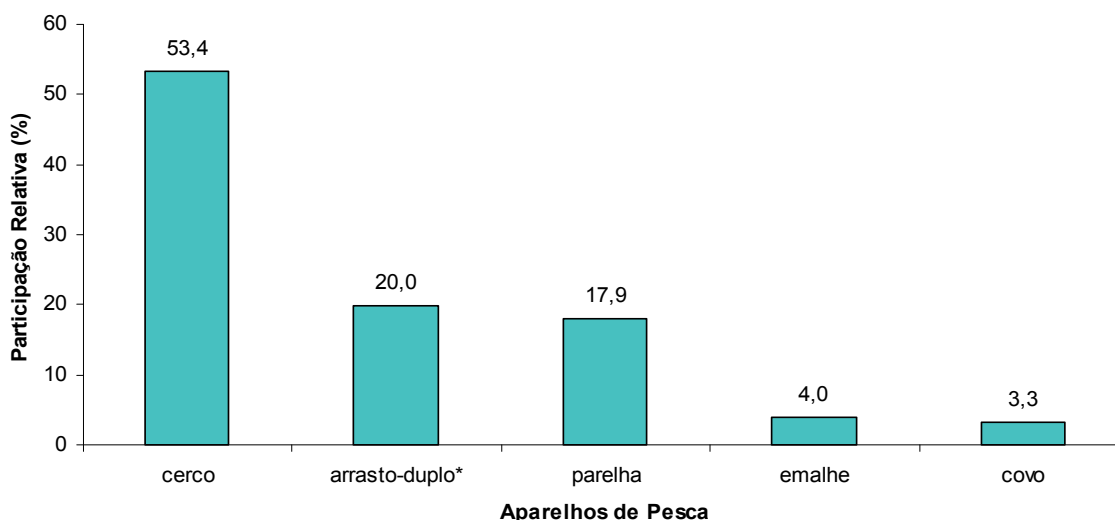
Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	3,9%	NI	10,3%	NI	2,5%
Amasiado	8,9%	Analfabeto	0,7%	Própria	83,6%
Casado	48,8%	Ensino Médio Completo	12,8%	Alugada	7,8%
Separado	5,0%	Ensino Médio Incompleto	6,4%	Emprestada	2,8%
Solteiro	32,0%	Fundamental Completo	38,4%	Parente	2,8%
Viúvo	1,4%	Fundamental Incompleto	29,5%	Sem	0,4%
		Superior Completo	1,1%		
		Superior Incompleto	0,7%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	8,5%	NI	3,2%	NI	9,6%
< 1 salário	5,7%	18-30	2,1%	100	69,4%
1 a 2 salários	70,1%	30-60	18,9%	50-99	14,6%
2 a 3 salários	14,6%	>60	75,8%	0-50	6,4%
3 a 5 salários	0,7%				
> 5 salários	0,4%				
Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Cooperativismo	0,0%	Consumo	7,5%	NI	3,6%
Individual	45,1%	Indústria	0,5%	Tratada	95,7%
Intermediário	54,9%	Intermediário	37,1%	Cachoeira	0,4%
		Peixaria	25,3%	Sem	0,4%
		Turista	29,6%		

Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	3,6%	NI	3,9%	NI	3,6%
Convencional	95,7%	Rede de coleta	64,8%	Rede de coleta	96,1%
Gerador	0,4%	Fossa	0,4%	Sem	0,4%
Sem	0,4%	Sem	31,0%		

Fonte: Instituto de Pesca, 2010.

No período de outubro de 2012 a março de 2013, a maior captura descarregada em Santos e Guarujá nesse período são provenientes de 319 descargas realizadas pelas embarcações armadas com redes de cerco, voltadas à captura de sardinhas e outros peixes pelágicos, que resultaram em 9.827,7 t (53,4 % do total). Em seguida, destacam-se três diferentes modalidades que utilizam redes de arrasto: o arrasto de parelha, dirigido à captura de peixes demersais, com 3.295,7 t (17,9 %); o arrasto-duplo-pequeno, dirigido às espécies de Camarão-sete-barbas e ao Camarão-branco (ou legítimo), com 1.897,2 t (10,3 %) e o arrasto-duplo-médio, voltado à captura das espécies de Camarão-rosa e fauna acompanhante, com 1.777,4 t (9,7 %).

Na quinta posição, vem a pesca realizada por embarcações armadas com redes de emalhe, que resultou em 732,1 t (4,0 %) seguida pelas que operam com espinhéis de potes abertos para a captura de Polvo, com 612,3 t (3,3 %; **Figura II.5.3.13.5-29**). A captura realizada pelas embarcações armadas com estes 6 aparelhos de pesca representaram 98,5 % do total registrado nos dois municípios.



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-29** - Participação relativa no total descarregado, por aparelho de pesca, nos municípios de Santos e Guarujá, 2013. (\*: Produção agrupada dos arrastos-duplos médio e pequeno).

**Município de São Vicente** - A frota sediada é composta por um total de 19 embarcações, todas motorizadas e menores que 10 m (20 % não informadas), sendo 90 % sem casaria, 80 % de alumínio e 20 % de madeira. Elas atuam com até 10 modalidades de aparelhos de pesca, que podem ser utilizados eventualmente, de forma combinada ou não.

Das 19 embarcações sediadas e operando em São Vicente, 75 % possuem comprimentos entre 5 e 6 m, 12,5 % entre 6 e 9 m e outros 12,5 % entre 9 e 12 m, com 20 % não informadas. Dessas embarcações, 90,0 % possuem motores com menos de 25 HP, havendo uma sem informação. Apesar de apenas os entrevistados com embarcações menores que 6,0 m (75 %) terem informação sobre a arqueação bruta de suas embarcações, que é inferior a 5,0 TAB, todos conhecem suas capacidades de armazenamento: O único barco de madeira com casaria arca com 3,0 t de carga; os barcos de alumínio (80,0 %), com 250 a 600 kg e o único bote de madeira, com 200 kg. Todas as embarcações armazenam o pescado no convés, exceto o bote de madeira com casaria, que utiliza caixas de isopor.

A frota dedicada às diversas modalidades de redes de emalhe é a mais abundante de São Vicente (89,5 % das embarcações), emprega a maior parte dos pescadores do município (92,7 %), considerando-se o universo de 29 pescadores efetivamente trabalhando na frota de 19 embarcações atuantes. As demais embarcações, dedicadas à pesca com arrasto-duplo-pequeno (5,3 %), e com arrasto de gerival, também com 5,3 % das embarcações, empregam 3,6 % dos pescadores, cada arte respectivamente.

A maior parte dos pescadores que atuam no município de São Vicente tem entre 30 e 60 anos de idade (63,6%); 18,2 % têm entre 18 e 30 anos, com um pescador (9,1 %) de mais de 60 anos e um não informado. Em sua maioria (45,5 %), eles são casados; 27,3 % são solteiros; 18,2 % amasiados e um pescador (9,1 %) não informado.

Quanto à escolaridade, a maioria dos pescadores (54,5 %) possui o Ensino Médio completo, tendo 9,1 % não completado esse ciclo. Os que não concluíram o Ensino Fundamental são 27,3 %, tendo um pescador (9,1 %) não informado. Praticamente todos eles vivem em casa própria (90,9 %), abastecida pela rede elétrica convencional exceto um pescador (9,1 %) não informado em cada um desses quesitos. Existe fornecimento de água tratada em 81,8 % dos casos; um recebe água de cachoeira e um não informado. Todos que prestaram informações são atendidos pela coleta de lixo (90,9 % do total), sendo que destes, um recebe coleta de lixo seletivo, tendo um não informado. A maior parte de suas casas tem rede de coleta de esgoto (63,6 %), 27,3 % têm fossa séptica e uma (9,1 %) não informada.

A maioria dos pescadores do município vive exclusivamente da pesca (45,5 %); 27,3 % têm na atividade a maior parte (entre 50 e 99 %) de sua renda; 18,2 % deles têm menos da metade da renda baseada na pesca e houve um pescador (9,1 %) não informado. A renda de 63,6 % dos pescadores está entre 1 e 2 salários mínimos; de 18,2 %, entre 2 e 3 salários, havendo esta mesma proporção de não informados. Em 66,7 % dos casos, o pescado é comercializado pelo próprio pescador; os restantes 33,3 % utilizam diversas formas de intermediação. Parte considerável do pescado (30,0 %) é utilizada para consumo próprio; 30,0 % são vendidos diretamente aos turistas; 26,7 % repassados às

peixarias e 13,3 % a intermediários. No município de São Vicente, 11 pescadores concederam entrevistas ao censo (**Tabela II.5.3.13.5-11**).

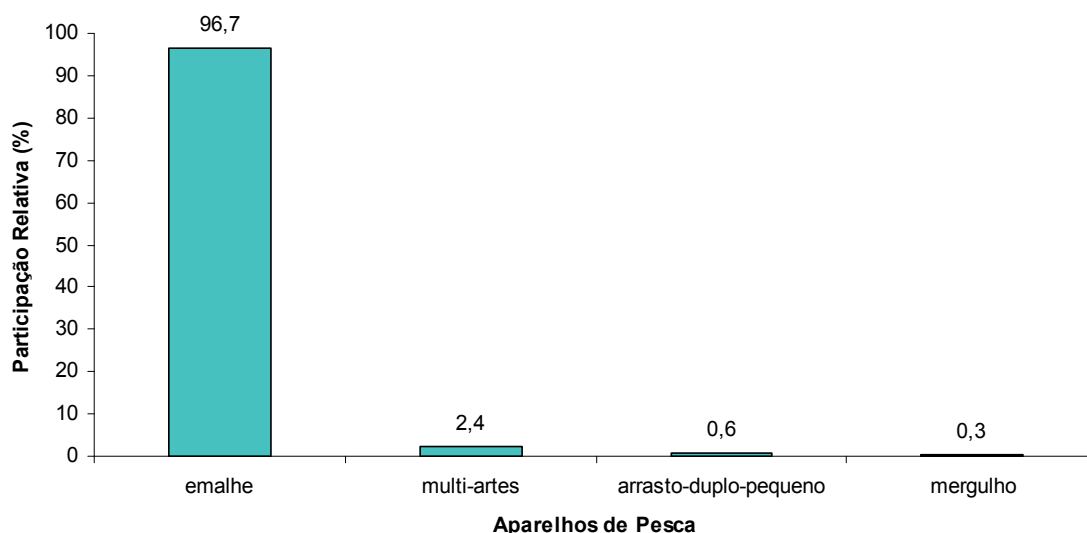
**Tabela II.5.3.13.5-11 - Caracterização socioeconômica dos pescadores em atividade no município de São Vicente.**

Estado Civil		Escolaridade		Habitação	
NI	9,1%	NI	9,1%	NI	9,1%
Amasiado	18,2%	Ensino Médio Completo	54,5%	Própria	90,9%
Casado	45,5%	Ensino Médio Incompleto	9,1%		
Solteiro	27,3%	Fundamental Incompleto	27,3%		
Renda Mensal		Classe de Idade		Porcentagem Pesca	
NI	18,2%	NI	9,1%	NI	9,1%
1 a 2 salários	63,6%	18-30	18,2%	0-50	18,2%
3 a 5 salários	18,2%	30-60	63,6%	100	45,5%
		>60	9,1%	50-99	27,3%
Forma de Comercialização		Formas de Escoamento		Água	
Individual	66,7%	Consumo	30,0%	NI	9,1%
Intermediário	33,3%	Intermediário	13,3%	Cachoeira	9,1%
		Peixaria	26,7%	Tratada	81,8%
		Turista	30,0%		
Energia Elétrica		Esgoto		Lixo	
NI	9,1%	NI	9,1%	NI	9,1%
Convencional	90,9%	Fossa	27,3%	Rede de coleta	81,8%
		Rede de coleta	63,6%	Rede de coleta e Seletiva	9,1%
		Sem	0,00%		

Fonte: Instituto de Pesca, 2010

No período de 2012 a março de 2013, foi predominante o uso de três aparelhos de pesca, solo ou combinados formando a categoria multi-artes: emalhe, que realizou 93,5 % das descargas locais (825); mergulho (26 descargas; 2,9 %) e arrasto-duplo-pequeno (18 descargas; 2,4 %). Houve 13 descargas (1,5 %) de embarcações armadas com mais de um aparelho de pesca (multi-

artes). Aquelas equipadas com redes de emalhe, dirigidas à captura de diversas espécies de peixes, descarregaram 96,7 % (115,2 t) da captura local no período (Figura II.5.3.13.5-30).



Fonte: Instituto de Pesca, 2013

**Figura II.5.3.13.5-30** - Participação relativa no total descarregado, por aparelho de pesca, no município de São Vicente, 2013.

A movimentação do desembarque de pescado nessa região permite observar o volume estimado de captura, os tipos de espécies e associação com os instrumentos de pesca anteriormente mencionados.

O **Quadro II.5.3.13.5-10** lista os principais locais de descarga de pescado na região, identificados no âmbito do monitoramento da atividade pesqueira nas áreas de influência do Projeto Etapa 2.

**Quadro II.5.3.13.5-10 - Principais locais de desembarque da pesca artesanal por município, São Paulo.**

Município	Locais de Desembarque
Bertioga	Mercado Municipal de Bertioga, Náutica Poligon e Bairro do Indaiá
Peruíbe	Barra do Una e Guaraú
	Mercado Municipal de Peruíbe, Praia do Arpoador, Praia do Centro e Ruínas
Itanhaém	Porto do Baixio e Guaraú
	Praia dos Pescadores, Gaivota e Suarão
Mongaguá	Agenor de Campos, Jardim Praia Grande, Praia do Centro, Santa Eugênia, Vera Cruz e Vila Atlântica
Praia Grande	Aviação, Boutique do Peixe, Canto do Forte, Maracanã, Ocian, Portinho, Solemar, Tupi, Vila Caiçara
Santos/Guarujá	Praia do Perequê
	Praia das Astúrias e Praia de Guaiúba
São Vicente	Av. Brasil (Vi. Margarida), Av. Tupiniquins (Japuí), Biquinha (Centro) e Rua Japão (Pq. Bitarú)

Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Município de Bertioga:** Para o período de 2012 a 2013, a pesca artesanal foi realizada por 48 embarcações (4,4 % da frota pesqueira atuante no estado de São Paulo). Da frota atuante no município, 87,5 % (42) atuam na pesca de camarões-sete-barbas com arrasto-duplo-pequeno; as restantes atuam com redes de emalhe (12,5 %).

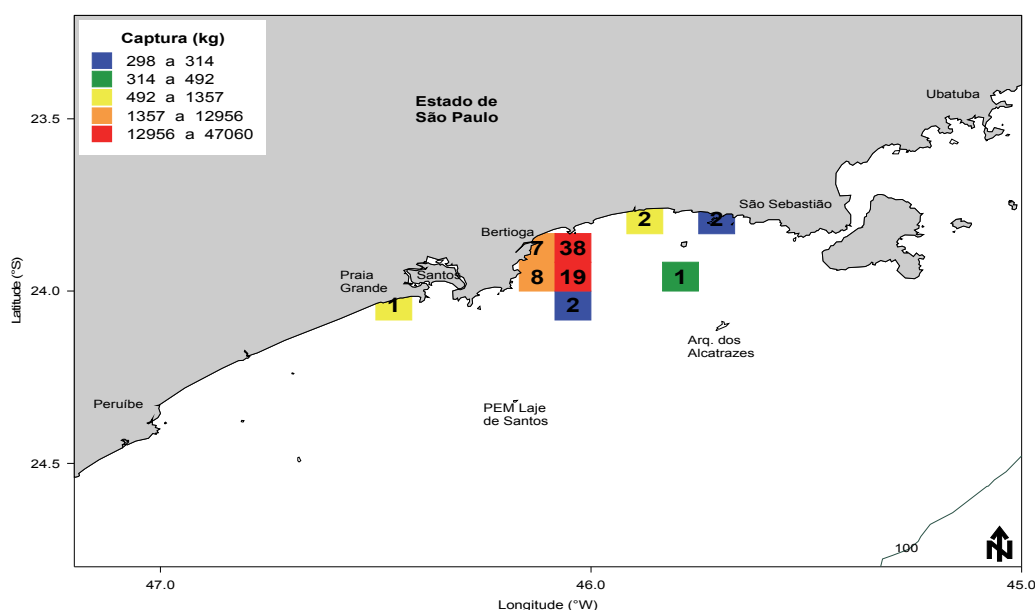
As unidades que utilizam arrasto-duplo-pequeno são responsáveis por 79,7 % das descargas (691), por 80,7 % do pescado descarregado (54,8 t) e por 79,4 % da receita bruta estimada de primeira comercialização (R\$ 449,9 mil). A pesca com redes de emalhe responde pelos restantes 20,3 % das descargas (176) e por 19,2 % da captura descarregada (13,1 t). Dentre os recursos capturados destaca-se o camarão-sete-barbas com 43,1 t (63,6 % do total), seguido pelos Cações-agrupados (6,6 t; 9,7 % do total), Camarão-legítimo ou branco (4,0 t/ 5,9 %) a Corvina (2,9 t/ 4,2 %), a Pescada-foguete (2,1 t/ 3,1 %) e a Lula (1,4/ 2,1 %). Essas categorias perfizeram 88,6 % da captura local e as 3 espécies de camarão, somadas, representaram 69,9 % (47,4 t) da captura total descarregada na localidade.

Segundo o documento, a atividade pesqueira em Bertioga é bastante influenciada pelas variações da captura do Camarão-sete-barbas, recurso



dominante, principalmente quando se comparam os resultados dessa atividade durante e fora do defeso. No período do monitoramento, a vigência do defeso dos camarões iniciou-se em março de 2013. Com isso, o número de embarcações em atividade no local de desembarque, variou entre 20 (jan/2013) e 31 (out/2012), com média 25, reduzindo-se para 4 em março de 2013. Conseqüentemente, a média mensal de descargas caiu de 169,4 (entre 137-jan/2013 e 207-out/2012) para 20; a captura de pescado, de 13,5 t (de 8,7 t-dez/2012. a 21,9 t-out/2012) para 423 kg.

Entre outubro de 2012 e março de 2013, a frota sediada em Bertioga registrou pescarias desde a área ao largo da Praia de Boracéia, em São Sebastião até o município de Praia Grande. Contudo a maior parte da atividade se concentrou na área costeira, desde a praia de São Lourenço, em Bertioga até a Ponta do Sorocotuba, no Guarujá, em profundidades não maiores que 25 m (Figura II.5.3.13.5-31).



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-31** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada no Mercado Municipal de Bertioga, em Bertioga, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

**Município de Itanhaém** - aqui se tem dois pontos de desembarque da atividade pesqueira; o Baixio que concentra embarcações com tamanhos maiores direcionadas para a captura do Camarão-sete-barbas, (arrasto-duplo-pequeno e arrasto-simples-pequeno), e alguns barcos de emalhe; e a Praia dos Pescadores que concentra canoas de madeira que operam redes de emalhe e o arrasto-simples-pequeno.

O porto do Baixio se localiza dentro do rio Itanhaém e é o principal ponto de descarga de pescados no município. No local existe um pequeno trapiche de madeira para a atracação das embarcações pesqueiras e nas proximidades existem boxes e peixarias para a comercialização dos pescados, que descarregaram na localidade.

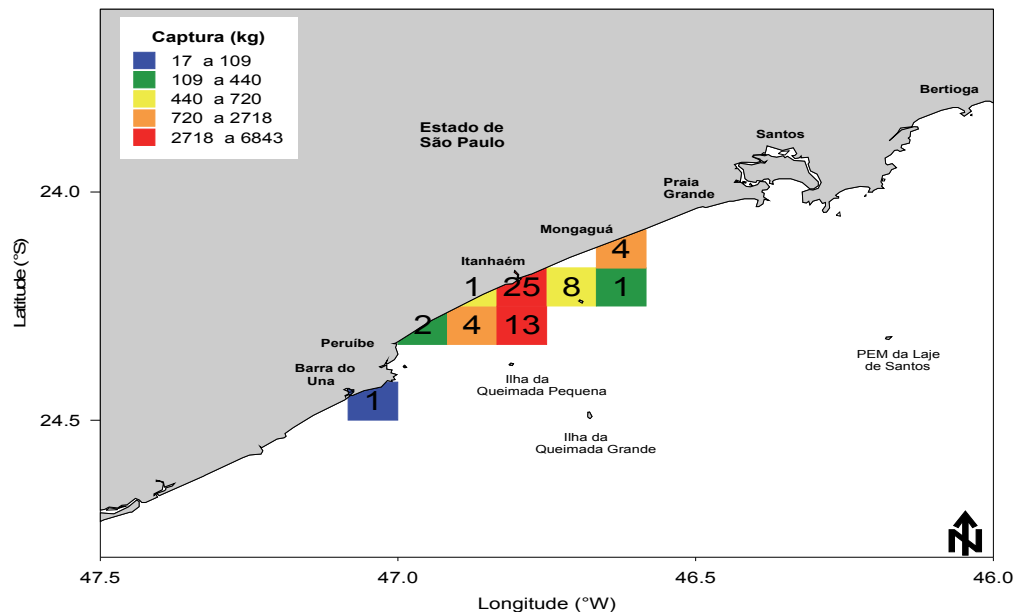
No período de monitoramento (outubro de 2012/março de 2013), a captura de pescados descarregada foi da ordem de 4,4 t, que representou 0,2% do total 2.474,2 t. No período foi registrada a atividade pesqueira de 13 unidades produtivas, que correspondeu a 0,9% do total dos municípios da região sob influência de Merluza. Estas foram responsáveis por 0,4% descargas, 0,2% das capturas e 0,4% da receita bruta da região.

O arrasto-duplo-pequeno foi o principal aparelho de pesca, e respondeu por 52,6% das descargas, 44,6% do total do pescado descarregado na localidade e 44,3% da receita estimada; seguido pelo emalhe com 25,8% do total das descargas, 32,4% do pescado e 37% da receita bruta estimada. O Camarão-sete-barbas, com 67,2% do total descarregado, foi o recurso mais significativo na localidade, seguido pela Pescada-foguete e pela Oveva, respectivamente com 20,4% e 7,7% das capturas descarregadas na localidade.

Destaca-se que o Porto do Baixio foi o local, entre os municípios da Praia Grande a Peruíbe, em que as descargas tiveram a menor diversidade de espécies. Como principal categoria de pescado aparece o Camarão-sete-barbas que ocorreu em 74,2% das operações, seguido pela Pescada-foguete que frequentou 21,6% das descargas e a Oveva que esteve em 10,3% das descargas.

As frotas pesqueiras sediadas no Porto do Baixio e em Guaraú atuam em frente ao município em intervalo que vai dos 5 aos 30 m de profundidade e tem como limite norte a divisa com Mongaguá e limite sul a divisa com Peruíbe.

As áreas de atuação dessas frotas, a distribuição de seu esforço pesqueiro e as capturas por bloco estatístico é apresentada na **Figura II.5.3.13.5-32**. As embarcações de Itanhaém realizam capturas na região costeira dos municípios de Mongaguá, Itanhaém e norte de Peruíbe. Apenas poucas embarcações atuaram em áreas mais distantes e de maior profundidade.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-32** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada no município de Itanhaém, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

Com relação a Praia dos Pescadores, uma pequena praia entre a foz do Rio Itanhaém e a Ilha Givura (ou Ilha das Cabras), neste ponto de desembarque se concentra a frota monitorada composta por pequenas canoas de madeira com motor de centro.

No período do monitoramento o emalhe foi o principal aparelho de pesca utilizado, responsável por 77,1% do pescado descarregado, 66,4% das descargas e 76% da receita estimada da localidade; seguido pelo arrasto-de-mão com 9,6% do pescado, 10,2% da receita e 2,2% das descargas. A Guaivira foi o recurso mais significativo, com 25,7% do total do pescado descarregado, seguido pela

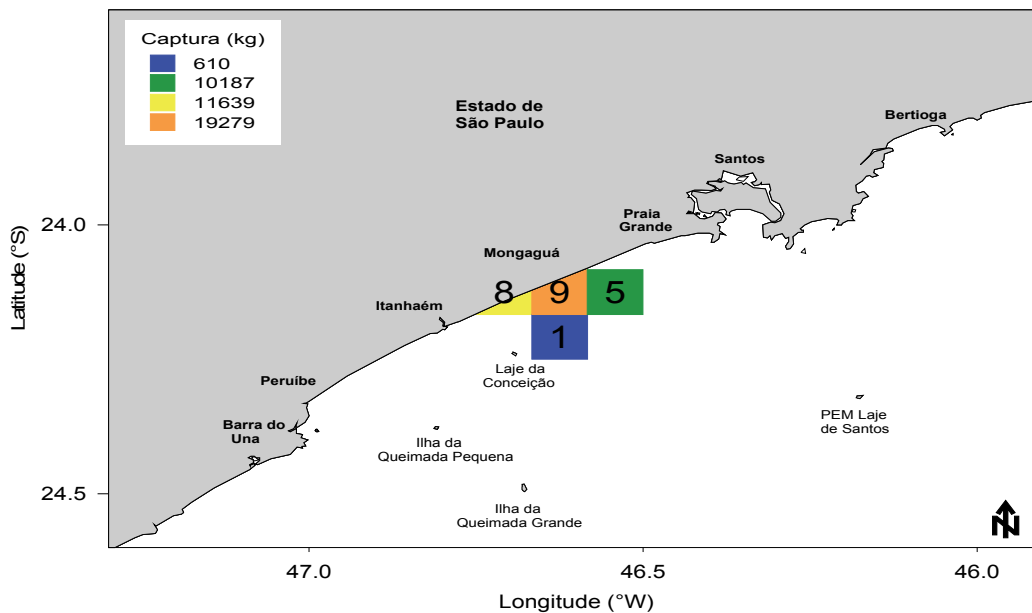
Pescada-foguete com 10% e pela Camarão-sete-barbas com 8% da captura total descarregada. Na Praia dos Pescadores a espécie Pescada-foguete participou de 34,7% das descargas de pescados, sendo seguida pelo Camarão-sete-barbas com 29,6% e pelo Robalo-peva com 26,4% de presença nas descargas.

**Município de Mongaguá** - a atividade pesqueira do município está distribuída ao longo dos 15 km de praia, que são interrompidos apenas pela foz do Rio Mongaguá e por pequenos canais de escoamento de águas pluviais. A pesca ocorre ao longo de todas as praias que denominam os bairros costeiros, onde existem alguns pontos de comercialização de pescados de alvenaria e de madeira, sem água e sem luz. O município não possui ponto de concentração de embarcações ou de comercialização.

Aqui descarrega uma frota de canoas de madeira com motor de centro e botes de alumínio com motor de popa, totalizando 15 unidades produtivas. O emalhe foi o principal aparelho de pesca utilizado no período de monitoramento, com 87% das descargas realizadas, 89% do pescado desembarcado. Em seguida tem-se a multi-artes, com 9,9% das descargas e 9,5% do pescado descarregado. A quantidade de pescados aqui descarregados foi de 41,7 t. e a Pescada-foguete foi o recurso de maior importância nas descargas com 29,7% do total descarregado, sendo seguido por Robalo-peva, com 28,4% e pela Guaivira com 8% do total. A categoria Mistura também representou uma parcela importante das descargas de pescados na localidade, com 15,2% do total.

A espécie que esteve presente em 87,3% das descargas da localidade foi a Pescada-foguete, na 2ª posição de participação nas descargas está a Corvina com 35,1% e a seguir vem o Robalo-peva com 24,3% dos desembarques de pescado.

A **Figura II.5.3.13.5-33** mostra a área com a indicação do número de unidades produtivas que atuaram em cada bloco estatístico e a estimativa das capturas para o período analisado. A área de pesca preferencialmente utilizada pela frota de Mongaguá situa-se ao largo do município e áreas adjacentes dos municípios vizinhos de Itanhaém e Praia Grande; estas operações dificilmente ultrapassam a isóbata de 30 m.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-33** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada no município de Mongaguá, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

**Município de Peruíbe** - o principal local das operações de descargas da pesca no município de Peruíbe é o Porto situado no Rio Preto próximo à sua foz, utilizado pelas frotas de emalhe e arrasto. Outros dois pontos de descarga são o Guaraú e a Barra do Una, localizados na área da Estação Ecológica da Juréia-Itatins.

Barra do Una está inserida em área de reserva, classificada como Estação Ecológica da Juréia-Itatins e, por suas características, classificada como uma unidade do tipo Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS. A pesca aqui, em grande parte, é realizada em área de estuário e dentro do Rio Una, sendo, portanto, fluvial. Entre a Barra do Una e o Centro de Peruíbe está localizada a Praia do Guaraú, um bairro que possui uma comunidade de pescadores.

Durante o monitoramento foram descarregados: o Caranguejo-uçá, com 23,6% da descarga total, sendo o recurso mais importante, seguido pelo Mexilhão com 15,2% e pelos Caranguejos agrupados, com 9,4% do total descarregado na Barra do Una.

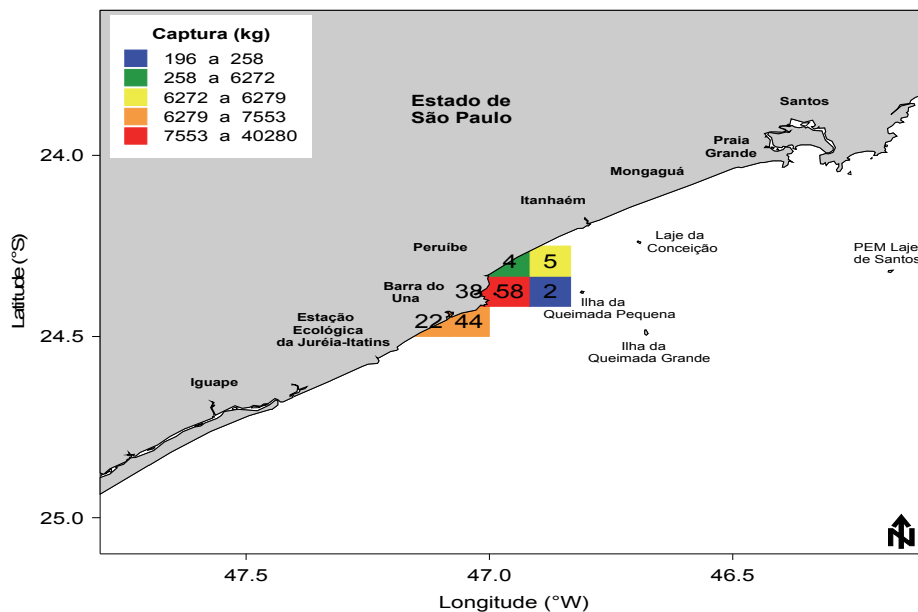
Esse local, entre os municípios da Praia Grande a Peruíbe, apresentou a maior diversidade de espécies, na totalidade das descargas de pescado: o Robalo-peva em 21,9% das descargas, seguido pela Corvina com 11,8% de participação e pela Pescada-foguete com 9,1%.

Aqui, o extrativismo foi o principal aparelho de pesca com 48,8% da produção pesqueira, e com 31,8% das descargas, seguido pelo emalhe com 31,6% da produção de pescados, e 54,7% das descargas.

Com relação ao Mercado Municipal de Peruíbe, situado junto ao Porto do Rio Preto, este local reúne os dados do Porto, das descargas de pescado da Praia do Centro, Arpoador e Ruínas. No Porto do Rio Preto, as embarcações de arrasto-simples-pequeno foram as mais importantes, enquanto o monitoramento das praias teve como aparelho de pesca o arrasto-de-praia.

Aqui o arrasto-simples-pequeno respondeu por 44,8% da captura total descarregada e 59,6% das operações de descarga, sendo o principal aparelho de pesca, seguido do emalhe com 28,3% das capturas descarregadas e 22,4% das descargas da localidade. O Camarão-sete-barbas, com 40,6% do total descarregado no local, foi o recurso mais importante, seguido pela Oveva com 7,5% e pelo Robalo-peva com 6,3% do total. O Camarão-sete-barbas foi a espécie que teve a maior presença nos desembarques locais aparecendo em 65,2% dos casos, sendo que em 12,3% dos casos apareceu o Robalo-peva e em 12% a Oveva.

A área de pesca da frota sediada no município de Peruíbe está apresentada na **Figura II.5.3.13.5-34**.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-34** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada no município de Peruíbe, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

**Município de Praia Grande** - possui 23 km de praia, onde estão instalados oito pontos de descarga monitorados; dos quais dois concentram um maior número de descargas: a Boutique do Peixe no Canto do Forte e o Mercado de Peixes da Cidade Ocian.

A frota do município de Praia Grande é composta de botes de alumínio e algumas canoas de madeira com motor de centro, sendo que o tipo e o uso dos petrechos de pesca são muito semelhantes nos oito pontos de descarga de pescados encontrados ao longo dos 23 km de praia.

Foram registradas 21 unidades produtivas e o emalhe foi o principal aparelho utilizado pelas embarcações de Praia Grande, correspondendo a 94,5% das descargas e 89% do volume de pescados descarregados na localidade. O restante das capturas descarregadas foi proveniente de viagens pesqueiras que utilizaram diversos aparelhos de pesca e que são categorizadas como multi-artes, estas viagens resultaram em 5,5% das descargas e 11% do pescado.

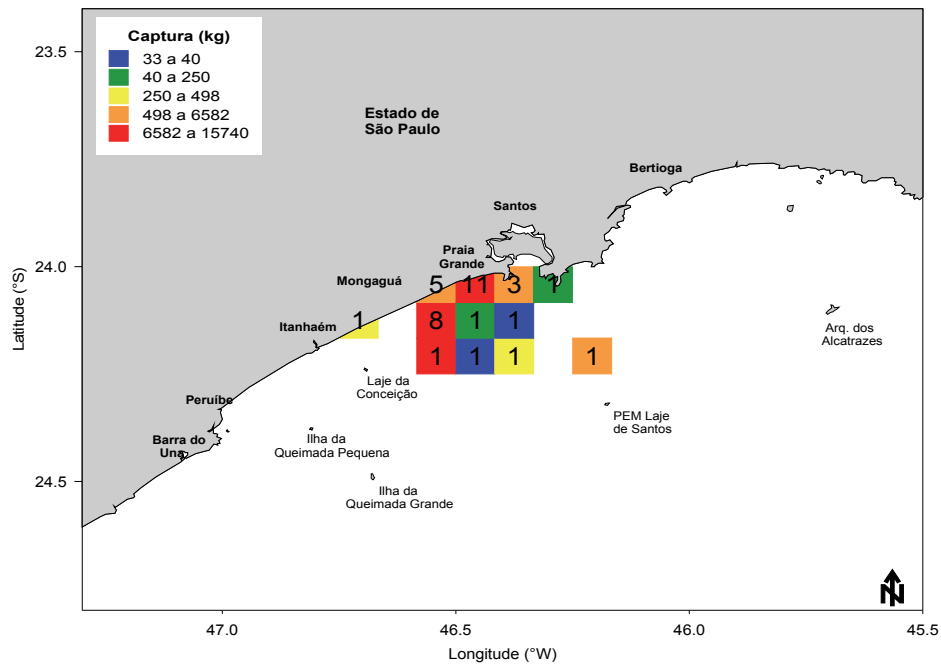
Dos oito pontos de descarga, o Mercado de Peixe da Ocian e a Boutique do Peixe, no Canto do Forte, apresentam uma maior atividade pesqueira, uma vez

que nestes locais estão concentrados diversos boxes para comercialização dos pescados. A captura total descarregada registrada durante o período de monitoramento foi de 37,7 t, sendo que a Pescada-foguete correspondeu a 40,3% do total do município e foi a principal categoria de pescado descarregada, seguida pela Guaivira e pelo Robalo-peva, respectivamente, com 13,4% e 6,3% do total descarregado no município. A categoria Mistura, composta de peixes de pouco valor comercial e de indivíduos pequenos de espécies de maior valor, também teve uma participação expressiva com 14,2% nas descargas.

Em Praia Grande, a espécie Pescada-foguete esteve presente em 88,5% das descargas, seguido da Corvina com 39,1% de participação e do Robalo-peva com 26,4% de participação. Os pescadores que descarregam aqui utilizam apenas dois aparelhos de pesca: o emalhe utilizado em 70% das unidades produtivas, perfazendo 94,5% das viagens, suas capturas descarregadas representaram 89% do total em peso. A categoria de aparelho de pesca multi-artes foi utilizada por 30% das unidades produtivas, operando em 5,5% das viagens e correspondeu a 11% das capturas descarregadas de Praia Grande.

A **Figura II.5.3.13.5-35** mostra a área de atuação da frota de Praia Grande com a distribuição do esforço, medido em números de unidades produtivas, e das capturas. A área de atuação é bastante restrita à região costeira do município, com maior concentração entre a Ponta do Itaipu e as proximidades à Vila Caiçara.





Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-35** – Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada no município de Praia Grande, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

**Municípios de Santos e Guarujá** – aqui se concentram o desembarque da pesca industrial da região, estando a pesca artesanal circunscrita aos pontos da Praia do Perequê e Praias do Guarujá.

A Praia do Perequê é uma tradicional comunidade do município do Guarujá, com atividade econômica voltada principalmente à pesca e ao turismo. Durante o monitoramento realizado pelo Instituto de Pesca (2013), 94 unidades produtivas descarregaram 163,4 t de pescado.

A pesca na Praia do Perequê é uma atividade essencialmente artesanal, o que pode ser evidenciado pela média de 66,4 kg de pescado por descarga, que rende ao pescador, uma receita média mensal estimada de primeira comercialização de R\$ 1.685,70/mês. A atividade pesqueira local é extremamente influenciada pelas oscilações da captura do Camarão-sete-barbas, mas principalmente, pelo período de defeso.

No período do monitoramento, a vigência do defeso dos camarões ocorreu no mês de março de 2013. A partir desse mês, a média mensal de embarcações em atividade na Praia do Perequê caiu de 65,2 para 7. Conseqüentemente, as médias mensais de descargas de pescado caíram de 488,2 para 18 descargas; a captura de pescado, de 32,6 t para 552 kg.

Foram capturadas 24 diferentes categorias de pescado, sendo 95,5 % Crustáceos (156,1 t), 4,5 % peixes (7,3 t) e 0,02 % moluscos (29 kg). O Camarão-sete-barbas respondeu por 95,0 % (155,3 t) da captura total descarregada, seguido pela Pescada-foguete (1.645 kg; 1,0 %), Robalo-peva (1.299 kg; 0,8 %) e pelo Camarão-branco (ou “legítimo”: 662 kg; 0,4 %). Somadas, estas quatro categorias compuseram 97,2 % da captura.

No período de monitoramento, a frota sediada no Perequê atuou desde o entorno da Ilha de Búzios, a leste da Ilha de São Sebastião, até a região adjacente à Praia do Guaraú, em Peruíbe. A atividade mais intensa, porém, ocorreu em águas costeiras desde a região entre a Ilha dos Gatos e a Ilha da Baleia, defronte a Boiçucanga, em São Sebastião, até ao largo da Praia da Enseada, no município do Guarujá, sempre em profundidades inferiores a 20 m.

Com relação às Praias do Guarujá nesse local estão reunidas as praias Astúrias e Guaiúba onde predominam a pesca de arrasto de portas e, a pesca com redes de emalhe, respectivamente. No período de outubro de 2012 a março de 2013 foram registradas 1.469 descargas de pescado, provenientes de 31 unidades produtivas que descarregaram 46,0 t de pescado. Das 31 embarcações sediadas nessas duas praias, pelo menos 16 realizaram pescarias com mais de um aparelho de pesca alternadamente. Essas unidades produtivas utilizaram 6 aparelhos de pesca que, empregadas solo ou consorciados, totalizaram 8 diferentes modalidades de pesca.

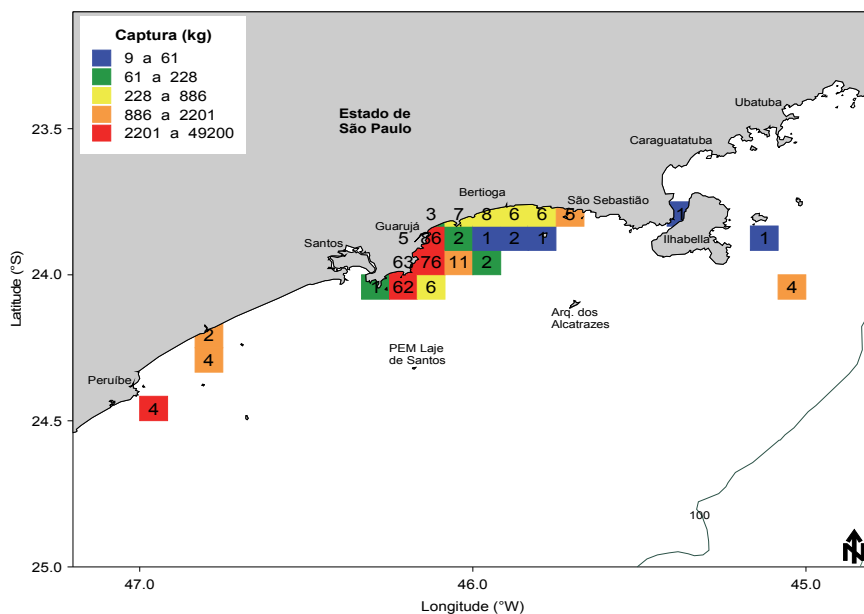
A mais importante foi a rede de emalhe, empregada por 24 embarcações (77,4 %) que realizaram 1109 descargas (75,5 %), gerando 85,1 % da produção total (39,2 t); seguidos pelos arrastos, duplo-pequeno e simples-pequeno, ambos dirigidos à captura do Camarão-sete-barbas e do Camarão-branco. A captura do camarão foi realizada por 9 embarcações (29,0%) que realizaram 16,5 % das descargas (243) e geraram 5,7 % da captura total (2,6 t); em seguida tem-se o

extrativismo, para extração de mexilhão, praticado por pelo menos 4 pescadores locais (12,4 % das unidades produtivas), que realizaram 44 coletas no período (3,0 % das descargas locais), que resultaram em 1,9 t (4,3 % da produção local). Os demais aparelhos empregados, ainda que esporadicamente, foram a linha-de-mão e o mergulho.

Os recursos descarregados nas praias de Astúrias e Guaiúba pertencem a 57 diferentes categorias de pescado, sendo 88,1 % peixes (40,6 t), 6,1 % moluscos (2,8 t) e 5,8 % Crustáceos (2,6 t). As principais categorias descarregadas refletem o balanço existente entre as modalidades de pesca mais praticadas nessa localidade: emalhe, extrativismo e arrasto. O principal recurso no período foi a Pescada-foguete, com 22,3 t (48,4 %), seguida pelo espada (4,6 t; 10,1 %), mexilhão (2,8 t; 6,0 %), camarão-sete-barbas (2,6 t; 5,7 %) e pela corvina (1,5 t; 3,2 %). Estas cinco espécies somaram 73,4 % da captura local.

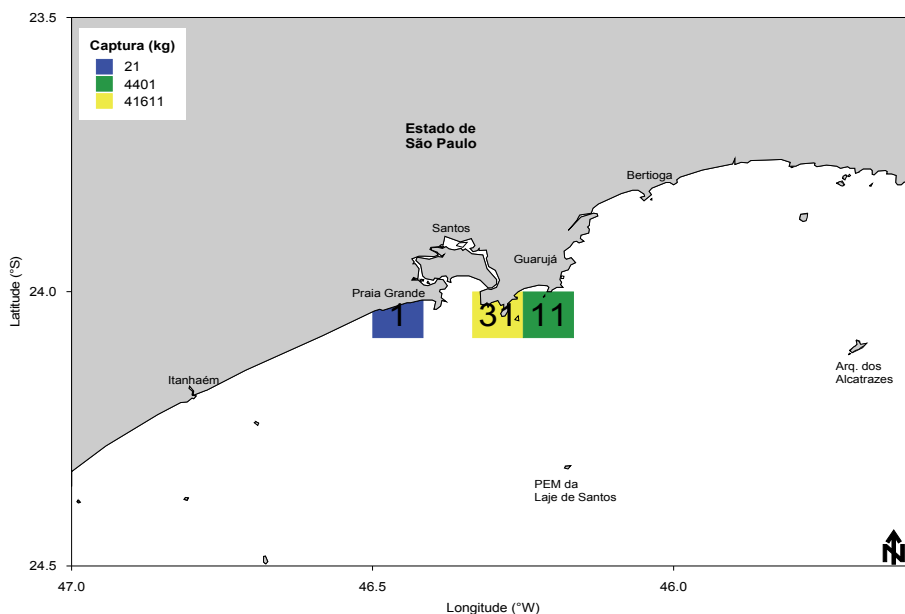
As embarcações sediadas nas praias de Astúrias e Guaiúba têm mobilidade bastante limitada. Muitas delas, principalmente aquelas sediadas na Praia do Guaiúba, dependem de propulsão a remo. Elas atuam principalmente na faixa costeira defronte a própria localidade e áreas adjacentes à Ilha das Palmas, Ponta do Munduba, Ilha da Moela e Praia da Enseada. Entretanto, podem chegar até ao largo da Ponta do Sorocotuba e até ao largo da Praia Grande, sempre em profundidades inferiores a 20 m.

A **Figura II.5.3.13.5-36** e a **Figura II.5.3.13.5-37** ilustram as áreas de pesca nas Praias do Perequê e demais praias do Guarujá, respectivamente.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-36** – Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Praia do Perequê, no Guarujá, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-37** – Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Praias do Guarujá, no município do Guarujá, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

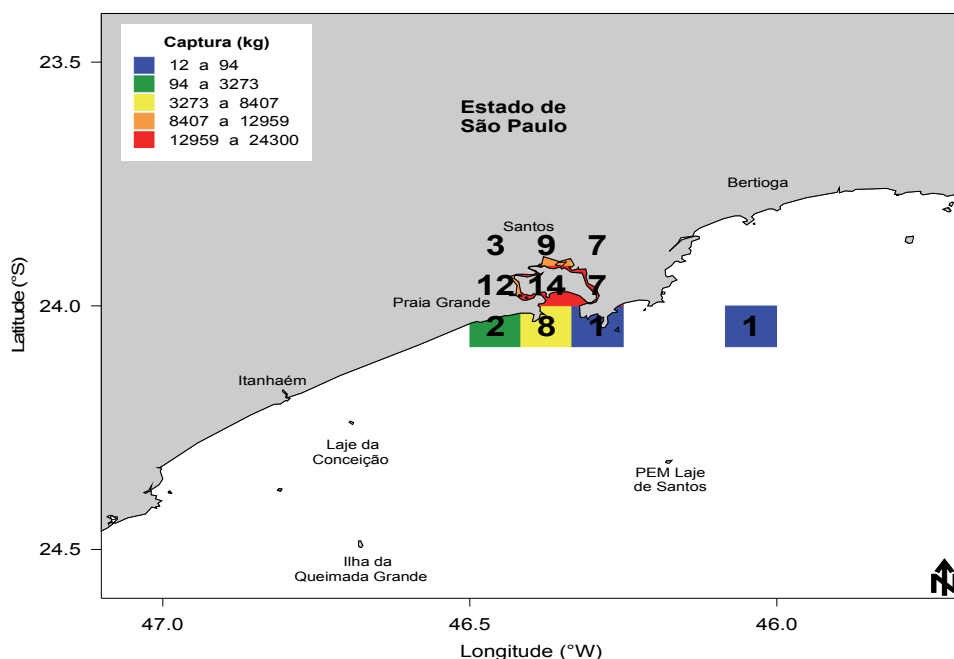
**Município de São Vicente** - destaca-se o ponto de desembarque Rua do Japão onde predomina a pesca estuarina e costeira, com grande diversidade no uso e direcionamento das modalidades de pesca de emalhe ao longo do ano, em função da disponibilidade dos recursos. No período de monitoramento a atividade pesqueira foi realizada por 15 unidades produtivas, que constituem 1,4 % da frota pesqueira atuante no estado de São Paulo. Nesse período, efetuaram-se 494 descargas de pescado nesta localidade, que geraram 64,1 t de pescado.

Esse ponto de desembarque recebe o menor número de embarcações tipicamente artesanais na área de estudo. Durante o monitoramento as 15 unidades produtivas que aqui descarregaram operaram 3 diferentes aparelhos de pesca, solo ou combinadas na modalidade multi-artes.

As 13 embarcações (86,7 %) equipadas com redes de emalhe realizaram 93,1 % (460) das descargas e 96,2 % (61,6 t) da captura. O restante da atividade pesqueira (6,9 % das descargas e 3,8 % da captura) foi realizado utilizando-se arrasto-duplo-pequeno, mergulho e multi-artes.

Da lista de 55 categorias de pescado descarregadas na localidade rua Japão, o parati foi o principal recurso, com 59,7 % (38,2 t) da captura total, seguido pela Tainha (8,5 t; 13,3 %). Outras categorias importantes nessa localidade foram: Bagre-branco (4,1 t; 6,5 %), Caratinga (2,2 t; 3,4 %), Robalo-peva (1,1 t; 1,7 %) e Guaivira (934 kg, 1,5 %) que, juntos, somaram 86 % da captura local.

A maior parte da atividade pesqueira da frota sediada na Rua Japão concentrou-se na região estuarina de Santos, São Vicente, Praia Grande e Cubatão (**Figura II.5.3.13.5-38**). Entretanto, foram registradas pescarias na área costeira desde ao largo da Ilha da Moela, no Guarujá, até a região a oeste da Ponta do Itaipu no município de Praia Grande, em profundidades de até 25 m.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.5-38** – Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Rua Japão, em São Vicente. Número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

### Áreas de pesca (pesqueiros)

Para a Baixada Santista, não foram encontradas informações oficiais e disponíveis em relação à presença de pesqueiros na região.

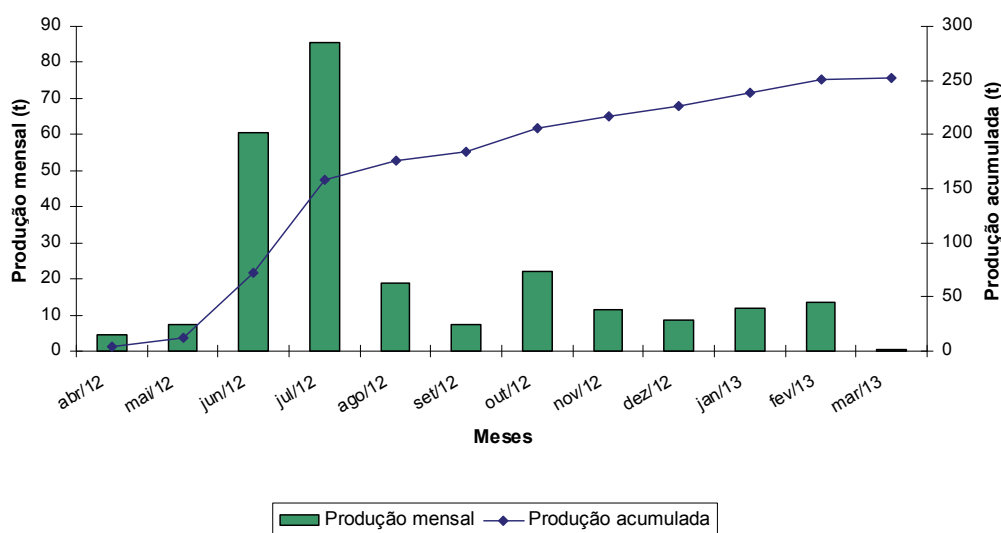
### Produção Pesqueira

Em relação à Baixada santista, os municípios de Santos, Guarujá e Peruíbe concentram o maior volume de produção, sendo o município de Itanhaém o que detém os menores valores.

**Município de Bertioga** - foram descarregadas 44 categorias de pescado, sendo 81,0 % da captura constituídos por duas espécies de camarão: sete-barbas (74,2 % da captura total) e legítimo (ou branco: 6,8 %). As mais importantes categorias de peixes foram os Cações agrupados (5,3 %), Tainha (2,4 %), Cioba

(1,6 %), Pescada-foguete (1,4 %), e Corvina (1,3 %). Essas sete categorias totalizaram 96,2 % da captura descarregada no município.

A **Figura II.5.3.13.5-39** apresenta a captura mensal de pescado e o total acumulado no período, para o município de Bertioga.

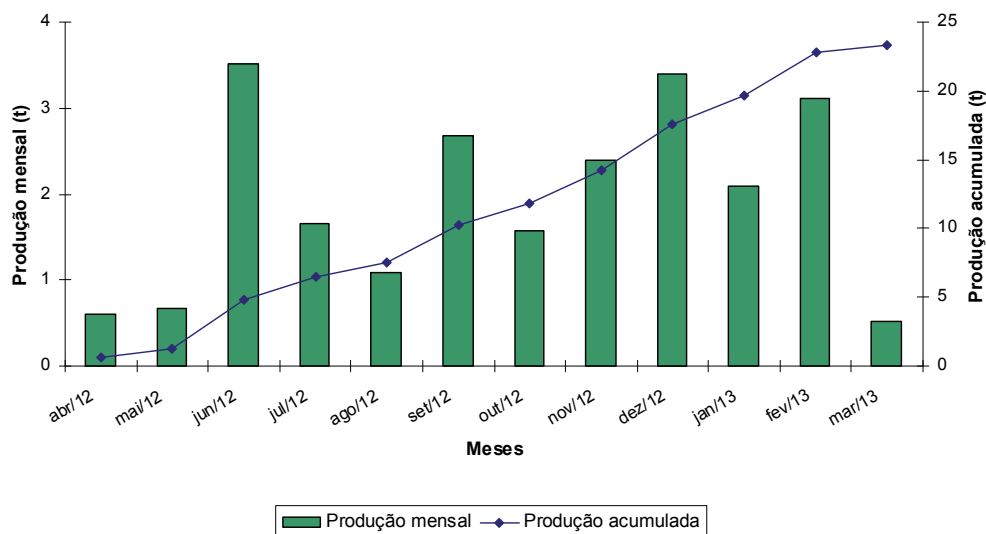


Fonte: Instituto de Pesca (2013)

**Figura II.5.3.13.5-39** – Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Bertioga.

**Município de Itanhaém** - no período de monitoramento foi registrada que o mês de maior volume de descarga foi junho de 2012, seguido por dezembro de 2012, no outono e no verão, enquanto as menores descargas foram registradas nos meses de março de 2013 e abril de 2012 respectivamente no verão e no outono. Aqui predominou a importância do recurso Camarão-sete-barbas que apresentou baixo volume de descargas nos meses de março de 2013 e abril e maio de 2012, meses de defeso dos camarões na região Sudeste/Sul do Brasil.

A **Figura II.5.3.13.5-40** apresenta a captura mensal de pescado e o total acumulado no período, para o município de Itanhaém.



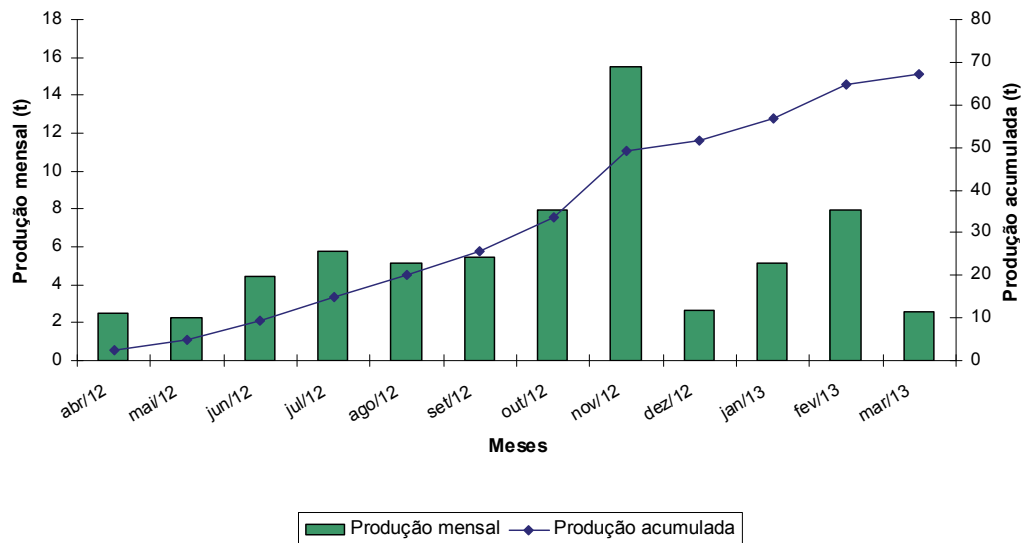
Fonte: Instituto de Pesca (2013)

**Figura II.5.3.13.5-40** – *Captura mensal de pescado descarregado e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Itanhaém.*

**Município de Mongaguá** - os meses mais produtivos foram novembro e outubro de 2012, na primavera, enquanto os meses de maio e abril de 2012 no outono, respectivamente, apresentaram os menores volumes de descarga.

A **Figura II.5.3.13.5-41** apresenta a captura mensal de pescado e o total acumulado no período, para o município de Mongaguá.



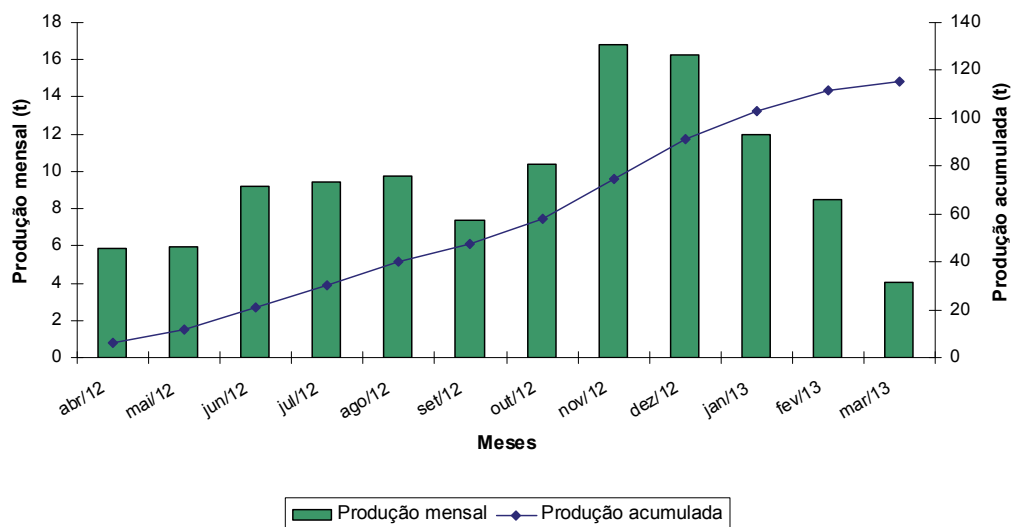


Fonte: Instituto de Pesca (2013)

**Figura II.5.3.13.5-41** – Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Itanhaém.

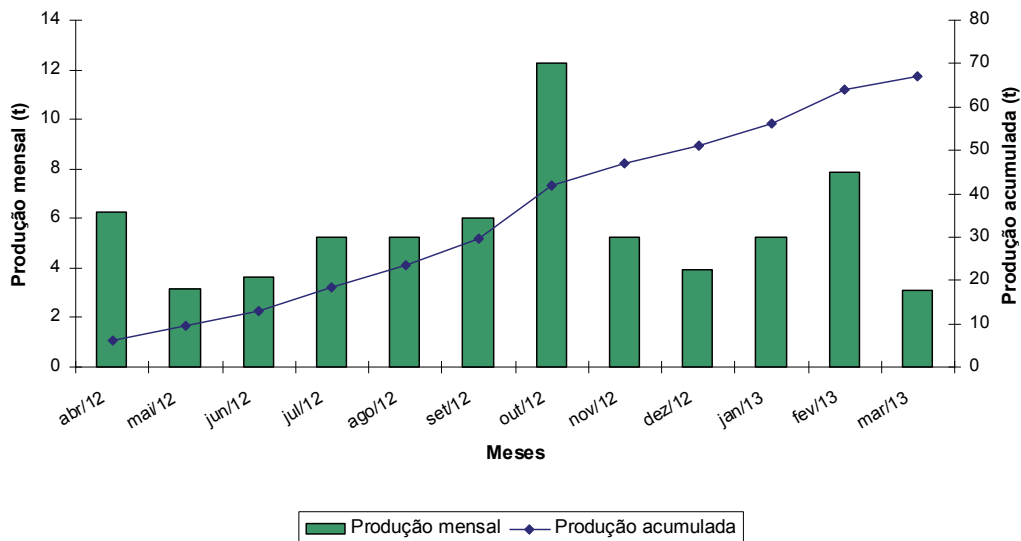
**Municípios de Peruíbe e Praia Grande** - os meses de novembro e dezembro de 2012, primavera, foram os mais produtivos do município, enquanto março de 2013, abril e maio de 2012, verão e outono, respectivamente, foram registradas as menores descargas. E em São Vicente os picos ocorreram em abril/2012 (10,3 t; 8,7 %), agosto/2012 (14,7 t; 12,3%) e fevereiro/2013 (15,7 t; 13,2 %). Nesses momentos as cinco espécies mais importantes: Parati (82,6 t; 69,4 %), Tainha (13,1 t; 11,0 %), Bagre-branco (4,4 t; 3,7 %), Caratinga (4,0 t; 3,4 %) e Robalo-peva (1,4 t; 1,2 %), constituíram 91,9 % da captura.

A **Figura II.5.3.13.5-42** e a **Figura II.5.3.13.5-43** apresentam a captura mensal de pescado e o total acumulado no período, para os municípios de Peruíbe e Praia Grande, respectivamente.



Fonte: Instituto de Pesca (2013)

**Figura II.5.3.13.5-42** – Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Peruíbe.

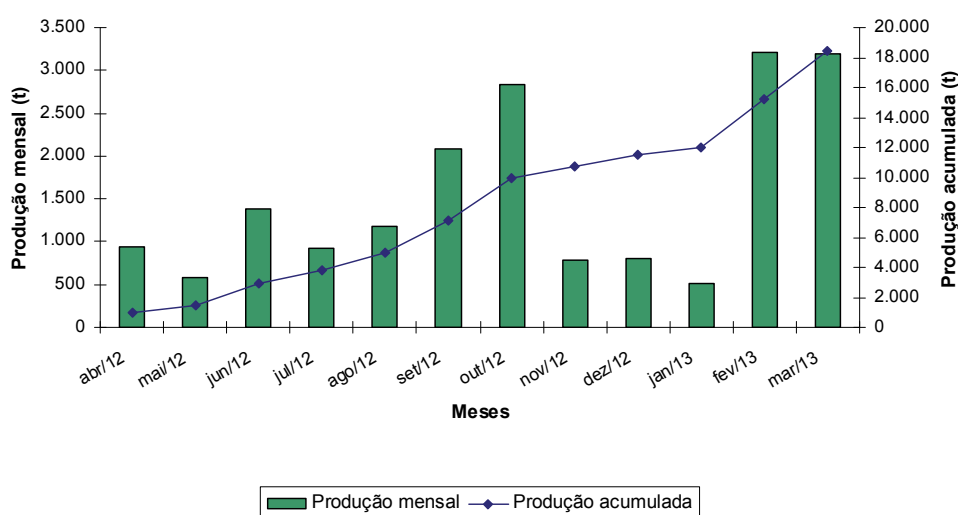


Fonte: Instituto de Pesca (2013)

**Figura II.5.3.13.5-43** – Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Praia Grande.

**Municípios de Santos e Guarujá** - os maiores picos de captura foram registrados em setembro e outubro de 2012 (11,3 % e 15,4 % do total) e fevereiro e março de 2013 (3.201,3 t e 3.194,0 t; ambos deveram-se, principalmente, aos picos das descargas de Sardinha-verdadeira, da mesma forma que em anos anteriores. O Camarão-sete-barbas foi a segunda espécie nas descargas nos dois municípios, com 9,6 % do total (1.766,9 t) sendo a mais importante espécie de crustáceo.

A **Figura II.5.3.13.5-44** apresenta a captura mensal de pescado e o total acumulado no período, para o município de Santos e Guarujá.



Fonte: Instituto de Pesca (2013)

**Figura II.5.3.13.5-44** – *Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, nos municípios de Santos e Guarujá.*

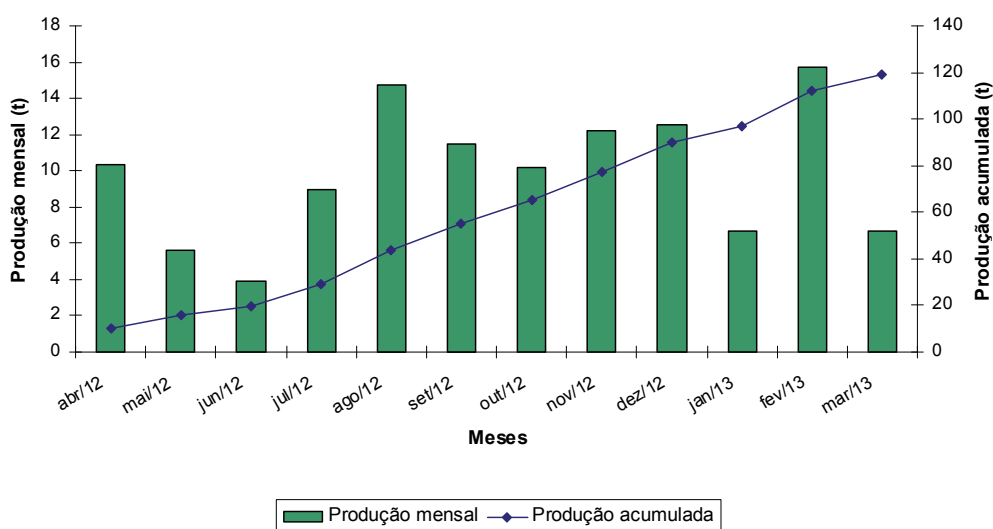
**Município de São Vicente** - a captura descarregada em São Vicente, de abril de 2012 a março de 2013, foi de 119,1 t. A distribuição da captura mensal de pescado descarregada apresentou três picos: abr/2012 (10,3 t; 8,7 %), ago/2012 (14,7 t; 12,3%) e fev/2013 (15,7 t; 13,2 %).

Foram descarregadas 64 categorias de pescado no município, sendo que as cinco espécies mais importantes foram parati (82,6 t; 69,4 %), tainha (13,1 t;

11,0 %), bagre-branco (4,4 t; 3,7 %), caratinga (4,0 t; 3,4 %) e robalo-peva (1,4 t; 1,2 %).

Nesse período, o parati, a tainha e o robalo-peva foram capturados ao longo de todos os meses. Nesse município, o Camarão-sete-barbas (512 kg; 0,4 %) ocupou a 13ª posição, sendo capturado por uma única embarcação.

A **Figura II.5.3.13.5-45** apresenta a captura mensal de pescado e o total acumulado no período, para o município de São Vicente.



Fonte: Instituto de Pesca (2013)

**Figura II.5.3.13.5-45** – Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, nos municípios de Santos e Guarujá.

A **Tabela II.5.3.13.5-12** apresenta um panorama da produção pesqueira da Baixada Santista a partir dos resultados do monitoramento do Instituto de Pesca (2013).

**Tabela II.5.3.13.5-12** – Volume de Captura - outubro de 2012 a março de 2013, na Baixada Santista

Municípios	Pontos de Desembarque do pescado	Nº de unidades Produtivas	Nº de descargas	Captura (t)	Captura (R\$)
Bertioga	Bertioga	48	867	67,8	566.822,63
Itanhaém	Porto do Baixio	13	97	4,4	39.366,46
	Praia dos Pescadores	23	277	8,7	97.710,81
Mongaguá	Praia de Mongaguá	15	686	41,7	319.724,11
	Barra do Una	90	777	26,6	227.249,13
Peruíbe	Mercado Municipal de Perúibe	43	643	41,3	412.952,51
Praia Grande	Praia Grande	21	996	37,7	231.366,94
Santos/Guarujá	Perequê	94	2.459	163,4	950.737,07
	Praias do Guarujá	31	1.469	46,0	342.137,94
São Vicente	Rua do Japão	15	494	64,1	201.147,75

Fonte: Instituto de Pesca (2013).

### **Organização dos Pescadores**

Não se tem estatísticas atuais e precisas sobre o contingente de pescadores artesanais que atuam na Baixada Santista.

Segundo Gefe (op.cit.), em 2004, atuavam 2.703 pescadores artesanais, na Baixada Santista, sendo que 42 em Santos, 126 em Cubatão, 26 em Praia Grande, 591 em Guarujá, 740 em São Vicente, 694 em Bertioga, 60 em Mongaguá, 104 em Itanhaém e 320 em Perúibe.

O padrão de organização desses pescadores é semelhante aos demais municípios descritos anteriormente, associando Colônias de Pescadores e Associação de Pescadores.

O **Quadro II.5.3.13.5-11** apresenta o conjunto de entidades representativas dos pescadores da Baixada Santista. O endereço dessas entidades está disponível no subitem II.5.3.2 - Grupos de Interesse.

**Quadro II.5.3.13.5-11 – Entidades atuantes na área de estudo, estado de São Paulo.**

<b>Entidades de âmbito estadual</b>
Federação das Colônias dos Pescadores do Estado de São Paulo
Sindicato dos Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo
<b>Colônias de Pescadores</b>
Colônia de Pescadores Z-23 Bertioga
Colônia de Pescadores Z-03 – Guarujá
Colônia de Pescadores Z-03 – Cubatão
Colônia de Pescadores Z-01 – Santos
Colônia de Pescadores Z-04 - São Vicente
Colônia de Pescadores Z-13 – Itanhaém
<b>Associações</b>
Associação Comercial, Industrial e Pesqueira de Bertioga
Associação das Mulheres Pescadoras de Peruíbe
Associação Litorânea da Pesca Extrativista Classista do Estado de São Paulo (Guarujá)
Sociedade dos Amigos da Praia Branca
Sociedade dos Amigos do Perequê
União de Pescadores do Sítio Conceiçãozinha

Fontes: Silva & Lopes (2010); PETROBRAS/ICF, 2012.

**II.5.3.13.6 - Áreas da Pesca artesanal com probabilidade de presença de óleo em caso de potencial vazamento**

Nesse recorte espacial estão incluídas as áreas de pesca artesanal de Cananéia/SP, Guaraqueçaba/PR, Paranaguá/PR, Matinhos/PR, Guaratuba/PR, Itapoá/SC e São Francisco do Sul/SC.

**A) Cananéia**

Em Cananéia, litoral Sul do estado de São Paulo, a pesca local ocorre em duas áreas: área lagunar e o mar de fora. É conduzida por pescadores que buscam um meio de subsistência ou complementação de renda, pois boa parte deles pertence à categoria lavrador-pescador (PEREIRA, 2005).

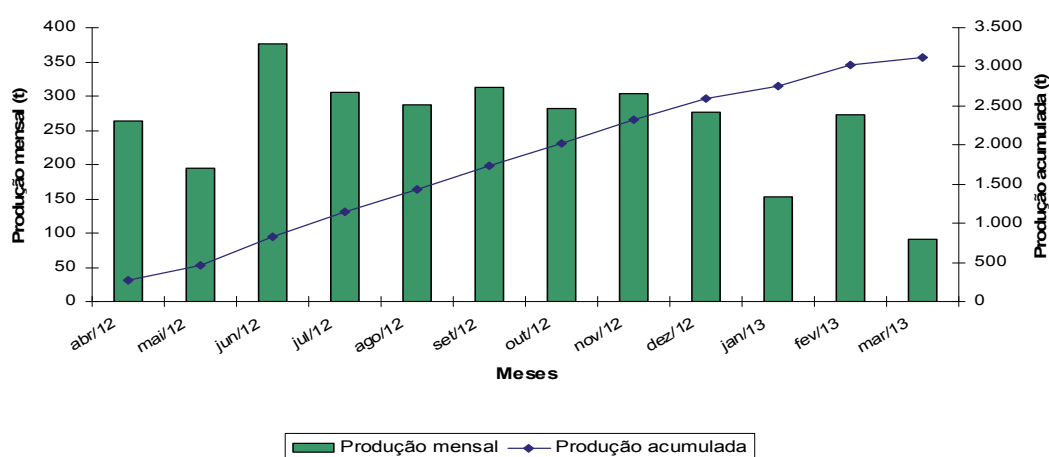
No município de Cananéia vivem 1.150 pescadores que atuavam em 2008, com 186 barcos e 600 canoas (SILVA & LOPES, 2010). Aqui destaca-se a

presença das seguintes entidades representativas do setor pesqueiro artesanal: Colônia de Pescadores Z-9, Associação da Reserva Extrativista dos Moradores do Bairro de Mandira - REMA, Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananéia – COOPEROSTRA e a Rede Cananéia.

O monitoramento da pesca realizado pelo Instituto de Pesca (2013) no município, no período entre outubro de 2012 e março de 2013, registrou que a sua atividade é bastante diversificada, com representação, tanto do setor artesanal, quanto industrial.

O município possui cerca 40 pontos de desembarque do pescado e os pontos Cidade e Marujá são os que reúnem a maior movimentação de descargas e de volume de pescado.

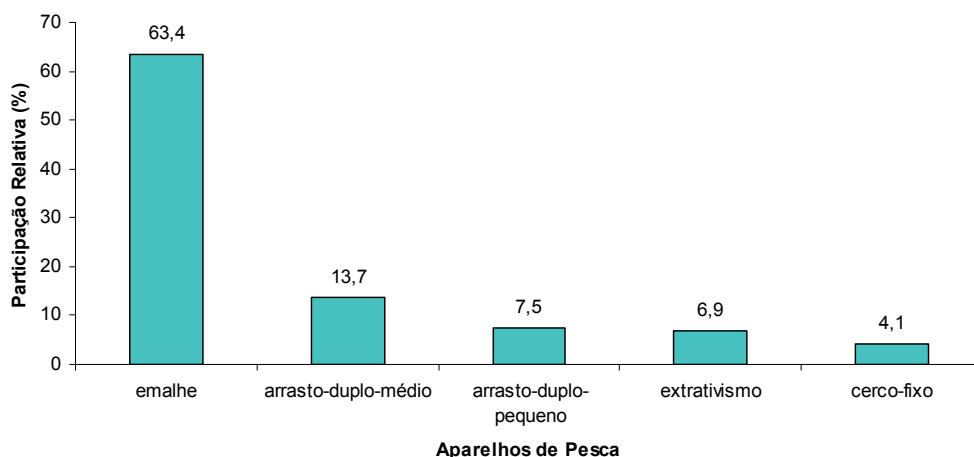
A **Figura II.5.3.13.6-1** apresenta a captura mensal do município e o total acumulado período de monitoramento. Em todo o período os principais produtos desembarcados no município foram o Camarão-sete-barbas, Pescada-foguete, Corvina e a Mistura, que representaram 54,1% de todas as descargas. No período de defeso do Camarão-sete-barbas (março a maio) houve uma pequena diminuição dos desembarques, oscilando ao longo do período entre 91,3 a 263 t/mês.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.6-1** - Captura mensal de pescado descarregada e total acumulado no período de abril de 2012 a março de 2013, no município de Cananéia.

O principal aparelho de pesca registrado no município, no período, foi o emalhe com 63,4% da captura total, seguido pelo arrasto-duplo-médio com 13,7% e pelo arrasto-duplo-pequeno 7,5% do total descarregado (**Figura II.5.3.13.6-2**).



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.6-2** - Participação relativa por aparelho de pesca no total descarregado no município de Cananéia, 2013.

No ponto de desembarque de pescado, denominado Cidade, foram monitoradas 4.158 descargas, realizadas por 481 unidades produtivas, que movimentaram uma captura total de 1.255,4 t de pescados. Essas descargas geraram uma receita bruta estimada de aproximadamente R\$ 5,1 milhões, ou 89,5% do total movimentado no período em Cananéia.

O principal aparelho de pesca utilizado foi o emalhe com 69,7% de toda a captura descarregada, seguido pelo arrasto-duplo-médio com 14,9% e arrasto-duplo-pequeno com 8,4% da captura total.

O recurso mais significativo nas descargas foi a Pescada-foguete com 22,1%, o Camarão-sete-barbas com 20,0%, a Mistura com 9,4%, a Betara com 8,5% e a Corvina com 7,7% da captura total.

No ponto de desembarque do Marujá, situado no extremo Sul do município, foram monitoradas 1.512 descargas, realizadas por 66 unidades produtivas, que somaram 57,6 t de pescados. Este ponto tem uma pesca bastante diversificada e os principais instrumentos são o arrasto, emalhe, armadilhas e o extrativismo.



O principal aparelho de pesca utilizada foi o emalhe, responsável por 66,1% da captura total monitorada, seguido pelo arrasto-de-mão (12,9%) e o cerco-fixo (6,2%).

O recurso mais significativo nas descargas realizadas foi a Pescada-foguete com 25,8%, seguido do Parati com 12,9%, do Bagre-branco (8,6%) e a Tainha (8,0%). Os pescadores que aqui desembarcam trabalham tanto na área marinha (profundidades inferiores a 20 m), como na área estuarina e fluvial.

Nos pontos de desembarque Continente, Ilha, Mercado Municipal e Sítios predominam a presença da pesca artesanal do Município de Cananéia. Apesar de apresentarem menor volume de descargas em relação aos outros dois pontos citados, a captura aqui descarregada é relativamente significativa.

No Continente destaca-se o uso de aparelhos ou métodos de pesca operados manualmente, muitas vezes sem o auxílio de embarcação e mesmo sem o uso de aparelhos específicos como no caso da catação e raspagem. Aqui foram monitoradas foram monitoradas 1.153 descargas, realizadas por 61 unidades produtivas, que somaram 37,9 t de pescados. O principal aparelho de pesca utilizado no Continente foi o extrativismo, responsável por 64,3% da captura total monitorada, seguido pelo emalhe (30,7%). O recurso mais significativo nas descargas realizadas na localidade Continente foi a Ostra com 44,1%, seguido pelo Caranguejo-uçá (19,3%) e o Bagre-branco (13,3%).

No ponto de desembarque denominado Ilha foram monitoradas 594 descargas, realizadas por 19 unidades produtivas, que totalizaram 10,9 t de pescados. As capturas realizadas com emalhe, gerival e o extrativismo representaram, respectivamente, 61,6%, 14,8 e 9,3% das descargas. Os principais recursos pesqueiros descarregados na localidade Ilha foram Bagre-branco (57,7%), Ostra (9,3%), Tainha (7,9%) e o Camarão-estuarino (7,6%).

Com relação ao Mercado Municipal e Sítios, foram monitoradas, respectivamente, 21 e 568 descargas, produzidas por 6 e 16 unidades produtivas, com uma captura total de 2,1 e 15,4 t de pescados.

No Mercado Municipal ocorreu uma diminuição elevada no número de descargas ao longo de todo o ano. Aqui foram poucos os desembarques que ocorreram e 99,5% da produção foram do arrasto-duplo-pequeno. No ponto

denominado Sítios, ocorreu a predominância do extrativismo de ostras do mangue que respondeu por 96,6%, seguido pelo emalhe com 3,3% da captura total.

Entre os principais recursos capturados, no Mercado Municipal o Camarão-sete-barbas respondeu por 99,5% e no ponto Sítios, a Ostra foi a mais expressiva, com 64,5% do total descarregado na localidade, seguida do Caranguejo-uçá com 29,8% do total.

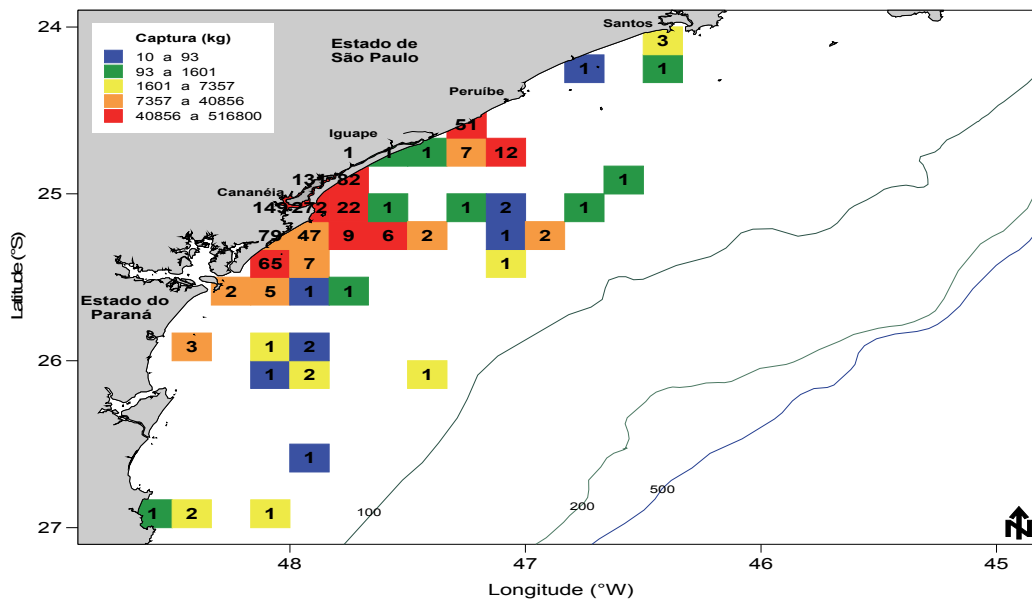
O **Quadro II.5.3.13.6-1** apresenta um resumo dos principais aparelhos de pesca segundo as localidades e recursos capturados.

**Quadro II.5.3.13.6-1** – *Aparelhos de Pesca e recursos capturados segundo as localidades, Cananéia.*

Localidades	Aparelho de pesca	Recursos capturados
Continente	Extrativismo e emalhe	Ostra, caranguejo-uçá e bagre-branco
Ilha	Emalhe, gerival e extrativismo	Bagre-branco, ostra, tainha e camarão-estuarino
Mercado Municipal	Arrasto-duplo-pequeno	Camarão-sete-barbas
Sítios	Extrativismo	Ostras

Fonte: Instituto de Pesca (2013).

A área de pesca da frota sediada nos pontos de desembarque Ilha, Marujá, Mercado Municipal e Sítios aparecem na **Figura II.5.3.13.6-3** para o município de Cananéia.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.13.6-3** - Distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada no município de Cananéia, 2013. Número no interior do bloco estatístico corresponde às Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

## B) Estado do Paraná

No estado do Paraná, as áreas de pesca artesanal considerada compreenderam os municípios de Guaqueçaba, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba.

A região de Guaqueçaba integra o Complexo Estuarino-Lagunar Iguape/SP e Paranaguá/PR e possui um dos mais ricos ecossistemas litorâneos do Sul do Brasil em termos de produção primária. Concentra grande parte dos últimos 5% da Mata Atlântica ainda restantes no Paraná, e reúne enormes extensões de manguezais quase totalmente preservados.

Segundo Cunha et al. (2009), “a atividade pesqueira nas comunidades e, de modo geral, em todas as vilas litorâneas da região de Guaqueçaba representa a única fonte de renda para as populações e o principal domínio de trabalho dos homens. Apesar de a pesca constituir-se numa atividade comum, unificando em muitos aspectos a cultura regional, as formas de exploração dos recursos marinhos e do espaço litorâneo, contêm especificidades em cada lugar”.

A região de Guaraqueçaba possui pescadores e agricultores que ainda guardam remanescentes da cultura “tradicional” caiçara, inclusive nas práticas de uso dos recursos naturais. Dessa região até o extremo Sul da zona costeira paranaense encontram-se várias baías onde vivem comunidades que têm na pesca artesanal a principal fonte de renda: Baías de Guaraqueçaba, Laranjeiras, Pinheiros, Paranaguá, Antonina e Guaratuba.

### ***Locais de desembarque***

Segundo documento da Fundação Prozee (2005), foram identificadas 38 localidades onde ocorre o desembarque de pescado. O município de Guaraqueçaba se destaca como o que dispõe de melhor infraestrutura em três locais - Ilha das Peças, Superagui e sede.

O **Quadro II.5.3.13.6-2** apresenta o quantitativo de locais de descarga do pescado disponíveis no ano de 2005, para as áreas de pesca, do estado do Paraná.

**Quadro II.5.3.13.6-2** – *Total de locais de desembarque pesqueiro das áreas de pesca, Paraná.*

Municípios	Número de locais de desembarque pesqueiro
Guaraqueçaba	20
Guaratuba	06
Matinhos	04
Paranaguá	08
<b>Total</b>	<b>38</b>

Fonte: Fundação PROZEE (2005).

O **Quadro II.5.3.13.6-3** apresenta a infraestrutura disponível no local, no mesmo período, para as mesmas áreas de pesca citadas anteriormente.

**Quadro II.5.3.13.6-3 – Infraestrutura disponível nos locais de desembarque pesqueiro, Paraná – 2005.**

Municípios	Acesso	Ancoradouro	Fábrica de Gelo	Empresa de Pesca	Câmara de Estocagem
Guaraqueçaba	Asfalto e marítimo	03			
Guaratuba	Asfalto e Marítimo	03	03	03	04
Matinhos	Asfalto				
Paranaguá	Asfalto e marítimo	06	01	01	02

Fonte: Fundação PROZEE (2005).

O referido documento destaca que Guaratuba e Paranaguá possuem estaleiros, e algumas localidades possuem oficinas de reparo de motores e de embarcações, modestamente equipadas.

**Frota pesqueira**

A frota disponível era composta em 2005 por 927 embarcações, distribuídas pelos municípios segundo o **Quadro II.5.3.13.6-4**.

**Quadro II.5.3.13.6-4 – Frota dos municípios que pescam, Paraná.**

Municípios	A remo Canoa	Motorizada Bote/Barco	Total
Guaraqueçaba	192	123	<b>315</b>
Guaratuba	24	152	<b>176</b>
Matinhos	4	23	<b>27</b>
Paranaguá	100	309	<b>409</b>
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>607</b>	<b>927</b>

Fonte: Fundação PROZEE (2005).

**Pescarias e recursos pesqueiros**

A maioria dos pescadores atua no interior das baías e os petrechos de pesca mais utilizados são o arrasto de camarões e a pesca com gerival para camarões e redes de caceio. As espécies mais capturadas são camarões (sete-barbas e branco), bagres, corvina e sardinhas.

Segundo Cunha (*op.cit.*), no âmbito das comunidades de pescadores artesanais tradicionais os nomes conferidos aos pesqueiros (pontos de pesca) frequentemente remetem ao lugar geográfico, tais como “Ilha do Banana”, “Ponto de Rubuquara”, “Ilha do Rato”, ou a particularidades do lugar, o “baixio do Perigo”, o “Canal do Perigo”, ou a “Ponta das Pedras”.

Em alguns locais, como por exemplo, na Ilha das Peças, os “pontos de pesca” são nomeados pela sua relação de propriedade, tais como: o “Lanço da Coroa” que pertencia ao Sr. Silvio e pode ser utilizado por todos; o “Lanço do Carvalho” que foi comprado por Sebastião de Carvalho, o primeiro proprietário de lanço na vila. E assim ocorre que um mesmo negociante e dono de numerosos instrumentos de pesca, pode ter vários “Lanços com denominações diferentes ‘Lanço do Bastião”, “Perto das pedras”, “embaixo da casa de turistas”, “Lanço da ponta do baixio”, etc.

O **Quadro II.5.3.13.6-5** apresenta um resumo dos principais aspectos da pesca artesanal para cada um dos municípios, estado do Paraná.

**Quadro II.5.3.13.6-5 – Caracterização da pesca artesanal**

Informações	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Paranaguá
Área de pesca	Pesca costeira e lagunar	Baía de Guaratuba e Área oceânica	s/inf.	Baía de Paranaguá e nas regiões estuarinas e lagunares do litoral paranaense
Petrechos	Gerival, tarrafa, puçás, rede de emalhar e caceio	Na área oceânica é desenvolvida a pesca com arrasto-de-portas para a captura de camarões, e com redes de emalhe	Arrasto-de-popa com portas, algumas delas com pequenos tangones	Gerival, rede-de caceio, rede-de-emalhar, tarrafa, puçá
Recursos Pesqueiros	Pesca lagunar: camarão-branco, paratis, pescadas, tainhas, siri, baiacu e caranguejo. Pesca costeira: camarão-sete-barbas, pescadinha, betara, corvina	Camarão-sete-barbas, camarão-branco, camarão-barba-ruça, sardinhas, bagres, sororoca, papa-terra, palombeta.	s/inf.	Camarão-branco, pescadas, corvina, siris, caranguejo, paratis, tainha.
Frota	s/inf.	Embarcações de pequeno porte, botes e baleeiras de médio porte e embarcações de grande porte	s/inf.	s/inf.
Principais localidades	Superagui e Ilha das Peças	Piçarras, Caieiras, Brejatuba, Barra do Saí	s/inf.	Valadares, Amparo, Piaçaguera, Vila São Miguel, Eufrasina.
Obs.	No Município ocorrem cultivos marinhos, principalmente de ostras nativas.	Abriga o maior polo pesqueiro do Estado, no qual se concentra a frota de maior porte. Mais de 95% está dedicada ao arrasto (tangone e popa), para a pesca de camarões.	s/inf.	No Município existem cultivos, principalmente de ostras nativas

Fonte: Fundação PROZEE (2005).

### ***Pescadores artesanais***

Segundo o documento Prozee (2005), em 2005 havia no litoral do estado do Paraná 5.307 pescadores, dos quais 5.055 possuíam registro na SEAP/PR e 3.980, registro nas Colônias de Pescadores, o que sugere apenas uma parte dos pescadores registrados na SEAP/PR se encontravam naquele momento filiados as Colônias de Pescadores e que 252 pescadores não estavam vinculados a ambas as entidades.

Os municípios de Guaraqueçaba e Paranaguá concentravam o maior número de pescadores. Em 2005, o Estado contava com a atuação de 25 associações, 6 colônias e 1 cooperativa. E as localidades com melhor organização social eram as da Ilha do Mel, Ilha do Teixeira, Amparo e Medeiros, no município de Paranaguá, e Ilha das Peças e Ilha do Superagüi, em Guaraqueçaba.

Ainda segundo o referido documento, havia naquele momento um número significativo de pescadores sem carteira profissional e sem registro de suas embarcações junto à Capitania dos Portos e SEAP.

Para finalizar, destaca-se a importância da presença de comunidades de pescadores artesanais tradicionais nesse litoral com destaque para os seguintes locais: Tromomó, Barra de Ararapira (comunidade limítrofe ao litoral paulista), Costão (bairro de pescadores da vila de Guaraqueçaba), Ilha do Mel (Praia Grande, Ponta Oeste, Farol das Conchas, Fortaleza, Nova Brasília, Encantada), Tibicanga, Pontal do Sul, Caiobá (Matinhos), Barbados, Bertioga, Ipanema Vale do Rio dos Patos, Mouratinho, Barra de Superagüi, Ponta do Ubá, Vila Ponta do Lanço, Massarapuã, Vila Mariana, Vila Ilha Rasa, Saco da Rita, Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho.

### **C) Estado de Santa Catarina**

No estado de Santa Catarina, as áreas de pesca artesanal consideradas foram as dos municípios de Itapoá e São Francisco do Sul, ambas localizadas na Baía da Babitonga, litoral Norte do Estado.



Estima-se que no entorno (incluindo 06 municípios) da Baía da Babitonga existam 33 comunidades de pescadores artesanais (mais de 2.000 famílias), que vivem tradicionalmente da atividade pesqueira, extrativismo de caranguejos, maricultura e atividades ligadas ao turismo.

São Francisco do Sul é considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil. Nela localiza-se um importante porto de movimentação de contêineres do país. A **Figura II.5.3.13.6-4** identifica a sede dos municípios costeiros do litoral catarinense segundo a presença da pesca industrial e tradicional. Cabe destacar que as áreas de pesca consideradas nesse estudo são Itapoá e São Francisco do Sul, notadamente voltadas para a pesca artesanal.



Fonte: ROBERT & CHAVES (2006)

**Figura II.5.3.13.6-4** – Sedes dos municípios costeiros onde ocorrem desembarques da pesca artesanal e industrial.

Segundo Robert & Chaves (2006), o esforço de pesca no Norte do Estado está concentrado na pesca de arrasto e em mar aberto de camarões. Destacam-se como importantes técnicas utilizadas na pesca artesanal o arrastão de praia para peixes costeiros, o aviãozinho e o gerival, utilizados na captura de camarões nos estuários e lagoas costeiras.

Dentre as espécies capturadas destacam-se os camarões (sete-barbas, rosa e branco), tainha, corvina, enchova e papa-terra. A produção pesqueira é entregue a intermediários ou comercializada diretamente pelos pescadores, pois a pesca artesanal, via de regra, não dispõe de pontos de concentração do desembarque e de infraestrutura de armazenagem do pescado, tais como as câmaras frias, utilizadas pelas empresas do ramo industrial.

A **Tabela II.5.3.13.6-1** apresenta a relação de municípios litorâneos, com as respectivas quantidades de localidades pesqueiras:

**Tabela II.5.3.13.6-1** – Áreas de pesca do estado de Santa Catarina, em relação com o número de localidades pesqueiras.

Município	Número de Localidades
Itapoá	04
São Francisco do Sul	13
<b>Total</b>	<b>17</b>

Fonte: ROBERT & CHAVES (2006).

As localidades com melhor infraestrutura de serviços estão situadas em São Francisco do Sul. A **Tabela II.5.3.13.6-2** apresenta a infraestrutura cadastrada de apoio a produção.

**Tabela II.5.3.13.6-2** – Infraestrutura cadastrada para os municípios de Itapoá e São Francisco do Sul.

Infraestrutura	Itapoá	São Francisco do Sul
Trapiche de Atracação	-	4
Barracão de Pesca	-	1
Salgadeira	-	2
Revenda de Petrecho	-	7
Fábrica de Gelo	-	-
Câmara de Estocagem	-	-
Freezers Cadastrados	180	640

Fonte: ROBERT & CHAVES (2006).

Em Itapoá e São Francisco do Sul atuam 372 embarcações. As de menor porte e autonomia são as canoas e os caícos, com comprimento de 4 a 8 m, sendo que a grande maioria das embarcações tem casco de madeira. A **Tabela II.5.3.13.6-3** lista os tipos de embarcações para os municípios de Itapoá e São Francisco do Sul.

**Tabela II.5.3.13.6-3 – Número de embarcações por tipo.**

Tipo de embarcação	Itapoá	São Francisco do Sul
Bateira	27	221
Bote sem cabine	11	67
Bote com cabine	10	29
Canoa	28	23
Baleeira	3	
Prancha	1	1
Arrasteiro		31
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>372</b>

Fonte: ROBERT & CHAVES (2006).

As principais pescarias artesanais são o arrasto de camarões e a pesca com redes de emalhe. O município de São Francisco do Sul apresenta a maior concentração da frota cadastrada em relação aos municípios citados anteriormente. Ali a pesca ocorre no interior da baía de Babitonga e na área oceânica. Na Baía a pesca é voltada para a captura dos camarões branco e rosa e de peixes, utilizando-se redes de caceio e gerival. As redes de emalhar fundeadas e redes de emalhar de volta, capturam pescada, linguado e parati.

Em contrapartida, na área oceânica a pesca é caracterizada por embarcações tipo bote sem cabine e com cabine, voltadas para o arrasto de camarões branco e rosa e de peixes. As principais localidades pesqueiras são: Estaleiro, Paulas, Prainha, Laranjeiras, Rocio Grande e Vila da Glória. O Município dispõe de estaleiro, câmara fria e salão para beneficiamento de pescado (Prozee, op.cit.).

Em Itapoá e São Francisco do Sul destacam-se as seguintes entidades que atendem aos pescadores (**Quadro II.5.3.13.6-6**).

**Quadro II.5.3.13.6-6 – Entidades atuantes na pesca artesanal presente nos municípios de Itapoá e São Francisco do Sul.**

Colônia de Pescadores Z-1 (Itapoá)
Colônia de Pescadores Z-2 (São Francisco do Sul)
Federação dos Pescadores de Santa Catarina

Para finalizar, destaca-se a presença de algumas comunidades de pescadores tradicionais (caiçaras) no litoral estudado:

- Município de Itapoá - comunidades de Itapema do Norte, Barrado Sai, Figueira do Pontal e Pontal do Norte.
- Município de São Francisco do Sul - Estaleiro, Paulas, Prainha, Laranjeiras, Rociu Grande e Vila da Glória.

#### **II.5.3.14 - Caracterização da atividade pesqueira industrial**

A caracterização da atividade pesqueira industrial, apresentada nesse subitem, foi elaborada a partir de dados secundários e nesses termos não foi possível obter informações precisas sobre as variações sazonais existentes, principalmente, aquelas associadas aos períodos de safra e defeso dos principais recursos explorados.

A organização das informações apresentadas considerou os municípios integrantes da área de estudo do meio socioeconômico, assim como a faixa litorânea potencialmente ameaçada por derramamentos de óleo, identificadas a partir do estudo de modelagem do transporte e dispersão de óleo no mar, podendo afetar as áreas de pesca artesanal mencionadas anteriormente: município de Cananéia no estado de São Paulo; Guaraqueçaba, Paranaguá, Matinhos, Guaratuba, no estado do Paraná; Itapoá e São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina.

- **Sobre o pescador industrial**

No âmbito da pesca industrial empresarial, a empresa é proprietária das embarcações e dos petrechos de pesca e frequentemente está organizada em diversos setores, integrando as diferentes etapas de captura, beneficiamento e comercialização do pescado. As embarcações dessas empresas são mecanizadas não só para deslocamento, mas também para o desenvolvimento das etapas de pesca, como o lançamento e recolhimento das redes; e, ainda, dispõem de equipamentos que localizam os cardumes e auxiliam na navegação.

Essa pesca pode ocorrer tanto em áreas longínquas como também na faixa costeira. As principais artes de pesca empregadas são: arrasto parelha (simples e duplo), emalhe (superfície e fundo), cerco, vara e isca viva, garatejas automáticas, linha de mão e armadilha (CRUVINE & SANTOS, 2013).

O pescador profissional industrial é o que tem vínculo empregatício e exerce sua atividade em embarcações pesqueiras de armadores de pesca ou de indústrias. Nesse contexto, os pescadores industriais são empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Segundo Vianna (2009) “na pesca industrial os contratos de trabalho são divididos em vínculo empregatício e contrato de parceria. O vínculo empregatício é firmado entre armadores/indústria com funcionários de terra, denominados encarregados, que são responsáveis pelo apoio logístico de suprimentos para a embarcação, pela formação de equipe de trabalho e pelo acompanhamento da descarga, manutenção, higienização, abastecimento e despacho da embarcação. O contrato de parceria é firmado principalmente com a tripulação embarcada, sempre de maneira complementar à anotação da Carteira de Trabalho e da Previdência Social - CTPS, respeitando todos os direitos decorrentes”.

Os pescadores participam com sua força de trabalho, conhecimento e experiência e não têm participação na administração das despesas de armação da embarcação, salvo em algumas exceções concedidas ao patrão-de-pesca (mestre da embarcação) ou ao cozinheiro para a compra do rancho, montagem de equipamento e escolha de alguns fornecedores.

Embora esses pescadores tenham acesso aos direitos decorrentes da CTPS, ocorrem limitações para que tenham acesso ao seguro desemprego. Isso porque o intervalo entre os períodos de defeso, mesmo que de um ano para outro, geralmente são inferiores aos 12 meses de contribuição previdenciária. De acordo Vianna (2009) “Se, por exemplo, o trabalhador da pesca de arrasto direcionada ao camarão rosa for demitido a cada período de defeso, ele terá sua carteira assinada somente por oito meses ao longo de um ano, fato que compromete o tempo de serviço/contribuições para fins da sua aposentaria”.

- **Período de defeso**

O **Quadro II.5.3.14-1** apresenta o período de defeso vigente para as espécies marinhas e estuarinas no Sudoeste e Sul do Brasil.

**Quadro II.5.3.14-1 -** *Períodos de defesos vigentes para as espécies Marinhas e estuarinas no Sudeste e Sul do Brasil.*

Espécies	Período de defeso	Abrangência	Normas	Nº	Data de publicação
Todas	Período reprodutivo	Nacional	Lei	7.679	1988/nov./23
Anchova	1/out a 31/mar	RS,SC,PR	P.IBAMA	127-N	1994/nov/18
Bagre rosado	1/jan a 1/mar	RS,SC,PR,SP	P.SUDEPE	N-42	1984/out/18
Bagre	1/dez a 28/fev	Lagoa dos Patos (RS)	IN MMA/SEAP	3	2004/fev/09
Camarão sete-barbas	15 dez a 31/mar	Bacia do rio Tramandaí (RS)	IN MMA	17	2004/out/17
Camarão branco	1 /mar a 31/mai	SE/S	IN IBAMA	189	2008/set/23
Camarão –rosa					
Camarão barba-ruça					
Camarão –rosa	1/jun a 1/jan/	Lagoa dos Patos (RS)	IN MMA/SEAP	3	2004/fev/09
Camarão –rosa/ Camarão branco	15/jul a 15/nov	Área do Complexo Lagunar (SC)	IN IBAMA	182	2008/jul/11
Camarão –rosa	1/nov a 31/jan	Baía da Bibitonga (SC)	P. IBAMA	70	2003/nov/30
Camarão branco					
Camarão (todas as espécies)	15/dez a 15/fev	Baías do PR	P. IBAMA	133-N	1994/dez/8
Caranguejo-uça	1/out a 30/nov 1/ dez a 31/dez	SE/S	P. IBAMA	52	2003/set/30
Caranguejo - Guaiamum	1/out a 31/mar	SE/S	P. IBAMA	53	2003/set/30

Espécies	Período de defeso	Abrangência	Normas	Nº	Data de publicação
Cherne-Poveiro	5/out/2005 a 6/out/2015	NACIONAL	IM MMA	37	2005/out/6
Corvina	1//mar a 31/set	Lagoa dos Patos (RS)	IN/MMA/SEAP	3	2004/fev/09
Manjuba	15/abr a 15/mai 1/jul a 31/dez	Rio Doce e Aguas interiores (ES)	P. IBAMA /SUPES- ES	1	1998/jan/14
Mero	23/set/2007 a 23/set/2012	NACIONAL	P. IBAMA	42	2007/set/19
Mexilhão	1/set a 31/dez	SE/S	P. IBAMA	105	2006/jul//20
Ostra	18/dez a 18/fev	SP, PR	P. SUDEPE	40-N	1986/dez/15
Robalo Branco, Camurim, Barriga Mole	15/mai a 31/jul	ES,BA	P. IBAMA	49-N	,1992/mai/13
Sardinha Verdadeira	06//jul/2009 a 25/ago/2009	RJ,SP,PR,SC	IN IBAMA	128	2006/out/26
Tainha	1/jun a 31/set	Lagoa dos Patos (RS)	IN MMA/SEAP	3	2004/fev/09
Tainha	01 jan a 14/mai	SE/SI	IN IBAMA	171	2008/mar/09

Fonte: Vianna, Marcelo (Org.) Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa - Rio de Janeiro: FAERJ : SEBRAE-RJ, 2009.

**a) Área de estudo considerando a movimentação de embarcações** (rotas, manobras, fundeio, dentre outras) nas diferentes fases do empreendimento (estados do Rio de Janeiro e São Paulo).

- **Estado do Rio de Janeiro**

Segundo Viana (2009), durante várias décadas o Estado do Rio de Janeiro foi o principal polo pesqueiro industrial do Brasil, “desembarcando inicialmente as baleias e, a partir dos anos de 1970, camarões e sardinhas. O Entrepasto Público da Praça XV teve um papel importante nesse contexto, concentrando o desembarque e a primeira comercialização. Quanto à produção pesqueira recente (2009), o Estado do Rio de Janeiro faz jus à terceira maior costa marinha do Brasil. O desembarque de pesca fluminense apresenta uma receita anual de cerca de 180 milhões de reais, na primeira comercialização, e corresponde ao terceiro Estado brasileiro em produção de pescado e o primeiro da região Sudeste, com destaque para a pesca industrial, que corresponde a cerca de 75% da produção estadual. A captura pesqueira nos últimos anos está estável, tendo

até um pequeno aumento, sendo baseada em pescados pelágicos, tais como a sardinha-verdadeira e o bonitolistrado”.

Uma avaliação tecnológica da frota e de petrechos de pesca fluminenses, segundo o autor citado, mostra que a atividade está centrada em materiais e tecnologias antigas. A frota atuante é antiga, majoritariamente proveniente de construções realizadas nos planos de desenvolvimento da pesca dos anos de 1970; não ocorreu no Estado a modernização da frota e a tecnologia presente na pesca hoje, ainda é herança dos imigrantes portugueses e espanhóis trouxeram.

Nesse contexto, tem-se que a infraestrutura de apoio em terra que dá suporte à pesca industrial, de certo modo também está obsoleta; apesar dos principais pontos de desembarque pesqueiros do Estado terem associado uma série de serviços que atendem a atividade pesqueira; a esmagadora maioria decorre da iniciativa pessoal de pequenos empresários e profissionais autônomos, muitos dos quais na informalidade. Até recentemente a presença do poder público não se fazia notar e nos últimos anos sua presença tem ocorrido de forma tímida através do MPA. Segundo Viana (2009) esse quadro se complica quando se analisa a legislação que regulamenta o setor onde se tem um excesso de normativas, que dificultam tanto o usuário a se manter atualizado quanto o Estado a efetivamente fazer cumprir essas regulamentações - *“o exagero no número de normas não representa eficiência, ao contrário existem regras sobrepostas, contraditórias e que quando publicadas não revogam a vigência das anteriores”*.

A despeito das dificuldades e atrasos, a produção pesqueira do estado do Rio de Janeiro é ainda uma das principais do Brasil e a primeira na região Sudeste. O comportamento dos desembarques nas últimas décadas indica certa estabilidade do setor, com ligeira tendência de incremento: “no entanto, estas pescarias são tradicionais, realizadas sobre espécies costeiras que, em sua maioria, apresentam-se plenamente exploradas ou em situação de sobrepesca. Desta forma, não são esperados incrementos importantes na produção a curto ou médio prazo”.

Segundo Viana (2009), o Rio de Janeiro importa pescados para suprir a oferta primária e outros Estados, como Santa Catarina, traçaram caminho inverso, com aumento, no período, nos mesmos quesitos da economia formal onde o Rio de Janeiro teve perda. Apesar de o panorama econômico histórico ser



desfavorável, o mercado consumidor fluminense parece ser promissor para a atividade pesqueira industrial. Diferente da média nacional, quem consome pescado no Estado são as classes mais abastadas, à procura de um alimento saudável e pouco calórico. O Rio de Janeiro tem, se não a maior, uma das maiores demandas *per capita* de pescado do Brasil, o consumo de pescado fluminense é preferencialmente direcionado ao pescado de origem marinha extrativista. A exportação de pescado do Estado é basicamente feita por transporte aéreo e é essencialmente de peixes frescos ou resfriados, com maior valor agregado.

Para a caracterização da pesca industrial no estado do Rio de Janeiro não se obteve informações sobre os pontos de desembarque da pesca industrial e sobre o detalhamento da frota para esta categoria, dispondo-se apenas de informações gerais para esses temas que serão aqui apresentadas. A **Tabela II.5.3.14-1** apresenta as principais categorias de pescado desembarcado nos portos do Rio de Janeiro entre os anos de 2002 e 2006.

**Tabela II.5.3.14-1 - Principais categorias de pescado desembarcadas pela frota industrial nos portos pesqueiros do Rio de Janeiro - 2002 a 2006.**

<b>Categoria de pescado</b>	<b>Tonelada</b>	<b>%</b>
Sardinhas	87.102	28
Bonito-listrado	25.680	8
Peroá	23.162	8
Corvina	16.688	5
Cavalinha	12.306	4
Xerelete	11.432	4
Dourado	9.252	3
Albacora -laje	8.452	3
Tainha	7.082	2
Peixe - sapo	6.648	2
Outras categorias	100.130	33
<b>Total</b>	<b>307.934</b>	<b>100</b>

Fonte: Vianna (2009).

A pesca industrial responde por 75% da produção pesqueira do estado do Rio de Janeiro, segundo as estatísticas dos órgãos oficiais (SEAP/PR, 2006; IBAMA, 2008).

Segundo Viana (2009), a economia pesqueira formal fluminense, sofreu uma grande redução no número de empresas, empregos, valores de exportação e recursos num intervalo de 10 anos. Essa queda reflete os erros das políticas públicas passadas, desenvolvimentistas, que superdimensionaram o segmento industrial da pesca fluminense sem se preocupar com a matéria-prima (o pescado) nem com o mercado consumidor.

É importante considerar que muito provavelmente a pesca profissional de pequena escala e baixa mobilidade, considerada artesanal, é subdimensionada em decorrência das dificuldades no monitoramento de seus desembarques, frequentemente dispersos ao longo da costa. A **Tabela II.5.3.14-2** apresenta a produção pesqueira das principais espécies desembarcadas pelas frotas fluminenses (2002 a 2006).

**Tabela II.5.3.14-2 - Produção pesqueira das principais espécies desembarcadas pelas frotas industriais fluminenses - 2002 a 2006.**

<b>Categoria de Pescado</b>	<b>2002 (t)</b>	<b>2003 (t)</b>	<b>2004 (t)</b>	<b>2005 (t)</b>	<b>2006 (t)</b>	<b>Total (%)</b>	<b>Aparelhos de pesca</b>
Sardinha verdadeira	4089	2595	16657	11999	10417	26	Cerco
Sardinha boca torta	8111	4830	5734	5599	6113	12	Cerco
Bonito-listrado	4614	4747	4968	4976	5598	10	Vara e isca viva
Corvina	2360	2649	2437	2418	2882	5	Arrasto, emalhe e cerco
Cavalinha	3062	2065	2362	1988	2484	5	Cerco
Xerelete	1903	2297	1858	1866	2052	4	Cerco
Albacora-laje	1403	1547	1624	1630	2004	4	Vara, isca viva e espinhel
Sardinha-laje	1402	1303	1402	1398	1467	3	Cerco
Peixe-sapo	1268	1320	1387	1382	1271	3	Arrasto, emalhe
Galo	770	1209	1018	1013	1114	2	Cerco, arrasto
Dourado	634	634	678	686	1403	2	Espinhel de superfície
Pargo-rosa	709	710	703	706	786	1	Arrasto, espinhel, linha de fundo e armadilha
Trilha	621	631	652	658	711	1	Arrasto
Enchova	614	580	601	610	628	1	Cerco, linha de anzol e emalhe
Savelha	510	540	594	594	535	1	Cerco
Camarão rosa	174	173	202	206	209	0	Arrasto

Categoria de Pescado	2002 (t)	2003 (t)	2004 (t)	2005 (t)	2006 (t)	Total (%)	Aparelhos de pesca
Mistura	1263	1287	1499	1503	1353	2	-
Outras espécies	7249	7899	8049	8184	8937	18	-
<b>Total industrial</b>	<b>40756</b>	<b>37016</b>	<b>52425</b>	<b>47416</b>	<b>49964</b>	<b>100</b>	
<b>Total estadual</b>	<b>56699</b>	<b>52166</b>	<b>68429</b>	<b>63716</b>	<b>66939</b>		

\*As modalidades de pesca que utilizam redes de arrasto de portas captura uma grande diversidade de espécies de peixes e de espécimes de pequeno tamanho e baixo ou nenhum valor comercial, que em sua maior parte são descartados ainda no mar, ou aproveitados agrupados na categoria mistura.

Fonte: Vianna (2009).



Coordenador da Equipe



Técnico Responsável

EIA  
PBS4HR09

Revisão 00  
10/2013

O detalhamento dos principais aparelhos de pesca utilizados pela frota industrial pode ser observado nos seguintes termos:

**Pesca com rede de cerco**, também denominada de pesca com traineira, modalidade tradicional nas regiões Sudeste e Sul desde a década de 1940. Possui características marcadamente industriais e direciona suas capturas para pequenas espécies pelágicas, em especial a sardinha verdadeira. Contudo, tem-se observado que devido ao estado crítico do estoque deste recurso e a consequente queda de produção nas últimas décadas (CERGOLE, *et al.*, 2005), a frota de cerco foi obrigada a diversificar suas capturas.

Assim, desde a década de 1990 os desembarques das espécies pelágicas vêm apresentando significativa variação. Uma das mudanças observadas refere-se à presença de peixes como a tainha, a anchova, a savelha e o peixe-galo, que passaram a ser desembarcados com frequência por essa frota (VALENTINI & PEZZUTO, 2006), além de peixes demersais, como a corvina, que também já foram alvo de suas capturas.

Segundo Vianna (2009), a pesca industrial de arrasto de fundo do estado do Rio de Janeiro atua na captura de camarões (principalmente o rosa), de peixes demersais (corvina e outros cianídeos, linguado e peixe-sapo, *Lophius gastrophysus*), além de lula (*Loligo spp.*) e do polvo (*Octopus vulgaris*).

A pesca do camarão-rosa é realizada em áreas oceânicas, pela frota arrasteira industrial (VALENTINI, 2005). No Rio de Janeiro, a produção da espécie tem-se mantido ao redor de 330 ton anuais, sendo a pesca industrial responsável por aproximadamente 58% deste valor (VIANNA, 2009).

Outro fato importante de se registrar é que, no final da década de 90 do século passado, cerca de 43% das embarcações arrasteiras da frota industrial fluminense direcionavam suas capturas para peixes (TOMÁS & CORDEIRO, 2007), situação que sugere a tendência à diversificação das capturas que se acentuou nos anos seguintes (VALENTINI & PEZZUTO, 2006,).

Vianna (2009) destaca que as principais espécies costeiras capturadas pelos arrasteiros estão todas completamente exploradas ou em estado de sobrepesca. Algumas espécies de plataforma externa e talude, como a merluza (*Merluccius*

hubbsi), a abrótea-de-profundidade e o peixe-sapo, apresentam potencial pesqueiro limitado e já têm sido alvo de intensa captura (CERGOLE, et al., 2005.)

Outra observação importante feita pelo autor refere-se à capacidade de adaptação das frotas pesqueiras para a exploração de novos recursos, tais como o peixe-sapo. Essa espécie era normalmente capturada em operações de arrasto; porém, como não tinha valor comercial, era descartada ainda a bordo. Contudo, com o início das exportações da espécie, esse quadro se modificou e os desembarques cresceram de 793 t em 1999, para 7.094 t em 2001.

**Pesca com vara e isca-viva** - voltada para o bonito-listrado, esta modalidade foi iniciada em 1979, no Rio de Janeiro, e em 1981 em Santa Catarina. Nesse ano também começaram as pescarias realizadas por atuneiros japoneses arrendados. Essa pesca, desde o início, foi considerada de alta rentabilidade. Sua frota doméstica se expandiu rapidamente, passando de 7 embarcações, em 1979, para 97 em 1982. No ano 2000 havia 39 embarcações em operação (LIN, 2005).

A espécie bonito-listrado é uma das poucas em que não se observa indícios de sobreexploração. Outras espécies capturadas com vara e isca-viva são o bonito-cachorro (*Auxis thazard*), o bonito-pintado (*Euthynnus alletteratus*) e a albacora-laje (*Thunnus albacares*). A expansão desta pescaria depende muito da diminuição da relação custo/benefício e da solução do problema de obtenção da isca-viva (juvenis de sardinha-verdadeira) (LIN, 2005; ANDRADE, 2006).

Outras espécies capturadas através dessa modalidade são os peixes demersais como o cherne-verdadeiro, o peixe-batata, o namorado, o pargo rosa, o olho-de-cão (*Priacanthus arenatus*) e outras espécies de fundos rochosos. Com a introdução do espinhel com cabo e aço (1990), houve um aumento excessivo do esforço pesqueiro e o comprometimento de seus estoques nas regiões Sudeste e Sul do país (ÁVILA-DA-SILVA & TUTUI, 2001; ÁVILA-DA-SILVA & ARANTES, 2007).

O estado do Rio de Janeiro é o maior produtor deste grupo de espécies. Sua produção agrupada de cherne, peixe-batata e namorado tem variado entre 1000 e 1500 t/ano, o que corresponde a 75% do total do Sudeste-Sul brasileiro. A pesca industrial responde por 90% da produção do peixe-batata e por 60 a 70% da de cherne-verdadeiro e namorado (VIANNA, *op.cit.*).

Para finalizar tem-se a pesca do pargo rosa pela frota industrial, espécie de significativo valor econômico, que também tem se mantido estável em cerca de 720 t/ano. Este montante corresponde a 60% da produção da espécie no Estado.

**Pesca com rede de emalhe** (ou malhadeira) - modalidade que se caracteriza pela diversidade e pode estar associada com o espinhel e o arrasto. No Rio de Janeiro, alguns recursos importantes capturados com este petrecho são a tainha, o espada, a sororoca, a corvina e outros cianídeos como os goetes, as pescadas e a betara.

A pesca do peixe-sapo deve, preferencialmente, ser realizada com a utilização de um tipo específico de rede-de-emalhe, por embarcações devidamente licenciadas. As redes-de-emalhe de superfície capturam enchova, bonitos e cações diversos. O espinhel-de-superfície, também utilizado em outros lugares na pesca de atuns, é utilizado sazonalmente no litoral fluminense para a captura do dourado, que têm mostrado tendência de aumento (VIANNA, 2009).

- **Estado de São Paulo**

As principais categorias de pescado desembarcado nos portos de São Paulo entre 2002 e 2006 são a sardinha verdadeira e a corvina, conforme se pode observar na **Tabela II.5.3.14-3**.

**Tabela II.5.3.14-3 - Principais categorias de pescado desembarcadas nos portos pesqueiros do estado de São Paulo - 2002 a 2006.**

<b>Categoria de pescado</b>	<b>Tonelada</b>	<b>%</b>
Sardinha- Verdadeira	32.363	23
Corvina	22.420	16
Camarão sete-barbas	7.966	6
Goete	6.340	5
Caranguejo de profundidade	5.600	4
Manjuba	4.942	4
Papa terra	4.559	3
Cação	4.350	3
Pescadinha real	2.948	2
Tainha	2.484	2
Outras categorias	44.346	32
<b>Total</b>	<b>138.318</b>	<b>100</b>

Fonte: Vianna (2009).

Conforme observado na **Tabela II.5.3.14-3** acima, as principais espécies capturadas são a Sardinha Verdadeira (23%) e a Corvina (16%). Ao cruzar esta informação com a **Tabela II.5.3.14-1**, que estabelece o período de Defeso para cada espécie, percebe-se que o período entre 6 de julho e 25 de agosto é o mais restritivo para os pescadores, visto que, esses não podem capturar nenhuma das duas espécies de maior volume da região. Vale ressaltar que o período de Defeso da Corvina vai do dia 1º de março a 31 de setembro e da Sardinha Verdadeira vai do dia 6 de julho a 25 de agosto.

A pesca industrial oceânica do estado de São Paulo é realizada por quatro frotas: espinhel de superfície, espinhel de fundo, emalhe de fundo e armadilhas de fundo. Em contrapartida, a atividade industrial atuante na zona costeira utiliza como petrechos de pesca: arrasto-de-portas médios e pequenos, parelhas médias, emalhe e cerco, sendo operados com base em Santos e Guarujá. Os municípios paulistas integrantes da área de estudo possuem características específicas, detalhadas a seguir:

**Ubatuba** possui 13 pontos de desembarque. O maior desses pontos, a Barra dos Pescadores, congrega apenas a frota de média escala composta por arrasteiros (arrasto-duplo-pequeno e arrasto-simples pequeno), com comércio direto com as peixarias locais. Aqui os principais recursos são o camarão-sete-barbas, a corvina e a lula. O Cais do Alemão, que possui melhor infraestrutura (gelo, água e combustível), recebe embarcações de maior porte das frotas de emalhe (corvina e pescadas), espinhel (batata e dourado) e de arrasto-duplo-médio (camarão-rosa); juntamente com o Saco da Ribeira, onde desembarca a frota industrial - traineiras (cerco de sardinha), emalhe e arrasteiros. Essa frota, juntamente com a frota de espinhel do Cais do Alemão, está habilitada para atuar em grandes profundidades (até 500 m).

Em **Caraguatatuba**, mais de 70% dos desembarques no município refere-se à pesca artesanal.

**São Sebastião** possui mais de 20 pontos de desembarque pesqueiro que empregam diversas artes de pesca; porém, a presença da frota industrial é pouco significativa.



Em **Ilhabela**, a atividade pesqueira é bastante diversificada, seus 17 pontos de desembarque atendem basicamente à frota da pesca artesanal. Aqui a pesca não ultrapassa 100 m de profundidade (pesca de linha).

Em **Bertioga**, a frota de pesca é constituída por 86 embarcações de pequeno a médio porte (até 15 m de comprimento e de 15 AB), com cascos de madeira (mais de 90%) e, em sua maior parte (mais de 80%) operando com arrasto. Os dados disponíveis não permitem identificar dentre as embarcações de médio porte aquelas que compõem a frota industrial.

O município de **Guarujá** reúne, juntamente com o município de Santos, a maior parcela da frota pesqueira industrial. Em **Santos**, os desembarques da pesca industrial ocorrem no Terminal Pesqueiro Público. Para efeito de controle da produção pesqueira, o Instituto de Pesca contabiliza a produção juntamente com a do município do Guarujá, devido à ocorrência de descargas de pescado parceladas em ambos os municípios. Considerando Santos/Guarujá, o maior percentual nos desembarques é da frota de cerco, variando entre 25,4% (em 2003) até quase 55% (em 1998, 2006 e 2007), seguida pelas frotas de arrasto de parelha (para peixes demersais) e de arrasto-de-porta médio (camarão-rosa e peixes demersais).

Nos municípios de **São Vicente, Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém**, as atividades pesqueiras profissionais desses municípios são essencialmente artesanais. Para o município de **Peruíbe** não foram identificados evidências de pesca industrial.

Como mencionado anteriormente, os municípios de Santos e Guarujá concentram no território paulista da área de estudo a atividade pesqueira industrial. Estudo de Monitoramento realizado pelo Instituto da Pesca (*op.cit.*) no período entre outubro de 2012 e março de 2013 confirmou que esses municípios constituem o maior complexo portuário da América Latina e o maior porto pesqueiro do estado de São Paulo.

Com relação à pesca industrial, esse mesmo estudo registrou que a frota pesqueira de Santos e Guarujá é bastante diversificada, com embarcações que empregavam pelo menos 13 aparelhos de pesca, utilizados de maneira solo ou consorciada, totalizando 15 diferentes modalidades de pesca.

A **Tabela II.5.3.14-4** oferece um panorama da pesca industrial nesses municípios segundo as diferentes modalidades.

**Tabela II.5.3.14-4 - Modalidades de Pesca - Santos e Guarujá - 2013.**

Modalidade de Pesca	Nº de embarcações	Nº Descargas de pescado	Volume de captura (t)
Arrasto-duplo-pequeno	205	5.240	1.897,2
Redes de cerco	50	319	9.827,7
Redes de emalhe	48	2.061	732,1 t
Arrasto-duplo-médio	46	305	1.777,4 t
Espinhéis de potes abertos	-	-	612,3 t
Arrasto de parelha	-	-	3.295,7 t (17,9 %)

Fonte: Instituto de Pesca, 2013.

A maior captura descarregada em Santos e Guarujá no período citado foi proveniente de 319 descargas realizadas pelas embarcações armadas com redes de cerco, voltadas à captura de sardinhas e outros peixes pelágicos. Em seguida, vieram três diferentes modalidades que utilizam redes de arrasto: o arrasto de parelha, dirigido à captura de peixes demersais; o arrasto-duplo-pequeno, dirigido às espécies de camarão-sete-barbas e ao camarão-branco (ou legítimo), e o arrasto-duplo-médio, voltado à captura das espécies de camarão-rosa e fauna acompanhante.

Na quinta posição, foi registrada a pesca realizada por embarcações armadas com redes de emalhe, seguida pelas que operam com espinhéis de potes abertos para a captura de polvo. A captura realizada pelas embarcações armadas com estes 6 aparelhos de pesca representaram 98,5 % do total registrado nos dois municípios.

A **Tabela II.5.3.14-5** apresenta as três espécies que respondem por 62,7 % da produção dos dois municípios:

**Tabela II.5.3.14-5 - Espécies mais capturadas em Santos e Guarujá.**

Espécies	Volume de captura (t)
Sardinha-verdadeira <sup>52</sup>	8.609,5
Camarão-sete-barbas	1.766,9
Corvina <sup>53</sup>	1.163,7

Fonte: Instituto de Pesca, 2013.

Os pontos de descarga de pescado dos dois municípios que atendem a frota industrial são: Porto de Santos, em Santos e Rio do Meio, no Guarujá. Porto de Santos é a denominação adotada para a localidade que agrupa as principais empresas de pesca do estado de São Paulo, sediadas no Rio Santo Amaro, no Guarujá, mais o Terminal Público Pesqueiro de Santos - TPPS e a Cooperativa Mista de Pesca Nipo-Brasileira, ambas localizadas no canal de acesso ao Porto de Santos. Essas localidades recebem principalmente a produção da frota de porte industrial sediada no Estado, além de embarcações provenientes de outros estados, como Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Segundo o documento do Instituto de Pesca (2013), no período de outubro de 2012 a março de 2013, 145 unidades produtivas realizaram 699 descargas de pescado, que renderam 10.599,5 t de pescado, representando 93,6 % da captura descarregada em Santos e Guarujá. Essa produção gerou uma receita bruta estimada de primeira comercialização de R\$ 35,7 milhões.

A atividade pesqueira na localidade Porto de Santos representou, no estado de São Paulo, 13,4 % das unidades produtivas, 5,1 % das descargas de pescado, 82,3 % da captura descarregada e 70,1 % da receita bruta estimada de primeira comercialização. A captura descarregada no Porto de Santos representou 33,3 % da captura registrada para os dez municípios (Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Bertioga, Santos, Guarujá e São Vicente) monitorados na área de influência do empreendimento de Mexilhão, a 11,2 % das unidades produtivas, a 4,5 % das descargas de pescado e a 36,3 %

<sup>52</sup> descarregada em apenas nove meses ao longo do intervalo estudado, devido aos períodos de defeso distribuídos ao longo do ano.

<sup>53</sup> capturada todo o ano por pelo menos 11 entre as 15 modalidades de pesca praticadas.

da receita bruta estimada de primeira comercialização (PETROBRAS/FUNDEPAG, 2013).

As 145 unidades produtivas que se utilizaram dos pontos de descarga de pescado do Porto de Santos entre outubro de 2012 e março de 2013 empregaram 11 aparelhos de pesca. Destas embarcações, pelo menos 11 alternaram o emprego de, no mínimo, dois aparelhos de pesca.

A **Tabela II.5.3.14-6** apresenta um panorama da atuação das embarcações que operaram com estes os seis principais aparelhos de pesca e realizaram 97,6 % do total de descargas da localidade.

**Tabela II.5.3.14-6** - Monitoramento dos Portos de Santos e Rio do Meio - modalidades de pesca e volume de captura.

Modalidade de Pesca	Nº de embarcações	Nº Descargas de pescado	Volume de captura (t)
Redes de cerco	50	237	7.325,1 t
Redes de emalhe	17	85	303,5
Arrasto-duplo-médio	44	150	686,5 t
Covos para polvos	13	89	329,9
Arrasto de parelha	-	70	1.763,0 t
Arrasto-duplo-pequeno	24	51	-

Fonte: Instituto de Pesca, 2013.

De acordo com a tabela acima, as capturas descarregadas pelas embarcações operando com os cinco primeiros aparelhos de pesca compuseram 98,2 % da produção total da localidade no período.

A frota de traineiras registrou a maior receita bruta estimada de primeira comercialização no período, com 40,0 % (R\$ 14,3 milhões) do total. A seguir, vieram as embarcações de arrasto-duplo-médio, com 19,5 % (R\$ 7,0 milhões), as parelhas, com 17,4 % (R\$ 6,2 milhões), as embarcações de covos para polvos, com 14,1 % (R\$ 5,0 milhões) e as embarcações de emalhe, com 4,1 % (R\$ 1.5 milhões) do total. A receita bruta estimada de primeira comercialização auferida pelas embarcações operando com estes cinco aparelhos de pesca somou 95,1 % da receita total da localidade no período.

As unidades produtivas que descarregam na localidade Porto de Santos capturaram pescados pertencentes a 105 diferentes categorias nesse período,

sendo 94,5 % peixes (10.016,9 t), 1,8 % Crustáceos (187,0 t) e 3,7 % moluscos (395,6 t). A Sardinha-verdadeira foi o recurso de maior produção, com 6.894,0 t, representando 65,0 % da produção total. Outros recursos importantes na sequência foram a corvina (533,7 t; 5,0 %), o goete (531,0 t; 5,0 %), o polvo (335,6 t; 3,2 %). Essas cinco categorias compuseram 80,3 % da produção total. Entre as 10 categorias de pescado mais importantes (86,9 % do total), estão as espécies alvo da pesca de parelha, como a pescada-foguete (171,2 t; 1,6 %) e do arrasto-duplo-médio, como o camarão-rosa (149,1 t; 1,4 %), o crustáceo mais descarregado nessa localidade, na 8ª posição.

A frota que utiliza os diversos pontos de descarga de pescado da localidade Porto de Santos é bastante heterogênea. Compõe-se de embarcações de pequeno, médio e grande porte. Estas duas últimas possuem autonomia suficiente para explorar locais de pesca numa extensa área que vai do Cabo de São Tomé (norte do estado do Rio de Janeiro) ao Cabo de Santa Marta Grande (Sul de Santa Catarina), desde águas costeiras até profundidades superiores a 2.000 m. A maior parte da atividade pesqueira, porém, concentrou-se desde a região ao largo da Ilha Grande/RJ até a região ao largo da Baía de Paranaguá/PR, em águas com até 200 m de profundidade.

A localidade Rio do Meio, no município do Guarujá, concentra os pontos de descarga de empresas de pesca que recebem e beneficiam o pescado proveniente de uma frota essencialmente dedicada à captura do camarão-sete-barbas, sendo uma atividade não exclusivamente industrial.

De outubro de 2012 a março de 2013 foram registradas 277 descargas na localidade, realizadas por 86 embarcações. Estas resultaram numa produção de 520,2 t de pescado, que representaram 0,4 % da descarga de pescado nos dois municípios em tela, e gerou uma receita bruta estimada de primeira comercialização de R\$ 342,1 mil. A atividade pesqueira registrada nesse período na localidade do Rio do Meio representou, no estado de São Paulo, 8,0 % das unidades produtivas, 2,0 % das descargas de pescado, 4,0 % da captura e 6,9 % da receita bruta estimada de primeira comercialização.

As duas modalidades de pesca que descarregaram pescado na localidade do Rio do Meio nesse período estão voltadas à captura de espécies de camarão: os

arrastos-duplos pequeno e médio. A primeira, mais importante, empregada por 86 embarcações, foi responsável por 99,3 % das descargas (275) e por 99,2 % do pescado descarregado (516,0 t). A captura descarregada rendeu uma receita bruta estimada de primeira comercialização de R\$ 3,5 milhões (99,3 %) e R\$ 25,4 mil (0,7 %), respectivamente.

A atividade pesqueira na localidade do Rio do Meio é extremamente influenciada pelas oscilações da captura do camarão-sete-barbas e, principalmente, pelos períodos de defeso. Os pontos de descarga de pescado do Rio do Meio praticamente suspendem as atividades durante o defeso, por trabalharem quase que exclusivamente com o beneficiamento do camarão-sete-barbas e camarão-branco (legítimo).

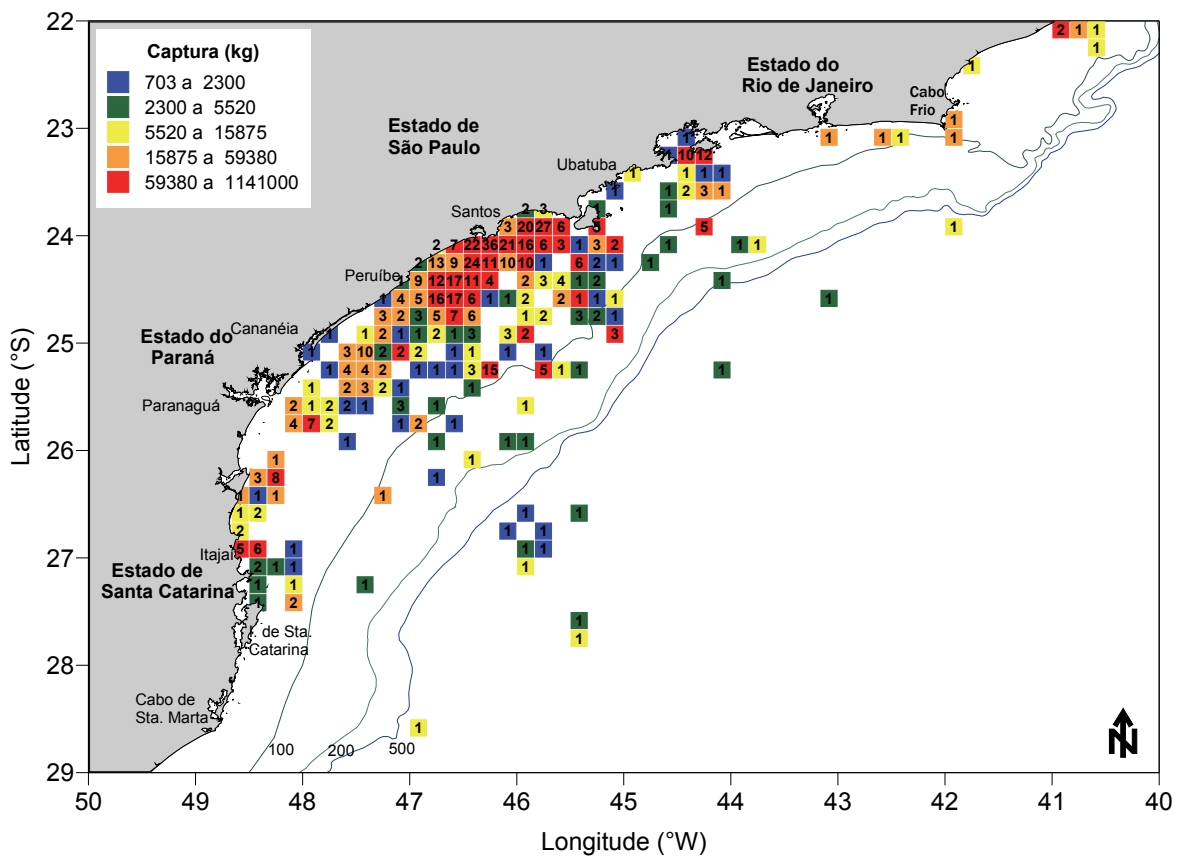
Durante o ano de 2013, a vigência do defeso dos camarões ocorreu no mês de março. A partir desse mês, não mais se registraram descargas de pescado na localidade. Assim, a média mensal de embarcações em atividade no Rio do Meio caiu de 39,6 para zero. Consequentemente, as médias mensais de descargas de pescado (55,4 t), de captura de pescado (104,0 t) e, finalmente, a média mensal da receita bruta estimada de primeira comercialização da localidade (R\$ 703,9 mil) foram calculadas utilizando apenas os dados de outubro de 2012 a fevereiro de 2013.

Os recursos descarregados no Rio do Meio pertencem a apenas 12 categorias de pescado, sendo 97,6 % Crustáceos (507,8 t), 2,4 % peixes (12,3 t) e o restante de moluscos (20,0 kg). O principal recurso descarregado na localidade foi o camarão-sete-barbas, que representou 94,3 % da produção total (490,4 t). Seguiram-se o camarão-branco (ou “legítimo”: 9,5 t; 1,8%), o camarão-santana (7,9 t; 1,5 %) e a maria-luísia (7,6 t; 1,5 %). Estas 4 categorias de pescado somaram 99,1 % da captura total e refletem o direcionamento da atividade pesqueira da localidade.

Entretanto, as modalidades de pesca que utilizam redes de arrasto de portas capturam uma grande diversidade de espécies de peixes e de espécimes de pequeno tamanho e baixo ou nenhum valor comercial, que em sua maior parte são descartados ainda no mar, ou aproveitados agrupados na categoria mistura. Nesse período, a frota sediada no Rio do Meio atuou desde a região ao largo da Ilha da Baleia, em São Sebastião, até ao largo da Barra de Iguape, em águas de

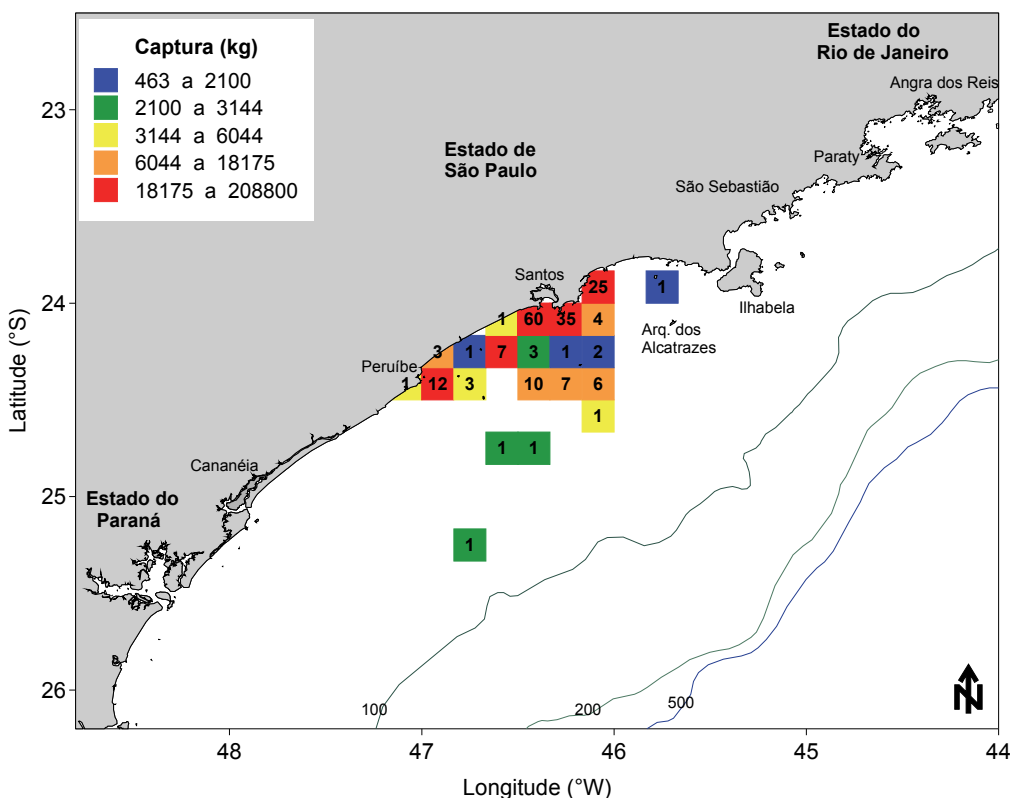
até 50 m de profundidade. A atividade mais intensa, no entanto, foi registrada entre a região ao largo da Praia do Indaiá, em Bertiooga até Peruíbe, em profundidades inferiores a 30 m.

A **Figura II.5.3.14-1** e a **Figura II.5.3.14-2** apresentam a distribuição do esforço pesqueiro e das capturas das frotas sediadas, respectivamente, nas localidades do Porto de Santos e Rio do Meio, nos municípios de Santos e Guarujá, respectivamente.



Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.14-1** - Mapa da distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Porto de Santos, nos municípios de Santos e Guarujá. O número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.



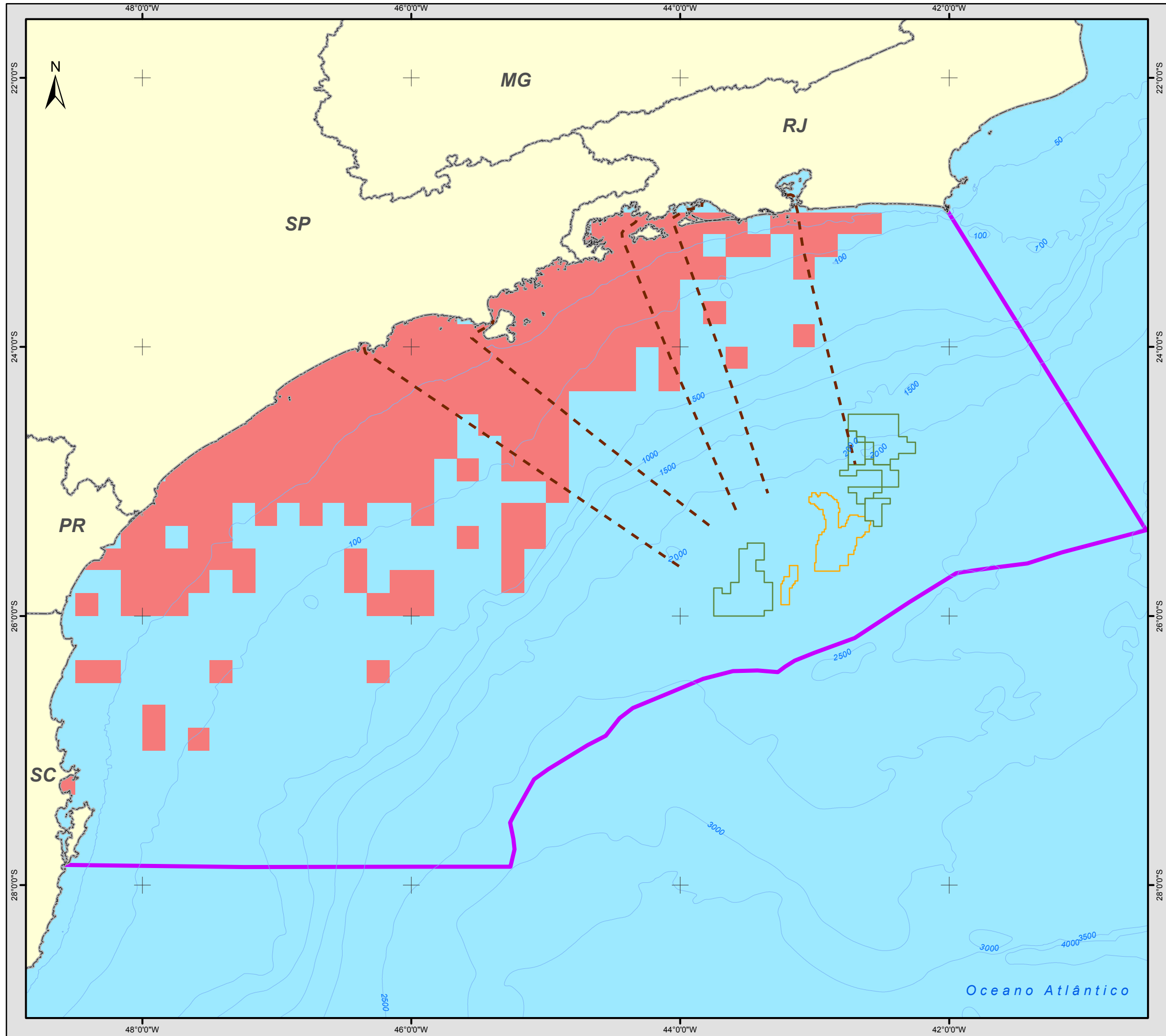
Fonte: Instituto de Pesca (2013).

**Figura II.5.3.14-2** - Mapa da distribuição do esforço pesqueiro e das capturas da frota sediada na localidade Rio do Meio, no Guarujá. O número no interior do bloco estatístico corresponde as Unidades Produtivas registradas em cada bloco.

A **Figura II.5.3.14-3** indica as áreas de pesca industrial dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Conforme mencionado no **item II.5.3.13 – Pesca Artesanal**, os dados utilizados para elaborar essa figura, foram extraídos dos monitoramentos de desembarque pesqueiro já realizados para a PETROBRAS, pelo Instituto de Pesca do Estado de São Paulo (INSTITUTO DE PESCA, 2010).





**Legenda Temática**

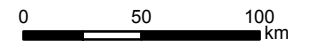
- Áreas de Pesca Industrial
- 
- Convenções do Mapa**
- Rota das embarcações de apoio
  - Blocos de Exploração - Etapa 2
  - Campos de Produção - Etapa 2
  - Bacia de Santos

**Convenções Cartográficas**

- Batimetria
- Limite Estadual

**Referências utilizadas:**

- Área de Pesca Industrial (Instituto de Pesca do Estado de São Paulo, 2010);
- Área da Bacia de Santos disponibilizada por Petrobras (2013);
- Blocos de Exploração e Campos de Produção (ANP, 2012);
- Unidades Federais (IBGE, 2005).



Projeção Geográfica  
Datum SIRGAS 2000



**EIA DA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO POLO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS - ETAPA 2**

**ÁREAS DE PESCA INDUSTRIAL**

Data:	Figura:	Escala:	Rev.
Outubro/2013	II.5.3.14-3	1:3.200.000	0



**b) Faixa litorânea** potencialmente ameaçada por derramamentos de óleo: município de Cananéia no estado de São Paulo; Guaraqueçaba, Paranaguá, Matinhos, Guaratuba, no estado do Paraná; Itapoá e São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina.

A ausência de estatísticas atualizadas sobre a pesca em geral dificulta o exercício de caracterização da modalidade industrial em algumas áreas. Soma-se a esse fato a constatação de que em alguns trechos do litoral estudado predomina a pesca artesanal, se considerado o número de pescadores e de embarcações, embora, considerando o volume de desembarque, a pesca industrial, dada suas características tecnológicas tenda ser mais significativa. Nesse contexto, é importante também considerar que apenas a condição de desembarque não está imediatamente associada à identificação local da frota e do pescador, uma vez que a frota industrial não necessariamente desembarca em seu local de origem.

Tendo em vista as questões mencionadas, pode-se estimar que no litoral dos estados de São Paulo e Paraná existe a predominância da pesca artesanal. Em Cananéia, por exemplo, no período entre 1995 e 2004, foram registrados 49.789 desembarques, dos quais apenas 12,1% corresponderam à frota pesqueira industrial (MENDONÇA, 2007). Segundo o autor, na pesca industrial os malheiros desembarcaram 50,3% e os arrasteiros 49,4%. Tendo em vista a produção total do município, coube à pesca industrial 70% do volume desembarcado.

Com relação ao litoral paranaense, segundo Andriguetto (2006), a atividade pesqueira possui pouca expressão no cenário da produção nacional, sendo considerada artesanal ou de pequena escala quando comparada à pesca dos demais Estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Segundo o autor, as pescarias oceânicas de atuns e afins concentram-se principalmente em locais próximos às áreas de alimentação e migração desses recursos, associadas ao fenômeno da convergência subtropical, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ou em áreas de agregação, provocada por atratores artificiais (plataformas de petróleo), para o caso das frotas de média escala do Espírito Santo.

No que se refere ao estado de Santa Catarina, informações de 2000 registraram que a produção da pesca industrial nesse ano chegou a 1 milhão de toneladas. Estudo realizado pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2010) disponibiliza os valores da produção pesqueira anual e mensal da pesca industrial

do Estado controlados em 2010, segundo modalidades, espécies e municípios. O referido estudo registra que no ano de 2010, a pesca industrial no estado de Santa Catarina foi responsável por uma produção total desembarcada igual a 113.925 t, o que corresponde a um decréscimo de 16,3% em relação a 2009.

Os municípios que apresentaram os maiores volumes desembarcados foram Itajaí e Navegantes, seguidos de Laguna, Porto Belo e Florianópolis, todos situados fora da área de interesse deste estudo. Itajaí e Navegantes juntos responderam por 81,8% da produção industrial do Estado, com totais de 63.473 t e 29.794 t.

A **Tabela II.5.3.14-7** apresenta a produção pesqueira desembarcada em Santa Catarina entre 1990 e 2010.

**Tabela II.5.3.14-7 - Produção pesqueira desembarcada em Santa Catarina entre 1990 e 2010. Valores em kg.**

Ano	Industrial	Artesanal	Total
1990	64.500.937	9.240.542	<b>73.741.479</b>
1991	80.867.401	6.015.215	<b>86.882.616</b>
1992	77.413.106	5.907.667	<b>83.320.773</b>
1993	97.694.440	8.298.148	<b>105.992.588</b>
1994	115.313.722	6.049.081	<b>121.362.803</b>
1995	75.182.059	7.958.804	<b>83.140.863</b>
1996	95.589.687	7.958.804	<b>103.548.491</b>
1997	118.278.634	9.045.396	<b>127.324.030</b>
1998	123.674.707	9.445.036	<b>133.119.743</b>
1999	76.523.182	3.533.135	<b>80.056.317</b>
2000	71.041.835	6.967.165	<b>78.009.000</b>
2001	110.618.720	7.537.500	<b>118.156.220</b>
2002	110.044.938	8.077.000	<b>118.121.938</b>
2003	106.891.891	8.687.500	<b>115.579.391</b>
2004	104.756.484	8.788.000	<b>113.544.484</b>
2005	106.382.407	9.259.500	<b>115.641.907</b>
2006	117.681.384	10.064.000	<b>127.745.384</b>
2007	138.034.040	10.969.000	<b>149.003.040</b>
2008	134.356.115	9.769.885	<b>144.126.000</b>
2009	136.189.336	12.717.664	<b>148.907.000</b>
2010	113.925.531		

Fonte: Dados de 1990 a 1998 obtidos em CEPSUL/IBAMA (2000), 1999 em CEPSUL/IBAMA; dados não publicados de 2000 a 2007 para a pesca artesanal, no IBAMA (DF). Dados de 2008 e 2009 obtidos MPA/IBGE (2010) apud UNIVALI (2010).

Diferentemente do que vinha ocorrendo em praticamente todos os anos da década de 2000, em 2010 os recursos pelágicos, aqueles capazes de viver em mar aberto, não suplantaram os demersais, aqueles que, apesar de possuir capacidade de natação ativa, necessitam do fundo do mar (arenoso ou rochoso) para sobreviver, os demersais em termos de volume desembarcado, tento somado 50.305 t, contra 55.786 t, respectivamente. Em relação a 2009, a produção industrial das espécies pelágicas sofreu um declínio de 27%, enquanto as demersais e as indeterminadas sofreram declínios de 0,2% e 31%, respectivamente (UNIVALI/CTTMar, 2010).

Conforme se pode observar, nos dados apresentados, os municípios integrantes da área de estudo em Santa Catarina (Itapoá e São Francisco do Sul) não figuram entre os mais relevantes do Estado para a atuação e produção da frota pesqueira industrial.

É importante destacar que na literatura pesquisada não foi possível se obter registros desses municípios com relação à pesca industrial: número de embarcações por frota, áreas de pesca, período de defeso, entre outras informações solicitadas no **Termo de Referência** orientador dos estudos apresentados.

#### II.5.3.15 - Identificação e caracterização de tombamentos

As informações aqui apresentadas decorrem de pesquisa realizada nos *sites* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, referente ao estado do Rio de Janeiro e, do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, referente ao estado de São Paulo. As ocorrências de tombamentos no âmbito municipal não foram registradas, dadas as dificuldades de coleta e precisão dessas informações.

Em função da localização do empreendimento em águas profundas, a cerca de 300 km da costa, e o número de trabalhadores (1769 durante a operação) não ser expressivo ao ponto de exercer pressão nas áreas legalmente protegidas ou

alterar aspectos culturais dos municípios, os Sítios do Patrimônio Histórico e Cultural, os Sítios do Patrimônio Mundial Natural, as Reservas da Biosfera e as referências de Patrimônio Histórico e Cultural, existentes nos municípios que integram a área de estudo do meio socioeconômico, não apresentam vulnerabilidade aos impactos decorrentes das atividades previstas no Projeto Etapa 2.

Nesses termos, apresenta-se o registro geral dos bens tombados de valor histórico cultural; as Reservas da Biosfera e os Sítios do Patrimônio Mundial Natural, tendo em vista a importância para a contextualização da área de estudo, no que se refere à sua identidade histórica e cultural, especialmente com relação aos registros dos espaços que remetem a presença dos povos tradicionais.

Inicialmente é importante destacar que incide sobre a área de estudo níveis diferenciados de tombamentos: os da UNESCO, os do IPHAN, e, em nível estadual, os do CONDEPHAAT, em São Paulo, e os do INEPAC, no estado do Rio de Janeiro.

#### ***o) Patrimônios reconhecidos pela UNESCO***

O reconhecimento e a certificação realizados pela UNESCO objetivam identificar e garantir a proteção e preservação do patrimônio cultural e natural avaliado como valioso para a humanidade. Nesse contexto, as definições de Patrimônio Cultural e Natural foram estabelecidas pela Conferência Geral da UNESCO, que preconiza conceitos e critérios a serem adotados por Estado-parte da Convenção. Em 1972, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural estabeleceu as seguintes delimitações para a identificação do Patrimônio Cultural:

- Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

No que se refere ao Patrimônio Natural, foram adotadas as seguintes definições (UNESCO, 1972):

- Os monumentos naturais, constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
- Os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas, detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Nesses termos, cada Estado-parte da Convenção da UNESCO reconhece que lhe compete identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território. Desse modo, cabe ao Estado-parte estabelecer esforços nesse sentido, tanto com recursos próprios como, se necessário, mediante assistência e cooperação internacional, à qual poderá recorrer, especialmente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico (UNESCO, 1972).

O Brasil é signatário da Convenção dos Sítios do Patrimônio da Humanidade desde 1977. Atualmente, no Brasil, há dezoito bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, todos considerados pelo seu excepcional e universal valor para a cultura da humanidade.

O Patrimônio Mundial pode ser classificado como Sítios do Patrimônio Mundial Natural ou Sítios do Patrimônio Mundial Cultural, o primeiro referente a proteção de áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da diversidade biológica e da paisagem. Neles, a proteção ao ambiente, o respeito à diversidade

cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial. Na área de estudo não se identificou a ocorrência de sítios do patrimônio mundial natural.

Com relação aos Sítios do Patrimônio Mundial Cultural, esses são considerados de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. A identificação e classificação do patrimônio enquanto tal pode ser compreendida nos seguintes termos:

- Patrimônio cultural mundial: composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico;
- Patrimônio cultural subaquático: engloba os vestígios de caráter cultural, histórico ou arqueológico da existência do homem, submersos há pelo menos 100 anos;
- Patrimônio natural mundial: significa as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal;

Patrimônio cultural intangível ou imaterial: entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Na área de estudo foi reconhecido como Sítio do Patrimônio Mundial Cultural a cidade do Rio de Janeiro. A capital carioca foi declarada Patrimônio Mundial, na categoria paisagem cultural urbana, no dia 01/07/2012. Foi a primeira cidade a ser incluída na lista, o que se deu a partir do conceito de paisagem cultural, criado pela UNESCO em 1992. Nesses termos, a paisagem da cidade foi demarcada tendo como referência o Pão de Açúcar, em um extremo e o Morro do Pico no outro, em Niterói, região da Baía de Guanabara.

Além dessa demarcação, a cidade foi reconhecida como patrimônio considerando outros marcos, tais como a estátua do Cristo Redentor, a Floresta da Tijuca, que abriga uma rica biodiversidade com espécies em risco de extinção e que foi nomeada Reserva Mundial da Biosfera, a Pedra da Gávea, o Jardim Botânico, e as praias de Copacabana e Ipanema.



Complementando tem-se ainda como instrumento de conservação ambiental as Reservas da Biosfera, espalhadas hoje por 110 países. A Reserva da Biosfera é um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica, o efeito estufa, entre outros. A Reserva privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas assim protegidas, e tem por objetivo promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta.

A área de estudo está toda inserida em território da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA que abrange uma área de cerca de 35 milhões de ha em 15 estados brasileiros: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A RBMA inclui também áreas marinhas na zona costeira e ilhas oceânicas, como Fernando de Noronha, Atol das Rocas e o Arquipélago São Pedro e São Paulo.

Em 1999 a RBMA foi declarada pela UNESCO e cobre 47% do Bioma Mata Atlântica, sendo que parte de sua área corresponde a áreas marinhas (16.000.000 ha).

A RBMA é a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta e abriga a área mais urbanizada e populosa do país, incluindo áreas de mais de 1000 dos 3400 municípios englobados pelo Domínio Mata Atlântica-DMA. Suas Zonas Núcleo correspondem a mais de 700 Unidades de Conservação de Proteção Integral, em cujas Zonas de Amortecimento vivem alguns milhares de pessoas, em grande parte comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, etc.) que representam uma grande riqueza sociocultural e grande diversidade étnica (RBMA, Anuário Mata Atlântica, 2012).

No âmbito dos patrimônios reconhecidos pela UNESCO destaca-se que parte da área de estudo está inserida na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, criada em 1993 e gerida pelo Instituto Florestal.

### **p) Tombamentos sob a responsabilidade do IPHAN**

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais, classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O tombamento é um instrumento legal de proteção de bens culturais, criado em 1937, que possibilitou ao Estado salvaguardar os bens móveis e imóveis considerados de interesse público em função de sua importância cultural ou natural. O tombamento pode ocorrer em três esferas: federal, estadual e municipal. O IPHAN, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, é responsável pela preservação dos bens que compõem o acervo patrimonial brasileiro.

Na área de estudo estão localizados alguns Sítios Urbanos Tombados: Angra dos Reis, Cabo Frio, Niterói, Paraty e Rio de Janeiro. Os sítios urbanos são bens patrimoniais autônomos que demandam instrumentos próprios de análise e critérios de intervenção adequados a essa especificidade. Estes bens não são obras de arte prontas e concluídas num determinado período, transpondo-lhe pura e simplesmente os procedimentos de restauração de edifícios; possuem natureza dinâmica e mutante típica das áreas urbanas. As cidades acima citadas constam do Inventário Nacional de Bens Imóveis - Inbi que apresenta os conjuntos de bens imóveis tombados pelo IPHAN em Sítios Urbanos.

O **Quadro II.5.3.15-1** e o **Quadro II.5.3.15-2** apresentam a listagem do Patrimônio Material protegido pelo IPHAN, para os municípios da área de estudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

**Quadro II.5.3.15-1 - Listagem dos patrimônios materiais tombados pelo IPHAN nos municípios da área de estudo, estado do Rio de Janeiro**

<b>Município de Angra dos Reis</b>	
Capela do Senhor do Bonfim	Nº Processo 0432-T-50 Livro Belas Artes Nº inscr.: 423; Vol. 1; F. 080; Data: 01/12/1954
Casa de Residência, Fazenda e Ilhote denominados Morcego	Nº Processo 0317-T-42 Livro Histórico Nº inscr.: 191; Vol. 1; F. 032; Data: 23/07/1942
Conjunto arquitetônico e paisagístico da localidade de Mambucaba	Nº Processo 0816-T-69 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 047; Vol. 1; F. 11; Data: 11/12/1969
Convento do Carmo, inclusive a área da antiga cerca conventual	Nº Processo 0344-T Livro Histórico Nº inscr.: 239; Vol. 1; F. 040; Data: 28/11/1944
Igreja de Nossa Senhora da Lapa da Boa Morte	Nº Processo 0432-T-50 Livro Belas Artes Nº inscr.: 421; Vol. 1; F. 080; Data: 01/12/1954
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Nº Processo 0432-T-50 Livro Belas Artes Nº inscr.: 388; Vol. 1; F. 076; Data: 09/08/1950
Igreja de Santa Luzia	Nº Processo 0432-T-50 Livro Belas Artes Nº inscr.: 422; Vol. 1; F. 080; Data: 01/12/1954
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Nº Processo 0432-T-50 Livro Belas Artes Nº inscr.: 420; Vol. 1; F. 080; Data: 01/12/1954
Imagem de terracota, do Século XVI, representando Nossa Senhora do Rosário	Nº Processo 0816-T-69 Livro Belas Artes Nº inscr.: 493; Vol. 1; F. 090; Data: 11/12/1969
Ruínas do Convento de São Bernardino de Sena e Capela dos Terceiros, inclusive o Cruzeiro Fronteiro	Nº Processo 0371-T Livro Histórico Nº inscr.: 246; Vol. 1; F. 041; Data: 23/07/1947
Sobrado na Praça General Osório 3 a 13, integrante de mais três outros	General Osório, 3 a 13 Nº Processo 0794-T-67 Livro Histórico Nº inscr.: 422; Vol. 1; F. 069; Data: 17/12/1969
Sobrado na Praça General Osório s/nº, integrante de mais três outros situados na mesma praça	Nº Processo 0794-T-67 Livro Histórico Nº inscr.: 421; Vol. 1; F. 068; Data: 17/12/1969
Sobrado na Praça General Osório, 19, integrante do lance de mais três outros	Nº Processo 0794-T-67 Livro Histórico Nº inscr.: 429; Vol. 1; F. 070; Data: 03/11/1970
Sobrado na Praça General Osório, 35, integrante de mais três outros	Nº Processo 0794-T-67 Livro Histórico Nº inscr.: 423; Vol. 1; F. 069; Data: 17/12/1969
<b>Município de Cabo Frio</b>	
Capela de Nossa Senhora da Guia	Nº Processo 0447-T-51 Livro Belas Artes Nº inscr.: 435; Vol. 1; F. 082; Data: 15/01/1957
Conjunto paisagístico de Cabo Frio	Nº Processo 0757-T-65 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 041; Vol.1; F. 10; Data: 27/04/1967
Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, cruzeiro em frente, capela e cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	Nº Processo 0447-T-51 Livro Belas Artes Nº inscr.: 436; Vol. 1; F. 082; Data: 17/01/1957

Remanescentes do Forte de São Matheus	Nº Processo 0447-T-51 Livro Histórico Nº inscr.: 317; Vol. 1; F. 053; Data: 05/10/1956
<b>Município de Mangaratiba</b>	
Igreja de Nossa Senhora da Guia	Nº Processo 0773-T-66 Livro Histórico Nº inscr.: 402; Vol. 1; F. 065; Data: 03/08/1967
<b>Município de Niterói</b>	
Capela e Cemitério de Maruhý	Nº Processo 0163-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 214; Vol. 1; F. 037; Data: 23/08/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 248; Vol. 1; F. 042; Data: 12/01/1948
Casa à Avenida Quintino Bocaiúva, 145 (atual 679)	Nº Processo 0585-T-58 Livro Belas Artes Nº inscr.: 467; Vol. 1; F. 086; Data: 11/04/1962
Edifício-sede do Museu Antônio Parreiras, à rua Tiradentes, 47, incluindo toda a área arborizada integrante da mesma propriedade, com as dimensões e confrontações constantes da planta que instruiu o processo.	Nº Processo 0728-T-64 Livro Histórico Nº inscr.: 397; Vol. 1; F. 064; Data: 27/04/1967
Fortaleza de Santa Cruz, abrangendo todo o conjunto de edificações situado após o portão contíguo ao canal.	Nº Processo 0207-T-39 Livro Belas Artes Nº inscr.: 274; Vol. 1; F. 047; Data: 04/10/1939 Livro Histórico Nº inscr.: 122; Vol. 1; F. 022; Data: 04/10/1939
Forte de Gragoatá	Nº Processo 0155-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 100; Vol. 1; F. 018; Data: 24/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 051; Vol. 1; F. 010; Data: 24/05/1938
Igreja de São Lourenço dos Índios	Nº Processo 0163-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 213; Vol. 1; F. 037; Data: 23/08/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 247; Vol. 1; F. 041; Data: 12/10/1948
Igreja Matriz de São Francisco Xavier, inclusive o outeiro onde está situado, e o antigo marco jesuítico localizado no sopé.	Nº Processo 0162-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 073; Vol. 1; F. 014; Data: 20/05/1938
Ilha da Boa Viagem, acervo arquitetônico e paisagístico	Nº Processo 0164-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 080; Vol. 1; F. 015; Data: 30/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 143; Vol. 1; F. 024; Data: 02/12/1940 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 003; Vol. 1; F. 02; Data: 30/05/1938
Prédio localizado na Rua Presidente Domiciano, 195 e seu respectivo parque arborizado	Nº Processo 0899-T-74 Livro Belas Artes Nº inscr.: 514; Vol. 1; F. 093; Data: 25/04/1974 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 065; Vol. 1; F. 15; Data: 25/04/1974
Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, atual Museu de Arqueologia	Nº Processo 0365-T-46 Livro Belas Artes Nº inscr.: 425; Vol. 1; F. 080; Data: 08/01/1955
<b>Município de Paraty</b>	
Casa da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição, Bananal	Nº Processo 0783-T-66 Livro Histórico Nº inscr.: 407; Vol. 1; F. 066; Data: 20/10/1967

Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa	Nº Processo 0563-T-57 Livro Belas Artes Nº inscr.: 441; Vol. 1; F. 082; Data: 13/02/1958 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 017; Vol. 1; F. 04; Data: 13/02/1958 Outras Inscrições: Livro Belas Artes nº inscr.: 510; F. 93; Data: 01/03/74; Livro Arq. Etn./Paisag., nº inscr.: 63; F. 14; Data: 01/03/1974.
<b>Município de Paraty</b>	
Forte Defensor Perpétuo	Nº Processo 0532-T-55 Livro Histórico Nº inscr.: 318-A; Vol. 1; F. 053; Data: 09/01/1957
Igreja de Nossa Senhora das Dores, e respectivas imagens e alfaías	Nº Processo 0657-T-62 Livro Histórico Nº inscr.: 337; Vol. 1; F. 056; Data: 13/02/1962
Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e respectivas imagens e alfaías	Nº Processo 0658-T-62 Livro Histórico Nº inscr.: 338; Vol. 1; F. 056; Data: 13/02/1962
Igreja de Santa Rita, e respectivas imagens e alfaías	Nº Processo 0656-T-62 Livro Histórico Nº inscr.: 339; Vol. 1; F. 056; Data: 13/02/1962
Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, e respectivas imagens e alfaías. Atual Museu de Arte Sacra.	Nº Processo 0655-T-61 Livro Histórico Nº inscr.: 336; Vol. 1; F. 056; Data: 13/02/1962
Município de Paraty, convertido em Monumento Nacional pelo Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966	Nº Processo 0563-T-57 Livro Belas Artes Nº inscr.: 510; Vol. 1; F. 093; Data: 01/03/1974 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 063; Vol. 1; F. 14; Data: 01/03/1974
<b>Município do Rio de Janeiro</b>	
Acervo do Museu de Imagens do Inconsciente	Nº Processo 1507-T-03 Livro Belas Artes Nº inscr.: 627; Vol. 2; F. 058-059; Data: 04/02/2005 Liv. Hist. Nº inscr.: 576; Vol. 2; F. 087-088; Data: 02/02/2005
Antiga Estação de Hidroaviões	Nº Processo 0552-T-56 Livro Belas Artes Nº inscr.: 438; Vol. 1; F. 082; Data: 29/01/1957
Aqueduto da Carioca Arcos da Lapa	Nº Processo 0100-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 017; Vol. 1; F. 004; Data: 05/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 005; Vol. 1; F. 002; Data: 05/04/1938
Aqueduto da Colônia de Psicopatas	Nº Processo 0101-T-38 Outro processo 0154-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 053; Vol. 1; F. 010; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 031; Vol. 1; F. 007; Data: 11/05/1938
Arco do Teles (Beco do Comércio)	Nº Processo 0099-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 158; Vol. 1; F. 028; Data: 30/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 064; Vol. 1; F. 012; Data: 30/06/1938
Arco e oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança localizados nos fundos da Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Nº Processo 0589-T-58 Livro Belas Artes Nº inscr.: 455; Vol. 1; F. 084; Data: 17/03/1960
Área central da Praça Quinze de Novembro e imediações.	Nº Processo 1213-T-86 Livro Belas Artes Nº inscr.: 598; Vol. 2; F. 019/20; Data: 14/03/1990 Livro Histórico Nº inscr.: 531; Vol. 2; F. 015/16; Data: 14/03/1990 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 106; Vol. 1; F. 63/65; Data: 14/03/1990

Área do Parque do Flamengo	Nº Processo 0748-T-64 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 039; Vol. 1; F. 10; Data: 28/07/1965
Asilo São Cornélio	Nº Processo 0010-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 175; Vol. 1; F. 031; Data: 15/07/1938
Bebedouro da Estrada Nova da Tijuca	Nº Processo 0101-T-38 Outro processo 0154-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 055; Vol. 1; F. 011; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 030; Vol. 1; F. 007; Data: 11/05/1938
Bica da Rainha	Nº Processo 0154-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 054; Vol. 1; F. 010; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 024; Vol. 1; F. 005; Data: 11/05/1938
Bloco I integrante do conjunto edificado situado na Av. Marechal Floriano nº 168	Nº Processo 1146-T-85 Livro Belas Artes Nº inscr.: 595; Vol. 2; F. 018; Data: 13/06/1988 Livro Histórico Nº inscr.: 525; Vol. 2; F. 009; Data: 13/06/1988
Capela da antiga Fortaleza de São José (frontispício)	Nº Processo 0466-T Livro Histórico Nº inscr.: 297; Vol. 1; F. 050; Data: 07/11/1952
Capela de Nossa Senhora da Cabeça	Nº Processo 0632-T-61 Livro Histórico Nº inscr.: 384; Vol. 1; F. 062; Data: 13/08/1965
Capela de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, compreendendo o conjunto arquitetônico e paisagístico do morro em que está situada.	Nº Processo 0049-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 045; Vol. 1; F. 009; Data: 04/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 018; Vol. 1; F. 004; Data: 04/05/1938
Casa à Praça Quinze de Novembro, nº 101 (antigo Convento do Carmo), atual sede da Academia de Comércio	Nº Processo 0689-T-62 Livro Histórico Nº inscr.: 375; Vol. 1; F. 060; Data: 31/07/1964
Casa à Praia do Caju, 115, atual 385 Casa de Banhos de D. João VI	Nº Processo 0026-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 038; Vol. 1; F. 008; Data: 20/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 017; Vol. 1; F. 004; Data: 20/04/1938
Casa à Rua das Palmeiras, 35	Nº Processo 0742-T-64 Livro Histórico Nº inscr.: 392; Vol. 1; F. 063; Data: 27/02/1967
Casa à Rua das Palmeiras, 55, atual Museu do Índio	Nº Processo 0688-T-62 Livro Histórico Nº inscr.: 393; Vol. 1; F. 063; Data: 27/02/1967
Casa à Rua do Russel, 734	Nº Processo 0825-T-70 Livro Belas Artes Nº inscr.: 497; Vol. 1; F. 091; Data: 04/06/1970 Livro Histórico Nº inscr.: 427; Vol. 1; F. 070; Data: 09/06/1970
Casa à Rua Monte Alegre, 255 onde faleceu Benjamin Constant e respectiva área desapropriada pela Constituição de 1891, atual Museu Benjamin Constant.	Nº Processo 0578-T-58 Livro Histórico Nº inscr.: 322-A; Vol. 1; F. 053; Data: 02/04/1958
Casa à Rua Riachuelo, 303 (Museu do Exército)	Nº Processo 0150-T-38 Livro Histórico Nº inscr.: 255; Vol. 1; F. 043; Data: 14/02/1949
Casa à Rua Sorocaba, 200, Museu Villa-Lobos	Nº Processo 0718-T-63 Livro Histórico Nº inscr.: 394; Vol. 1; F. 063; Data: 27/02/1967

Casa da Fazenda da Taquara	Nº Processo 0062-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 197 ; Vol. 1 ; F. 034 ; Data: 30/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 094; Vol. 1; F. 017; Data: 30/07/1938
Casa da Fazenda do Capão do Bispo	Nº Processo 0367-T-47 Livro Belas Artes Nº inscr.: 311; Vol. 1; F. 065 ; Data: 30/08/1947
Casa da Fazenda do Engenho D'Água	Nº Processo 0085-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 198; Vol. 1; F. 034 ; Data: 30/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 095; Vol. 1; F. 017; Data: 30/07/1938
Casa da Fazenda do Viegas	Nº Processo 0054-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 121; Vol. 1; F. 022; Data: 14/06/1938
Casa da Marquesa dos Santos	Nº Processo 0011-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 010; Vol. 1; F. 003 ; Data: 30/03/1938
Casa da Moeda, atual Arquivo Nacional	Nº Processo 0156-T-38 Outro processo 101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 074; Vol. 1; F. 14 ; Data: 24/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 035; Vol. 1; F. 007; Data: 24/05/1938
Casa de Rui Barbosa	Nº Processo 0101-T-38 Outro processo 0154-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 052; Vol. 1; F. 010; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 032; Vol. 1; F. 07 ; Data: 11/05/1938
Casa na Rua da Quitanda, 61	Nº Processo 0854-T-72 Livro Histórico Nº inscr.: 436; Vol. 1; F. 071; Data: 29/06/1972
Casa na Rua Mayrink Veiga, 9	Nº Processo 0853-T-72 Livro Histórico Nº inscr.: 437; Vol. 1; F. 072; Data: 29/06/1972
Catedral Metropolitana, atual Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Nº Processo 0311-T Livro Belas Artes Nº inscr.: 253A; Vol. 1; F. 055; Data: 16/01/1942 Livro Histórico Nº inscr.: 186; Vol. 1; F. 031; Data: 16/01/1942
Chafariz da Glória	Nº Processo 0154-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 056; Vol. 1; F. 011; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 026; Vol. 1; F. 006; Data: 11/05/1938
Casa à Praça da República, 197, onde residiu o Marechal Deodoro da Fonseca	Nº Processo 0572-T-58 Livro Histórico Nº inscr.: 323; Vol. 1; F. 054; Data: 04/06/1958
Casa 21 da Ladeira do Morro do Valongo	Nº Processo 0010-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 176; Vol. 1; F. 031; Data: 15/07/1938 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 004; Vol. 1; F. 02; Data: 15/07/1938
Chafariz da Praça 11 de Junho, de Grandjean de Montigny	Nº Processo 0154-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 059; Vol. 1; F. 011; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 024-A; Vol. 1; F. 006; Data: 11/05/1938

Chafariz da Praça 15 de Novembro, do Mestre Valentim	Nº Processo 0154-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 058; Vol. 1; F. 011; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 025; Vol. 1; F. 006; Data: 11/05/1938
Chafariz da Rua do Riachuelo	Nº Processo 0154-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 057; Vol. 1; F. 011; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 027; Vol. 1; F. 006; Data: 11/05/1938
Chafariz das Saracuras	Nº Processo 0099-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 156; Vol. 1; F. 027; Data: 30/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 066; Vol. 1; F. 013; Data: 30/06/1938
Chafariz de ferro fundido com base de granito localizado na Praça Mahatma Gandhi.	Nº Processo 1132-T-84 Livro Belas Artes Nº inscr.: 597 ; Vol. 2 ; F. 018 ; Data: 21/02/1990
Chafariz de Paulo Fernandes	Nº Processo 0154-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 061; Vol. 1; F. 012; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 028; Vol. 1; F. 006; Data: 11/05/1938
Chafariz do Lagarto	Nº Processo 0154-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 060; Vol. 1; F. 011; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 029; Vol. 1; F. 006; Data: 11/05/1938
Coleção de partituras do Museu Villa-Lobos	Nº Processo 1310-T-90 Livro Histórico Nº inscr.: 568 ; Vol. 2 ; F. 079 ; Data: 07/07/2004
Coleção arqueológica Balbino de Freitas de Conchais do Litoral Sul (No Museu Nacional)	Nº Processo 0077-T-38 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 014; Vol. 1; F. 004; Data: 14/04/1948
Conjunto arquitetônico do antigo Horto Florestal	Nº Processo 0633-T-61 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 061; Vol.; F. 014; Data: 17/12/1973
Conjunto arquitetônico e paisagístico do Observatório Nacional	Nº Processo 1009-T-79 Livro Histórico Nº inscr.: 509; Vol. 1; F. 094/097; Data: 14/08/1986 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 095; Vol. ; F. 044/047; Data: 14/08/1986
Conjunto constituído pelos edifícios à Rua Gago Coutinho, 66 Conjunto Residencial do Parque Guinle.	Nº Processo 1110-T-84 Livro Belas Artes Nº inscr.: 577; Vol. 2; F. 010; Data: 16/04/1986
Conjunto de habitação coletiva denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó nº 55; Vila na Rua Regente Feijó, 55	Nº Processo 1085-T-83 Livro Belas Artes Nº inscr.: 571; Vol. 2; F. 009; Data: 30/09/1985
Conjunto paisagístico da Lagoa Rodrigo de Freitas	Nº Processo 0878-T-73 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 121; Vol. 2; F. 005; Data: 19/06/2000
Conjunto urbano formado pela quadra existente entre as Ruas da Constituição e Luis de Camões, composta pelos prédios de números 5, 5-A, 5-B e 7 da Rua Gonçalves Ledo e o numero 11 da mesma rua, esquina com a Rua Luis de Camões.	Nº Processo 0986-T-78 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 079; Vol.; F. 021; Data: 28/04/1980
Convento de Santa Teresa	Nº Processo 0034-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 142; Vol. 1; F. 025; Data: 18/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 062; Vol. 1; F. 012; Data: 18/06/1938



Convento de Santo Antônio	Nº Processo 0007-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 067; Vol. 1; F. 013; Data: 16/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 033; Vol. 1; F. 007; Data: 16/05/1938
Cristo Redentor, estátua erigida no Penhasco do Corcovado	Nº Processo 1478-T-01 Livro Histórico Nº inscr.: 585; Vol. 2; F. 093; Data: 30/09/2008
Dois pinturas sobre tábuas ovais, atribuídas a Leandro Joaquim, representando o incêndio e reconstrução do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto	Nº Processo 0772-T-66 Livro Belas Artes Nº inscr.: 501; Vol. 1; F. 091; Data: 11/02/1972
Edifício da antiga Alfândega e antiga Praça do Comércio-Casa França-	Brasil Nº Processo 0101-T-38 Outro processo 156-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 075; Vol. 1; F. 014; Data: 24/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 036 ; Vol. 1; F. 008 ; Data: 24/05/1938
Edifício da Antiga Caixa de Amortização, na Av. Rio Branco esquina da Rua Visconde de Inhaúma	Nº Processo 0860-T-72 Livro Belas Artes Nº inscr.: 506; Vol. 1; F. 092; Data: 24/05/1973
Edifício da Biblioteca Nacional na Av. Rio Branco, nº 219	Nº Processo 0860-T-72 Livro Belas Artes Nº inscr.: 504; Vol. 1; F. 092; Data: 24/05/1973
Edifício da Santa Casa de Misericórdia, compreendendo as antigas enfermarias	Nº Processo 0010-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 174; Vol. 1; F. 030; Data: 15/07/1938
Edifício do Departamento dos Correios e Telégrafos, antigo Paço Imperial	Nº Processo 0159-T-38 Outro processo 101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 023; Vol. 1; F. 005; Data: 06/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 009; Vol. 1; F. 003; Data: 06/04/1938
Edifício do Hospital São Francisco de Assis, pavilhões originais na Av. Presidente Vargas, 2863	Nº Processo 0978-T-78 Livro Belas Artes Nº inscr.: 554; Vol. 2; F. 005; Data: 23/06/1983 Livro Histórico Nº inscr.: 490; Vol. 1; F. 086; Data: 25/06/1983
Edifício do Museu Nacional de Belas Artes na Av. Rio Branco, nº 199	Nº Processo 0860-T-72 Livro Belas Artes Nº inscr.: 505; Vol. 1; F. 092; Data: 24/05/1973
Edifício do Museu Nacional, inclusive a Coleção Arqueológica Balbino de Freitas.	Nº Processo 0101-T-38 Outro processo 0154-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 051; Vol. 1; F. 010; Data: 11/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 023; Vol. 1; F. 005; Data: 11/05/1938
Edifício do Seminário São José	Nº Processo 0016-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 166; Vol. 1; F. 029; Data: 15/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 080; Vol. 1; F. 015; Data: 15/07/1938
Edifício do Teatro Municipal na Praça Floriano	Nº Processo 0860-T-72 Livro Belas Artes Nº inscr.: 503; Vol. 1; F. 092; Data: 24/05/1973
Edifício Dom Pedro II, também denominado Central do Brasil	Nº Processo 1285-T-89 Livro Histórico Nº inscr.: 579; Vol. 2; F. 090; Data: 07/01/2008 Livro Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 137 ; Vol. 2 ; F. 047 ; Data: 07/01/2008
Edifício na Av. Pasteur, 250 (Antigo Hospital de Alienados)	Nº Processo 0503-T-53 Livro Histórico Nº inscr.: 438; Vol. 1; F. 072 ; Data: 11/07/1972

Edifício na Rua da Imprensa, 16 (edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde)	Nº Processo 0375-T-48 Livro Belas Artes Nº inscr.: 315; Vol. 1; F. 066; Data: 18/03/1948
Edifício sede da Escola Nacional de Engenharia (Largo de São Francisco)	Nº Processo 0615-T-60 Livro Histórico Nº inscr.: 342; Vol. 1; F. 056; Data: 11/04/1962
Estádio Mário Filho, conhecido como Estádio Maracanã	Nº Processo 1094-T-83 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 125; Vol. 2; F. 016; Data: 26/12/2000
Fortaleza da Conceição	Nº Processo 0155-T-38 Outro processo 101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 099; Vol. 1; F. 018; Data: 24/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 038; Vol. 1; F. 008; Data: 24/05/1938
Forte de Caetano Madeira	Nº Processo 0091-T Livro Histórico Nº inscr.: 015; Vol. 1; F. 004; Data: 20/04/1938
Hangar de Zepelins do Aeroporto Bartolomeu de Gusmão	Nº Processo 0994-T-78 Livro Histórico Nº inscr.: 550; Vol. 2; F. 040; Data: 03/12/1998
Igreja da Conceição e Boa Morte	Nº Processo 0025-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 046; Vol. 1; F. 009; Data: 05/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 019; Vol. 1; F. 005; Data: 05/05/1938
Igreja da Cruz dos Militares	Nº Processo 0014-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 192; Vol. 1; F. 033; Data: 22/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 089; Vol. 1; F. 016; Data: 22/07/1938
Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo	Nº Processo 0024-T-38 Outro processo 589-T-58 Livro Belas Artes Nº inscr.: 028; Vol. 1; F. 006; Data: 20/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 013; Vol. 1; F. 004; Data: 20/04/1938
Igreja da Pedra de Guaratiba	Nº Processo 0151-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 279; Vol. 1; F. 048; Data: 21/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 125; Vol. 1; F. 022; Data: 21/07/1938
Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	Nº Processo 0044-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 194; Vol. 1; F. 034; Data: 26/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 091; Vol. 1; F. 017; Data: 26/07/1938
Igreja de Nossa Senhora da Candelária	Nº Processo 0051-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 026; Vol. 1; F. 006; Data: 14/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 012; Vol. 1; F. 003; Data: 14/04/1938
Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores	Nº Processo 0015-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 031; Vol. 1; F. 007; Data: 20/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 014; Vol. 1; F. 004; Data: 20/04/1938
Igreja de Nossa Senhora da Pena, compreendendo o conjunto arquitetônico e paisagístico do morro.	Nº Processo 0038-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 204; Vol. 1; F. 035; Data: 06/08/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 097; Vol. 1; F. 018; Data: 06/08/1938

Igreja de Nossa Senhora da Saúde	Nº Processo 0036-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 200; Vol. 1; F. 035; Data: 02/08/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 096 ; Vol. 1; F. 017; Data: 02/08/1938
Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	Nº Processo 0010-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 173; Vol. 1; F. 030; Data: 15/07/1938
Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro	Nº Processo 0023-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 072; Vol. 1; F. 013; Data: 17/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 034; Vol. 1; F. 007; Data: 17/05/1938
Torah constituída por nove rolos em pergaminho, que integra o acervo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a classificação de "Manuscritos IVRIIM"	Nº Processo 1425-T-98 Livro Histórico Nº inscr.: 553; Vol. 2; F. 047; Data: 04/03/1999
Igreja de Santa Rita	Nº Processo 0016-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 165; Vol. 1; F. 029; Data: 15/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 079; Vol. 1; F. 015; Data: 15/07/1938
Igreja de Santa Luzia	Nº Processo 0012-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 180; Vol. 1; F. 031; Data: 16/07/1938
Igreja de São Francisco da Penitência, cemitério e Museu de Arte Sacra, ambos anexos à Igreja, bem como todos os seus pertences.	Nº Processo 0022-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 161; Vol. 1; F. 028; Data: 08/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 075; Vol. 1; F. 014; Data: 08/07/1938
Igreja de São Francisco da Prainha	Nº Processo 0022-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 162; Vol. 1; F. 028; Data: 08/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 074; Vol. 1; F. 014; Data: 08/07/1938
Igreja de São Francisco de Paula	Nº Processo 0033-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 015; Vol. 1; F. 004; Data: 01/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 002; Vol. 1; F. 002; Data: 01/04/1938
Igreja de São José	Nº Processo 0013-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 167; Vol. 1; F. 029; Data: 15/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 081; Vol. 1; F. 015; Data: 15/07/1938
Igreja de São José	Nº Processo 0013-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 167; Vol. 1; F. 029; Data: 15/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 081; Vol. 1; F. 015; Data: 15/07/1938
Igreja do Rosário e São Benedito	Nº Processo 0018-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 024; Vol. 1; F. 005; Data: 07/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 010; Vol. 1; F. 003; Data: 07/04/1938
Igreja do Bom Jesus, na Ilha do Governador	Nº Processo 0732-T-64 Livro Histórico Nº inscr.: 372; Vol. 1; F. 060; Data: 03/07/1964

Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé	Nº Processo 0019-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 191; Vol. 1; F. 033; Data: 22/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 088; Vol. 1; F. 016; Data: 22/07/1938
Imagem de Sant'Ana, com 69,5 cm de altura total, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (Séc. XVIII)	Nº Processo 0823-T-69 Livro Belas Artes Nº inscr.: 494; Vol. 1; F. 090; Data: 16/12/1969
Imóvel situado na Avenida Presidente Antônio Carlos, 641 denominado Palácio Tiradentes e obras de arte a ele integradas Nome atribuído Palácio Tiradentes	Nº Processo 1320-T-92 Livro Belas Artes Nº inscr.: 602; Vol. 2; F. 024; Data: 17/06/1993 Livro Histórico Nº inscr.: 533; Vol. 2; F. 017/18; Data: 10/03/1993
Jardim Botânico e, especificadamente, o portão da antiga Fábrica de Pólvora e o pórtico da antiga Academia Imperial de Belas Artes	Nº Processo 0157-T-38 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 002; Vol. 1; F. 002; Data: 30/05/1938
Jardim e Morro do Valongo	Nº Processo 0099-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 157; Vol. 1; F. 028; Data: 30/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 065; Vol. 1; F. 012; Data: 30/06/1938
Lápide tumular de Estácio de Sá, na Igreja de São Sebastião	Nº Processo 0087-T-38 Livro Histórico Nº inscr.: 288; Vol. 1; F. 049; Data: 20/09/1951
Marco da Fazenda Real de Santa Cruz	Nº Processo 0100-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 018; Vol. 1; F. 004; Data: 05/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 004; Vol. 1; F. 002; Data: 05/04/1938
Marco da fundação da Cidade do Rio de Janeiro	Nº Processo 0087-T-38 Livro Histórico Nº inscr.: 083; Vol. 1; F. 015; Data: 15/07/1938
Matriz de Guaratiba	Nº Processo 0039-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 231; Vol. 1; F. 040; Data: 12/11/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 112; Vol. 1; F. 020; Data: 12/11/1938
Monumento a Dom Pedro I	Nº Processo 1173-T-85 Livro Belas Artes Nº inscr.: 615; Vol. 2; F. 041; Data: 04/03/1999 Livro Histórico Nº inscr.: 552; Vol. 2; F. 047; Data: 04/03/1999
Morro Cara de Cão	Nº Processo 0869-T-73 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 058; Vol. 1; F. 013; Data: 08/08/1973
Morro da Babilônia	Nº Processo 0869-T-73 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 054; Vol. 1; F. 013 ; Data: 08/08/1973
Morro da Urca	Nº Processo 0869-T-73 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 053; Vol. 1; F. 013 ; Data: 08/08/1973
Morro do Pão de Açúcar	Nº Processo 0869-T-73 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 052; Vol.1; F. 013; Data: 08/08/1973
Morros do Distrito Federal	Nº Processo 0099-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 151; Vol. 1; F. 027; Data: 30/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 070; Vol. 1; F. 013; Data: 30/06/1938

Mosteiro de São Bento	Nº Processo 0009-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 178; Vol. 1; F. 031; Data: 15/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 085; Vol. 1; F. 016; Data: 15/07/1938
Museu da Magia Negra	Nº Processo 0035-T-38 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 001; Vol. 1; F. 002; Data: 05/05/1938
Palácio das Laranjeiras na Rua Gago Coutinho s/nº	Nº Processo 1075-T-82 Livro Belas Artes Nº inscr.: 553; Vol. 2; F. 005; Data: 24/05/1983
Palácio do Catete	Nº Processo 0153-T-38 Outro processo 101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 020; Vol. 1; F. 005; Data: 06/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 007; Vol. 1; F. 003; Data: 06/04/1938
Palácio Episcopal do Morro da Conceição	Nº Processo 0155-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 104; Vol. 1; F. 019; Data: 24/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 060; Vol. 1; F. 012; Data: 24/05/1938
Palácio Guanabara	Nº Processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 021; Vol. 1; F. 005; Data: 06/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 006; Vol. 1; F. 002; Data: 06/04/1938
Palácio Itamarati	Nº Processo 0158-T-38 Outro processo 101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 022; Vol. 1; F. 005; Data: 20/07/1938
Parque Henrique Lage (conjunto paisagístico)	Nº Processo 0537-T-57 Livro Histórico Nº inscr.: 322; Vol. 1; F. 053; Data: 14/06/1957
Parque Nacional da Tijuca e Florestas de proteção acima das cotas de oitenta e cem metros.	Nº Processo 0762-T-65 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 042; Vol. 1; F. 010; Data: 27/04/1967
Passeio Público (especificadamente o chafariz dos Jacarés, os obeliscos e o portão de Mestre Valentim).	Nº Processo 0099-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 153; Vol. 1; F. 027; Data: 30/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 071; Vol. 1; F. 013; Data: 30/06/1938
Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Ana Neri.	Nº Processo 0953-T-77 Livro Histórico Nº inscr.: 507; Vol. 1; F. 093; Data: 14/08/1986
Penhasco da Pedra da Gávea	Nº Processo 0869-T-73 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 057; Vol. 1; F. 013; Data: 08/08/1973
Penhasco do Corcovado	Nº Processo 0869-T-73 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 055; Vol. 1; F. 13; Data: 08/08/1973
Penhasco dos Dois Irmãos	Nº Processo 0869-T-73 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 056; Vol. 1; F. 013; Data: 08/08/1973
Ponte dos Jesuítas sobre o Rio Guandu	Nº Processo 0100-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 019; Vol. 1; F. 005; Data: 05/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 003; Vol. 1; F. 002; Data: 05/04/1938

Portão da Fortaleza de São João	Nº Processo 0101-T-38 Outro processo 0155-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 102; Vol. 1; F. 018; Data: 24/05/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 037; Vol. 1; F. 008; Data: 24/05/1938
Portão da Fortaleza de São José e o Frontispício da Capela do mesmo nome	Nº Processo 0466-T Livro Histórico Nº inscr.: 310; Vol. 1; F. 052; Data: 10/02/1955
Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens	Nº Processo 0020-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 172; Vol. 1; F. 030; Data: 15/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 082; Vol. 1; F. 015; Data: 15/07/1938
Praias de Paquetá	Nº Processo 0099-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 152; Vol. 1; F. 027; Data: 30/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 069; Vol. 1; F. 013; Data: 30/06/1938
Prédio - Pavilhão Sede do Comando - do Colégio Militar do Rio de Janeiro	Nº Processo 0641-T-61 Livro Histórico Nº inscr.: 560; Vol. 2; F. 058-059; Data: 29/12/2000
Prédio à Praça Quinze de Novembro, 32, esquina da Travessa do Comércio.	Nº Processo 0055-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 177; Vol. 1; F. 031; Data: 15/07/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 084; Vol. 1; F. 015; Data: 15/07/1938
Prédio à Praça Quinze de Novembro, 34, esquina da Travessa do Comércio.	Nº Processo 0056-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 206; Vol. 1; F. 036; Data: 10/08/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 099; Vol. 1; F. 018; Data: 10/08/1938
Prédio à Rua Vinte de Abril, 14	Nº Processo 0099-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 159; Vol. 1; F. 028; Data: 30/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 073; Vol. 1; F. 014; Data: 30/06/1938
Prédio à Rua dos Inválidos, 193 a 203, esquina com a Rua do Riachuelo	Nº Processo 0027-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 034; Vol. 1; F. 007; Data: 20/04/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 016; Vol. 1; F. 004; Data: 20/04/1938
Prédio à Rua Marquês de São Vicente, 233 Solar Grandjean de Montigny e jardim	Nº Processo 0092-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 205; Vol. 1; F. 036; Data: 10/08/1938
Prédio da Associação Brasileira de Imprensa - ABI na Rua Araújo Porto Alegre, 71	Nº Processo 1100-T-83 Livro Belas Artes Nº inscr.: 559; Vol. 2; F. 006; Data: 29/05/1984
Prédio da Fundação Oswaldo Cruz na Av. Brasil, 4365	Nº Processo 1037-T-80 Livro Belas Artes Nº inscr.: 546; Vol. 2; F. 003; Data: 29/01/1981 Livro Histórico Nº inscr.: 483; Vol. 1; F. 083; Data: 29/01/1981
Prédio da Secretaria de Justiça e Negócios do Interior no Império - Clube Fluminense	Nº Processo 1406-T-97 Livro Belas Artes Nº inscr.: 611; Vol. 2; F.033; Data: 26/06/1998
Prédio do Copacabana Palace Hotel	Nº Processo 1186-T-85 Livro Belas Artes Nº inscr.: 583; Vol. 2; F.011; Data: 14/08/1986 Livro Histórico Nº inscr.: 506; Vol. 1; F.093; Data: 14/08/1986

Prédio do Ministério da Fazenda	Nº Processo 1522-T-2005 Livro Histórico Nº inscr.: 580; Vol. 2; F.090; Data: 07/01/2008 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 138; Vol. 2; F.47; Data: 07/01/2008
Prédio localizado na Estrada do Açude, 764 e respectivos acervos histórico e artístico; Museu do Açude, Chácara do Céu	Nº Processo 0898-T-74 Livro Belas Artes Nº inscr.: 520; Vol. 1; F.095; Data: 23/09/1974 Livro Histórico Nº inscr.: 450; Vol. 1; F. 074; Data: 23/09/1974 Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 066; Vol. 1; F. 015; Data: 23/09/1974
Prédio na Av. Rio Branco, 46, sede da Companhia Docas de Santos	Nº Processo 0976-T-78 Livro Belas Artes Nº inscr.: 528; Vol. 1; F. 097; Data: 28/07/1978 Livro Histórico Nº inscr.: 462; Vol. 1; F. 078; Data: 28/07/1978
Prédio à Praia da Guarda, 119 (Casa de José Bonifácio)	Nº Processo 0028-T-38 Livro Histórico Nº inscr.: 011; Vol. 1; F. 003; Data: 13/04/1938
Prédio à Rua Dr. Aristão, 55, Solar de D. João VI	Nº Processo 0076-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 048; Vol. 1; F. 009; Data: 05/05/1938
Prédio onde funciona o Colégio Pedro II	Nº Processo 1031-T-80 Livro Belas Artes Nº inscr.: 550; Vol. 2; F. 004; Data: 19/05/1983 Livro Histórico Nº inscr.: 489; Vol. 1; F. 086; Data: 19/05/1983
Prédios do Museu Histórico Nacional e Coleções que ali se abrigam, com exclusão da Coleção Bibliográfica	Nº Processo 1392-T-1997 Livro Histórico Nº inscr.: 589; Vol. 2; F. 097; Data: 04/09/2009
Quinta da Boa Vista	Nº Processo 0099-T-38 Outro processo 0101-T-38 Livro Belas Artes Nº inscr.: 154; Vol. 1; F. 027; Data: 30/06/1938 Livro Histórico Nº inscr.: 068; Vol. 1; F. 013; Data: 30/06/1938
Sabre de honra do General Osório, Marquês de Herval	Nº Processo 0955-T-77 Livro Belas Artes Nº inscr.: 527; Vol. 1; F. 097; Data: 05/04/1978 Livro Histórico Nº inscr.: 461; Vol. 1; F. 078; Data: 05/04/1978
Sítio Roberto Burle Marx e sua coleção museológica e bibliográfica	Nº Processo 1131-T-84 Livro Belas Artes Nº inscr.: 623; Vol. 2; F. 049; Data: 04/08/2003 Livro Arq./Etn./Paisag. Nº inscr.: 129; Vol. 2; F. 028; Data: 04/08/2003

Fonte: <http://www.iphan.gov.br>

**Quadro II.5.3.15-2 – Listagem dos patrimônios materiais tombados pelo IPHAN nos municípios da área de estudo, estado de São Paulo.**

<b>Município de Bertiooga</b>	
Forte de São Tiago ou São João da Bertiooga	Nº Processo 0219-T-39 Livro Belas Artes Nº inscr.: 278; Vol. 1; F. 048; Data: 19/02/1940 Livro Histórico Nº inscr.: 123; Vol. 1; F. 022; Data: 19/02/1940
<b>Município do Guarujá</b>	
Forte da Barra Grande, inclusive o Fortim da Praia do Góis, o Portão Espanhol e toda a área que os envolve	Nº Processo 0441-T-50 Livro Histórico Nº inscr.: 365; Vol. 1; F. 059; Data: 23/04/1964
Forte de São Felipe da Bertiooga	Nº Processo 0752-T-64 Livro Histórico Nº inscr.: 381; Vol. 1; F. 062; Data: 31/03/1965
<b>Município de Ilhabela</b>	
Casa da Fazenda Engenho D'Água	Nº Processo 0347-T-45 Livro Belas Artes Nº inscr.: 402; Vol. 1; F. 078; Data: 22/10/1951 Livro Histórico Nº inscr.: 290; Vol. 1; F. 049; Data: 22/10/1951
<b>Município de Itanhaém</b>	
Convento de Nossa Senhora da Conceição	Nº Processo 0215-T-39 Livro Belas Artes Nº inscr.: 298; Vol. 1; F. 051; Data: 07/03/1941 Livro Histórico Nº inscr.: 159; Vol. 1; F. 026; Data: 07/03/1941
Igreja Matriz de Santa Ana	Nº Processo 0215-T-39 Livro Belas Artes Nº inscr.: 297; Vol. 1; F. 051; Data: 07/03/1941 Livro Histórico Nº inscr.: 158; Vol. 1; F. 026; Data: 07/03/1941
<b>Município de Santos</b>	
Antiga Casa de Câmara e Cadeia na Praça dos Andradas, inclusive a área arborizada que a ambienta.	Nº Processo 0545-T-56 Livro Belas Artes Nº inscr.: 448; Vol. 1; F. 083; Data: 12/05/1959
Casa do Trem	Nº Processo 0219-T-39 Livro Belas Artes Nº inscr.: 277; Vol. 1; F. 048; Data: 19/02/1940 Livro Histórico Nº inscr.: 124; Vol. 1; F. 022; Data: 19/02/1940
Casa com frontaria azulejada. Outras denominações: Casa à Rua do Comércio, 94/96 e 98	Nº Processo 0751-T-65 Livro Histórico Nº inscr.: 441; Vol. 1; F. 072; Data: 03/05/1973
Engenho dos Erasmos	Nº Processo 0678-T-62 Livro Histórico Nº inscr.: 360; Vol. 1; F. 059; Data: 02/07/1963
Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	Nº Processo 0216-T-39 Livro Belas Artes Nº inscr.: 299; Vol. 1; F. 051; Data: 24/03/1941 Livro Histórico Nº inscr.: 162; Vol. 1; F. 027; Data: 24/03/1941 Outras Inscrições: Livro das Belas Artes, v.1, fls.49, insc.nº 284, de 24/04/40.



Igreja e Mosteiro de São Bento, compreendendo o edifício e peças de escultura	Nº Processo 0348-T Livro Belas Artes Nº inscr.: 314; Vol. 1; F. 066; Data: 18/03/1948
Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo	Nº Processo 0556-T-57 Livro Belas Artes Nº inscr.: 622 ; Vol. 2 ; F. 049 ; Data: 05/05/2003
<b>Município de São Sebastião</b>	
Casa de sobrado, com teto pintado, à Avenida Dr. Altino Arantes, 32	Nº Processo 0517-T Livro Belas Artes Nº inscr.: 429; Vol. 1; F. 081; Data: 15/04/1955
<b>Município de São Vicente</b>	
Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas.	Nº Processo 0514-T-51 Livro Histórico Nº inscr.: 308; Vol. 1; F. 051; Data: 17/01/1955
<b>Município de Ubatuba</b>	
Casa do "Sobrado do Porto" ou de Baltazar Fortes	Nº Processo 0592-T-59 Livro Belas Artes Nº inscr.: 447; Vol. 1; F. 083; Data: 03/03/1959

Fonte: <http://www.iphan.gov.br>

#### **q) Tombamento sob a responsabilidade do INEPAC**

No estado do Rio de Janeiro o processo de reconhecimento e tombamento do patrimônio histórico e cultural ocorre através do INEPAC, que se dedica à preservação do patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro, elaborando estudos, fiscalizando e vistoriando obras, emitindo pareceres técnicos, pesquisando, catalogando e efetuando tombamentos. O **Quadro II.5.3.15-3** lista o conjunto de patrimônio tombado pelo INEPAC nos municípios da área de estudo, estado do Rio de Janeiro:

**Quadro II.5.3.15-3 – Listagem dos patrimônios materiais tombados pelo INEPAC nos municípios da área de estudo, estado do Rio de Janeiro.**

Município	Processo	Nome do Bem
Angra dos Reis	E-03/27.970/82	Câmara Municipal
		Capela de São José
		Casa da Fazenda do Pontal
	E-03/27.970/82	Casa na Praça General Osório
		Casa onde nasceu Raul Pompéia
		Chafariz dito da Carioca
	E-03/27.970/82	Chafariz dito da Saudade
		Igreja da Ribeira
		Mercado Municipal
	E-03/27.970/82	Monumento aos Mortos do Aquidabã
		Prefeitura Municipal
		Sobrado dito Casa Laranjeiras
	E-03/27.970/82	Sobrado dito Pensão da Maria
		Sobrado Onório Lima
		Sobrado Professor Lima
	E-03/27.970/82	Sobrado Travessa Santa Luzia nº 91
		Sobrados Av: Julio César de Noronha
		Sobrados Professor Lima nº 150,154 e 156
	E-05/000.170/87	Ilha Grande
	E-18/000.172/91	Serra do Mar / Mata Atlântica
E-18/300.320/84	Sobrado da Rua do Comércio	
E-28/000.486/91	Área indígena Guarani-Bracuí	
Araruama	E-18/000.251/2000	Fazenda Aurora
	E-18/001.171/90	Imóvel no km 85 da rodovia Amaral Peixoto
Cabo Frio	E-03/18.229/88	Palácio das Águias
	E-03/39.570/78	Edifício das Charitas
	E-07/201.717/84	Dunas
	E-18/000.881/2003	Sítio histórico da fazenda de Campos Novos
	E-18/001.729/2002	Largo de São Benedito e adjacências
Itaguaí	E-18/000.172/91	Serra do Mar / Mata Atlântica
	E-03/19.522/79	Chafariz
	E-18/001.478/2005	Igreja Matriz de São Francisco Xavier e outros bens.

Município	Processo	Nome do Bem
Mangaratiba	E-03/30.914/79	Bebedouro da Barreira
		Chafariz
		Igreja Nossa Senhora de Santana
	E-03/33.718/78	Ruínas de antigas edificações no Saco de Cima
	E-03/7.755/83	Solar Barão de Saí
	E-18/000.172/91	Serra do Mar/Mata Atlântica
Maricá	E-18/000.172/91	Serra do Mar/Mata Atlântica
	E-18/300.427/84	Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Maricá
		Fazenda Macedo Soares ou Fazenda do Bananal
	E-18/300.427/84	Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo
Niterói	E-03/13.574/80	Casa "Notre Rêve" (Solar Norival de Freitas)
	E-03/16.511/78	Igreja de São Sebastião de Itaipu
	E-03/17.740/83	Paço Municipal de Niterói, antiga Casa dos Vereadores
	E-03/18.213/78	Biblioteca Estadual
		Câmara Municipal
		Fórum
	E-03/18.213/78	Monumento à República, incluindo as peças de bronze e cantaria que o integram
	E-03/2.092/83	Palácio do Ingá, também conhecido como Palácio Nilo Peçanha (Antigo Palácio do Governo do Estado do Rio de Janeiro)
	E-03/300.839/88	Casa da Quina
	E-03/33.538/83	Ilha dos Cardos
		Pedra de Itapuca
		Pedra do Índio
	E-03/34.562/78	Chalé e Casarão da antiga Western Telegraph (Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF)
	E-12/000.393/91	Palácio Euclides da Cunha
	E-18/000.164/89	Praça da República
	E-18/000.172/91	Serra do Mar / Mata Atlântica
	E-18/000.966/2007	Conjunto Arquitetônico constituído pelo antigo Educandário Paula Cândido (Casa da Princesa)
	E-18/001.173/90	Teatro Municipal João Caetano
	E-18/001.175/90	Agência Central dos Correios e Telégrafos de Niterói
	E-18/001.542/98	Reservatório da Correção
E-18/1.281/2008	Prédio do antigo Cinema de Icaraí	

Município	Processo	Nome do Bem
Niterói	E-18/300.002/84	Palácio São Domingos (Atual agência Visconde Uruguai do Banco Itaú)
	E-18/300.288/85	Coreto no Campo de São Bento
	E-18/300.459/85	Litoral fluminense: canto sul da praia de Itaipu e Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai
Paraty	E-18/000.172/91	Serra do Mar / Mata Atlântica
	E-18/300.459/85	Litoral fluminense
Rio de Janeiro	E-18/000.172/91	Serra do Mar / Mata Atlântica
	E-18/001.148/2002	Coleção Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A.- BERJ NITERÓI
	E-18/001.681/2002	Acervos documentais e bibliográficos sediados no Estado do Rio de Janeiro
	E-18/300.627/84	Cemitério dos Ingleses (British Burial Ground)
	E-18/001.539/98	Prédio da Alfândega
	E-18/001.539/98	Prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal (antiga Imprensa Nacional)
	E-03/300.485/65, Dec."E"1270	Antiga estação e cocheira da Linha de Carris e Vila Guarany
	E-18/001.542/98	Reservatório do Livramento
	E-18/001.542/98	Reservatório do Morro do Pinto (1874)
	E-18/300.048/84	Pedra do Sal
	03/0408/71, Port."E"nº02	Theatro Municipal
	03/300.396/66, Dec."E"1783	Murais de Di Cavalcanti no Teatro João Caetano
	03/300.399/70, Dec"E"20	Real Gabinete Português de Leitura
	03/300.446/65,Dec."E"858	Ladeira da Misericórdia
	E-03/001.533/78	Galeota de Dom João VI, Galeota Imperial
	E-03/001.634/78	Confeitaria Colombo
	E-03/001.635/78	Cinema Íris
	E-03/001.979/65, Dec.	Automóvel Club do Brasil
	E-03/002.018/80	Fundição Progresso
	E-03/006.075/80	Serviço de Documentação Geral da Marinha
E-03/011.357/83	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ	
E-03/012.189/81	Lampadário do largo da Lapa	
E-03/012.189/81	Relógio do largo da Carioca	

Município	Processo	Nome do Bem
Rio de Janeiro.	E-03/013.031/78	Academia Brasileira de Letras
	E-03/016.509/78	Estátua equestre de Dom Pedro I
	E-03/031.267/83	Faculdade de Direito da UFRJ (Antiga Faculdade Nacional de Direito)
	E-03/031.270/83	Casa Cavé
	E-03/031.274/83	Antigo solar do Visconde do Rio Seco (Antigo prédio do Detran)
	E-03/037.709/82	Rua da Carioca do nº 2 ao 87
	E-03/038.232/78	Quartel Central do Corpo de Bombeiros
	E-03/038.234/78	Restaurante Albamar (Torreão do antigo mercado municipal)
	E-03/038.237/78	Câmara Municipal, Palácio Pedro Ernesto
	E-03/039.569/78	Clube Naval
	E-03/300.166/66, Dec."E"2072	Campo de Santana
	E-03/300.230/88	Museu da Imagem e do Som
	E-03/300.268/66 Dec."E"1732	Dois painéis atribuídos a Leandro Joaquim
	E-03/300.410/71, Port."E"nº1	Grande Oriente do Brasil, sede da Maçonaria
	E-18/000.112/90	Hospital Moncorvo Filho
	E-18/000.124/2009	Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
	E-18/000.165/89	Monumento ao Marechal Deodoro da Fonseca
	E-18/000.165/89	Monumento ao Marechal Floriano Peixoto
	E-18/000.252/2003	Edifício Standard (Conhecido como prédio da Esso)
	E-18/000.897/2003	Hangar do Aeroporto Santos Dumont
	E-18/001.016/2004	Sede da Procuradoria Geral do Estado - PGE
	E-18/001.043/99	Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia
	E-18/001.044/99	Igreja de Nossa Senhora do Terço
	E-18/001.049/99	Edifício nº 145 da Rua Graça Aranha, onde viveu e morreu Heitor Villa-Lobos
	E-18/001.051/99	Imóveis na Rua Regente Feijó e Leandro Martins
	E-18/001.147/98	Prédio da Antiga sede da Secretaria de Estado de Fazenda
E-18/001.157/2002	Sala Cecília Meirelles	

Município	Processo	Nome do Bem
Rio de Janeiro.	E-18/001.170/90	Jardim Burle Marx
	E-18/001.172/90	Prédio do antigo Banco Boavista (inclusive painel de Cândido Portinari)
	E-18/001.177/90	Ilha Fiscal
	E-18/001.249/92	Teatro Nacional de Comédia (atual Teatro Glauce Rocha)
	E-18/001.323/2008	Antigo Convento do Carmo
	E-18/001.539/98	Prédio da Conab - Companhia Nacional de Abastecimento
	E-18/001.539/98	Edifício Almirante Tamandaré (antigo Ministério da Marinha)
	E-18/001.539/98	Palácio Duque de Caxias (antigo Ministério da Guerra)
	E-18/001.539/98	Prédio do Tribunal Regional do Trabalho
	E-18/001.541/98	Estação de passageiros do Aeroporto Santos Dumont
	E-18/001.542/98	Reservatório do morro de São Bento
	E-18/001.590/2008	Sede da Catedral Presbiteriana do Rio
	E-18/001.919/2005	Sete Edifícios e Obelisco na Avenida Rio Branco
	E-18/300.028/84	Centro Municipal de Saúde Oswaldo Cruz
	E-18/300.029/84	Sociedade Brasileira de Belas-Artes incluindo as 32 obras de arte pertencentes ao seu acervo
	E-18/300.071/87	Antigo DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
	E-03/005.115/79	(Companhia Estadual de Gás) antiga Fábrica de Gás
	E-03/300.839/88	Galpão na Rua Aníbal Benévolo, nº 315
	E-18/000.098/94	Passarela do Samba - Sambódromo
	E-18/000.277/87	Estação Ferroviária Leopoldina - conhecida como Estação Barão de Mauá
	03/300.321/70 Port."E"nº3	Edifício da Sociedade Amantes da Instrução (antigo Instituto João Alves Afonso)
	E-03/01.531/78	Templo da Humanidade (Igreja Positivista do Brasil)
	E-03/01.633/78	Casas Casadas
E-03/11.357/83	Casa do Estudante Universitário (Hotel Sete de Setembro, internato da Escola de Enfermagem Ana Nery)	
E-03/12.189/81	Relógio da Glória	

Município	Processo	Nome do Bem
Rio de Janeiro	E-03/15.909/78	Capela que foi o 1º Templo Metodista do Brasil
	E-03/200.083/80	Capela Nossa Senhora da Piedade
	E-03/31.272/83	Estação inicial da Estrada de Ferro do Corcovado
	E-03/31.276/78	Palácio Laranjeiras
	E-03/38.235/78	Jardim de Infância Marechal Hermes
	E-18/000.038/91	Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua Martins Ferreira e adjacências
	E-18/000.687/98	Conjunto Arquitetônico e Esportivo do Fluminense Futebol Clube
	E-18/001.030/2005	Pavilhão de Máquinas da exposição nacional de 1908 atual pavilhão de espetáculos da UNI-RIO
	E-18/001.040/99	Edifício do Instituto Benjamin Constant
	E-18/001.052/99	Casa nº 45 da Rua Capistrano de Abreu
	E-18/001.542/98	Reservatório Morro da Viúva
	E-18/001.542/98	Reservatório Morro do Inglês
	E-18/300.034/88	Antiga casa das maquinas dos bondes, atual sede do IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
	E-18/300.258/87	Conjunto arquitetônico do largo e beco do Boticário
	E-18/300.321/87	Fundação Universitária José Bonifácio
	E-18/300.321/87	Museu do Folclore
	E-18/000.676/2011	Fundo Documental Presidência da Província do Rio de Janeiro, sob a custódia do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
	E-18/000.735/2005	Palacete Lineu de Paula Machado e respectivos jardins
	E-18/000.763/2011	Casa de Portinari
	E-03/16.560/83	Copacabana Palace Hotel parte da edificação principal, fronteira ao mar, bem como a pérgula e piscinas laterais
E-18/000.399/89	Forte de Copacabana e Pontas de Copacabana e do Arpoador	
E-18/001.542/98	Reservatório do Cantagalo	

Município	Processo	Nome do Bem
Rio de Janeiro	E-18/001.682/2002	Muralha e Arcos da Ladeira do Leme
	E-18/001.682/2002	Parque Estadual da Chacrinha
	E-18/001.718/2002	Teatro do Hotel Copacabana Palace
	03/300.290/65, Dec."E"788	Parque Henrique Lage
	03/300.543/65,Dec."E"nº9 27	Parque da Gávea conhecido como Parque da Cidade
	E-03/38.233/78	Edifício da Obra do Berço
	E-18/000.030/91	Conjunto urbano-paisagístico (junto as praias do Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon)
	E-18/000.165/89	Monumento a Quintino Bocaiúva, próximo à lagoa Rodrigo de Freitas
	E-18/000.684/98	Imóvel nº 497 da Rua Lopes Quintas
	E-18/000.835/94	Morro Dois Irmãos
	E-18/001.172/90	Casa na estrada das Canoas nº 2.310
	E-18/001.172/90	Hospital da Lagoa
	E-18/001.542/98	Represa do rio Cabeça
	E-18/001.542/98	Reservatório dos Macacos e Açude
	E-18/300.104/87	Aquarela de Grandjean de Montigny, intitulada. Vista interior da praça do Comércio, acervo do Museu Histórico da Cidade
	E-03/31.273/83	Sede do Observatório Nacional
	E-18/001.542/98	Reservatório da Quinta da Boa Vista
	E-18/001.542/98	Reservatório do Pedregulho
	E-18/300.288/85	Coreto no Campo de São Cristóvão
	E-18/000.463/2011	Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes – Conjunto Pedregulho
	03/300.165/66 Dec."E"1731	Chalé na Estrada Velha da Tijuca, nº 466
	03/300.381/68 Dec."E"2433	Árvore (Figueira gigante) em frente ao Senai
	03/300.462/65 Dec."E"875	Instituto de Educação
	E-03/033.716/78	Palacete do Conde de Itamaraty
	E-18/001.050/99	Pórtico do antigo Matadouro Público
	E-18/001.542/98	Reservatório Caixa Nova da Tijuca
	E-18/001.542/98	Reservatório Caixa Velha da Tijuca
	E-18/300.321/87	Casa da Rua Ibituruna nº 81
	E-03/300.839/88	Igreja Nossa Senhora de Lourdes
	E-18/001.542/98	Reservatório Francisco Sá
E-18/001.538/98	Pavilhão de cursos e restaurante central do campus da Fundação Oswaldo Cruz	



Município	Processo	Nome do Bem
Rio de Janeiro.	03/300.419/65 Dec."E"857	Parque Ary Barroso
	E-18/001.542/98	Reservatório da Penha
	E-18/300.288/85	Coreto na Praça Catolé do Rocha
	E-18/300.288/85	Coreto do Jardim do Méier
	E-18/001.542/98	Reservatório Monteiro de Barros
	E-03/38.238/78	Teatro Armando Gonzaga
	E-18/300.288/85	Coreto na Praça Quintino Bocaiúva
	E-18/001.542/98	Represa do Pau da Fome
	E-18/001.542/98	Represa e Açude do Camorim
	E-18/001.542/98	Reservatório do Tanque ou do Morro da Reunião
	E-18/000.874/92	Oitocentas e duas obras de arte de Arthur Bispo do Rosário 1939/1989
	E-18/001.046/99	Igreja de Nossa Senhora de Loreto
	E-18/001.178/90	Colônia Juliano Moreira
	03/300.479/65 Dec"E"958	Igreja de São Gonçalo do Amarante
	E-03/300.180/72, E-03/01.924/80	Morro Dois Irmãos
	E-03/38.236/78	Ruínas da Fortaleza de Jacarepaguá, conhecida por fortaleza Garganta da Serra do Mateus ou por Fortim dos Três Rios
	E-18/300.288/85	Coreto na Praça Barão da Taquara ou Praça Seca
	03/300.021/69 Dec."E"2715	Pedra da Panela
	E-03/31.485/83	Igreja de São Sebastião e Santa Cecília
	E-03/31.485/83	Sede do Bangu Atlético Clube Antigo Cassino da vila operária da Fábrica de Tecidos Bangu
	E-18/001.542/98	Reservatório Vitor Konder
	E-18/300.288/85	Coreto na Praça Washington Luiz
	03/300.460/65 Dec."E"1024	Igreja de Nossa Senhora da Conceição
	E-18/300.030/84	Pedra dos Namorados
	E-18/300.288/85	Coreto na Praça de São Roque
	03/300.486/65 Dec."E"872	Ilha de Brocoió
	E-18/001.542/98	Reservatório de Paquetá
E-18/300.030/84	Pedra da Moreninha	
03/300.203/67 Dec."E"1902	Dez árvores em ruas de Paquetá	
E-18/001.542/98	Caixa da Mãe d'Água e Reservatório da Carioca	
E-03/31.269/83	Bondes de Santa Teresa	

Município	Processo	Nome do Bem
Rio de Janeiro.	E-03/15.908/78	Capela de Nossa Senhora de Monserrate
	E-18/300.008/85	Extensão do tombamento da praia de Grumari
	E-18/300.117/84	Monumento natural da praia de Grumari
	E-03/01.924/80	Morro do Cantagalo
	E-03/01.924/80	Morro do Portela
	E-03/01.924/80	Pedra da Baleia na Baixada de Jacarepaguá
	03/300.257/72 Dec."E"7839	Morro do Urubu
	03/300.396/65 Dec."E"836	Marco cinco da sesmaria da Tijuca
	E-03/01.924/80	Morro do Amorim
	E-18/001.542/98	Reservatório do França
	E-03/01.924/80	Pontal de Sernambetiba
	E-03/31.264/83	Sítio Santo Antônio da Bica
	E-18/300.288/85	Coreto no Campo de Marte
Saquarema	E-18/000.172.91	Serra do Mar / Mata Atlântica
	E-18/001.042/99	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré
	E-18/000.172.91	Serra do Mar / Mata Atlântica
	E-18/001.042/99	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré
	E-18/000.172.91	Serra do Mar / Mata Atlântica
	E-18/001.042/99	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré

Fonte: [www.inepac.rj.gov.br](http://www.inepac.rj.gov.br)

Um resumo panorama dos registros de tombamento na área de estudo, permite observar que os municípios do estado do Rio de Janeiro concentram o maior número de registros, o que decorre principalmente da presença da capital.

A **Tabela II.5.3.15-1** lista o quantitativo de unidades patrimoniais tombadas nos municípios da área de estudo, assim como a instituição responsável:

**Tabela II.5.3.15-1 – Número de registros de tombamento nos municípios da área de estudo, segundo a instituição responsável.**

Municípios	IPHAN	INEPAC	CONDEPHAAT	UNESCO	Total
Santos	7	-	18	0	25
São Vicente	1	-	4	0	5
Guarujá	2	-	7	0	9
Praia Grande	-	-	1	0	1
Mongaguá	-	-	1	0	1
Itanhaém	2	-	5	0	7
Peruíbe	-	-	2	0	2
Cubatão	-	-	2	0	2
Bertioga	1	-	3	0	4
São Sebastião	1	-	6	0	7
Ilhabela	1	-	3	0	4
Caraguatatuba	-	-	2	0	2
Ubatuba	1	-	7	0	8
Paraty	8	2	-	0	10
Angra dos Reis	14	22	-	0	36
Mangaratiba	1	6	-	0	7
Itaguaí	-	3	-	0	3
Maricá	-	4	-	0	4
Rio de Janeiro	147	175	-	2	324
Niteroi	10	24	-	0	34
Saquarema	-	6	-	0	6
Araruama	-	2	-	0	2
Cabo Frio	4	5	-	0	9
Total	200	249	61	0	512

Fontes: <http://www.iphan.gov.br> / [www.cultura.sp.gov.br/](http://www.cultura.sp.gov.br/) / [www.inepac.rj.gov.br /](http://www.inepac.rj.gov.br/)

<http://www.rbma.org.br/> e <http://www.iflorestal.sp.gov.br/rbcv/index.asp>

### **r) Tombamento sob a responsabilidade do CONDEPHAAT**

No âmbito do estado de São Paulo, a atividade de reconhecimento do patrimônio histórico, material e imaterial, natural e paisagístico ocorre sob a responsabilidade do CONDEPHAAT, cuja atuação está interligada ao trabalho desenvolvido pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico - UPPH, uma das Unidades da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

A UPPH foi criada pelo Decreto Estadual nº 50.941, de 5 de julho de 2006, e tem por atribuições dar apoio técnico e administrativo ao CONDEPHAAT. Destaca-se, na área de estudo, a presença significativa de registros de áreas reconhecidas como patrimônio natural, conforme apresentado no **Quadro II.5.3.15-4**.

**Quadro II.5.3.15-4 –** *Listagem dos patrimônios materiais tombados pelo CONDEPHAAT nos municípios da área de estudo, estado de São Paulo.*

Municípios	Tombamentos
Santos	Bolsa Oficial do Café Casa com Frontaria Azulejada Casa de Câmara e Cadeia de Santos Casa do Trem Casarão do Valongo Conjunto de Obras de Saneamento da Baixada Santista, de Saturnino de Brito Conjunto de Santo Antônio do Valongo Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo Igreja e Mosteiro de São Bento Ilhas, Ilhotas e Lajes Jardins da Orla Museu de Pesca Outeiro de Santa Catarina Ruínas do Engenho do Rio Quilombo Ruínas do Engenho dos Erasmos Serra do Mar e de Paranapiacaba Teatro Coliseu Vale do Quilombo
São Vicente	Casa do Barão e Cobertura Vegetal Ponte Pênsil Remanescentes da Vila Colonial e Porto das Naus Serra do Mar e de Paranapiacaba
Guarujá	Ermida de Santo Antônio de Guaíbe Fortaleza de Itapema, Farol e Anexos Fortaleza de São Felipe Forte da Barra Grande Morro do Botelho Morros do Monduba, do Pinto e do Icanhema Serra do Guararu e Vila da Prainha Branca
Praia Grande	Serra do Mar e de Paranapiacaba
Mongaguá	Serra do Mar e de Paranapiacaba
Itanhaém	Casa de Câmara e Cadeia Igreja e Convento de Nossa Senhora da Conceição Igreja Matriz de Santana Ilhas, Ilhotas e Lajes Serra do Mar e de Paranapiacaba
Peruíbe	Ruínas do Abarebebê Serra do Mar e de Paranapiacaba
Cubatão	Estrada do Lorena, Monumentos de Victor Dubugras e Área de Mata Circundante Serra do Mar e de Paranapiacaba

Municípios	Tombamentos
Bertioga	Forte de São Tiago ou São João de Bertioga Ilhas, Ilhotas e Lajes Serra do Mar e de Paranapiacaba
São Sebastião	Casa com Teto Pintado ou Casa Esperança Centro Histórico de São Sebastião Convento Franciscano de Nossa Senhora do Amparo Ilhas, Ilhotas e Lajes Sede da Fazenda Santana Serra do Mar e de Paranapiacaba
Ilhabela	Cadeia e Fórum de Ilhabela Sede da Fazenda Engenho D'Água Serra do Mar e de Paranapiacaba
Caraguatatuba	Ilhas, Ilhotas e Lajes Serra do Mar e de Paranapiacaba
Ubatuba	Edifício Paço da Nóbrega Ilhas, Ilhotas e Lajes Residência Irmãos Gomes Ruínas do Engenho da Lagoinha Serra do Mar e de Paranapiacaba Sobrado do Porto Unidades Habitacionais de Picinguaba

Fonte: [www.cultura.sp.gov.br](http://www.cultura.sp.gov.br) e <http://www.iflorestal.sp.gov.br/rbcv/index.asp>

Para finalizar, destaca-se a importância do patrimônio imaterial presente nos municípios da área de estudo. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, “ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”.

Na área de estudo, esse patrimônio está diretamente associado as práticas culturais decorrentes da presença de comunidades e povos tradicionais, notadamente caiçaras, indígenas e quilombolas (**ver subitem II.5.3.11 do Meio Socioeconômico**).

Destacam-se aqui as seguintes manifestações culturais: capoeira, grupos de cultura negra, congados, mestres, artesanatos, candomblé, e demais festividades religiosas presentes no calendário local (Festa do Divino, Folia de Reis, etc.). Nesse contexto é importante destacar a presença, na maioria dos municípios, dos

Pontos de Cultura, projeto do Governo Federal que através da atuação em algumas comunidades desenvolve importante papel na manutenção e divulgação da cultura local. Os Pontos de Cultura são iniciativas organizadas pelas comunidades e apoiadas pelo Estado, através do Ministério da Cultura em parceria com as Secretarias de Cultura dos Estados, para desenvolverem ações de produção, formação cultural e geração de renda por meio da cultura, como agentes da promoção da diversidade local e regional.

O **Quadro II.5.3.15-5** e o **Quadro II.5.3.15-6** listam os pontos de cultura nos municípios da área de estudo para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

**Quadro II.5.3.15-5** – Pontos de Cultura localizados nos municípios da área de estudo, estado do Rio de Janeiro.

Municípios	Ponto de Cultura	Entidade Responsável
Angra dos Reis	Espaço Cultural Cia. da Lua	Grupo Cultural Cia. da Lua
	Pelos Caminhos do Jongo	Associação dos Remanescentes de Quilombo Santa Rita do Bracui -Angra dos Reis (ARQUISABRA)
Araruama	Casarão do Artesão	Organização Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável
Cabo Frio	Infância: Patrimônio da Humanidade	Fábrica de Música / Sons da Infância
	Oficinas Apanhei-Te Cavaquinho	Associação Musical Apanhei-Te Cavaquinho
	Tribal - Sobre Rodas da Animação	Associação Cultural Tributo a Arte e a Liberdade Tribal
Maricá	Arte e Cultura Para Todos	Cia. Vida de Teatro e Dança
	Percursos Culturais	Canteiros de Obras - Centro de Cultura e Artes
	Ponto de Cultura do GAM - Grupo de Artistas de Maricá	GAM - Grupo de Artistas de Maricá
Niterói	Casa de Cultura Afro-Brasileira	Organização Não Governamental Arte da Possibilidade - Instituto Gingas
	Cateretê Brasil	Centro Pró Melhoramento Recanto do Lido
	Cultura LGBT de Niterói	Grupo Diversidade Niterói - GDN
	Cia Dançando Para Não Dançar	Associação Dançando Para Não Dançar
	Monitores de Futuro da Orquestra de Cordas da Grota	Reciclarte
Paraty	Ponto de Cultura Caiçara da Juatinga	Verde Cidadania (Filial)
	Ponto de Cultura Escola Ciranda de Tarituba	Instituto Educacional e Cultural Amigos das Bibliotecas Públicas do RJ
	Flipinha - Literatura e Patrimônio	Associação Casa Azul

Municípios	Ponto de Cultura	Entidade Responsável
Rio de Janeiro	A Cultura e a Arte na Escolinha Tia Percília	Escolinha Tia Percília
	A História que Eu Conto com Arte	Centro Cultural a História Que Eu Conto
	Anima Escola	IDEIA - Instituto de Desenvolvimento, Estudo e Integração pela Animação
	Arte e Memória no Subúrbio - Vila Proletária Marechal Hermes	Espaço Cultural Cidadania em Movimento
	Brincando de Ponta a Ponta	CAMPO - Centro de Assessoria ao Movimento Popular
	Cecip.Megapixel	Centro de Comunicação de Imagem Popular (CECIP)
	Centro Cultural da Criança - CCCRIA	Centro Comunitário Lídia dos Santos
	Centro Cultural Meninos de Luz	Lar Paulo de Tarso (Solar Meninos de Luz)
	Cine Morrinho	ONG - Morrinho
	Circuito de Dança	Associação Cultural, Artística e Esportiva - CADÊ
	Companhia de Aruanda	Associação Cultural Companhia de Aruanda
	Circuito Itinerante de Cultura	Centro Dia Santa Ana
	De Repente na Praça	Associação Brasileira de Arte e Cultura do Nordeste - ABRACNE
	Museu da Maré Memória e Arte	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
	N'Ação Manguinhos: Intervenções Audiovisuais na Construção do Ecomuseu	Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Integrado e Sustentável - REDECCAP
	Minhas Imagens - Ver, Olhar e Fazer Audiovisual	Associação Étnica de Estudos e Pesquisas Artísticas, Culturais, Sociais, Educacionais, Ambientais, Cidadania e Atividades Esportivas
	Memorial Pretos Novos - Resgatar a Cultura de um Povo é Preservar a Memória de um País	Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos
	Escola de Cultura e Comunicação: Identidade e Prod. Cultural Afro-Descendentes no Complexo de Acari	Grêmio Recreativo Escola de Samba Favo de Acari
	Escola Portátil de Música	Instituto Casa do Choro
	Fazendo Arte - Ponto de Cultura	AMCRA - Associação de Moradores do Conjunto Residencial Antares
Ponto de Cultura Zé Ketti	Movimento Cultura Já - Engenho da Rainha (AMOCAJER)	
Na Boa Companhia	Na Boa - Arte e Educação	
Ponto de Cultura - Projeto de Cordas da Rocinha	Associação Coral Jovem Adventista do Rio de Janeiro	

Municípios	Ponto de Cultura	Entidade Responsável
Rio de Janeiro	Ponto de Cultura Loucura Suburbana: Engenho, Arte e Folia	Associação das Entidades e Amigos do Centro Comunitário Pedro II - ECCO
	O Som das Comunidades	Grupo de Formação de Educadores Populares (GEFEP)
	Projeto Arte Sem Complexo	Movimento Cultural Social - MCS
	Arte Ponto de Cultura	Centro de Apoio ao Movimento Popular da Zona Oeste – Campo Grande
	Reciclagem	Centro Social de Cultura e Lazer Mangueiral
	Misancên e Música	Redes de Desenvolvimento da Maré
	Redes de Arte e Cultura da Maré	Centro Cultural Oca dos Curumins
	Superando	Associação dos Amigos do Tempo Glauber
	Tocando o Rio	Instituto Tocando em Você
	Cidadãos através da Tecnologia e Nova Mídia Transformando	AMOCAVIM - Ass. de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa
Saquarema	Viva A Banda	Sociedade Musical Santo Antonio de Bacaxá
	Ponto de Cultura Casa do Nós	Centro Cultural Casa do Nós

Fonte: <http://www.pontodecultura.rj.gov.br/>

**Quadro II.5.3.15-6 – Pontos de Cultura localizados nos municípios da área de estudo, estado de São Paulo.**

Município	Ponto de Cultura	Área Cultural de Atuação	Entidade Responsável
São Sebastião	Cultura Viva na Arte dos Povos do Mar	Cultura Popular e artesanato	Centro Cultural São Sebastião tem Alma
	Ludocriarte	Literatura e produção de textos	Associação Ludocriarte
	Congo Nya	Cultura afro-brasileira	Instituto Cultural Congo Nya - ICCN
Bertioga	Refinar	Visuais, Patrimônio, dança, música e teatro	OSCIP Boraceia Viva
Caraguatatuba	Nkisi na Diáspora: Raízes Religiosas Bantu no Brasil	Música e Dança	Associação de Cultura do Litoral Norte ACUBALIN
Ilhabela	Azimuth - Ponto de Cultura e Sustentabilidade	Cultura Popular e Música	Associação Elementos da Natureza
	Ponto de Cultura Pés no Chão	Música, dança, teatro, artes circenses	Espaço Cultural Pés no Chão
Ubatuba	Ponto de Cultura Quilombola Escolinha Jambeiro	Audiovisual	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Cambury
	Olhares de Dentro - Valorizando a Memória e Fortalecendo as Raízes	Teatro e Circo	Associação da Comunidade Remanescentes de Quilombo da Fazenda
Itanhaém	Ponto de Cultura "Benedicto Calixto Cultura Ativa"	Teatro, música, artes visuais e literatura	Associação Amigos de Arte e Cultura Costa da Mata Atlântica



Município	Ponto de Cultura	Área Cultural de Atuação	Entidade Responsável
Peruíbe	Nação Caiçara - Núcleo de Ação Caiçara	Música, dança e artesanato	Instituto de Estudos e Conservação da Mata Atlântica / IECO Mata Atlântica
Praia Grande	Oficina de Artesanato - Construindo o Futuro	Artesanato	ONG DCM - Defesa e Cidadania da Mulher
Santos	Projeto Parcel		Associação Parcel
	Estação da Cidadania e Cultura	Literatura, Patrimônio, Música e Artesanato	Consciência pela Cidadania
	Arte no Dique	Formação Cultural, Empoderamento Comunitário	Instituto Elos Brasil
Cubatão	Grupo Afrobranda	Artesanato, mídia, música, teatro e visuais	Sociedade de São Vicente de Paulo - Conselho Particular de Cubatão
Guarujá	Vozes de Senzala	Dança, literatura, meio ambiente, música e teatro	Instituto Cultural, Artístico e Educacional
	Projeto Sócio Cultural Violodum	Hip hop, capoeira, audiovisual, música, artes circenses e literatura	Associação Sócio Cultural de Olho no Futuro
São Vicente	Orquestra de Cordas – Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro do Jardim Rio Branco	Mídia e teatro	Círculo de Amigos do Menor Patrulheiro do Jardim Rio Branco
	Cultura Ativa Camará	Direitos humanos, dança, educação ambiental	Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência
	Ronda	Culturas populares, patrimônio material, audiovisual, culturas digitais e gestão	Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias – ADESAF
	Identidade e região: Laboratório Caiçara de Produção Audiovisual	Culturas populares, grupos étnico-culturais, patrimônio material, audiovisual, cultura digital, audiovisual e gestão	Centro de Aprendizagem Metódica e Profissional de São Vicente – CAMPSV
	Arte Acesso	Audiovisual, culturas digitais, teatro, dança, música, circo, artes visuais, literatura e performance	Associação de Deficientes Físicos de São Vicente
	Boa Música ao Alcance de Todos	Gestão e formação cultural, teatro e música	Associação de Amigos da Corporação Musical de São Vicente
	Ponto de Captação Cultural	Gestão e formação cultural	Associação Vida Esperança

Município	Ponto de Cultura	Área Cultural de Atuação	Entidade Responsável
	Aldeia das Artes	Culturas populares, grupos étnico-culturais, patrimônio material, culturas digitais, gestão e formação cultural, teatro, dança, música, circo, artes visuais, literatura e performance	Casa Crescer e Brilhar
	Aprendizagem e Fé Tocando a Vida	Culturas populares, grupos étnico-culturais, patrimônio material, audiovisual, culturas digitais, gestão e formação cultural.	Grêmio Recreativo Esportivo Cultural e Carnavalesco Banda Tia Bola
	Jovens no Exercício do Programa de Orientação Municipal – JEPOM	Culturas populares, grupos étnico-culturais, culturas digitais, dança, música, gestão e formação cultural	Instituto Amigos da Guarda Municipal - IAGM
	Centro Cultural do Surf Vicentino	Culturas populares, patrimônio material, audiovisual, gestão e formação cultural, artes visuais, pintura e graffiti	Sociedade Unida em Prol do Esporte e Meio Ambiente
	Circuito de Festas Juninas: Resgate das Tradições Folclóricas	Culturas populares, patrimônio material, gestão e formação cultural, teatro, dança, música e performance	Vitae Domini Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Pessoal

Fonte: SCDC/MinC com pesquisa realizada em campo in Instituto Polis, Petrobras, Litoral Sustentavel, com inclusão social: Diagnóstico Cultural,2012